



III Encontro de Pesquisa em História

27 a 30 de maio de 2014 | Belo Horizonte, UFMG

**ANAIS DO III ENCONTRO
DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG**

Comunicações Livres

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG
Belo Horizonte
2014

Reitor da UFMG

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida

Diretor da FAFICH

Fernando de Barros Filgueiras

Vice-Diretor da FAFICH

Carlo Gabriel Kszan Pancera

Chefe do Departamento de História

Tarcísio Rodrigues Botelho

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Adriane Aparecida Vidal Costa

Realização

Departamento de História - UFMG

Comissão Organizadora

Alexandre Bellini Tasca

Eliza Teixeira de Toledo

Igor Barbosa Cardoso

Lídia Generoso

Igor Tadeu Camilo Rocha

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Marcella de Sá Brandão

Regina Mendes de Araújo

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa

Thiago Henrique Oliveira Prates

Arte Gráfica

Gabriel Nascimento

Monitores

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa

Átila Augusto Guerra de Freitas

Bruno César Gordiano

Camila Neves Figueiredo

Gabriel Afonso Vieira Chagas

José Antônio de Souza Queiroz

Kelly Morato de Oliveira

Larissa Cristina Amaral

Lenon Augusto Luz de Moraes

Ludmila Machado P. O. Torres

Marcela Coelho Freitas Silva

Maria Alda Belfor Oliveira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira

Raquel Marques Soares

Raquel Neves de Faria

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Programa de Graduação em História

Sumário

Comunicações Livres

- A importância do Museu da Inconfidência para preservação e perpetuação da memória de Tiradentes 1100
Alejandro de Campos Pinheiro e Maria Luísa Vieira da Silva
- As Carmagnoles e a introdução da questão social ao debate revolucionário francês 1108
Allysson Fillipe Oliveira Lima
- Mathijs van Ceulen e a conquista neerlandesa do nordeste brasileiro 1115
André Onofre Limírio Chaves
- A Revolução Francesa e o Oriente: o impacto da Revolução Francesa na região da Ásia e da África a partir das campanhas militares das legiões estrangeiras francesas 1126
Átila Siqueira Martins Lopes
- A construção de um banco de dados como instrumento de pesquisa no estudo da literatura publicada na imprensa carioca do séc. XIX 1132
Bráulio de Oliveira Fernandes Júnior, Joana Rios Ribeiro Maia Carbonesi, Marcos Vinícius Marinho Fernandes e Nayara de Sousa Rocha.
- A linguagem política do Panegírico de D. João III: notas para um estudo do humanista português João de Barros (1496-1570) 1140
Fernando Altoé
- A história da literatura brasileira de Sílvio Romero como lugar de memória 1148
Gilvaneide de Sousa Santos
- Reflexão sobre construção de uma imagem: o caso do Caipira 1154
Hugo Mateus Gonçalves Rocha
- Resistência negra através da religiosidade nas Minas dos setecentos: um estudo de caso 1164
João Antônio Damasceno Moreira
- “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”: a guerrilha informacional do movimento indígena em Chiapas 1174
Júlia Melo Azevedo Cruz
- Museus de cidade e representações de gênero: diálogos possíveis 1183
Karyna dos Santos Figueiredo Dultra
- Entre a Escravidão e a Liberdade: diferentes formas de se conceber o negro no contexto escravocrata brasileiro 1189
Laura Aparecida Gomes Oliveira

História e temporalidade no debate político brasileiro (1830-1840)	1198
Larissa Breder Teixeira	
Ofícios mecânicos e seu cotidiano material na Comarca do Rio das Velhas	1203
Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres	
Mathias Carneiro: O feiticeiro ressuscitado de Mariana	1213
Luís Antônio de Castro Morais	
O uso de manuscritos no cotidiano do historiador: alguns apontamentos	1221
Luíza Rabelo Parreira e Maria Clara Soares Ferreira Caldas	
Muito além de bonecos: a história do Grupo Giramundo pela perspectiva do acervo reunido em seu arquivo privado	1228
Maria Emiliani Pena Ferreira e Alessandro Ferreira Costa	
O Belo no transitório: um ensaio acerca da boemia moderna em Gérard de Nerval..	1235
Mariana Albuquerque Gomes	
Minas dos blasfemadores: dissidência e tolerância religiosa no século XVIII	1243
Rafael José de Sousa	
Fatos históricos, esquemas literários: história e ficção em Os Sertões, de Euclides da Cunha	1253
Rodrigo Vieira Ávila de Agrela	
Patrimônio Cultural e Preservação da Memória: o Reinado no Acervo do Museu Histórico e Artístico de Cláudio	1260
Sara Helena Amaral de Sousa	
O belo Mercado – A pulsão humana na Pós-Modernidade: como o pecado da vaidade se elevou à categoria de virtude	1270
Albert Drummond	
A criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira: definindo os heróis do ar e construindo identidades	1281
André Barbosa Fraga	
Linguagens do republicanismo no jornalismo de Hipólito da Costa: o Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa (1809-1810)	1292
André Pedroso Becho	
“As Confissões” de Nelson Rodrigues e o jornal O Globo: o discurso anticomunista na grande imprensa durante a Ditadura Militar brasileira	1304
Camila Barbosa Monção	
Os Institutos Culturais Brasil-União Soviética e as Medidas Ativas: uma história de espionagem e contra-espionagem no Brasil	1309
Gabriel Teixeira Casela	

Os tempos históricos: importância da compreensão do tempo para o processo de construção do saber histórico e da consciência social	1315
Keila das Dores Alves e Laura Aparecida Gomes Oliveira	
Os discursos da Doutrina de Segurança Nacional	1324
Kenia Fernanda Fernandes Pereira	
Belo Horizonte, futuro do pretérito: um estudo de caso do paradoxo da modernidade	1332
Lucas Henrique de Almeida Amorim	
A crítica da democracia moderna em Flaubert e Tocqueville	1340
Maria Elvira Malaquias de Carvalho	
Patrimônio Material: os efeitos da chamada ‘fase heroica’ do IPHAN na cidade de Mariana	1346
Aline Maria de Aguiar da Silva	
O cinema como arte da modernidade e sua proliferação em Belo Horizonte no início do século XX	1351
Bruna Reis Afonso e Priscila Angélica Aguiar Marra	
A representação da mulher na cidade moderna em <i>Lance Maior</i> de Sylvio Back	1358
Daiane Danyele Souza Thiele	
Do amor à face do medo: violência doméstica em telenovelas	1368
Dalene Maciel Gonçalves e César Henrique de Queiroz Porto	
Vivendo da arte do labor: a importância histórico-social dos arquivos judiciais da Justiça do Trabalho	1377
Jôse Augusta Barbosa dos Santos	
Influência do Sindicato das Empresas de Ônibus no Sistema de Transporte de BH .	1386
Leandro Alysson Faluba	
Percurso histórico da conceituação de talento e musicalidade: análise com implicações para educação musical	1391
Rafael Beling Rocha e Kleberson Calanca	
O processo de centralização do PT e as possibilidades de uma perspectiva reformista	1399
Angela Peralva Baumgratz	
Cinema, Museu e Ensino de História: relato de uma experiência docente	1408
Camila Barbosa Monção, Carolina de Oliveira Silva Othero, Gabriel Afonso Vieira Chagas, Lorena Dias Martins, Matheus Pimenta da Silva, Nathália Tomagnini Carvalho e Priscila Angélica Aguiar Marra	
O ensino de História e as histórias: o uso da literatura e do cinema na sala de aula	1416

Camila Barbosa Monção, Carolina de Oliveira Silva Othero, Gabriel Afonso Vieira Chagas, Lorena Dias Martins, Matheus Pimenta da Silva, Nathália Tomagnini Carvalho e Priscila Angélica Aguiar Marra

Regime militar político, cinquenta anos depois: resquícios e reflexos no Brasil contemporâneo 1422
Fábio Júnio Mesquita

Os casamentos endogâmicos: uma estratégia familiar 1431
Gabriel Afonso Vieira Chagas

Contribuições para uma História da Família em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX) 1437
Isaac Cassemiro Ribeiro

Instituições de saúde pública em Minas Gerais: a Criação do Instituto Raul Soares (IRS) em Belo Horizonte (1922) 1443
Luã Augusto da Silva Lança

Elementos para uma estrutura do saber médico moderno no mundo português 1452
Luca Palmesi

O uso de fontes no Ensino de História: Cartografia 1463
Paula Miranda de Oliveira

Igreja São José e Congregação do Santíssimo Redentor: uma perspectiva de Fé na Modernidade da nova Capital de Minas (1895-1930)..... 1471
João Teixeira de Araújo

Reflexões historiográficas no trabalho com crianças de 7 anos do primeiro ciclo: Uma experiência da residência docente do centro Pedagógico da UFMG 1485
Jéssica Machado

A importância do Museu da Inconfidência para preservação e perpetuação da memória de Tiradentes

Alejandro de Campos Pinheiro

Graduando em Arquivologia
Universidade Federal de Minas Gerais
alejandrocamos29@gmail.com

Maria Luísa Vieira da Silva

Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal de Minas Gerais
eleonor_1984@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho discute os conceitos de memória, patrimônio e preservação para esclarecer como o Museu da Inconfidência foi planejado para destacar, em âmbito nacional, a figura dos inconfidentes, em especial a de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Patrimônio; Preservação; Inconfidência Mineira.

ABSTRACT: This paper discusses the concepts of memory, heritage preservation and to clarify how *Museu da Inconfidência* was planned to highlight, nationally, the figure of the *inconfidentes*, particularly Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes.

KEYWORDS: Memory; Heritage; Preservation; *Inconfidência Mineira*.

Introdução

Na educação escolar tradicional, os inconfidentes comumente são retratados como benfeitores em virtude dos ideais de liberdade por que tanto ansiavam. A Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é atribuída a liderança do movimento. Ele nasceu em Minas Gerais e era filho do proprietário rural português Domingos da Silva Santos. Adulto, trabalhou como tropeiro, mascate, cirurgião e na área de mineração, além de seguir carreira militar. Além da esfera social, foi na tropa que teve contato com as ideias iluministas que o incentivaram e inspirariam a participar da Inconfidência Mineira.

Tiradentes é frequentemente apresentado como um mártir, um salvador, o sujeito humilde que em meio a outras figuras – de elevada condição social e econômica – teve o mais triste fim: foi julgado e condenado à morte por enforcamento. Executado e esquartejado, teve seus membros e cabeça expostos para aterrorizar e intimidar a população em geral.

Tal concepção é similar àquela que nos é passada a respeito de Jesus Cristo. Não é à toa que o alferes é retratado fisicamente de forma semelhante à do Filho de Deus: magro, de rosto delicado, cabelos na altura dos ombros e barba. Ademais, ambas as execuções foram bárbaras. O legado de ambos é a luta, até as últimas consequências, por aquilo que se acredita ser o certo e justo para todos.

Pretende-se apresentar os conceitos de memória, preservação e patrimônio, e relacionar a importância dos mesmos com o Museu da Inconfidência e a representação de Tiradentes.

Memória

Memória é um elemento essencial na construção da identidade cultural individual e coletiva, na instituição de tradições e no registro de experiências, que necessita ser preservada.

Segundo Pollack (1992, p. 201-202), seus elementos constitutivos são:

- Acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos pelo grupo a que o indivíduo se sente pertencer, ainda que ele não tenha participado de todos;
- Pessoas, personagens – personagens com os quais se convive, personagens que se transformam quase em conhecidas e personagens que não pertencem necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.
- Lugares – lugares particularmente ligados a uma lembrança e lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração.
- Organização da memória em função das preocupações pessoais e políticas do momento.

A preservação da memória de uma sociedade não significa submetê-la exclusivamente ao passado e obstruir o seu desenvolvimento, e sim conservar a sua origem, de forma a não desaparecer conhecimentos e identidades. Barros (2009, p. 37) afirma que

A Memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante.

O avanço da ciência, tecnologia e as novas ordens sociais instigam a introdução de novos paradigmas, valores e linguagens, tornando-se inevitável o rompimento com o passado. É importante atentar para os riscos de manipulação e dominação que o indivíduo está sujeito a enfrentar quando da ausência de elos que proporcionam sentidos aos acontecimentos, pois a fragmentação da memória cultural e das tradições causa a desvinculação do homem de suas raízes.

Patrimônio

Em seu significado mais primitivo, a palavra “patrimônio” tem origem ligada ao grego pater que significa “pai” ou “pai eterno”. Assim, relaciona-se com tudo aquilo deixado pela figura do pai e transmitido aos seus filhos. Com o decorrer do tempo, essa ideia de repasse estendeu-se a um conjunto de bens materiais e imateriais intimamente relacionados com a identidade, cultura ou passado de uma sociedade.

No século XIX, a noção de patrimônio ganhou força assim que a Revolução Francesa destacou a necessidade de selecionar monumentos que pudessem rejeitar o esquecimento do passado. Segundo a historiografia da época, os monumentos deveriam expressar os fatos de natureza singular e grandiosa. Dessa forma, a preservação do passado era atrelada a um aspecto de melhoria, evolução e progresso.

Patrimônio também estava relacionado a uma série de valores artísticos e estéticos. No entanto, limitado ainda à construção de monumentos e esculturas, acabou-se por excluir as produções artísticas e culturais que pudessem lembrar a identidade e o passado das classes populares.

Já no século XX, as noções sobre o espaço urbano, a cultura e o passado ganharam outros aspectos que modificaram a visão sobre aquilo que pode ser considerado patrimônio: sua capacidade em reforçar um passado e uma série de valores comuns ampliou outras possibilidades que superaram o interesse oficial do Estado e as regras impostas pela cultura erudita.

Preservação

De acordo com o Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (2008), cada indivíduo é parte de um todo da sociedade e do ambiente no qual vive e constrói, com os demais, a história coletiva, legando às próximas gerações registros capazes de propiciar o entendimento da história humana.

A destruição dos bens herdados das gerações anteriores ocasiona o rompimento da corrente do conhecimento, o que conduz à repetição incessante de experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de que seja reduzido o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens.

Os homens pré-históricos buscavam retratar as cenas do cotidiano por meio das pinturas rupestres. Essa constatação só foi possível devido ao fato de essas pinturas estarem desenhadas em um material resistente. Dessa forma, a rocha torna-se o primeiro suporte a permitir a preservação da informação, inclusive possibilitando aos indivíduos dos séculos posteriores conhecer o modo de vida e costumes dos homens pré-históricos.

As pinturas rupestres representaram de certa forma a memória coletiva daqueles habitantes, uma vez que memória coletiva

é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

Verifica-se que para que ocorra a perpetuação da informação é necessário preocupar-se com a preservação das formas de registros documentais, sejam elas monumentos, livros, documentos ou construções. Isso garante que elas estejam em condições de serem utilizadas para estudos, trabalhos e pesquisa para conhecer os fatos que ocorreram no passado e se os mesmos podem influenciar ou contribuir para modificar ações no futuro.

Inconfidência Mineira

Em 1780, Minas Gerais reunia características distintas de outras Capitanias e via-se constrangida pela dependência colonial imposta pela Metrópole. A mineração propiciou o surgimento de distintos grupos na sociedade: artesãos, comerciantes, contratadores, agricultores, mineradores, escravos, homens livres dispostos a alcançar seus próprios objetivos, a lutar pela autossuficiência local e a definir soluções nos campos econômico, político e artístico. Excessiva carga tributária pesava sobre a população da região mineradora, quando o ouro já se tornava escasso. Pressões de várias formas geravam um clima de insatisfação.

Em 1788 passaram a se reunir militares, eclesiásticos e intelectuais, projetando um movimento que deveria libertar a Colônia do jugo de Portugal. A derrama, imposto que o povo seria forçado a cobrir caso as 100 arrobas anuais devidas à Coroa não fossem atingidas, era esperada para fevereiro de 1789. A suspensão da derrama pelo governador Visconde de Barbacena não foi acompanhada pela suspensão da dívida dos abastados contratantes para com a Junta da Fazenda. Joaquim Silvério dos Reis, grande devedor da Real Fazenda, viu na denúncia da conspiração a oportunidade de ser perdoado do seu débito. Ao tomar conhecimento dela no Rio de Janeiro, o Vice-Rei resolveu promover uma investigação oficial e, em 7 de maio, foi aberta devassa para a apuração dos fatos¹.

Depois das providências de captura e prisão dos indiciados, organizou-se um processo de devassa sob as ordens do Tribunal de alçada no Rio de Janeiro, cujos trabalhos levaram cerca de três anos, resultando em algumas absolvições e condenações à morte. Após a leitura da sentença, foi tornada pública a carta-régia na qual D. Maria I deferia ao Tribunal o poder de comutar a pena capital em degredo, exceto a de Tiradentes, que foi o único que não mereceu a piedade da rainha.

¹ Disponível em: http://www.museudainconfidencia.gov.br/interno.php?pg=historico_a_criacao_do_museu_da_inconfidencia. Acesso em 27 dez. 2012.

Seguiram para degredo na África: Alvarenga Peixoto, Gonzaga, João da Costa Rodrigues, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luís Vaz de Toledo Piza, José Aires Gomes, Antônio de Oliveira Lopes, Vicente Vieira da Mota, Domingos Vidal Barbosa, João Dias da Mota, José de Resende Costa e José de Resende Costa.

Cinco sacerdotes foram condenados e remetidos à Lisboa, onde ficaram presos na fortaleza de São Julião da Barra.

Museu da Inconfidência da cidade de Ouro Preto

Em 1935, o então presidente da república, Getúlio Vargas, tem a iniciativa de inaugurar um espaço para homenagear os participantes da Inconfidência Mineira. O Museu da Inconfidência, vinculado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi criado com o objetivo de reunir objetos e documentos relativos aos acontecimentos da Inconfidência e aos seus protagonistas, além de obras de arte ou de valor histórico.

Ouro Preto, outrora Vila Rica e elevada a monumento nacional pelo decreto federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933, é escolhida para abrigar esse espaço em virtude do seu significado como “lugar de memória” para o pioneiro movimento de independência brasileira. O prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia – construído para sediar a estrutura administrativa, política e judiciária da cidade – passa a funcionar como o Museu da Inconfidência em 1944. Dois anos antes, no mesmo prédio, os despojos dos condenados mortos durante o exílio na África haviam sido sepultados no Panteão dos Inconfidentes.

Seis décadas após sua abertura, a instituição não perderia as características que nortearam sua criação. No entanto, devido à ausência de testemunhos em número suficiente sobre a Inconfidência para ocupar todo o casarão, o Museu foi organizado mais como um documentário sobre a evolução social de Minas Gerais. Seu acervo é constituído de objetos históricos dos séculos XVIII e XIX relativos a meios de transporte, decoração e parâmetros religiosos e de uso cotidiano, além de cerca de 40 mil documentos sobre o contexto histórico e a vida na região das Minas Gerais, manuscritos sobre a música colonial mineira, itens de arte barroca e fotografias de Ouro Preto no século XIX.

Em 2003 foi realizada uma grande reforma e restauração do edifício. Três anos mais tarde foi devolvida ao público uma casa renovada, com um circuito expositivo que aborda a Inconfidência, em obediência ao que determinava o decreto de sua criação.

Museu da Inconfidência e a preservação da memória de Tiradentes

O Museu da Inconfidência, por possuir uma grande representação na história de Minas Gerais e um grande significado para a República posteriormente, tem como principal objetivo manter viva a memória de Tiradentes, e dos demais inconfidentes, para a sociedade. Por fazer parte da cidade de Ouro Preto e ser um patrimônio cultural da humanidade, um caminho possível seria preservar as suas características e procurar manter vínculo com os cidadãos.

O Museu deve expandir as suas atividades de educação patrimonial em direção ao habitante de Ouro Preto, visto que a identificação da população com o patrimônio de sua cidade contribui para seu fortalecimento, preservação e manutenção.

A evolução tecnológica, a utilização de novos materiais e o aprimoramento de novas técnicas construtivas vem sendo acompanhados da evolução e o crescimento das cidades, e como consequência desta evolução, o patrimônio histórico-cultural vem sendo substituído por novas edificações. Este patrimônio, por sua vez, vem sendo sufocado em nome do desenvolvimento urbano, porém este progresso torna-se incoerente no momento em que evoluímos sem saber preservar o nosso passado e nossas raízes. Por este motivo existe uma necessidade de identificação para que este patrimônio seja preservado, para que futuras gerações possam ter conhecimento e contato com aquilo que acompanhou a trajetória de seus antecessores².

Um trabalho de conscientização da população é essencial, uma vez que se percebe que o uso desses bens estão relacionados, em grande parte, somente como fonte de renda, por meio do turismo e não como um patrimônio que possua significado, que seja identificado como componente da memória local, que tenha relação com a história de vida do cidadão.

Considerações finais

A evolução da tecnologia transformou consideravelmente a forma de interação da sociedade atual, apropriadamente denominada como sociedade da informação. O século XXI trouxe novos dilemas: recuperação de informações de grande relevância e de teor fidedigno em meio a inúmeras outras de procedência e importância questionáveis, além da sensação de “desatualização” devido à rapidez com que são compartilhadas.

² ROTILI, Fabiane; NOGUEIRA, Bárbara. Patrimônio cultural: Identificação e preservação do patrimônio cultural em Panambi/RS. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 17, 2012, Cruz Alta. *Pôster...* Cruz Alta: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccsa/patrimonio%20cultural%20identificacao%20e%20preservacao%20do%20patrimonio%20cultural%20em%20panambi%20rs.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

Sendo assim, será que vivemos o culto das efemeridades a ponto de dificilmente presenciarmos o surgimento de novas representações tão significativas como a memória de Tiradentes e da Inconfidência Mineira perpetuada no Museu da Inconfidência?

É comum a necessidade de se criar uma determinada visão do País para seus habitantes e o restante do mundo. À época dos acontecimentos citados, no final do século XVIII, e até a primeira metade do século XIX, os inconfidentes eram considerados criminosos que haviam sido condenados pelo crime de lesa-majestade.

As *Ordenações Filipinas* - o mais duradouro código legal português, vigente de 1603 até 1830 - são constituídas de cinco livros, sendo o último dedicado inteiramente ao direito penal. Assim elas definem lesa-majestade (1999 [p.69?]):

a (...) traição cometida contra a pessoa do Rey, ou seu Real Estado que he tão grave e abominável crime, e que os antigos Sabedores estranharão, que o comparavão á lepra, porque assi como esta enfermidade enche todo corpo, sem nunca mais poder se curar, e empece ainda os descendentes de quem a tem, e aos que com ele conversão, pólo que he apartado da comunicação da gente; assi o erro da traição condena o que a commette e o empece e infama os que de sua linha descendem, postoque não tenham culpa.

Embora massificada, a ideia de retratar os inconfidentes constantemente como heróis é confrontada com estudos relevantes, como é o caso da obra *A Fortuna dos Inconfidentes*, do historiador André Figueiredo Rodrigues. Nele, o autor revê algumas características do movimento mineiro, desconstruindo-o. Ele revela que a propina, venda de cargos públicos e sonegação de impostos eram frequentes entre os inconfidentes. Inclusive, o livro defende a tese de que Tiradentes não queria reformas sociais e igualdade de direitos, além de ser um homem influente e rico.

Polêmicas à parte, o que prevalece em nosso imaginário é a figura de pessoas que inspiraram a criação de símbolos e datas importantes. Um exemplo notório é a bandeira de Minas Gerais. O triângulo representa a Santíssima Trindade. A cor vermelha do triângulo foi escolhida pela Assembleia Legislativa por representar o ideal revolucionário. Já a expressão "Libertas quae sera tamen" significa em latim "Liberdade ainda que tardia". Mais apropriada, impossível...

Ademais, o dia 21 de abril é feriado nacional em virtude do aniversário de execução de Tiradentes. Nessa mesma data, em Ouro Preto, todos os anos é concedida pelo governo de Minas Gerais a Medalha da Inconfidência a personalidades que contribuíram para o prestígio mineiro. Assim como o alferes um dia – e aparentemente durante todos esses anos – o fez.

Referências

- BARROS, José D` Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan-jul. 2009. Captado em:
< http://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf >.
Acesso em: 14 abr. 2013.
- FUNДАРPE. Captado em:<http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural_patrimonio.php/>
Acesso em: 15 abr. 2013.
- LARA, Sílvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. vol. 5.
- MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Captado em: <http://www.museudainconfidencia.gov.br/interno.php?pg=historico_a_criacao_do_museu_da_inconfidencia>. Acesso em: 14 abr. 2013.
- PATRIMÔNIO Histórico: como e por que preservar. Captado em:
<http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=21>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Captado em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- RANGEL, Natália. Corrupção na Inconfidência Mineira. *Isto é*, São Paulo, ed. 2110, 16 abr. 2010. Captado em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/65363_CORRUPCAO+NA+INCONFIDENCIA+MINEIRA>. Acesso em: 14 abr. 2013.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Captado em:
<<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481/37219> >. Acesso em: 15 abr.

As Carmagnoles e a introdução da questão social ao debate

Allysson Fillipe Oliveira Lima

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

lima.historia@gmail.com

RESUMO: Nesta pesquisa o foco recai sobre o que permite circular as *Carmagnoles* durante a Revolução Francesa, que tipo de questionamento elas podem propor, e quais práticas elas poderiam engendrar. Ao compreendê-las como canções, bem como as suas conjunturas, proponho com este projeto que as *Carmagnoles* trazem à tona uma questão social anunciada pelo *peuple*, o que as permitem circular e engendrar práticas políticas durante a Revolução.

PALAVRAS-CHAVE: Carmagnola, Revolução Francesa, canção.

RÉSUMÉ: Dans cette recherche, l'accent est mis sur ce qui permet aux "Carmagnoles" de circuler pendant la Révolution française, les questions qu'elles peuvent proposer, et quelles pratiques elles peuvent engendrer. Avec la compréhension de ces chansons ainsi que leurs contextes, je propose que les "Carmagnoles" trouvent une question sociale annoncée par le peuple, qui leur permet de circuler et d'engendrer des pratiques politiques.

MOTS-CLÉS: Carmagnole, Révolution Française, Chanson.

As *Carmagnoles* são canções que surgem durante a Revolução Francesa. A partir delas, este texto busca compreender, mesmo em uma pesquisa ainda recente, o que as permite circular entre o *peuple*, e que tipo de ideias e práticas elas poderiam engendrar.

Para tanto, é necessário compreender as músicas como manifestações humanas, que ocorrem em um determinado tempo e espaço. Assim, além de fazerem circular ideias, as músicas também podem ser uma fonte importante para compreender melhor a conjuntura na qual foram produzidas e apreciadas (NAPOLITANO, 2002, p.8).

Devemos, ainda, compreendê-las não como textos quaisquer, mas pelo o que elas são: canções, dotadas de especificidades que constroem um objeto que pode ser trabalhado historicamente.

Assim, levar em conta aspectos como, timbres, ritmos, melodias, harmonias, letras, execuções, entre outros, é fundamental para se preservar a riqueza de uma análise, ou ainda, a própria fonte histórica (NAPOLITANO, 2002, p.6).

E, já que passamos a falar sobre a utilização de canções como fonte histórica, qual a sua possível relevância para se compreender melhor a Revolução Francesa?

Em seu trato com os documentos do período, Darnton faz a seguinte afirmação:

A comunicação oral quase sempre escapou da análise histórica, mas nesse caso a documentação é rica o bastante para que se possa colher seus ecos. No século XVIII, os parisienses às vezes guardavam os pedaços de papel em que as canções eram escritas, enquanto eram ditadas ou cantadas. Tais pedaços de papel eram então transcritos, ao lado de outros textos de caráter efêmero – epigramas, enigmas (charadas), pièces de circonstance -, em dupários ou cadernos de anotações. Diários formados sobretudo de canções eram conhecidos pelo nome de chansonniers, embora os colecionadores às vezes lhes dessem títulos mais exóticos, como “Obras diabólicas para à história deste tempo (DARNTON, 2014, p.81) .

E vai ainda mais longe ao identificar algumas práticas dos parisienses:

Os chansonniers deixam claro que os parisienses improvisavam palavras novas em melodias antigas todos os dias e com todos os assuntos possíveis – a vida amorosa das atrizes, a execução de criminosos, o nascimento ou a morte de membros da família real, batalhas em tempos de guerra, impostos em tempos de paz, processos judiciais, falências, acidentes, peças, óperas cômicas, festivais e toda sorte de ocorrências que se encaixam na vasta categoria francesa dos faits divers (fatos variados). Um poema espirituoso com uma melodia contagiante se espalhava pelas ruas com força irresistível e, frequentemente, poemas novos se seguiam a ele, levados de um bairro para outro como rajadas de vento. Numa sociedade semianalfabeta, canções funcionavam, até certo ponto, como jornais. Forneciam uma crônica sobre os fatos do momento (DARNTON, 2014, P.84).

Portanto, as canções são uma importante forma de se compreender melhor uma sociedade do final do século XVIII, semialfabetizada, que apresenta uma alta circulação de informações por meios orais.

Por sua capacidade de infiltração, tanto em diferentes camadas sociais, quanto em grandes distâncias, e ainda, pela sua maleabilidade – sua possibilidade de ser facilmente apropriada -, talvez seja prudente que o processo de análise de uma canção revolucionária francesaleve em conta três etapas.

A primeira trata a canção em si, através de suas especificidades musicais, possíveis ideias propostas, quem a produz e para quem se produz, quem se apropria dela, sua conjuntura, o circuito que ela percorre, etc.

Já a segunda etapa se refere ao conjunto de canções daquela conjuntura. Como essa canção se relaciona ou se diferenciadas demais?

E, por fim, uma terceira etapa que implica tanto nas modificações que essa canção pode receber ao longo do avanço do tempo, bem como, se possível, o rastreamento anterior à canção.

Sobre este rastreamento, refiro-me à pesquisa sobre a melodia ser uma novidade ou o reaproveitamento de uma melodia anterior. Novamente utilizando o livro “Poesia e polícia” de Darnton, ele nos diz que “quando uma letra nova é cantada numa melodia familiar, as palavras transmitem associações que foram agregadas a versões anteriores da canção. Portanto, canções podem, por assim dizer, funcionar como um palimpsesto auditivo” (DARNTON, 2014, p.85). Nesse caso, diferentes canções podem estabelecer relações entre si através do uso de uma mesma melodia.

Finalmente, dito tudo isso, o que podem dizer as *Carmagnoles*? Quais fatos do momento elas fornecem?

Levando-se em conta o reduzido espaço que temos para analisá-las aqui, e também o curto tempo de pesquisa, nos ataremos em analisar somente uma.

Em se tratando de uma Carmagnole de 1792, intitulada *La Carmagnole des Royalistes*, e encontrada na *Bibliothèque nationale de France*, a análise ainda é breve, mas possível se ter a seguinte compreensão:

[...]chegados à cidade vindos de Carmagnola a tempo de participar do assalto às Tulherias e da condução do rei à prisão na Tour du Temple, a nova canção receberia o nome de “La Carmagnole”. E o motivo do imediato agrado dessa *carmagnole* estaria em que, se o ritmo permitia por seu balanço o cantar coletivo, com os bailantes a executar uma espécie de farândula, a letra focalizava o tema político de maior interesse do momento: os vetos de Luís XVI, em novembro de 1791, aos decretos da Assembleia contra os privilégios dos nobres – exatamente o que levaria à realização dos movimentos de rua, à prisão do rei em agosto e aos massacres de setembro de 1792. Era esse clima que se refletia nos versos debochativos da *carmagnole*, em que Luís XVI e a rainha Maria Antonieta eram chamados ironicamente de Sr. E Sra. Veto (TINHORÃO, 2009, p.23-4).

A canção também denomina os seus cantantes como *sans-culottes*, enaltece as suas origens suburbanas e diz beber pelas suas saúdes. Além de colocar em extremos opostos a aristocracia – que seria como os covardes realistas parisienses - e os patriotas – a “boa” gente do país-, esta que estaria pronta para lutar com os seus canhões:

[...]

8

Le patriote a pour amis. (bis

Tout les bonnes gens du pays. (bis

Mais il se soutiendrons

Tous au son de canon. Dans son & c.

9

Laristocrate á pour amis. (bis
Tout lesroyalistes à paris. (bis
Il vouslessoutiendrons
Touscommedesvraispoltrons. Dansson&.c.
[...]
[...]
12
Oui, je suis sans-culote, moi. (bis
Endepitdes amis duroi; (bis
ViventlesMarseillois.
Lesbretons, et nos lois. Dansson&.c.
13
Ouinousnoussouviendronstoujours . (bis
Des sans culotes desfauxbourgs (bis
A leursantébuvs,
Viventces bons lurons. Dansson&.c.”³

O número de estrofes se expande conforme os interesses do povo, e sempre contam com o refrão rítmico e contagiante que completa cada uma delas.

A partitura em questão não determina o instrumento a ser utilizado para a sua execução, embora seja possível encontrar partituras de *Carmagnoles* para instrumentos de fácil manuseio nas ruas, como flautas e harpas.⁴

Outro aspecto importante se trata da relação dessa canção com os *sans-culottes*. Além de, como já foi dito, determinar os seus cantantes como tal, o próprio nome da música remete a um tipo de casaco curto utilizado pelos *sans-culottes*.

Segundo o historiador Patrice Higonnet, os *sans-culottes* situamnum duplo campo, social e político, parisiense e revolucionário. O primeiro se relaciona à “condição social e cultural da população pobre dos bairros parisienses”, já o segundo é uma radicalização do jacobinismo, principalmente através das Jornadas Revolucionárias. (HIGONNET, 1989, p.411)

Essas jornadas desempenham um papel importantíssimo pois são uma inovação da Revolução Francesa. Ao contrário das barricadas, elas não são táticas de defesa, mas sim uma forma de fazer o povo tomar e avançar pelas ruas de Paris. (RICHET, 1989, p.102) As

³ “La Carmagnole des royalistes [à 1 v.] n° 47”, discriminada nas referências bibliográficas.

⁴ “La Carmagnole variée pour la harpe...” e “Marche des Marseillois et la Carmagnole variée pour la flûte par J. M. Cambini”, ambas estão discriminadas nas referências bibliográficas.

Jornadas Revolucionárias são uma demonstração da soberania do povo durante a Revolução. O canto da *Carmagnole* nelas é uma forma de representar a autoridade popular, “manifestando-a e simbolizando-a”. (BOURDIEU, 1998, p.87)

Por fim, se a Revolução Francesa pode ser compreendida através do cruzamento de vários processos, dos quais podemos identificar quatro, sendo eles, a rebelião aristocrática, a aspiração burguesa da igualdade, o movimento popular urbano e o movimento popular rural, nós podemos dizer que quem ditao ritmo dos seus passos, justamente através das Jornadas Revolucionárias, é, sobretudo, o povo.

Um importante exemplo para se compreender melhor essa transição do poder das mãos do monarca para o povo é o retorno da família real após a tentativa frustrada de fuga em 20 de junho de 1791. Segundo Denis Richet:

Sabe-se o que ocorreu em Varennes no dia 20 de junho. O povo sucumbiu à cólera, destruindo os bustos do rei e os emblemas com a flor de lírio. O que houve sobretudo foi medo: medo de uma conspiração aristocrática dirigida pelos emigrados e pelas potências estrangeiras, que só teriam aguardado o sinal de alarme de Varennes para melhor mostrar a face. Quando o rei regressou, no dia 25, uma multidão imensa e silenciosa o aguardava. [...] Um rei abandonara a soberania, fugindo. Um outro rei, o povo assistia gravemente ao espetáculo (RICHET, 1989, p. 105-6).

Entretanto, ao passar às mãos do povo, o poder tem que se alojar no único lugar que lhe é possível garanti-lo: na palavra.

Portanto, não mais encoberto pelos ambientes palacianos, em forma de segredo, o poder agora está público nas palavras, submetido, finalmente, ao povo.

A partir disso, a questão agora é “saber quem [através das palavras] representa o povo, ou a igualdade, ou a nação: é a capacidade para ocupar esta posição simbólica, e para a conservar, que define a vitória” (FURET, 1988, p.82).

Robespierre, ao levar adiante a construção da questão social no espaço público, é o personagem da Revolução que por mais tempo desempenha o papel de “porta-voz autorizado” das ruas:

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador (BOURDIEU, 1998, p.88).

Entretanto, tal projeto fracassa graças à radicalização levada pelo seu governo e a sua perda de apoio das massas:

Por volta de abril de 1794, tanto a direita quanto a esquerda tinham ido para a guilhotina, e os seguidores de Robespierre estavam portanto politicamente isolados. Somente a crise da guerra os mantinha no poder. Quando, no final de junho de 1794, os novos exércitos da República demonstraram sua firmeza derrotando decididamente os austríacos em Fleurus e ocupando a Bélgica, o fim estava perto. No Nono Temor pelo calendário revolucionário (27 de julho de 1794), a Convenção derrubou Robespierre. No dia seguinte, ele, Saint-Just e Couthon foram executados, e o mesmo ocorreu alguns dias depois com 87 membros da revolucionária Comuna de Paris (HOBSBAWM, 1977, p.90).

Contudo, embora se trate de um projeto fracassado, a discussão da questão social é um elemento peculiar da Revolução Francesa, trazido à tona pelo seu *peuple*.

O conceito de “revolução”, cunhado durante o processo revolucionário francês, é dotado tal qual os astros, de um poder irresistível, que independe das ações humanas. Sendo assim, é imprescindível compreender o que, entre 1789 e 1794, é proposto por ela.

Segundo Hannah Arendt, trata-se da questão social: “foram os homens da Revolução Francesa que, assombrados perante o espetáculo da multidão, exclamaram com Robespierre: “La république? La monarchie? Je ne connais que la question sociale” (ARENDR, 2011, p.89).

A questão social desenvolve um caráter revolucionário quando, na Idade Moderna, ocupa o espaço público através de homens que não mais acreditam na miséria como um caráter inerente à humanidade. É esta questão que, segundo a autora, é capaz de tornar a Revolução Francesa universal, justamente porque se trata de algo que é universal: a miséria (ARENDR, 2011, p.49).

A “chave da compreensão da Revolução Francesa”, portanto, passa pela compreensão da concepção do “*peuple*” francês que, tal qual “um monstro de diversas cabeças” (ARENDR, 2011, p.74) - indo “muito além dos cidadãos, ou dos *sans-culottes*”, mas “englobando todas as classes inferiores da população” - é movida por um sentimento de luta, em prol da questão social (ARENDR, 2011, p.60).

Assim, cantar a *Carmagnole* durante a Revolução Francesa é se aproximar dessa concepção de “*peuple*”. Trata-se de uma manifestação da soberania popular, um símbolo. Essa canção traz à tona a miséria do povo, duvida de seu caráter inerente ao homem, e explode em seu desejo de lutar. Ela conquista aliados pela sua melodia, pelo seu ritmo, pelo seu cantar coletivo, e aumenta o seu coro. Seduz através do desejo irresistível de lutar por uma questão social, pelo miserável, pelo irmão, pela necessidade da pátria.

A *Carmagnole* é mais do que uma canção revolucionária, ela permanece junto à questão social mal resolvida. Portanto, é dessa forma que ela se permite circular e ser apropriada em tempos e espaços distintos durante a Revolução.

Fontes:

Bibliothèque nationale de France, département Musique, VM7-16374 (“La Carmagnole des royalistes [à 1 v.] n° 47”)

Bibliothèque nationale de France, département Musique, VM7-7108 (“La Carmagnole variée pour la harpe...”)

Bibliothèque nationale de France, département Musique, VM9-1726 (“Marche des Marseillais et la Carmagnole variée pour la flûte par J. M. Cambini”)

Bibliografia:

ARENDETT, Hannah. *Sobre a Revolução*. 1. Ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas*. 2. Ed. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1998.

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. 1. Ed. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. 1. Ed. Trad. Rui Fernandes de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1988.

HIGONNET, Patrice. Sans-Culottes. In: *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* / François Furet e Mona Ozouf. 1. Ed. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música – história cultural da música popular*. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RICHET, Denis. Jornadas Revolucionárias. In: *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* / François Furet e Mona Ozouf. 1. Ed. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

TINHORÃO, José Ramos. *A música popular que surge na Era da Revolução*. 1. Ed. São Paulo, Editora 34, 2009.

Mathijs van Ceulen e a conquista neerlandesa do nordeste brasileiro

André Onofre Limírio Chaves

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: Este artigo se propõe a abordar os feitos do acionista e diretor da Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* – W.I.C.), Mathijs van Ceulen, nos períodos em que esteve presente no Brasil (1632-1634 e 1636-1640), na qualidade de administrador das terras conquistadas pelos neerlandeses. É objetivo do trabalho analisar as ações do comerciante nos campos da administração e da política, ressaltando sua importância para a consolidação da conquista neerlandesa do nordeste do país.

PALAVRAS-CHAVES: Brasil Holandês; Mathijs van Ceulen; Brasil Colônia; Administração colonial.

Introdução

Entre os anos de 1630 e 1654, a região nordeste brasileira foi conquistada e ocupada pelos neerlandeses, que tinham em mente a criação de uma colônia ultramarina para fins lucrativos. A Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* – W.I.C.) encarregou-se de gerir os investimentos da República e dos comerciantes na região, que ficaria conhecida como Nova Holanda. Mas, para a consolidação dessa ocupação, fez-se necessário que a companhia enviasse homens experientes no comércio ultramarino, que pudessem administrar as terras conquistadas e controlar as ações e operações de cunho financeiro, militar e político que ali se desenrolavam.

Dentre o grande número de sujeitos que enviados para o Brasil destaca-se uma figura: o comerciante, diretor e acionista da W.I.C., Mathijs van Ceulen.⁵ Ele esteve presente em dois momentos distintos da ocupação, nos quais atuou como administrador e político, encarregado pela companhia de participar da organização política e militar das terras ocupadas e da proteção dos seus interesses comerciais. Como figura proeminente na administração colonial, a atuação política e administrativa de Ceulen foi fartamente documentada, fato que proporciona a realização de um estudo detalhado sobre suas ações.

O primeiro período de sua permanência no Brasil, de 1632 a 1634, corresponde ao

⁵ Dada a variação das formas como o nome de Mathijs van Ceulen aparece grafado na documentação de época, alguns autores se referenciam a ele como Matias van Ceulen ou Mathijs van Keulen. Para esse artigo, optou-se pelo uso da grafia empregada em seus inventários de bens, depositados no Arquivo da Cidade de Amsterdam.

momento imediatamente posterior às guerras de conquista da região nordeste pelos neerlandeses; período em que, mesmo estando sobre o domínio holandês, as terras conquistadas possuíam uma estrutura administrativa embasada dos moldes portugueses (LUCIANI, 2012, p. 112). Uma vez que a colônia se encontrava com fortes problemas políticos e militares, ocasionados pela má administração e pela grande corrupção de seus membros, foi necessário que a W.I.C. enviasse indivíduos capazes de corrigir sua administração, sendo Ceulen um dos escolhidos. Em um segundo período, de 1636 a 1640, Mathijs van Ceulen teria retornado ao Brasil, integrando a comitiva do novo governador da conquista, o Conde Maurício de Nassau. Nesse período, atuou na qualidade de membro de um conselho político criado para assessorar o Conde, em um momento de transferência de modelo administrativo português para o neerlandês.

Dada sua posição de destaque na política colonial neerlandesa, Mathijs van Ceulen realizou feitos importantes para a consolidação e reformulação administrativa da ocupação. Entretanto, o estudo de sua atuação foi negligenciado pela historiografia especializada no estudo da presença holandesa no Brasil. Em geral, sua figura aparece sempre associada à do Conde Maurício de Nassau e ao período da sua segunda estadia no Brasil, não havendo estudos aprofundados sobre sua atuação para além do momento de conquista do Rio Grande do Norte (1633) e do exercício de suas funções de Alto Conselheiro Secreto do Conde.

Dada a riqueza da documentação existente, a execução de um o estudo biográfico sobre o comerciante, ressaltando sua atuação nos órgãos coloniais e exaltando seus feitos militares no nordeste brasileiro, possibilitaria a abertura de novas perspectivas para a análise dos modelos administrativos coloniais dos neerlandeses. Esse trabalho pretende estudar a presença de Mathijs van Ceulen no Brasil, evidenciando seus feitos nos cargos de Diretor Delegado e membro do Alto Conselho Secreto e revelando sua importância para a consolidação da conquista neerlandesa.

A vida antes do Brasil

Na tentativa de reconstruir a trajetória de personagens históricas, a escrita biográfica encontra limitações impostas pela incompletude das fontes primárias e pela insuficiência dos dados nelas presentes. Contudo, o problema arrefece quando se compreende que não é função da biografia recriar uma vida tal como ocorreu, mas apresentar as possibilidades historicamente factíveis para a construção dos atos de um sujeito. (FURTADO, 2002, p. 20-21) No caso de Mathijs van Ceulen, devido à escassez de dados, pouco se sabe sobre sua existência e suas relações sociais, anteriores à sua primeira estadia no Brasil. Mas, as

informações obtidas abriram a possibilidade de relatar aspectos relevantes de sua vida, situando-o em um ambiente social condizente com a situação de um diretor de uma grande companhia de comércio holandesa.

As fontes primárias utilizadas neste trabalho foram, prioritariamente, de cunho político e administrativo. Dada a característica dessas fontes, há uma escassez de dados capazes de refletir aspectos da vida pessoal de van Ceulen. As interpretações sobre sua situação social, aqui apresentadas, são baseadas nas informações contidas nos inventários do comerciante e em dados adicionais encontrados na *The Montias Database of the 17th Century Dutch Art Inventories*⁶.

Segundo os dados encontrados nos inventários de seus bens móveis, Mathijs van Ceulen nasceu no ano de 1595, na cidade de Aachen (atual Alemanha), pertencendo a uma família de comerciantes. Posteriormente, mudou-se para Amsterdã, residindo nos principais núcleos comerciais da cidade: primeiro, viveu na Bloemmarkt e, quando casado, na região de O. Z. Achterburchwal. As duas regiões encontravam-se localizadas perto da região portuária, à qual se ligavam por canais. Por isso, no século XVII, eram bairros da cidade que se caracterizavam por abrigar aglomerados de moradias de negociantes, que optavam por ali morar em função da necessidade de obter mercadorias, de forma rápida, para seus estabelecimentos comerciais, geralmente situados no andar térreo de suas residências. Assim sendo, era estratégica a escolha de um grande comerciante, como van Ceulen, por viver nessas regiões da cidade.

Em Amsterdam, Mathijs van Ceulen levava uma vida típica de um grande comerciante. Nota-se a veracidade da interpretação pela localização e tamanho de sua residência, indicados em seus inventários. As casas de grandes comerciantes possuíam, em média, dois ou três andares, sendo que, normalmente, o primeiro pavimento abrigava um estabelecimento comercial e os demais eram usados como moradia. Através dos inventários de Ceulen, é possível perceber a qualidade e a quantidade dos bens móveis que adornavam sua casa. Os documentos, que identificam os objetos e mostram a sua disposição nos ambientes da habitação, demonstram que a casa possuía uma grande quantidade de cômodos, com uso especializado e decorados com obras de arte; o que demonstra que Ceulen não era

⁶ Dois inventários foram feitos pela Câmara dos Órfãos de Amsterdã, órgão que ao ser solicitado procuravam por itens de arte de valor nas casas solicitadas a fim de serem leiloadas, no caso, Mathijs van Ceulen teve a presença do referido duas vezes, a primeira em 1632, motivada pela ida ao Brasil e na segunda, em 1644, no ano de sua morte. Banco de dados online, montado pelo economista e pesquisador Jonh M. Montias, que procura salvar e disponibilizar virtualmente inventários de arte, feitos no século XVII.

um pequeno comerciante, mas um homem com grandes posses, vivendo em um ambiente confortável. Além disso, a casa do comerciante localizava-se próximo a um canal, indicando ter sido este um imóvel caro, pois os canais serviam de via de circulação de mercadorias e, quanto mais próximo da água, maior o valor do imóvel.

É interessante perceber que a mudança da família de Ceulen para Amsterdã, no final do século XVI, tenha coincidido com o período da grande imigração, para a República neerlandesa, de perseguidos pela Inquisição Católica. O comerciante era de origem calvinista e residia, a princípio, em Aachen, na Alemanha. Portanto, sua família certamente integrou um grande grupo de comerciantes de Aachen, que buscaram abrigo em Amsterdam. Segundo John M. Montias:

Starting around 1585, Flemish and German immigrants, some of whom came to the Dutch Republic because they were Protestants, others because they were attracted by its religious tolerance, by its relatively mild political regime, or by its prosperity began to inundate the city.⁷ (MONTIAS, 2002, p.12).

Este fator migratório encontra-se presente em outro momento na vida de Ceulen, no casamento. Ele se casou com Margaret Heuchelaen, cuja família também provinha da cidade de Aachen. Os dois se casaram em 28 de Novembro de 1620, em Amsterdã, tendo seus pais, Abraham van Ceulen e Carel Heuchelaen, como testemunhas. A união dos dois resultou no nascimento de quatro crianças, Maria, Margareta, Agnes e Abraham.

Ao adotar a ocupação de comerciante, Ceulen deu continuidade a uma tradição de sua família, reforçada por seu casamento com uma herdeira de outra família de comerciantes imigrados de Aachen. Atuando nos negócios, ele aumentou os rendimentos ao ponto de se tornar um investidor e diretor da W.I.C.. Considerando que, para se tornar um membro da direção da W.I.C., um investidor deveria adquirir um mínimo de 6 mil florins de ações, podemos estipular que a renda de Mathijs van Ceulen ultrapassava esses valores, principalmente quando os negócios nas colônias ocidentais geravam lucros. Por fim, ascender ao cargo de diretor da W.I.C. era visto como algo honroso em uma sociedade de comerciantes como a holandesa.

A primeira vinda para o Brasil

⁷ “Começando por volta de 1585, os imigrantes flamengos e alemães, alguns dos quais vieram para a República Holandesa porque eram protestantes, outros porque foram atraídos por sua tolerância religiosa, pelo seu regime político relativamente leve, ou por sua prosperidade, começaram a inundar a cidade” (tradução nossa).

Desde o início da colonização holandesa no nordeste brasileiro, em 1630, os holandeses encontraram sérios problemas para garantir o domínio, causados pelos frequentes conflitos com os portugueses, que tentavam retomar o controle das terras invadidas. Por outro lado, a administração da recém-formada colônia neerlandesa sofria com os inúmeros conflitos de interesses existentes entre seus administradores, que colocavam seus anseios à frente dos interesses da W.I.C., colocando em risco a manutenção da terra. Esses fatos deixaram o Conselho dos XIX (órgão diretor da W.I.C.), bastante aflito, uma vez que grande parte dos seus investimentos estava empenhada no financiamento da conquista do território luso-brasileiro.

No período inicial da colonização neerlandesa, a forma de governo instaurado no Brasil Holandês⁸ mantinha-se baseada no modelo lusitano, uma vez que não era a prioridade dos holandeses definir um sistema administrativo próprio para a colônia (LUCIANI, 2012, p.112), mas sim consolidar a conquista e dela extrair lucros. Segundo o Regimento de 1629⁹, a colônia seria comandada por um conjunto de nove pessoas que formariam o Conselho Político (MELLO, 1999), um órgão que exerceria todas as funções administrativas da colônia, fossem elas jurídicas, militares ou econômicas. Além dos conselheiros, o governador da conquista também tinha assento no Conselho, possuindo atuação restrita aos assuntos militares.

De 1630 a 1633, o Conselho Político e o governador nomeado, Diederik van Waerdenburch, passaram por grandes desentendimentos com relação à forma de administração da colônia. O governador, em carta dirigida ao Conselho dos XIX, queixava-se por não ter voz no Conselho Político e por exercer um cargo inútil e desprovido de influência nas tomadas de decisão. Relatava, ainda, que a colônia sofria com negligências políticas, que causavam prejuízos para a Companhia. Segundo Waerdenburch, era necessário fossem enviadas ao Brasil pessoas capazes, com poder para contornar a situação e garantir o que tanto a W. I. C. desejava: o lucro.

Dada a situação, o Conselho dos XIX aprovou, em 26 de Janeiro de 1632, o envio de Mathijs van Ceulen e Johan Gijsselingh, os “mais ativos e capazes” diretores da W.I.C. que, dotados de amplos poderes, seriam responsáveis pela reestruturação e consolidação da colônia, garantindo sua boa administração e rendimentos. Caberia a esses dois homens a

⁸ Nome dado pela historiografia ao período de domínio holandês no nordeste brasileiro, de 1630 a 1654.

⁹ “Regimento que deveria orientar nas atividades militares e na organização da colônia. Este documento havia sido discutido e aprovado pelos diretores da CIO e depois referendados pelos Estados Gerais”. NEME, 1971, p. 21.

escolha de novos membros para o Conselho Político e de um novo governador.

Mathijs van Ceulen era diretor e acionista da Câmara de Amsterdã, câmara que detinha os maiores investimentos na W.I.C., sendo por isso aquela que exercia maior influência nas decisões da companhia.¹⁰ No dia 8 de outubro de 1632, Ceulen partiu do porto de Texel em direção à Nova Holanda, chegando ao Recife no dia 05 de dezembro do mesmo ano.

Ao pisar em terras brasileiras, o conselheiro encontrou uma colônia devastada pelos sucessivos confrontos com os portugueses. O Recife estava quase sem habitantes portugueses, que haviam fugido para o interior da capitania. Os próprios holandeses, principalmente os soldados, já ansiavam por retornar para a Europa, devido às péssimas condições em que se encontrava com a escassez de munição e viveres. Ao se deparar com esse cenário, Ceulen tomou medidas para resolver a situação e tornar a colônia lucrativa.

Em janeiro de 1633, juntamente com seu companheiro Johan Gijsselingh, foi empossado como diretor delegado da W.I.C. no Brasil. A partir desse momento, Waerdenburch foi dispensado do cargo de governador e retornou para a Holanda. As forças militares e civis passaram a ser administradas pelos dois diretores, que se tornaram responsáveis pelas nomeações dos cargos políticos e militares. Os novos diretores indicaram os integrantes do Conselho Político, agora constituído por cinco membros, sendo eles Servatius Carpentier, Willen Schotte, Jacob Stachowwer, Baltasar Wyntgens e Ippo Eyssens. O novo conselho seria responsável pela administração da colônia, embora permanecesse submetido aos diretores delegados até ao ano de 1634. E, com retorno de Waerdenburch para sua terra, o exército passou a ser chefiado por Laurens van Rembach. A redefinição dos sujeitos que compunham os órgãos administrativos e militares foi a forma encontrada para resolver as disputas de interesses que ocorriam no governo.

Resolvida a situação política do Brasil Holandês, o olhar dos diretores se voltou para o âmbito militar. Os portugueses continuavam resistindo à invasão holandesa, o que tornou necessário o envio de tropas para o sul e o norte da região ocupada. Mathijs van Ceulen ficou responsável por combater os portugueses rebelados das capitâncias ao norte de Recife, principalmente no Rio Grande. Apesar de possuir apenas dois engenhos, essa capitania era importante para a colônia por ser um território amplo, que concentrava uma grande

¹⁰ A administração da W.I.C. dividia-se em Câmaras, com número de ações distinto, sendo as porcentagens: Amsterdã, 4/9, Zelândia, 2/9; Mosa, 1/9; Distrito do Norte, 1/9; Cidade e Distrito de Groningen, 1/9. MELLO, 1999.

quantidade de gado bovino, necessário para impulsionar os engenhos mecânicos e fornecer alimento.

Em 5 dezembro de 1633, Ceulen partiu para o Rio Grande com uma frota composta por 11 navios e 808 soldados (TRINDADE, 2010, p. 55). A capitania encontrava-se, no momento, sob o domínio português. Auxiliado por índios tapuias, “capitaneou a expedição Mathijs van Ceulen, tendo batalhado valorosamente, de um lado por terra, doutro por mar, os famosos cabos de guerra Byma, Cloppenburg, Friese, Lichthart, Garstman e Manfeld” (BARLAEUS, 1980, p. 95). O confronto se prolongou durante dois dias, até que Ceulen e os capitães planejaram a invasão do Forte dos Reis Magos, que possuía importância estratégica, servindo de entrada para o rio Grande e, dali, para o interior da capitania.

A batalha de conquista do Forte dos Reis Magos foi longa e tensa. A princípio, as artilharias portuguesa e holandesa estavam muito reforçadas, motivando o prolongamento do conflito por vários dias. Os canhões do forte eram bons e ocasionavam grandes estragos entre os holandeses. Pensava-se mesmo que os portugueses venceriam o conflito. Mas, com a chegada de reforços no lado holandês, a situação se inverteu e os portugueses ficaram isolados no interior do forte, entregando-se aos inimigos no dia 12 de dezembro de 1633.

A vitória trouxe grande glória para Mathijs van Ceulen, pois a conquista do Rio Grande permitiu que a colônia ampliasse seu território. O Forte dos Reis Magos foi renomeado como Forte Ceulen, em homenagem ao diretor e como sinal de posse, indicando que o lugar não pertencia mais aos portugueses. Da mesma forma, a capital da capitania, Natal, passou a se chamar Nova Amsterdã, em referência à Câmara da W.I.C. em que Ceulen era diretor.

Os atos de Ceulen foram altamente reconhecidos e elogiados pela W.I.C. e, posteriormente, reafirmados pelo historiador do Conde Maurício de Nassau, Gaspar Barléus.¹¹ Desenhos feitos por Frans Post, após 1637, representam o Forte Ceulen com a presença de índios tapuias e oficiais holandeses, evidenciando que aquele foi um local fundamental para a afirmação de laços entre indígenas e conquistadores. Tapuias e holandeses tinham um inimigo comum, os portugueses, e com a aliança se uniram contra uma possível retaliação. Segundo Boxer:

¹¹ Mathijs van Ceulen “prestou à Companhia serviços que não se esquecerão. Conduziu vencedor o nosso exército contra Goiana e depois contra a província do Rio Grande, onde expugnou o Forte dos Três Reis Magos, o qual, em honra sua, passou a chamar-se Forte de Ceulen”. (BARLAEUS, 1980, p. 150)

Tinham os holandeses feito várias tentativas para entrar em contato com os tapuias antropófagos do interior do Ceará, que eram, entre os ameríndios, os inimigos mais temidos pelos colonos portugueses. Depois da tomada do Rio Grande, estabeleceu-se estreito contato com os selvagens, cujo principal chefe de nome Nhanduí se prontificou a colaborar com os invasores (BOXER, 1961, p. 72).

Após a conquista da capitania do Rio Grande, Ceulen e seus oficiais retornaram para a capital da possessão holandesa, Recife. Cumprindo o que lhe foi proposto, Ceulen continuou chefiando a administração colonial e preparando o novo Conselho Político, uma vez que, passado dois anos, seu contrato com a W.I.C. estava terminando e a data de seu regresso a Amsterdam se aproximando. Recebeu ele, então, uma nova incumbência: coibir os holandeses de regressar à pátria, uma vez que a guerra parecia caminhar para seu fim e as chances dos colonos lucrarem aumentavam. O mesmo foi dito para os portugueses que tinham se afastado para o interior da colônia: para aqueles que fizessem aliança com os holandeses, voltassem a produzir o açúcar e se submetessem ao governo colonial, seriam garantidos direitos e vantagens.

Em 2 de setembro de 1634, Ceulen e Gijsselingh retornaram para Amsterdã, deixando o governo sobre a responsabilidade do novo Conselho Político (LUCIANI, 2012, p. 80). Esse novo colegiado devia manter as conquistas e controlar a administração, para que não se corrompeste como antes. Além disso, “os senhores delegados (Ceulen e Gijsselingh) fixaram uns artigos todos tendentes à boa harmonia, tanto entre os respectivos chefes militares como entre o Conselho Político e a Milícia”, como forma de garantir o funcionamento do governo¹². Ao chegar em Amsterdã, escreveram um detalhado relatório de gestão, indicando o que foi conquistado e a situação em que se encontrava os engenhos do Brasil Holandês.¹³

O retorno ao Brasil na presença do Conde Maurício de Nassau

Após Mathijs van Ceulen retornar para Holanda, o governo do Brasil Holandês ficou sobre o comando do Conselho Político e dos chefes militares, o coronel Sigsmund van Schkoppe e Artichofski. A princípio, as ordenações de Ceulen e Gijsselingh funcionaram. Mas, depois de um período, a administração e a economia da colônia começaram a declinar.

A necessidade de instaurar um novo modelo de administração começou a ser cogitado pelo Conselho dos XIX, pois o antigo, baseado nos moldes portugueses, não atendia às necessidades das capitanias. No ano de 1636, um relatório foi enviado à W.I.C. afirmando que

¹² Resolução de 26 de janeiro de 1632. Ver LUCIANI, 2012.

¹³ Relatório dos senhores delegados no Brasil, van Ceulen e Johan Gyseling, dirigido aos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 5 de janeiro de 1634.

era necessário o envio de um “general, que se imponha com um pulso de ferro” para controlar a conquista. (WATJEN, p. 149) Assim, no ano de 1636, o Conselho do XIX, sob aprovação dos Estados Gerais, decidiu mandar para o Brasil o Conde Maurício de Nassau-Siegen, para governar e salvar a possessão holandesa dos perigos em que se encontrava.

Maurício de Nassau era um célebre coronel, que se destacou por inúmeras conquistas em nome da República das Províncias Unidas e que, dado seu enorme prestígio, foi convocado pela W.I.C. para resolver os problemas da colônia. Foi na comitiva de Nassau que reapareceu a figura de Mathijs van Ceulen, que retornaria para o Brasil para criar um novo órgão administrativo para a colônia: o Alto Conselho Secreto. Esse órgão tinha a função de auxiliar o Conde nas questões militares, políticas e financeiras. O Conselho dos XIX e a Assembleia dos Estados Gerais promulgaram as novas instruções para a governação do Brasil, que determinavam a troca dos modelos administrativos portugueses para o holandês, que regeria as Câmaras de Escabinos¹⁴.

João Maurício de Nassau e sua comitiva partiram da Holanda no dia 25 de outubro de 1636, via Texel, e chegou ao Recife em 23 de janeiro de 1637. Acompanhava-o os membros do Alto Conselho Secreto, Ceulen, Gijsselingh e Adriaen van der Dussen. Ao chegarem no Brasil, o Alto Conselho Secreto e o Conde Nassau redigiram o relatório intitulado *Breve discurso sobre os estado das quatro capitâneas conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*, relatando a situação das capitâneas da colônia, com a quantidade de engenhos existentes e o número moradores.

Durante o período de 1637 a 1640, Ceulen exerceu suas funções no Alto Conselho, se reunindo com os outros conselheiros ao menos duas vezes por semana, para receber àqueles que solicitavam audiência. A função mais honrosa residia no aconselhamento do Conde Maurício, ajudando-o na tomada de decisões. Como conselheiro, Ceulen permaneceu em Recife, a capital da colônia. Quando não podia estar presente na cidade, o governador deixava dois conselheiros na sede do governo, ao passo que o outro o acompanhava. Segundo as fontes encontradas, Ceulen não esteve presente em nenhum confronto comandado por Nassau. Pode-se, portanto, indicar que sua atuação era administrativa, exercendo funções de relevância para a organização da ocupação. Os últimos registros da presença desse diretor em território brasileiro surgem no final ano de 1640, momento em que seu contrato com a W.I.C. termina e ele retorna para Amsterdam.

¹⁴ As câmaras de escabinos eram órgãos de administração municipal que substituiriam as câmaras portuguesas. Eram compostas por membros de origem neerlandesa e os naturais do Brasil. LUCIANI, 2012.

Pelos registros encontrados, Mathijs van Ceulen morreu aos 49 anos de idade, no ano de 1644, em Amsterdã, possivelmente de causa natural. Deixou quatro herdeiros legítimos, seus filhos. Em uma lista de investidores da W.I.C.¹⁵ do ano de 1656, encontra-se o nome do filho de Mathijs, Abraham van Ceulen, registrado como um dos 324 investidores da companhia, indicando a manutenção dos negócios e da tradição comercial da família; como o fez o próprio Mathijs, quando da morte de seu pai, em 1623.

Conclusão

A conquista holandesa no nordeste brasileiro durou 24 anos. Durante esse período, a região presenciou a vinda de diversos homens para que nela pudessem estabelecer a colônia neerlandesa nos trópicos. Dentre esses, esteve Mathijs van Ceulen, uma das principais figuras responsáveis pela manutenção da colônia.

Durante os dois períodos em que permaneceu no Brasil, Ceulen atuou na construção de diferentes estruturas administrativas e de controle político, estando presente na reestruturação da ocupação, como voz dos diretores da W.I.C.. Tornou-se, portanto, um sujeito essencial para a consolidação da aquisição do território luso-brasileiro para a companhia. Nos momentos em que Ceulen esteve no Brasil, a colônia holandesa obteve grandes avanços, com conquistas territoriais ao norte e ao sul e ganhos de capital para a Companhia; sendo a sua presença e atuação essencial para a ocorrência desses acontecimentos.

Bibliografia

- BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
- BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil – 1624-1654*. Recife: CEPE, 2004.
- Documentos holandeses*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Saúde Pública, 1945.
- FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador dos diamante*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- HEIJER, Henk den. *De geschiedenis van de WIC*. Walburg Pers: Zutphen, 2002.
- HEIJER, Henk Den. *Diretores, Stadhouders e conselhos de administração*. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*. Leiden: Mauritiana. 2005.

¹⁵Ver: <http://17thcenturyhollanders.pbworks.com/w/page/68807454/Investors%20of%20the%20West%20Indies%20Company>.

LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e Escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. Os Holandeses no Brasil. Companhias da Índias Ocidentais In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses – 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

MEUWESE, Marcus P. *For the peace and well-being of the country: Intercultural mediators and dutch-indian relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664*. [s.n], 2005.

MONTIAS, John M.. *Art at Auction in 17th Century Amsterdam*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.

NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*. São Paulo: Edusp, 1971.

NETSCHER, Pieter Marinus. *Os Holandeses no Brasil*. (tradução) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra Trindade. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora IFRN, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. São Paulo: Cultura, 1943.

WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

A Revolução Francesa e o Oriente: O impacto da Revolução Francesa na região da Ásia e da África a partir das campanhas militares das legiões estrangeiras francesas

Átila Siqueira Martins Lopes*

Mestrando em História

História e Culturas Políticas - UFMG

e-mail: atilasiqueira1@gmail.com

RESUMO: A Revolução Francesa é um evento bastante singular e paradigmático na história moderna. Contudo, poucas são as análises feitas sobre sua influência no novo modelo de colonialismo europeu oitocentista. Dessa forma, esse texto pretende levantar essa questão e discuti-la brevemente, através da relação pouco trabalhada entre a Revolução Francesa, os legionários estrangeiros franceses e o neo-colonialismo do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Francesa; Oriente; legião estrangeira francesa.

ABSTRACTO: La Revolución Francesa es un acontecimiento bastante singular y paradigmático en la historia. Sin embargo, existen pocos análisis sobre su influencia en el modelo de colonialismo europeo del siglo XIX. Por lo tanto, este documento tiene la intención de plantear esta cuestión y discutir brevemente, trabajado a través de algún tipo de relación entre la Revolución Francesa, los legionarios extranjeros franceses y el neo-colonialismo del siglo XIX.

PALABRAS CLAVE: Revolución Francesa; Medio; francés Legión Extranjera.

O Oriente é uma forma de libertação, um lugar de oportunidade original. Edward. W. Said.

No decorrer do século XX a historiografia tem se debruçado em compreender a Revolução Francesa e o impacto dessa para as sociedades ocidentais, a partir do pressuposto de que esse movimento romperia com o “mundo do antigo regime” e inauguraria algo novo na história, a democracia¹⁶, a Igualdade jurídica entre todos os homens, e o tipo de sociedade livre, burguesa, capitalista e pautada em uma legislação pelo qual o mundo ocidental tanto tem apreço, enfim, o Estado de Direito. Porém, outra face dessa revolução poderia também ser melhor problematizada, estudada e compreendida, enfatizando os impactos dessa

* Bolsista CNPQ

¹⁶ Embora deva-se ter em mente que a Revolução Francesa não foi essencialmente democrática.

revolução na nova colonização (neo-colonialismo)¹⁷ na região do Oriente médio da Ásia, da Oceania e da África, que começa a ocorrer a partir do meado do século XIX.

Seria então a Revolução Francesa e a legião estrangeira francesa um dos inauguradores desse novo colonialismo, a partir da expansão dos ideais da revolução, das novas perspectivas de direitos humanos desenvolvidas durante a revolução, e, mesmo, do ideal de civilização e civilidade a ser expandida?¹⁸

É tentando dar uma resposta não definitiva e suscitar o debate que esse texto seguirá levantando algumas hipóteses a cerca da relação entre a Revolução Francesa, a legião estrangeira francesa, e a nova fase do colonialismo que toma forma no decorrer do século XIX.

Assim, pode-se questionar, de imediato, a relação da legião estrangeira francesa com a Revolução Francesa, visto que as legiões são formadas em si no ano de 1831 por Luiz Felipe I, da França, e a revolução chegaria ao seu fim anos antes, em 1815, com a morte de Napoleão Bonaparte¹⁹. No entanto, há de se considerar que a Revolução não se restringe somente aos anos de sua “efervescência” política, mas vai além, tendo gerado mudanças na forma de pensar francesa, e, de maneira mais geral, de boa parte da Europa e América, de forma que seus efeitos ultrapassam o seu período cronológico de 1789 a 1815.

E, um dos efeitos na forma de pensar²⁰ que se pode enfatizar para discutir a relação da Revolução Francesa com a legião estrangeira francesa, é a postura “militarista” adotada no decorrer dos anos da revolução, que, segundo autores como Eric Hobsbawm, serviu para tirar o foco da população pobre por lutas sócias, levando-as a lutar por um ideal maior, a França enquanto nação, e, ao mesmo tempo, para proteger o governo revolucionário contra as investidas da nobreza estrangeira que se aliara aos franceses nobres exilados. Dessa forma, pode-se estabelecer uma relação desse “militarismo” do período da Revolução, que integra as massas pobres e dá a elas um “sonho de ascensão” na carreira militar, como é o caso do próprio Napoleão Bonaparte, com o que ocorre com a formação das legiões estrangeiras francesas, que em sua fundação buscava dar abrigo a indivíduos que não tinham para onde ir

¹⁷ Sobre Neocolonialismo, ver: HERNANDEZ, 2005, p. 79- 90. LESSA, 2005, p. 75 -82 e 96 -103 e 141-156. SAID, 2007, p. 342-437.

¹⁸ Pode-se entender que a colonização da Índia pela Inglaterra também teve um papel predominante na construção do novo colonialismo produzido no século XIX, contudo, esse é um assunto para outra ocasião.

¹⁹ Aqui o período da Revolução Francesa está sendo trabalhado dentre os anos de 1789 e 1815, mas há de se levar em conta que isso não é um consenso na historiografia, e que há historiadores que vão dar outras datas para o início e término da revolução, conforme suas análises.

²⁰ ver: CARDOSO, 1997, p. 127 -161; ver também: SILVA, 2006, p. 279-282.

ou eram procurados por crimes, de forma que eles podiam até mesmo ingressar na tropa sob pseudônimos.

Além disso, outra semelhança do “militarismo” do período da Revolução com as legiões estrangeiras é seu caráter expansionista e seu discurso de defesa da França e de seus interesses frente a ameaças externas, e, ao mesmo tempo, frente ao ideal de levar para além das fronteiras valores éticos e morais de civilidade. E, não obstante, há também a própria valorização do indivíduo ao se integrar ao exército, pois no momento da Revolução a vida militar era oferecida como oportunidade de ascensão, e nas legiões estrangeiras, como forma de apagar um passado criminoso ou de ganhar cidadania francesa.

Outra coisa que se deve levar em consideração é que embora a Revolução Francesa tenha chegado ao fim com a morte de Napoleão Bonaparte, algumas de suas mudanças não foram abolidas completamente com o Congresso de Viena e com a restituição da Monarquia na França, pois o rei, ao subir novamente ao trono francês, teve de jurar a uma constituição que garantia os avanços obtidos na revolução. Dessa forma, os antigos servos não voltaram à servidão, a idéia de cidadania foi mantida, e a terra não voltou a ser usada de maneira feudal nos locais em que sofrera mudança. E, isso, por sua vez, teria gerado uma sociedade mais próxima do desenvolvimento de uma produção capitalista, e uma massa de indivíduos sem terra, que criou a necessidade da expansão sobre o Oriente em busca de matéria-prima e para dar ocupação à parte da população ociosa, que representava perigos de sublevações e desordens.

Dessa forma, pode-se pensar que a legião estrangeira cumpria um papel duplo, primeiro, de dar vazão às questões sociais internas da França, assim como ocorria na época da Revolução Francesa, dando funções as camadas populares ociosas e mesmo eliminando parte desses. E, ao mesmo tempo, cumpria o papel de trazer novas possessões para a França e defender seus interesses externos, usando para isso os indivíduos considerados inconvenientes e os estrangeiros que tinham o sonho de ter cidadania francesa, que, na prática, acabavam em sua maioria por morrerem nos combates externos.

Assim, em seus primeiros anos, a legião estrangeira francesa era uma tropa pouco treinada, com utensílios precários e mal paga, formada por estrangeiros, principalmente por renegados dos principados da região alemã, por franceses pobres e por criminosos e fugitivos de todas as partes. Ela atuou em diversos locais do mundo, com destaque para a sua eventual intervenção na Espanha e no México, embora tenha sido na Argélia e no restante do Norte da África que suas ações tenham sido mais efetivas, de forma que sua formação e permanência é

ligada diretamente as ambições do governo francês de manter suas possessões no continente Africano, ameaçadas por revoltas locais e pela ausência do exército francês, empenhado em outras lutas, dentre as quais, a Guerra Franco Prussiana.

E, pode-se dizer que a legião estrangeira francesa participa e ajuda a fundar, em conjunto com as influências da Revolução Industrial do século XVIII e XIX²¹, o novo tipo de colonialismo que os países europeus começam a impor sobre a África e a Ásia, com um caráter “militarista”, de extrativismo, expansão de costumes e missões civilizadoras, bem como de mudança estrutural para transformar essas regiões colonizadas em consumidoras de produtos manufaturados e industrializados. Sendo que é a ação militar efetiva que garante a França a posse de seus territórios e dá ao governo francês a base de sua ação neo-colonialista de expansão econômica e daquilo que a França vai considerar como civilidade, sendo essa agora marcada pelos preceitos e interesses burgueses construídos na revolução francesa.

A questão da missão civilizadora é também emblemática nesse contexto, pois ela é fruto dos usos feitos pela Revolução Francesa das ideias iluministas, sendo que os princípios de civilidade e da França e da Europa central como a civilização se mantiveram no pós revolução. Levar as benéficas da revolução, dos direitos de cidadania, das luzes do conhecimento e das civilizações superiores se tornou um paradigma para a Europa, proveniente de uma permanência das ideias da Revolução Francesa de universalismo e de uma revolução embasada nas luzes da razão. E a responsabilidade de proteger a missão civilizadora na África muitas vezes cabia a Legião Estrangeira, que cumpriu então um papel importante nas efetivações dessas ideias de levar a civilidade aos povos tidos como bárbaros.

A título de exemplo, para se pensar as diversas conexões entre a Revolução Francesa e o colonialismo, deve-se lembrar da Pedra de roseta, encontrada pela expedição napoleônica no Egito, sendo que seu achado foi um dos grandes impulsionadores da curiosidade criada sobre o mundo não europeu como objeto de estudo para os europeus. De inúmeras formas esse achado, fruto da Revolução Francesa, inaugurou um período de curiosidades e estudos sobre as áreas coloniais, o que também impulsionou e trabalhou para produzir as justificativas para o imperialismo e mesmo um impulso expansivo sobre as diversas áreas do mundo, como um local a se explorar em busca de conhecimento e tesouros raros.

Assim, em síntese, pode-se inferir a relação e a influência da Revolução Francesa com a nova forma de colonização da África e da Ásia, desenvolvida no decorrer do século XIX,

²¹ Assunto esse para ser tratado em outra oportunidade, já que não caberia aqui levantar idéias e discussões sobre a influência da Revolução Industrial do século XIX no neo-colonialismo que se forma no mesmo período.

através das legiões estrangeiras francesas, formadas depois da Revolução, mas em uma sociedade marcada pelas mudanças revolucionárias. Dessa forma, a legião estrangeira teria ajudado a levar os paradigmas civilizacionais desenvolvidos na Revolução Francesa, garantindo os interesses neo-coloniais, expansionistas e burgueses da França nas novas regiões colonizadas.

Referências:

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX – O Espetáculo da Pobreza*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982.

CANÊDO, Leticia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África*. – 10^a Ed. – São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a história).

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo; (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 19^ª Reimpressão.

CHALLITA, Mansour. *Esse desconhecido Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

CHARTIER, R. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

COSTA, Angela Schwarcz Lilia. *No Tempo das Certezas: 1890 – 1914*. SP: Cia das Letras. Pp. 15-43.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução: Viviane Ribeiro. 2 ed. – Bauru: EDUSC, 2002.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas as independências, século XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HERNANDEZ, Leila Marta Gonçalves Leite. *A África na Sala de Aula: Visita a História Contemporânea*. São Paulo: Sevo Negro, 2005.

HOBBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*. 2^a Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

_____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5^a Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003.

HOURANI, Albert Habib. *Uma História dos povos árabes*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ILIFFE, Joitn. *Os Africanos: História de um Continente*. Editora Terramar, 1^o Edição.

LESSA, Antônio Carlos. *História das Relações Internacionais: A Pax Britannica e o Mundo do Século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SILVA, K. V. *Dicionário de Conceitos Históricos* / Kalina Vanderlei Silva; Maciel Henrique Silva. – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

Referências a sites consultados:

<http://www.legion-recrute.com/pt/faq.php>

<http://historica.com.br/hoje-na-historia/legiao-estrangeira-francesa>

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080304_legiaoestrangeira_nv.shtml

A construção de um banco de dados como instrumento de pesquisa no estudo da literatura publicada na imprensa carioca do séc. XIX

Bráulio de Oliveira Fernandes Júnior

Graduação Incompleta

UnB – Universidade de Brasília

lioolv@hotmail.com

Joana Rios Ribeiro Maia Carbonesi

Graduação Incompleta

UnB – Universidade de Brasília

joanamaiacarbonesi@gmail.com

Marcos Vinícius Marinho Fernandes

Graduação Incompleta

UnB – Universidade de Brasília

marcosmarinho33@hotmail.com

Nayara de Sousa Rocha

Graduação Incompleta

UnB – Universidade de Brasília

nayarar95@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar o banco de dados desenvolvido sob a orientação do professor Marcelo Balaban, dentro do projeto *Artigos de recreio: textos de ficção na imprensa da Corte*. A finalidade do banco é reunir informações sobre as obras de ficção publicadas nos jornais da Corte durante o século XIX. Neste trabalho, apresentaremos como se deu a construção desse banco de dados, assim como os problemas enfrentados durante a sua alimentação.

PALAVRAS-CHAVE: Banco de dados; Brasil Império; Imprensa; Folhetim; Metodologia.

ABSTRACT: This work has the objective to present the database developed under professor Marcelo Balaban's orientation, inside the project *Recreational Articles: fictional texts in the Court's press*. The database's aim is to unite information about fictional works published in the Court's newspapers during the 19th century. It is presented how this database was created and the problems faced during the work with it.

KEYWORDS: Database; Brazilian Empire; Press; Feuilleton; Methodology.

Introdução

Durante o século XIX, era comum que os jornais publicassem, além de notícias, crônicas e anúncios, textos de ficção. Com o passar do tempo, estes textos adquiriram um lugar próprio na diagramação das publicações, chamado *folhetim*. A cada nova edição, um

trecho do enredo era publicado sucessivamente, de forma que obras literárias inteiras eram fragmentadas em porções diárias, para o recreio dos leitores assíduos. Neste trabalho, apresentaremos, a partir de nossa experiência pessoal, o processo de construção de um banco de dados sobre a publicação de ficção em periódicos cariocas do século XIX.

Esta pesquisa integra um projeto mais amplo, financiado pelo *CNPq* e pela *Capes*, que envolve pesquisadores dos Departamentos de História da *UnB* e da *Unicamp*. Em desenvolvimento desde 2012, este projeto pretende formar um grupo de pesquisa voltado para as questões e métodos de trabalho da chamada história social. Desta forma, esta pesquisa sobre a imprensa oitocentista está acompanhada de outras, sobre temas diversos, que tem em comum o objetivo de qualificarem-se como história social.

Estas pesquisas, tanto de discentes quanto de docentes, são produzidas no Laboratório de História Social da *UnB*. É na divisão deste laboratório denominada *Narrativas Cruzadas* que está o projeto coletivo da construção da base de dados, ao qual se deu o nome de *Artigos de Recreio: textos de ficção na imprensa da Corte*.

Jornais

Antes mesmo de estabelecermos quais seriam os campos do banco de dados, passamos um tempo considerável lendo os jornais para tentar entender a lógica de organização interna de um jornal da Corte no século XIX. A primeira coisa que salta aos olhos é a diversidade. Em cem anos, muita coisa nos jornais mudou – da forma de organizar as colunas ao nome das sessões. No entanto, sendo nosso objetivo sempre o de vasculhar a literatura publicada na imprensa, prezamos, sobretudo, o rodapé do jornal, sessão comumente denominada *folhetim*, onde se publicavam romances, outros textos de ficção e também de não ficção. A partir de determinado momento, essa sessão passa a ser comum em quase todos os jornais.

Os jornais com que começamos a trabalhar são, no total, sete: *Jornal da Tarde* (1869-1872), *Gazeta de Notícias* (1875-1899), *Cidade do Rio* (1887-1899), *O Paiz* (1884-1889), *Diario do Rio de Janeiro* (1821-1878), *O Mequetrefe* (1875-1892) e *Diario do Brazil* (1881-1885). Alguns desses jornais se estendem até o século XX, como é o caso da *Gazeta de Notícias*, mas, tendo em vista o nosso recorte temporal ser o século XIX, não avançaremos até lá.

Os jornais constituem uma fonte na qual é possível encontrar de quase tudo. Encontramos anúncios de produtos, notícias das mais variadas, crônicas, textos de ficção, debates, piadas, cartas publicadas etc. Um jornal não é monolítico, é múltiplo e variado tanto

em sua estrutura interna – sendo escrito por mais de uma mão, cada pessoa com suas próprias intenções, anseios e objetivos – como em relação a outros jornais. Embora subjaza uma lógica comum ao que se considera jornal no século XIX, há diferenças, por exemplo, entre o *Jornal da Tarde* e a *Gazeta de Notícias*, seja na tipografia, na organização interna ou no que, contemporaneamente, poderíamos chamar de linha editorial.

Além da já citada presença de textos de ficção nos folhetins e nas colunas, percebe-se também a profusão de poemas por todo o corpo do periódico, além de lugares destinados a textos de crítica literária e discussão de obras. Escritores bastante conhecidos como José de Alencar, Machado de Assis e Euclides da Cunha encontram, no jornal, local para seus romances, contos, crônicas, críticas e opiniões.

Ao se trabalhar com a literatura publicada nos jornais dessa época, não se pode perder de vista, também, que o folhetim e o resto do jornal formam um todo. Muitas vezes, notícias relacionadas à história publicada aparecem em outros lugares que não o rodapé do periódico. Outras vezes, há citação direta ao novo romance que será publicado ou àquele que está acabando. Outra coisa de fundamental importância é a forma como a fonte é encarada. A imprensa, assim como a literatura, não pode ser vista como reflexo ou resultado de um “contexto histórico”, mas como partes da própria sociedade, como produtos e agentes da história. Foi sempre com esse ponto de vista que nos aproximamos dos jornais.

A tese de que os romances publicados no folhetim formariam um gênero em si mesmo, devido às características próprias do espaço do rodapé, proposta por Marlyse Meyer (1996), foi, com certeza, levada em consideração em nosso trabalho de construção do banco de dados. Contudo, não podemos afirmar categoricamente algo do tipo, pois, ao que tudo indica, muitos dos romances publicados nos jornais parecem não seguir um padrão que os possa identificar como um gênero específico.

Os jornais da Corte no século XIX são uma fonte rica para estudos sobre a vida na capital do Império, sobre os debates públicos travados nas folhas dos jornais e, dentre outras coisas, é claro, sobre a crescente literatura veiculada nos famosos folhetins. Cabe ao espírito inquiridor do pesquisador fazer as perguntas à fonte e ir atrás das respostas.

O banco

O banco de dados que vem sendo desenvolvido dentro do projeto *Artigos de recreio* tem como finalidade ser uma ferramenta de pesquisa para historiadores de diferentes áreas. Com este banco, se pretende reunir informações sobre os textos de ficção publicados na

imprensa carioca durante o século XIX, organizar essas informações e, futuramente, divulgá-las.

O processo de formulação do banco de dados iniciou-se no segundo semestre de 2012, tendo como fase inicial a definição dos campos que deveriam compor a ficha de preenchimento do banco. A composição desta ficha de preenchimento foi discutida e decidida em reuniões realizadas pelo grupo envolvido no projeto, integrado por estudantes de graduação e pelo professor Marcelo Balaban. A partir dessas reuniões, foi possível chegar a uma ficha preliminar, submetida posteriormente a uma fase de teste.

Nesta fase de teste, ficou definido que cada integrante do projeto ficaria responsável pela alimentação do bando com as informações referentes a um ano de publicação do periódico *Gazeta de Notícias*, jornal de ampla circulação no Rio de Janeiro do século XIX. O objetivo desta fase foi o de observar a adequação dos campos de preenchimento à fonte, tendo em vista que o banco foi pensado para ser o mais fiel possível às informações reunidas a partir da leitura dos jornais e das obras neles publicadas. A ficha preliminar foi também discutida com os outros professores e estudantes que compõem o Laboratório de História Social (LHS) do Departamento de História da *Universidade de Brasília*.

Finalizada essa fase, fizemos ajustes na composição dos campos do banco de dados a partir da experiência de preenchimento e de leitura dos jornais, assim como de sugestões feitas por integrantes do LHS. Chegamos, aí, à decisão de quais campos comporiam a ficha definitiva. A partir deste ponto do trabalho, cada integrante do projeto ficou responsável por um jornal e começamos a alimentação do banco de dados propriamente dita. Escolhemos começar o trabalho de alimentação do banco com sete jornais: *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal da Tarde*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Mequetrefe*, *Diário do Brazil* e *O paiz*, todos títulos disponíveis no site da Hemeroteca Digital na internet, ligado à *Fundação Biblioteca Nacional*.

A ficha definitiva do banco de dados é composta por vinte e dois campos. Destes, sete se referem a informações do jornal em que o texto de ficção foi publicado. Esses primeiros campos são: *título do jornal* (1), *data de publicação* (2), *número da edição* (3), *proprietário ou editor do jornal* (4), *dia da semana* (5), *tiragem* (6), quando o jornal traz essa informação, e *preço* (7), podendo este ser dividido em diferentes campos dependendo do periódico, já que o jornal pode apresentar diferentes sazonalidades para as assinaturas (trimestral, semestral, anual etc.) e preços diferentes dependendo do local de moradia do assinante (Corte ou províncias).

Os outros campos referem-se especificamente aos textos publicados nos jornais. Durante a formulação do banco de dados, procuramos construir uma ferramenta que possibilitasse a inclusão de informações sobre tipos diferentes de textos, com formato e conteúdo muito diversificados. Ficou decidido que uma ficha do banco seria preenchida para cada texto ou fascículo encontrado em um número do jornal, desde que estes fossem publicados no espaço do jornal chamado *folhetim* ou parte de um romance publicado nas colunas, definindo romance, aí, como uma obra de ficção mais longa dividida em capítulos.

Os campos são: *lugar* (8), especificando se o texto foi publicado nas colunas do jornal ou no rodapé, no espaço que ficou conhecido como *folhetim*; *sessão* (9), onde se especifica o nome da sessão do jornal em que o texto foi publicado, podendo ser *Folhetim*, *Folhetim da Gazeta de Notícias*, *Variedade*, *Miscelânea*, *Appendice* etc.; o *número da página* (10) em que o texto foi publicado; o *tipo de texto* (11), ou seja, se é um texto ficcional ou não ficcional, lembrando, aí, que não eram apenas textos literários que eram publicados no folhetim. Depois temos os campos para o *título da obra* (12); *parte do texto* (13) e *nome da parte* (14), pois verificamos que grande parte dos romances publicados no folhetim era dividida em partes; *número do capítulo* (15) e *título do capítulo* (16); *assinatura* (17), campo que temos que preencher exatamente com a assinatura contida na fonte, podendo esta ser o nome do autor ou um pseudônimo; o *nome do autor* (18), que pode estar ou não na fonte. Caso não esteja, devemos pesquisar o nome do autor da obra e especificar que este não foi encontrado no jornal, e sim mediante pesquisa, no campo das observações. Há também os campos do *número do fascículo* (19) e o da *nacionalidade do autor* (20). Além desses, há outros dois campos de preenchimento mais livre: o campo *notas no jornal* (21), onde devemos colocar as notas publicadas nos jornais que fazem referência aos textos literários publicados no folhetim; e, finalmente, o campo *observações* (22), no qual devemos colocar qualquer informação que consideremos relevante e que não foi incluída em nenhum dos outros campos.

Para que o banco de dados funcione corretamente como uma ferramenta de pesquisa, é necessário que a sua alimentação seja feita de forma padronizada. Tendo em vista que a alimentação do nosso banco é feita por várias pessoas, achamos conveniente produzir um *guia de preenchimento*. Neste, há regras para o preenchimento do banco, no qual há a determinação da grafia e pontuação a serem utilizadas por aqueles que o alimentam. Optou-se por manter, na medida do possível, as informações tais quais encontradas na fonte, apontando no campo *observações* os casos em que isso não fosse possível.

A construção deste banco de dados sobre as obras de ficção publicadas na imprensa do Rio de Janeiro no século XIX mostrou-se um desafio na medida em que tenta produzir uma simplificação de um conjunto de informações muito vasto e complexo. Acreditamos, no entanto, que este é um esforço válido no sentido de conhecer com mais clareza o que era publicado na imprensa da época e também no sentido de ver a literatura da época dentro de seu contexto maior de produção e publicação.

A alimentação do banco

O trabalho de alimentação do banco se efetua em um ambiente destinado ao Laboratório de História Social na Biblioteca Central (BCE) da *Universidade de Brasília* (UnB), com cada integrante tendo que cumprir a carga horária de seis horas semanais divididas de acordo com o que fique melhor para cada um. Foi criado um blog no qual se registra o trabalho e o progresso feito por cada um nas horas trabalhadas.

De quinze em quinze dias, há uma reunião de todos os integrantes do projeto para a discussão de bibliografia sobre o tema que interesse do grupo, sendo os textos ligados, principalmente, à imprensa, à literatura e à transmissão de informação. O cronograma de leituras é decidido por semestre entre os alunos e o professor Marcelo Balaban. A partir da discussão da bibliografia, debatem-se questões referentes ao banco de dados. Nessas reuniões, também são debatidos problemas surgidos durante a alimentação do banco.

Os problemas são frequentes durante o preenchimento devido à tentativa de uniformizar informações presentes nos diferentes jornais. Tem-se a dificuldade, assim, de padronizar esse tipo de fonte que, apesar de se tratar somente de jornais, é tão distinta, tendo em vista que cada um deles possui uma lógica interna própria, uma intenção específica e um determinado público-alvo.

Portanto, se surgirem dúvidas ao preencher o banco, os integrantes devem consultar o guia de preenchimento fabricado e, se este não for suficiente, levar as questões para as reuniões quinzenais, para serem discutidas em grupo. O importante é não tomar decisões sozinho, pois um dos colegas pode ter o mesmo problema mais para frente e decidir colocar a informação no banco de forma diferente, o que gera discordância entre o modo de preencher as fichas, podendo causar uma ineficiência na busca feita posteriormente pelo pesquisador. Assim, para o sucesso da pesquisa é imprescindível a padronização do modo de preenchimento.

Há, assim, além do contato frequente com diversas dúvidas e problemas referentes a casos mais específicos, problemas mais gerais enfrentados por todos os membros do grupo. Dentre eles são recorrentes aqueles que consideramos erros tipográficos ou de edição. Muitas vezes não há uma sequência lógica numérica da numeração dos capítulos, fascículos e partes. Às vezes, ocorre de informações presentes em um fascículo de um romance estarem diferentes em outro fascículo do mesmo romance, como por exemplo, a mudança do nome de um mesmo capítulo. A grafia de palavras tanto dos nomes dos personagens, como dos títulos dos capítulos e partes, assinatura e até do título do romance, pode variar, escolhendo-se, assim, o modo mais recorrente que ele aparece no jornal e indicando no campo *observações*.

Outro problema que enfrentamos é quando a fonte está cortada ou apagada. Quando está cortada, há algumas informações que podemos inferir a partir da comparação com edições anteriores, porém tem algumas que não há como saber. Quando o jornal está com as letras apagadas, muitas vezes fica difícil a compreensão do que está escrito, o que gera incerteza na hora de preencher as fichas no banco de dados. Como a fonte está *online*, à vezes nos deparamos com o problema do site estar fora de ar, em manutenção, o que atrasa nosso trabalho.

Atualmente, o banco tem um total de 1354 fichas, o que é um número ainda muito pequeno para o recorte almejado. O interessante do trabalho é que o preenchimento do banco de dados nos permite contato frequente com a fonte fazendo, assim, que aprendamos cada vez mais sobre os jornais e sua lógica, e as características desses textos de ficção publicados e desse gênero folhetim. Também, através do trabalho contínuo e do entendimento das características gerais da fonte pode-se achar a alteridade, o que é peculiar. O preenchimento do banco proporcionou-os a possibilidade de fazer pesquisas individuais referentes a cada um de nossos jornais, as quais estamos desenvolvendo como projetos no Programa de Iniciação Científica (ProIC).

Conclusão

Estamos animados com as possibilidades de pesquisa que o banco de dados nos tem apresentado até agora. Mais do que isso, com esta maneira ainda pouco familiar aos historiadores de tratar informações que possuímos em grande quantidade. Embora ainda haja poucas fichas em nosso acervo – em comparação com o número de fichas a preencher –, esperamos que o projeto possa se expandir e, com isso, agregar mais pessoas que possam contribuir com nosso trabalho.

O próprio formato da base de dados ainda está aberto a discussões e modificações, de acordo com as necessidades e condicionantes que surgirem durante a experiência de preenchimento. Esta atividade tem nos possibilitado conhecer e criar familiaridade com as fontes que estudamos, e, com o tempo, novas demandas de preenchimento poderão surgir e, até, substituir as antigas.

Enfim, a base de dados continua em construção, o que, porém, não significa que ela ainda não é útil para a pesquisa histórica. Uma vez que aqueles que estão construindo a base tem um contato direto e constante com as fontes, a própria atividade de preenchimento já tem utilidade para os historiadores que trabalham com ela, e isto tem sido bastante profícuo em termos de produção científica. Esperamos, não obstante, que num futuro próximo a base de dados possa ser disponibilizada para o público, servindo às mais diversas pesquisas que possam fazer uso dela.

Referências bibliográficas

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução impressa: a imprensa na França – 1775-1800*. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Edusp, 1996.

HEMEROTECA Digital. www.memoria.bn.br

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A linguagem política do *Panegírico de D. João III*: notas para um estudo do humanista português João de Barros

Fernando Altoé*

Graduando em História
Universidade Federal de Viçosa
fernando.altoe@ufv.br

RESUMO: Nosso objetivo nesse trabalho é demonstrar que o *Panegírico de D. João III* não se limita somente à exaltação do rei e a monarquia, mas pode ser alinhado ao gênero *espelhos de príncipes* em função de sua estrutura particular. Em outras palavras, defendemos a hipótese de que João de Barros visa mais a instrução do monarca acerca das escolhas que ele deveria fazer para bem governar seu Estado do que puramente o elogio ou a exaltação do rei.

PALAVRAS-CHAVE: João de Barros; Panegírico de D. João III; Espelhos de Príncipe.

ABSTRACT: Our goal in this work is to demonstrate that the *Panegírico de D. João III* is not only limited to the exaltation of the king and the monarchy, but can be aligned to the genre *mirrors of princes* according to their particular structure. In other words, we support the hypothesis that João de Barros aims Monarch plus education about the choices he should do well to rule his state than purely praise or exaltation of the king.

KEY-WORDS: João de Barros, Panegyric of John III, Mirrors of Princes.

João de Barros e o *Panegírico de D. João III*

O humanista português João de Barros é considerado um dos maiores representantes da cultura letrada portuguesa renascentista. As contribuições deixadas por ele abarcam uma gama de campos temáticos, tais como a história, a filosofia, a pedagogia e a gramática, o que o torna um dos maiores representantes intelectuais humanistas do século XVI. Nosso esforço, neste trabalho, recai sobre o *Panegírico de D. João III*, um escrito de 1533.²²

Inserir João de Barros dentro de uma tradição humanista portuguesa exige que não percamos de vista a influência exercida pelo movimento humanista italiano em Portugal, visto que desde os seus primórdios o humanismo português bebeu dessa fonte comum que foi a Itália quatrocentista. Segundo Nair Nazaré Soares, é com a dinastia de Avis que se inicia uma

* Este trabalho conta com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e é orientado pelo Prof. Dr. Rubens Leonardo Panegassi.

²² No que diz respeito à etimologia do termo, panegírico é uma “composição literária, em prosa ou verso, em que se exaltam as ações e as virtudes de alguma pessoa ou se celebram os feitos de um grupo de homens, de um povo, ou ainda as excelências de um lugar e a grandeza de um ideal”. (REBELO, 1982, p. 133). Vale considerar ainda que os panegíricos inserem-se no gênero oratório, e como a etimologia do termo indica, destinavam-se, de início, a ser pronunciada diante de uma assembleia pública. No caso específico do *Panegírico de D. João III*, ele foi lido na cidade de Évora em 1533, na ocasião em que a corte portuguesa estava na cidade para a inauguração de um aqueduto.

aproximação mais efetiva, sobretudo a partir do contato direto de D. Pedro com a cultura europeia, propriamente com o humanismo italiano, o que permitiu a manifestação dos ideais humanistas em Portugal. Na expressão da autora, o “primeiro humanismo português” (localizado no século XV) caracterizou-se pelo gosto por romances de cavalaria, por tratados de educação de príncipes e por uma produção historiográfica que coloca em primeiro plano as ações de figuras individuais de reis e senhores como fontes de exemplo. Essas obras assumiriam uma função didática e exemplar, assentadas na apologia do ideário da própria dinastia, e desempenhariam uma papel significativo na consolidação do conceito de Estado e na definição dos direitos e deveres entre governantes e governados. (SOARES, 2011, p. 232-235)

O movimento intelectual humanista iniciado na Itália e irradiado para outros países, como Portugal, legou à Europa, dentre outras coisas, a tradução e o conhecimento dos escritos naturalistas de Aristóteles, o que conferiu ao político relativa autonomização em relação ao espiritual. Esse mesmo movimento foi responsável pela restauração dos *studia humanitatis*, que levou à recuperação de Cícero e de inúmeros outros autores antigos. Os humanistas reanimam a figura antiga da *vir virtutis*, conceito ciceroniano que pode ser resumido, segundo Skinner, nas seguintes ideias:

(...) primeira, que realmente está ao alcance dos homens atingir o mais alto nível de excelência; segunda, que uma educação adequada constitui condição essencial para se alcançar esse objetivo; e, finalmente, que o conteúdo de tal educação deve concentrar-se num estudo interligado da filosofia antiga e da retórica. (SKINNER, 1996, p. 109)

A ênfase que passou a ser atribuída à capacidade criativa do homem desdobrou-se numa das doutrinas mais características do humanismo renascentista, traduzida na disposição do indivíduo de sentir-se em condições de utilizar da liberdade de modo a fazer-se arquiteto e explorador de sua própria vida. (SKINNER, 1996, p.119) Em outras palavras, enquanto o *rex justus* da tradição cristã aspirava somente às recompensas celestes, o “homem de virtude” ambicionará a aquisição de bens temporais como honra, glória e fama. (SENELLART, 2006, p. 41-42)

Em seu panegírico, João de Barros vale-se desse vocabulário tipicamente humanista calcado nas virtudes para fazer sua leitura a respeito das qualidades de um governante, especialmente as de D. João III. Ao longo do *Panegírico de D. João III*, o humanista se detém naquilo que configuraria as qualidades ideais de um príncipe e elege a *justiça* como a principal virtude que um governante deve ter para a conservação de seus estados: “sempre o

primeiro lugar foi dado à justiça; e isto com muita razão, porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por eles são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir”. (BARROS, 1946, p. 3-4) Para Barros, um príncipe virtuoso seria aquele que contasse com três coisas: justiça, amor da paz e religião, já que uma está intimamente ligada à outra. Nas palavras do humanista, “mal se pode conservar uma república em que não haja amor de Deus, e este amor mais cresce na paz que na guerra”. (BARROS, 1946, p. 3-4)

Além da noção de justiça, João de Barros discute outras tais como temperança, magnanimidade, liberalidade, fortaleza e prudência, numa clara referência à tradição humanista. Essa tradição deve-se em parte a Latini, grande expoente do pensamento político que, de acordo com Quentin Skinner, pertenceu à primeira geração a dispor de uma tradição latina da *Ética a Nicômano*, de Aristóteles, o que permitiu-lhe efetuar mais elaboradamente que qualquer um de seus predecessores uma análise sobre as qualidades de um governante, quais sejam: a prudência (o que inclui previdência, cuidado e conhecimento); a temperança (o que inclui honestidade, sobriedade e continência); a fortaleza (o que inclui força de ânimo, constância e paciência) e a justiça (o que inclui liberalidade, religiosidade, inocência, piedade, caridade). (SKINNER, 1996, p.68)

João de Barros destaca a prudência e a divide em três partes: aconselhar bem, julgar bem e mandar bem. O príncipe prudente é aquele que conhece a verdade e por isso não se limita a “despender o tempo em coisas que não revelam nem servem de nada”. (BARROS, 1946, p. 104) Mesmo sendo conhecedor da verdade, o bom príncipe não deve abrir mão do bom conselho, pois o contrário disso será o mal para sua república: “é coisa clara que nenhum reino não pode durar muito sem ajuda de príncipe que tenha bom conselho; mas cumpre que os conselheiros sejam verdadeiros e amigos de Deus, e que saibam e não sejam de pouca idade”. (BARROS, 1946, p. 108) Barros ainda afirma que no conselho não pode entrar paixão, ódio ou cobiça, nem pouco amor de Deus, pois tais vícios são prejudiciais às repúblicas.

Em relação às leis e aos costumes, o humanista escreve que pelo fato de os costumes de um rei serem vistos por todo o povo, é imperioso que eles sejam bons, já que o rei ocupa uma posição de centralidade no reino e por isso todas as atenções estão voltadas para ele. Logo, cumpre ao monarca ser diligente a todo o momento, pois assim “como o sol por dar claridade ao mundo nunca está quieto, assim o príncipe por fazer justiça ao povo sempre deve ser ocupado”. (BARROS, 1946, p. 6) Barros acredita que os costumes são mais antigos que as leis: “uns antigamente sem fazerem leis se governaram por bons costumes, que entre si com

muita diligência guardavam, outros faziam leis por onde viviam. Contudo, acho eu que os costumes foram mais antigos que as leis”. (BARROS, 1946, p. 15) Em relação aos maus costumes, estes devem ser eliminados “antes que criem raiz”, pois à medida que o tempo passar ficará cada vez mais difícil sua eliminação. As leis, por sua vez, têm a função de garantir a harmonia de convivência entre aqueles que vivem no reino: “isto querem e isto desejam as leis: que os vassallos e cidadãos entre si sejam conservados e vivam sem nenhum perigo uns com os outros”. (BARROS, 1946, p. 89) Para Barros, a obediência às leis não está somente para os vassallos, mas também para o rei: “assaz lhe bastará para ser excelente príncipe obedecer (como faz) às próprias leis”. (BARROS, 1946, p. 100) Caso contrário, se o príncipe não obedecer às leis que ordena deverá ser chamado de tirano.

Os excertos acima retirados do panegírico dão uma dimensão daquilo que Barros tem por objetivo: apresentar a D. João III um modelo ideal de príncipe, que no fim é o próprio monarca português. Ao mesmo tempo que o humanista se detém na construção da imagem de um príncipe perfeito, D. João III acaba por encarnar a figura desse modelo ideal de governante. Autores como Luís de Sousa Rebelo e Joaquim Romero Magalhães enfatizaram em seus trabalhos o caráter apologético do rei apregoadado por Barros. Sousa Rebelo, por exemplo, escreve que “nos *Panegíricos de D. João III e da Infanta D. Maria* João de Barros procura acentuar apenas as qualidades do monarca e da Infanta e trata de fazer realçar nesses retratos a vivência de altos valores éticos, que imprimem cunho de nobreza àqueles que são capazes de os aceitar como norma de conduta”. (REBELO, 1982, p. 134) Joaquim Romero Magalhães também enfatiza esta perspectiva: “o retrato do rei perfeito devia servir a qualquer um – no *Panegírico* Barros não escreve crônica. É o rei arquétipo que se procura fixar e transmitir, sem traços singularizantes”. (MAGALHÃES, 1997, p. 62) Contudo, há um outro elemento não considerado por esses autores que, uma vez avaliado, permite-nos alinhar o panegírico a um gênero de caráter político-pedagógico muito difundido na Idade Média e propagado até o século XVI: os espelhos de príncipes.

A exemplo de um espelho onde podemos ver nossa própria imagem através do reflexo emitido, os tratados denominados espelhos de príncipes tinham como objetivo mostrar ao governante não só o retrato ideal de sua excelência, como também seus vícios e suas fraquezas. Desse modo, o príncipe tinha diante de si um instrumento de autoconhecimento e também de purificação, pois uma vez contemplada sua própria imagem, era-lhe possível corrigir seus erros e imperfeições. Michel Senellart observa que até o século XVI as artes de governar tiveram a forma de espelho, que consistiam em catálogos de virtudes e vícios ou de

exemplos edificantes. Com os carolíngios no século IX esses espelhos adquirem a feição que lhes confere o *status* de gênero literário, constituindo-se em tratados de educação de príncipes. No final do século XII aparece o primeiro tratado sobre o governo de um príncipe com o título de *Espelho*, de Godofredo de Viterbo, e a partir daí os espelhos convertem-se em verdadeiros tratados político-pedagógicos e passam a veicular aspectos pragmáticos da governança, com especial destaque para a justiça, principal virtude régia. (SENELLART, 2006, 49-54)²³

Em seu panegírico, Barros não somente exalta a figura de D. João III como também apresenta ao monarca exemplos de tipos históricos irredutíveis, de forma a indicar as escolhas que o rei deveria fazer mediante a observação de príncipes exemplares que obtiveram êxito no governo de seus estados por terem sido virtuosos. É o que se pode observar na passagem a seguir:

Lê-se do imperador César Otaviano que com muito cuidado de noite e de dia despachava as coisas de justiça, e do imperador Trajano se conta o mesmo, tanto que parecia que cada dia um deles descansava com este trabalho. E tinha o rei Ciro que o bom príncipe não havia de levar vantagem a seus vassallos em boa vida, senão em muito trabalho para cumprimento de justiça; com o mesmo respeito se diz de Alexandre Magno que o bom rei devia sempre ter uma orelha aberta para quem quisesse acusar e outra guardada para quem era acusado (...). (BARROS, 1943, p. 6)

Em contrapartida, o humanista apresenta exemplos de reis e imperadores que não foram justos na prática de sua governança, o que os levou à ruína e à perdição. Na passagem a seguir, Barros faz referência a algumas rainhas que deixaram maus exemplos para a história:

Escreve-se de Jesabel, rainha das dez tribos e mulher do rei Acab, que sendo mulher desarrazoada e forte e de crua condição, foi causa em seu reino de muitos ódios e revoltas, matou todos os profetas, que pôde haver à mão, e mandou que se adorassem os ídolos no reino de Isabel e de Samaria. A rainha Atalia depois da morte do rei Ocozias, seu filho, governou o reino de Judá seis anos tão soberba e cruamente, que mandou matar todos os que vinham da linhagem do rei Davi; e para maior escândalo e descontentamento do povo fez edificar um templo em Jerusalém, em que mandou adorar um ídolo, que chamavam Baal, e ela porém foi morta, e houve o castigo que suas grandes maldades mereciam. Que direi de quantas diferenças e guerras civis houve no reino de França entre o rei e o povo? Lê-se de Bronilde, rainha da França, e mãe do rei Childeberto, que excedendo a toda a sorte de crueza, matou seus filhos, netos e bisnetos, deles a ferro, deles com peçonha, somente por usar à sua vontade de seus maus e desonestos apetites. Esta foi semelhante a Euricide, rainha de Macedônia, e mulher de Amintas, que foi madrasta de Felipe, pai de Alexandre Magno, a qual soltando-lhe a rédea a

²³ De acordo com Michel Senellart, “adotou-se o hábito, desde W. Berges, de designar pelo nome genérico de *Espelho dos príncipes* todos os escritos pertencentes ao gênero da parenética régia”, gênero de discurso que exorta às ações virtuosas. (SENELLART, 2006, p. 49)

seu mau e torpe desejo, fez também matar muitos seus filhos. (BARROS, 1943, p.30-31)

Por meio desses dois exemplos bastante ilustrativos, é-nos permitido inferir que Barros recorre à história com o objetivo de apontar exemplos de príncipes que ora obtiveram êxito no exercício de seus governos por terem sido justos e corretos, ora foram mal sucedidos por não terem agido com prudência, de forma a oferecer ao monarca português um reflexo das atitudes políticas – sejam elas boas ou não – de inúmeros governantes do passado. Embora Barros não aponte os possíveis erros ou imperfeições de D. João III, pelo fato de escrever panegírico, o humanista não deixa de instruir o monarca acerca das escolhas que ele deveria fazer mediante a observação de bons ou maus exemplos da história.

A respeito dos espelhos de príncipes, Michel Senellart adverte que nada nos impede de “agrupar num gênero o conjunto de textos, seja qual for sua forma literária (diálogo, discurso, tratado, sermão, poema, carta, etc.) que instruem o príncipe acerca do que ele deve ser, saber e fazer para dirigir bem seu Estado”. (SENELLART, 2006, p. 47) O autor chama atenção para o fato de que esse tipo de literatura é pouco estudada e não encontra muito espaço na história das ideias políticas, “menos porque, dirigida a príncipes, ela não teria mais interesse numa cultura democrática do que em razão de sua orientação moral”. (SENELLART, 2006, p. 47) Tendo em vista a assertiva de Senellart e a estrutura marcadamente instrutiva e pedagógica do *Panegírico de D. João III*, talvez não incorrêssemos em erro ao alinhar o panegírico de Barros ao gênero dos espelhos de príncipes.

Nossa hipótese ganha teor quando tomamos conhecimento da influência de Maquiavel em João de Barros. O historiador português Martim de Albuquerque oportunamente constatou a recepção do florentino pelo cronista português, ao verificar que os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* teria sido utilizada por João de Barros, principalmente por ter sido publicada em 1531, ou seja, dois anos antes da escrita do panegírico. Além dos *Discursos*, Albuquerque chama atenção para outras obras de Maquiavel, como *O Príncipe*, *História Florentina* e *Descrição do modo adotado pelo duque Valentino para matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto Pagolo e o duque de Gravina Orsini*. Essas três obras foram publicadas um ano depois dos *Discursos*, ou seja, em 1532. Martim de Albuquerque fez paralelos entre o *Panegírico de D. João III* e essas obras de Maquiavel e chegou à conclusão de que Barros recorreu aos textos do escritor florentino numa clara técnica de interpolação. Conforme explica Albuquerque, Barros

retirou, na verdade, exemplos ilustrativos notáveis e paradigmáticos, em geral da história da Itália, mas a respectiva *autorictas* foi suprimida e vem, frequentemente, substituída por formas impessoais e, por isso, neutralizantes: ‘dizem que’; ‘se lê que’; ‘se lê de’; ‘quem não sabe’; ‘lembrem-se que’; ‘dele se escreve’. Uma autêntica despersonalização da fonte. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 199)

De fato, quando observamos o trabalho de cotejamento realizado por Martim de Albuquerque percebemos que aquilo que João de Barros utilizou do escritor florentino foram apenas exemplos ilustrativos da história da Itália, como se nota na afirmação acima dada pelo próprio autor. As passagens no panegírico retiradas das obras de Maquiavel são aquelas que fazem referência a governos e governantes do passado, ou seja, os exemplos históricos e pedagógicos que viriam caracterizar o projeto visado tanto por Maquiavel quanto por Barros: instruir os príncipes a quem estavam sendo endereçadas suas obras das possíveis escolhas que eles deveriam fazer mediante a observação das atitudes políticas de inúmeros governantes do passado. Em outras palavras, João de Barros, na esteira de Maquiavel, visa em seu panegírico instruir o monarca português à semelhança do que se faria em um espelho de príncipe. Contudo, ele o faz dentro da estrutura de um panegírico.

À influência exercida pelas obras de Maquiavel na escrita do *Panegírico de D. João III* acrescentemos o que escreveu Michel Senellart a respeito do trabalho do escritor florentino:

Maquiavel, parodiando o gênero dos *specula*, havia substituído as virtudes do príncipe ideal por uma prudência hábil, feita de cálculo e de instinto. O modelo do bom governo, desde então, não devia mais ser buscado na contemplação de um arquétipo, mas na observação de tipos históricos irreduzíveis a uma figura única. Explosão da imagem do príncipe numa multiplicidade de *atitudes políticas* que correspondem à mudança perpétua das circunstâncias. O espelho, assim, ao mesmo tempo em que apresentava os exemplos a seguir ou a evitar, devolvia ao príncipe o reflexo das escolhas possíveis que ele tinha de fazer. Ele o ligava não mais às normas de uma perfeição intemporal, mas à contingência de sua situação presente. (SENELLART, 2006, p. 61)

A passagem acima vem corroborar ainda mais com o que temos sustentado até o momento. As inúmeras referências feitas por Barros às experiências e ações de governantes do passado, muitas delas tomadas de empréstimo do próprio Maquiavel, refletem a característica marcante dos espelhos de apresentar a determinado príncipe os exemplos a seguir ou a evitar, de modo a instruir o governante a respeito de suas escolhas. Maquiavel, como nos mostra Senellart, deixa de fixar a figura de um arquétipo como único modelo de contemplação e pulveriza a imagem do príncipe numa multiplicidade de atitudes políticas,

reflexo do aspecto contingente e circunstancial da história. Na esteira do florentino, Barros oferece ao monarca português um reflexo do que ele deveria ser e fazer para bem conservar seu Estado e recorre à experiência histórica como forma de melhor instruí-lo a respeito da arte do bom governo.

Referências Bibliográficas

ABUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de História das idéias políticas. Lisboa: Alêthia Editores, 2007.

BARROS, João de. Panegírico do Rei D. João III, por Manuel Rodrigues Lapa. In: *João de Barros, panegíricos*. Lisboa: Sá da Costa, 1943.

HAHN, Fábio André. Espelhos de Príncipes: considerações sobre o gênero. In: *História e-História*, v. 04/11, p. 1-9, 2008.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. As estruturas políticas de unificação: o rei. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SEHELLART, Michel. *As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOARES, Nair Nazaré Castro. Retórica de corte no primeiro humanismo em Portugal. In: *Máthesis*. Viseu. Nº 20. p. 231-251, 2011.

A história da literatura brasileira de Sílvio Romero como lugar de memória

Gilvaneide de Sousa Santos

Mestranda em estudos literários
Universidade Federal de Minas Gerais
gilmpb@hotmail.com

RESUMO: A presente pesquisa vem propor que a *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero, seja lida a partir de um lugar de memória, pois ela constitui um retrato indispensável para a elaboração do conceito de literatura, no século XIX, e influencia a nossa memória cultural relativa ao processo de formação de “Estado-nação”, uma vez que o método utilizado pelo autor parte de uma abordagem etnológica de literatura.

PALAVRAS-CHAVE: História da Literatura Brasileira; Sílvio Romero; Lugar de Memória.

RESUMEN: Esta investigación propone que la *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero, para ser leído desde un lugar de la memoria, ya que es un retrato esencial para la elaboración del concepto de la literatura en el siglo XIX, y las influencias nuestra memoria cultural en el proceso de formación de "estado-nación", ya que el método utilizado por el autor de un enfoque etnológico a la literatura.

PALABRAS CLAVE: Historia de la literatura brasileña; Sílvio Romero; Lugar de la Memoria.

Introdução

O conceito de lugar de memória lança novas perspectivas para a história e a memória, que, em decorrência da aceleração da vida humana, com a instalação dos tempos modernos, devem ser pensadas não mais a partir do historicismo, de uma ótica contínua, mas por meio da *mutação* que a contemporaneidade exige para as humanidades. Assim, nesse novo ritmo da aceleração, nasce a necessidade de repensar acerca da instauração dos lugares de memória que são instituídos em nossa sociedade.

Desse modo, com intuito de problematizar o lugar que a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, ocupa dentro dos estudos historiográficos, este trabalho se propõe visitar os lugares que a nossa primeira obra historiográfica ocupou no século XIX, e ao problematizar esse horizonte, lançar possíveis leituras para repensarmos seu lugar dentro do regime de historicidade da contemporaneidade, por meio do conceito lugar de memória, de Pierre Nora e outros aportes teóricos, como o conceito de “Estados-nação”, de Achugar (2006), o conceito de memória cultural, revisitado por Jan Assmann (2008), o conceito de presentismo, sistematizado por Hartog (2013).

O lugar de memória na era contemporânea

Na era contemporânea, estamos vivendo o que Pierre Nora (1981) chamou de *memória arquivística*, ou seja, com o auge da efemeridade, sentimos a necessidade de preservar todo tipo de arquivo. Assim, o arquivo é gerado dentro de uma *pulsão de morte*, mas de que morte estamos nos referindo? À morte do nosso conhecimento acumulado, de memória cultural. É para prolongar por maior tempo possível a vida dessa memória que o arquivo é gerado, pois, segundo Derrida: “[...] a *pulsão de morte* é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo.” (DERRIDA, 2001, p. 21).

Com isso, Jacques Derrida nos demonstra que o processo gerador do arquivo não tem o poder de trazer à tona o conhecimento cumulativo de uma dada cultura, mas apenas *memórias da morte* de uma sociedade. É dentro desse paradoxo, de vida/morte do arquivo, que o referido filósofo francês nos leva a pensar acerca do processo de sua elaboração:

É o que chamamos ainda há pouco, levando em conta esta contradição interna, a *mal de arquivo*. Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limite ao recalamento. Sobretudo, e eis aí o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou de destruição. Ora, esta ameaça é *in-finita*: ela varre a lógica da finitude e os simples limites factuais, a estética transcendental, ou seja, as condições espaço-temporais da conservação. Digamos melhor: ela abusa. Um tal abuso abre a dimensão ético-política do problema. Não há um mal de arquivo, um limite ou um sofrimento da memória entre vários outros: implicando o in-finito, o mal de arquivo toca o mal radical. (DERRIDA, 2001, p. 32).

Assim, a era contemporânea sofre de *mal de arquivo*, dessa impossibilidade de vencer a *ameaça in-finita* que pode deletar os arquivos em questão de segundos. Assim, a fim de lidar com a *pulsão de morte* de nossa memória cultural, são instalados os lugares de memória.

Pierre Nora (1981) propõe o conceito de *lugar de memória* em um texto que já é um clássico para os estudos referentes à história e à memória, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. O historiador francês divide esse texto em três movimentos. No primeiro movimento: “O fim da história-memória”, encontramos uma visão niilista acerca da história e da memória:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à

consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. (NORA, 1981, p. 7).

Ao decretar um possível fim da história e da memória, Nora (1981) nos convida a questionar qual o lugar que esses saberes ocupam dentro do regime de historicidade do contemporâneo, em que lidamos com a aceleração da vida humana em um ritmo jamais sentido. Essa *mutilação* do tempo atual teve origem com a instauração da era moderna, quando o homem do campo teve de si inserir nas grandes cidades e teve de adaptar seu ritmo de vida à aceleração da vida urbana.

Dentro desse novo ritmo que a vida humana ganha, o tempo para preservar a memória e a história tornaram-se escassos. Assim, com o intuito de se garantir a existência de referências do passado na contemporaneidade, plantam-se os lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1981, p. 13).

Nesse sentido, na elaboração dos lugares de memória, a história e a nação tecem os fios que guiam a linha das ideologias que sustentam tais lugares. Mas não é difícil perceber que, na contemporaneidade, no mundo globalizado, temos uma *dilatação* dos pilares da memória, diferentemente do século XIX, por exemplo, em que vivíamos sob a régia do Estado-Nação, que ditava aquilo que deveriam ser as nossas *ideologias-memórias*.

O lugar de memória de *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero

A *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, é a nossa primeira obra historiográfica. Ela foi elaborada dentro do contexto de século XIX, tendo, assim, sua base na crítica determinista, já que, nesse período, ao formular o conceito de literatura, que fosse de encontro aos preceitos românticos, os estudiosos, desse campo, tomaram como base as teorias naturalistas que influenciaram não só o campo literário, mas as ciências humanas em geral.

Desse modo, a obra romeriana que esta pesquisa analisa faz parte desse projeto do século XIX, de base positivista, teve como meta elaborar uma identidade precisa para a nação brasileira, a fim de representar melhor os interesses do Estado e silenciar as vozes daqueles que pudessem vir a ameaçar o seu domínio. Hugo Achugar (2006), ao refletir a respeito desse tema, em "Sobre os Estados-Nação", relacionado à realidade uruguaia, nos ajuda a melhor compreender o interesse que está por detrás da construção de uma identidade unitária que represente o projeto nacionalista:

Esse terror diante da violação da nação pelo Outro foi visto, no fim do século XIX, como o terror diante do/ ou daquilo que é estrangeiro, mas também foi visto como o terror diante do poder dissolvente do corpo ou, dito com o título de um quadro de Blanes, diante do poder da trilogia *Mundo, demonio y carne*. Daí que tanto a obra plástica de Blanes como a escrita de Zorrilla de San Martín – desenvolvida entre 1878 e 1888 – constitua ou tenha constituído, durante longo tempo no Uruguai, uma projeção do sonho da nação onde se construiu um “corpo da pátria” que buscava evitar o risco, ou o terror, desse Outro que constituíram os estrangeiros – aumento da migração – e o impulso do desejo ou das pulsões individuais. Tal terror manifestou-se, além disso, diante do que se poderia ser chamado de terror diante da “enfermidade” ou da “peste” e outras formas de “degeneração” ou de “delito”. Inclusive, sempre no Uruguai, esse terror diante do Outro teve uma relação particular com os indígenas dado que estes haviam sido “exterminados” várias décadas antes e, também, o terror diante dos descendentes dos antigos escravos negros. (ACHUGAR, 2006, p. 232).

Analisando o contexto brasileiro, encontramos na *História da Literatura Brasileira*, de 1888, uma teoria da literatura que tem *esse terror diante da violação da nação pelo Outro*, já que Sílvio Romero elabora uma teoria de miscigenação para o povo brasileiro em que é apagada a “disputa” entre o europeu, o índio e o negro, privilegiando a raça ariana e colocando o negro e o índio como inferiores, chegando até a teoria do branqueamento, que segundo Manguel (2001), em “A imagem como subversão”, o *branqueamento* tem como finalidade ideológica imergir o povo brasileiro dentro da cultura do branco, do europeu.

Portanto, atendendo os anseios do século XIX, ao longo da obra romeriana, encontramos um teórico que lidou com a base das ciências naturais para sistematizar seu pensamento enquanto crítico, filósofo, historiador ou sociólogo. Assim, observemos, em *História da Literatura Brasileira*, como o autor opta por uma abordagem determinista para formular sua concepção de literatura:

Pretendo escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral. Nós os brasileiros não pensamos ainda muito, por certo, no todo da

evolução universal do homem; ainda não demos um impulso nosso à direção geral das idéias; mas um povo que se forma não deve só pedir lições aos outros; deve procurar ser-lhe também um exemplo. Ver-se-á em que consiste nossa pequenez e o que devêmos fazer para ser grandes. Esta obra contém duas partes bem distintas; no primeiro livro indicam-se os elementos de uma história natural de nossas letras; estudam-se as condições de nosso *determinismo* literário, as aplicações da geologia e da biologia às criações do espírito. Nos demais livros faz-se a traços largos o resumo histórico das quatro grandes fases de nossa literatura: *período de formação* (1500-1750), *período de desenvolvimento autônomo* (1750-1830), *período de transformação romântica* (1830-1870) e *período de reação crítica* (de 1870 em diante). (ROMERO, 1960, p. 57, grifos do autor).

Percebemos, já no primeiro tomo de *História da Literatura Brasileira*, que o método utilizado por Sílvio Romero abrange não só questões ligadas aos aspectos do processo de formação de nossa literatura, mas, como aponta Antonio Candido (1963), em *O método crítico de Sílvio Romero*, a perspectiva usada pelo intelectual sergipano parte também de uma interpretação do processo de nossa formação cultural.

Considerações Finais

Voltarmos ao passado da historiografia romeriana é ir ao encontro de compreender não só a base da formação do conceito de literatura brasileira, mas também perceber como se deu o processo de interpretação da formação cultural do país, e assim, elaborarmos uma visão crítica a esse respeito.

Não queremos com isso dizer que tal obra historiográfica serve como *templum* para os estudos historiográficos da literatura brasileira, mas demonstrar que o apagamento desse *texto fundador* seria como que esconder o surgimento da base racista da teoria de nosso processo de mestiçagem.

Por fim, lidar com essa abertura de interpretação de nossos lugares de memória é admitir, neste caso, que o passado de nossa historiografia é lacunoso e que por isso é preciso voltar a ele sempre que for necessário repensar como se deu o processo de suas escolhas, pois esses lugares servem de referência para o construto não só do conceito de literatura no século XIX, mas também de nossa memória cultural acerca do processo de formação do povo brasileiro.

Referências

ACHUGAR, Hugo. Direitos de memória, sobre independência e Estado-nação na América Latina. In: *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo. In: O que é o contemporâneo e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 55-73.

ASSMANN, Jan. Religião y memoria cultural. Trad. Marcelo G. Burello y Karen Saben. 1ª ed. – Buenos Aires: Lilmod, Libros de la Araucaria, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História; O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. 2ª ed. São Paulo: FFCLUSP, 1963.

CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero: Teoria, crítica e história da literatura*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

DERRIDA, J. *Mal de Arquivo*. Uma impressão freudiana. RJ: Ed. Relume Dumará, 2001.

EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARTOG, François. Memória, História, presente. In: *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 133-191.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. Trad. Rubens Figueiredo, Rosaura Eichenberg, Cláudia Strauch. SP: Cia das Letras, 2001.

MARQUES, Reinaldo. Memória literária arquivada. *Aletria*, n. 18, p.105-120; 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *PROJETO HISTÓRIA*: Revista do Programa de estudos Pós-Graduação em História, PUC-SP, 1981.

ROMERO, Néilson. *Sílvio Romero: Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1959.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 5v

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1990.

VENTURA, Roberto. História e crítica em Sílvio Romero. In: *História da literatura: ensaios*/ Letícia Mallard [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. *O estilo tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Reflexão sobre construção de uma categoria histórica: o caso do Caipira

Hugo Mateus Gonçalves Rocha
Graduando em História
UFMG
hugogrocha@hotmail.com

RESUMO: O presente texto pretende analisar a construção da categoria histórica “caipira”, a partir da análise da produção intelectual de três autores brasileiros. Neste trabalho, são levados em consideração textos de Francisco de Oliveira Vianna, Antonio Candido e Darcy Ribeiro que tratam da formação e estrutura social das sociedades “caipiras” da região sudeste do Brasil, em diferentes períodos da História do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Caipira; Sociedade rural, Cultura rural.

ABSTRACT: This text aims to analyze the construction of the historical category "caipira", from the analyses of the intellectual production of three Brazilian authors. In this work are taken into consideration the texts of Francisco de Oliveira Vianna, Antonio Candido and Darcy Ribeiro, related to the building and social structure of the "caipiras" societies in southeastern Brazil at different periods of Brazilian history.

KEYWORDS: “Caipira”; rural society; rural culture.

O presente texto propõe, a partir de um estudo bibliográfico, analisar como a categoria histórica “caipira” foi ressignificada em importantes estudos relativos à historiografia brasileira ao longo do século XX. Pretendemos pesquisar em quais autores, períodos e contextos históricos foram propostas categorizações dos grupos sociais que povoaram os sertões dos estados que conformam hoje a região Sudeste do Brasil, especialmente os interiores de Minas Gerais e São Paulo.

Trata-se de um projeto de pesquisa ainda em estágio inicial, que será aprofundado com o processo efetivo de pesquisa, e que se ampara na produção bibliográfica, nos campos da Historiografia e da Sociologia brasileiras, que trabalhem questões ligadas à formação do universo interiorano paulista e mineiro ao longo do processo de colonização portuguesa e da trajetória brasileira pós independência.

A construção do “caipira” como tipo social característico do interior da região Sudeste do Brasil foi tratada por autores ao longo do século XX. Aqueles com os quais trabalharemos neste texto, dedicaram parte ou todo um trabalho de pesquisa ao tema da conformação da sociedade rural no sudeste da colônia portuguesa. No Brasil, principalmente no campo da

sociologia, foram produzidas obras que tiveram como objetivo refletir acerca da conformação da nação, levando-se em conta o desenvolvimento socioeconômico das regiões que hoje dão forma ao país.

Centraremos nossa análise, principalmente, em três obras: *Populações Meridionais do Brasil*, de Francisco Oliveira Vianna; *Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*, tese de doutorado de Antônio Cândido de Melo e Souza na USP, sobre as relações intergrupais caipiras; e, por fim, *O povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, livro publicado em 1995 pelo antropólogo Darcy Ribeiro.

O livro de Vianna propõe uma análise da construção da sociedade brasileira associada ao mundo agrário do espaço que conforma hoje a região sudeste do Brasil, em uma análise que parte da própria elite agrária, da qual Vianna é expoente. (REIS, 2006)

Outra obra de suma importância para esta pesquisa é o livro de Antônio Cândido de Melo e Souza. O trabalho de pesquisa foi publicado na metade do século XX e trata-se da mais completa obra de análise produzida a respeito da sociedade caipira paulista. O estudo lança luz sobre aspectos econômicos, sociais e culturais das comunidades que povoaram o interior do estado de São Paulo.

Por último, o livro *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, também será abordado. Nesta obra, Ribeiro desenvolve a sua tese sobre a conformação da nação levando em consideração uma perspectiva geral da história brasileira. Na parte final do livro, alguns capítulos são especialmente dedicados ao processo de conformação de grupos sociais determinados, dentre os quais consta o caipira, que se desenvolveu nos interiores dos estados de Minas e São Paulo.

O capítulo é intitulado “O Brasil caipira” e, nele, o autor apresenta, sob sua perspectiva, a trajetória e o processo de formação dos homens que desbravaram os ermos sertões paulistas e mineiros nos séculos iniciais da colonização portuguesa e seriam a gênese do que viriam a se tornar mais tarde as comunidades caipiras de São Paulo e Minas Gerais. (RIBEIRO, 1995)

Pretendemos fazer uma análise dessas três obras com o objetivo de compreender quais vertentes permitiram reformulações da categoria histórica relativa a esse grupo social brasileiro bastante característico, eternizado no imaginário e na cultura popular pelas artes, pela música caipira, pela pintura de Augusto Lima Júnior, pelo cinema (com o personagem Mazaropi), pela literatura (em personagens como o Jeca Tatu) e por meios como os

quadrinhos, como no conhecido personagem Chico Bento, para além de outras formas de representação do homem rural da região sudeste do Brasil.

Vianna, Candido e Ribeiro

O processo de formação da nação brasileira foi objeto de estudo no campo das Ciências Humanas ao longo dos séculos XIX e XX e ainda apresenta lacunas a serem exploradas. Em geral, os estudos sobre o tema foram feitos por autores que visavam escrever uma história explicativa da conformação do Brasil como nação moderna, traçando uma imagem do país apresentável aos brasileiros e, sobretudo, ao mundo.

Alguns trabalhos nesse sentido notabilizaram-se, sendo coroados mais tarde como os responsáveis pela construção das mais importantes teorias culturais, sociais e econômicas que versam sobre a formação do Brasil. Dentre os intelectuais responsáveis por esses estudos, destacam-se autores (entre sociólogos, antropólogos e historiadores) que seguiram as mais variadas correntes historiográficas e sociológicas para fundamentar teorias socioculturais e econômicas sobre a formação da nação brasileira.

O século XX, no entanto, foi o período de maior efervescência no que diz respeito ao estudo das ciências humanas no Brasil. Nele, foram escritas obras com relevantes reflexões acerca das diretrizes da construção sócio-histórica brasileira. Intelectuais como Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Antônio Cândido de Melo e Souza, Caio Prado Júnior e Darcy Ribeiro, para citar apenas alguns desses intelectuais, escreveram sobre a formação social e econômica do Brasil, levando em conta as distintas regiões em que o país foi dividido desde o início do processo de colonização imposto por Portugal.

A perspectiva regionalista é um aspecto essencial a ser considerada no presente estudo, uma vez que visamos analisar a categorização de um grupo social específico o qual convencionou-se denominar “caipira”, durante o processo em que se deu o desenvolvimento e formação da nação brasileira.

Oliveira Vianna, em duas diferentes obras por ele produzidas, divide o Brasil em regiões de estudo e constrói separadamente suas teorias sobre sua conformação e seu tipos característicos, analisando o processo de formação de cada região individualmente, e conseqüentemente, de seus grupos sociais.

No volume 1, de *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna analisa a região sudeste e sua formação sociocultural e econômico-agrária. No volume 2, estuda a região Sul do Brasil e sua formação socioeconômica também relacionada à sociedade e economia do campo. Vianna

pretendeu também analisar de forma separada as regiões nordeste e norte do Brasil em função de suas peculiaridades frente às outras regiões brasileiras. No entanto, como aponta a Maria Stella Martis Bresciani em *O charme da ciência e a sedução da objetividade*, Vianna não conclui esta pretensão em função da impossibilidade de estudá-las *in loco*, ou, como escreve o autor, *et naturaliste*. Ele apresenta tal justificativa em uma de seus mais preponderantes livros, *Instituições políticas brasileiras II*. (BRESCIANI, 2005. p. 199)

Aqui, nos interessa, particularmente, o volume um de *Populações Meridionais do Brasil I*, em que Vianna se dedicou à reflexão sobre a sociedade rural instalada na porção meridional da colônia portuguesa. Nessa região, encontram-se conformados hoje os estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

O livro de Vianna é dividido em uma introdução e outras quatro partes. A introdução é desenvolvida com uma descrição da aristocracia rural do sudeste brasileiro desde a sua formação, nos primeiros dois séculos de colonização portuguesa, em comparação à aristocracia rural nordestina. Vianna analisa as rupturas e continuidades existentes entre os grupos de cada região.

Nas demais seções em que dividiu o livro, o autor desenvolve uma discussão a respeito dos aspectos históricos e sociais, relativos à formação política e, por fim, à psicologia política da sociedade rural meridional. O que se observa na obra de Vianna é uma perspectiva marcadamente aristocrática, elogiosa do espírito empreendedor da nobreza lusa, como destaca José Carlos Reis em *Identidades do Brasil*. Este grupo social aristocrático rural desbravou, com a colaboração dos homens despossuídos de riqueza e títulos nobiliárquicos, e, juntos, transformaram o espaço colonial desde o primeiro século de colonização, em região habitada. (REIS, 2006; VIANNA, 1920. Cap. 1, p. 34)

O autor escreve sobre a vitória da aristocracia rural brasileira visando a participação política frente a outros dois grupos sociais da elite pertencentes a estrutura política brasileira no início do século XIX. Segundo ele, essa aristocracia se sobrepôs politicamente em relação à nobreza real, que acompanhou a realeza portuguesa no momento da mudança para a colônia em 1808, e em relação à classe mercantil burguesa enriquecida, que exigia maior participação política na governança colonial.

Vianna trata também da importância do meio rural no processo de formação econômica e social do Brasil, enaltecendo as características essenciais dos habitantes do campo que os diferem da população urbana brasileira conformada ao longo dos primeiros

séculos da colonização do território brasileiro. Para essa análise valorizadora do homem do campo, ressalta no capítulo intitulado “Psicologia do tipo rural”, as quatro características inerentes à índole moral do homem rural, que concorreram para a obtenção de sucesso em sua trajetória social e política. São elas: “o sentimento de fidelidade à palavra dada”, “o sentimento de probidade”, “o sentimento de respeitabilidade” e o “sentimento de independência moral”.

Segundo o autor, são essas as características que embasaram o sucesso e o equilíbrio da sociedade rural na sua corrida pela preponderância política no cenário brasileiro. É interessante observar que Vianna considera tanto a sociedade aristocrática quanto aquela dos homens rurais despossuídos como obtentoras das virtudes que colaboraram com a preponderância da sociedade rural no processo da formação nacional brasileiro.

A análise de Vianna se estende sobre a sociedade rural como um todo ao longo dos quatro séculos de história colonial e história independente do Brasil. No entanto, devido aos limites impostos a este texto e o caráter ainda inicial da pesquisa, torna-se impossível uma análise mais aprofundada da sua obra. O objetivo, neste momento, é de uma apresentação geral da análise Vianna sobre a sociedade rural da porção meridional do território brasileiro, dando atenção aos pontos coincidentes com os textos dos outros dois autores em questão.

No segundo texto que pretendemos analisar, Antônio Cândido de Melo e Souza desenvolve um viés antropológico. Quanto a esse objetivo, Cândido dedica, inclusive, algumas páginas no início do livro para justificar suas opções metodológicas e bases teóricas associadas à sociologia. O autor recorre a uma fundamentação de viés antropológico, com o objetivo de analisar o processo de formação da sociedade caipira paulista, levando em consideração sua conformação, seu meio de vida, sua situação na metade do século XX e, por fim, as mudanças a que os distintos grupos sociais caipiras que se formaram no interior do estado de São Paulo estiveram sujeitas a partir da mudança da dinâmica econômica de produção.

Quanto a esse aspecto, o autor defende que as relações de produção, em um primeiro momento, eram de subsistência na sociedade caipira e se baseavam na troca de produtos advindos do modo de produção familiar em pequenas propriedades. Depois, sofreram mudanças que as direcionam para uma dinâmica capitalista de produção, imposta ao meio rural a partir do final do XIX e, sobretudo, ao longo da primeira metade do século XX.

Diferente da perspectiva adotada por Vianna, que se atém de forma mais objetiva à reflexão sobre a conformação da aristocracia rural brasileira, Cândido visa uma análise direcionada à conformação da sociedade caipira despossuída de grandes propriedades. Sociedade que se desenvolveu no processo de povoação dos sertões das capitanias de Minas e de São Paulo, com as bandeiras paulistas de apreensão de indígenas e, sobretudo, de reconhecimento do território. O autor ressalta o objetivo explorador do movimento bandeirista como propiciador das descobertas minerais do final do século XVII. Descobertas estas sabidamente de grande impacto na dinâmica do processo de colonização português.

Retomando o objetivo deste texto, é essencial atentar, em relação ao livro de Cândido, quanto ao trabalho de caracterização da sociedade caipira a partir da análise de traços essenciais do grupo social em questão. Sobre o caipira paulista, o autor atenta para as características individuais dos homens e mulheres, e, conseqüentemente, para as relações que se desenvolvem entre os grupos que vivem isolados em pequenas comunidades, denominadas no interior de São Paulo como “bairros”.

Faz parte do trabalho de Cândido também a análise da relação das comunidades caipiras com os fazendeiros, que a partir de suas propriedades rurais extensas, usuárias de mão de obra escravista e posteriormente assalariada, representam o novo modelo de produção capitalista imposto ao meio rural. Segundo a fundamentação do autor, essa relação entre as sociedades caipiras e o novo modo de produção econômico que se impõe ao campo é fator fundamental no processo de desarticulação dos laços de solidariedade que regem as comunidades caipiras do interior do estado de São Paulo. É interessante aqui retomar Oliveira Vianna, que também dá atenção às estas relações de solidariedade que se estabelecem entre os homens do campo, no âmago da sociedade rural.

O antropólogo Darcy Ribeiro escreve no fim do século XX a obra de maior relevância em sua trajetória intelectual. No livro intitulado *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, o antropólogo apresenta sua teoria sobre a formação brasileira, pautado em aspectos econômicos, sociais e políticos, de uma geral. O livro é desta forma dividido em quatro partes e estruturado a partir de uma análise que contempla aspectos bastante específicos do processo de formação do Brasil. Dentre os textos da obra, destacam-se aqueles em que o autor analisou separadamente as matrizes étnicas que participaram do processo de miscigenação e formação do povo brasileiro em suas bases reconhecidamente multi étnicas e culturais.

O livro é concluído com a quarta e última parte denominada “Brasis na História” (RIBEIRO, 1995), dedicando textos específicos que tratam de categorias históricas

pertencentes a formação brasileira, dentre elas os “Brasis” caboclo, sulino, sertanejo e crioulo, além do “Brasil Caipira”, que é o interesse específico em nossa análise. Nestes textos, o autor fornece sua interpretação sobre a formação das populações de regiões específicas do país, sujeitas ao processo analisado.

A povoação do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais é tratada por Darcy Ribeiro levando em consideração o contexto de formação da sociedade caipira. Segundo o autor, essa formação teve a sua gênese com expansão das fronteiras geográficas possibilitadas pelo intento explorador bandeirante, ao longo do século XVII, com a corrida pela descoberta das riquezas minerais contidas no interior da colônia portuguesa.

Ribeiro constrói sua teoria sobre a formação da sociedade caipira ressaltando a assimilação, por parte do homem povoador da região sudeste, de características lusitanas e indígenas, no processo de desenvolvimento da sociedade rural. Neste texto, o autor se propõe a narrar o processo desenvolvido na colônia em que as matrizes étnicas se miscigenaram e, a partir deste cenário, foram se conformando, como produto da mistura entre os grupos étnicos agentes do processo, tomando a forma de uma nova sociedade.

Segundo a linha de raciocínio do autor, esta sociedade apresentava características ligadas à forma de produção e de sociabilidade condizentes à realidade do colonizador branco e, ao mesmo tempo, ao indígena subjugado no longo processo de formação social. Para Ribeiro, o filho da indígena e do português branco colonizador se torna um novo homem, o paulista. Este indivíduo, por sua vez, é negado em suas duas origens étnicas. A branca, por ser mestiço. A indígena, por ser filha das mulheres em uma sociedade marcadamente patrilinear. Desta forma, estes homens são para Darcy Ribeiro os legítimos e primeiros brasileiros.

Dando continuidade a esta análise, Ribeiro se preocupa em ressaltar a rusticidade característica das sociedades caipiras, determinadas pela conformação tribal indígena em conjunto com condições a que os povos colonizadores estavam sujeitos, como, por exemplo, a mobilidade no espaço colonial da região sudeste do território.

Considerações finais

A análise da produção sobre a conformação da sociedade caipira nos três autores trabalhados neste texto possibilita uma conclusão em que podem ser relacionadas as continuidades e distanciamentos entre suas teorias. Em Oliveira Vianna, percebe-se uma análise que leva em consideração a sociedade rural da elite, sem que haja uma negação em

relação à contribuição das classes rurais despossuídas ao longo do processo de formação da sociedade rural brasileira.

Como salientado previamente, há uma mesma perspectiva nas interpretações de Vianna e Antônio Cândido no que se refere à relação pautada na solidariedade entre os grupos estabelecidos no espaço rural da porção sudeste da colônia portuguesa.

Nos dois autores é possível identificar a atenção dada à cordialidade e espírito de solidariedade entre as diferentes sociedades rurais. As quatro características essenciais eleitas por Vianna como inerentes ao homem do campo são interpretadas pelo autor como fundamentais para a construção de uma sociedade que teve sucesso político e econômico. Na análise de Cândido, este espírito de união é analisado quando o seu texto trata da relação existente entre as comunidades caipiras de diferentes povoações ou diferentes “bairros” se concentram em fornecer ajuda de forma mútua na realização de trabalhos, seja de interesse coletivo, como a construção e reparo de equipamentos comunitários como pontes, estradas ou estruturas religiosas, ou na realização de trabalhos de cunho privado, como a colheita de uma lavoura, construção de moradias ou de estruturas essenciais ao trabalho em uma unidade de produção familiar caipira.

Outro aspecto que pode ser destacado é a mesma perspectiva encontrada nos textos dos três autores que dão atenção à participação das bandeiras paulistas no processo de povoação e constituição dos grupos sociais caipiras. Embora valorizadas e analisadas a partir de abordagens diferentes, a povoação do interior da capitania de São Paulo e da capitania de Minas Gerais a partir da sedentarização de pequenos grupos pertencentes às expedições de reconhecimento do território, são tratadas por Vianna, Cândido e principalmente Ribeiro, de forma que esta consideração não poderá esquecerida nesta análise que se presta a refletir sobre a construção da caracterização da categoria “caipira”.

No entanto, como é condizente a um estudo que pretende estabelecer um estudo comparativo entre textos, existem confrontos no cerne das análises que podem ser trabalhados no desenvolvimento da pesquisa. Para se eleger um exemplo de perspectivas que se confrontam, pode-se citar a forma negativa com que Oliveira Vianna analisa o processo de miscigenação entre brancos e indígenas no processo povoamento do sertão paulista frente a perspectiva elogiosa em relação a mesma questão, quando tratada por Darcy Ribeiro em seu texto. Para a realização deste trabalho comparativo, deverá ser levado em consideração o contexto das correntes historiográficas e sociológicas que influenciam os trabalhos. Há de se relativizar as análises para que não seja realizado um julgamento dos autores. Este

definitivamente não se trata de um objetivo a ser alcançado a partir das reflexões acerca do tema.

Oliveira Vianna, como pontuado no início do texto, é conservador, como defendido por autores que se prestaram a estudar sua produção intelectual. Sua obra carrega concepções racialistas bastante características das produções sócio-históricas do início do século XX, questionadas a partir das décadas seguintes do século XX. Por outro lado Ribeiro nos escreve de um outro tempo, em que concepções que levam em conta grandes distanciamentos deterministas entre etnias, já não são consideradas como uma base teórica apropriada para a construção de teorias sobre processos em que há miscigenação.

Como exposto ao longo do texto, este trabalho deverá ser continuado, baseando-se em análises de maior fôlego das três obras selecionadas e de uma bibliografia mais extensa em que a construção da categoria caipira é trabalhada. O objetivo inicial deste texto é o de lançar luz sobre a questão, de forma a analisar como foi configurada uma imagem consensual sobre o caipira, agente partícipe do processo de formação da nação brasileira e que se faz presente na cultura brasileira na contemporaneidade.

Os trabalhos mais recentes que debruçam sobre este tema têm preocupações outras que não se relacionam diretamente a construção da imagem do caipira na historiografia e na produção sociológica do século XX. Há trabalhos recentes que tratam sobre as representações do Caipira no campo das artes e da literatura, por exemplo.

O que será proposto, em um trabalho futuro que tem seu início com estes estudos, é uma análise que se preste a amarrar as relações existentes entre os textos produzidos no século XX que se debruçam sobre a temática escolhida.

A seleção dos textos de Oliveira Vianna, Antonio Cândido e Darcy Ribeiro para o início do trabalho ocorreu por uma opção em que se levou em conta a linha intelectual as quais recorreram os autores trabalhados e a distância temporal que marca a escrita dos três textos ao longo do século XX. Estas questões em que foram baseadas as opções teórico-metodológicas apresentam uma série de lacunas que poderão ser posteriormente exploradas e discutidas de uma forma mais intensa e específica.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Tudo é História, v. 75, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2010. 1ª edição, 1964)

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 65-109.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC*. – 9ª ed. ampliada – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

_____. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim: A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil* Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1973. (1ª edição, 1920).

Resistência negra através da religiosidade nas Minas dos setecentos: um estudo de caso

João Antônio Damasceno Moreira

Mestrando em história pela
Universidade Federal de São João del Rei;
fox.moreira@hotmail.com

RESUMO: Lutando contra as condições impostas pelo sistema colonial, os negros no Brasil, buscaram diversas armas para essa batalha, entre elas encontramos as “artes mágicas”, a qual ia contra as imposições da fé católica e gerava um rebuliço no interior do sistema. Exemplo disso é a denúncia contra a escrava Florência de Souza Portella que com suas artes, enfrentou a configuração social vigente e conseguiu vantagens, respeito e poder.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, Religiosidade, Colônia, Escravidão e Resistência.

ABSTRACT: Struggling against the conditions imposed by the colonial system, the blacks in Brazil, sought several weapons for this battle, among them we find the "magical practices" which went against the impositions of the Catholic faith and generated a stir within the system. An example is the complaint against the slave Florência de Souza Portella who used her magic to face the social setting of the time and acquired benefits, respect and power.

KEYWORDS: Inquisition; Religiousness; Colony; Slavery; Resistance.

Introdução

Na península Ibérica nos primeiros anos da época moderna, a despeito da tomada de consciência da Igreja como propagadora da ortodoxia da verdadeira fé a ser seguida por todos os seres humanos, das imposições tridentinas sobre a homogeneização da sociedade e a melhor preparação dos prelados, que deveriam assumir a função e ter a capacidade de guiar os fiéis a encontrarem a verdade da religião, sobreviveram práticas oriundas da religião folclorizada da Idade Média, da crença no poder da magia e em suas práticas, no poder de objetos sagrados, palavras e orações, como soluções práticas aos problemas cotidianos populares. Essas práticas sobreviventes, mesmo perseguidas pela Igreja através da ação dos tribunais inquisitoriais e episcopais e em certa medida também por tribunais civis, permaneceram entre a população e chegaram à colônia trazida na bagagem dos imigrantes colonizadores, principalmente os que vieram degredados pela inquisição.

Ao recorrerem a curas supersticiosas, com utilização de defumadouros de ervas, beberagens, adivinhações em bacias d'água ou na tão difundida prática da peneira com a tesoura, ou da chave dentro dos livros das horas de Nossa Senhora, ao recorrerem aos poderes

das orações para retirar ou causar malefícios, ao buscarem proteção nas cartas de tocar que acreditava-se, fechava o corpo a qualquer metal, doença ou picadas de animais peçonhentos, perigos comuns à lida colonial, ao participarem dos calundus e catimbós onde as almas dos antepassados voltavam e diziam as causas das doenças ou os motivos dos desassossegos, ao entregarem a alma ao diabo, ou concorrerem em qualquer uma dessas e muitas outras práticas, que para o discurso demonológico dos inquisidores, presumia pacto implícito ou explícito com o demônio, os colonos buscavam confortar-se e resolverem suas mazelas e conflitos cotidianos. A magia era o caminho alternativo para os problemas oriundos de ordens diversas e o elo entre as pessoas e as práticas comuns de seus antepassados (SOUZA, 1986, p. 230).

Em seu trabalho sobre as crenças e práticas mágico religiosas em Portugal, José Pedro Paiva, busca compreender o quanto as esferas culturais da sociedade estavam imbricadas ao recorrerem ao simbolismo dos feiticeiros para a resolução dos conflitos cotidianos (PAIVA, 1997, p. 95). Buscava-se na feitiçaria a manipulação das ações e vontades, por meio de encantamentos, como pingar uma gota do sangue menstrual no vinho do amante a que se queria conquistar, na mesma medida também era comum os fervedouros, os encantamentos de objetos por meio de palavras e evocação de episódios da vida de santos, como santo Erasmo, santa Helena e santo Antônio, bem como evocação de espíritos do outro mundo para o favorecimento de amores ilícitos. Também os poderes dos astros apareciam nas “devoções” mágicas, evocando elementos diversos de crenças pagãs, cujos verdadeiros significados há muito haviam se perdido. Na magia, buscava-se também conforto para os males do corpo, as doenças que a limitada medicina douta ainda não conseguia remediar, principalmente se considerado as péssimas condições de higiene e a má alimentação das pessoas neste período e as hordas de epidemias que assolavam a população. Outras características eram atribuídas aos feiticeiros, como a capacidade de causar malefícios a quem se desejava prejudicar, assim como também o poder de adivinhar o futuro e até poder manipulá-lo, como o uso da peneira e da tesoura, muito difundido também na colônia, assim como a adivinhação pela água. Conforme PAIVA (1997, p. 137), esta era a mentalidade religiosa popular portuguesa, fruto do hibridismo de diferentes crenças e cultos de diversificadas origens, cujos verdadeiros significados há muito já estavam esquecidos e suas práticas limitavam-se à repetição através das gerações sucessivas, bem como as adaptações e cruzamentos que delas as pessoas faziam.

Este arcabouço cultural foi levado na bagagem para o Brasil, dos imigrantes colonizadores, que no Novo Mundo encontraram terreno propício para novas adaptações e apropriações de diferentes práticas, ameríndias e africanas, valendo-se delas, como

mecanismos de enfrentamento e soluções para os problemas e conflitos coloniais, assim como na metrópole, mostrado por SOUZA (1986) em seu trabalho sobre o Brasil. O amálgama dessas práticas de diferentes fontes culturais representavam a mentalidade religiosa portuguesa, refundida na colônia aos novos elementos aqui disponíveis, que passaram a representar o específico colonial.

Na linha das reflexões de PAIVA (1997) a respeito da religiosidade popular em Portugal e sua influência em território colonial, SOUZA (1986, p.156) teoriza a respeito do corpo de crenças amalgamadas que formaram o espectro específico mágico colonial. A base das crenças populares era subsidiada pela permanência de resquícios da folclorização medieval do sagrado religioso, o fascínio causado por tudo aquilo que simbolicamente representava a figura divina e os sacramentos religiosos. A Igreja, conscientizada de ser a única portadora da verdadeira lei de Deus, responsável em sua concepção pela homogeneização dos costumes e por guiar os fiéis ao caminho da salvação em Cristo, acreditava na necessidade de efetuar a limpeza no seio da sociedade das superstições que ameaçava a efetivação de sua missão evangelizadora.

É marcante no trabalho da historiadora, a relação das crenças e superstições mágicas presentes na colônia e as existentes no seio da população portuguesa. Mas, também observamos as redefinições e adaptações fruto do contato dessa mentalidade com as cosmogonias ameríndias e africanas também constituintes do estrato social colonial. O século XVIII, talvez, seja o período que melhor ilustre a mistura cultural na qual se encontrava a colônia. As práticas destinadas às curas, por exemplo, eram em sua maioria realizadas através de sopro e/ou sucção, pois acreditava-se que pelo sopro o curandeiro passava sua força vital e através da sucção retirava todos os males que castigavam o corpo, tais crenças, acrescentado aí também o ato de desenterrar (SOUZA, 1986, p.230-231), nos dão margem para perceber como de fato, práticas europeias e africanas estavam imbricadas umas nas outras, pois sugar, assoprar e desenterrar eram comuns tanto entre portugueses quanto entre africanos. Além disso, também no século XVIII pode-se observar em um mesmo contexto, muitas vezes combinados, magias invocativas, de cunho europeu, curandeirismo comum entre africanos, o xamanismo ameríndio e algumas tradições populares antigas. Outros elementos, como os ingredientes usados para preparar os feitiços, nos dão mostras do quanto misturadas estavam as mais diversas práticas, muitas sem seu significado original, já outras com significados bem preservados, mas todas possuidoras de traços comuns, principalmente em seus objetivos,

atender os acontecimentos diários, fazendo com que a dureza e ingratidão da vida ultramarina devido ao colonialismo e escravismo, fosse, ao menos em parte, amenizada.

A formação colonial foi sempre permeada por uma constante tensão, e assim, influenciou muitas vezes as práticas mágicas realizadas pelos colonos, visto que o sistema era extremamente desfavorável às classes mais pobres e principalmente aos cativos. Assim, uma das formas de defender seus interesses, especialmente entre os escravos, e manterem sua integridade física, era valendo-se dos recursos da magia, utilizada também na metrópole de forma similar, como demonstra PAIVA (1997, p.137). Ou seja, outro fator determinante para a formação do sincretismo específico colonial, foi a situação política do período. Por outro lado, as práticas mágicas e seus derivantes, além de refletirem o sincretismo religioso encontrado na colônia, tendem a refletir também os conflitos e tensões inerentes à sobrevivência colonial, principalmente no que tange as relações entre senhores e escravos. Como poderemos observar mais adiante os feitiços e as práticas ligadas à magia, ofensivas ou não, podiam mostrar mais que ligações entre escravos e seus antepassados, mas também se configuravam em uma forma de resistência negra frente ao sistema escravista. Resistência, não tentativa, porque em muitos casos, provavelmente pelo medo que os senhores tinham do potencial mágico de seus escravos, eles acabavam, quase sempre, conseguindo o que pleiteavam (SILVA, 2008, p.98). De forma geral, os feitiços e as mais diversas artes mágicas utilizadas pelos cativos, representavam para os mesmos, uma forma de saírem ou ao menos driblarem o sistema em que estavam inseridos, sem a necessidade de destruí-lo. Para isso, atacavam ao Senhor e à sua família, como também diretamente sua propriedade, jogando feitiços contra seus escravos, animais e mesmo bens inanimados, até mesmo na pior das hipóteses se matando, provocando-lhe grande prejuízo material e causando enorme preocupação quanto às possibilidades de perda entre suas peças.

Nesse contexto, Minas Gerais, devido ao seu alto índice de cativos, protagonizou um dos maiores campos para existência desses conflitos. Esse elevado número de escravos na província fornecia combustível para a propagação dos conflitos entre senhores e escravos, e assim, o medo das reações cativas foi difundido nas Minas. O uso de práticas mágicas no dia-a-dia era frequente, por parte não só dos cativos africanos ou já nascidos em território colonial, mas também entre toda a população, independente da classe a que pertencia (CALDAS, 2006/2007, p. 103). Entre os cativos principalmente, tais práticas, eram talvez o único elo com suas terras de origem. Somando a isso, atraídos pela corrida do ouro, pessoas de diversas origens, degredados, desbravadores, paulistas, emboabas chegaram à região

aurífera aos bandos, ocupando seus territórios e dominando o gentio. Dessa forma, Minas configurou-se solo fértil para disseminação e mescla de elementos aqui já existentes com os presentes nas culturas africanas, tornando-os parte integrante da vida nos arraiais auríferos. Assim, novas práticas foram criadas, algumas adaptadas e modificadas e outras mantidas (SOUZA, 1986, p.97).

Enquanto vida eu tiver, ninguém há de “bolir” com vocês

Na tentativa de fuga das mais diversas formas de opressão, muitas vezes os negros, inseridos em um contexto onde tinham poucas alternativas de melhores condições de vida, buscavam formas para se esquivarem e viverem da melhor forma que lhes fosse possível, uma das possibilidades, visto que a fuga significava uma alternativa perigosa e incerta, era o uso das “artes diabólicas”, fosse para resolver questões de saúde, amenizar ou evitar castigos e até mesmo solucionar problemas de amor (SOUZA, 1986, p. 272). Independente da intenção ou da forma como era feita e utilizada, tal prática, que não ocorreu somente entre os cativos, é de vital importância para a compreensão de como negros, índios, brancos, pobres e ricos se relacionavam com tais práticas e, por conseguinte como se relacionavam entre si, utilizando tais artes como amortecedores das complicadas relações sociais.

É bem sabido que a Inquisição e a imposição por parte da Igreja de uma ortodoxia católica, com seu discurso, criava na mentalidade popular a condição de deslealdade para com Deus, caso não relatasse algum assunto de desvio de fé que tivesse nota, transformando toda a população em possíveis desviantes da fé, considerando que a omissão presumia um desvio em si. A Inquisição criou uma horda de denunciadores, verdadeiros espiões da Igreja, deteriorando o tecido social, transformando simples conflitos entre vizinhos em assuntos de fé. Em situações onde havia querela, a denúncia poderia servir como vingança a quem se queria prejudicar, visto que aquele que caía nas malhas inquisitoriais, dificilmente saía ileso, mas sempre estigmatizado (SOUZA, 1986, p. 272).

O período colonial brasileiro foi marcado por um intenso processo de aculturação, onde novos referenciais simbólicos foram forjados a partir da junção do sincretismo religioso português às diferentes cosmogonias ameríndias aqui já existentes, posteriormente, a inserção dos africanos escravizados na colônia, também portadores de suas diferenciadas culturas, veio completar a fusão de pensamentos e práticas que configuraram a específica mentalidade religiosa colonial.

Os mais de 300 anos de escravidão no Brasil, desde o princípio foram mediados por relações de dominação de uma classe expropriada de seus direitos básicos de liberdade pela classe senhorial oriunda dos mais variados estratos aristocráticos portugueses que representavam o administrativo colonial. No entanto, o que tem sido observado em novas pesquisas, intensificadas cada vez mais a partir da década de 80, onde as mentalidades das culturas do passado passaram a ocupar lugar de destaque na historiografia brasileira, é que em muitas vezes as relações senhor/escravo foram mediadas por tensões conflituosas, na qual a resistência cativa frente às imposições senhoriais se destacam, demonstrando o quão equivocadas estiveram as opiniões da extrema passividade cativa na colônia, onde os escravos foram vistos mais como meros fantoches dos senhores do que ativos agentes de formação cultural. Observa-se também as infundáveis possibilidades de negociações, em que as duas classes sempre estiveram ligadas de forma interdependente, buscando atender aos interesses de ambas as partes. Sem esses ajustes, seria difícil compreender o porquê de a escravidão ter durado tanto em nossas terras²⁴.

Laura de Mello e Souza, em seu importante trabalho sobre magia e religiosidade popular no Brasil colonial, atenta para a especificidade da população que se forjou em Minas Gerais no século XVIII, no contexto da descoberta e exploração aurífera. Segundo a autora, a região foi campeã de conflitos inerentes das relações escravistas, onde os negros buscavam nas amalgamadas práticas mágico-religiosas, elementos que pudessem reestabelecer a harmonia e amenizar as agruras de seus cotidianos, essas práticas poderiam representar importantes mecanismos de resistência e ameaça à integridade da propriedade senhorial (SOUZA, 1986, p. 265).

Um bom exemplo do que ora se apresenta, é a denúncia constante nos Cadernos do Promotor do Tribunal Inquisitorial de Lisboa, referente ao arraial dos Prados, termo da Vila de São José del Rei na província de Minas Gerais. Em 1773, Thomaz Pereira de Melo, relata um interessante caso envolvendo desde conflito direto entre senhores e seus planteis, até as sutilezas das negociações e conveniências que envolveram interesses diversos, chantagem e medo, revelando muito dos anseios, da cultura e da mentalidade religiosa da sociedade mineira dos setecentos, bem como o impacto causado pelo discurso inquisitorial sempre corroborando para intensificação dos conflitos cotidianos. (ANTT, livro 319, doc. 115)

²⁴ A escravidão no Brasil durou mais de trezentos anos não só pelos meios repressivos de que o sistema se valia para controlar o cativo - castigos, açoites e punições etc. -, mas, sobretudo, pelas estratégias que senhores e escravos utilizavam tanto para manutenção do cativo quanto para melhor sobreviverem em sua realidade social. (SILVA, 2008).

O Arraial de Prados estava inserido no seio da sociedade mineradora, em região muito rica em fazendas de produção de gêneros de subsistência, portanto com grande população cativa com potencial para desencadeamento de conflitos. Na referida denúncia, Thomaz Pereira, talvez por inimizade ou algum tipo de vingança, busca incriminar o alferes Domingos Rodrigues Dantas, acusando-o de proteger e valer-se dos poderes de alguns feiticeros que viviam na Vargem, subúrbio do Arraial, localidade denominada pela população da época como "Aldeia Dos feiticeros". O denunciador segue com sua narrativa relatando o ocorrido entre Domingos Dantas e a mulata Florência de Souza Portela, com quem tinha tratos de amizade e boa convivência há muito tempo. Segundo ele, a mulata havia enterrado na porta do denunciado uma panela com feitiços, considerada no período como uma das práticas de maior violência, envolvendo pacto direto com o demônio. Quando indagada dos motivos de haver promovido tal "diabrura", respondeu que não haveria ele de se casar e ela continuar cativa para o resto da vida, que ela "com seus remédios" não permitiria, mesmo que para isso fosse para o inferno. Com o intuito de se livrar de tão terrível sina, o denunciado procurou por Antônio de Souza Portela, proprietário da mulata feiticera com o intuito de conseguir a liberdade dela. Talvez, como prova da possível rede de clientelismo e troca de favores, antes mesmo do pôr do sol estava a mulata alforriada. Segundo Tomás, na realização do feitiço, a mulata contou com o auxílio de seu irmão Simão de Souza Portela. Os dois, algum tempo depois, teriam matado com a eficácia de seus poderes seu senhor Antônio de Souza Portela. Como diz LÉVI-STRAUSS (1975), a crença na prática, acarretava mais eficácia que a própria prática em si e o fato, por coincidência ou não, de Florência ter sido bem sucedida no evento da panela de feitiço na porta de Domingos Dantas e no assassinato a ela atribuído serviu para lhe angariar crédito e respeitabilidade de poderosa feiticera. Além desses crimes, imputavam-lhe ainda a morte do marido de sua sobrinha, que segundo o denunciador, devia-lhe grandes quantias.

Tão presente estava a magia no arraial dos Prados e tão grande era a vontade de Tomaz em "exercer seu dever católico", que aparecem em sua denúncia mais três implicados em uso de feitiçaria na resolução dos problemas cotidianos de Prados. Catarina, Izidoro e Isabel foram acusados pelo denunciador por deixarem uma escrava de um potentado local, com quem tinham suas diferenças, cega, surda e aleijada, onde fica claro, como acontece em muitas outras denúncias nos cadernos do promotor, a intenção de causar prejuízo na propriedade cativa, pois nessas condições a escrava afetada pelos feitiços ficaria inútil. Eis um

bom exemplo do quanto a magia servia como resistência e legitimação de enfrentamento à dominação senhorial, como tem demonstrado SOUZA (1986).

Esses mesmo feiticeiros foram também acusados de matarem uma menina de 15 anos, filha de um homem que lhes devia dinheiro, porém, fica claro na narrativa que o alvo da vingança era outra filha do mesmo. Após o engano, com medo de retaliação, os três pediram socorro ao alferes Domingos Rodrigues Dantas, principal acusado na denúncia, o qual lhes oferece proteção, declarando que ficassem tranquilos, pois enquanto vida ele tivesse, "ninguém haveria de bolir com eles" (ANTT, 319, doc. 115).)Domingos Dantas chega a solicitar os serviços de Izidoro como adivinho para que descobrisse as "poucas vergonhas" de suas escravas no presente e no futuro, ou seja, um exemplo da apropriação, por parte dos senhores, da cultura dos negros para resolverem seus próprios problemas. Nesse caso, usa-se a magia africana contra os próprios negros (CALDAS, 2006/2007, p.105). Os três utilizavam seus poderes como fonte de renda, atividade bastante comum no período, não só pelos negros, mas também pelos demais extratos sociais, sendo solicitados para interferirem em diversas situações em que coubesse a utilização da magia como atenuante ou agravante dos conflitos. Torna-se claro a conveniência do alferes ao oferecer guarida aos três feiticeiros, se considerarmos as vantagens de possuí-los em dívida de gratidão, como também o respeito perante a sociedade que poderia se intimidar com a proximidade do poderoso alferes. Nota-se, então, uma cumplicidade de interesses que muitas vezes associava as classes em prol do alcance de benefícios e vantagens distintas.

Nessa sociedade extremamente conflituosa, muitas foram as formas de resistência e adaptação às condições impostas aos negros em terras coloniais. Destacam-se as irmandades religiosas, onde se podiam aglomerar e buscar certa força de representação social, manifestada principalmente nas festas de reis, onde um rei negro era coroado em dias específicos de festas, aludindo à mescla de elementos culturais típicos africanos e católicos ibéricos (SOUZA, 2002, p.132). As revoltas também sempre estiveram a amedrontar os senhores. Podemos citar o temporalmente deslocado exemplo da Revolta de Carrancas, muito bem analisada por ANDRADE (2008), na qual os cativos da fazenda da Bela Cruz se revoltaram e cruelmente dizimaram a família de seus senhores em busca de liberdade e melhores condições de vida. Os quilombos, principal refúgio àqueles que não mais suportavam as condições em que se encontravam, lutavam por direitos e independência de suas comunidades perante a instituição escravista.

Pouco ainda se ouve falar das manifestações de resistência e adaptações através do uso da magia e elementos da já citada religiosidade amalgamada forjada na colônia. Os cativos, indígenas ou africanos, buscaram em suas origens culturais elementos que pudessem oferecer um referencial de conforto, além de lhes socorrerem nas agruras da lida cotidiana colonial. Mesmo inevitavelmente imersos no catolicismo, elementos simbólicos e práticas populares oriundas de seus antigos estratos culturais sobreviveram e serviram de aparato para a religiosidade específica que se forjou na colônia. Muitas foram as possibilidades e rituais que estiveram presentes em Minas Gerais entre a cultura popular no século XVIII, que mesmo perdidas de seus reais significados de origem, sobreviveram e representaram a esperança de possíveis futuras melhorias de condições de sobrevivência. Além da resistência perpetrada com o uso da magia, ela também serviu como mecanismos de trocas culturais e negociações de interesses e influências, onde fica claro as absorções da cultura popular da magia e da religiosidade negra entre os senhores brancos europeus, bem como a europeização das camadas populares.

O estudo de casos particulares e desconhecidos, de pessoas que viviam em seu anonimato, pertencentes à gente comum da colônia, pode trazer a lume o que essas pessoas pensavam, diziam e como agiam em seus contextos. Buscar nestes relatos a história da cultura popular, suas práticas e ações, a mentalidade em si, pode contribuir para o instigante e interminável debate sobre a história cultural, onde conflitos, visões de mundo e crenças cotidianas, demonstram as diferenças e múltiplos pensamentos dentro de um mesmo contexto social, anseios, disputas, preferências, onde todos lutavam constantemente contra as mazelas e problemas do dia-a-dia, mas também com o próprio contexto em si.

Da complexa mentalidade popular que se configurou no *modus vivendi* da população negra aqui compulsoriamente inserida, chamam à atenção, das distintas formas de adaptação e resistência, a maneira como as mesinhas ibéricas, os calundus africanos, a administração de pós, poções, o uso de cartas de tocar e utensílios sagrados como forma de fechar o corpo aos riscos do cotidiano, eram utilizados como solução, busca de conforto, proteção, resistência às injustiças senhoriais e até sobrevivência material na complexa lida colonial (SOUZA, 1986, p.291). O estudo de casos como o de Florência nos permite observar as facetas do cotidiano comum das pessoas colônia, além de contribuir para o instigante debate acerca da cultura popular forjada no Brasil e suas mais diversas contribuições.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - Cadernos do Promotor

Livro 296 [1732-1746], fol.0611, doc. 257.

Livro 304 [1719-1752], fol. 0623-0643.

Livro 318 [1740-1761], fol. 1250-1251.

Livro 319 [1769-1790], fol. 0277-0287.

Arquivo histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei.

Inventário Florência de Sousa Portella, caixa nº 398.

Testamentos Florência de Sousa Portella, caixa nº 108.

Bibliografia

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CALDAS, Glícia. A magia do feitiço: apropriações africanas no Brasil colônia. *Revista eletrônica: Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa*, São Paulo, v. 1, n 001, p. 96-109, set./fev. 2006/2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990

LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

NOVINSKY, Anita. Ser marrano em Minas Colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n 40, p. 161-176. 2001.

PAIVA, Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”*. Lisboa: Notícias, 2002.

SILVA, Cristiano Lima da. O serviço mais íntimo e delicado: aspectos do universo da escravidão doméstica e algumas formas de conquista de alforria. *Mal-estar e sociedade*, Barbacena, ano I, n 1, p. 89-110, nov. 2008

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

SOUZA, Marina de Mello e. Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre a miscigenação cultural. *Afro-ásia*, UFBA, n. 28, p. 125-146, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

“Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”: a guerrilha informacional do movimento indígena de Chiapas*

Júlia Melo Azevedo Cruz

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

juliameloac@gmail.com

RESUMO: O objetivo do artigo é apresentar a pesquisa “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”: a guerrilha informacional do movimento indígena em Chiapas”, cuja finalidade é analisar a estratégia de ação política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que – entre outras demandas – se opõe aos efeitos da globalização neoliberal. A forma de luta do movimento foca no uso da Internet, que contribui para a criação de uma rede internacional de comunicação e de solidariedade. O zapatismo é estudado dentro do contexto dos novos movimentos sociais que emergem no final do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: zapatismo; neoliberalismo; novos movimentos sociais; Internet; globalização.

ABSTRACT: The objective of this article is to present the research project “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”: a guerrilha informacional do movimento indígena em Chiapas”, which aims to analyze the strategy of political action of the Zapatista Army of National Liberation (ZANL), which opposes – among other things – the effects of neoliberal globalization. The movement focuses on the use of Internet, which contributes to the creation of a international network of communication and solidarity. The zapatism is studied within the context of new social movements that emerged in the end of the 20th century.

KEYWORDS: zapatism; neoliberalism; new social movements; Internet; globalization.

O final do século XX foi marcado pela eclosão de novos movimentos sociais que se distinguiram, em grande medida, de movimentos emergidos anteriormente, por sua configuração, seus objetivos, suas estratégias e seu contexto de surgimento. Esses novos movimentos sociais surgiram em um cenário de modernização econômica e de uma ordem geopolítica cada vez mais global e capitalista, que excluía grandes parcelas da população mundial e passava a adentrar fortemente os espaços locais. Na América Latina, camponeses e indígenas foram grupos mais afetados por essa globalização econômica e resistiram a ela dentro de uma longa tradição de luta no continente. Entretanto, a resistência foi inovada com a utilização de novas tecnologias e a criação de redes de comunicação e solidariedade pelo mundo.

* O artigo é fruto de um projeto pesquisa em andamento, iniciado em 2013, coordenado pela Prof. Dr. Adriane Vidal Costa.

O presente artigo tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço: a guerrilha informacional do movimento indígena de Chiapas”, que se propõe a analisar a estratégia de luta engendrada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional no México nas duas últimas décadas. Este movimento – de caráter indígena – se encontra dentro do contexto dos novos movimentos sociais que surgiram no final do século XX. EZLN foi o primeiro grupo organizado a utilizar a Web como estratégia principal de ação política. A princípio, surgiu como um movimento local na região sul do México – nas montanhas do Estado de Chiapas – e, posteriormente, se expandiu para o âmbito nacional e até mesmo internacional. Atualmente, é possível encontrar comunidades zapatistas nos mais variados países do mundo, e as reivindicações do movimento vão além da realidade mexicana.

O movimento indígena chiapaneco surgiu na década de 1970, quando grupos indígenas da região organizaram-se para reivindicar questões relacionadas à terra, saúde e educação, contando com a ajuda das comunidades eclesiais de base que tiveram importante papel na organização política e no diálogo entre os diversos grupos. Na década de 1980, um grupo de dissidentes políticos proveniente de centros urbanos – que em grande parte compunha a geração que participou das manifestações do ano de 1968 no México – se instalou na selva de Chiapas e estabeleceu contato com os grupos indígenas locais, criando o Exército Zapatista de Libertação Nacional. A primeira aparição armada do grupo, entretanto, se deu somente em 1º de janeiro de 1994, dia em que começou a vigorar o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), acordo econômico feito entre os Estados Unidos, Canadá e México. O grupo zapatista desceu a selva Lacandona, “sede” do movimento, para tomar com armas as cidades San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, na região sudeste do país. O acordo feito entre EUA e o México, que fortaleceria o neoliberalismo e seus efeitos, representava para a população indígena mais exclusão e mais prejuízos. Com a irrupção armada, o movimento desejava pressionar o governo para que este atendesse suas demandas: terra, justiça, trabalho, teto, liberdade, cidadania e dignidade. As negociações com o governo se deram de maneira bastante lenta e o movimento optou por abandonar a luta armada e adotar uma estratégia de ação civil e pacífica, por meio de congressos, via eleitoral, declarações, dentre outras. Neste contexto, a internet se mostrou como importante aliada à luta do movimento. Por meio da criação de um site que divulgava as ideias do EZLN e convocava os povos mexicanos à luta. Desde então, o movimento ganhou projeção nacional e internacional e isso o fortaleceu.

O objetivo central da pesquisa é analisar como o Exército Zapatista de Libertação Nacional utiliza a Internet como estratégia de ação política e investigar como ele mantém uma eficiente rede de comunicação e solidariedade ao movimento. Especificamente, procuramos analisar como os zapatistas estruturam seu site na rede – no que se refere ao conteúdo, à periodicidade das publicações virtuais, à comunicação com os leitores, dentre outros –; e mostrar como e porque os zapatistas criaram um novo repertório de ação coletiva ao utilizar a Internet como estratégia de luta, já que abandonaram a luta armada e foram o primeiro grupo organizado a utilizar de fato a *web*.

Além disso, buscamos mostrar que a comunicação é o principal meio de luta do EZLN. É por meio da palavra que o movimento se projeta mundialmente, ganha força, constrói sua auto-imagem por meio da mídia virtual e busca conservar sua cultura e sua visão de mundo. Também procuramos compreender que o uso da Internet permite formas inovadoras de exercício da democracia; mostrar que através do uso da Internet e de um site dedicado ao movimento, este conseguiu vencer o controle da grande mídia que veicula a maior parte das informações sobre o movimento; e, finalmente, mostrar por meio da análise da documentação disponível *on line* que o EZLN busca identificação com a luta de todos os oprimidos não só no México, mas em todo o mundo.

A *homepage* do movimento zapatista (<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>), que reúne declarações, comunicados, documentos e notícias sobre a realidade sociopolítica e econômica do México e sobre a luta anti-neoliberal, é a principal fonte de estudo dessa pesquisa. Analisamos os documentos produzidos pelos integrantes do movimento disponibilizados virtualmente e a interatividade com os internautas por meio de trocas de correspondências *on line*. A Internet foi utilizada pelo movimento como estratégia de ação política pela primeira vez já em 1994, quando o porta-voz do movimento subcomandante Marcos²⁵ utilizou o correio eletrônico para divulgar a Primeira Declaração da Selva Lacandona, que chamava o povo mexicano à luta e declarava as reivindicações do EZLN. Outras seis declarações, veiculadas ao longo dos anos, foram todas disponibilizadas virtualmente, assim como outros documentos, comunicados e textos escritos pelos zapatistas. Essas declarações são importantes fontes primárias para o estudo do movimento, já que foi por meio delas que o EZLN divulgou suas principais ideias, suas principais demandas –

²⁵ O subcomandante Marcos foi o porta-voz oficial do EZLN até maio de 2014 e detentor do comando militar. Pode ser considerado uma das figuras mais importantes do movimento, cuja capacidade de comunicação é extremamente relevante. Denomina-se “subcomandante” por ser apenas um porta-voz do movimento e ser submetido aos mandos das comunidades indígenas.

referentes a terra, trabalho, teto, alimentação, educação, saúde, liberdade, democracia, justiça, independência e paz – e suas estratégias de luta, e convidou a população mexicana e mundial a aderir à causa. Todas elas podem ser encontradas na *homepage* do EZLN.

A página na Internet do movimento começou não como um *site* oficial da organização, mas foi criada por um estudante nos Estados Unidos que pegava informações de fontes confiáveis e se propunha a divulgá-las o máximo possível, sem estar vinculado diretamente aos zapatistas e a nenhuma instituição. Com o sucesso da mídia virtual, o movimento ganhou direitos sobre a *homepage* e essa acabou se tornando a página oficial do EZLN, por meio da qual os integrantes exercem sua luta e criam uma rede de comunicação e solidariedade no mundo. De acordo com o sociólogo Manuel Castells, os zapatistas podem ser considerados o primeiro movimento de guerrilha informacional (CASTELLS, 1999, p. 103). Dessa maneira, consideramos que a Internet figura como espaço privilegiado para a disseminação de ideias e demandas do movimento e, portanto, se mostra como rica aliada para esta pesquisa. Houve uma cuidadosa seleção dos documentos a serem estudados, uma vez que a quantidade de itens encontrados no *site* é demasiadamente extensa. Além disso, os emails e as perguntas que são frequentemente enviados pelos internautas à *homepage* serão analisados, buscando a compreensão da rede de comunicação criada pelo movimento.

A mídia virtual tem se mostrado uma rica ferramenta para os estudos históricos do tempo recente. A Internet tem sido utilizada pela maioria dos movimentos sociais que surgiram no final do século XX e início do século XXI, já que traz inúmeros benefícios. As comunicações eletrônicas conectam ativistas de movimentos sociais de diversos países, reduzem os custos de comunicação, incrementam o campo de atuação dos movimentos e possibilitam a construção de redes organizadas. Por outro lado, segundo o sociólogo, cientista político e historiador Charles Tilly (2005), é importante ter em vista que a Internet funciona como instrumento seletivo através e dentro dos países, uma vez que há uma desigualdade tecnológica e nem todos tem acesso a tal instrumento.

A mídia eletrônica possibilita a criação de redes de comunicação e solidariedade, importantes e fortalecedoras dos novos movimentos sociais. Manuel Castells demonstra que há uma nova sociabilidade baseada numa dimensão virtual que transcende o tempo e o espaço, o que ele denomina de “sociedade em rede” ou “sociedade da informação”. Segundo o autor, a internet tem uma geografia própria, ou seja, ela tem alterado as noções de espaço que conhecíamos, atuando na desconstrução e construção de novas paisagens sociais. O fenômeno da internet tem sido cada vez mais responsável pelo aparecimento de novos

padrões de sociabilidade (CASTELLS, 2000). O EZLN, por meio uso da Internet como estratégia de ação política, foi capaz de criar uma importante rede de comunicação virtual que fortaleceu o movimento e expandiu seu ideal por várias áreas do mundo. É possível encontrar comunidades zapatistas espalhadas por diversos países e ativistas que participam e ajudam o movimento mesmo que distantes do território mexicano. A pesquisa busca compreender como se deu a formação dessa rede, qual foi a sua relação com a trajetória, as estratégias e os ganhos do movimento.

Para compreendermos o uso da Internet como estratégia de luta do EZLN e suas formas de ação política, utilizamos o conceito de “repertório de ação coletiva”, cunhado pelo sociólogo Charles Tilly. A noção de repertório se refere a um conjunto de formas de ação compartilhadas por um grupo de atores sociais. Este grupo escolhe um número restrito de estratégias com as quais eles estão familiarizados, aliado a novos meios. O repertório é delimitado, segundo o autor, pela experiência anterior, por recursos materiais, organizacionais e conceituais que eles possuem, e por estruturas de mobilização e de oportunidades políticas. Contudo, Tilly deixa claro que “os repertórios também são contingentes, pois ocorrem variações dependendo da rigidez ou flexibilidade do repertório, da inovação dos grupos e de seu uso em determinados lugares e momentos históricos” (BRINGEL, 2012, p. 46). A noção de repertório deve ser analisada na perspectiva da longa duração, ou seja, suas características e modificações pensadas dentro do contexto de vários séculos. O momento de transição de um velho repertório para um novo repertório é denominada por Tilly de *hinge*, e isso ocorre quando os meios de ação de um grupo, em uma nova conjuntura, se tornam ineficazes.

É importante destacar que Tilly vai além de análises que focam somente na determinação do contexto ou nas estruturas que dão oportunidades ou restringem a ação de um grupo: a noção de repertório dá conta também de uma faceta cultural, que tem em vista os recursos simbólicos, a identidade coletiva, a existência de redes de confiança, dentre outros aspectos. O conceito é relacional e interacionista e privilegia a experiências das pessoas em processos de interação conflituosa: os repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflitos e não a atores isolados. Além disso, Tilly trabalha com a noção de performance dos atores sociais, que trata das formas de atuação e das maneiras de utilizar as estratégias após a escolha do repertório. Com todos esses elementos, Charles Tilly evita a ideia de que o repertório é engessado e vai além da noção puramente política do conceito. “A adição de performance e o olho nas interações foi o seu modo de adensar a *agency* e mitigar o estruturalismo de origem.” (ALONSO, 2012, p. 32)

Como o foco da pesquisa é analisar as estratégias de luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional, a noção de repertório é bastante válida para o estudo. Com o uso deste conceito, é possível pensar na maneira de fazer política do movimento, como ela se configurou, quais são seus principais elementos, quais foram suas transformações ao longo do tempo e qual a sua relação com as conquistas e a trajetória dos zapatistas. Como citado anteriormente, a estratégia de ação do EZLN, a princípio, foi armada, e após algumas tentativas, o movimento passou a adotar meios civis e pacíficos. Neste contexto, a Internet entrou como elemento central no repertório zapatista. Desse modo, a pesquisa tenta compreender essa transformação de repertório, e, com isso, as mudanças ocorridas também nas demandas e no discurso do movimento. O discurso zapatista, que faz uso de diversos símbolos nacionais aliados a elementos indígenas, legitima as reivindicações e ações do EZLN. A princípio, entretanto, ele era voltado muito mais para uma questão interna e própria do México. Com mudanças no contexto e nas estratégias do movimento, este discurso é ampliado e insere pautas internacionais, como a luta pelo meio ambiente, pelos direitos da mulher, contra a homofobia, a favor das minorias, dentre outras. A transformação de suas demandas é analisada em íntima relação com a mudança de repertório zapatista.

Dois elementos centrais do discurso do EZLN se referem à tradição indígena e à tradição zapatista. A primeira abarca os séculos de luta indígena frente à dominação e à opressão – desde a chegada de Colombo na América – e é mobilizada frequentemente nos textos do movimento chiapaneco. Os indígenas que participam do EZLN – grande parte da composição do movimento – são oriundos de diferentes grupos e se unem em torno da questão da terra e da exploração. A tradição zapatista, por sua vez, retoma a Revolução Mexicana de 1910 e o símbolo de Emiliano Zapata, e pode ser considerada como o foco da mobilização do EZLN em seus primeiros anos. A luta por terra, o papel heróico de Zapata e as demandas e conquistas do movimento revolucionário do início do século XX são mobilizados no discurso e na identidade do EZLN, como pode ser percebido inclusive na denominação deste. Outros símbolos da história mexicana também aparecem, tais como Pancho Villa, Hidalgo e Morelos. Esta retomada do passado tem como objetivo legitimar as demandas do presente e justificar as ações políticas zapatistas. Com a ampliação do discurso para além da realidade chiapaneca, há um maior alcance das propostas feitas pelo ELZN dentro do México.

Posteriormente, o discurso do movimento zapatista também se expandiu para além do âmbito nacional e convocou outros países à luta. A mobilização de elementos nacionais na

retórica do EZLN não desaparece, mas é enfraquecida. Ao utilizarem uma máscara para cobrir o rosto – um dos ícones de grande popularidade dos zapatistas –, os atores sociais deste grupo afirmam que não possuem uma identidade específica e que toda e qualquer pessoa pode tornar-se um zapatista; a luta deles é uma luta mundial. Ampliam suas propostas para movimentos de caráter internacional e com isso, ganham apoio e força. O uso da mídia eletrônica se mostra como importante aliado neste ponto, uma vez que é através da ferramenta da Internet que a maior parte das pautas zapatistas são divulgadas e as redes de comunicação e solidariedade ao movimento são construídas. Desta maneira, vale ressaltar a importância da relação entre o discurso, a identidade e as reivindicações do movimento com a estratégia de ação política utilizada – o repertório.

O uso da mídia eletrônica pelos zapatistas inaugurou um novo modo de atuação dos movimentos sociais na América Latina, se distinguindo das tradicionais formas de luta no continente e no mundo. Esta característica é um dos elementos que insere o movimento indígena mexicano dentro da noção de novos movimentos sociais. Alain Touraine define a noção de movimento social como uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada, com atores conscientes do que têm em comum, dos mecanismos de conflitos e de interesses particulares que os definem uns contra os outros. (TOURAINÉ, 2006) Sua aplicação tradicional, segundo o autor, entretanto, é referente às sociedades industriais. Na sociedade atual, chamada por Touraine de sociedade da informação e da comunicação, as forças dominantes se definem não por termos sociais, mas por “uma capacidade ilimitada de mudança ou de adaptação a um contexto em constante modificação”. (TOURAINÉ, 2006, p. 23) Apesar disso, Touraine aponta que é possível usar a noção de movimentos sociais nas sociedades contemporâneas, em uma análise mais sociológica, pois o que une os movimentos coletivos são ainda os laços sociais, e seus adversários apoiam seus interesses e objetivos sobre mecanismos sociais. Devemos, contudo, localizá-los dentro de um novo contexto, considerar suas características distintas do modo clássico de atuação dos movimentos sociais do século XIX e XX e das formas tradicionais de luta.

Esses novos movimentos têm como importante característica o uso da mídia virtual. Entretanto, Charles Tilly adverte o determinismo e aponta que a agenda tecnológica não dominou as mudanças na organização, nas estratégias e nas práticas dos movimentos sociais. As mudanças nesses e as novas características que podemos observar resultam muito mais dos contextos sociais, políticos e organizativos. Além disso, para o autor, a maior parte da

atividade dos movimentos sociais continua focada em formas de organização local, regional e nacional. (TILLY, 2005)

A emergência de novos movimentos sociais está relacionada com o contexto de globalização econômica e neoliberal no mundo. A integração das economias e dos mercados em larga escala, a privatização acelerada, a desregulação, a liberalização do comércio, e os cortes nos gastos sociais aumentaram o lucro das grandes empresas e prejudicaram massivamente as parcelas mais pobres da população, os pequenos trabalhadores, os indígenas e camponeses. Com o neoliberalismo, essas pessoas são excluídas dos benefícios, perdem suas terras, seus empregos e muitas vezes são forçadas à migração. A economia mexicana, que nas últimas décadas do século XX se vê submetida ao sistema de produção dos Estados Unidos e à dinâmica das grandes empresas, se torna neoliberal e impacta – de maneira positiva para poucos e muito negativa para outros – a população de seu país. Tendo isso em vista, o EZLN faz oposição declarada à essa nova ordem global. Neste mesmo contexto de globalização, os zapatistas criam por meio da Internet um movimento internacional de opinião pública e redes de grupos de apoio, que minimizaram a repressão do governo mexicano em relação ao EZLN e fortaleceram seus ideais.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, ao longo de sua trajetória e das mudanças que ocorrem no contexto em que está situado, ressignifica a todo tempo seus ideais, sua identidade, seu discurso e seu repertório. A partir de uma demanda local do Estado de Chiapas, no sudeste mexicano, o grupo zapatista galga espaço lentamente e amplia seu alcance para o cenário nacional e mundial, por meio de sua inserção no campo complexo e frutífero das novas tecnologias de comunicação em massa. Como apontou Manuel Castells, essa capacidade de comunicação dos zapatistas lançou “um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda da política mundial” (CASTELLS, 1999, p. 104). Se coloca necessário pensar, desse modo, que suas reivindicações vão muito além da realidade mexicana. A luta por terra, trabalho, justiça, dignidade, a favor das minorias e contra a exploração tem caráter universal.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia e Antropologia*, v. 02, n.03, p. 21-41, 2012.

BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre estado e zapatistas no México*. Monografia (Graduado em História) – ICHS-UFOP, Departamento de História, Mariana, 2012.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia e Antropologia*, v. 02, n.03, p. 43-67, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

_____. *O poder da identidade, Volume II*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CEDILLO, Adela. Análisis de la fundación del EZLN en Chiapas desde la perspectiva de la acción colectiva insurgente. *Estudios Sociales y Humanísticos*, San Cristóbal de Las Casas, v. X, n. 2, p. 15-34, julho-dezembro 2012.

JUNIOR, José Gaspar B. Guerrilha em foque: o uso da mídia como tática de difusão do movimento em Chiapas. In: I COLÓQUIO DO LAHES, 2005, Juiz de Fora. *Anais do I Colóquio do Lahes*. Juiz de Fora, 2005, p. 1-11.

TILLY, Charles. *Los movimientos sociales entran en el siglo veinteuno*. Trad. Marta Latorre Catalán. *Política y Sociedad*, v. 42, n. 2, p. 11-35, 2005.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. Trad. André Villalobos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, janeiro-julho 2010.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Trad. Ana Liési Thurler. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p.17-28, jan./abr. 2006.

Museus de cidade e representações de gênero: diálogos possíveis

Karyna dos Santos Figueiredo Dultra
Graduanda do curso de Museologia
Universidade Federal de Minas Gerais
Email: karynadultra@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo propõe a reflexão de museus como espaços de representações sociais, apresentando possíveis diálogos entre esses dois temas que envolvem a dinâmica da vida humana. Os estudos sobre a relação de museus de cidade e as temáticas de gênero são aqui tratados de forma embrionária, mas podemos reconhecer e afirmar o campo fértil para o equacionamento das problemáticas que se apresentam acerca do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: museus; cidade; dinâmica humana; território; representações, gênero.

ABSTRACT: This paper propose a reflection of museums as places of social representations, presenting possible dialogue between these two themes involving dynamic human life. Studies on the relationship of museums in the city and thematic gender are treated here in embryonic form, but we can recognize and affirm the fertile field, for solving the problems that arise on the subject.

KEYWORDS: museums, city, human dynamics, territory, representations, gender.

A cidade vai com o tempo deixando de ser apenas um lugar de abrigo, proteção e refúgio para tornar-se aparato de comunicação; comunicação no sentido de deslocamento e relação, mas também no sentido de transmissão de determinados conteúdos urbanos, seria o próprio monumento constituinte do corpo da cidade capaz de comunicar um conteúdo ou um significado de valor. Giulio Carlo Argan

Escrever sobre museus e cidades ou museus de cidade – como queira o leitor – é um grande desafio diante das transformações que esse território – as cidades, refiro-me aqui, às brasileiras – vêm passando atualmente. A começar pela Copa das Confederações, posteriormente a Copa do Mundo, eventos que podem ser considerados de grande porte, simbolizadores e geradores de inúmeros protestos em várias cidades do Brasil, país que apresenta também um cenário político envolto por questões polêmicas. Tais manifestações representam e expressam a luta pelo direito à cidade, por esses e outros motivos é complexo compilar tudo que envolve temas urbanos num só artigo, mas o mesmo pretende delinear questões como propõe seu título, sem a pretensão de respondê-las.

Interessante colocar-se aqui algumas premissas acerca do território, que podem nos ajudar a pensar a cidade como um artefato, um complexo e modificado objeto criado pelo

homem. Mais do que isso, a cidade é um território que testemunha os inúmeros rituais de inúmeros grupos humanos. São conflitos, ritos, representações simbólicas; a cidade é o lugar da dinâmica humana. E o homem, um ser político inserido neste último. Sobre território, Marcel Roncayolo apud. Littré afirma que “O território compreende tudo o que pertence, de fato, a um território, considerando o ponto de vista político.” (RONCAYOLO apud. LITTRÉ, 1986). Compreendendo então a cidade como território, Roncayolo argumenta:

O território trata-se, por exemplo, das disposições legais e das normas que se aplicam aos habitantes e às quais apenas se consegue escapar graças aos privilégios da extraterritorialidade. A cidade é território e dispõe de um território, quer pelo papel das instituições, quer pelo, mais informal, das suas actividades particulares (...). Pelas funções que exerce, pela originalidade da sua composição e das suas instituições, lugar de encontro, lugar de dinâmica. (RONCAYOLO, 1986)

Impossível então, pensar no trabalho do profissional de um museu sem pensar na vida humana, pois compreendemos aqui, o objeto associado às atribuições de valor dadas pelo homem, não sendo esse objeto sozinho, por si só. O objeto representa o homem, na medida em que esses permeiam suas relações e mesmo não sendo percebidos *a priori*, quando o colocamos no museu, atribuímos outros significados, possibilitando a interpretação de contextos a partir de estudos realizados em torno do mesmo. Nesta condição, nos é permitido pensar que a Museologia – deixando de ser edifício + coleção + visitante, para se tornar agora, território + patrimônio + população local + visitantes – se vê sujeita a discutir essas transformações, essas performances humanas, ocorridas nesse território que é a cidade. Ainda segundo Diana Farjalla Correia Lima sobre processos de Musealização:

Esse movimento de transformação em duas frentes de expansão, a conceitual e a do efeito da ocupação territorial se expressa como um aprofundamento pra o significado da Musealização, e esta inovação levou a ampliar a compreensão para Museu, para o campo da Museologia e também para o próprio Patrimônio. (LIMA, 2012)

Esse laço, entre o homem e seu território é que faz com que a cidade não se congele, tornado-se cenário construtor de identidade do indivíduo, bem como suas memórias individual e coletiva vividas nesse espaço.

O museu, instituição que por sua natureza é de representação social, é também símbolo urbano, deveria e deve abarcar as demandas sociais, ainda que seja complexo fazê-lo com a diversidade dessas demandas, sobretudo quando tratamos de museus contemporâneos.

Nesse modelo, começam algumas contradições nas instituições museológicas, ao pensarmos que ela faz parte da cidade, colocada aqui como campo de forças. Percebemos que

museus refletem problemas que não são por vezes mostrados em suas exposições, é um espaço de conflito não só em relação aos grupos que são representados através de acervos e coleções, mas muitas vezes um espaço em que conflitos profissionais tomam conta do rumo dessa instituição. Podemos entender esse campo, como a dinâmica política, uma vez que me parece um tanto complexo que se abarque absolutamente tudo de qualquer tema numa exposição museológica. Mas a proposta aqui não é que simplesmente sejam construídos discursos sem pesquisas e se crie uma miscelânea, tudo sobre a cidade ao mesmo tempo, na exposição de seu museu. É importante considerar a vocação desse museu, pois, se o mesmo propõe ser “de cidade”, me parece mais interessante que nele seja retratada a realidade de sua comunidade, que é por muitas vezes, forjada. Ou ainda, coloca-se muitas vezes nesta tipologia museística, a cidade como um fato dado, congelado, como se a história daquela cidade fosse factuada e acabada, o que claro, visivelmente entendemos tal contradição quando pensamos na dinâmica política humana, delineada anteriormente no presente artigo.

O que podemos perceber é uma corrida patrimonial na medida em que os museus e instituições afins são construídos como meras mercadorias, numa disputa incessante para atrair cada vez mais um número maior de turistas. Algumas vezes essas construções são marcadas por processos de gentrificação²⁶, quando pensamos em pessoas e suas dinâmicas que são retiradas de um determinado lugar para serem substituídas por outras dinâmicas mais lucrativas em termos financeiros para uma cidade. Os museus por muitas vezes, vêm sendo usados como artifícios mercadológicos para promoção de segmentos que com os quais a própria comunidade não se identifica; realidade que deixa clara o distanciamento da teoria museológica, que além de outros fatos, enxerga justamente o diálogo entre o museu e a comunidade.

Por esse motivo, lanço aqui uma das minhas inquietações em relação ao museu e a própria Museologia, sendo uma delas a questão das memórias que não foram legitimadas para ser perpetuadas para a posteridade em instituições museológicas. Assim, o museu como instituição que por natureza é artifício de representação social, não problematiza em seus espaços os conflitos que cercam a sociedade, como o trabalho, relações de gênero no âmbito da comunidade, cidadania, habitação, conflitos e manifestações, enfim, o museu deve estar aberto a tocar nas feridas sociais como forma, tentativa de abarcar o quão diversa é a sociedade, o movimento, a dinâmica da cidade, que não é e não deve ser estática.

²⁶ Ver mais em *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público* (LEITE, Rogério Proença, 2004)

Podemos explorar um pouco mais, por exemplo, questões acerca da Museologia e gênero, tema amplamente discutido em outras áreas do conhecimento e atraído pelo debate público. De maneira geral, podemos pensar que o campo acadêmico é também reflexo de um modelo de sociedade que não contempla a igualdade de gênero em seus vários segmentos. A área museológica não é diferente, acrescentando-se ao fato de ser uma ciência relativamente nova, portanto, com várias lacunas ainda a serem preenchidas, não sendo os estudos de gênero uma categoria prioritária de análise acadêmica atualmente. Ao pensarmos em museus, instituições museológicas e suas exposições, são espaços que, de certa forma são conflituosos, sobretudo quando se trata do processo de seleção até a extroversão de acervo. Assim, como explanado anteriormente, memórias que por vezes não tiveram direito de ser preservadas por museus, como as memórias acerca dos estudos de gênero, podem ser sintoma e reflexo de uma série de deslegitimação de direitos desses chamados grupos sociais. A exemplo desse fato, questões que permeiam mulheres, tema amplamente discutido em várias áreas do conhecimento acadêmico, mas pouco discutido na área museológica, bem como pouco representado e abordado em exposições. Historicamente, sabemos que o papel das mulheres foi modelado a partir de um modelo heteronormativo de sociedade, e que a ciência contribuiu para tal através de estudos publicados ao longo dos séculos, “fabricando” um modelo de mulher a ser copiado e exercido. Exemplos como construções da anatomia feminina, aliadas a comportamentos como delicadeza e fragilidade, foram dogmados como parâmetros para um comportamento a ser estabelecido como feminino. O mesmo acontece com o homem, quando por muito anos são atribuídos aos mesmos, regras como virilidade e grosseria associadas ao seu sistema endócrino. Presenciamos também, discursos atuais que tiveram suas raízes em séculos passados, pautados muitas vezes em teorias validadas pela ciência, mostrando como a mesma pode corroborar para a afirmação de uma sociedade onde em que se afirmem cada vez mais papéis de gênero delimitados, não podendo ser passíveis de inversões, além de claro, a criação e afirmação dos preceitos humanos, em que o homem ocupa o lugar da “macheza”, virilidade, fortaleza, espaço público, enquanto a mulher é a natureza, delicadeza, fragilidade, espaço doméstico. Assim, o gênero se permite ser explorado de várias formas dentro de instituições museológicas, visando a ampla ramificação que tem esse tema. Através de representações femininas ao longo dos séculos, relações entre homens e mulheres no que tange ao trabalho, relações homossexuais, bem como debates e palestras sobre esses e outros assuntos, são maneiras de se colocar em prática algumas das inúmeras funções incumbidas aos museus. Mas dessa maneira, coloca-se aí o desafio do exercício da *zona de contato*, conceito que ganha força com James Clifford em que, dois ou mais grupos distantes,

sobretudo geograficamente e culturalmente são colocados em frente, interagindo, mesmo havendo conflito de poder.²⁷ Seria essa, uma possibilidade para se enfrentar esse desafio de lidar com essas demandas sociais tão variadas.

Pensa-se assim, na possibilidade da promoção do diálogo entre instituição e público, para que o museu não se torne cada vez mais submisso a esses assuntos que foram colocados como tabus por tantos anos. Nessa condição, coloco aqui a esperança de tal fato ser transformado quando pensamos em um número crescente de cursos de graduação dessa ciência e, por conseqüência, o surgimento de novos interesses de estudos acadêmicos dentro do curso, inclusive o gênero, podendo esse último tema ser trabalhado não só como categoria de análise, mas também nos próprios museus, em seus setores educativos, exposições e palestras, nesses espaços museais tão habituados a tratar com a materialidade da vida humana.

Referências bibliográficas

- AGIER, Michel. As situações elementares da vida urbana. In: *Antropologia da Cidade. Lugares, situações, movimentos*. Tradução: CORDEIRO, Graça Índias. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011. p. 89-100.
- BUTLER, Judith. Diagnosticando o gênero. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v 9/9, p. 293-324, 2000/2001.
- CANGUILHEM, Geores. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- CLIFFORD, James. Los museos como zonas de contacto. In: *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa, 2008. p. 233-270.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2005.
- JEUDY, Henri-Pierre. Maquinaria Patrimonial. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 6, n 1. 2003.
- LEITE, Rogério Proença. Usos e contra-usos, a construção socioespacial da diferença. In: *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, p. 212-283. 2004

²⁷ Em sua obra *Itinerarios Transculturales*, James Clifford relata um capítulo sobre o conceito de zona de contacto, que toma emprestado de Mary Louise Pratt, autora que discorre acerca dos contatos coloniais, em que ficam claras as distâncias geográfica e histórica, embasadas no expansionismo europeu. Clifford propõe nesse mesmo capítulo que os museus se tornem espaços de zona de contato, afim de que os grupos envolvidos estabeleçam relações, mesmo que haja conflito entre os mesmos.

LIMA, Diana Farjalla Correia, CASTILHO, Emerson Ribeiro. Tramas da memória: entrelaçando as ideias de patrimônio e museu no corpo da cidade. In: *IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola – IV SAIM. 21º Encontro Anual do Subcomitê Regional de Museologia para a América Latina e o Caribe – ICOFOM LAM. Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural. Petrópolis, Brasil | 05 a 09 de Novembro de 2012.*

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: Afonso Carlos Marques dos Santos, KESSEL, Carlos Guimarães (org.). *Museus & Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 255-282.

_____. O museu na cidade X a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, nº 8/9, p. 197-205. Set. 1984-abri 1985.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v 2, p. 9-42, jan-dez 1994.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v 8.

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriella, GROPPPI, Angela (org.). *O dilema da cidadania, direito e deveres das mulheres*. Tradução: Álvaro Lorencini. Editora UNESP. p. 206-234.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez, 1990.

VELOSO, Mariza. O museu como espaço público. In: Afonso Carlos dos Santos, KESSEL, Carlos Guimarães (org.). *Museus & Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 103-122.

Entre a Escravidão e a Liberdade: diferentes formas de se conceber o negro no contexto escravocrata brasileiro

Laura Aparecida Gomes Oliveira
Mestranda em História Social
UNIMONTES
lauraoliveira16@hotmail.com

RESUMO: A literatura revela que a matriz do dissenso historiográfico se encontra diretamente relacionada à caracterização do sistema escravista em dois pólos extremos: ora representado, por uns, como violento e cruel, ora caracterizado, por outros, como brando e benevolente. Nesta perspectiva, muitos questionamentos se interpõem, dentre os quais: Qual a visão do próprio negro em relação à sua condição de escravo? Que representações de liberdade foram construídas nas relações escravistas brasileiras? A que se referiria, no contexto da escravidão, o termo resistência? Inúmeras indagações podem ser elencadas, da mesma forma como incontáveis e divergentes podem ser as respostas às mesmas, tendo em vista as diferentes formas de conceber o negro e sua visão de liberdade e escravidão. É neste sentido que se encontra o eixo central do presente estudo, que visa, sobretudo, examinar as diferentes representações construídas a respeito da história no negro no regime escravocrata brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Negro; Escravo; Cativo; Liberdade.

RESUMEN: La literatura revela que la matriz de la disidencia historiográfica está directamente relacionado con la caracterización del sistema esclavista en dos extremos: a veces dictada por algunos como violento y cruel, a veces descrita por otros como suave y benévolo. En esta perspectiva, muchas preguntas se destacan, entre ellas: ¿Cuál es la visión de la auto negro en relación a su condición de esclavos? Las representaciones de la libertad que se construyeron en las relaciones de esclavitud en Brasil? Lo que se referiría, en el contexto de la esclavitud, la resistencia a largo plazo? Numerosas preguntas se pueden enumerar de la misma manera como un sinnúmero de respuestas diferentes pueden ser las mismas, teniendo en cuenta las diferentes formas de concebir el negro y su visión de la libertad y la esclavitud. Es en este sentido que se encuentra en el núcleo de este estudio, que tiene como objetivo examinar fundamentalmente diferentes representaciones construidas sobre la historia del negro en el régimen esclavista brasileña.

PALABRAS CLAVE: la esclavitud; Negro; Esclavo; Cautividad; Libertad.

Entre a “Acomodação” e a “Resistência”: Fugas, deslocamentos e estratégias na reconstrução dos caminhos da “Liberdade”

No que diz respeito especificamente à temática da escravidão, a historiografia brasileira aponta antagonismos quanto à trajetória do negro no Brasil, seja apresentando uma “acomodação” deste mesmo negro à condição cativa – e, isto, a partir de uma hipotética amenidade nas relações senhor/escravo, momento em que se via certa docilidade nestas mesmas relações, principalmente quando circunscritas ao interior da casa grande (FREYRE,

1992, p.34) – seja ressaltando, por outro lado, uma história pautada, acima de tudo, pela *resistência* – a exemplo da ênfase na edificação, por parte do negro fugitivo, dos chamados quilombos (GUIMARÃES, 1988, p.8).

O argumento da “acomodação”, melhor ilustrado por Gilberto Freyre (1992, p.11), não apontaria os antagonismos da sociedade escravocrata como motivadores de lutas e de violência, mas indicaria, em alguns momentos, certa harmonia em meio a tantos paradoxos, destacando aí as condições de confraternização e de mobilidade social, as quais teriam dado ao Brasil seu caráter amplamente miscigenado. Considerada uma sociedade híbrida, ou miscigenada, desde sua formação, o Brasil, de todos os cantos da América, seria, na visão freyriana, o lugar em que se teria constituído, e de forma mais harmônica, as relações raciais. Segundo este mesmo autor, como bem lembra José Carlos Reis, a miscigenação por si só “é um bem”.

Essa avaliação que Freyre faz acerca da miscigenação, considerada otimista por Reis (2007), representou um alívio para integrantes das elites brasileiras. Considerada uma devolução à autoconfiança que as teorias racistas do final do século XIX lhes haviam retirado. A emergência dessa nova representação, conforme postula o autor, corroborou na mudança de atitudes do Brasil em relação ao mundo exterior.

Frente a tal posicionamento, Queiróz (2000) apresenta alguns nomes que publicaram teses que divergem da posição estabelecida por Freyre, como é o caso, por exemplo, de Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni. De acordo com seus argumentos, teríamos a escravidão como o eixo principal no processo de acumulação de capital pela via do mercado-lucro. Neste processo, a coerção e a repressão apareceriam como ferramentas de controle social do cativo. Aqui a violência apareceria como vínculo básico da relação escravista, em que, visto como mercadoria/objeto, o escravo chegava mesmo a ser coisificado subjetivamente. Era, no dizer de Fernando Henrique Cardoso, “sua autoconcepção como a negação da própria vontade de libertação; sua auto-representação como não-homem” (QUEIRÓZ, 2000, p. 106).

Dentro deste mesmo contexto, a referida coisificação do cativo não pressupõe, no entanto - e na visão dos que se opõem ao argumento freyreano da amenização das relações senhor/escravo -, uma acomodação do negro à condição cativa, já que constam do percurso histórico do negro no Brasil diversas formas de *resistência* ao regime escravista. Tal resistência é justificada por Jaime Pinsky (2004, p. 83) pela impossibilidade de se aceitar a ideia de adequação do negro à escravidão, pois tal raciocínio daria margem a uma pretensa

absolvição por termos mantido a escravidão como sistema social, responsabilizando, desse modo, o escravo, que em sua condição “natural” de cativo, não teria outra alternativa senão adequar-se àquilo lhe havia sido imposto. Segundo Pinsky,

o fato é que o negro não tinha “jeito” ou “espírito” de escravo. Aliás, ninguém tem. O próprio do ser humano é a liberdade, e não a escravidão; de todo e qualquer ser humano, qualquer que seja sua cor, idade, religião, sexo, classe social ou convicção política (PINSKY, 2004, p. 83).

Seguindo este mesmo raciocínio, o referido autor destaca, dentre as principais formas de manifestação de repúdio à imposição do trabalho escravo: as fugas, que se davam de forma individual ou coletiva e eram explicadas, conforme alguns autores, pela inconformidade dos maus-tratos que sofriam os cativos; os atos violentos, como o revide ou o homicídio e, dentre outras, aquela que seria o limite de resistência física e moral, o suicídio ou autoextermínio (PINSKY, 2004, pp.82-94). Especialmente no que se refere ao homicídio, Pinsky (2004, p. 88-89) apresenta depoimentos e fragmentos de processos que demonstram a recorrência de assassinatos de senhores, feitores e administradores de escravos, assim como, a reação violenta a castigos injustificáveis, além de revides a açoites aplicados a entes familiares.

Analisando, no decorrer do século XIX, as relações entre escravos, forros e homens livres da região norte do estado de Minas Gerais, Alysson Luiz Freitas de Jesus (2007, p.207) veria, nestas relações, a construção, por parte dos diferentes agentes mencionados, de estratégias cotidianas de sobrevivência. De acordo com este mesmo autor, fosse recorrendo ao direito costumeiro ou mesmo à Lei, no caso em questão, a de 1871,

(...) muitos cativos influenciavam direta ou indiretamente na decisão tomada pelos seus proprietários, principalmente quanto às condições fixadas para a liberdade. Foram os momentos onde os escravos procuraram negociar menores preços, maiores prazos e condições mais flexíveis para que o espetáculo da alforria não parasse (JESUS, 2007, p.207).

Semelhante raciocínio nos permitiria conceber as relações apresentadas acima como uma forma, ainda que toda especial, de *resistência* negra frente à escravidão, pois, como bem lembra o referido autor, “tornar-se livre era um dos objetivos maiores dos escravos” (JESUS, 2007, p.31).

Albuquerque e Filho (2006, p.117) asseveram que as sociedades escravistas nas Américas sempre foram marcadas pela rebeldia escrava. Onde quer que o trabalho escravo fosse instalado, invariavelmente, senhores e governantes eram surpreendidos com a resistência escrava. Especificamente no Brasil, tal resistência assumiu formatos diversos,

fosse pela desobediência sistemática, a lentidão na execução das atividades, sabotagens das produções e/ou fugas individuais e coletivas.

Reis (1989) ratifica que embora muitos fossem os atos escravos que intentassem resistência ao sistema escravocrata, as cartas de alforria, juntamente com a fuga, eram as formas mais comuns de resistência à escravidão.

Tratando mais especificamente das tentativas de fuga, atenção especial mereceria o fenômeno de formação e distribuição, por todo o Brasil, dos chamados “Quilombos”, os quais se configurariam não como única, mas, sim, como a mais representativa forma de luta contra a escravidão. Pinsky os definiria como “um foco de negros livres numa sociedade que se baseava em relações sociais de caráter escravista”. Era, pois, considerado um mau exemplo para outros escravos e uma esperança concreta para aqueles que fugiam, além de representar uma forma de conseguir não apenas uma intervenção ainda que passageira do brutal cotidiano, alcançando uma liberdade real (PINSKY, 2004, p.86).

A busca por lugares ermos é justificada por Perogil (2011) como decorrente de um regime desumano, com condições insalubres de trabalho e vida, em que o negro não era reconhecido como pessoa e, tampouco como cidadão, sendo apontado pela sociedade como “objeto” de compra e venda. A ocorrência de fugas e formação de quilombos, formados por aglomerados de escravos fugidos, representaria a esquia de uma condição que lhes foi imposta: a condição de “coisa”. Com essas fugas, os escravos passaram a se refugiar nos “matos”, em locais longínquos como modo de não serem re-capturados.

População negra: entre a escravização e o anseio pela “Liberdade Real”

Sidney Chalhoub (1990) reconhecido por seus estudos sobre alforrias, realizou sua pesquisa sobre escravos e libertos da cidade do Rio de Janeiro, com período delimitado entre as décadas de 1870 e 1880. Partindo da análise processos criminais e ações de liberdade, onde os cativos figuravam como vítimas, réus ou testemunhas; o autor buscou a teoria do escravo-coisa, analisando como os escravos (mesmo diante da violência inerente do sistema escravista e das difíceis condições de vida do cativo) conseguiram instituir estratégias de resistência e de luta que versavam pela reivindicação de suas liberdades.

Para o alcance da liberdade, Carvalho (1998) condiciona a necessidade de sentimento de pertença a uma comunidade. Neste sentido, desde o interior do cativo, segundo o autor, começava para o sujeito cativo, o caminho para sua a liberdade. Caminho este, influenciado pela construção de uma rede de relações pessoais as quais o cativo pertencesse.

Já na visão de Sidney Chalhoub (1990), o significado da liberdade foi urdido pelos escravos no interior do cativo. E ainda, a conquista da carta de alforria, nesta perspectiva, é concebida como resultado dos esforços bem-sucedidos dos cativos no sentido de retirarem a própria liberdade das mãos de seu senhor (CHALHOUB, 1990, p.23).

Sem negar a importância da identidade grupal (pertença a um grupo ou comunidade), das conquistas alcançadas do cativo ou da luta dos escravos em prol da ampliação de seus “direitos” e de sua liberdade, Eduardo França Paiva (1995) chama atenção para a associação da concessão da alforria à liberdade, pois,

Instrumento da maior importância na vida de um ex-escravo, a carta de Alforria era, ao mesmo tempo, indicativo da estreiteza dessa condição social. Quem tem o dever de comprovar sua liberdade, livre não é. O documento funcionava como demarcador de fronteiras sociais e lembrava aos portadores os limites intrínsecos ao novo status, determinados de cima para baixo. O antigo escravo permaneceria assim identificado e reconhecido, o que lhe impedia, mesmo quando enriquecido e senhor de escravos, tornar-se membro do grupo dominante (PAIVA, 1995, p. 113).

Darcy Ribeiro (1995), em “*O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*”, nos coloca para refletir acerca dos limites à liberdade real do negro. Isto porque, uma vez liberto, já não sendo de ninguém, o negro passava a se encontrar só e hostilizado, contando apenas com a sua força de trabalho em um contexto em que a terra e tudo mais continuava apropriada. Por esse motivo, acabava tendo que se sujeitar a novas condições de exploração, que, ainda que não fosse maior que antes (considerando que isso seria impraticável), passavam a ser absolutamente desinteressadas do seu destino. Houveram, pois, àqueles que, ainda que forros, quando gozavam de certo vigor físico, tinham a oportunidade de fixar-se em alguma fazenda, ali podendo viver e reproduzir, desde que com a oferta da sua força de trabalho. Por outro lado, o negro precocemente envelhecido pelo trabalho, enfermo ou débil era simplesmente desprezado, sendo visto como “coisa imprestável”.

A esse respeito, Reis e Silva (1989) na obra “*Negociação e Conflito*”, trazem uma análise inovadora acerca da temática aqui explorada, realizando uma abordagem em que o universo no qual a vida do escravo se insere na escravidão do Brasil não estaria restrita a um apêndice do modelo do proprietário branco do seu senhor. Dito de outro modo, a obra tenta irromper com a rigidez muito difundida na historiografia brasileira acerca da escravidão, que por muito alterna a imagem do escravo, ora figurando como herói, ora como vítima; mas sempre como objeto, fosse de seus senhores, de seus impulsos ou mesmo da história que se propunha estudá-lo. Assim sendo, essa nova leitura propõe o resgate das pequenas e grandes

conquistas do cotidiano daqueles que, inversamente ao que hoje se supõe, resistiram à coisificação, lutando contra a possibilidade de se tornarem meras engrenagens do sistema que os escravizara.

Em concordância com tal aceção, Hebe Castro (1995) analisa que, ao contrário de uma ordem marcada pela submissão estrita e controle total do escravo, no interior do cativeiro haviam formações de famílias que tiveram acesso a uma economia autônoma, chegando a atingir postos de feitores e administradores de seus senhores, conquistando, inclusive, uma diferenciação possível no interior do cativeiro (CASTRO, 1995, p.235).

Nesta perspectiva, Dias (2012) permite-nos localizar o investimento de autoridade outorgada aos cativos quando lhes eram concedidas ocupações diferenciadas. A exemplo, uma das funções a que os forros, mestiços e escravos podiam se ocupar, como forma de angariarem melhores rendimentos e prestígio social era a função de capitães-do-mato. Não foram raros os exemplos de negros e mulatos que assumiram a responsabilidade por tal atividade, que tinha por principal característica, o cerceamento da liberdade daqueles que optavam pela fuga.

João José Reis e Eduardo Silva (1989) acreditam que os escravos podem ter criado de modo autônomo o seu *modo de viver*, ainda que como forma de blefar com o sistema que os escravizava, utilizando-se, portanto, quando julgavam necessário, da negociação mais imediata e pacífica, corriqueira e mesmo amena. Isto porque, o resistir escravo não tinha que estar necessariamente manifesto em atos violentos, “em geral atitudes extremas como fugas, crimes e suicídios só entravam em cena quando a negociação falhava ou não acontecia por intransigência senhorial ou impaciência escrava” (REIS, 1989, p.19).

Rebecca Scott (1991), em seus estudos, coloca em oposição as ideias de “acomodação e resistência”. De acordo com ela:

Contestar o senhor, uma resistência medíocre, era mais seguro e mais provável de render frutos. O escravo que resistia a ser açoitado (...) arriscava-se até a um castigo maior e tinha pouca chance de influir permanentemente sobre sua situação, o patrocinado que levava acusação de crueldade tinha alguma chance de conquistar a liberdade, e essa possibilidade podia ajudar a contrabalançar a ameaça de retaliação (SCOTT, 1991, p. 179).

De modo complementar, supunha-se que a “acomodação durante a escravidão podia render privilégios e favores, mas era mais adequado simplesmente para se afastar do sofrimento” (SCOTT, 1991. p. 180).

A grande questão aqui suscitada por ser traduzida assim: independente das diferentes formas de se conceber o negro e o seu estatuto de liberdade, o que seria feito com ele após a ruptura da polaridade senhor-escravo? Tal indagação remonta as diversas concepções aqui apresentadas. De um lado, ao considerarmos que, ainda que o negro gozasse de liberdade durante a escravidão, não há como questionar que estavam sujeitos a numerosas restrições legais ou simplesmente impregnados pelos costumes de uma sociedade ainda dominada por uma elite branca. E, por outro viés, quanto aos negros libertos, efetivamente, isto é, os alforriados, tem-se restrições ainda mais explícitas, constando, por exemplo, vários itens legais que contrariavam a disposição da Constituição de 1824 que versava por sua aceitação enquanto cidadãos (AZEVEDO, 2004).

Logo, pode-se depreender, segundo o que propõe Scott (1991), que adaptar-se a este contexto significaria, portanto, a possibilidade de criação de condições para se libertar. Outrossim, não é cabível a oposição entre acomodação e resistência escrava, tendo em vista que a resistência imposta ao sistema escravista fixado no Brasil significou diversificar as estratégias de acordo com as particularidades de cada região e período. Num país tão extenso e tão internamente diferenciado como nosso, a instituição, naturalmente, não foi edificada tendo por base um padrão uno.

Considerações Finais

É possível inferir, por meio da análise aqui traçada, que as formas de se conceber o negro no período escravocrata brasileiro é, notoriamente, marcada por visões distintas. A construção de representações acerca do mesmo é marcada ora por uma visão que o inferioriza e vitimiza; ora atribuindo-lhe uma figura de herói, em busca de autonomia para a reescrita contínua dos seus modos de viver.

Os negros sempre foram vistos como inferiores, o que consequenciou um atraso substancial à conquista de direitos enquanto cidadãos. Corroborando, para além disso, a consolidação de uma identidade marcada por representações conflitantes, que se mantém, portanto, em permanente processo de construção.

Arregimentar uma discussão que não explora a visão de liberdade e as estratégias adotadas pelo próprio negro em relação à sua coisificação no sistema escravista seria uma forma de ignorar sua capacidade de autodeterminação. Portanto, é possível conjecturar que a amenidade nas relações, tanto quanto a resistência assumida por atos violentos não ilustram *cousa* outra, senão: a incessante busca pela liberdade em sua instância real e concreta.

Logo, tem-se no espírito humano a busca incessante e natural por liberdade, fato que independe de etnia, credo, faixa etária, classe social ou ordenamento político. Por este motivo, ao remontarmos os posicionamentos do negro frente ao sistema que lhe foi inculcado, torna-se evidente sua resistência à objetualização e coisificação, donde, os escravizados lutaram contra a possibilidade de se tornarem meras engrenagens do sistema que os escravizava.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. *Uma História do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004. 250 p.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822. Recife: UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Renato da Silva. À sombra do rei: poder, trabalho e controle social nas Minas do Ouro. In: DIAS, Renato da Silva (Org.). *Repensando o Político: Poder, Trabalho e Identidades*. Montes Claros-MG: Unimontes, 2012, p. 83-107.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos do Século do Ouro. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, v. 6, p. 15-46, junho de 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 28ª ed. São Paulo: Record, 1992. Disponível em: http://www.ufrgs.br/proin/versao_1/casa/index01.html Acesso em 10 de Abril de 2014.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No Sertão das Minas: Escravidão, Violência e Liberdade 1830-1888*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PEROGIL, Daiana. As Fronteiras do Simbólico: um diálogo entre comunidades quilombolas, identidade e representação. *Contribucione a las Ciencias Sociales*, mayo, 2011. Disponível em: WWW.eumed.net/rev/cccscs/12 Acesso em: 10 de Abril de 2014.

PINSKY, Jaime. Vida de Escravo. In: *A Escravidão Negra no Brasil*. 19ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 82-94.

QUEIROZ, Suely Robles de. Escravidão Negra em Debate. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 103-117.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 151 p.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. 287 p.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCOTT, Rebecca. J. *Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1800-1899*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

História e temporalidade no debate político brasileiro (1830-1840)

Larissa Breder Teixeira

Graduação incompleta

Universidade Federal de Ouro Preto

larissabrederteixeira@gmail.com

RESUMO: A década de 1830 na História do Brasil pode ser visto como um período de intensas discussões a respeito da representação política e sobre a reforma constitucional. Levantavam-se questionamentos sobre a representação do povo, a modificação das instituições e o que seria a cidadania, bem como os cidadãos. O discurso político dos senadores do Brasil no século XIX nos evidencia o pensamento da época e como as questões fundamentais para a política estavam sendo tratadas.

Palavras-chave: Representação do Povo; Temporalidade; Político; Senado; Império do Brasil.

Esse artigo se propõe a discutir o ano de 1832 na História do Brasil, que pode ser visto como um período de intensas discussões a respeito da representação política e sobre a reforma constitucional que estava sendo proposta. Levantavam-se questionamentos sobre a representação do povo, a modificação das instituições e o que seria a cidadania, bem como os cidadãos. O discurso político dos senadores do Brasil no século XIX nos evidencia o pensamento da época e como as questões fundamentais para a política estavam sendo tratadas. Conseguimos observar as mudanças que o advento da Modernidade trazia e como o Brasil respondia a tais questões. O objetivo desse ensaio é compreender os discursos sob a luz das teorias de Pierre Rosanvallon, como o político esta sendo entendido e como ocorreu essa construção.

A modernidade trouxe uma profunda modificação no entendimento das pessoas sobre como se guiar na História e como o tempo passa a ter um funcionamento diferente. As categorias históricas de Reinhart Koselleck conseguem nos mostrar de forma mais clara como ocorria à experiência do tempo, o jogo entre as categorias de tempo: passado, presente e futuro. *Espaço de Experiência* e *Horizonte de Expectativa* se relacionam de maneira diferente durante a transição do Antigo Regime para a modernidade. No Antigo Regime essas categorias não eram distantes uma das outras. A experiência, a tradição, guiava os homens em suas ações. As pessoas conseguiam se orientar pelo passado, pois ele estava sempre presente, as mudanças ocorriam de forma lenta não sendo notadas facilmente. O passado guiava as pessoas, pois o presente era semelhante.

Esses conceitos tem seu relacionamento modificado na modernidade, onde as diferenças se tornam cada vez maiores. As projeções se distanciam das experiências, concebendo assim um novo tempo. O passado deixa de guiar o presente, pois as mudanças ocorreram radicalmente, não havendo mais experiências condizentes com a nova realidade. O futuro passa a ser visto como o progresso, pois o que está a diante sempre será melhor, será um futuro aberto.

Para elucidar a teoria de Rosanvallon precisamos compreender primeiramente a definição do político. Ele estaria associado à comunidade, a ocorrência da vida comum e como seu funcionamento ocorreria. O político vem da necessidade da criação de uma ordem onde todos estão associados, existindo normas de participação bem como sua distribuição. O político não se dissocia do social, nos mostrando que suas relações refletem a maneira como ocorre o agir nelas, nos permitindo uma análise e sua compreensão.

Na sociedade moderna o político passa a adquirir outra definição. Não é mais entendida a ordem como algo natural, que definia as participações e as distribuições. Com essa mudança o político passa a ser ampliado ou até mesmo liberado, como afirma Rosanvallon.(2010, p.42) Isso ocorre com a mudança da estrutura da sociedade, vista antes como um corpo, passa a ser entendida agora como uma sociedade de indivíduos, promovendo um *déficit de representação*. Passa a ser necessário entender quem representa o povo e como ela ocorre, entender quem é o povo, dar face a ele. Quando o corpo passa a não corresponder mais com a representação, o político passa a ser o agente que “representa” a sociedade que não possui uma forma definida da nova natureza em que se encontra. Nas sociedades modernas sente-se a necessidade de promover uma representação formada por indivíduos, que ela se torne visível e notável, tornando possível, assim, que o povo adquira uma face. (ROSANVALLON, 2010) O imperativo da representação passa, assim, a distinguir a política moderna da antiga.

A representação passa a surgir de um processo, sendo construída pelos atores de sua época. Entender o funcionamento das instituições, bem como a necessidade de alteração das mesmas nos faz entender como esse processo foi ocorrendo e em que medida ele foi surgindo.

O período regencial no Brasil proporciona uma intensa revisão das estruturas institucionais. Desde o período da Independência a linguagem política mostra a busca por um povo com virtudes, que luta por seus direitos, garante sua liberdade e que defende a Nação em que vive. Essa discussão se torna ainda mais acirrada durante a Reforma Constitucional. Durante a Regência essa busca continua, com a representação governamental sofrendo

alterações, nasce uma nova consciência de seu território e de seu povo. Os senadores estão constantemente definindo e tentando entender quem era o povo, com os discursos políticos conseguimos evidenciar o déficit de representação em que se encontra o Brasil. Fica clara a tentativa de definição através dos novos parâmetros da época.

O Brasil é descrito pelos senadores como um país que foi a pouco tempo civilizado, que por isso carecia de exemplos para se conduzir. Os exemplos vem de países onde há presente um Governo Representativo a muito instaurado e que conseguiram promover mudanças que se adaptavam as necessidades do povo, como Inglaterra e Estados Unidos. O senador Alencar, exemplifica em sua fala essa necessidade: “Reparemos que as Nações mais felizes na sua marcha politica são aquellas que vão paulatinamente ampliando suas instituições ao ponto, que as necessidades publicas as exigem” (Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p. 115)

Com posições e referências divergentes, vemos brotar o embate político entre liberais Moderados e os da “velha guarda”, como os Caravelas e Cairus, os principais partidos políticos. Torna-se necessário entender suas questões para entendermos como eram construídos seus posicionamentos. Promoviam a manutenção da ordem em primeiro lugar e não pensavam em reformas sociais ou econômicas. Eram contrários também as reformas políticas, defendendo dessa maneira uma centralização político-administrativa.

Intrinsecamente ligado a esse discurso, vemos a ideia de marcha para o progresso, onde as Luzes iriam proporcionar que o Brasil alcançasse a liberdade, mesmo que isto pudesse ser considerado utópico. A marcha para o progresso não significava na visão de um moderado, romper com a Monarquia, mas fortificar o que fosse necessário e por as Instituições em harmonia com a necessidade e os sentimentos dos Povos. “Os nossos destinos são bem diversos; nós devemos marchar a par dos progressos das luzes da civilização: e se tudo muda no homem e em roda delle, como deixarão de mudar as suas instituições?” (Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144)

Cabia assim, aos políticos ensinar e conduzir o povo brasileiro. Apoiando-se em exemplos históricos, que legitimavam muitas vezes seu discurso, mostravam como o destino de outros povos não foi feliz por não seguirem seus legisladores. Era necessário assim tomar um rumo contrário, como ressalta o senador Almeida e Albuquerque que em seu discurso ressalta o infeliz destino dos Lacedemonios. O debate que promoviam mostra à necessidade de se conduzirem pela razão, as paixões deveriam ser deixadas de lado, a virtude deveria estar

presente no povo, tópica que já era discutida no meio político e na filosofia, desde o século XVII.

Na segunda discussão, em que hão de ser examinados cada um dos paragraphos deste Projecto, cumpre que nos armemos com a égide impenetrável da razão contra as vozes de um Povo allucinado e conduzido de boa fé pelos interessados de facções. Em tempos de partidos, na effervescencia das paixões, difficil é, para não dizer impossível, conseguir o conhecimento da verdadeira opinião publica.(Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144)

Vemos que a noção de futuro aberto esta presente, mesmo que ainda não conseguimos caracterizá-lo definitivamente, o Brasil tinha condições de caminhar rumo ao progresso e por isso deveria ser conduzido. Era necessário que a experiência de um país civilizado, que promovesse as virtudes dos povos fosse solidificada. Uma vez que essa experiência fosse absorvida, os políticos, os governantes do povo, conseguiriam se guiar perante as adversidades que a Nação passaria. Essa experiência só viria depois de largo tempo, onde conseguiriam ter mais maturidade e entender melhor a sua importância.

O momento pelo qual estavam passando era visto como um tempo impróprio para as reformas que estavam tentando ser implementadas, pois as paixões estavam muito fortes, deixando impuras e danosas as suas visões. O povo não possuía condições para se conduzir, nem era possível ao menos entender quais eram suas reivindicações.

O nosso dever é procurar o que for mais profícuo á Nação; Ella poz-nos neste lugar para dizermos francamente a nossa opinião sobre os seus interesses: o Legislador não deve ser dominado por paixões e por partidos: armemos a nossa consciência com uma tríplice couraça contra as opiniões corrompidas e desorganizadoras.(Anais do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832. p.144)

Devida à dificuldade e até mesmo a falta de uma definição exata do que esta ocorrendo, vemos como esse déficit de representação esta explicita até mesmo onde ela é mais debatida. O remodelar das instituições passa ser algo necessário para acompanhar o tempo que esta mudando e aqueles que não a defendem mostram como seus interesses seriam feridos diante dela. O discurso dos senadores nos mostra a presença constante do jogo entre as categorias de tempo. Eles tentam constantemente entender a História, uma vez que possuíam a consciência de que as mudanças que ocorriam seriam marcantes, decisivas e perpetuariam.

Uma vez conscientes, suas ações eram pautadas por sua repercussão no futuro e não no próprio presente, e também mediados pelos exemplos do passado. Apesar da História que estava ocorrendo ser singular, incessantemente o passado era requisitado para tentar contornar

ou explicar as origens para os fatos. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa estavam em constante tensão, sendo esta tensão a própria História.

No Brasil também conseguimos ver a mudança da experiência do tempo com a Modernidade. O passado deixa de ser igual ao presente. Deixamos de ser mediados por uma metrópole longe, onde o Rei era visto como alguém inacessível, onde possuía um caráter abstrato, muita das vezes. Assumindo-se como agentes históricos, os representantes políticos conseguiram moldar a base da política brasileira. O eterno embate entre os partidos políticos, a falta de uma definição concreta daquilo que seria a própria nação, bem como quem seria seu povo, mostra como o passado deixa de responder aos questionamentos do presente. O futuro passa a ser projetado como algo bom, sendo associado como o progresso, pois como bem ressaltado acima, era necessário tempo para que se criasse um país moldado pelas Luzes e todas as respostas para suas questões seriam resolvidas.

Assim como na França pós revolução, sabia-se que estava se passando um tempo de transição, “o qual ordena de maneira temporalmente diversa a diferença entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 320). Transição implica em ter de chegar a algum fim estabelecido. Podemos entender esse fim como o progresso.

A modernidade é forjada nas próprias experiências políticas com que esses senadores estão tendo que lidar – a experiência de construir um país e suas instituições representativas modernas.

Referências bibliográficas

ANAIS do Senado do Império do Brasil: segunda sessão da primeira legislatura. Primeiro Tomo. 1832.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do político. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

Ofícios mecânicos e seu cotidiano material na Comarca do Rio das Velhas

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

Graduanda em História

UFMG

ludmila.machadopereira@gmail.com

RESUMO: Este texto analisa o cotidiano dos oficiais mecânicos na comarca do Rio das Velhas na segunda metade do século XVIII. Em nossa pesquisa, trabalhamos com a documentação cartorária denominada “justificação” proveniente da Jurisdição do Juiz de órfãos. Tal tipologia documental permitiu analisar as condições de trabalho, da cultura material e ensino de ofícios mecânicos aos órfãos.

PALAVRAS-CHAVE: ofícios mecânicos, cultura material, órfãos, período colonial.

ABSTRACT: This paper analyzes the everyday to artisans in the Rio das Velhas County in the second half of the 18th century. In our research we work with the judicial documentation called "justification" belonging to the jurisdiction of the judge of orphans. This documentary typology allowed analyzing working conditions, material culture and the teaching of crafts to orphans.

KEY-WORDS: mechanical trades, material culture, orphans, colonial period.

Os oficiais mecânicos são parte do terceiro estado, da plebe, são homens que sobrevivem pelo seu próprio trabalho que produzem uma cultura material e realizam um serviço com as próprias mãos. O trabalho mecânico na sociedade de Antigo Regime é regulamentado pelo próprio grupo, corporações e confrarias e pelo estado, por meio de seus regimentos e das câmaras. A matéria-prima e o trabalho de um oficial mecânico para produzir uma cultura material é o que diferencia e especializa os diversos tipos, como carapina, carpinteiro e marceneiro. Cada tipo de ofício possui uma representação e um regimento que deve ser seguido. A cultura material produzida é fruto de diversas relações, da necessidade de sobrevivência do oficial, a de quem comprou e os diversos grupos envolvidos.

Nas Minas Gerais os ofícios mecânicos são regulamentados pelas câmaras, não há representatividade corporativa e nem irmandades e confrarias específicas para os ofícios. Por exemplo, a Irmandade de São José do Ouro Preto há irmãos carpinteiros, mas há outros irmãos que sobrevivem de outras formas. E ao contrário do que ocorre na Cidade do Rio de Janeiro a Irmandade não responsabiliza pelo exame de novatos para exercer o ofício, portanto, não regulamenta o trabalho mecânico. Nas Minas a inclusão de ofícios mecânicos nas

Irmandades muitas vezes se relaciona com serviços e obras realizados para estas, também muito comum em ofícios ligados às artes, como pintor, entalhador e escultor.

A inclusão do oficial mecânico em redes de sociabilidades se dá através da materialidade por ele produzida, seja de um simples par de chinelas a uma órfã à arrematação da construção de uma casa de câmara e cadeia. A cultura material não é entendida aqui como um produto do processo histórico, mas integrante e capaz de ser “vetores de relações sociais” (MENESES, 2005, p. 18). O oficial mecânico se insere nas redes de relações de poder local através da produção de uma materialidade da cultura que inclui também um “saber fazer” que permite em alguns casos uma ascensão social e inclusão. Aqui a materialidade não está dissociada da sua imaterialidade, como diz José Newton Meneses as “coisas e os objetos da fatura humana não podem ser dissociados das realidades vividas” (MENESES, 2011, p. 399).

Na Capitania das Minas Gerais a maioria dos estudos específicos de oficiais mecânicos se concentra em Vila Rica, Mariana e seus termos. Um dos principais motivos é a variedade documental e o bom estado de conservação do fundo da Câmara de Ouro Preto no APM e o Arquivo da Casa Setecentista. Nossa pesquisa estuda especificamente a Comarca do Rio das Velhas. Esta região não apresenta nenhum estudo específico sobre oficiais mecânicos, mas há trabalhos que se utilizam desta temática. (DRUMOND, 2008; FREITAS, 2006; OLIVEIRA, 2008). As dissertações e teses sobre a temática utilizam como fontes documentais inventários post-mortem, testamentos, libelos, cartas de exames, licenças e outras documentações avulsas das câmaras. Em nossa pesquisa do trabalho de conclusão de curso buscamos apreender somente um tipo documental, as justificações devido ao próprio volume, cerca de 400 documentos. Pretendemos em uma posterior pesquisa relacionar estas fontes com diversos documentos camarários e cartorários. Falaremos a seguir sobre esta documentação e sua interpretação através da cultura material e dinâmica do trabalho mecânico no Rio das Velhas.

Nova fonte: ‘Justificação’

A documentação Cartorária é bastante rica em suas formas de abordagens e em sua tipologia documental, como os inventários, libelos e testamentos. Aqui procuramos a utilização de uma única fonte, as justificações integrantes ao fundo do Cartório de Primeiro Ofício de Sabará pertencente ao Arquivo da Casa Borba Gato – Museu do Ouro, no período de 1750 a 1800²⁸. Tal documentação é um processo jurídico realizado pelo Juiz de órfão e o

²⁸ A documentação compreendida está entre CPO-JUS (03) 109 a CPO-JUS (13) 530.

escrivão do órfão a partir de uma petição em que se implica a herança de órfãos. A jurisdição do Juiz de Órfãos diz respeito a todos os feitos cíveis praticados pelos órfãos ou que forem movidos contra a sua herança, inventário e partilhas (ALMEIDA, 1870, p.218). Como também em relação a demandas contra os Tutores por má governança da herança dos órfãos ou termos de livramento de tutoria por motivos que a impeçam. Além disso, inclui na jurisdição do Juiz de Órfãos de Sabará a herança de dementes, administrada por curadores, e a feitura de alguns inventários. Dessa forma, a documentação pesquisada apresentou petições de emancipação de órfãos, de comprovação de dívidas, abonação de fiadores, pedido de livramento de tutoria e prestação de contas de tutoria.

A veracidade do conteúdo da petição é obtida através de documentos escritos e de inquirição de testemunhas. Os documentos escritos que comprovam, por exemplo, um bilhete em caso de dívida, um traslado do assento de batismo ou de casamento para comprovar a identidade, a filiação e o matrimônio, e outros documentos como receitas médicas e traslado de carta de alforria. No dicionário de época, o Bluteau, o verbete de justificação aparece: “Descarga de huma pessoa, acusada. Exibição, ou producção dos títulos, ou testemunhas, em ordem a prova de huma verdade.” (BLUTEAU, 1712-1728, vol. 4, p. 234)

Completando a ideia de veracidade o verbete do verbo justificar aparece: “mostrar, que não tem a culpa, que se lhe atribue. Dar a conhecer, que hé inocente”, e mais a frente, “provar a verdade de huma cousa” (BLUTEAU, 1712-28, v. 4, p. 234). No caso de negar uma culpa encontramos em petições de tutores ou curadores que buscam negar uma acusação de maus gastos e governança da fazenda dos órfãos ou de dementes. Estes documentos permitem pensar o ideal concebido pela sociedade de um bom e um mau tutor. No entanto, encontramos no fundo poucas justificações que tratam deste assunto podendo ser devido a perdas documentais, como também a pouca ocorrência de tutorias más sucedidas ou da reclamação destas. Além disso, ser tutor não era visto como bom nem vantajoso, era uma obrigação que muitas vezes levava o dispêndio monetário e de tempo para a sobrevivência e formação do órfão. Não por acaso há justificações de pedidos de livramento da assinatura do termo de tutoria, trataremos este tema posteriormente.

Já no dicionário de Antônio de Moraes e Silva o verbete justificação aparece como “prova judicial de alguma coisa. v. g. *‘fazer justificação com testemunhas, de que é natural de tal Cidade, que é solteiro, que é comerciante’*, etc.” (SILVA, 1813, vol. 2, p. 196) Nos verbetes percebemos que provar a veracidade de algo inclui o testemunho do outro, até mesmo em emancipações se pedem o outro para provar a sua própria identidade. O ser

individual no Antigo Regime é reconhecido, não por um documento escrito, mas pelo reconhecimento do outro, de sua sociabilidade cotidiana do grupo a que pertence.

O documento nos permite pensar na importância que tinha ao justificante chamar uma testemunha para depor a seu favor. As testemunhas escolhidas eram próximas e da confiança do justificante, já que nas Ordenações havia impedimento de testemunhas serem irmãos, pais, mães, escravos, judeu, mouro, doido e menor de catorze anos (ALMEIDA, 1870, livro 3, 647-648). Elas deveriam declarar em seu testemunho o conteúdo na petição, o motivo de saberem do fato, por exemplo, “por ser público e notório”, “por ouvir dizer”, “por saber e conhecer”, “por ser vizinho”, “por muito conhecer o justificante”. A proximidade com justificante tornava o testemunho mais verdadeiro, pois ‘o ver’, ‘o saber’ e ‘o conhecer’ tinham uma maior importância testemunhal do que “o ouvir dizer”, sendo uma testemunha de vista vale mais que dez de ouvir (BLUTEAU, 1712-28, v. 8, p. 135). Essas expressões demonstram a proximidade do justificante com a testemunha permitindo ao historiador perceber teias de relações, principalmente entre comerciantes, oficiais mecânicos e boticários com seus caixeiros e outros envolvidos.

As testemunhas para deporem declaram o nome, naturalidade, moradia, meio de vida e idade, e em alguns casos a cor, branco, pardo, crioulo e preto, a condição de forro ou liberto e raramente aparece se são casados ou solteiros. Na documentação devido ao impedimento de escravos testemunharem encontramos somente o forro, dessa forma para estudar a escravidão e sua relação com os ofícios mecânicos contamos com as testemunhas forras que anteriormente eram oficiais cativos que obtiveram a sua alforria. A principal ocupação encontrada nas justificações foi a mineração e a roça. Em relação aos ofícios mecânicos os principais foram os de alfaiates, ferreiros, sapateiros, carpinteiros e no caso feminino a costura, na sua maioria realizada por mulheres forras (Tabela 1). No entanto, em relação aos ofícios não aparece a categoria oficial, aprendiz e mestre todos são colocados no mesmo patamar com a expressão “vive de seu ofício”. A identificação pode ser feita com cruzamento de outras fontes, principalmente as cartas de exame de ofícios. Mas, há casos de que se intui pela menor idade do justificante que ele seja aprendiz, como Jacinto Dias Peixoto, pardo, natural do Arraial de Santa Luzia e morador na Vila Real de Sabará que vive de seu ofício de ferreiro e de idade de 15 anos. Além disso, há outros casos em que o pai e o filho são testemunhas ou dois irmãos quando apresentam idade próxima. O mais interessante é que praticam o mesmo ofício mecânico que permite pensar na tradição familiar do ensino de pai para filho.

Tabela 1 - Ofícios e outras ocupações

Ocupação	Quantidade
Alfaiate	44
Ferreiro	31
Sapateiro	27
Carpinteiro	20
Costureiras	11
Boticário	9
Seleiro	8
Cirurgião	6
Ferrador	6
Carapina	6
Pedreiro	4
Caldeireiro	4
Barbeiro	4
Cabelereiro	4
Musica	3
Pintor	3
Lavagem de roupa	1
Plantar fiar e tecer algodão	1
Negócio de corta carne	1
Medicina	1
Minerar	1
Relojoeiro	1
Bordador	1
Latoeiro	1
Capador	1
Fazer telha	1
Fazer sabão	1
Total Geral	201

Fonte: MO/ACB CPO-JUS (03) 109 a CPO-JUS (13) 530

Ofícios mecânicos: órfãos, ensino, trabalho.

No ano de 1750 o órfão Filipe Domingues enviou uma petição ao Juiz de Órfão, Doutor Francisco de Seixas Brandão, em que solicita a entrega de seus bens, herança de seu pai Manoel Domingues de Azevedo. Por estar casado e ser “capaz de reger e governar os seus bens com juízo e entendimento perfeito”. Era necessário ao órfão provar a sua identidade de filho legítimo através do traslado do assento de seu batismo. A maioria das justificações de

emancipação encontradas é acompanhada de traslado de batismo, em alguns casos não há o nome do pai ou este aparece como dono da escrava que é a mãe.

No caso de Filipe Domingues, a sua mãe Esperança Aguiar era escrava de seu pai, sendo batizado forro. As suas três testemunhas chamadas declararam “por ser público e notório” a filiação do justificante, portanto, não tinha como negar o direito a herança depositada no cofre dos órfãos, e sim a verdadeira capacidade de reger e governar seus bens sem a dependência de um tutor e curador. Dessa forma, Filipe Domingues buscava provar, por meio dos testemunhos, que era um homem casado e trabalhador que conseguia se próprio sustentar através de seu ofício de sapateiro. No entanto, o que significava ser um homem casado na sociedade de Antigo Regime? E na capitania, área de exploração minerária que atrai diversas pessoas que sonhavam com um enriquecimento rápido? E qual era o ideal de um oficial mecânico? E a importância de sustentar a sua família por seu próprio trabalho?

Estas perguntas estão relacionadas com a independência do órfão ao seu tutor. Primeiramente, para se casar com idade menor a vinte cinco anos era necessária uma autorização do Juiz de órfão, sendo este o primeiro passo para os órfãos conseguirem a sua emancipação. No caso feminino há justificações em que após o casamento o marido pede como cabeça do casal o direito de reger e governar os bens do sogro falecido. Além disso, em caso de casamento contratado parte da herança guardada é para o pagamento do dote. O sapateiro Felipe Domingues casou com Catarina Rodrigues de Sousa de igual qualidade e fortuna, possivelmente era parda. Por meio de seu ofício de sapateiro conseguia “se sustentar e a dita sua mulher” (MO/CSB CPO-JUS (03) 109). O casamento, segundo a historiadora Thais Fonseca, foi ordenado por D. João V aos governadores para evitar as constantes desobediências e revoltas. O homem casado diferente do solteiro tinha “maiores responsabilidades, apegavam-se à terra e às suas obrigações, ficando conseqüente mais obedientes” (FONSECA, 2009, p. 32).

A responsabilidade com o sustento da família denotava uma capacidade para bem reger e administrar seus bens. Duas das testemunhas, André Jacome de Lima Soares, mineiro, e Silva e Francisco da Costa de Carvalho, requerente de causas, afirmaram que quando visitavam o justificante em sua casa no Arraial de Santa Rita sempre o encontrava “trabalhando pelo seu ofício de sapateiro”. Além disso, o requerente Francisco da Costa de Carvalho e Faustino José Teixeira, solicitador de causas, afirmaram que o justificante trabalhava e “tem muita sujeição” (MO/CBG/CPO-JUS (03) 109). No dicionário Bluteau ‘sujeição’ refere a uma “obrigação, necessidade, ou respeito” (BLUTEAU, 1712-28, v. 7, p.

691). As testemunhas constroem a imagem do justificante de um homem pardo, casado, sapateiro, responsável e trabalhador.

O sustento deste sapateiro dava pelo feito ou conserto de diversos calçados, como sapatos, chinelas, tamancos e botas. Possivelmente as testemunhas relacionadas eram lhe próximas a ponto de frequentarem a sua casa podendo até em algum momento serem consumidores de seus sapatos. Tal hipótese só será possível de confirmar com o cruzamento de inventários e testamentos do justificante e das testemunhas nos rol de dívidas e de bilhetes avulsos. No final da justificação o Juiz de órfão emancipou Felipe Domingues por ser capaz de reger e governar a sua pessoa e bens. O ofício de sapateiro permitiu ao órfão produzir o próprio sustento. Nas Ordenações entre as obrigações de tutores e Juiz de órfãos esta o ensino de ofícios mecânicos.

E se forem filhos de Officiaes mechanicos, serão postos a aprender os officios de seos pais, ou outros, para que mais pertencentes sejam, ou mais proveitosos, segundo sua disposição e inclinação. Fazendo scripturas publicas com os Mestres, em que se obriguem a os dar ensinados em aquelles officios em certo tempo arrazoado, obrigando para isso seus bens. F. o Tutor, ou Curador com auctoriedade do Juiz obrigará os bens dos Orfãos e suas pessoas a servirem os ditos Mestres per aquelle tempo no serviço, que taes aprendizes costumam fazer. E o Juiz, que isto não cumprir, pagará ao Orfão toda a perda e dano, que por isso se lhe causar. (ALMEIDA, 1870, p. 212)

O ensino mecânico nas Minas segundo o historiador José Newton Meneses não era regulamentado e os regimentos existentes eram “meras listagens de preços de produtos e de serviços.” (MENESES, 2013, p.222) Além disso, há pouca documentação a respeito da aprendizagem de um ofício na sua maioria ligada ao ensino de um órfão, devido a sua obrigatoriedade. Os documentos muitas vezes não permitem perceber as práticas de aprendizagem, como a justificação de Felipe Domingues. Porém, Meneses afirma que “é provável que a tradição portuguesa de ensinar com amor e castigar com caridade tivesse lastro no cotidiano das Minas Gerais colonial.” (MENESES, 2013, p.222) Também, Thaís Fonseca afirma que o aprendizado do ofício mecânico era acompanhado com o ensino das primeiras letras.

O aprendizado dos ofícios mecânicos aparecia, então, como possibilidade concreta de ocupação e de sustento material. No segundo caso, a novidade era, para filhos de oficiais mecânicos, uma ligeira ampliação da possibilidade de ascensão na sociedade colonial, por meio da capacidade de leitura e de escrita, mesmo que limitada. (FONSECA, 2009, p. 103)

Além do ensino o tutor nas Ordenações era obrigado de prover o órfão materialmente com alimentos, vestuário e calçados a cada ano. As diversas obrigações de um tutor faziam muitos se escusarem deste papel. Em sua obra “Medicina Mestiça” Carla Starling percebeu uma prática de produção de atestados por cirurgiões a tutores, curadores e testamenteiros para se livrarem da assinatura do termo ou para prolongar o tempo para a prestação de contas (ALMEIDA, 2010, p. 34). Nas Justificações aparecem diversos pedidos de desobrigação de tutoria, como por doença, por necessitar fazer várias viagens não tendo tempo para prover o órfão e no caso que vamos analisar de um carapina que vivia em casa alheias.

No ano de 1774, Antônio Rodrigues de Souza Lisboa manda uma petição ao Juiz de Órfão informando que não poderia aceitar a tutoria dos órfãos do defunto Manoel Rodrigues de Souza Lisboa. O justificante apresenta três razões, seguintes:

(...) = Que o Suplicante não tem casa certa de sua residência = Que vive de trabalhar pelo seu ofício de carapina por casas alheias e tanto assim que hoje se acha para as partes do sertão = Que os ditos órfãos têm no termo desta vila parentes muito abonados para o dito Ministério (...). (MO/CBG/CPO-JUS (08) 317)²⁹

A partir do documento podemos pensar na dinâmica do trabalho mecânico do justificante. Possivelmente era um jornaleiro que trabalhava em diversos canteiros de obras e fábricas na Vila de Sabará e seu termo para um mestre. As obras de construção civis necessitavam de diversos ofícios mecânicos, carpinteiros, carapinas, pedreiros, ferreiros. Muitas dessas obras eram arrematadas por um mestre na câmara da vila que empregava oficiais e aprendizes de sua oficina, outros oficiais jornaleiros e alugavam escravos de ganhos. Diversos historiadores pesquisam a dinâmica do trabalho nos canteiros de obras de construções civis e religiosas em que o mestre arrematante compartilhava de horas de trabalho conjunto com aprendizes, oficiais e escravos. Segundo Fabiano Gomes da Silva “o mestre arrematante acordava o fornecimento de moradia, alimentação e as ferramentas necessárias para o oficial incorporado à sua fábrica, mas comumente o oficial jornaleiro era o responsável por sua alimentação e ferramentas.” (SILVA, 2007, p. 93)

No caso do carapina Antônio Rodrigues de Souza Lisboa a sua vida material, a inexistência de residência própria o impedia de bem exercer a tutoria, já que a moradia deveria ser fornecida pelo mestre. A sua pobreza e a distância de seu trabalho nos sertões, ao contrário, da abonação de outros parentes, que moravam em Santa Luzia, levou ao livramento do termo pelo Juiz dos órfãos. No entanto, devemos lembrar que as palavras do justificante

²⁹ Optou por uma transcrição atualizada ao longo do texto.

são para livrá-lo da tutoria, principalmente quando se nomeia de oficial de Carapina invés de carpinteiro. A última testemunha inquirida Domingos Gomes Guimarães, natural da Freguesia de Santo Estevão de Briteiros termo de Guimarães do Arcebispado de Braga e morador na Vila do Sabará, diferente das outras testemunhas declara que o justificante vive do ofício de carpinteiro, e não carapina. Também, o Juiz de Órfão Caetano Gomes da Mota ao julgar os autos declara:

Vistos estes autos de justificação, e petição folha 2, es que depõem as testemunhas pelo justificante produzidas, e conforme o Direito é certo que havendo em que qualquer herança parentes abonados a estes é que se deve obrigar a serem tutores, e não a aqueles que pela falta de sua abonação se isentam como o justificante, e faz patente pelas testemunhas que produzi-o, em tanta forma que nem residência certa tem por ser um **pobre oficial de carpinteiro** vivendo por casas alheias.(MO/CBG/ CPO-JUS (08) 317)

Segundo Meneses o carapina “trabalha com a plaina de madeira, realizando os serviços mais grosseiros de desbaste e corte.” (MENESES, 2003, p. 318) Ao contrário, o oficial de carpinteiro possui diversas especialidades que requeria uma aprendizagem com maior duração e domínio de técnicas sobre a madeira. Em resumo, um carpinteiro era um “operário que serra, aplaina, aparelha a madeira para várias obras.” (MENESES, 2003, p. 318) No canteiro de obra os carapinas trabalhavam as madeiras para o trabalho dos carpinteiros (MENESES, 2013, p. 233). Antônio Rodrigues de Souza Lisboa afirmou em sua petição que se encontrava nas partes do sertão onde possivelmente escolhia as árvores, cortava-as e a trabalhava para depois serem entregues a um carpinteiro. Mas, qual seria o motivo de nomeação de diferentes de ofícios entre o Juiz de Órfãos e o justificante? Para Antônio Rodrigues ser oficial de carapina condizia a um ofício que levava a constantes viagens e um menor jornal do que um carpinteiro, como também dizia respeito a um fazer mecânico e um conhecimento técnico necessário. Em outras justificações a casos de pedidos de pagamentos de dívidas em que o justificante diz ter realizado o trabalho pelo seu ofício de carapina, ao contrário do Juiz de Órfãos e outras testemunhas que o nomeiam de carpinteiro. Nestes casos o termo carapina pode estar relacionado a uma técnica, um fazer mecânico, já que não há uma regulamentação do ofício, a sua prática faz parte do ofício de carpinteiro. Em um canteiro de obras a necessidade de muitos ajudantes levava a uma maior divisão das tarefas e especialização das funções um mestre carpinteiro não tinha tempo de preparar a madeira. No caso de Antônio Rodrigues de Souza Lisboa se apresentar como carapina representava o seu fazer mecânico neste momento como também permitia livrá-lo da tutoria.

O cruzamento de outros documentos do carapina posteriormente permitiram maiores conclusões a respeito de sua dinâmica de trabalho. As justificações permitiram analisar o

cotidiano de dois oficiais mecânicos que não seria possível com o uso somente de inventários e testamentos. No entanto, vemos que é necessário recorrer a esta documentação e outras como a camarária para permitir traçar aspectos da vida de ofícios mecânicos na Comarca.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Cândido Mendes de (org). Título 88: Dos Juizes dos órfãos. *Ordenações Filipinas*, livro 1. Rio de Janeiro, 1870. Texto disponível em www.uc.pt/ihti/filipinas/ordenacoes.htm, consultado em 05/05/2014.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça: saberes e práticas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MENESES, José Newton Coelho. Anexo 2: Glossário dos Ofícios Mecânicos. In: *Artes Fabris e serviços banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime – Minas Gerais e Lisboa, 1750-1008*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 318.

MENESES, José Newton Coelho. Apresentação. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 397-404, 2011.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. (Orgs.) *Museus*. Dos Gabinetes de Curiosidades ao Museu Moderno. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

Museu do Ouro/Casa Borba Gato/Cartório do Primeiro Ofício/Justificação: caixa 03 n° 109; caixa 08 n. 317.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*- recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado) - Belo Horizonte:.. 2007.

Mathias Carneiro: O feiticeiro ressuscitado de Mariana

Luís Antônio de Castro Morais

Graduando em História

Universidade Federal de São João del-Rei

luisantonio_morais@yahoo.com.br

RESUMO: O Brasil colônia se apresentou como lugar úbere para o hibridismo religioso, recebendo pessoas provenientes de diversas culturas. O presente trabalho consiste em um estudo de caso de Mathias Carneiro, vulgarmente chamado de “O Ressuscitado”, denunciado ao Tribunal do Santo Ofício, nas Minas setecentistas levando em conta as práticas que o feiticeiro realizava em suas curas, e o discurso que utilizava para valer-se de seus métodos.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição; Colônia; Feitiçaria

ABSTRACT: The Brazil colony shown as an udder place for religious hybridism, receiving people from different cultures. This work refers to case of Mathias Carneiro, usually named "The ressurected", denounced to Court Holy Office on 18th century, discussing about the practices that sorcerer did in his healings and the arguments that he used to ensure his methods.

KEYWORDS: Inquisition; Colony; Withcraft

O processo 6699 refere-se a um sumário contra Mathias Carneiro, cognominado não justo, mas sim santo; Mais vulgarmente chamado de “O Ressuscitado” por já se contemplar falecido na Vila do Sabará³⁰.

A denúncia foi feita em 23 de junho de 1785, em Sabará diz que ele se deliberou a enxotar diabos, e que para isso contou com várias pessoas que se fingiam possesas e expunham os defeitos dos outros. Diz também que ele tinha um soneto exorcista com ofensas graves à religião, afirmando “ser ele quem tem virtude própria para curar toda e qualquer enfermidade e não os sacerdotes pelos seus péssimos costumes”.

A diligência teve início em 18 de Dezembro de 1790 e terminou em 08 de Janeiro do ano seguinte, foi realizada por João Rodrigues Cordeiro que no fim do documento alega que devido a seus avançados anos e moléstias não tinha condições para continuar. Treze pessoas foram testemunhas, todas de “boa índole”.

³⁰ O Documento está catalogado como processo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), mas na verdade trata-se da diligência contra Mathias Carneiro.

Os relatos se assemelham bastante, grande parte dos delatores disse que havia mais ou menos cinco anos que Mathias havia passado pelos arredores de Mariana (Morro de Santana e Fourquim). E que era sabido publicamente que ele andava curando e deitando espíritos fora dos corpos, e que para as mulheres ficarem boas, em seus rituais dizia que haviam de dormir com ele, para receberem de seu bafo e do calor do seu corpo. E ainda andava com ele uma mulata de nome Anitta, que contou a um dos informantes, que certa vez Mathias disse a ela que se lambesse a sua barriga ela ficaria tão transparente que lhe havia de ver tudo o que tivera dentro de seu corpo.

Relataram também, que ouviram dizer que Mathias tinha uma doença e que prometera a Nossa Senhora do Cedro que iria pedir esmolas, de joelhos, em nome dela. E que o benzedor morreu, mas que Deus o mandara voltar à Terra para pagar a promessa.

Em um dos relatos é descrito a tentativa de prender Mathias, que se escondeu no Morro de Santana, e que o grupo de pessoas que queriam o prender passaram por ele e não o viram pelo fato de estar “em forma de cruz”, e que quando assumia esta posição nenhum mal poderia lhe acontecer.

Uma das informantes dissera que Mathias ensinou uma Ave Maria para as pessoas do Morro e que dizia que valia por mil das outras, a oração seria conhecida e rezada por todos, que inicialmente não via mal nenhum nas palavras, mas depois foi conhecido que ela envolvia heresias, e assim algumas pessoas deixaram de rezá-la. A oração é a seguinte:

“Ave Maria de graça, Ave que nunca caíste, Ave que subiu tão alto, que a porta do céu abriu; Ave que fez o seu ninho em cima de uma cruz tão bela, e tão benigna, que a todo o mundo da luz, cheia de graça, que veio, por mandado deste Deus, qual é, que no certo creio; só pelo vosso meio, sejamos entrados no céu; Benta; Benta; Benta; Entre as mulheres, mais bendita que algumas, mais bela que as estrelas, mais formosa que lua. Se há como ela alguma, Virgem Maria morais lá no céu e lá na terra, que a todos governais até os que andam na guerra: Madre de Deus pecador, isso é o que convém, por senhores e senhoras, que por nós sempre, Amém.”

Os exorcismos eram sempre feitos às dez horas da noite, segundo um dos relatos, em certa ocasião Mathias disse que tinha uma bula do Sumo Pontífice para poder exorcizar e benzer, e que ninguém podia o impedir e que até já tinha apresentado a bula ao Bispo. Mathias ficava sentado em uma cadeira e os doentes vinham aos pares ajoelhando-se a seus pés, e lhes atava um cordão de São Francisco ao pescoço e pegando em uma imagem do

Santo Cristo, começava a benzê-las com palavras que as pessoas não entendiam, e cobrindo uma coisa tirava um unguento com que os ungia (provavelmente esse unguento seria azeite bento, segundo relato de uma das testemunhas), nas costas, peitos, ouvidos e outras partes, enquanto cantava uma ladainha e rezava a dita Ave Maria.

À medida que Mathias ia cantando a ladainha, os doentes iam caindo e ele ordenando para que os espíritos saíssem dos corpos, e quando era repugnado por eles, lhes dizia:

“Não sabeis que sou invisível, que morri e ressuscitei, e que vim outra vez ao mundo, por mandado de Deus?”.

O “ressuscitado” hospedava-se na casa de umas crioulas de nomes Anna de Almeida e Suzana Rodrigues Nunes, eram elas que preparavam os cozimentos para as curas. Mathias contava ainda com três “Marias Donzelas³¹” que batiam, com varas de marmeleiro, nos exorcizados, enquanto ocorria o ritual.

Uma das testemunhas informou que Mathias já havia sido preso em Vila Rica, mas que voltara para o Morro para realizar os exorcismos. Quanto ao paradeiro do benzedor não sabem dizer, alguns dizem que ficou nas Minas, e outros que fora para Bahia ou Rio de Janeiro.

A diligência de Mathias Carneiro, acusado de feitiçaria, teve seu fim em oito de janeiro de 1791, é realizada no final da segunda metade do século XVIII, ou seja, “numa época em que aparentemente os ‘ilustrados’ inquisidores gastavam cada vez menos seu tempo com delitos dessa natureza” (NOGUEIRA, 2004, p. 163). Talvez isso explique o motivo de não se ter um processo inquisitorial contra o benzedor, o delator e os Comissários fizeram um juízo de Mathias, e enviaram a diligência para os Inquisidores em Portugal, estes, por sua vez, tiveram outra impressão das práticas do benzedor, não as julgando dignas de um processo inquisitorial.

Nossa colônia era um espaço em que as práticas de diferentes culturas se encontravam e se interpenetravam complementando o mosaico cultural da época, como diz Laura de Mello e Souza, “uma colônia escravista estava, pois, fadada ao sincretismo religioso” (SOUZA, 2009, p.128). O Brasil sempre acolheu e sempre foi intenso no tocante a práticas mágicas. E, em Minas, que abrigava uma sociedade mineradora e escravista, são comuns os casos de

³¹ Não há nenhuma menção sobre quem seriam essas Marias Donzelas, nem o motivo do benzedor tê-las como assistentes, com base no documento é provável que sejam três mulheres que o acompanhavam nas curas e exorcismos, é possível que sejam as mulheres que o hospedavam. Ainda há pessoas que testemunharam que se alguém falasse mal de Mathias elas “se colocavam a descompor” a pessoa.

bolsas de mandinga, cartas de tocar, escravos desejando o mal para seus senhores. A religiosidade dos escravos vivida na colônia se diferenciava da religiosidade de seus antepassados, como os escravos vinham de várias partes do continente africano, cada um trazia consigo sua própria identidade religiosa, acabando por surgir uma nova religiosidade, totalmente mesclada a novas culturas, sejam elas católicas, indígenas ou mesmo africanas, fundindo-se assim uma religiosidade popular híbrida.

A elite colonial alimentava certo receio dos feiticeiros, pela crença de que os mesmos dominavam o sobrenatural, e sabendo disso, os feiticeiros usavam a prática como um mecanismo de resistência ao regime opressor que eram impostos. A feitiçaria estava arraigada na sociedade, ela trazia consigo costumes culturais diversos. “A feitiçaria aproximava-se muito da religião vivida pela população, as receitas mágicas assumiam, com frequência a forma de orações dirigidas a Deus, a Jesus, aos santos e à Virgem.” (SOUZA, 2009, p. 26).

A diligência de Mathias Carneiro, o ressuscitado, nos fornece algumas informações sobre a figura ímpar que seria, mas infelizmente as informações estão aquém do que consideraria ideal, ele morava no Morro de Santa Anna, próximo a Mariana, e na época em que foi feita a diligência ele já tinha se ausentado do Morro, restando assim ao Comissário apenas inquirir as testemunhas.

Como consta no relato de Frutuoso Moreira da Costa, Mathias tinha uma filha, mas não há outras referências da mesma e de sua mãe, parece que o curandeiro não deixou muitos rastros. Na maioria dos depoimentos é possível encontrar referências à ressurreição de Mathias, que ele morreu na Vila do Sabará, foi ao céu, mas que Deus o mandou voltar e que ressuscitou para pagar uma promessa a Nossa Senhora do Cedro, que devia pedir esmolas.

O sumário de Mathias nos remete às práticas dos Esmoleiros e Mamposteiros, comuns nas regiões das Minas no século XVIII. Cada um, continha sua singularidade, seja pelas motivações ou pelos estados (clérigos ou não) ³².

Entre os leigos, os motivos eram para promoção da vida religiosa, “esmola se mostrou como um dos meios eficazes para arrecadação dos recursos, disseminando-se os esmoleiros que percorriam as freguesias com sua “caixinha”, bacia ou hábito, de posse da devida provisão de ‘ermitão’”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 43).

³² Frequentemente os clérigos circulavam pelos arraiais, vinham do reino e de outras partes do Império português. Colhiam suas oitavas de ouro, para fins pragmáticos, como manutenção de seus conventos em Portugal ou em outras províncias, havia ainda os que pediam para a canonização de algum santo.

Outro ponto interessante na história de Mathias é a aproximação de sua ressurreição ao caráter messiânico-profético. Podemos traçar uma analogia do benzedor com o messianismo - a crença de um enviado libertador, ou até mesmo de seu retorno. Não podemos considerar o caso do ressuscitado como raro, mas sim como demonstração da cultura híbrida que se formou em Minas, ele mesclou elementos do catolicismo com o do mundo popular.

Ana Margarida Pereira estudou o caso de Antônio da Silva, ou João Lourenço, que no século XVIII andou pela Vila do Príncipe (atual Serro) dizendo-se ser proveniente de Portugal e que era filho natural do rei D. João V, portanto um príncipe, mas que o seu irmão Dom José e seus inimigos o queriam matar, por isso refugiou-se nas Minas, e que tinha muitos inimigos que não o reconheciam, mas se fizesse sua barba, logo o saberiam quem ele era.

Ele se apresentava como líder dotado de virtudes carismáticas, e também que realizava a comunicação com o mundo celeste. As pessoas viam nele a esperança de uma reforma da sociedade, um enviado divino, que trazia consigo uma sociedade mais justa, sem ordens sociais, e ele por sua vez, usava dessa crença popular para alcançar seus objetivos particulares.

Luiz Carlos Villalta também trabalhou com base na pesquisa de Ana Margarida sobre o “príncipe” João Lourenço ou Antônio da Silva. João-Antônio pretendia resgatar os pretos e crioulos, tirá-los do poder de seus senhores e os levarem consigo para restaurarem a “Casa Santa”. Ele, como o ressuscitado Mathias Carneiro, tinham o hábito de pedir esmolas.

Alguns pontos assemelham o benzedor Mathias a João-Antônio, os dois tiveram uma missão dada por Deus: o príncipe tinha a missão de realizar um levante dos negros contra os brancos, já o ressuscitado voltou a terra para pagar uma promessa que tinha feito a Nossa Senhora do Cedro. Ambos contavam com a ajuda de duas mulheres que não eram apenas fantoches, eram atuantes ao lado deles, participando da trama, e ao participar dessas histórias demonstravam “que as propostas sediciosas e milenarista-messiânicas tinham acolhida em Minas, encontrando aí um solo fértil para se desenvolver”. (VILLALTA, 2007, p. 23)

No universo colonial era comum a população atrelar as curas “legais” com as “ilegais”. Toda ação que saísse do mundo cristão seria considerada feitiçaria, mesmo utilizando-se de objetos e rituais católicos. Em nossa colônia havia poucos e caros médicos que traziam consigo o “estudo europeu” (que também não era tão avançado), não conheciam doenças tropicais, aduziam remédios provenientes da Europa, que não resistiam ao tempo e calor de nossa terra. A feitiçaria tornou-se uma espécie de medicina, aceita pela maioria das

peessoas, seja por ela estar ao alcance de todos ou pela fé que era depositada nela, e isso gerava algum respeito/status ao feiticeiro, em sua comunidade. E em muitos casos a fé no poder das curas pelos benzedores era maior que a fé pelas “curas legais”, como podemos notar no relato de Antônio Pereira de Souza: “Joana, cunhada de Manoel Pereira Monteiro, disse que já tinha ido a vários padres para a exorcizarem, mas que só ele, o benzedor, tinha poder para deitar os espíritos fora do corpo.”.

As práticas mágicas podem ser consideradas, em certos pontos, como um negócio. A maioria dos benzedores usavam de seus conhecimentos sobre a flora para curar, benzer e buscavam uma afirmação social, e alguns recebiam bens, como ouro, roupas, tecidos, como forma de pagamento. Um caso que exemplifica isso é o da forra Luzia Pinta, estudada entre outros autores por Laura de Mello e Souza e Luiz Mott, que possuía escravos e grande quantidade de roupas. Os feiticeiros viam na feitiçaria um meio para se afirmarem socialmente, e levarem uma vida menos sofrida, menos ferrenha. Como a prática mágica lhes garantia certo prestígio em seu raio de atuação, e por algumas vezes eram recompensados com bens materiais, alguns até conseguiam ter uma vida diferente da que levavam, ganhando respeito da sociedade.

Infelizmente não temos muitas informações que dizem respeito à vida particular de Mathias Carneiro, em seu sumário não encontramos de onde era proveniente, se tinha outras pretensões. O benzedor, em alguns pontos, se assemelha a um messiânico-milenarista, tinha o mandato de Deus para cumprir uma promessa que fizera a Nossa Senhora do Cedro, e professava – o que pode ser entendido com uma blasfêmia – “ser ele quem tem virtude própria para curar toda e qualquer enfermidade e não os sacerdotes, pelos seus péssimos costumes”.

Ao que parece, Mathias não era natural de Mariana, chegou e ficou lá por um tempo, benzendo e curando. O padre José Gonçalves Torres relata que o benzedor chegou a ir para a o arraial do Fourquim, mas que o vigário do arraial o expulsou de lá. Em alguns relatos podemos observar que uma das práticas que Mathias fazia com frequência, era deitar-se com as moças, e não queria deitar-se com as velhas, dizia que tinham que se deitar com ele para sentirem de seu bafo e do calor de seu corpo e que assim iriam curar. Não há referências no documento se essa prática era simplesmente o ato de deitar, ou se consistia em algo malicioso, o que parece ser o mais provável, levando em consideração as informações contidas de que

ele queria apenas as moças, rejeitando as velhas e que queria lambar a barriga de uma de suas “seguidoras”. Usaria ele da fé das moradoras do morro para cometer algo malicioso³³?

Segundo os depoimentos, Mathias já havia sido preso em Vila Rica, mas foi solto e logo partiu para o Morro de Santa Anna para praticar suas curas e exorcismos. Não há referências sobre o motivo de sua prisão nem de quanto tempo ficou encarcerado.

Como não há muitas informações sobre o benzedor é difícil perseguir suas verdadeiras intenções, se agia de má fé ou se realmente acreditava naquilo que pregava, e cometia seus deslizes, suas fraquezas. Mathias voltara a terra para pagar uma promessa que fez a Nossa Senhora do Cedro, que pediria esmolas. Não temos informação sobre qual seria o destino das esmolas, se ele tinha intenção de investir em alguma ordem religiosa ou se quando sumiu dos arredores de Mariana levou consigo as esmolas.

Referências bibliográficas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa: PT/TT/TSO-IL/028/06699 (Processo de Matias Carneiro)

FIGUEIREDO, C. M. F. *O heterogêneo mundo dos esmoleiros e os mamposteiros da Bula em Minas no século XVIII*. Revista nures, Ano VII, n. 18, p. 39-54, maio-agosto, 2011.

NOGUEIRA, André. *Da trama: práticas mágicas/feitiçaria como espelho das relações sociais - Minas Gerais, século XVIII*. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 11, v. 5, jul./set.2004. Captado em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/article/view/228>. Acesso em: 14 jun. 2014.

OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *Olhares inquisitoriais na Amazônia portuguesa: o Tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes (XVII/XIX)*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2010. 153 p.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V – Revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PEREIRA, A. M. S. Milenarismo e revolta na vivência dos escravos. Pregações e andanças do Príncipe Encoberto na região do ouro Minas Gerais, séc. XVIII. In: *O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2008, Lisboa. Actas do CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES. 2008, Lisboa: Instituto Camões, p. 1-13.

³³ Há a referência em “O diabo e a terra de Santa Cruz” (p. 144) ao Frei Luís de Nazareth, que realizava curas supersticiosas, exorcismos e abusava de mulheres, na cidade da Bahia. As práticas do benzedor parece se assemelhar muito às dele.

SÁ, Mario. *O universo mágico das curas: o papel das práticas mágicas e feitiçarias no universo do Mato Grosso setecentista.*

Captado em: Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hesm/v16n2/04.pdf>. Acesso em 14 jun. 2014.

SOUZA, L. M. *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.* 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil – Rio de Janeiro:* Nova Fronteira, 1997.

VILLALTA, L. C. *O encoberto da vila do príncipe (1744-1756): Milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra os brancos em Minas Gerais.*

Captado em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol13Villalta.php>. Acesso em: 14 jun. 2014.

O uso de manuscritos no cotidiano do futuro historiador: desafios e soluções discentes

Luíza Rabelo Parreira

Graduanda em História e Coordenadora da Oficina de Paleografia
Universidade Federal de Minas Gerais
luizarabeloparreira@hotmail.com

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

Mestre em História Social da Cultura e Coordenadora da Oficina de Paleografia
Universidade Federal de Minas Gerais
mccsferreira@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo ora apresentado pretende realizar breve discussão metodológica acerca do fazer historiográfico, bem como salientar a necessidade de ferramentas que contribuam para uso de documentação manuscrita enquanto fonte, como é o caso da *Oficina de Paleografia da UFMG*, que iniciou suas atividades em 2012, através de iniciativa discente.

PALAVRAS-CHAVE: Manuscritos; Leitura paleográfica; Fazer historiográfico.

ABSTRACT: This paper intend to perform a methodological debate about the way to build the historic knowledge, as well as show the need of tools that contribute to the use of manuscript documentation as a source, like the *Oficina de Paleografia da UFMG*, which has started it is activities in 2012 through student initiative.

KEYWORDS: Manuscripts; Paleographical reading; Historiography.

A pesquisa documental fornece ao historiador elementos imprescindíveis de comprovação empírica necessários para que sua pesquisa seja conduzida sem que se perca uma noção do real, separando, dessa forma, a História da narrativa literária. De acordo com Michel de Certeau, na obra *A escrita da História*, muito além de uma narrativa, a operação historiográfica é também uma prática e uma instituição. O passado não é um dado, mas um produto da História, que depende de uma prática, dos arquivos, da documentação, da fabricação desses documentos e sua constante reorganização, que, por sua vez, possui técnicas específicas e bem definidas (Cf. CERTEAU, 2006).

O documento histórico pode ser lido como um produto de um determinado contexto que o forjou de modo a passar, conscientemente ou não, um rico campo de relações, ideias e representações sobre si à posteridade. Fundamental ao ofício do historiador, o documento é um objeto de disputa em torno de uma ampla e complexa construção de discursos em torno dele que lhe atribuem sentidos mutáveis ao longo do tempo. É, frequentemente, objeto de polêmicas. Tal questão acerca da natureza monumental dos documentos adquiriu novos

contornos na medida em que surgiram correntes que valorizavam a autenticidade dos documentos e desenvolveram mecanismos de verificação da mesma.

Mudanças nos paradigmas historiográficos ocorridas entre o último quartel do século XIX e o início do século XX alteraram de maneira dramática a crítica do historiador em relação às suas fontes, tendo em vista dimensões que não eram abordadas de maneira muito direta anteriormente. Observa-se, então, que a noção de documento se ampliou muito com a Escola dos Annales³⁴, o que não significou, de forma alguma, o abandono do documento escrito, sequer a perda de importância do mesmo. Mudou-se muito a forma de pensar o documento enquanto provação fidedigna do ocorrido no passado. A crítica documental passou da verificação da autenticidade para uma verificação dos explícitos e implícitos, considerando que todo documento é falso e verdadeiro: verdadeiro enquanto produto de uma época, falso enquanto portador de uma intencionalidade que não pode ser deixada de lado (Cf. GINZBURG, 2007). A expansão da ideia de documento e a possibilidade de cruzamento de diversas fontes – escritas ou não – foram fundamentais na reformulação de sua crítica.

Torna-se, pois, necessário frisar que, embora tenham sido apresentadas diversas mudanças e polêmicas, além da ampliação significativa de objetos que podem ser considerados e analisados como sendo fontes com valor histórico, escritas ou não, os manuscritos ainda ocupam posição de destaque na análise histórica. Isto porque foram produzidos por praticamente todas as sociedades e, também, na maior parte dos períodos históricos, proporcionando, deste modo, vestígios para que sejam analisados pelos historiadores do presente.

Sendo assim, o ofício do historiador exige leitura e transcrição paleográfica, fundamentais pelo seu caráter propedêutico: o de possibilitar o acesso direto às fontes de pesquisa. É difícil não atribuir esse descompasso entre a importância da leitura paleográfica na pesquisa histórica e o domínio das habilidades a ela relativas pelos historiadores a uma patente lacuna nas grades curriculares dos cursos de graduação, associada à quase inexistência, pelo menos de maneira mais sistemática, de iniciativas extracurriculares nesse sentido.

Durante a graduação, período fundamental para aprendizagem do fazer historiográfico, apresenta-se como notória a carência de disciplinas, obrigatórias ou optativas, que estimulem a prática em arquivo, bem como o contato com a documentação manuscrita propriamente dita.

³⁴ Ocorre uma incorporação dos documentos não escritos, assim como os não oficiais no fazer historiográfico, bem como uma mudança de enfoque do historiador, que passa do fato ao contexto, abrindo campos antes não explorados de análises e de objetos de estudo, assim como novas fontes que incluem cartas, crônicas, literatura, entre outros, assim como a possibilidade de serialização das fontes históricas. Cf. REIS, 2004.

A falta de experiência que estimule a aproximação com as fontes manuscritas acarreta consequências graves ao aprendizado do futuro historiador e também para a História enquanto campo de conhecimento em constante transformação. Quando formados os então discentes tornar-se-ão professores que dificilmente utilizarão os documentos manuscritos como ferramenta didática no ensino de História, o que poderia despertar interesse pela disciplina e/ou motivar alunos a se dedicarem posteriormente ao estudo da área; ao cursarem a pós-graduação, muitas vezes, os alunos optam por temáticas de pesquisas que não utilizam fontes manuscritas porque não têm proximidade com a paleografia, privilegiando o estudo da História mais recente, desenvolvido através de documentos impressos ou manuscritos de grafia mais próxima da atual.

Muitas vezes, por conta própria, o aluno procura o contato com o documento manuscrito através da Iniciação Científica, quando acaba por desenvolver a temática de pesquisa de determinado professor, com o intuito de colaborar com seu estudo e, ao mesmo tempo, adquirir conhecimento técnico e metodológico. No entanto, o aluno torna-se refém da perspectiva e método de análise já desenvolvido pelo orientador. Costumeiramente, nestes projetos trabalha-se apenas um tipo de fonte documental, fazendo com que o graduando em História adquira vocabulário específico daquele documento, bem como referência de uma região ou período histórico apenas. Durante a Iniciação Científica o aluno então se vê às voltas na tentativa de ler, transcrever, interpretar e inventariar manuscritos. As ferramentas para isto são muitas vezes desenvolvidas pelo próprio estudante, sem parceria e através de trabalho árduo.

Na tentativa de suprir tal lacuna, alguns alunos da graduação de História, no primeiro semestre de 2012, se organizaram para desenvolver e multiplicar técnicas que possibilitassem a leitura e a transcrição de documentos manuscritos produzidos em grafia portuguesa moderna.³⁵ Surgiu, então, a *Oficina de Paleografia da UFMG* que, com atividades semanais, passou a introduzir demais alunos (não só da História, mas também de áreas afins como Conservação e Restauração, Museologia, Arquivologia, etc.) na prática documental através de exercícios em sala de aula que objetivavam a leitura de manuscritos, os mais diversificados possíveis, assim como o entendimento da temática e contexto de produção da dita fonte através de palestras feitas por professores, alunos com experiência documental, sejam da graduação, ou da pós-graduação, que apresentam aspectos de suas pesquisas. Nesse sentido, a *Oficina* estimula também a produção discente dos frequentadores do curso, cuja carga horária

³⁵ Em outras palavras, manuscritos em língua portuguesa produzidos entre os séculos XIV e XIX.

pode ser acrescentada ao histórico escolar como atividade extracurricular, e também dos palestrantes através de certificados de participação.

Fazem parte ainda da proposta da *Oficina*: apresentar bibliografia referente à paleografia, como é o caso do acesso aos dicionários de abreviatura, cuja aquisição é viabilizada nos encontros; agendar visita técnica aos arquivos públicos de Belo Horizonte, incentivando a prática de pesquisa; auxiliar o contato com técnicas de que aperfeiçoem o trabalho em arquivo através, por exemplo, carta de apresentação e digitalização de documentos.³⁶

Para se inteirarem dos debates recentes acerca da temática paleográfica e para buscarem aparato técnico relacionado à transcrição, os coordenadores da *Oficina* começaram a participar de eventos acadêmicos como ouvintes e, em seguida, divulgando o curso. Em parceria com o Departamento de Pós-Graduação em História da UFMG, a coordenação do projeto discente passou a organizar seminário anual, trazendo convidados de outros departamentos e instituições (universidades e arquivos) para introduzir questões correlatas e abranger o conteúdo a partir de seu ponto de vista.

A importância da *Oficina* se confirma pelo público regular mantido há três anos, pelo sucesso dos eventos como, por exemplo: aulas inaugurais e seminários. Depois da implantação da *Oficina de Paleografia da UFMG*, outras instituições também, através de iniciativa discente, criaram grupos com atividades e propostas similares como é o caso das universidades federais de Ouro Preto e Juiz de Fora, que mantêm contato direto com a congênere de Belo Horizonte.

Dentre os projetos mais recentes da *Oficina da UFMG* está a viabilização de publicação, *on line* e impressa, dos documentos, transcrições e palestras apresentados neste três anos de atividade. Além disso, com o intuito de se manter ativa nos próximos semestres, a *Oficina* passou a incorporar à coordenação alunos da graduação que frequentaram o curso no início de sua implantação e atualmente se encontram aptos a participar administrativamente e orientar as atividades em sala de aula. Neste é o caso de Luíza Rabelo Parreira, parceira desse texto, que narra agora um pouco de sua trajetória enquanto estudante e coordenadora da *Oficina*.

³⁶ Para maiores informações acerca das atividades realizadas na *Oficina*: OFICINA DE PALEOGRAFIA UFMG. Belo Horizonte, MG, 2014. Disponível em: <<http://oppufmg.wix.com/oficinadepaleografia>>. Acesso em: 15 maio 2014.

Comecei a frequentar a *Oficina de Paleografia* logo que entrei na faculdade, no primeiro semestre de 2012, primeiro semestre de funcionamento da mesma. Eu não sabia exatamente o que era a paleografia e para que servia, mas com o incentivo de professores do Departamento de História da UFMG e por curiosidade, resolvi frequentar os encontros. No começo, tive bastante dificuldade, o que é normal. Mas essas dificuldades tornaram-se desafios e, utilizando as normas técnicas e o dicionário *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*, da autora Maria Helena Ochi Flexor, fui orientada pelos coordenadores, sendo capaz de conseguir transcrever todas as atividades propostas.

O passo primeiro e fundamental é a leitura elementar do documento e, além disso, fazer uma leitura crítica e contextual. Para trabalhar tais aspectos, desenvolvemos uma espécie de metodologia, maneira mais ou menos estruturada para que, no desenrolar dos semestres, os encontros semanais refletissem na prática os objetivos supracitados. Essa metodologia foi construída ao longo do tempo, de acordo com os problemas e as soluções que surgiam e com as opiniões e sugestões dos participantes durante os semestres.

No segundo período, os alunos de graduação em História devem optar por cursar o bacharelado ou a licenciatura. O contato com os documentos desde o início da graduação foi essencial na escolha do bacharelado, pois me interessei pela pesquisa histórica. Se não fosse a *Oficina de Paleografia*, eu não teria tido a oportunidade de ter contato com tais documentos logo no primeiro período, pois nenhuma disciplina, no início do curso, utiliza manuscritos no cotidiano das aulas.

Resolvi, então, continuar meu aprendizado na *Oficina*, pois estava gostando muito e, depois de escolher o caminho da pesquisa histórica, dominar a leitura paleográfica seria imprescindível para atuação profissional. A estrutura da *Oficina* foi mudando com o tempo a partir das sugestões de participantes. A cada semestre, aprendíamos mais uns com os outros. Somente tornar pública a documentação antiga e transcrevê-la, começou a parecer insuficiente. Percebeu-se então a necessidade de realizar sua contextualização histórica e de explorar suas possibilidades enquanto fontes para o historiador.

Diferentemente do primeiro semestre, foi instituído, por sugestão dos participantes, que cada peça documental seria trabalhada em dois encontros, sendo o primeiro reservado para um estudo dirigido do documento, que consiste na conferência linha a linha da transcrição feita em casa e na discussão das principais dúvidas e obstáculos encontrados na transcrição, bem como das particularidades daquela peça ou de sua tipologia. Já o segundo

desses encontros ficou reservado para a discussão mais ampla da tipologia documental e uma crítica histórica do documento.

Ao final do segundo semestre de 2012, foi realizado o *I Seminário da Oficina de Paleografia: fontes manuscritas – desafios e possibilidades*³⁷, que divulgou bastante as atividades do curso. O terceiro semestre seguiu uma metodologia bastante semelhante a do segundo, acrescentando as visitas técnicas a dois arquivos de Belo Horizonte. Essas visitas foram interessantíssimas e de grande contribuição para minha formação como historiadora. Pude ver o arquivo não só como um lugar de pesquisa, mas um possível local de trabalho.

Durante o terceiro período, surgiu a oportunidade de concorrer à bolsa de Iniciação Científica com a Prof^a. Dr^a. Márcia Almada, da Escola de Belas Artes da UFMG, intitulada “A produção de manuscritos adornados em Minas Gerais no XVIII”. Como já tinha intimidade com manuscritos resolvi tentar, apesar de não preencher nenhum pré-requisito exigido para a bolsa, como estar cursando o quinto Período. Ter uma boa carga horária na *Oficina* me ajudou a complementar meu currículo e acabei selecionada para a bolsa. Meu trabalho no projeto não era fazer a transcrição propriamente dita dos documentos, mas descrever os elementos decorativos presentes dos regimentos internos de agremiações religiosas nas Minas do século XVIII. Este foi outro desafio que enfrentei, pois não havia cursado ainda disciplinas de História da Arte. Consegui finalizar a minha parte no projeto e, logo em seguida, fui convidada para ser coordenadora da *Oficina*, o que foi uma grande alegria para mim.

Após o *II Seminário da Oficina de Paleografia*, que aconteceu ao final do segundo semestre de 2013, oficializamos a minha entrada na coordenação. Por ser atividade de caráter discente, é importante que os participantes mais antigos passem a assumir tal responsabilidade, pois, no decorrer dos anos, os coordenadores concluem a graduação, deixando a universidade para iniciar a carreira profissional. Participar da escolha da programação dos encontros e ajudar os colegas nas transcrições tem sido ótimo, além de ser uma experiência de docência. Realmente dá um pouco de trabalho, mas em compensação conheço vários colegas, tenho acesso a documentação diversificada e aumento as minhas possibilidades de pesquisa.

³⁷ A *Oficina de Paleografia da UFMG* agradece à Diretoria de Assuntos Estudantis e à Diretoria da FAFICH, que acreditaram na importância do evento e ofereceram a verba necessária, mediante requerimento elaborado pela comissão organizadora, bem como ao Colegiado de Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em História, que prestaram todo o apoio ao evento.

Atualmente curso o quinto período e ainda não tenho um objeto de pesquisa definido, mas possuo interesse pela linha da História Social da Cultura. Sendo assim, comecei outra Iniciação Científica, dessa vez com a Prof^ª. Dr^ª. Adalgisa Arantes Campos, e de vez em quando tenho que transcrever algo. Estar em contato com os documentos suscita em mim a vontade de continuar na área da História, como também me faz entender o quão é importante a organização dos arquivos nos quais vamos trabalhar. Anotar as referências e guardar as imagens que pretendemos usar um dia é apenas um dos aspectos a ser observado e que, com certeza, usarei em minhas futuras pesquisas.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OFICINA DE PALEOGRAFIA UFMG. Belo Horizonte, MG, 2014. Disponível em: <<http://oppufmg.wix.com/oficinadepaleografia>>. Acesso em: 15 maio 2014.

REIS, José Carlos. O programa (paradigma?) dos Annales 'Face aos Eventos' da História. In: _____. *História: entre a filosofia e a ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Ática, 2004.

Muito além de bonecos: a história do grupo Giramundo pela perspectiva do acervo reunido em seu arquivo privado

Maria Emiliani Pena Ferreira

Bacharel em Arquivologia
Celulose Nipo-brasileira S/A CENIBRA
emilianiferreira@gmail.com

Alessandro Ferreira Costa

Doutor em Ciência da Informação
Professor Adjunto do Departamento de Teoria e Gestão da Informação - ECI/UFMG
prof.alessandrocosta@gmail.com

RESUMO: Síntese do trabalho de conclusão de curso realizado na graduação em Arquivologia (UFMG) no ano de 2013 que teve como objeto de análise o arquivo privado do *Giramundo Teatro de Bonecos* enquanto espaço privilegiado de informações para a história recente da arte e da cultura mineiras por evidenciar uma perspectiva única daquele grupo a partir dos documentos produzidos e/ou reunidos no decorrer do processo criativo de suas apresentações teatrais.

PALAVRAS-CHAVE: grupo giramundo; teatro de bonecos; acervo; patrimônio; arte mineira.

ABSTRACT: Synthesis of the work of completion performed in undergraduate Archivology (UFMG) in 2013 had as its object of analysis the private file *Giramundo Teatro de Bonecos* as a privileged space of information to the recent history of art and culture from Minas Gerais evidencing a unique perspective of that group from the produced and/or documents gathered during the creative process of their theatrical performances.

KEYWORDS: giramundo group; puppet theater; collection; heritage; Minas Gerais art.

O que faz o *Giramundo* fazer um espetáculo e logo depois estar pensando em outro? Na verdade, durante o processo, a gente fala que vai ser o último. Dá muito trabalho, mas o prazer é uma coisa impressionante. A gente fala também que a pessoa foi “infectada”. Eu acho que fui “infectada” no berço (...). (Beatriz Apocalypse, em fala no *Museu das Minas e do Metal*, 2014).

Introdução

O presente artigo tem por objetivo breve relato sobre os resultados oriundos do trabalho de conclusão de curso realizado na graduação em Arquivologia na *Universidade Federal de Minas Gerais* - UFMG - no decorrer do ano de 2013, que teve como objeto de análise o arquivo do *Giramundo Teatro de Bonecos* enquanto espaço dotado de documentos de alta relevância para a história recente da arte e da cultura mineiras.

Desde a sua origem, o *Giramundo* se apresenta como importante patrimônio artístico de reconhecimento nacional e internacional, que influenciou - e influencia - gerações de bonequeiros em seu ofício. A partir dessa premissa, o trabalho a que se reporta esta comunicação buscou estabelecer critérios básicos que consubstanciassem uma gestão mais eficiente do acervo documental guardado no arquivo do grupo, como parte de um conjunto de intervenções coordenadas pela Pró-reitoria de Extensão da *Universidade FUMEC*, responsável tanto pela elaboração de diagnóstico e organização daquele acervo, como também pela reativação do *Museu Giramundo*, que possui, segundo dados coletados na própria instituição, a maior coleção privada de teatro de bonecos das Américas, incluindo documentos originais de Álvaro Apocalypse (desenhos e projetos), um dos idealizadores do grupo e artista de expressão mundial. Sobre esse, Marcos Malafaia, diretor do grupo, em fala proferida no *Museu das Minas e do Metal*³⁸ (2014) na cidade de Belo Horizonte, afirma que ele foi “um pesquisador nato. Um artista sem concessões, vamos dizer assim. Um amante do desenho na linha direta do Guignard”, demonstrando o potencial valor informativo presente em seus manuscritos, esboços e outros mais.

Como o título deste artigo sugere, o acervo do *Giramundo* nos apresenta uma singular visão sobre o seu percurso histórico por introduzir o indivíduo observador no universo de teatro de bonecos de maneira tão lúdica como aquelas narrativas encenadas em seus espetáculos. Ao olhar todo aquele conjunto de objetos, não há como não desejar fazer parte de toda essa poesia.

Teatro de bonecos

A arte do teatro de bonecos tem a sua origem na Antiguidade. Segundo Giovanna Guimarães (2012, p.28)

A produção de imagens e objetos com um caráter simbólico ocorreu ao longo do desenvolvimento das civilizações humanas; muitas vezes associada à representação de desejos humanos ou como meio de expressar solicitações aos Deuses. Entre os objetos, encontravam-se figuras que representavam formas humanas ou animais, primeiros bonecos construídos pelo Homem. Figuras articuladas surgiram ainda na Antiguidade e, ao longo da História, desenvolveu-se o uso dos bonecos para entretenimento público e os teatros de marionetes. A figura do boneco, nessas apresentações públicas, podia se prestar à função de representação e simbolização. (...) Esses bonecos podem ser vistos como uma forma de representação do humano, sua caracterização permeada pelo uso da linguagem simbólica.

Complementa ainda a autora que

³⁸ Captado em: <<http://www.youtube.com/watch?v=od6DZqINqSc>>. Acessado em: 12 mai. 2014.

Figuras construídas pelas mãos humanas, com partes móveis, já são encontradas desde 1400 a.C., no Vale Indu, Paquistão, na forma de gado bovino com pernas articuladas, destinadas a serem usadas em rituais religiosos. No Antigo Egito, Hierógrafos registram estátuas que caminham, representações de deuses, sustentadas e manipuladas por pessoas. (...) Na Grécia antiga, outros registros de figuras articuladas são encontradas, e cerca de 500 anos a.C. já ocorriam apresentações públicas de marionetes bem próximas às que conhecemos atualmente, manipuladas por atores. As marionetes das apresentações públicas se desenvolveram, portanto, a partir desses objetos, figuras articuladas e movimentadas por pessoas, representações de deus ou solicitações humanas, passando desta exposição ritualística a uma forma de entretenimento público – mas conservando um caráter representativo (...) (GUIMARÃES, 2012, p.32).

De acordo com a pesquisadora, as marionetes reproduziam contos populares, davam voz às populações e se prestavam à divulgação de ideias e conceitos. No Brasil, conforme estudo apresentado por Valmor Beltrame (2012, p.33), a história do teatro de bonecos “é reveladora do quanto essa arte foi expressão das classes populares e, talvez exatamente por isso, esquecida nos registros históricos”. Segundo o mesmo, é possível encontrar documentos que comprovam a existência dessa manifestação artística em nosso país desde o século XVIII, apontada como algo trivial, associada aos hábitos populares regionais.

Meus estudos apontam o Brasil como um dos poucos países ocidentais que ainda mantêm vivo um teatro de bonecos feito (criado, encenado e visto) pelo povo. O teatro Mamulengo, também chamado de João Redondo, Casemiro Coco ou Babau, dependendo da região e de certas características quanto a sua forma, é arte que nunca adentrou a corte ou aos palácios, é expressão das camadas mais pobres da população rural e periferia urbana da Região Nordeste do Brasil. Em nosso país se destacam, predominantemente, duas idéias estereotipadas sobre esta arte do teatro de bonecos: a primeira, como linguagem artística destinada exclusivamente ao público infantil; a outra, como teatro popular-folclórico. A idéia de um teatro exclusivo para crianças está relacionada com o boneco, ora como brinquedo, ora como instrumento didático e educativo capaz de propiciar o aprendizado de conteúdos ou estimular a fantasia. Já a concepção popular-folclórica é concebida com base nas referências da manifestação do mamulengo, vista como expressão em que predomina o cômico e a crítica social e política. (BELTRAME, 2012, p.36-37).

Giramundo

Fundado no ano de 1970, pelas mãos dos artistas plásticos e docentes da *Escola de Belas Artes* da UFMG Álvaro Apocalypse, Terezinha Veloso e Maria do Carmo Vivacqua Martins, o *Giramundo Teatro de Bonecos* é um dos mais representativos grupos deste gênero artístico em atividade no Brasil, mantendo por objetivo institucional o estudo, a pesquisa, a preservação, a divulgação e a produção dessa arte. Acumulando em seu currículo mais de 30 espetáculos apresentados no decorrer de mais de quatro décadas de existência, o *Giramundo* conta também com uma escola de teatro e com

um museu - que se distingue de outros similares por salvaguardar objetos ainda suscetíveis ao uso em novas montagens teatrais - onde se encontra exposto parte do acervo dos trabalhos produzidos, composto por bonecos, adereços, máscaras, peças gráficas e cenográficas, trilhas sonoras e figurinos. Neste contexto, o *Instituto Museu Giramundo*, criado no ano de 2006, tem por missão firmar-se como uma

(...) instituição cultural sólida, moderna, criativa e democrática, a partir da realização de atividades museológicas, educativas, culturais e sociais inovadoras, abrangentes e inclusivas, tendo como um dos objetivos organizar, conservar, preservar e restaurar seu acervo museológico, que se constitui primordialmente de obras artísticas relacionadas à arte do Teatro de Bonecos e assemelhados. (Estatuto Instituto Museu Giramundo, p.2, 2006).

Sobre a importância do acervo salvaguardado nas dependências do *Giramundo*, Beatriz Apocalypse, herdeira de Álvaro e Terezinha Veloso, analisa que muitas das peças originais do grupo se encontram em estado de difícil manipulação física, mesmo com as constantes ações de preservação e restauração. Uma alternativa para que as montagens teatrais possam ser rerepresentadas é a confecção de réplicas daquelas peças: “graças a estes projetos técnicos **[guardados nos arquivos]** que o *Giramundo* consegue consertar uma marionete. E o *Giramundo* consegue confeccionar outra idêntica” (*Museu das Minas e do Metal*, 2014, grifo nosso).

Arquivo Giramundo: acervo, memória e outras considerações

O arquivo do *Giramundo Teatro de Bonecos* é considerado pelo produtor como de caráter permanente³⁹, uma vez que a instituição guarda em seu espaço físico todo o conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos no decorrer de sua existência. O que presenciamos, porém, foi a inexistência de efetivo comportamento arquivístico fundamentado nos pressupostos teóricos e técnicos do campo da Arquivologia, o que acaba por expor o acervo a uma série de variáveis que podem comprometer a qualidade do seu tratamento e conservação. Concomitantemente, estava claro para nós que a massa documental ali disposta apresenta um valor ímpar tanto ao *Giramundo* quanto à própria sociedade, uma vez que era - e é - possível reconstruir a história do grupo por meio de materiais que efetivamente “relatam” o fazer artístico do seu ofício, principalmente ao considerarmos a natureza dos documentos, sendo eles roteiros, artes conceituais, projetos técnicos, objetos cenográficos, bonecos, fotografias, vídeos e tantos outros associados às etapas de concepção, desenvolvimento e detalhamento dos espetáculos produzidos pelo grupo. Se caracterizarmos um arquivo permanente pelo

³⁹ Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34).

recolhimento e guarda de documentos em local de custódia definitiva, como o evidencia Heloísa Bellotto (2004), a partir de critérios objetivos de seleção, tomando por referência o seu valor secundário (aquele inerente ao valor histórico, social, artístico e correlatos. ROUSSEAU; COUTURE, 1998), muito ainda há o que evoluir o arquivo *Giramundo*...

Em um arquivo onde a imagem não só configura uma informação, mas também é a razão de ser dos documentos recolhidos, imaginemos a riqueza de leituras possíveis sobre estes a partir das especificidades do olhar do pesquisador: ali, um artista gráfico pode compreender as variáveis constantes no processo de criação visual de um personagem, figurino ou cenário; um escritor pode avaliar as nuances de um roteiro; um fotógrafo perceber o impacto da iluminação na construção dramática de uma cena; um historiador analisar a nossa própria história por meio das adaptações teatrais do *Giramundo*. Um universo de possibilidades que precisa ser descoberto pela sociedade e pela própria instituição. Quanto a relevância da imagem como fonte de informação, Maria Eliza Borges (2005, p.78-79) afirma que

Os homens e mulheres que se dedicam a pensar e refletir sobre os diferentes campos da dinâmica social não podem desconhecer o poder das imagens. Para além de sua dimensão plástica, elas nos põem em contato com os sistemas de significação das sociedades, com suas formas de representação, com seus imaginários.

Não estamos, contudo, afirmando aqui que o supramencionado arquivo esteja inexoravelmente atado a problemas. Citação injusta e falsa. Percebemos claramente o esforço do grupo, enquanto instituição e pessoas, em fazer o melhor para que a sua história documentada seja não só mantida quanto passível de acesso. O nosso objetivo, nesta comunicação, é sensibilizar o leitor quanto à necessária intervenção social e pública sobre muitos arquivos privados de alta relevância à sociedade. Estes espaços demandam muito mais que “boa vontade”: necessitam de profissionais capacitados para o devido planejamento e gestão daquilo que se encontra guardado, de infraestruturas física e tecnológica adequadas, de divulgação e garantia de acesso às bases de informação. Ao evidenciarmos aqui o *Giramundo*, queremos afirmar que até mesmo uma instituição de inquestionável representatividade à nossa cultura também enfrenta os percalços da falta de políticas públicas eficientes quanto às questões relacionadas à memória e patrimônio. Nesse contexto, sintetiza Thais Nivia de Lima e Fonseca (2013, p.17) que

Essas reflexões [**sobre a construção da memória**] podem ser interessantes quando se coloca em foco também outros modos de construção da relação entre memória e história, fora do eixo memória-nação. Um deles está

colocado para instituições que tomam a iniciativa de preservar sua memória como história, como imortalização e como legitimação. É o caso, por exemplo, dos museus e centros de memória criados por empresas públicas e privadas, visando reunir acervos relacionados a elas mesmas para construir leituras acerca de suas próprias trajetórias e de seus sujeitos ao longo do tempo. Objetivando seja a construção do conhecimento, seja a publicidade, essas iniciativas valem-se do trabalho de especialistas - arquivistas, bibliotecários, museólogos, historiadores - e muitas chegam a se organizar inclusive como lugares abertos à pesquisa histórica externa e às ações educativas mais amplas. (Grifo nosso).

Considerações finais

O limitado espaço ditado por estas poucas páginas não permite qualquer nível de aprofundamento sobre todas as variáveis observadas durante o processo de leitura/intervenção junto ao arquivo *Giramundo*. Evidenciamos aqui, porém, cinco pontos considerados como emergenciais para uma gestão mais eficiente daquele, fundamentados tanto na literatura arquivística, como também, na realidade específica desse arquivo:

- 1) Constituição de uma comissão de avaliação de documentos que tenha por objetivo estabelecer prazos de guarda e eliminação da massa documental reunida, de forma a reduzir o volume total dessa;
- 2) Elaboração de plano de classificação e de tabelas de temporalidade;
- 3) Reorganização dos documentos no espaço físico respeitando critérios de conservação;
- 4) Avaliação de pontos relacionados à segurança física do acervo arquivístico;
- 5) Estabelecimento de rotinas no trato diário com o acervo guardado.

Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (1999, p.24), a “produção do conhecimento histórico deve ser indissociável do conhecimento (histórico) da produção documento, no seu sentido mais amplo” e, como cita Maria Eliza Borges (2005, p.112)

Conhecer essa multiplicidade de mundos, de interesses materiais e simbólicos, equivale a conceber o real como cenário mutável que está sempre em processo de formação. É perceber como homens e mulheres de diferentes épocas se apropriam de seu passado, conjugam-no com seu presente e apontam saídas para seu futuro.

Que o futuro, então, seja a solução para as mazelas a que, muitas das vezes, nossos acervos documentais encontram-se hoje submetidos. Mas que o presente seja o esforço pela busca deste amanhã...

(...) para mim, o mais importante do grupo é exatamente isso: o caráter que o grupo tem de estar sempre descobrindo, sempre pesquisando, a oportunidade

que a gente tem de trazer a nova tecnologia, de descobrir os novos materiais (...). O mais importante é essa constante mutação e crescimento que o grupo tem ao longo dos anos. (Endira Drumond, integrante do *Giramundo*, em fala no *Museu das Minas e do Metal*, 2014).

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELTRAME, Valmor. O trabalho do ator-bonequeiro. *Revista Nupeart*, v. 2, p. 33-52, set. 2003. Captado em: <
<http://www.revistas.udesc.br/index.php/nupeart/article/view/2641/1947>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. História, memória e documento. In: LINHARES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (Org.). *Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um centro de memória*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2003, p. 15-27.

GUIMARÃES, Giovanna Belico Cária. *O boneco-personagem: caracterização do personagem de animação stop-motion*. 173 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Belo Horizonte, 2012. 172 p.

INSTITUTO MUSEU GIRAMUNDO. *Estatuto Instituto Museu Giramundo*. Belo Horizonte, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 11-29.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

O belo no transitório: um ensaio acerca da boemia em Gérard de Nerval

Mariana Albuquerque Gomes

Mestranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

mariana.albuquerque.gomes@gmail.com

RESUMO: A Boêmia surge, como fenômeno social definido e reconhecido, no início do século XIX, onde os limites da existência burguesa eram obscuros e incertos, nos quais fronteiras e margens sociais eram testadas. Seus artistas compartilhavam a experiência de uma existência marginal e eram expostos a uma série de estigmas sociais, que compreendiam desde o exótico ao louco – este último, “categoria” na qual enquadrar o poeta francês Gérard de Nerval.

PALAVRAS-CHAVES: *Modernidade; Boemia; Marginalidade literária; Gérard de Nerval*

RÉSUMÉ: Bohême se pose, comme défini et reconnu phénomène social, au début de XIXe siècle, où les limites de bourgeois existence étaient obscurs et incertains, où les frontières sociales et les marges ont été testés. Ses artistes ont partagé l'expérience d'une existence marginale et ont été exposés à une série de stigmates sociaux, qui comprenait de l'exotisme à le fou - celle-ci, “catégorie” où ils ont essayé de cadrer le poète français Gérard de Nerval.

MOTS-CLÉS: Modernité; Bohême; Marginalité littéraire; Gérard de Nerval

Mais les vrais voyageurs son ceux-là seuls qui partent
Pour partir; coeurs légers, semblables aux ballons,
De leur fatalité jamais ils ne s'écarterent,
Et, sans savoir pourquoi, disent toujours: Allons!⁴⁰

Ao iniciar propriamente esse estudo, é necessário compreender a preocupação, ao fazê-lo, em não matar a alma do escritor, pois essa é parte intrínseca a suas obras. Uma vez que as experiências do próprio autor na boêmia literária romântica deixaram marcas indeléveis em sua obra, pensar a cena em que Gérard de Nerval se constituiu, apresenta-se como outro ponto fundamental nesse estudo. Mas que boêmia era essa a qual Nerval entregou sua vida?

O século XIX foi marcado por uma série de agitações e transformações. Esse século de “revolucionarismo endêmico”, no dizer do historiador Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 2010, p. 184), foi tão efervescente no âmbito político e social, quanto no artístico e literário. Imbuídos por um espírito de liberdade, os literatos modificaram a percepção do mundo, a

⁴⁰ [Mas viajantes de fato apenas são aqueles / Que partem por partir; o coração flutuante, / Jamais hão de aceitar ser outros senão eles / E, sem saber por quê, ordenam sempre: Adiante!]. BAUDELAIRE, 2012, p. 423. CXXXVI, A viagem.

partir das palavras, ao ousarem novas experimentações estéticas. Mais do que ousar no campo das artes, esses literatos tiveram uma ação expressiva em todos os âmbitos da sociedade. Assim, o século XIX foi “um século trepidante, contraditório, por vezes desesperador, mas cujas obras de pensamento permanecem nossa herança inalienável” (WINOCK, 2006, p. 19). Tais obras trazem marcas intrínsecas à constituição da sociedade moderna, capitalista e burguesa, caracterizada pela crescente burguesia industrial.

Essas questões remetem, ainda, a mais um tema central quando se pensa no século XIX: a cidade. O complexo contexto histórico e social das grandes cidades é o pano de fundo da ação desses literatos. A rua torna-se personagem principal e as identidades individuais dão lugar a uma multidão de tipos fugidios, que pedem para ser decifrados, compreendidos. Para tal, e em meio a esse espetáculo de forças incontroláveis da multidão na paisagem urbana, o olhar desenvolveu um papel fundamental para esses literatos, como aponta Walter Benjamin em seus estudos sobre a Modernidade e Baudelaire (BENJAMIN, 1989). Por outro lado, conforme Maria Stella Bresciani, a importância do olhar decorre do “estar submetido a longos trajetos pelas ruas, a pé ou dentro de meios de transporte coletivo, [o que] impõe aos olhos a atividade de observar coisas e pessoas; a vida cotidiana assume a dimensão de um permanente espetáculo” (BRESCIANI, 1994, p. 11).

Não obstante, o surgimento da multidão, sobretudo na Paris do século XIX, estimulou a aparição de algumas formas de afirmação de identidade nos indivíduos. A fuga da normatividade e a resistência à rígida divisão de papéis sociais do espaço moderno encontraram corpo na figura do *flâneur*, que é ator e espectador ao mesmo tempo. O *flâneur* não existe sem a multidão, ainda assim, não se confunde com ela. Ele caminha em meio à multidão, confortavelmente, desafiando a divisão do trabalho, negando a operosidade e a eficiência do especialista. Não se submete ao tempo útil do trabalho, ao contrário, submetido ao ritmo de seu próprio devaneio, ele sobrepõe o ócio ao "lazer" e resiste ao tempo da indústria, do trabalho. Para Baudelaire (1821-1867), só o mergulho na multidão permite ao poeta tornar-se moderno, como podemos perceber no fragmento abaixo, retirado de *Sobre a modernidade*

A multidão é seu universo [...]. Sua paixão e profissão é desposar a multidão. Para o perfeito *flâneur*, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito (BAUDELAIRE, 1996, p. 21)

Ainda que, cronologicamente, seja anterior à estética moderna inaugurada por Baudelaire, Gérard de Nerval já apresentava algumas características desta. Apesar de ser

incluído no movimento romântico francês, Nerval, que se fez um poeta em trânsito, incorporou em seus escritos uma “floresta de símbolos” – expressão que indica o traço mais marcante da estética simbolista, representada, principalmente, por Baudelaire, Mallarmé (1842-1898), Verlaine (1844-1896) e Rimbaud (1854-1891). Em trânsito, em meio à multidão e, ainda assim, só. A solidão, decorrente, sobretudo, de uma incompreensão destes poetas pela sociedade, torna-se outra característica do artista desse século. Consoante Hobsbawm, “o artista [...] estava só, gritando dentro da noite, sem nem mesmo a certeza de um eco” (HOBSBAWM, 2010, p. 411). Marginais, eles cruzavam as barreiras, nem tão rígidas, que separavam a sociedade burguesa do país da Boêmia.

A Boêmia, como fenômeno social definido e reconhecido, surgiu no século XIX, nas décadas de 1830-1840, e, de acordo com Jerrold Seigel, “na intersecção da ação e do significado, do gesto e do conhecimento. Era ao mesmo tempo uma forma de vida e uma interpretação dramatizada, tanto de si mesma quanto da sociedade para qual era posta” (SEIGEL, 1992, p. 21). Assim, o poeta mergulhava nesse mundo, transformando sua própria vida em uma obra de arte. No texto “A Alexandre Dumas”, – que abre *Les Filles du feu*, coletânea de histórias e poemas – Nerval busca explicar que a criação literária mobiliza todas as forças do escritor e, assim como os personagens não ganham vida sem seu criador, este vive em seus personagens. Percebemos na obra de Nerval uma comunhão estreita entre literatura e vida, onde uma se nutre da outra.

Esses artistas eram vistos como pessoas socialmente problemáticas, que se situavam dentro e fora da sociedade estabelecida, simultaneamente. Os estigmas sociais aos quais esses boêmios e literatos eram expostos compreendiam desde o exótico ao louco – sendo este último a “categoria” na qual tentaram enquadrar Nerval – sempre ressaltando o caráter de marginalidade daqueles que viviam na boemia. Inclusive porque muitos se recusavam ou eram incapazes de aceitar uma identidade social estável e limitada, conforme a “receita” burguesa. Vale ressaltar que apesar das fronteiras e margens que delimitavam a Boêmia e a sociedade burguesa, a primeira não foi exterior à segunda, – houve artistas que vieram da burguesia – mas sim a expressão de conflitos que surgiram no âmago da sociedade e que constituíram um dos aspectos mais importantes da Modernidade.

O que há de específico no espaço e no tempo dessa modernidade é captado e definido por Baudelaire. Sua poética, “flexível e nervosa”, surge dos choques com a grande cidade, dessa nova sociedade, desse novo mundo paradoxal fruto de uma dupla revolução, como aponta Hobsbawm:

Se fôssemos resumir as relações entre o artista e a sociedade nesta época em uma só frase, poderíamos dizer que a Revolução Francesa inspirava-o com seu exemplo, que a revolução industrial com seu horror, enquanto a sociedade burguesa, que surgiu de ambas, transformava sua própria experiência e estilos de criação. (HOBSBAWM, 2010. P. 403)

Assim como a compreensão do conceito de moderno, enquanto concepção estética e histórica do mundo que ainda domina nosso imaginário social, conforme a Hans Jauss, a boêmia como fenômeno social definido também é datada. Segundo Jerrold Seigel, em *Paris Boêmia*, este fenômeno boêmio pertence à era moderna, a um mundo moldado pela Revolução.

Tal boêmia se construiu em contraste à imagem da burguesia. O que, num primeiro momento, pode levar a acreditar erroneamente que boêmia e burguesia, boêmio e burguês se constituíram como polos opostos intocáveis. Essa imagem pode ser desfeita se atentarmos à experiência histórica, inclusive porque no momento em que a boêmia se estabelecia, a sociedade burguesa também estava em processo de construção. O que existe, então, é uma convergência entre esses polos – boêmio e burguês – que são partes de um mesmo campo. Essa dupla-caracterização se materializa na própria figura de Nerval.

Consoante a Marta Kawano, em sua tese *Gérard de Nerval: a escrita em trânsito*, a condição financeira e social do autor era a mesma de muitos outros contemporâneos, que, oriundos da burguesia não conseguiam obter ganhos condizentes com o esperado pela classe social que ocupavam. O que acabava gerando uma espécie de marginalização compulsória que caracterizava estes como boêmios e “os situava em uma zona de penumbra entre a ingenuidade e a criminalidade” (SEIGEL, 1992, p. 13). Nerval traça um retrato desse escritor e sua condição:

Aqueles que não puderam, como Voltaire, fazer fortuna com as especulações financeiras, aqueles que não puderam, como Beaumarchais, garantir sua independência futura vendendo fusis aos americanos revoltados com a Inglaterra; aqueles, enfim, que não devem ao acaso do nascimento algumas das elevadas posições [...] que permitem cultuar as musas à sombra das tílias plantadas por seus pais; aquele, ainda, que não vendem suas penas de maneira alguma e sob pretexto algum, são naturalmente relegados à classe dos boêmios. (NERVAL, *La Presse*, 7 de outubro de 1850. In: KAWANO, 2009, p. 164.)

Essa marginalização possibilitou, na maioria das vezes, o aparecimento de uma irreverência comportamental, como o uso de vestimentas extravagantes, dentre outros. Não obstante, tal comportamento não era desprovido de sentido. Ao contrário, era uma maneira de questionar o mundo em que viviam, assim como os valores predominantes dessa sociedade. Segundo Seigel, essa seria a configuração da boêmia, não como um reino exterior à vida burguesa, mas como a expressão de um conflito que surgiu em seu meio.

Outra forma de irreverência, que era recorrente entre os artistas participantes dessa boêmia romântica e irreverente, era a adoção de pseudônimos e apelidos. A adoção/incorporação de outros nomes pode ser compreendida como uma marca do desejo de escapar do lugar-comum, podendo também chocar a ordem estabelecida. Gérard de Nerval nasceu sob o signo de Gérard Labrunie. Ainda que “Nerval” tenha sido o pseudônimo mais importante (e conhecido), Gérard possuía outros, como Beuglant e Fritz. Seus companheiros, em sua maioria, também eram possuidores de pseudônimos e apelidos.

No decorrer da década de 1830, Nerval participou de dois grupos românticos. O primeiro foi o *Petit Cénacle* (1830 – 1833), que ficou conhecido assim por ser considerado uma versão em menor escala do “Grande Cenáculo” (grupo formado por Hugo, Vigny, Dumas, dentre outros, e que teve seu fim em 1830). A boêmia do *Petit Cénacle* era marcada pela irreverência e pelo gosto do bizarro de seus integrantes (dentre os quais estavam Jean Duseigneur, Pétrus Borel e Théophile Gautier). Já o outro grupo do qual Nerval participava, conhecido como Boêmia de Doyenné (1834 – 1836), era considerado mais sereno.

Um aspecto mais específico de Nerval e que reflete em sua escrita e em sua obra é o caráter do transitório. A escrita de Nerval privilegia o deslocamento do eu lírico. Esse deslocamento, como atenta Kawano, é uma espécie de condição do indivíduo que se desloca constantemente no espaço. E como parte desse deslocamento há a condição de ser alguém que não está de todo nas situações que vivencia.

A questão de ser alguém que não está de todo nas situações que vivencia também perpassa as obras de Nerval. Geralmente, aparece como uma ambiguidade que é necessária ao texto fantástico. Segundo Todorov, em *Introdução à Literatura Fantástica*, a hesitação do leitor é a primeira condição do fantástico, pois cria a ambiguidade que possibilita o entendimento de um texto como fantástico.

Em Nerval, a recriação da ambiguidade se dá através da loucura. Na obra intitulada *Aurélia* essa utilização da loucura como um meio de criar a ambiguidade necessária ao texto fantástico se apresenta tanto na hesitação da personagem, quanto na do narrador. Conforme Todorov, “a personagem não está completamente certa quanto à interpretação que deve dar aos fatos” (TODOROV, 1975, p. 43), pois chega a acreditar algumas vezes em sua loucura. Da mesma forma, o narrador expressa certa hesitação ao não se mostrar seguro de que tudo que a personagem viveu se deva a uma ilusão, decorrente de sua loucura, insistindo sobre a verdade de certos fatos narrados.

Mais uma vez, obra e vida se entrelaçam, mostrando que as relações entre biografia, leitura e invenção são sempre ambíguas em Nerval. Posto que, além de ter de lidar com as dificuldades comuns a outros escritores durante sua carreira, Nerval carregava consigo o estigma de escritor louco, potencializado pelas crises de esquizofrenia que o autor sofria. No texto intitulado “A Jules Janin”, o próprio Nerval faz referência à sua morte simbólica, transformando em matéria literária às consequências do artigo em forma de obituário – *in memoriam* a “razão” de Nerval - no qual Janin torna pública uma crise de loucura do autor.

A loucura proporciona um jogo conflitante entre o sonho e a realidade, conflito que atravessa toda a obra nervalina. Outro aspecto do eu nervalino que é relacional a sua biografia é a questão de uma inquietude que se soma a uma ânsia de ideal, que é própria do romantismo. Tal inquietude é percebida em Nerval principalmente em função de um ponto específico de sua vestimenta: os bolsos.

A inquietude do autor representada através de seus bolsos, sempre carregados de papéis, livros, canetas e cadernetas de anotações, foi percebida inclusive por muitos de seus companheiros contemporâneos. Gautier, em *Histoire du Romantisme*, faz menção a esse aspecto da vida de Nerval.

Em seus bolsos, cheios de livros, havia cadernetas de anotações, pois ele escrevia andando. [...] Ficar fechado entre quatro paredes [...] fazia desaparecer a inspiração e o pensamento. [...] ele pertencia à literatura ambulante. (GAUTIER, s.d., p. 60-61. In: KAWANO, 2009, p. 155)

Temos aí, mais um elemento marcante da figura de Nerval: a rua. Gérard não tinha residência fixa e morreu na rua, sendo esse um dos elementos mais marcantes da sua figura – seu suicídio em uma rua parisiense. Da mesma forma, parte substancial de sua obra se desenrola ao ar livre. Há um elo entre o ato da escrita e o de caminhar, com a rua sendo encarada como lugar propício para a escrita. Essa relação é característica da narrativa de viagem.

Outro ponto a discutir, quando se trata de Nerval, é a liberdade do movimento e do olhar que predomina em seu relato de viagem. Não existe absolutamente, um caminho preconcebido. O próprio Nerval deixou depoimentos acerca disso: “[...] quando chego numa cidade, entrego-me ao acaso, certo de nela encontrar sempre o bastante para meu consumo de flâneurs” (NERVAL, *Le messenger*, 18 de septembre, 1838. In: KAWANO, 2009. p. 174).

Assim, não se definem critérios delineados que permitam decidir o que é e o que não é objeto da curiosidade do autor, assim como do viajante nervalino. Ao contrário, tudo pode ser

interessante e passível de causar surpresa e encantamento. O viajante, para Nerval, não veio ao mundo em missões oficiais. Seu olhar não deve ser possuidor de algum foco previamente definido.

Ainda nessa lógica, o roteiro desse viajante tampouco deve ser definido ou seguido à risca. Antes disso, trata-se de encontrar uma trajetória pessoal. Consoante a Kawano, cada viagem, de cada indivíduo é única e importa tanto o que esse viajante vê quanto o modo como vê. Isto é, são os detalhes de cada olhar que revelam as diferenças entre eles, as peculiaridades de cada visão são proporcionadas pela peculiaridade de cada percurso. É a condição de deslocado que possibilita a esses indivíduos viajantes notar o que os demais não notam: o belo está no transitório.

Sendo assim, podemos perceber que como seus personagens, uma vez que vida e obra se condensam em um espectro, Nerval foi possuidor de um olhar singular. Tal olhar se deve à liberdade que tem e esta se relaciona diretamente ao fato do autor-viajante não seguir a via oficial de roteiros preestabelecidos. Vale ressaltar, que tal postura colocou Nerval em uma posição marginal da sua sociedade, infligindo-o uma característica de indivíduo possuidor de uma inaptidão crônica (vadiagem e trovadorismo exagerado) intimamente ligada ao ato de vagar.

Essa característica atribuída a Nerval – e a tantos outros viajantes, fossem reais ou fantásticos – perpassava uma ideia de que esses indivíduos possuidores de uma inaptidão crônica pareciam não se inserir no mundo, na sociedade que pertenciam. Tal inaptidão pode ser vinculada à insubordinação do escritor ao questionamento das autoridades, ao espírito irreverente da boêmia e à simpatia que este sempre nutriu por indivíduos marginais, o que pode ser vislumbrado em seus personagens e criações literárias.

Percebe-se, então, na obra de Gérard de Nerval – que se fez um poeta em trânsito – uma comunhão estreita entre literatura e vida, onde uma se nutre da outra. Assim, uma vez que as experiências do próprio autor na boemia literária deixaram marcas indelévels em sua obra, pensar a cena em que Gérard de Nerval se faz poeta apresenta-se como ponto fundamental nesse estudo que privilegia um diálogo entre história e literatura a fim de compreender alguns aspectos da formação de uma dada modernidade, boêmia e marginalidade literária.

Gérard de Nerval é comumente encarado como um poeta do sonho, o que costuma reforçar a inocência e inconsciência do poeta, mas desconsidera – ou não compreende – o

caráter crítico de sua obra. Todo esse movimento da afirmação do sonho, do ideal, da fantasia também se caracteriza como uma crítica ao mundo em que vive. Nesse sentido, a busca pela criação de outra realidade – que tampouco é sólida – pode ser entendida como uma espécie de negação do mundo. Nerval, através da sua escrita, critica seu mundo e propõe uma realidade poeticamente recriada.

Bibliografia:

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BAUDELAIRE, Charles. CXXVI, Le Voyage. In: *As flores do mal / Le fleurs du mal*. Tradução Ivan Junqueira. [Edição especial bilíngue]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Saraiva de bolso).

_____. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. [organizador Teixeira Coelho]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. In. *Obras escolhidas*. Vol III. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JAUSS, Hans Robert. Tradição literária e consciência atual da modernidade. In: OLINTO, Heidrum Krieger (org.). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, n/a.

_____. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. São Pulo: Paz e Terra, 2010.

KAWANO, Marta. *Gérard de Nerval: a escrita em trânsito*. São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

NERVAL, Gerárd de. *Gerárd de Nerval: cinquenta poemas / tradução, estudo crítico e cronologia da vida e obra Mauro Gama*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

SEIGEL, Jerrold. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa, 1830 – 1930*. Porto Alegre: L&PM editores, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Minas dos blasfemadores: dissidência e tolerância religiosa no século XVIII

Rafael José de Sousa

Mestrando em História

Universidade federal de São João del Rei

rafaeljose-mg@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende, através das ideias e cotidiano do Sargento Mor Romão Fagundes, demonstrar a existência nas Minas do século XVIII, de ideias paralelas ao que pregava a ortodoxia, questões que colocavam em cheque os principais dogmas do catolicismo e refletiam, muito além das influências “infectas” que por aqui também fizeram presença, as desconfianças e contradições das pessoas em seus cotidianos.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, Religiosidade, Colônia, Blasfêmia, Dissidência

ABSTRACT: This work intends, through ideas and Sergeant Romão Fagundes's routine, demonstrate the existence in Minas in 18th century, ideas similar to orthodoxy preached, questions that threatened main dogmas from catholicism and reflected, beyond of influences "infected" that was present here, the distrust and contradictions from people in their routine.

KEYWORDS: Inquisition, religiousness, colony, blasphemy, dissent

Introdução

O advento da formação da sociedade moderna, foi marcada antes de tudo pela imposição da ortodoxia católica como única verdade aceitável, sem caminho diverso para salvação das almas. No entanto, a formação multiétnica da Península Ibérica marcada pela convivência entre cristãos, mouros e judeus suscitou a formação de uma cultura híbrida em que havia ao mesmo tempo a depreciação e o respeito às diversas leis. Atitudes e ideias de universalismo religioso fizeram presença. A validade exclusiva da religião católica fora sempre questionada por todos os extratos da sociedade, num tolerantismo em que a tendência principal baseava-se na consideração de que todas as leis eram originárias de um mesmo tronco divino.

Nessa sociedade de formação multicultural, foram comuns as dúvidas a respeito da relação entre o corpo e a alma, onde o carnal e o sublime apareciam como visões de mundo; dúvidas sobre a validade do batismo, da eucaristia, assim como dos demais sacramentos da Igreja; dúvidas quanto à autoridade do papa e o valor das indulgências; à existência do céu ou do inferno, da veracidade dos milagres ou à existência dos santos. Quanto à virgindade de Maria Santíssima, fruto das experiências cotidianas dos nascimentos naturais, ou mesmo

como herança da religiosidade folclorizada dos povos cátaros (SOUZA, 1986, p.138). Dúvidas geradas principalmente pelas incertezas e dificuldades da vida, permeadas de elementos simbólicos de diversas origens, buscando a humanização do sagrado e resistência à imposição da pureza doutrinária.

Além das motivações multiculturais da península ibérica, imigrantes estrangeiros, principalmente das regiões protestantes, representavam um elo a essas ideias, também críticas à ortodoxia católica e a primazia do clero perante a sociedade. Essa influência não deixava de pesar nas formulações de proposições cotidianas, em que qualquer pessoa poderia se contagiar com ideias difundidas por qualquer estrangeiro ou nas composições dos debates filosóficos. Basicamente, os luteranos, como comumente eram chamados, criticavam a autoridade papal, o valor das indulgências, a vida libidinosa e falta de preparação teológica de grande parte do clero preocupado com questões materiais e “carnais”, além do culto aos Santos, que nada representavam além de estátuas de madeira, como também a verdadeira presença de cristo na hóstia consagrada. Essas influências não passariam ilesas à vista dos inquisidores, havidos em identificar e extirpar as fontes de heresias.

Expressão da busca de legitimidade da Época Moderna foi a realização do Concílio de Trento, em essência contra as ameaças do protestantismo luterano reformista, mas na prática, representando muito mais uma reforma interior da Igreja católica, buscando promover a aproximação da Igreja e de seus dogmas à vida cotidiana da população, mudança de atitude em relação aos velhos códigos religiosos, eliminação dos abusos de um clero bastante libidinoso e despreparado e uniformizar a sociedade nos trilhos da verdadeira salvação pela Graça divina (VAINFAS, 2010, p.31).

Buscando aplicar as resoluções de Trento, caçando e extirpando as dissidências, todas essas expressões blasfematórias, fruto de descontentamento cotidiano, mera “rusticidade popular”, ou da influência protestante e pelo contato com as demais leis, foram consideradas como abusos contra a fé católica ou mesmo, atentados contra Deus.

Torna-se interessante observar, segundo SCHWARTZ (2009, p.42), como as proposições estavam sempre relacionadas a ideias de ordem mais geral. Um exemplo, são as opiniões a respeito da moralidade sexual, estarem sempre associadas a questionamentos sobre os dogmas católicos e a posição da Igreja e do clero quanto a essas ideias e mesmo sobre outras temáticas. As pessoas comuns, em seu entendimento e racionalidade cotidiana, consideravam saber mais sobre esses assuntos que o clero.

No tocante às dissidências relacionadas à salvação, foi corrente o ideário das possibilidades de se salvar em qualquer uma das leis, considerando como válida a difundida hipótese de que todas elas pertencessem a um mesmo tronco divino. A ortodoxia e a arte cristã representavam sempre cenas didáticas do Juízo Final e das possibilidades da salvação individual pela aceitação da lei de Cristo, concedida pela graça divina. As pessoas tinham então a consciência de que qualquer declaração contrária a essas máximas eram pecados mortais e puníveis pela Inquisição. Mas, a própria teologia católica não era unânime em suas conclusões sobre a salvação e a inclusão ou não nela das almas que tenham morrido antes da revelação da verdadeira fé divina. A descoberta do Novo Mundo, e suas hordas de gentios pagãos, ofereceu nova dimensão à questão, acirrando as ideias de que Deus, não poderia ser menos misericordioso permitindo a danação de tantas almas que viviam sem a revelação da verdadeira fé.

O contexto do Novo mundo, as novas populações de gentios recém-descobertas e portadoras de cosmogonias diversas, em contato com a bagagem cultural dos colonos filhos da Península Ibérica, corroborou para o surgimento de um processo multidirecional de fusão, absorção e adaptação de crenças religiosas diversas, em um grande e novo hibridismo específico das colônias atlânticas. Ambiente favorável para o surgimento de novas dúvidas e o acirramento dos antigos questionamentos ibéricos acerca dos dogmas e de questões diversas. Essa condição, mais uma vez colocou em xeque a máxima religiosa da Salvação. As dissidências mais comuns foram reeditadas em contexto colonial e associadas a seus conflitos específicos.

Muitas pesquisas, segundo SCHWARTZ (2009, p.221), têm indicado que foi grande a importação de livros pelas colônias, mesmo com as proibições dos índices inquisitoriais. Também era grande o tráfego de viajantes estrangeiros, principalmente das regiões protestantes, levando para as colônias as velhas críticas luteranas aos abusos da Igreja e do clero licenciado e materialista. Parece possível que um número cada vez maior de pessoas, como na Europa, buscasse na leitura as respostas de seus questionamentos cotidianos. Os livros, muito além do que buscavam dizer, eram interpretados de forma criativa por seus leitores, que narravam o que compreendiam aos iletrados, agindo como apaziguadores de seus sofrimentos e elo entre as culturas erudita e popular. As colônias permitiram o surgimento de uma cultura da coletividade sincrética, onde a dissidência religiosa não poderia encontrar solo mais fértil para florescimento. A racionalidade popular, também era bastante para permitir

o questionamento da justificativa evangelizadora para escravização dos índios e negros africanos (SCHWARTZ, 2009, p. 193).

Na principal colônia portuguesa, desenvolveu-se uma mentalidade religiosa que começou a se forjar logo após o descobrimento, em que posteriormente, as diversas nacionalidades africanas, portadoras de suas próprias cosmogonias, introduzidas pelo tráfico negreiro, completaram a fusão de pensamentos e práticas, que forjaram o específico pensamento mágico religioso da colônia. Os primeiros povos a chegarem ao Brasil, foram os degredados enviados pela inquisição, bem como os cristãos novos em busca de possibilidades de liberdades de consciência e associações secretas, como o "marranismo" (NOVINSKY, 2002, p.23), fizeram presença no período, bem como o grosso da população que vivia a margem da sociedade lusitana. Nas palavras de SCHWARTZ (2009, p.193), o solo colonial era ambiente fértil para florescimento de dúvidas e dissidências, em sua grande maioria trazida por esses povos que em si portavam já tendência ao relativismo. Os principais questionamentos há muito já haviam perdido parte de suas origens, mas continuavam a se disseminar pela população, verbalizando seus conflitos e anseios cotidianos, eram racionais e tendiam a buscar uma explicação plausível para a realidade muito diversa da que lhes era imposta nos púlpitos.

O trabalho de SOUZA (1986), no tocante às proposições cotidianas coloniais, entra em concordância com as ideias de SCHWARTZ (2009) ao atribuir grande parte dos motivos dessas dissidências aos conflitos e problemáticas do dia-a-dia das pessoas, fruto de sua racionalidade, da capacidade de observação direta dos fenômenos e do descontentamento com a ordem vigente. Serviam como válvulas de escape para as agruras da dura lida colonial. Porém, SOUZA (1986) atribui grande importância também ao caráter afetivo da religiosidade específica colonial. Os colonos buscavam a humanização das figuras de Deus, Maria Santíssima e dos Santos em geral. A vida dura na colônia acabava ensejando certo descrédito na total benevolência divina, podendo também ser responsabilizada pelas agruras do cotidiano. A violência característica desses tipos de sociedade gerava a dissidência quanto a justiça divina. Tratava-se com os Santos de forma afetiva, tornando-os seus confidentes pessoais, tanto quanto os puniam por não os atender em demandas cotidianas. Esse caráter afetivo da religiosidade é, segundo SOUZA (2011, p.87), o que mais influencia nos questionamentos referentes aos descontentamentos com a moralidade e ordem vigentes.

Proposições correntes na colônia, já bem definidas no século XVIII, foram, dentre outras, as de que Cristo teria sido concebido por coito carnal sem que Maria Santíssima

tivesse ficado virgem, ideia ligada principalmente às experiências com os partos naturais, onde seria impossível a uma mulher continuar virgem, muito próxima à folclorização cátera da religião, porém também da busca pela humanização das figuras sagradas. Também, como prova da influência protestante, que segundo SOUZA (1986, p.102), não estava de modo algum distante quanto se pensou, eram os questionamentos à autoridade papal e sobre a validade das indulgências. Como se pode observar, uma reedição adaptada das proposições e descontentamentos ibéricos.

Um dedo do gigante

Durante o advento da época moderna, o problema da Salvação escatológica gerava uma série de questionamentos, que por sua vez influenciaram debates teológicos, que reciprocamente sustentaram as especulações não só de clérigos e leigos com algum grau de instrução, mas também e principalmente, entre pessoas comuns, a comunidade em geral, que no mais das vezes questionavam menos pelas influências teológicas que por racionalidade em seus contextos específicos. Suas proposições, perseguidas pela igreja em sua campanha uniformizadora e moralizante da sociedade, trazem aspectos dos anseios e mentalidades das sociedades a que estavam inseridos (SCHWARTZ, 2009, p.47).

Para a Igreja católica, principalmente após o Concílio de Trento, a salvação poderia se dar somente após a aceitação do catolicismo, como única fé verdadeiramente advinda de Deus e o batismo era parte fundamental dessa aceitação. Mas o contexto de convivência cultural na península Ibérica permitiu o surgimento nestes territórios, de certo grau de tolerância religiosa, onde conversos cristãos novos, mouriscos e até uma boa parcela da população de cristãos velhos, não conseguiam aceitar a ideia de um Deus castigador, onde toda a alma que tenha vivido antes da revelação da verdade pelo sacrifício de Cristo, estaria condenada à danação eterna. Não era compreensível para os cristãos recentemente conversos aceitarem a ideia de que seus ancestrais estariam ardendo no fogo do inferno (SCHWARTZ, 2009, p.74-81).

Esse contexto instaurado, não sem duras perseguições, na Península Ibérica, veio na bagagem dos pioneiros que colonizaram o Brasil, em que estiveram presentes, muitos dos degredados inquisitoriais, que para cá eram enviados para que servissem ao menos no desenvolvimento das novas terras. Essa condição somada à dureza do cotidiano colonial, as violências inerentes às suas especificidades de produção e relações pessoais, a turbulenta população que aqui se formou, as injustiças cometidas pelas classes dominantes, a grande quantidade de índios expropriados e destruídos em seus territórios, os abusos e

monstruosidades cometidas contra as levas de cativos que continuaram a chegar em número cada vez mais intenso tanto quanto mais riquezas daqui eram retiradas, serviram como geradores de atitudes de descontentamento e recusa em aceitar as pregações e imposições de uma ortodoxia, onde os dogmas e as verdades diferiam muito da realidade conturbada de seu contexto.

Com a descoberta dos veios auríferos no território que ficou conhecido como as Minas Gerais no final do século XVII, tendo a extração do metal se consolidado ao longo do século XVIII, muitos aventureiros de diversas origens foram atraídos pelas possibilidades de rápido enriquecimento, corroborando para intensificação na região da diversidade cultural, já específica em território colonial (PAULA, 2007, p. 279-283). Essa cultura popular, de que muito se tem ouvido falar na historiografia brasileira dos últimos anos, sintetizou o amálgama de elementos diversificados e práticas que variavam desde a utilização de feitiços e poções na resolução dos mais diversos conflitos, em busca principalmente de proteção e conforto perante as agruras da sofrida lida colonial, até a reconfiguração dos ritos da ortodoxia católica, adaptados, sempre que possível às condições das especificidades das culturas subjugadas. Esses elementos que tenderam a permanecer, mesmo que na maioria das vezes ocultamente, eram na verdade elos dos diferentes elementos da teia social que aqui se formou, com seus substratos culturais de origem, fornecendo-lhes em certa medida esperança e certo grau de resistência às imposições da igreja e seu tribunal inquisitorial. É de se esperar, que essas pessoas tendessem a relativizar as noções de Sagrado e os limites do que poderiam ou não acreditar do que era pregado pelos clérigos no púlpito. A própria postura do clero despreparado, mais preocupado com riquezas materiais e consumação de luxos e extravagâncias, servia como um dos principais substratos para atitudes de tolerância a outras interpretações da ordem natural das coisas. Outra característica marcante segundo Anita Novinsky, que contribui para a formação de uma postura tolerante em parte da população mineira nos setecentos, foi o intrigante fato de a região ter recebido muitos cristãos-novos, que aqui se estabeleceram atuando no tráfico negreiro, na produção de gêneros variados em fazendas de culturas e até na mineração aurífera, atraídos pela possibilidade de seguirem com suas vidas de forma livre e longe do jugo fervoroso da inquisição. Chegaram a estabelecer movimentos clandestinos de manutenção de seus rituais, como o chamado "marranismo", resistência por excelência transparecendo a recusa, mesmo que camuflada, de uma aceitação submissa do que lhes foi imposto na conversão forçada em território português (NOVINSKY, 2002, p.17). É sintomático a livre circulação dessas ideias relativistas, ou libertinas, entre

peças de tão variados matizes culturais na maioria das vezes injustiçados pelo binômio Igreja/Estado.

Segundo RODRIGUES (2011) pela ação constante de comissários e familiares do Santo Ofício, a Inquisição estendeu até as minas seus tentáculos moralizadores, desestruturando o tecido social, intensificando inimizades e criando uma horda de denunciadores e delatados em potencial. Esses agentes, além dos prelados Vigários das Varas Paroquias, eram os responsáveis pela constante vigilância moral, encaminhando sempre que necessário para a mesa inquisitorial de Lisboa, os casos que implicassem em heresias.

Chama à atenção um caso muito peculiar, portador de uma riqueza sem igual de informações, onde o Sargento Mor Romão Fagundes do Amaral⁴¹, morador em sua mata do Bom Jesus dos Perdões, no termo da Vila de São José del Rei, Província de Minas Gerais, apresenta significativos indícios diretos da permeabilidade de ideias contrárias aos dogmas pregados como absolutos pela Igreja no século XVIII.

O Sargento Mor foi denunciado pelo Padre Manoel Ferreira Godinho por viver libertina e escandalosamente, sempre persuadindo seus interlocutores de suas ideias dissidentes retiradas das recreações filosóficas e dos muitos outros livros que o Padre diz que ele sempre andava lendo. O delato, dizia ser o maior filósofo e poeta do mundo e tinha sempre argumentos, que nem mesmo os "pobres prelados com ele podiam". Na diligência realizada para levantamento do sumário de suas culpas, foi acusado de proferir que Nossa Senhora não poderia ser virgem, que após o parto teria ficado "boa" como qualquer outra mulher, dizia também que não existia inferno, nem purgatório, que isso era invenções dos padres. Que o pecado do sexto mandamento, não era pecado mortal, que Deus havia feito os homens e mulheres para que se unissem sem embaraços, mesmo que fossem com mães, irmãs ou filhas. Que se Cristo considerasse a fornicção pecado mortal, poderia esperar o céu vazio e que isso de missa era nada mais que uma bobagem. Mas os pecados a ele imputados que mais chamam a atenção são os de suspeita de protestantismo, pois sempre dizia, segundo afirmam as testemunhas que o corpo de cristo não estava presente na comunhão e que os padres nem precisavam prestar atenção no momento da consagração, que o sentido seria o mesmo, que na verdade eles deveriam estar era pensando em mulheres. Outro indício da influência protestante é o fato de constar que ele abusava dos dias de preceito sagrado comendo carne e não se confessar na desobriga a mais de três anos e era comum também ouvi-lo dizendo que o Sumo Pontífice era nada mais que um homem como outro qualquer e

⁴¹ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo de Romão Fagundes do Amaral, n 12958.

que as indulgências eram falsas e que nunca haviam de vê-lo rezar e que em sua casa não havia oratório nem Imagem alguma de Santo, que bastavam os da Igreja. Se considerarmos, segundo SCHWARTZ (2009, p. 221), a não pouca circulação de estrangeiros e livros proibidos nas colônias, mesmo em seus mais interiores confins, podemos facilmente compreender a proximidade das ideias de Romão a algumas ideias da doutrina Protestante.

Suas teorias sobre o sexo e o sexto preceito, reforçam as ideias de que as pessoas comuns daquele tempo na colônia julgavam saber mais sobre esses assuntos do que os sacerdotes, supostamente castos. Ligavam sempre essas opiniões a questões de ordem mais comum, justificando com as próprias palavras de cristo "Crescei-vos e multiplicai-vos", a maneira como em suas posses viviam amancebados com suas índias e escravas. Romão Fagundes foi também acusado de andar amancebado com uma mulata que chamava de o seu "Bará", dentro da sua própria casa, mandando sua mulher segurar um candeeiro para iluminar enquanto se deitava com suas escravas. Também foi infamado de haver deflorado suas duas filhas ilegítimas e também uma legítima. Certa vez, foi espancado e teve sua mão direita decepada como retaliação por haver estuprado e "rasgado com os dedos" uma menina de 8 anos que quase chegou a óbito. Também ordenou que uma sua escrava se deitasse com um mulatinho seu de 14 anos em sua frente, a modo de lhe ensinar como se fazia.

Romão Fagundes também era afamado de escrever e declamar sonetos desrespeitosos contra os dogmas da Santa Madre igreja, recebendo mesmo a alcunha de "O poeta de trás da Serra" (RESENDE, 2011, p. 354). Em querela com o Padre Godinho, seu principal delator, é acusado de escrever ao padre um soneto, lhe ensinando a correta postura de um padre no ato da Confissão. Em sua defesa, Romão Fagundes, estando na prisão, procura dissuadir o Vigário da vara de São João Del Rei, escrevendo-lhe uma carta com vários sonetos de apologia à religião e uma defesa muito bem formulada do quando ele delatado era bom seguidor da religião católica e que tudo que diziam a seu respeito, era nada mais que intriga de seus muitos inimigos, invejados do grande cabedal que conseguiu acumular ao longo da vida, dissimulando sua inocência pelo medo de cair nas malhas do tribunal.

O que podemos depurar dos relatos a seu respeito, é que Romão Fagundes, buscava nos livros as respostas para questionamentos que os Padres nem de longe conseguiam satisfazer nos limitados esquemas moralizantes da Igreja. Buscava compreender à sua maneira novas explicações para a ordem natural das coisas, sempre que possível dissuadindo seus interlocutores a acreditar em suas teorias. Não hesitava em expor suas ideias, era libertino de consciência e práticas sexuais, mas a análise de seu caso serve para descortinar os anseios,

principais questionamentos e a postura da sociedade inquieta a qual fazia parte. Romão, nas palavras do Vigário da vara de São João del Rei, era apenas "um dedo do gigante" a espalhar a daninha entre o trigo da verdade, que a província e o bispado dessas Minas já se encontravam por demais infeccionados por influências de filósofos como Rousseau e Voltaire, que nada mais ensinavam a não ser sua depravação.

Os testemunhos que constituem as diligências realizadas com o pretexto de se investigar o Sargento Mor Romão Fagundes do Amaral, bem como os demais exemplos acima citados transcendem a mera compreensão unicamente dos casos em questão, servindo muito mais como uma janela para o passado, possibilitando o vislumbre de muitos aspectos da mentalidade mineira nos setecentos, suas especificidades, a religiosidade popular de suas comunidades e os aspectos que se relacionam e permitem mesmo vislumbrar a colônia como um todo. As fontes inquisitoriais dão luz às formas de religiosidade e crença popular do período colonial brasileiro. A função do historiador frente a esses testemunhos é aplicando a crítica e a interrogação problemática, buscar através da contextualização, o levantamento das formas como os homens do passado viviam e pensavam seus anseios e formas de se relacionar com o meio e o tempo (BLOCH, 2002). Assim todos os registros de um período, como no caso as fontes inquisitoriais contextualizadas aos demais documentos do período colonial brasileiro, podem auxiliar na compreensão de como, em determinada época, diferentes suportes comandam modos de pensar e sentir dos homens, cabendo ao historiador resgatar essas representações em suas irredutíveis especificidades. É de fundamental importância, buscar através desses testemunhos, o contexto social e cultural do período colonial, as formas de apropriação dos homens comuns das crenças de seu tempo, descortinando as permanências e continuidades ao longo das temporalidades históricas. É neste sentido que a historiografia brasileira sobre a Inquisição vem buscando dar sua contribuição.

Referências bibliográficas

Fontes:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Cadernos do Promotor

Livro 289 [1714-1730], fol. 0713-0718.

Livro 289 [1714-1730] fol. 0839.

Livro 318 [1740-1761], fol. 0932.

Livro 318 [1740-1761], fol. 1046-1052.

Processos Inquisitoriais

Romão Fagundes do Amaral, Processo 12958.

Arquivo histórico do Escritório Técnico do IPHAN de São João del Rei.

Inventário de Romão Fagundes do Amaral [1825], caixa nº428

Inventário de Romão Fagundes do Amaral [1826], caixa nº428

Demarcação de Sesmaria de Romão Fagundes do Amaral [1772], caixa nº SM - 19.

Bibliografia

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Zahar: São Paulo, 2002.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. UFRGS: RS, 2002.

NOVISNKY, Anita. *Inquisição: prisioneiros do Brasil (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

_____. Ser marrano em Minas Colonial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 161-176. 2001.

PAULA, João Antônio de. *A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII*. In: *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Vol. I, BH: Autêntica, 2007.

PIERONI, Geraldo José (et.al.) Religiosidade popular e expressões blasfematórias na Visitação do Santo ofício ao estado do Grão Pará, 1763-69. *Mneme - Revista de humanidades*, 11 Jan./Jul. de 2001.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. (et.al.). De jure sacro: a inquisição nas Vilas d'El Rei. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 339-359, jan/jun 2011.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *A Inquisição na Comarca do Rio das Mortes: os agentes*. Anais do Colóquio Internacional Religiosidade, O Tribunal do Santo Ofício e as Minas Setecentistas, 2011 (No prelo).

SCHUWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei*. São Paulo: CIA das Letras, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social*. In: *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Vol. I, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Fatos históricos, esquemas literários: história e ficção em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha

Rodrigo Vieira Ávila de Agrela

Mestrando em Literatura Brasileira

Universidade Federal de Minas Gerais

rodrigoavilaa@gmail.com

RESUMO: Tomando de empréstimo a expressão de Paul Ricoeur (2010), consideramos que *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é o resultado do “entrecruzamento entre a história e a ficção”. Diante disso, discutiremos como a história se vale da ficção e vice-versa, já que o livro apresenta uma série de problemas ontológicos, e assim, não se pode afirmar categoricamente que seja um relato histórico ou ficcional.

PALAVRAS-CHAVE: *Os Sertões*; História; Ficção.

ABSTRACT: Using an expression of Paul Ricoeur (2010), we consider that *Os Sertões*, from Euclides da Cunha, is the result of the “interchange between History and Fiction”. Thus, we will discuss the way History approaches Fiction and vice versa, taking into consideration that the book presents a series of ontological problems, which makes it difficult to affirm, categorically, that it is a historical or fictional text.

KEY-WORDS: *Os Sertões*; History; Fiction.

Considerações iniciais

Em 1902, a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, causou grande comoção no cenário brasileiro. Imerso em um período de transição política e literária, o livro retrata a história da guerra de Canudos, no interior da Bahia, denunciando problemas sociais e políticos que afetavam o Brasil. Euclides da Cunha compartilhou no seu livro um Brasil completamente desconhecido pelo seu povo e, principalmente, mostrou o homem do sertão, que se encontrava à margem da sociedade. A publicação veio como forma de denúncia e apresentação desse povo que foi esquecido pelos “neurastênicos do litoral”, chocando com a narração do massacre dos sertanejos, que apesar de derrotados, foram resistentes até o último momento. Como o próprio autor afirma no livro, “a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara no recanto da Bahia. Alastrara-se” (CUNHA, 2011, p.346).

O livro causou grandes debates por seu conteúdo e pela sua forma inovadora, provocando furor na cena literária. Foi aclamado pelos principais críticos da época, como Érico Veríssimo, Silvio Romero e Araripe Júnior. Conforme podemos notar, “a obra causou,

realmente, um impacto no meio intelectual do país e é o mesmo Araripe Júnior quem transmite a sensação que lhe provocara a leitura do livro, após referir que a ‘emoção por ele produzida neutralizou a função da crítica’; – *Os Sertões*, pois, fascinam; e essa fascinação resulta de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico (...) (ATHAYDE, 1989, p. 48).

A priori, podemos dizer, tomando de empréstimo a expressão de Paul Ricoeur (2010), que a obra é o resultado do “entrecruzamento entre a história e a ficção”, no qual Euclides mostra os cenários, os personagens e a grande luta, fazendo uso de uma linguagem poética intensamente realista, portanto, um autor que conciliou ciência e literatura. Segundo Antonio Candido, o livro é um “típico exemplo de fusão, bem brasileira, de ciência mal digerida, ênfase oratória e intuições fulgurantes. Livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior)” (CANDIDO, 2010, p.140).

É nesse contexto que iremos abordar o entrecruzamento de história e ficção, fazendo uma discussão de como a história se vale da ficção e vice-versa. *Os Sertões* será usado, quando necessário, para ilustrar o nosso debate; já que é um livro que apresenta uma série de problemas ontológicos, pois não se pode simplesmente dizer que é um relato histórico ou um relato ficcional.

No cenário da crítica contemporânea, vários conceitos são colocados em questão e entre eles estão os de verdade, história, ficção e tempo. Desses debates, surgem novos discursos, novas possibilidades que coexistem. Um exemplo disso é o questionamento da dicotomia aristotélica, que compara o historiador ao poeta: Aristóteles afirma que aquele escreve o que aconteceu e este escreve o que poderia ter acontecido. Portanto, dentro desse raciocínio, o passado é o panorama da certeza e o futuro o da incerteza.

A partir dessa dicotomia, surge uma série de indagações sobre a história e a ficção. Pensadores como Hayden White, Walter Benjamin, Ricardo Piglia, Borges e outros teceram considerações interessantes sobre o tema. O esquema fixo da história como um relato daquilo que aconteceu será desfeito e ela ora se aproximará, ora se distanciará da ficção.

(Des)caminhos da história e da ficção

Fazendo uso do discurso histórico e do literário, Euclides transforma *Os Sertões* em uma obra de arte, na qual não se sabe as fronteiras entre história e ficção. Por isso, diante dessa “encruzilhada”, pode-se afirmar que “Por entrecruzamento entre história e ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica como epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra” (RICOUER, 2010, p. 311). No livro, há um compromisso entre essas duas correntes, de forma que uma reforça a outra, o que dificulta o reconhecimento dos mecanismos de configuração de cada um.

Devemos pensar sobre o “fazer história”, pois até certo ponto a história permanece muito próxima da ficção. Ela estaria subordinada aos caminhos que o historiador escolhe. Caminhos sugeridos por uma subjetividade, considerando que há uma intenção no momento da escrita de determinado fato histórico. E este momento de subjetividade é primordial para a decisão dos rumos da narrativa, havendo sempre uma finalidade. O historiador pode contar a mesma história de diferentes formas, atingindo diferentes objetivos.

O passado, fazendo uso da expressão de Walter Benjamin, é um amontoado de ruínas, e é a função do historiador reuni-las, selecioná-las e organizá-las. É nesse processo de tessitura que ocorre o ato subjetivo do historiador, pois ele selecionará os fatos que interessam para o objetivo que deseja; é na organização dos fatos que ele preencherá as lacunas que não conseguiu ter acesso através do amontoado de ruínas. Nesse momento, o historiador se valerá de um procedimento ficcional, já que ele não pode ter acesso ao todo da história e, portanto, não tem condições de reter a verdade do fato. O acontecimento, na sua pureza, foi perdido. Não há como descortinar toda a verdade, por isso a imaginação entra como um suporte do ficcional para atender essa necessidade do historiador. Segundo Santos (2000)

A história (...) fala também “do que poderia ter acontecido”, e continuamente introduz o futuro, o possível – na sua dimensão de previsibilidade e imprevisibilidade, certeza e incerteza simultâneas – no passado, no ocorrido. Isso acontece porque a história é, antes de qualquer coisa, uma narrativa, e narrar é “transmitir à linguagem a paixão do que está por vir” (SANTOS, 2000, p.54).

Da mesma forma que a história busca na ficção uma saída, a ficção também se aproxima da história. Quando o escritor narra qualquer evento, ele narra como se aquilo realmente tivesse acontecido. Ou seja,

pode-se dizer que a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. A história é quase fictícia sempre que a quase presença dos acontecimentos colocados “diante dos olhos” do leitor por uma narrativa animada suprir, por sua intuitividade e sua vivacidade, o caráter alusivo da

preteridade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é por isso que se parecem com acontecimentos passados e que a ficção se parece com a história (RICOEUR, 2010, p. 325).

Decidir se *Os Sertões* seria predominantemente histórico ou ficcional não é o nosso foco. Seria possível eleger um dos discursos, mas claramente há uma tensão entre eles no livro. O tom cientificista de Euclides da Cunha contribuiu para a suposta fidelidade da narrativa da guerra. Apesar de o autor ter presenciado a última expedição, temos que levar em consideração a difícil neutralidade no instante da escrita. Outros momentos do embate entre os sertanejos e as tropas do litoral ficaram para trás, e só foi possível para Euclides ter acesso a essas informações mediante relatos orais e pesquisas em documentos no estado da Bahia: “escutava os relatos de quem chegava da região de Canudos e também fazia pesquisas nos acervos da cidade, tanto informações geográficas como históricas” (RABELLO, 1966, p. 134). Isso nos sugere, como falamos anteriormente, que é impossível para o Euclides-historiador acessar a pureza do acontecimento em si. Por isso, nota-se que o livro é guiado por uma escolha do autor e que é, ao mesmo tempo, preenchido por uma linguagem fortemente poética.

Foi um mal.

Sob a sugestão de um aparato bélico, de parada, os habitantes preestabeleceram o triunfo; invadida pelo contágio desta crença espontânea, a tropa, por sua vez, compartilhou-lhes as esperanças.

Firmara-se, de antemão, a derrota dos fanáticos.

Ora, nos sucessos guerreiros entra, como elemento paradoxal embora, a preocupação da derrota. Está nela o melhor estímulo dos que vencem. A história militar é toda feita de contrastes singulares. Além disto a guerra é uma cousa monstruosa e ilógica em tudo. Na sua maneira atual é uma organização técnica superior. Mas inquinam-na todos os stigmas do banditismo original. Sobranceiras ao rigorismo da estratégia, aos preceitos da tática, à segurança dos aparelhos sinistros, a toda a altitude de uma arte sombria, que põe dentro da frieza de uma fórmula matemática o arrebatamento de um *shrapnel* e subordina a parábolas invioláveis o curso violento das balas, permanecem – intactas – todas as brutalidade do homem primitivo (CUNHA, 2011 p.251-252).

A tragédia euclidiana: “O texto histórico como artefato literário”

Hayden White, em *Trópicos do discurso* (1994), afirma que os relatos históricos podem ser contados de diversas maneiras no momento da escrita da história. Daí surge a necessidade, por parte do historiador, do *modo como*.

O *modo como* uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica

do enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção (WHITE, 1994, p. 102).

Quando o leitor acompanha determinada história, ele compreenderá que ela é de um tipo e não de outro. Mediante a estrutura de enredo criada pelo historiador, esse leitor reconhecerá se o relato é um romance, uma tragédia, uma comédia entre outros, pois o processo de reconhecimento se efetua devido ao arcabouço cultural que ele carrega consigo.

Para White, não interessa se o mundo é visto como real ou imaginado, a maneira de atribuir-lhe sentido é a mesma. Trata-se de uma observação que causa a ira dos historiadores que acreditam que estão fazendo algo completamente distinto do literário.

Tudo isso é altamente esquemático, e sei que essa insistência sobre o elemento ficcional de todas as narrativas históricas desperta com certeza a ira dos historiadores que acreditam estar fazendo algo profundamente diferente do romancista, visto se ocuparem dos acontecimentos “reais”, enquanto o romancista se ocupa dos eventos “imaginados” (WHITE, 2008, p.115).

Colocando *Os Sertões* como um relato histórico, Euclides poderia ter escolhido diversas configurações para a sua narrativa, mas preferiu “armar o palco” da tragédia, conforme Cavalcanti Proença

Como na tragédia, é o destino que, desde logo, assinala o que se vai perder. Postam-se um diante do outro, os irmãos: o “mestiço neurastênico do litoral” e o sertanejo, que é, “antes de tudo, um forte”. A sociedade sertaneja, que é o “cerne da nacionalidade”, será destruída pelas tropas que representam o Brasil litorâneo, perplexo e na maior incompreensão dos problemas com que se defronta.

[...]

Se buscarmos similitudes, reconheceremos que a primeira parte, em que o escritor descreve a terra, é a armação do palco onde será representada a tragédia [...].

E eis que a segunda parte de *Os sertões* retrata o homem brasileiro, como quem define os caracteres e apresenta o elenco.

[...]

Palco e artistas construídos e apresentados, pode começar a tragédia. E vem a terceira parte, que vai acionar atores, movimentar os cenários onde a luta se desenrola (PROENÇA *apud* CUNHA, 2010, p.10-12).

A opinião de Hayden White também é compartilhada por Paul Ricoeur. No capítulo “O entrecruzamento da história e da ficção”, do livro *Tempo e Narrativa* (2010), afirma que

O empréstimo concerne também à função representativa da imaginação histórica: aprendemos a ver *como* trágico, *como* cômico etc. determinado encadeamento de eventos. O que constitui precisamente a perenidade de certas grandes obras históricas, cuja confiabilidade propriamente científica foi no entanto minada pelo progresso documentário, é a exata adequação de

sua arte poética e retórica à sua maneira de *ver* o passado. A mesma obra pode, portanto, ser um grande livro de história e um admirável romance. O incrível é que esse entrelaçamento da ficção à história não enfraquece o projeto de representância desta última, mas contribui para realiza-lo (RICOEUR, 2010, p.318).

Essa operação literária no relato histórico possibilita ao historiador contar o mesmo fato de várias formas. Isso depende da sensibilidade dele ou de uma mudança no seu ponto de vista. Pensando *Os Sertões* desta maneira, podemos afirmar que Euclides escolheu o trágico justamente por ser a configuração adequada, causando grande comoção no Brasil da época. Sua intenção foi a denúncia de uma página da história do país que ficou algum tempo escondida para maior parte da população. Revelando com esquemas trágicos, conseguiu atingir o seu objetivo, e a guerra de Canudos ficou conhecida como um massacre no sertão brasileiro. Como o próprio autor deixa claro na “Nota preliminar” do livro: “Aquela campanha [...] foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 2011, p.16).

Vale destacar que a opinião de Hayden White e de Paul Ricoeur não é a de afirmar que o relato ficcional e o histórico sejam a mesma coisa; mas sim, que um pode recorrer ao outro, como ilustramos com *Os Sertões*.

Considerações finais

Ainda que esteja evidente uma tensão entre história e literatura, fica clara a confiança que o leitor institui para *Os Sertões*. Foi através dele que o povo brasileiro descobriu um massacre que até então era divulgado de forma superficial. Euclides, pela sua exatidão e emoção, mostrou o seu olhar para a guerra Canudos.

Diante disso, percebemos que o historiador e o literato não estão concentrados em lados opostos. Mostramos, aqui, que há um ponto de intersecção entre a história e a ficção, no qual é possível notar que um se vale do outro. Não podemos dizer que o relato histórico e o ficcional sejam puros.

Na modernidade, o panorama tradicional é questionado, tornando-o problemático e avultando discussões expressivas na teoria literária. No caso da história, surgem inúmeras possibilidades. Para José de Alencar a história é cíclica, diferente da ideia positivista. O autor cearense quebra com a concepção de que a história seria linear, crescente e progressiva. Já Walter Benjamin olha para a história como um amontoado de ruínas, portanto, quebra também com essa concepção linear. Dentro dessa esteira de questionamentos, ainda podemos ver o esvaziamento histórico de Maurice Blanchot.

Do mesmo modo, afirmar que a ficção é relatar algo que está no campo do que poderia ter acontecido é muito problemático. Para ilustrar, vemos que Jorge Luiz Borges é um autor que assimilou na sua narrativa tanto o fato histórico como o ficcional, ficando difícil para o leitor separar esses esquemas de forma coesa.

Diante dessas considerações, finalizamos este trabalho com o sentimento de que a discussão sobre os esquemas históricos e ficcionais não necessariamente precise resultar em um pensamento dicotomizado, resumido e esquemático. Ou seja, não precisamos colocar a história do lado oposto à ficção.

Referências

- ATHAYDE, Hélio. *Atualidade de Euclides: Vida e obra*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Vol. 04. 5 Ed. São Paulo: Global, 1999.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. Claudia Berliner e Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (3 volumes)
- SANTOS, Luis Alberto Brandão. Literatura e História: convergências de possíveis. In: BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi e outros. *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000, p.45-55.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

Patrimônio Cultural e Preservação da Memória: o Reinado no Acervo do Museu Histórico e Artístico de Cláudio

Sara Helena Amaral de Sousa*
Graduanda em História
Universidade Federal de Viçosa
hesaras@gmail.com

RESUMO: O texto a seguir apresenta as principais observações acerca do trabalho de pesquisa histórica e organização de um arquivo público na cidade de Cláudio, expondo um debate sobre a estrutura e modo de organização das instituições públicas, no que tange a preservação da cultura e história.

PALAVRAS CHAVE: patrimônio; cultura; memória; reinado.

RESUME: The following text presents the observations key about historical research work and organization of a public archive in Cláudio's city, exposing a structure and public institution organization mode, regarding culture and history preservation.

Keywords: equity; culture; memory; reign.

Introdução

O município de Cláudio foi formado a partir das picadas do caminho de Goiás durante o século XVIII. Segundo Fonseca (1962), a região foi povoada para a inibição da ação dos quilombolas que nela viviam e praticavam roubos contra os bandeirantes que saíam de Goiás rumo a São Paulo. Assim sesmarias foram distribuídas e a região passou a ser produtora de café.

Durante o período colonial, a mão de obra escrava era a mais utilizada, como na maioria das regiões do Brasil. A sociedade local era hierarquizada e ainda formada sob os desígnios da Igreja Católica, como apresentado em leituras do jornal *Gazeta de Oliveira*. Culturas escrava e católica se unem para a organização de festejos em louvor a Nossa Senhora do Rosário. A crença e devoção com relação a esta santa evoluiu com o tempo e até hoje é ponto marcante da cultura claudiense, tornando-se a festa do Reinado uma das principais tradições culturais do local.

No século XX, o café deixou de ser o principal produto da região, sendo a cidade conhecida pela produção de manufaturados de ferro. As famosas fundições são as responsáveis pelo crescimento econômico e até demográfico da cidade, já que absorvem

* Bolsa PROCULTURA

grande quantidade de mão de obra. Apesar da modernidade que envolve a economia da cidade há ainda nela grandes características de uma pequena cidade do interior, a começar pela organização dos órgãos públicos que são responsáveis pela salvaguarda e acesso a cultura e história do município.



Figura 1 - SOUSA,. 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

O projeto “Patrimônio Cultural e Preservação da Memória: o Reinado no Acervo do Museu Histórico e Artístico de Cláudio” é financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Cultura e Arte (PROCULTURA/UFV). O projeto citado propõe a organização de um arquivo público para o município de Cláudio e a pesquisa a respeito da formação dessa sociedade após o ano de 1888, partindo da observação do convívio em torno da organização e manutenção da festa do Reinado ao longo dos tempos.

A parceria com a Prefeitura Municipal de Cláudio

O interesse em trabalhar com a Prefeitura Municipal de Cláudio em um projeto de organização de um arquivo surgiu da necessidade de acesso a documentos sobre a formação da sociedade claudiense. Os documentos necessários à pesquisa localizavam-se no prédio do Museu Histórico e Artístico de Cláudio sem qualquer cuidado físico. O setor responsável pelo prédio é o Departamento de Cultura e Turismo da cidade, o qual é composto por um assessor de cultura e mais três pessoas. Trabalham no local, dois atendentes de museu e um estagiário, que dão conta de dois prédios, Centro Cultural e Museu, e todas as ocasiões que envolvem manifestações culturais ou turismo.

O Museu Histórico e Artístico de Cláudio localiza-se às margens da rodovia 381, no prédio da antiga estação de trem da Rede Ferroviária Federal, que foi construído em 1912, passando a cadeia pública por 34 anos. Tombado pelo Patrimônio Histórico municipal em 1998, foi transformado em casa de cultura graças a convênio firmando entre a prefeitura de Cláudio e RFFSA. A partir de então, o espaço foi cedido para as práticas culturais, sendo a prefeitura encarregada de obras de conservação da casa.



Figura 2 – SOUSA, 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

A partir da aprovação do projeto pela Pró-reitoria de extensão e cultura da Universidade Federal de Viçosa uma reunião com o Secretário da Cultura e Turismo foi realizada para a decisão sobre como transcorreriam os trabalhos, e este já informou a dificuldade em poder disponibilizar funcionários para o trabalho já em fevereiro, visto que as comemorações do carnaval eram também de encargo do pessoal que trabalha no museu.

O chefe do Departamento de Cultura e Turismo de Cláudio reclama do limitado número de funcionários que cuidam de dois prédios, Centro Cultural e Museu Histórico e Artístico de Cláudio, e de todos os eventos que fazem parte da cultura da cidade, como o carnaval e semana da mulher que ocorreram em março, semana santa da cidade que ocorreu em abril e reinado na cidade que ocorre em agosto. O convívio no cotidiano e a percepção da organização do Departamento de Cultura e Turismo da cidade confirmam a validade dessa reclamação. Os espaços e atividades se confundem e passam a ser feitos com certa desorganização, o prédio do museu facilmente se torna “barracão de escola de samba” com a produção de fantasias para o carnaval, ou ainda escritório do Departamento de Cultura e

Turismo da cidade, sendo o ponto de encontro dos funcionários para a organização de eventos.



Figura 3 - SOUSA, 2014. 1 fotografia,color., 10 cm x 15 cm

Patrimônio e Cultura: condições de preservação e atuação disponíveis no município.

O Departamento de Cultura e Turismo da cidade de Cláudio, como já apresentado, conta com poucos funcionários para um grande número de obrigações, por isso projetos que visem a preservação do Patrimônio Cultural e Material da cidade são necessários.

O acervo documental e histórico do município de Cláudio encontra-se hoje no prédio que também abriga o Museu Histórico e Artístico de Cláudio. A edificação conta com, seis salas, uma cozinha, dois banheiros, corredor e duas varandas, uma na frente e outra nos fundos da construção. Das seis salas existentes, duas menores dedicam-se à presença de documentos diversos e revistas editadas pela assessoria de cultura e turismo da cidade, uma para secretaria, uma para recepção e duas de exposição dos objetos do museu. Além disso, são ainda encontrados documentos dispersos na varanda dos fundos junto a fantasias de teatro ou carnaval, que também são encontradas na sala de predominância dos documentos.

O modo como encontra-se organizado o museu ou acondicionada a documentação do futuro arquivo público estão longe do ideal e das perspectivas do secretário da cultura da cidade, já que quando nos referimos a peças do museu percebemos que estas encontram-se organizadas em um espaço pequeno, o que não oferece condições de reflexão ou observação mais atenta do visitante. Além disso, falta o acompanhamento de um guia, já que os funcionários do museu se desdobram nos trabalhos do Departamento de Cultura e Turismo da cidade e fazem esse serviço por vezes, mas não podem dar atenção necessária a essa tarefa.

A edificação também prejudica a manutenção das peças do museu ou conservação dos documentos, pois abriga umidade, por ser próxima a um córrego, ter piso de madeira e forro de madeira, além de insetos e até roedores que consomem madeira, papel e até restos de alimento da cozinha. Pensando na situação da maioria da documentação presente no museu, podemos observar que ela possa não durar muito tempo se continuar nas condições atuais.

Desse modo percebe-se que a análise dos documentos e o local no qual estes se encontram demonstraram problemas recorrentes de acervos públicos, como falta de espaço, materiais e decomposição do acervo, já que as tentativas passadas de organização não apresentam a possibilidade de perceber a constituição da documentação e nem respeitam as regras de acondicionamento adequado.



Figura 4: SOUSA, 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

Ao observar as condições dos documentos existentes no museu foram iniciados os trabalhos de inventário de tudo o que cabe em um arquivo e definido que, apesar de pequenas, o acervo do arquivo do museu ficaria inicialmente limitado a duas salas, das quais segue uma imagem para que se perceba a dimensão de uma delas, já que são do mesmo tamanho:



Figura 5: SOUSA, 2014. 1
fotografia,color., 10 cm x 15 cm.

As salas tem cada uma 2,08 de comprimento por 2,08 de largura, o que lembra a corrente conotação e preconceito percebidos por tantos profissionais da arquivística, como Rousseau (1998), de arquivo visto como depósito de documentos antigos, mas por enquanto é o que pode ser feito com os documentos, já que todas as outras salas estão ocupadas com objetos do museu ou com os trabalhos do Departamento de Cultura e Turismo de Cláudio.

A impossibilidade de treinamento imediato de colaboradores, por um lado, tem pontos positivos para o trabalho, já que assim pode ser feita uma análise mais cuidadosa do acervo antes de tomar qualquer decisão, pensando mais cuidadosamente em maneiras de melhor administração do trabalho e já acessando documentos e fontes que são interessantes para a análise da sociedade claudiense no contexto da festa do Reinado.

Os trabalhos resumem-se em análise dos documentos existentes no museu, por enquanto jornais, revistas e fotografias não recebem muita atenção, pela falta de disponibilidade de mais pessoal que trabalhe na descrição dos documentos e também porque há poucos números de jornal e revistas do recorte temporal da pesquisa sobre a sociedade claudiense de fins do século XIX e início do século XX.

A partir de uma análise da documentação existente é feita uma separação do que deve ser descrito e analisado com mais urgência. Realizando tal descrição, é construído um inventário em planilha do Excel, digitado por um dos atendentes do museu, o qual apresenta as potencialidades do acervo e oferece uma noção mais eficiente da localização e existência de certos tipos documentais.



Figura 6: SOUSA, 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.



Figura 7: SOUSA, 2014. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

O interessante foi que ao adentrar a sala dos documentos é perceptível que várias foram as tentativas de organização do acervo, dentre elas uma muito proveitosa, a organização de fotografias, feita por um dos secretários do museu a algum tempo, visto a grande demanda desse tipo documental para pesquisas na cidade, estas se encontram em envelopes, os quais estão numerados com códigos correspondentes a uma listagem em papel e planilha no computador:

Embora algumas ações de organização dos documentos presentes no museu tenham sido feitas persiste a desorganização dos espaços, como já relatado, que reflete também na atenção e promoção de novos projetos para o departamento de cultura, que como já disse é sobrecarregado por várias obrigações que envolvem a cultura, patrimônio e turismo da cidade.

Refletindo acerca do papel do município na salvaguarda do patrimônio, Botelho (2006) afirma que a organização de órgãos estaduais e municipais de proteção deste rompe com a uniformização do patrimônio nacional, para organização de discursos identitários, regionais e locais. O patrimônio do Estado é assegurado por tombamento, inventário, vigilância, conservação e desapropriação, em Minas Gerais o órgão responsável por essa prática é o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais).

Como o IPHAN o IEPHA se preocupa em incentivar o resguardo da cultura, porém no âmbito municipal e estadual, Pelegrini (2008) alerta que é necessário que órgãos públicos se organizem em projetos que se mantenham atentos as necessidade de expressão do bem patrimonial e não por questões mercadológicas.

Cabe salientar que o estímulo à gestão municipal não é apenas financeiro, uma vez que são dados subsídios técnicos e metodológicos para a condução da política pública local. Por outro lado, busca-se garantir também a participação social na produção e na gestão do patrimônio, por meio da exigência dos conselhos municipais e da realização de atividades de educação patrimonial. (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2010, p. 7.)

Uma das ações do IEPHA pela salvaguarda do patrimônio está no programa do ICMS Critério Patrimônio Cultural, que foi criado a fim de se tornar um incentivo para a melhor gestão e preservação do patrimônio cultural e histórico, o qual é feito pelo repasse, as prefeituras, de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, segundo o que é proposto na Lei nº 13.803 da Constituição Federal. Para assegurar o recebimento desse incentivo as prefeituras municipais elaboram relatórios anuais que são instrumento de análise da mobilização cultural e patrimonial do município em que festas, bens e grupos culturais são relacionados e caracterizados com relação a sua importância a mobilização cultural da cidade.

Para que os relatórios sejam feitos, é necessário que se conheça a fundo a cultura e representatividade de determinado bem para a cidade, a melhor saída não é então terceirizar esse serviço. Nesse sentido Toji (2012) afirma que o patrimônio cultural é algo pertencente a identidade de grupos e que a partir da atuação pela salvaguarda desse patrimônio, os cidadãos devem ser considerados os mais importantes atores e inseridos nessa atuação. Assim as práticas de salvaguarda do patrimônio devem levar em consideração primeiramente a opinião da sociedade a qual ele se vincula, por isso a importância da gestão desse patrimônio advir do próprio município.

Esse aspecto chama a atenção para os trabalhos dos Conselhos Municipais. São estes órgãos, criados sob as determinações da Prefeitura Municipal, que darão ritmo e organização aos trabalhos com cultura e patrimônio. Assim é necessária uma gestão de Recursos Humanos, mais preocupada com a organização e capacitação de funcionários do que com a minimização de custos com esses na efetivação do mínimo de contratações possíveis.

Os desafios da política de patrimônio cultural para Toji (2012) estão calcados na integração com instrumentos de reconhecimento e gestão do patrimônio, atenção nos impactos a partir da patrimonialização, avaliação dos impactos nas noções de identidade e reivindicação do grupo social envolvido e avaliação do papel do governo nessa atuação. No caso de Cláudio, por exemplo, a festa do Reinado, que é também foco de estudo do projeto, é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do município e recebe investimentos provenientes do IEPHA. Por outro lado a festa ainda não pode ser registrada como Patrimônio

no instituto ou mesmo no IPHAN e quando apresentada no relatório do ICMS Cultural, não é caracterizada com riqueza de detalhes e por aspectos que lhe são importantes e únicos.

Como aponta Leonel (2010), os festejos que existiam na sociedade brasileira da época da colonização possibilitam uma interpretação sobre as vivências e seus modelos organizativos. Pesquisando acerca da promoção das festas de Reinado pós-1888 e o ambiente que as circundavam na cidade de Cláudio, será possível uma apresentação acerca da história de formação dessa sociedade o que é algo muitas vezes esquecido e ignorado por sua população. Como afirma LE GOFF (1990), o que sobrevive da história muitas vezes não é o que existiu no passado e sim o resultado de uma escolha feita pelos atores da sociedade ou por historiadores. Assim o trabalho de organização de uma arquivo e pesquisa histórica são importantes para o resgate da memória sobre a cultura claudiense.

Considerações Finais

Este texto é parte de uma pequena análise da situação cultural e patrimonial do município de Cláudio, que está longe de apontar defeitos ou culpados. Seu objetivo é alertar sobre a necessidade dos municípios se preocuparem em melhor gestar funcionários e ações da área da cultura e patrimônio cultural.

Como ocorre em outros municípios brasileiros, os poucos funcionários que são disponibilizados para a gestão da cultura necessitam de se subdividir para questões administrativas do departamento e organização de eventos, não havendo meios da concentração de esforços de um funcionário para cada tarefa. Outro problema recorrente na gestão municipal é a falta de experiência dos funcionários e a falta de investimentos na formação ou capacitação dos mesmos, para a organização de projetos ou feitura dos relatórios culturais como o ICMS Cultural.

Ainda há que se destacar que ações pela preservação da cultura e divulgação de projetos pela mesma merecem uma atuação conjunta entre governos municipais e estadual, já que muitas vezes percebe-se que o museu ou o Departamento de Cultura do Município de Cláudio recebem a divulgação das ações estaduais pela cultura, porém em atraso ou com dias de duração, não sendo possível a divulgação no município ou deslocamento dos próprios funcionários interessados, denotando uma desorganização também do Estado.

Assim investimentos pela cultura são importantes e devem ser levados a sério, sendo importante a gestão municipal dar atenção ao que é necessário à área no município e organização de maiores investimentos para a capacitação de seus funcionários e promoção de

projetos. Ações de salvaguarda do patrimônio e difusão dos conhecimentos históricos de cada região são importantes para a preservação da Memória e Identidade local, formando uma sociedade que conhece sua História e compreende a importância de seus cidadãos na sua formação.

Fonte:

GAZETA DE OLIVEIRA. Oliveira: Publicação Independente, 1897-

Referências Bibliográficas:

BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio Cultural e Gestão das cidades: Uma análise da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais. *Habitus*, v. 4, n. 1, jan/jun 2006, p. 471-492. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

FONSECA, Luis Gonzaga. *Historia de Oliveira*. Edição Centenário. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A. 1961.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Relatório de Atividades IEPHA/MG 2007-2010*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. *Circular Informativa*. Brasília, n. 2, maio/ago. de 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/>. Acesso em: 25 out. 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEONEL, Guilherme Guimarães. Festa e sociabilidade: reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos contemporâneos. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v.11, n. 15, 2º sem. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br>. Acesso em: 09 de agosto de 2012.

PELEGRINI, Sandra C. A.. *A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade*. *História*. São Paulo. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 08 de maio de 2014.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. **Patrimônio e Memória**. São Paulo. vol. 5, nº 2, dez de 2009. Disponível em: Acesso em: 27 de novembro de 2012.

O belo Mercado – A pulsão humana na Pós-Modernidade: como o pecado da vaidade se elevou à categoria de virtude

Albert Drummond

Mestre em Ciências da Religião

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

a_drummond@hotmail.com

RESUMO: O conceito de beleza do início do século XX é trazido para o pós-modernismo e, a partir daí, uma “ditadura do corpo” se instaura, incitando uma falsa liberdade individual. Utilizando de periódicos, do cinema e da publicidade este ensaio visa compreender dentro do período de 1940 a 1980 como se deu a elevação da vaidade à categoria de virtude dentro do pensamento pós-moderno.

PALAVRAS CHAVE: pós-modernidade; vaidade; moral católica; beleza de consumo.

RÉSUMÉ: Le concept de la beauté du début du XXe siècle, est présenté au postmodernisme et à partir de là, une “dictature du corps” est établie, provoquant une fausse liberté individuelle. Utilisation des séries, le cinéma et la publicité de cet essai cherche à comprendre dans la période 1940-1980 que la vanité a donné lieu au rang de vertu dans la pensée postmoderne.

MOTS-CLES: post-modernité; vanité; la morale catholique; beauté consommateur.

Contextualizando a vaidade

Vaidade do latim *vanus* que quer dizer “vão” se encarrega de ser a representante de tudo o que é vazio, sem valor. Tomás de Aquino (2001, p.82) diria sobre “vanglória” para elucidar melhor o sentido da palavra. Van + glória, se glorificar, dizer os bons feitos sobre si mesmo.

No entanto existe uma discussão conceitual acerca da *vaidade*, principalmente ao que se refere a lista dos sete pecados capitais. Na primeira concepção do termo Aristóteles em Ética e Nicômaco (2001) teria abordado duas ramificações sobre o conceito, numa primeira ele entenderia “veracidade” como uma virtude, a falta dessa virtude ocasionaria num “desavergonhamento” e o excesso dessa virtude no “orgulho” usado para expressar como algumas pessoas se sentiam satisfeitas sobre quem elas eram no seio social e a partir disso em como se sentiam “orgulhosas” quando eram elogiadas ou fonte de inspirações. Numa segunda interpretação ele trabalharia com a ideia de “respeito próprio” como uma virtude, a falta dessa virtude ocasionaria na “modéstia” e o excesso na *vaidade*, ambas abordagens colocam tanto orgulho como vaidade numa mesma posição (vícios por excesso de si mesmo). Na lista das

falhas humanas de Evágrio Pôntico⁴² (2012) além do orgulho existia também a soberba (uma elevação ao espírito do homem à própria noção de sua existência, desqualificando qualquer outra influência, como por exemplo: Deus). Porém somente com São Tomás de Aquino que houve uma diferenciação dos significados. Aquino funde o conhecimento de Aristóteles com os estudos de Pôntico e entende que orgulho como a própria definição de *vaidade* estariam relacionadas ao amor por si mesmo e também ao cuidado físico em demasia. Já a soberba seria retirada da lista dos pecados capitais, delimitando novamente uma lista com apenas sete. Para Aquino:

[...] A soberba, mais do que um pecado Capital, é a raiz e a Rainha de todos os pecados. “a Soberba geralmente é considerada a mãe de todos os vícios e, em dependência dela se situam todos os outros sete vícios capitais, dentre o qual a Vaidade é o que lhe é mais próximo: Pois essa visa manifestar a excelência pretendida pela Soberba [...] (AQUINO, 2001, p. 80).

No fim da Idade Média, início da Idade Moderna, século (XIII – XIV), Dante Alighieri escreve a obra clássica *A Divina Comédia*⁴³ (1981) que traz pela primeira vez uma descrição geográfica do além, subdividindo a destinação pós-morte dos homens em três níveis (Inferno, Purgatório e Paraíso). No purgatório Dante coloca os soberbos para galgarem uma montanha gigante segurando em suas costas uma pedra que pesava o mesmo tanto que sua vaidade em vida, o condenado era obrigado a subir a montanha olhando para o chão já que o peso de sua arrogância o curvava. Já Maquiavel em 1513 escreveria “O Príncipe” (2004), um manual didático de como deve ser e governar uma nação, expandindo a concepção de poder absoluto em torno de uma pessoa que se bastaria a si mesmo. Dyson (2008) reitera que até final da Idade Média a ideia de que “ser vaidoso” estava associada à arrogância é muito forte, os homens medievais nobres acreditavam que mereciam ser vistos como moralmente grandes, se reconheciam assim e esperava que os outros fizessem o mesmo. A estes homens deveriam ser conferido seu devido valor aristocrático, mas não porque mereceriam por mérito genuíno ou superioridade moral, mas sim pela sorte do nascimento privilegiado numa classe nobre.

No século VIII Toulouse iniciaria uma ressignificação da palavra *vaidade*, dedicando este pecado há uma interpretação que elevaria a palavra e sua significação aos cuidados excessivos com o corpo. Em um de seus discursos Toulouse recorreria a Ovídio e Sêneca para

⁴² Na lista de Pôntico existiam oito piores males contra Deus: gula, ira, avareza, luxúria, tristeza, soberba, vanglória e acídia. Já na versão de Gregório Magno, tristeza se fundiria a acídia e vanglória cederia seu espaço para o orgulho. Na versão final de São Tomás de Aquino, ele colocaria a inveja no lugar do orgulho que se fundiria à vaidade, ficando sete pecados capitais: gula, ira, inveja, avareza, acídia (que depois se tornaria a preguiça), luxúria e vaidade. Elevando a Soberba como a rainha de todos os pecados.

⁴³ A obra foi escrita originalmente nos períodos de 1304 a 1321, finalizada exatamente na mesma data da morte de Dante, há controvérsias quanto à data exata da publicação da obra completa.

provar que a *vaidade* era um pecado dos nobres, da arrogância, do corpo e da beleza. “A beleza da vaidade engendra a tirania da paixão, é um engodo de perdição, uma sereia pelo qual muitos atraídos fizeram naufragar a sua honra e a sua salvação” (TOULOUSE apud DELUMEAU, 2003, p. 239). Em outro discurso de nome “túmulo da beleza” ele ensina que devemos desprezar a *vaidade* “porque seja qual for o brilho que ela tenha, a atração que ela faça sentir, as satisfações que ela prometa e os cuidados que se tome para conservá-la, ela passa como a sombra e a fumaça... Ela é vã... ela não tem nada de real nem de absoluto” (TOULOUSE apud DELUMEAU, 2003, p. 239).

No século XVI (16) a estética corporal inicia um processo de consolidação da beleza, segundo Vigarello (2006) o conceito de beleza estava se solidificando, caminhando para se transformar numa fórmula exclusiva e absoluta. “A beleza teria que se impor como marca ‘revelada’ e indiscutível, arquétipo sempre idêntico, sempre ideal [...] A beleza existiria como ‘verdade’, provocando uma reação naquele que vê para congelá-lo e transportá-lo: absoluto que não poderia contestar” (p. 33). Neste sentido, a história do corpo e do belo se construía mediante às novas definições de estética corporal e com isso um reconhecimento do que de fato deveria ser valorizado e exaltado como belo e desprezado com feio.

A maior problemática surgiu com a condenação á este pecado (que seria uma necessidade fútil de ser visto e/ou elogiado através da aparência, tão logo associado ao pecado da vaidade). Enquanto a Igreja condenava veemente essa conduta comportamental, a nobreza tentava se enquadrar nas novas definições. Uma definição foi colocada, São Jerônimo e Tertuliano diferenciaram a estética natural como “obra de Deus” e a estética artificial como “obra do Diabo” (TERTULIANO apud BECHTEL, 2000, p. 220).

Uma grande recusa por parte da Igreja quanto á aceitação do uso de cosméticos, pós e óleos preparados quimicamente eram constantes, já que a beleza não poderia ser criada, uma vez que era uma dádiva de Deus. A indústria da beleza já havia se desenvolvido, ganhando espaço no mundo moderno. Flandrin (1975) cita o teólogo Alogana do ano de 1590 que percebendo um crescimento da necessidade de se fazer belo a Igreja acaba por fazer vista grossa quanto às novas abordagens estéticas. “Aquele que se veste ou se enfeita para parecer bela a alguém, e seja amada carnalmente, peca mortalmente; mas se é para ser amada para uma finalidade honesta ou para se casar, não peca.” (ALOGANA apud FLANDRIN, 1975, p. 81).

Os séculos XVIII E XIX (ECO, 2004) abrandaram o peso do pecado da *vaidade*, que antes estava associado á uma conduta de poder, soberba, orgulhosa e masculina agora se

consolida apenas como um capricho feminino aos cuidados do corpo afim de serem notadas e elogiadas.

O processo de inversão do pecado da vaidade à virtude

Ao longo do tempo, a Igreja Católica acumula uma vasta gama de conhecimentos, opiniões e atuações no que diz respeito à *vaidade*: os conceitos deste pecado e do pecar tiveram extensa evolução durante a história da Igreja, que, com vistas a proteger suas próprias posições e alianças, reordena e modifica a gravidade do vício da *vaidade*.

Durante toda a Idade Moderna, a moral católica oscilou, seja pendendo para uma afirmação ou consolidação de seus preceitos, seja anulando-se em detrimento de seus interesses questionada por novas linhas de pensamentos que surgiam, entre elas o Liberalismo.

Em meados do século XX, “novas” correntes ideológicas surgem: a mais forte e a “principal” delas foi o pós-modernismo⁴⁴, que assumiu o direcionamento a uma nova linha de pensamento, se responsabilizando pela ressignificação de toda uma milenar acepção desenvolvida pela Igreja durante a história. O pós-modernismo desregulou uma linearidade dentro da moral católica já construída e validada, invertendo seus valores. “As doutrinas éticas pressupunham certa homogeneidade local, em que podiam reescrever exigências institucionais como normas interpessoais e com isso reprimir realidades políticas nas “categorias arcaicas do bem e do mal” [...]” (JAMESON *apud* ANDERSON, 1999, p. 77).

O pós-modernismo trouxe a possibilidade do questionamento e da autonomia, desconstruindo doutrinas enraizadas, desqualificando-as e oferecendo vastas opções, como diz Jencks (2006, p. 142).

Se o pós-modernismo projetava o indivíduo cada vez mais dentro da lógica do mercado, a retomada do liberalismo, o neoliberalismo⁴⁵, o inseriu de vez. Essa “nova” ideologia trouxe consigo um desejo de liberdade, onde o homem basta-se a si mesmo quando inserido no mercado e, neste particular, a economia não segue leis, mas *tendências*. (GALVÃO, 1997).

⁴⁴ Neste texto, utilizo o conceito de Frederic Jameson de pós-modernismo: “um novo estágio do capitalismo ou um capitalismo tardio” (JAMESON, 1985). De forma simplificada, seria a desconstrução dos conceitos ideológicos dominantes durante a Idade Moderna e a valorização do indivíduo e a efetividade da relação entre o indivíduo e o mercado.

⁴⁵ A partir de 1970, a ideologia liberal retorna, desta vez como Neoliberalismo. É preciso salientar que o prefixo *neo* não se refere a uma nova corrente do liberalismo, mas sim à retomada de alguns preceitos liberais no contexto do pós-modernismo. “O centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo.” (GALVÃO, 1997, p. 54-55).

Na Idade Média, o homem desprezava o corpo e cultuava a alma. No período conhecido como a “Pastoral do Medo” (DELUMEAU, 2003), durante a Idade Moderna, com o Renascimento e o Iluminismo, o homem se configurou em dois processos principais: o de desconstrução (do ser, antes definido pela Igreja) e o de racionalização. A partir da pós-modernidade e conseqüentemente do neoliberalismo, o homem se encontra no cerne do sistema de mercado. Para Assmann (1989, p. 232), o neoliberalismo fez com que tudo que era produzido pelo homem fosse reduzido à condição de mercadoria; a natureza e todos os recursos naturais e o próprio ser humano, parte dos mecanismos mercadológicos, foram reduzidos a mercadorias.

O neoliberalismo definiu novos contornos sobre a relação do homem com a religião: se por um lado ele a descarta, apoiando-se nos mecanismos disponíveis do mercado, por outro ele se agarra de forma fundamentalista e enfática aos diversos “novos” deuses. Este homem não precisa mais de um direcionamento sobre seu agir, sua conduta e sua ética já que o próprio mercado o oferece.

No início do século XX, em 1915, Freud resgata a ideia de Aristóteles sobre as paixões humanas (instintivas e pulsionais) e, trabalhando com o conceito de pulsões, desconstrói e desmistifica as ideias de vício e de pecado (ou pecado original) já consolidadas pela Igreja. Para Freud (*apud* Blanco, 2013), pulsão (do alemão *Trieb* que significa *broto*) é uma forma germinativa do querer, que é estimulada pelo ambiente em que vivemos. Todos temos essa força natural e tanto os vícios de Aristóteles quanto os pecados da Igreja nada mais são que pulsões, instintos naturais do ser humano, que os comete quando a sociedade os estimula. As teorias apresentadas têm um ponto em comum: vícios, pecados e pulsões podem ser contidos⁴⁶.

As compulsões do homem neoliberal, suas regulações e supressões são a marca registrada do pós-modernismo resultando nos excessos, antes trabalhados pelos gregos, condenados pela Igreja e, agora, validados pela lógica do mercado. O mercado oferece possibilidades de satisfazer os mal-estares dos homens, as pulsões de Freud elucidam a questão do medo⁴⁷ (já que ceder às “paixões” é parte essencial de quem somos) e o mercado nos estimula a isso. O individualismo, tão cultuado pelo pós-modernismo, fez com que aprendêssemos a “honrar” os nossos deveres morais individuais.

⁴⁶ Para a Igreja, podemos extinguir nossos pecados através das virtudes, uma forma de reciclar, do ruim para o bom.

⁴⁷ Se antes, nas Idades Média e Moderna, o homem não cometia pecados porque temia o além-túmulo, a partir de Freud (1998) e da ideologia neoliberal, “cometer pecados” se torna parte de quem somos.

Enquanto a Igreja Católica e outras religiões tentam a todo custo um “retorno” de uma moral altruísta, o mercado “descentra” o indivíduo estabelecendo uma “moral sem obrigações nem sanções” segundo as aspirações da massa que se mostra cada vez mais inclinada a um individualismo hedonista democrático” (LIPOVETSKY, Gilles, 2005, p. 105).

Jean Delumeau (2003) escreveu sobre a culpabilização do pecado no Ocidente e de como o homem medieval se sentia (ou o faziam sentir-se) quando cometia pecado: “Na história europeia, a mentalidade obsessiva foi acompanhada de uma “culpabilização” maciça, de uma promoção sem precedentes da interiorização e da consciência moral. Em escala coletiva, nasceu no século XIV uma “doença do escrúpulo” que se amplificou” (DELUMEAU, 2003, p.9). Na sociedade pós-moderna, o conceito de culpa passa a ser considerado obsoleto: para Menninger (*apud* GUINNES, 2006, p. 18), dentro da teologia pós-modernista, a noção de “mal” deixou de ser pecado para ser crime (definido legalmente), e se tornar doença (definida em categorias psicológicas). Em outros termos, a moral “profana” suplantou as leis morais de salvação eterna, apontando para uma nova perspectiva em que um grande número de sólidas prescrições morais ainda continua envolvendo uma incessante busca pelo prazer.

O pecado da *vaidade* se faz presente na sociedade pós-moderna, porém troca por virtuosa seu caráter negativo, e tornaram-se, por vezes, dentro da lógica do mercado, uma conduta legalizada e estimulada.

A *vaidade* e a beleza de consumo

De todos os pecados capitais, a *vaidade* ou soberba sempre esteve no topo da lista como o principal mal humano, fazendo referência direta ao pecado de Lúcifer contra Deus. Freud (1998) aborda a essência do pecado “contemporâneo” da *vaidade*, quando trabalha com a ideia de narcisismo, em que o homem se centraliza de forma a entender sua “superioridade” e elevar-se à categoria única de *Eu*.

A Pós-modernidade cultua a individualidade: assim, mais do que individualista, o mercado promove a elevação dos egos e do egoísmo, recrutando cada vez mais conjuntos massificados de pessoas. O cinema pode ser considerado o maior responsável pelas exigências comportamentais, incluindo a estética corporal. Uma “fabrica de sonhos” é construída através do ideal de beleza disseminado pelo cinema Hollywoodiano, tornando as atrizes, exemplos e democratizando a *vaidade*, transformando aos poucos a maneira do “querer” ao acesso à beleza. para Vigarello (2006): “O cinema renovou um mundo imaginário. Renovou também os modelos de aparência, inspirando-se nas tendências de seu

tempo [...] Nesse mundo de imagem, em que a beleza física deve se impor de imediato, a beleza existe como primeiro fator de atração.” (p. 157).

A era de ouro do cinema hollywoodiano trouxe ícones “exemplares” de beleza como Marilyn Monroe, Marlene Dietrich ou Greta Garbo, renovando o mundo “imaginário” e impondo um novo modelo de aparências, o das “estrelas”, forçando a adesão ao mito: o de seres excepcionais vivendo entre os homens, o de seres “feitos para serem amados”. (VIGARELLO, 2006).

Lipovetsky (2008) utiliza o termo “desunificação” para defender que a partir dos anos de 1940 a moda (inspirada no cinema) reconstruiu uma fórmula feminina de ser, tanto em sua aparência como em suas possibilidades, oferecendo novas opções para o feminino, tanto estético quando comportamental. No qual a mulher, neste momento, passa a ver nas estrelas um exemplo ideal de beleza. O cinema foi um dos responsáveis por iniciar na moda um processo de democratização caminhando juntamente com a “desunificação” da aparência feminina, se tornando muito mais homogênea.

Dos anos 1940 a 1980 o Brasil respirou ares neoliberais e a sociedade se tornou a sociedade do “ser” e do “aparentar ser”. A moral, que tanto condenava a arrogância, agora cede aos seus encantos superficiais e a *vaidade* se torna uma virtude. Dentro da lógica do mercado, exigente de um comportamento cada vez mais espelhado em pré-definições de ética e beleza, sair dessa linearidade é não estar apto a conviver com uma sociedade cada vez mais globalizada e observada.

Combatendo a imoralidade *vaidosa* do Cinema e da Moda.

O cinema foi fonte de grande preocupação para *O Diário*⁴⁸, uma vez que ele – filho da modernidade – maculava o imaginário da juventude com pensamentos liberais trazendo questões inversas aos valores morais tradicionais católicos.

Um principal fator incomodou bastante o tradicionalismo moral no país advindos das influências cinematográficas, que dizia respeito à vaidade incontrolável. O cinema ditou moda e desenhou um novo formato estético de sensualidade e beleza, as estrelas e os astros de Hollywood eram exaltados, moças se baseavam em seus ídolos para acompanhar a moda modernizante e moços utilizavam os astros como parâmetro de masculinidade.

⁴⁸ Periódico diário, escrito por grandes nomes da intelectualidade católica de Minas Gerais. Vigente nos anos de 1935 a 1971.

O pecado da *vaidade* foi constantemente condenado pelo *Diário*, uma vez que ele feria a integridade da mulher em prol de ideários modernos e liberais, e o cinema era um desses elos entre a mulher e o pecado. Segundo Azzi (2008) a propensão da mulher ao pecado da vaidade era uma opinião generalizada em todos os meios, inclusive pela imprensa, tornando-a uma criatura pouco reflexiva e totalmente deslumbrada aos aspectos superficiais da sociedade, inspirada é claro pela moda advinda do cinema. Ainda segundo Azzi (p. 134) em outubro de 1939 o congregado mariano Galdino Couto denunciava que o país “importa de contrabando as modas impudicas ditadas pelos judeus do cinema e que o modernismo americano trouxe para o Brasil católico o veneno da corrupção desenfreada e completa”.

No entanto a modernidade engolia todos os esforços da Igreja, despertando curiosidade e interesse, conseqüentemente quebra de valores morais e o desdém dos intelectuais do *Diário*:

Seres inúteis. Não estudam, não trabalham. Vivem ociosos. Só a cabecinha trabalha dia e noite registrando futilidades. Para eles um modelo de Jean Patou dá mais interesse e preocupação que um pensamento grave do futuro. As moças então conhecem todos os “astros” e “estrelas” de Hollywood. Sabem quantas vezes se divorciaram e o que comem, bebem e vestem. (BRANDÃO. O Diário. 1941. p. 4).

No período do Estado Novo a moda não foi apenas condenada pelo seu aspecto direto ao pecado da *vaidade*, mas também da luxúria uma vez que exibiam os corpos femininos de forma a provocar sentimentos pecaminosos nos homens de bem. Em um dado momento como discorre Matos (1990, p. 163) a moda passou a ser vista como parte de um plano internacional para a degradação familiar e social, promovido pelos inimigos da fé e da moral, no entanto andar na moda significava colaborar com um projeto diabólico de desmoralização da sociedade, a partir da própria vida familiar. Em mesmo ano da citação acima o Pe. Ascânio Brandão reafirmou a nocividade dos meios de entretenimento num artigo chamado “Futilidade Ridícula”:

O cine, o jazz e o rádio esvaziaram a cabeça de tanta gente de pensamento certos e graves responsabilidades da vida e a encheram do vento da futilidade e da tolice. Hoje mais valem ‘muque’ e um meio palminho de cara bonitinha, que talento, arte, cultura e muito menos virtude. Invertem-se os valores. O mundo perdeu a noção da beleza moral e da virtude do pudor, da dignidade cristã, e até do bom senso. A gente tem realmente a impressão de que vive num grande hospício. (BRANDÃO. O Diário 1941. p. 4).

Acredito que o principal problema da questão da *vaidade* não se refere tão somente quanto ao fato da futilidade e da sexualização do corpo, mas sim a uma auto-afirmação do

reposicionamento do papel da mulher nesta sociedade moderna, machista e de valores tradicionais. A imagem feminina que se desejava manter é a de um ser submisso, apagado, destacando-se apenas pelo recato e pela devoção (AZZI, 2008).

O Diário não mediu palavras para rebaixar os novos valores modernos que de certo elevavam a *persona* da mulher na sociedade. Em artigo de nome “Os perigos da Vaidade” o jornal deixa claro sua posição conservadora:

Mas as mulheres não somente superam o ridículo, vão mais além. Dominam o próprio sofrimento físico, submetem-se a verdadeiras torturas, contanto que a vaidade seja alimentada, contanto que criem para si e para os demais a ilusão da beleza. [...] não hesitam muitas vezes em infringir as leis da moral e da religião da humanidade e do dever, contanto que possam manter sua linha plástica, sua esbelteza e fazer durar por mais tempo certos encantos da mocidade. (OS PERIGOS... O Diário, 1940, p. 4).

Mesmo com a classificação dos filmes permitidos a serem vistos pelos católicos publicados diariamente no jornal desde 1937, os avisos e os artigos irônicos não foram suficientes para conter a curiosidade dos jovens que lotavam as salas de cinema. A luta diária do jornal continuou até seu fim em 1971 com uma página dedicada exclusivamente ao comportamento moral das mulheres, suas transgressões vaidosas e a influência do cinema na vida dos jovens.

Portanto, dentro da lógica do mercado, exigente de um comportamento cada vez mais espelhado em pré-definições de ética e beleza, sair dessa linearidade é não estar apto a conviver com uma sociedade cada vez mais globalizada e observada. A *vaidade*, no entanto assume um caráter positivo. Modificando idéias, a *vaidade* foi um difusor estético dentro do século XX, tendo seu apoio nos ideários pós-modernos, na mídia, na publicidade e principalmente no cinema. De pecado à virtude e a incessante busca pelo belo.

Referências

ALIGUIERI, Dante. Purgatório. In: *A Divina Comédia*. Trad. Hernâni Donato. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

ALOGANA *apud* FLANDRIN. *Les Amours Payssanes*. Pris: Galimard-Juliard, Coleção Archives. 1975, p. 81.

AQUINO, São Tomás de. Sobre o Ensino (*De Magistro*). In: *Os Sete Pecados Capitais*. Trad. e estudos introdutórios. Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63-133.

ARISTÓTELES. *Ética e Nicômaco*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A Idolatria do Mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. Coleção Teologia e Libertação. São Paulo: Vozes. 1989.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil – terceira época*. Petrópolis: Vozes. 2008.

BRANDÃO, Pe. Ascânio. A Futilidade Ridícula. *O Diário*, Belo Horizonte, 28 nov.1941, p. 4.

DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). vol. I. São Paulo: EDUSC, 2005.

DYSON, Michael Eric. *Orgulho*. Coleção sete pecados capitais. Trad. Clara A. Colouto. São Paulo: ARX. 2008.

ECO, Humberto. *A história da Beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREUD, Sigmund *apud* BAUMAN, Zygmunt. *O Mal estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FREUD, Sigmund *apud* BLANCO, Arturo. S. *A Pulsão*. Antroposmoderno. Disponível em: <<http://www.antroposmoderno.com/textos/Apulsao.shtml>> Acesso em: 26 de jun 2013.

GALVÃO, Antônio Mesquita. *A Crise da Ética: O neoliberalismo como causa da exclusão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

JAMESON, Eric *apud* ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

JAMESON, Frederic. Pós-Modernidade e a sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.12, p. 16-26, jun.1985.

JENCKS, Charles *apud* KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: José Zahar Ed., 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Sociedade Pós-Moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. São Paulo: Manole, 2005.

_____. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. 11º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LYMAN, Stanford. M. Pride. *The Seven Deadly Sins: society and vil*. Oxford: General Hall, 1989, p. 135-183.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MATOS, José Cristiano Henrique. *Um Estudo Histórico sobre o Catolicismo Militante em Minas, entre 1922 a 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MENNINGUER, Karl apud GUINNESS. *Os Sete Pecados Capitais: Navegando através do caos em uma era de confusão moral*. Trad. Augustos Nicodemos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.

OS PERIGOS da vaidade. *O Diário*. Belo Horizonte. 12 abr. 1940, p. 4.

PÔNTICO, Evágrio. *Sobre os Oito Vícios Capitais*. Trad. Carlos Martins Nabeto. Fonte: VE Multimeios. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/d4zSb>> Acesso em: 11 nov. 2012.

TERTULIANO apud BECHTEL, G. *Les Quatre Femmes de Dieu*. Paris: Plon. 2000, p. 220.

TOULOUSE apud DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo*. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). São Paulo, vol. I. EDUSC, 2005.

VIGARELLO, Georges. *História da Beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

A criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira: definindo os heróis do ar e construindo identidades

André Barbosa Fraga

Doutorando em História
Universidade Federal Fluminense
andrebfraga@yahoo.com.br

RESUMO: O tema desta pesquisa é a criação do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB), em 1941, no contexto da 2ª Guerra Mundial e do Estado Novo. O que se almeja investigar é o processo de invenção da Força Aérea Brasileira, detentora de uma identidade social própria. O Ministério da Aeronáutica, com o objetivo de legitimar a nova instituição militar criada em 1941, investe na elaboração de imagens, símbolos e rituais, que definiriam espaços do ser aviador. Dentro dessa construção identitária, a seleção de heróis tem um papel fundamental, dada a utilidade deles na transmissão de valores. Com base nisso, objetivamos analisar as representações sobre Santos Dumont no governo Vargas.

PALAVRAS-CHAVE: Santos Dumont; Herói; Ministerio da Aeronáutica; Força Aérea Brasileira

RESUMEN: El tema de esta investigación es la creación del Ministerio de Aviación y de la Fuerza Aérea Brasileña (FAB), en 1941, en el contexto de la Primera Guerra Mundial y el Estado Novo. Lo que pretendemos es investigar el proceso de la invención de la Fuerza Aérea Brasileña, poseedora de su propia identidad social. El Ministerio de Aviación, con el fin de legitimar la nueva institución militar establecido en 1941, invierte en el desarrollo de imágenes, símbolos y rituales que definen espacios de ser aviador. Dentro de esta construcción de la identidad, la selección de héroes tiene un papel clave, dada la utilidad de ellos en la transmisión de valores. Basado en esto, el objetivo fue analizar las representaciones de Santos Dumont en el gobierno de Vargas.

PALABRAS CLAVE: Santos Dumont; héroe; Ministerio de Aviación; Fuerza Aérea Brasileña

Introdução

O objetivo do presente artigo é o de analisar o período da nossa história no qual houve um dos maiores investimentos em torno da figura de Santos Dumont: o primeiro governo Vargas. Por meio de um projeto direcionado a inserir definitivamente o inventor brasileiro no panteão dos heróis nacionais, uma quantidade substancial de políticas culturais foi desenvolvida para alcançar a meta pretendida.

Apesar do reconhecimento e da admiração da sociedade brasileira por Santos Dumont terem surgido desde a primeira década do Século XX, quando passou a ganhar projeção

internacional por conta dos primeiros trabalhos pelo desenvolvimento da aviação, podemos dizer que um culto à sua figura teve início logo após a sua morte, em 23 de julho de 1932. No entanto, várias dessas ações que visavam a lembrar o personagem, nos anos 1930, não foram pensadas e nem organizadas pelo governo Vargas, recebendo muitas vezes dele apenas o seu aval e reconhecimento. Foi assim, por exemplo, com a criação do *Dia do Aviador* e da “Semana da Asa”, comemorados ao longo de uma semana do mês de outubro, para lembrar o primeiro voo de Santos Dumont, ocorrido no dia 23 de outubro de 1906. Tais datas foram criadas pela Comissão de Turismo Aéreo do *Touring Club* do Brasil, em 1935, e oficializadas pelo governo federal em lei apenas no ano seguinte. As próprias homenagens prestadas ao inventor brasileiro por ocasião de seu enterro, no dia 21 de dezembro de 1932, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, tiveram como organizador o Centro Carioca, e foi sua diretoria quem requisitou e insistiu para que Vargas, então chefe do Governo Provisório, concedesse as honras de chefe de Estado para Santos Dumont e decretasse ponto facultativo no dia de seu enterro, o que foi atendido⁴⁹. Em todas essas celebrações, o destaque foi dado ao caráter brilhante do personagem, entendido como um ser excepcional, fora do comum. Dessa maneira, suas invenções deveriam ser entendidas e reconhecidas como obras de um gênio.

Mesmo muitas das produções culturais do período, elaboradas pelo governo, que faziam referência a personagens históricos brasileiros, não traziam o inventor do avião como destaque. É o caso da obra intitulada *Revista Nacional de Educação*, publicada pelo Museu Nacional e sob responsabilidade de seu diretor, Roquette Pinto. Todas as capas dos 16 volumes publicados vinham ilustradas com o desenho de um vulto nacional, com exceção da primeira. Ao final da publicação, na sessão “Notas e informações”, havia uma pequena biografia do personagem que foi estampado naquele número⁵⁰. Publicada de 1932 a 1934, a revista destacou uma série de personagens históricos brasileiros, mas deixou de fora Santos Dumont, o que ajuda a mostrar como ele, nesse momento, não era tão lembrado nas políticas culturais do governo quanto outros.

Santos Dumont tão pouco foi escolhido pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, como um dos 28 vultos históricos selecionados para serem homenageados em

⁴⁹ Carta enviada, em 20 de outubro de 1932, pelo segundo secretário do Centro Carioca, Júlio Lopes Guedes Pinto, a André Gustavo Paulo de Frontin, comunicando-lhe que seu nome foi escolhido para integrar a Comissão Popular das Homenagens a Santos Dumont. Arquivo do IHGB/Fundo Paulo de Frontin, Lata 1301, Pasta 110.

⁵⁰ Os personagens destacados foram os seguintes: revista n.º 2 (Duque de Caxias), n.º 3 (Diogo Antônio Feijó), n.º 4 (Antônio Carlos Gomes), n.º 5 (Tiradentes), n.º 6 (Alberto Torres), n.º 7 (José Bonifácio), n.º 8 (Pedro Américo), n.º 9 (Saturnino de Brito), n.º 10 (Almirante Barroso), n.º 11 e 12 (Euclides da Cunha), n.º 13 e 14 (Nísia Floresta), n.º 15 (Gonçalves Dias), n.º 16 e 17 (Hipólito da Costa), n.º 18 e 19 (José de Anchieta) e n.º 20 e 21 (Barão do Rio Branco). *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1932-1934.

uma série de palestras elaborada por ele de 1936 a 1938, intitulada “Os nossos grandes mortos”⁵¹. Dessa maneira, as representações sobre Santos Dumont na década de 1930 foram marcadas, principalmente, pela pouca participação do governo e pela disseminação das imagens que viam no inventor brasileiro mais do que um homem comum: um gênio.

No entanto, as novas conjunturas internas e externas formadas no final dos anos 1930, mas que ganharam força no alvorecer da década de 1940, possibilitaram a alteração desse quadro. Principalmente o impacto da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos vão pesar a favor da figura do inventor brasileiro, que logo se tornou foco privilegiado dos olhares atentos dos integrantes do regime. A representação de Santos Dumont principalmente como um gênio já não era suficiente, não atendia mais às expectativas e aos novos desafios abertos com a chegada de um novo decênio, que pareciam exigir a intensificação de sua imagem como herói.

As representações sobre Santos Dumont na década de 1940: mais do que um gênio, um herói:

O crescimento da importância da aviação e da figura de Santos Dumont

Na década de 1940, vai haver um investimento substancial na figura de Santos Dumont como nunca tinha acontecido até então. Três fatores ajudam a explicar esse repentino interesse: a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a criação do Ministério da Aeronáutica e a entrada do Brasil no conflito. O crescimento da importância de Santos Dumont nesse momento histórico foi proporcional ao crescimento da importância da aviação no mesmo período. Fazendo um retrospecto sobre a forma como a aviação foi organizada no Brasil⁵², pode-se dizer que até a quarta década do século XX ela, além de apresentar-se como arma auxiliar e incipiente, estava dividida entre o Exército e a Marinha, não possuindo no interior dessas forças nenhuma independência administrativa, técnica ou operacional. A sua autonomia começa a ser conquistada no final da década de 1930, em grande medida por influência do novo contexto geopolítico que marcava o mundo naquele momento: o da Segunda Guerra Mundial.

⁵¹ Os 28 personagens apresentados na série “Os nossos grandes mortos” foram: Olavo Bilac, Carlos Gomes, Duque de Caxias, Pereira Passos, Couto de Magalhães, Benjamin Constant, Visconde de Cairú, Quintino Bocaiúva, Intendente Câmara, D. Vital, Manuel de Araújo Porto Alegre, Castro Alves, Barão de Cotegipe, José do Patrocínio, Padre José Maurício, João Caetano, Manoel Antonio de Almeida, Barão do Rio Branco, Teófilo Otoni, D. Pedro II, Jackson de Figueiredo, Marquês de Barbacena, Alexandre Rodrigues Ferreira, Euclides da Cunha, Farias de Brito, Capistrano de Abreu, Alphonsus de Guimarães e José Bonifácio.

⁵² As informações descritas a partir de agora, sobre a organização da aviação brasileira e sobre as discussões a respeito da criação de um Ministério do Ar e de uma Força Aérea única, foram retiradas de: FORJAZ, 2005; FALCONI, 2009; e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV, Verbete: FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB).

Na verdade, já com o fim da Primeira Guerra, as principais potências mundiais começavam a perceber a necessidade de a aviação militar de seus países ser organizada de maneira independente, não mais atrelada à Marinha e ao Exército, dado o fato de que o céu vinha se tornando um campo de batalha tão decisivo quanto a terra e o mar. Nesse bojo, surgem, na Europa, as primeiras ações com o intuito de tornar autônoma a força aérea militar, encabeçadas pela Inglaterra, pela Itália e pela França. Essas reformas são responsáveis por mudanças consideráveis, fazendo com que, em um intervalo curto de tempo, a aeronáutica saísse da Primeira Guerra como força auxiliar do exército e entrasse na Segunda Guerra independente, com o mesmo grau de importância que as forças navais e terrestres.

As discussões travadas em vários países sobre a necessidade do estabelecimento de uma Força Aérea única e independente e do Ministério do Ar chegaram fortemente ao Brasil na década de 1930. Questionamentos sobre a importância da arma aérea e sobre a melhor forma pela qual ela deveria ser administrada pela nação ganham relevo e visibilidade. Se a década de 1930 foi marcada por debates e campanhas em torno da criação de um Ministério do Ar, a de 1940 começa a ser trilhada com base na intensificação dessas ideias e pela concretização de algumas delas. Discussões acaloradas ocorreram, principalmente promovidas por integrantes das duas aviações militares, da Marinha e do Exército. A questão principal era: depois de criado o novo ministério, ele controlaria sozinho toda a aviação do Brasil ou seria permitido que as outras Forças militares continuassem mantendo armas de aviação sob seu controle?

Getúlio Vargas, reunindo toda a documentação que vinha sendo produzida por civis e militares e muitas vezes divulgada nos jornais, deixou-a aos cuidados do então capitão Nero Moura, para que ele reunisse outros colegas aviadores e formulasse um parecer. No final do ano, o presidente decidiu favoravelmente pela implantação de um novo ministério. Finalmente, em 20 de janeiro de 1941, foram criados, pelo Decreto nº. 2.961, o Ministério do Ar, chamado de Ministério da Aeronáutica, e as Forças Aéreas Nacionais, que quatro meses depois, em 22 de maio de 1941, passaram a se chamar Força Aérea Brasileira, pelo Decreto-Lei nº. 3.302. O novo ministério unificou todas as aviações existentes no Brasil e submeteu-as ao seu controle. Foram reunidas, assim, a aviação militar, a aviação naval e o Departamento de Aeronáutica Civil, até então subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Vargas, buscando manter a harmonia entre o Exército e a Marinha, optou por um civil para ser o primeiro ministro da Aeronáutica. O nome escolhido foi o de Joaquim Pedro Salgado Filho.

Durante a Segunda Guerra Mundial, três questões foram privilegiadas pelo governo Vargas, tal a importância e posição estratégica que elas passaram a desempenhar, principalmente a partir de 1942, quando o Brasil se tornou um dos países beligerantes, apoiando os Aliados e lutando contra o nazi-fascismo: a unidade nacional, a defesa nacional e o patriotismo. Para divulgar e fortalecer esses valores, o Estado Novo foi buscar no passado personagens históricos que de alguma maneira teriam contribuído para o desenvolvimento da aviação no Brasil, tornando-se pioneiros do ar.

Para representar o rápido desenvolvimento da aviação, o governo Vargas, que tinha atribuído a si a função de organizar o Brasil moderno, optou, portanto, por um herói moderno, como Santos Dumont. Embora durante a Segunda Guerra tenha havido uma prioridade do governo em valorizar heróis guerreiros ou militares, que, de alguma forma, lutaram, ao longo da História, para defender o Brasil de invasores⁵³, isso não foi um obstáculo para a projeção de Santos Dumont, que apesar de inventor, mais do que nunca tinha sua imagem associada à área militar, ao ter sido escolhido pela recém criada Força Aérea Brasileira seu exemplo e símbolo máximo. Não é pouco significativo o fato de a Força Aérea ser a única, contando com o Exército e a Marinha, a ter como herói maior um civil, e não um militar, e a cultivar como sua data principal não a conquista de uma batalha ou de uma guerra, mas do ar.

A questão da unidade nacional, um dos temas fundamentais para o governo Vargas no período da guerra, ajudou na escolha de Dumont como um dos principais personagens a ser lembrado. A criação do “mais pesado que o ar” foi uma grande solução para resolver o problema enfrentado por Vargas de integrar o povo brasileiro entre si, diante de um grande obstáculo para tal: a grandeza do território de tamanho continental. O avião era capaz de vencer as dimensões difíceis e de reduzir distâncias, alcançando áreas desconhecidas, permitindo ao Brasil conhecer-se.

Da mesma forma que a invenção de Santos Dumont contribuiria para a unidade do Brasil, ela faria o mesmo por sua defesa. O avião, mais do que nunca, tinha a função fundamental de garantir a soberania do Brasil frente às investidas dos países do Eixo, principalmente da Alemanha, que volta e meia fazia incursões sobre a costa da América do Sul. Caberia, então, a cada membro da recém-criada Força Aérea Brasileira, seguir os passos de seu herói máximo, reunindo em si a coragem com que enfrentou o perigo, e a disciplina e a determinação necessárias para conquistar os céus do Brasil e da Europa.

⁵³ FRAGA, 2012. Ver capítulo V: “Vultos. Datas. Realizações’: patriotismo em livros do DIP”.

Por fim, em relação ao patriotismo, Santos Dumont foi retratado como um dos grandes modelos de amor incondicional à terra natal. Nunca renegou suas origens. Ao contrário, quando ganhou projeção internacional na França, fez questão de destacar sua identidade brasileira. No momento de guerra, era preciso que toda a população do Brasil seguisse seu exemplo. Em discurso pronunciado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Waldemar Falcão, em maio de 1942, no Rio de Janeiro, por ocasião de batismo do avião “Santos Dumont”, esse traço do personagem é ressaltado⁵⁴.

De 1941 a 1945, o Estado vai procurar de forma hegemônica ser o “gestor da memória”⁵⁵ sobre Santos Dumont. Podemos dizer que o investimento necessário para tanto ficou a cargo principalmente de três ministérios do Estado Novo, a saber, o da Aeronáutica, o das Relações Exteriores e o da Educação e Saúde.

Desenvolver a aviação e construir o futuro: Santos Dumont e a juventude escolar brasileira

A tática utilizada para transformar Santos Dumont em herói, elevando sua posição no panteão nacional brasileiro, foi a de aproximá-lo dos jovens. Na verdade, a juventude foi o grupo com o qual o governo Vargas mais se preocupou em seu projeto de modernização da sociedade e de constituição de um “homem novo”. Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e o avanço rápido da Alemanha na ocupação de territórios, conseguido principalmente por conta de uma forte e organizada aviação militar, o avião logo se tornou o grande símbolo de modernidade e progresso. A nação que não investisse nessa área estaria fadada ao fracasso. Objetivando fugir de tal diagnóstico, o governo Vargas procurou desenvolver a aviação militar, unificando-a, em 1941, em torno de uma única força armada, A Força Aérea Brasileira, e criando um ministério específico para tratar do assunto: o Ministério da Aeronáutica. Além disso, procurou desenvolver também a aviação civil, com a criação de novas linhas, novos pilotos e a multiplicação de aeroclubes em todo o espaço nacional, encurtando as enormes distâncias que separavam o vasto território brasileiro e podendo protegê-lo melhor. Nessa obra patriótica de engrandecimento da aviação do país, o governo intencionava contar mais uma vez com a colaboração dos jovens, que eram convidados a se

⁵⁴ Arquivo Waldemar Falcão, VF pi Falcão, V. C. R. 1942. 05. 00. FGV/CPDOC.

⁵⁵ Expressão utilizada por Catroga para designar a ação de determinados grupos políticos que investiram esforços na construção privilegiada de uma representação sobre um indivíduo considerado influente às suas lendas partidárias, com o propósito de consagrá-lo. CATROGA, 1999. p. 197.

comprometerem com a causa. O regime procurou estimular e difundir entre a juventude brasileira a formação de uma sólida “mentalidade aeronáutica”⁵⁶.

O resultado desse estímulo pôde ser sentido tanto no âmbito militar quanto no civil. Com a guerra já em curso e a possibilidade de o Brasil participar dela enviando tropas, inclusive aéreas, o que efetivamente aconteceu em 1943, era preciso se criar um “exército” de reserva aérea, formado por jovens civis que soubessem pilotar e que pudessem ser incorporados à aviação militar em caso de necessidade. Para facilitar a formação dessa grande reserva aérea de homens aptos a defender o Brasil, o Estado Novo ficou responsável pelo pagamento total ou parcial do custo das horas de voo nos aeroclubes e escolas particulares de aviação civil⁵⁷. Incentivou-se, também, a criação de agremiações formadas por jovens em aprendizagem de voo, iniciantes dando os primeiros passos na aviação.

Com o objetivo de dar mais um passo em prol da aviação civil do país, várias escolas incentivaram seus alunos a juntarem recursos monetários a serem aplicados na compra de aviões de treinamento avançado, destinados à formação de pilotos. Em discurso proferido no dia 28 de novembro de 1942, na cerimônia de batismo do avião “São Cristóvão”, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, agradecia aos professores e alunos da Escola Brasileira de São Cristóvão por terem realizado uma campanha para aquisição daquele avião, desejando que o exemplo se espalhasse para todas as instituições educacionais do Brasil⁵⁸.

Toda essa preocupação do governo Vargas de aproximar a juventude escolar brasileira à questão da aviação está claramente presente no discurso de nome sugestivo, “O avião como educador”, pronunciado por Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1941, na solenidade de batismo do avião “Engenheiro Frontin”, ocorrida no aeroporto Santos Dumont. Para o ministro da Educação e Saúde, o avião é um educador da juventude, na medida em que a esfera aeronáutica pode demonstrar aos jovens práticas de virtudes fundamentais exigidas pela pátria:

O avião é um educador. O avião pode formar, no coração da juventude, os nobres atributos da resistência (...). Na vida moderna, o avião é antes de tudo um professor de bravura. Mas, sabemos que a bravura não raro pode degenerar em temeridade e, por isso, utilizar o avião é não somente adquirir a virtude da bravura, mas também aprender a virtude da prudência. Portanto, o avião é também um professor de prudência. Educador da prudência e da

⁵⁶ Tal expressão foi empregada pelo jornal *A Manhã* em matéria que apresentava o crescimento vertiginoso de aeroclubes pelo Brasil. “Aero-clubs existentes no Brasil”. Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 13 de agosto de 1941. P. 13.

⁵⁷ “Asas e motores”. Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro, sábado, 09 de agosto de 1941. P. 13.

⁵⁸ “O avião São Cristóvão”. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Capanema, G. 1942.11.28, microfilme rolo 7 fot. 692 a 695. FGV/CPDOC.

bravura é, assim, o avião professor das grandes virtudes humanas, essas duas grandes virtudes (...). O avião é um professor de velocidade. A vida moderna exige dos homens o sentimento de velocidade (...). O avião ensina a pressa, porque significa que vem introduzir na alma moderna um novo aspecto da perfeição, que é o sentimento da rapidez e da velocidade⁵⁹.

Obviamente, todo esse projeto prioritário voltado para desenvolver a aviação brasileira acabava por resvalar na figura de Santos Dumont, que obteve enorme projeção, sendo usado para comprovar o caminho promissor do Estado Novo ao organizar a aviação brasileira. Procurando indícios dessa aproximação, pretendida pelo governo Vargas, entre os jovens e a figura de Santos Dumont, a partir do momento em que a questão da aviação civil e militar se apresentava como uma das pautas mais importantes para o presente e para o futuro do Brasil, chegamos a uma série de ações culturais empregadas nesse sentido, da qual apresentaremos alguns exemplos.

A celebração de *A Hora da Independência*, montada para ser uma festa grandiosa, foi a principal concentração cívico-musical do Estado Novo. Acompanhando o repertório de canções patrióticas escolhidas para serem entoadas pelos jovens sob o comando de Villa Lobos e destinadas a promover o amor pela pátria e o orgulho de pertencer à nação, ao longo dos anos de duração do evento, 1936 a 1945, pode-se perceber a introdução, apenas na década de 1940, da canção “Santos Dumont”, que não fazia parte do repertório inicial do evento, marcado por músicas como “Luar do Sertão” e a marcha “Sete de Setembro”. Registra-se que em 1943 e 1944, durante *A Hora da Independência*, 20.000 pessoas cantaram “Santos Dumont”⁶⁰.

Essa mesma canção havia sido cantada um ano antes, em 23 de outubro de 1942, por alunos de escolas secundárias e primárias, provenientes dos Colégios Militar e Pedro II, além de instituições particulares e outras corporações de estudantes, na inauguração do monumento erigido no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, em homenagem ao brasileiro considerado o “pai da aviação”. Tal música, de autoria do compositor popular Eduardo das Neves, foi produzida no começo do século XX por ocasião das primeiras experiências bem-sucedidas de Santos Dumont, que lhe deram projeção. Agora, na década de 1940, o maestro Heitor Villa Lobos recupera a canção e elabora um novo arranjo voltado para o canto

⁵⁹ “O avião como educador”. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Capanema, G. 1941.09.17, microfilme rolo 7 fot. 661/2 e 665/2. FGV/CPDOC. O discurso completo está compreendido do fotograma 660 ao 665.

⁶⁰ Para uma análise da cerimônia cívica *A Hora da Independência*, ver: PARADA, 2009. A informação sobre a canção “Santos Dumont” encontra-se na página 64.

orfeônico. Abaixo, reproduzimos a letra, que repetida exaustivamente nas escolas seria introjetada na memória dos pequenos brasileiros:

A Europa curvou-se ante o Brasil
E clamou parabéns em meigo tom
bis { Brilhou lá no céu mais uma estrela
bis { Apareceu Santos-Dumont

||

Salve estrela da América do Sul
Terra amada do índio audaz guerreiro
bis { A glória maior do século XX
bis { Santos Dumont, um brasileiro⁶¹.

Para encerrar, dois eventos ocorridos, respectivamente, em 1942 e 1944, procuraram coroar definitivamente Santos Dumont como herói nacional: a construção de sua estátua na cidade do Rio de Janeiro e a aparição pública de seu coração, que foi doado ao Ministério da Aeronáutica. O lançamento da pedra fundamental de construção do monumento a Santos Dumont ocorreu em 23 de outubro de 1941, e exatamente um ano depois, em 23 de outubro de 1942, a escultura, de autoria do escultor Amadeu Zanni, foi inaugurada no Aeroporto Santos Dumont. Da mesma maneira que os muitos exemplos já apresentados, o público alvo dessa celebração também foram os jovens. O próprio programa oficial do evento, distribuído aos presentes, reconheceu isso ao ter sido selecionado e incluído em uma de suas páginas um trecho da biografia *Santos Dumont, o pioneiro do ar*, que A. Brigole havia produzido: “É à sua memória [de Santos Dumont] que toda a mocidade do Brasil deve dedicar-se, porque ele sempre depositou na mocidade a maior confiança”. Inclusive, atribuiu-se à juventude escolar brasileira um papel central no andamento da cerimônia. Coube aos alunos do externato do Colégio Pedro II entoar cânticos orfeônicos sob a regência da professora Maria Paulina Lopes Patureau.⁶²

Se a ereção do monumento tinha principalmente a função de eternizar as proezas do inventor do avião, a aparição do seu coração prioritariamente buscava mexer com a emoção e o sentimento dos brasileiros. Durante as comemorações da “Semana da Asa”, em 24 de outubro de 1944, na sede do Aeroclub do Brasil, no Rio de Janeiro, foi realizada a cerimônia de entrega do escrínio contendo o coração de Santos Dumont pelo presidente da empresa Panair do Brasil, Paulo Sampaio, ao ministro da Aeronáutica, Salgado Filho. Paulo Sampaio, segundo relatou em entrevista à imprensa, obteve o coração pouco tempo depois de este ter

⁶¹ “Inauguração do Monumento a Santos Dumont”. Programa distribuído no dia 23 de outubro de 1942. Um exemplar encontra-se em: Arquivo do IHGB/Fundo Roberto Macedo. Classificação: 198.4.6.n.6.

⁶² Inauguração do Monumento a Santos Dumont..., 1942

sido retirado do corpo de Santos Dumont, por médicos paulistas por ocasião da autópsia, em 1932, e por eles conservado em um globo de cristal. Durante a cerimônia, diante de autoridades governamentais, oficiais da FAB e aviadores civis, a preciosa relíquia, conservada por uma empresa particular, teria a partir daquele momento um destino que se queria grandioso: o de ser guardada pela nação brasileira⁶³.

Como apontado por Catroga, ao analisar ritual parecido, de um culto cívico dos mortos voltado à figura de D. Pedro IV, o coração possui uma carga simbólica significativa, primeiro por ser considerado a parte mais nobre do corpo; segundo por remeter, em um país de forte tradição católica, a uma espécie de secularização do culto do “sagrado coração de Jesus” (CATROGA, 1999, p. 177.). No caso do coração de Santos Dumont, há um claro interesse de se buscar, com a sua aparição pública, sensibilizar a população do país, de esmagadora maioria católica, e manter no local destinado ao seu repouso, a Escola de Aeronáutica, um centro cultural para todos os ingressantes na Força Aérea Brasileira, enquanto aguardava o destino final: um futuro Museu da Aeronáutica⁶⁴.

Todas essas políticas culturais devem ser compreendidas, portanto, dentro de um grande projeto do governo Vargas, elaborado na década de 1940, de valorização da aviação brasileira e de culto a Santos Dumont. Em um momento de guerra, era preciso preparar um “exército” de reserva, aumentando o número de jovens pilotos civis dispostos, caso necessário, a juntarem-se às fileiras da aviação militar. O crescimento do culto a Santos Dumont estimularia esse interesse pela navegação aérea, tão importante para a defesa do Brasil. Porém, mais do que isso, a sua imagem simbolicamente trazia a certeza de sucesso nas investidas contra o nazi-fascismo. A aviação da Itália e da Alemanha até teriam se desenvolvido muito nos últimos anos, mas a brasileira possuía algo que aquelas nunca teriam: a tradição aeronáutica herdada do pioneiro do ar. O passado de glórias serviria como espelho para um futuro semelhante.

Fontes

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea – CPDOC

- Arquivo Gustavo Capanema
- Arquivo Valdemar Falcão

⁶³ Ver: “A entrega do escrínio contendo o coração de Santos Dumont, ontem, no A. C. B.”. *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 25 de outubro de 1944. P. 10; e “Gênio e coração”. *Jornal A manhã*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 26 de outubro de 1944. P. 5.

⁶⁴ “A entrega do escrínio contendo o coração de Santos Dumont, ontem, no A. C. B.”. *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 25 de outubro de 1944. P. 10.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

- Arquivo/Fundo Paulo de Frontin
- Arquivo/Fundo Roberto Macedo

Jornal *A Manhã* (1941 e 1944).

- “A entrega do escrínio contendo o coração de Santos Dumont, ontem, no A. C. B.”. *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 25 de outubro de 1944. P. 10;
- “Gênio e coração”. *Jornal A manhã*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 26 de outubro de 1944. P. 5.

Revista Nacional de Educação (1932-1934)

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV, Verbete: FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB).

BRASIL. Decreto-Lei n.º. 2.961, de 20 de janeiro de 1941. Cria o Ministério da Aeronáutica.

_____. Decreto-Lei n.º. 3.302, de 22 de maio de 1941. Dá nova denominação às Forças Aéreas Nacionais e aos seus estabelecimentos.

Referências bibliográficas

FALCONI, Paulo Gustavo. *Aviação naval brasileira: rivalidades e debates (1941-2001)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: UNESP, 2009.

FRAGA, André Barbosa. *Os heróis da pátria: política cultural e História do Brasil no governo Vargas*. Dissertação de mestrado em História. Niterói/RJ: UFF, 2012.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. “As origens da EMBRAER”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n.1, 2005.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2009.

Linguagens do republicanismo no jornalismo de Hipólito da Costa: o *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa (1809-1810)*

André Pedroso Becho

Doutorando em História das Culturas Políticas
Universidade Federal de Minas Gerais
andrebecho@yahoo.com.br

RESUMO: Nesse ensaio, pretende-se analisar a presença do pensamento republicano no jornalismo político do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa. Optamos pela análise de uma série de sete artigos publicados entre agosto de 1809 e maio de 1810, sob o seguinte título geral de *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa*. Dessa forma, pretendemos aprofundar um pouco a compreensão das bases intelectuais que permearam o discurso político do redator.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Republicanismo; Cortes portuguesas.

ABSTRACT: This essay intended to analyze the presence of republican thought on the political journalism of Hipólito José da Costa's *Correio Braziliense*. It was opted to do an analysis of a series of seven articles published between August 1809 to May 1810, under the general title *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa*. In this manner, is intended to deepen the comprehension of the intellectual bases that permeated the political discourse of the editor.

KEYWORDS: Press; Republicanism; Portuguese courts.

Os estudos sobre o pensamento republicano no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, não apenas a partir da análise de suas diferentes matrizes, mas também das formas pelas quais o léxico republicano foi lido, apropriado e, em alguns casos, inserido de novos significados ao longo de nossa história política. Como demonstra Newton Bignotto (2013), um dos fatores motivadores dessa releitura do republicanismo tem sido o fato de que, questões fundamentais do pensamento republicano, como a participação política e a cidadania ativa, são capazes de ajudar na compreensão de aspectos importantes das sociedades democráticas contemporâneas.

Esses debates tem permitido a compreensão de que diversas vertentes do republicanismo desembarcaram no Brasil, em contextos distintos, tendo influenciado na especificidade da construção política brasileira. Em estudo recente, a historiadora Heloísa

Starling⁶⁵ analisou o uso do vocábulo “República” na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII, sustentando a hipótese de que, já no final do século XVIII, é possível identificar uma linguagem política do republicanismo que se desenvolveu e foi elaborada no território da colônia não só no plano da ordenação de ideias e constituição de um vocabulário, mas também no âmbito de práticas simbólicas e da imaginação. O ineditismo dessa análise abre novas possibilidades de diálogo, a partir da constituição desse imaginário político Republicano no Brasil, em fins do setecentos, com o pensamento republicano que tomaria forma em outros importantes momentos constitutivos de nossa história política no oitocentos: as discussões e debates na cena pública e na imprensa a respeito da Independência do Brasil (NEVES, 2003); o primeiro reinado e o período das regências (MOREL, 2005); e o movimento republicano formalmente organizado das décadas de 1870 e 1880 (CARVALHO, 1990; ALONSO, 2002).

No caso desse ensaio, pretende-se analisar a possível presença e influência do ideário republicano no jornalismo político do *Correio Braziliense*, de autoria de Hipólito José da Costa, um dos principais periódicos a circular no Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX. Devido a grande quantidade de temáticas e discussões presentes nos 175 fascículos de seu jornal, que não poderiam ser todas abordadas no escopo desse ensaio, escolhemos uma série de artigos redigidos por Hipólito da Costa, publicados entre agosto de 1809 e a sétima e maio de 1810, sob o seguinte título geral: *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa*. Com a análise desses artigos procuramos aprofundar um pouco a compreensão das bases intelectuais que permearam o discurso político do redator do periódico em questão.

Primeiras considerações: o *Correio Braziliense* e seu editor

O *Correio Braziliense*, apesar de ser impresso em Londres, constituiu-se em uma grande novidade, por ser o primeiro jornal livre do cerceamento da censura, escrito em português e claramente direcionado para um público leitor com base na América portuguesa. O editor do *Correio*, ultrapassando, com o emprego da crítica, a simples compilação de fatos, acrescentava as suas reflexões sobre os principais assuntos, unindo os registros do fato a uma análise da notícia. Segundo ele, era um meio de alertar o leitor para a “verdade dos fatos”, informando-a aos contemporâneos (CB, vol. I, n.7, p.594-596).

Para a compreensão da prática jornalística de Hipólito da Costa é importante analisar a sua trajetória. Nascido na colônia de Sacramento, na Cisplatina, ele se formaria bacharel em

⁶⁵ Tese apresentada no concurso para *Professor Titular* do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais, aprovada com méritos em primeiro lugar. Os resultados serão apresentados em livro a ser publicado.

direito e filosofia na Universidade de Coimbra. A partir daí, teria uma trajetória de alguns anos como representante do Estado português nos Estados Unidos e, posteriormente, na Inglaterra. Por sua adesão à Maçonaria, ele enfrentou três anos de prisão em Portugal, quando, em agosto de 1805, conseguiu escapar para Londres, onde conseguiu proteção do Conde de Sussex, com que se relacionara anos antes (ver: LUSTOSA, 2003, p.15-60). Dessas experiências, interessa-nos destacar que ele teve contato com diferentes ideias e culturas, que lhe permitiram manejar um universo conceitual diferenciado nas suas reflexões sobre o Império português. Nesse sentido, apesar de ter angariado fama com o jornal, as origens de algumas de suas práticas e ideias políticas já estavam em desenvolvimento antes mesmo de sua atuação como jornalista.

De seu refúgio na Inglaterra, ele encontrou as condições ideais para publicar seu periódico e discutir temas relativos a Portugal e Brasil. Lá, ele poderia tomar as rédeas de seu jornal, não apenas por estar no centro do mundo comercial de então – o que lhe permitia abrangente acesso a um sistema mundial de circulação de ideias e notícias, do qual seu periódico viria a fazer parte –, mas também pelo fato de se encontrar livre da censura.

Dentre o repertório político e intelectual certamente cosmopolita a que Hipólito estava a ter contato, vale destacar, em primeiro lugar, seus quase três anos de estadia nos Estados Unidos. O estudo da historiadora Thais Buvalovas (2011) sobre a viagem de Hipólito aos Estados Unidos, publicado recentemente, traz a análise de uma série de fontes que demonstram sua ligação com a Maçonaria, onde estabeleceu redes de sociabilidades com diferentes grupos, especialmente “republicanos Jeffersonianos”, adeptos do autogoverno e da autonomia em relação ao poder central, numa das vertentes que se desenvolveriam no interior da matriz republicana norte-americana (STARLING, 2013, p.231-314). Apesar desses contatos, é essencial frisarmos que o editor do *Correio* sempre se colocou como defensor da unidade do Império português e de uma maior centralização do poder político no monarca e em seus ministros. Nesse sentido, o uso do termo *federalismo* não foi chave em seu vocabulário político.

É importante destacar que a nação norte-americana teria presença constante no noticiário do *Correio*, principalmente com a publicação de alguns documentos oficiais que poderiam servir de repertório e fonte de informações para os leitores que acalentavam ideal republicano. Um exemplo interessante foi a publicação, em 1809, da “Oração inaugural de Mr. Madison” (CB, vol. II, n.9, p.385-389), discurso de posse do presidente James Madison. Nesse discurso, o presidente faz menção ao papel de neutralidade da “justa República” frente

aos conflitos europeus, que tem “na União dos Estados, base de paz e felicidade”, assim como é necessário “respeitar a constituição, que é o vínculo da União” e a preservação dos “direitos particulares e pessoais, e da liberdade de imprensa”. Além desses pontos, afirma que “uma milícia armada e exercitada é o mais firme Baluarte dos Governos Republicanos, que, sem exércitos permanentes nunca a sua liberdade pode estar em perigo; assim como nunca pode estar segura com grandes exércitos” (CB, vol. II, n.9, p.385). É interessante observar que tal passagem faz menção ao método do “exército de cidadãos” de Maquiavel, descrito em *O Príncipe* (1996). Ao deslocar a discussão acerca da liberdade para o terreno da vida política das cidades, Maquiavel preconizava que um exército permanente poderia ser utilizado para atender os desejos de um grupo, tornando-se instrumento de opressão ao povo. Dessa forma, valorizava a ideia de uma milícia cidadã, onde cada indivíduo assumiria seu papel de agente político enquanto guardião da liberdade. Essa ideia apareceria novamente em várias edições do *Correio*, nas quais Hipólito versaria sobre a situação futura das tropas portuguesas após o fim dos conflitos europeus, mostrando em seu pensamento alguns pontos caros a matriz italiana do republicanismo.

Outro exemplo dessa gama de possibilidades presentes nas páginas do *Correio* foi à publicação do artigo *Fala a favor da liberdade de Imprensa dirigida ao Parlamento da Inglaterra* (CB, vol. IV, n.24, p.616-639), cuja autoria é informada pelo redator como sendo de Milton, importante pensador e panfletário de ideais republicanos, com participação ativa na *Commonweath* e que contribuiu para o legado do republicanismo inglês. Nesse documento Milton tece críticas às instituições da censura, da inquisição e da Igreja Católica, além de promover veemente defesa da liberdade de imprensa, inclusive para a conformação do caráter virtuoso dos indivíduos. Podemos perceber essa posição na seguinte passagem do texto:

AQUELES, que aos Estados, e Governadores da república dirigem a palavra, sublime função do Parlamento! Ou que, por sua condição privada, não tendo aquele acesso, escrevem o que julgam ser útil ao bem público; (...)

A qual, ainda que não esteja disposto a confessar, seria irrepreensível, se não fosse outra mais que a alegria, e satisfação, que ela [liberdade de imprensa] traz a todos aqueles que desejam e promovem a Liberdade do seu país; (...) Não é pois a liberdade que nós apeteçemos, que não haja motivo de queixa na república, o que é impossível ao homem esperar neste mundo; mas quando as queixas são livremente ouvidas, seriamente consideradas, e prontamente reformadas, tem-se atingido o último grão de liberdade civil, que os sábios procuram (CB, vol. IV, n.24, p.479-480).

Assim, é importante verificar que a prolongada estadia de Hipólito em Londres, foi muito benéfica ao conteúdo de seu periódico, principalmente pela liberdade de imprensa e

acesso a informações privilegiadas. Além disso, a estrutura política inglesa, baseada em um governo da lei, que garantia as liberdades individuais e o bem comum, assim como os ideais do liberalismo político também lhe serviam de modelo e eram agregados a seu repertório intelectual e jornalístico, tal qual o fora o texto de Milton, citado acima.

Antes de passarmos propriamente para a análise dos artigos, devemos elucidar que o *Correio* é uma importante fonte para o estudo do vocabulário e linguagem política da época, pois além de ser o jornal de maior circulação no mundo luso-brasileiro naquele momento, fora editado e publicado na Inglaterra, fora da sombra do controle da censura do Estado português e próximo de um dos maiores centros econômicos e de circulação de ideias do continente europeu.

Estudo de caso: a linguagem do republicanismo na série de artigos *Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa*

Não deixa de chamar a atenção o fato de que, apesar de Hipólito defender a unidade do Império luso-brasileiro, evitando assim, ataques à figura do rei D. João VI, podemos encontrar nas páginas de seu periódico, especialmente nas seções *Política e Miscelânea* – que concentram boa parte dos artigos críticos do autor –, ideias e valores caros ao pensamento republicano. Porém, em nenhum momento ele faz referência direta ao vocábulo “República”, o qual evita até mesmo nos artigos em que vem a discutir a independência de regiões da América espanhola ou a formação de uma República no movimento revolucionário de 1817, em Pernambuco. O termo aparece apenas em documentos e trechos copiados pelo redator de outras fontes.

Como forma de aprofundarmos na análise dessa linguagem republicana presente em seu discurso político, vamos nos atentar ao estudo de uma série de sete ensaios, publicados entre 1809 e 1810, pouco depois da chegada da Corte ao Brasil, em que o autor propõe fazer um estudo comparativo entre a forma política e as constituições portuguesa e inglesa.

O primeiro ensaio da série foi publicado pelo redator no fascículo de agosto de 1809 (CB, vol. III, n.13, p.175-184), na seção *Miscelânea*. Nele, Hipólito da Costa expõe seu principal objetivo ao longo desses ensaios: “mostrar a excelência da constituição portuguesa” perante os continuados ataques que, segundo ele, eram promovidos por estrangeiros ao caráter da nação. Apesar de afirmar que a maior parte desses ataques eram calúnias, ele credita a alguns deles fundamento, que procura justificar com base nas próprias críticas que tecia sobre o contexto português. Em primeiro lugar, ele concorda com a crítica a “escravidão” em quem tem estado a imprensa em Portugal, por causa da atuação da censura e do controle direto das

tipografias. Diz concordar também, com a crítica à acumulação de poder em torno da Coroa, o que afirma ser, inclusive, ilegal. Porém, deixa claro que Portugal obrou feitos grandiosos e que possuía uma “Antiga” Constituição Política, “que apenas em alguns pontos tem a ceder à Constituição Inglesa, que a Europa iluminada tanto admira”. Para ele, a diferença entra a situação portuguesa e a inglesa, foi que esses últimos tinham como grande virtude que, “havendo eles recebido de seus antepassados uma constituição livre, livre a tem mantido para a transmissão não só pura, mas melhorada à sua posteridade” (CB, vol. III, n.13, p.176).

Para Hipólito, o grande problema em todas as nações do mundo é que o partido governante sempre se inclinou buscar a concentração de poderes, que leva ao despotismo, por duas razões específicas: em primeiro lugar, pela “ambição e vaidade de governar absolutamente, sem restrições”; em segundo lugar, pela dificuldade que há em governar “um povo livre” (CB, vol. III, n.13, p.176), que tendo a liberdade de questionar os motivos e a conduta do governo, exigem que os indivíduos a frente desse governo demonstrem virtudes e qualidades que se fazem desnecessárias no governo despótico. Nessa última forma de governo, estabelecesse a máxima de que, quem governa, merece sempre obediência, mesmo que não possua as virtudes necessárias para a atuação na cena pública. Ele conclui essa linha de raciocínio destacando que, na Inglaterra, ao longo de sua história, os ingleses lutaram para manter a sua “feliz Constituição do reino”, que evitava a usurpação de poderes e a manutenção da liberdade. O mesmo não se estendia, em sua visão, a Portugal, pois era demasiada a ignorância dos povos desde a introdução da Inquisição, assim como a falta de patriotismo dos indivíduos, que “antes preferiam o repouso dos escravos, aos incômodos e perigos necessários à manutenção de uma liberdade bem entendida” (CB, vol. III, n.13, p.177). Faltava portanto, na visão de Hipólito a virtude política, necessária para o governo tendesse a busca do bem comum.

Percebendo o rumo de suas críticas ao despotismo e criticando abertamente o acúmulo de poder que ocorria em Portugal, Hipólito reforça várias vezes, nesse mesmo ensaio, a ideia de que a obediência e o respeito ao soberano são um dever sagrado, cujo desrespeito a regra constituía-se num ataque direto à “própria nação” e ao centro de poder político, no maior crime que, em sua opinião, pode ocorrer em um Estado, levando à anarquia. Portanto, para ele “é tão indigno de um homem honrado faltar o respeito devido ao governo, como é injurioso a nação sofrer os abusos de poder, que as leis ajudam a remediar” (CB, vol. III, n.13, p.178). Nessa mesma linha de raciocínio, ele aponta para as vantagens conquistadas pelo respeito à Constituição, no caso inglês: liberdade de expressão, a possibilidade da participação ativa de

todos os indivíduos nos negócios do governo, a submissão do poder militar ao poder civil e a restrição ao poder do governante, que acabam garantindo-lhe a manutenção de longo prazo no poder.

Hipólito termina esse ensaio iniciando a discussão e comparação que vai se estender ao segundo artigo – publicado em setembro de 1809 –, sobre as bases históricas da fundação das Monarquias inglesa e portuguesa (CB, vol. III, n.16, p.303-311). Após tecer um amplo panorama histórico da formação da monarquia em Portugal com D. Affonso Henriques, e na Inglaterra, com Guilherme o Conquistador, ele tece algumas conclusões muito interessantes e que serão importantíssimas para a compreensão de sua chave analítica nos próximos ensaios. Em primeiro lugar, discute a ideia de que a origem do governo português se achava num pacto expresso entre o rei e o povo, “que descansados com a legalidade de seu governo, e até com a bondade do rei” (CB, vol. III, n.13, p.311), não se sentiram na necessidade de criar ferramentas que os protegessem de possíveis abusos de poder. Já no caso da formação da Monarquia inglesa, para ele, a ilegalidade e violência utilizada por Guilherme despertou a atenção dos povos de tal maneira, que os ingleses passaram a vigiar cuidadosamente as ações do governo, estabelecendo, sempre que possível, maneiras de limitar o seu poder. Dessa forma, a violência da origem desse governo acabou originando a pressão popular por regulamentos a favor da liberdade da nação, tal qual a *Carta Magna* (CB, vol. III, n.13, p.310). Portanto, nesse regime as leis são resultado dos princípios que organizavam a comunidade política, sendo postas acima de todos, defendendo essa comunidade de interesses e desejos particulares.

Ao descrever o momento de fundação política desses dois países, percebemos como Hipólito de aproxima do ideal Republicano, pois, tal qual ele procura fazer em seu texto, este exige a descrição de uma sucessão de atos heroicos, somados a uma abdicação contínua por parte dos cidadãos em prol do reconhecimento da legitimidade e sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade política. Nesse sentido, vale a pena citar na íntegra, a explicação de Hipólito para o que compreendia enquanto legitimidade de um governo:

O desejo da independência e da insubordinação é de tal maneira inerente ao coração do homem, que só uma madura reflexão dos benefícios que podem resultar do estado de sociedade, nos obrigaria a sujeitar o governo de outrem. É logo de primeira necessidade, para que os homens vivam de boa vontade sujeitos ao seu governo, não só que reconheçam os benefícios que dele resultam, mas que estejam persuadidos da legitimidade, e bons fundamentos, e do direito de quem governa. (CB, vol. III, n.13, p.303).

Para ele, portanto, era com o reconhecimento da legitimidade do poder de quem governava, pelo continuo consentimento da nação, que se tinha a origem do governo de um

povo. A sanção dos povos a esse governo ganharia, assim, o vigor de um direito consuetudinário, que seria muito importante, como veremos a seguir, na Antiga Constituição Política portuguesa.

No artigo seguinte, publicado em outubro de 1809 (CB, vol. III, n.17, p.371-383), Hipólito vai discorrer longamente sobre as formas de governo que se consolidaram em Portugal e na Inglaterra. Curiosamente, ele procura descrevê-las como monarquias hereditárias e absolutas, mas quando passa para a descrição do poder legislativo e limitador do *Parlamento* na Inglaterra, procura igualá-lo a atuação das *Cortes portuguesas*, que impunham limites convenientes à atuação política do rei, mas pelo costume e não pela instituição de regulamentos escritos, como a *Magna Carta*, no caso inglês. São muito interessantes as colocações do redator nas últimas linhas do ensaio, que define como uma máxima política, indicando seu pensamento a respeito dos governos democráticos, ou dito populares: “deve-se fazer tudo a bem do povo, mas nada deve ser feito pelo povo” (CB, vol. III, n.17, p.383). Em parte, essa visão de Hipólito ancorasse na própria leitura que o mesmo fazia da República Jacobina na França, pois acusava “o Governo popular” de causar as agitações e males que afligiam a França e os demais países europeus, pois somente lançavam “sementes às revoluções” (CB, vol. IV, n.21, p.214).

Em seu penúltimo artigo (CB, vol. IV, n.20, p.77-85), publicado em janeiro de 1810, Hipólito reforça ponto de vista anterior de que “o poder dos reis é limitado, e com muitíssima razão o deve ser”, pois mesmo que tendo sempre em vista a devoção a causa pública, pode acabar tomando gosto pelo excesso de poder, abrindo brechas pelas quais viria depois a tirania. Nesse sentido, ele dedica todo o artigo a comparação das precauções tomadas em Portugal e na Inglaterra para a preservação da Constituição do Estado contra os efeitos do poder. No caso inglês, destaca uma série de restrições constitucionais ao poder real, mas chama a atenção para o fato de que estas restrições ainda seriam nulas se “o povo não conservasse em sua mão um poder eficaz, para fazer com o rei se conformasse com esses regulamentos, ainda no caso de que a sua vontade o inclinasse a obrar contra eles” (CB, vol. IV, n.20, p.80). Nesse caso, dois dos meios apontados pelo autor interessam diretamente a nossa análise: o fato de que cabe ao poder dos Comuns a definição e cobrança dos impostos, o que retirava do rei a prerrogativa de sustentar ao seu próprio governo; e a proibição da formação de um exército permanente, o qual fosse pago e convocado diretamente pelo parlamento, normalmente em contexto de guerra. Para Hipólito, numa releitura dos preceitos de Maquiavel acerca da cidadania armada, já discutida anteriormente, a restrição a respeito

das forças militares é de utilidade reconhecida, frente a vários exemplos na história em que, por meio de tropas mercenárias, “tem os soberanos destruído a liberdade das nações” (CB, vol. IV, n.20, p.81).

No caso de Portugal, ele aponta para a Antiga Constituição Política de Portugal, em que as Câmaras, Conselhos e Cortes, já existentes antes do primeiro rei, possuíam poder legítimo de limitar a atuação do monarca e, em alguns casos, de serem autônomos perante as decisões do monarca. Para Hipólito, as Câmaras eram instituições “absolutamente populares”, contando com pessoas do povo, eleitas por eles mesmos. Estas tinham direitos e meios de sustentar-se, podendo convocar a si próprios para discutir os negócios da nação e fazer representações ao rei ou instruir seus deputados nas Cortes (CB, vol. IV, n.20, p.84-85). Dessa forma, segundo o redator, era que os reis vinham a ser legitimamente informados da vontade do povo, pois era assim que o soberano “argumentando com os representantes de seus súditos, não só os obrigava a obedecer em virtude da autoridade régia, mas também os estimulavam a cooperar, satisfeitos com as medidas do rei, convencidos por argumentos de sua utilidade” (CB, vol. IV, n.20, p.85).

Não podemos perder a chance de comparar, a partir dos ensaios de Hipólito, a estrutura das Câmaras portuguesas que ele descreve acima, com as suas congêneres instaladas nas diversas localidades do Império colonial português. Em sua essência, elas se aproximam em suas funções, voltadas a garantia da manutenção das capacidades locais de governabilidade, da gestão do espaço público e da vida na cidade e, de certa forma, na garantia de canais de negociação e comunicação entre: no caso português, os poderes locais e o rei; e, no caso das Câmaras na colônia, dos poderes locais com a figura da metrópole. Porém, a transposição das estruturas camarárias para as colônias expressou também mudanças significativas, especialmente no tocante aos limites de sua autonomia e até mesmo de autogoverno. No caso da descrição de Hipólito, as Câmaras em Portugal, em um período anterior, dispunham de competência e escopo de ação política mais amplo, especialmente em conjunto com as Cortes, enquanto nas colônias a área de atuação e as competências das Câmaras eram mais restritas. Por fim, a finalidade das ações das câmaras em Portugal, visando sempre o bem comum dos cidadãos, se aproxima da hipótese da historiadora Heloísa Starling, que em estudo já referido acima, aposta que é a existência de um conjunto de leis, somadas à autonomia (limitada) das câmaras coloniais, que permitiam a elas uso do vocábulo “República” (referindo-se sempre a gestão do bem comum).

No último ensaio da série, Hipólito da Costa procura concluir sua análise, reforçando a prerrogativa de que em Portugal persistia um costume antiquíssimo, entendido como lei fundamental, de que as Cortes deveriam ser consultadas pelo rei no caso de decisões importantes, como a cobrança de impostos, em que o consentimento do povo era essencial. Segundo Hipólito, nesse costume as resoluções das Cortes não eram simples pareceres, ou conselhos dados ao rei, mas “decisões formais, fundadas em deliberações”. Dessa forma, era reconhecido o exercício de uma autoridade legítima das Cortes, o que distanciava esse modelo político de uma simples monarquia despótica. Porém, é difícil identificar nessa constituição política portuguesa uma ordem formal capaz de garantir que aqueles que mandam também obedecem as leis, o que protegeria essa comunidade do abuso de poder e dos interesses particulares. Hipólito parece, em alguns momentos reconhecer esse vazio, devido a imprevisibilidade do costume perante as motivações pessoais dos governantes.

Como ele mesmo afirmaria, em ensaio anterior, os portugueses deveriam se mostrar satisfeitos com a forma de governo que possuíam, pois ela “não só é boa, mas é superior a maior parte das outras que existem na Europa” (CB, vol. III, n.19, p.622). Dessa forma, ele justifica o paralelo com a Constituição Inglesa, considerada por muitos a melhor do continente e, por isso, a referência a qual justificaria a comparação que teceu nos ensaios. Para ele:

Devem, pois, os portugueses respeitar e estimar o monarca, como a pedra fundamental de sua sábia constituição; o menor abalo a esta pedra, só pode produzir a ruína de tão belo edifício: a veneração e obediência ao soberano é o modo mais eficaz de conservar a felicidade da nação; o respeito as leis é o único caminho para se chegar a gozar da liberdade civil.

Os reis de Portugal, concordando com a nação na promulgação de leis, que só tendiam a limitar o poder dos grandes e poderosos, sem a excetuar nem mesmo o monarca, mostram que eram portugueses de coração; (...) deveria ser respeitado como primeiro cidadão por suas virtudes cívicas, obrando a benefício de seus compatriotas (CB, vol. III, n.19, p.622-623).

Portanto, podemos concluir que na visão de Hipólito, o problema não estava nem na forma de Governo portuguesa e nem em sua Constituição, mas na falta de virtude política dos líderes, o que acabava desembocando na corrupção desse sistema. Como demonstrava Políbio, em sua Doutrina da Corrupção, não existe sistema bom para sempre, sendo todos fadados aos vícios que surgem na cena pública, que levam a degeneração de suas formas. Todavia, Hipólito não demonstrava ter perdido suas esperanças de que uma reforma no sistema monárquico poderia reverter esse quadro, com a absorção na burocracia estatal de “homens instruídos”, que fariam uso da virtude política em prol do bem comum da sociedade

portuguesa. Sobre esse assunto, ele afirma que “para o rei por em prática suas boas intenções é preciso que tenha instrumentos próprios”, que seriam os homens instruídos. Sem eles, acredita que o rei “nem terá com quem se aconselhe, nem quem execute as suas resoluções” (CB, vol. XI, p.924).

Com base no que foi dito acima, percebemos uma nítida diferença do modelo inglês em relação ao português, pois nele “segue o rei as formalidades que o Parlamento assenta, ficando unicamente reservado o detalhe da administração” (CB, vol. IV, n.24, p.478), o que é garantido por leis escritas e precauções tomadas para a garantia de que o desejo pelo poder acabasse levando a uma forma política despótica ou a uma Tirania. Nesse sentido, nosso autor concluiu que a diferença entre o constitucionalismo inglês e o português era que, os ingleses aproveitaram-se de cada crise política em que passou seu sistema para aperfeiçoar sua Constituição, ao contrário do faziam os portugueses. Essa leitura de Hipólito acerca do “governo das leis” (e não de homens) inglês reforça a hipótese de que nosso autor conhecia e promovia reflexões sobre valores importantes dentro da matriz republicana inglesa. Vale lembrar que, no caso inglês, cujas reflexões foram forjadas em um contexto de intensas disputas, o republicanismo seria qualificado mais como uma linguagem do que um programa ou forma política de governo. Dessa forma, a república se configurava num ideal que poderia existir em governos hereditários como o português, transformada na ideia do constitucionalismo.

Fonte Primária:

Correio Braziliense, de Hipólito da Costa. Todos os exemplares do periódico em:

Correio Braziliense ou Armazém Literário. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2001-03. (Ed. Fac-similar, 29 vols.).

Referências Bibliográficas:

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARROS, Alberto R. G. A matriz inglesa. In: BIGNOTTO, Newton. *As matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 127-174.

BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia (1798-1800)*. Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. da Costa. In: COSTA, Hipólito José. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, vol. XXX, Tomo I, Estudos, 2003, p. 15-60.

MAQUIAVEL, Nicolau. Tradução de Maria Lucia Cumo. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, 231-314.

As *Confissões* de Nelson Rodrigues e o jornal *O Globo*: o discurso anticomunista na grande imprensa durante a ditadura militar brasileira

Camila Barbosa Monção

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

camilabmoncao@hotmail.com

RESUMO: O jornal *O Globo*, durante o período da ditadura militar brasileira, foi um grande expoente da disseminação do discurso anticomunista na grande imprensa através de seus editoriais, reportagens, colunas de opinião e crônicas. As *Confissões* de Nelson Rodrigues, publicadas diariamente n'*O Globo* durante esse período, utilizam do humor para construir representações que reforçam não só o pensamento anticomunista, mas também o reacionário.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura; imprensa; representações; anticomunismo.

ABSTRACT: The Brazilian's newspaper *O Globo*, during the Brazilian military dictatorship, was a great exponent for the dissemination of the anticommunist speech in the press through their editorials, news articles, opinion columns and chronics. The *Confissões* of Nelson Rodrigues, published daily in *O Globo* during the dictatorship, uses humor to build representations that reinforce not only the anticommunist thought, as well the reactionary too.

KEYWORDS: dictatorship; press; representations; anticommunism.

O presente trabalho é resultado do projeto de pesquisa *A caricatura do poder na ditadura: as charges da grande imprensa e o regime militar (1964-1979)*, orientado pelo Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta. Como parte do projeto, estudo *O Globo*, importante jornal carioca que tinha considerável circulação nacional. Mesmo se colocando como um defensor dos valores liberais e democráticos, *O Globo* pode ser, entretanto, caracterizado por seu apoio quase incondicional ao golpe e ao governo militar, o que é constatado em editoriais referentes ao período que foram recolhidos e analisados. Curiosamente, observa-se que as colunas de opinião, reportagens e crônicas que compõe o jornal também convergem para esse mesmo posicionamento de apoio ao governo militar e propagação do discurso anticomunista.

Nesse sentido, é possível analisar as *Confissões* de Nelson Rodrigues, crônicas publicadas n'*O Globo* de 1967 a 1974. As crônicas aqui são entendidas como um gênero literário ambíguo que trabalha nos limites entre o jornalismo e a literatura, misturando livremente opinião pessoal do autor, futilidades e assuntos sérios, podendo transitar entre presente e passado (COSTA, 2007, p.14).

Em sua coluna, Rodrigues defende os valores e costumes tradicionais do pensamento de direita e, por consequência, defende o regime militar como a única forma de se combater o comunismo no Brasil. O apoio do escritor aos militares se justifica como a única opção viável para proteger o país da "ameaça comunista". No entanto, as contradições do seu posicionamento político aparecem quando ele se mostra um defensor da autonomia do indivíduo e contrário aos excessos de um Estado autoritário que, segundo ele, aparecem apenas na imposição de um pensamento hegemônico de esquerda.

Este trabalho busca, então, analisar as *Confissões* dentro de seu veículo de publicação, *O Globo*, em uma tentativa de compreendê-los como figuras relevantes na construção de um discurso que contribuiu para emergência e a permanência dos militares no poder. Busca-se, portanto, entender *O Globo* enquanto veículo de comunicação que divulga e dissemina valores de uma dada cultura política de acordo com o seu público leitor e com seus interesses particulares, sendo sempre o primeiro dependente do segundo e vice-versa. Assim, ao observar o posicionamento do jornal através de seus editoriais, é possível perceber a qual cultura política⁶⁶ ele pertence e, por isso, propaga⁶⁷. Ademais, tenta-se entender as *Confissões* como elemento que contribui para a formação do caráter do jornal ao compartilhar com ele de um mesmo posicionamento político-ideológico.

Visto isso, considera-se necessário conhecer a fonte analisada, o jornal *O Globo*, enquanto objeto de estudo da História. De acordo com a autora Tânia Regina de Luca, até a década de 1970 ainda era raro o uso de jornais como fonte para o conhecimento da história do Brasil. Já havia a preocupação em escrever a história da imprensa, mas não por meio da imprensa. O surgimento e a exploração pelos historiadores da chamada história das mentalidades permite o uso de objetos que vão além da história intelectual literária e da história social e econômica como fontes históricas. Entende-se aqui como história das mentalidades, ou história cultural, aquela que "(...) tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p.16-17). Assim, na análise do jornal *O Globo* das décadas de 1960 e 1970 percebe-se a propagação de um discurso que é parte de uma cultura política anticomunista, conservadora e liberal.

⁶⁶ Entende-se aqui cultura política como "(...) conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro" (MOTTA, 2009, p.21).

⁶⁷ "Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositalmente com tal fim" (MOTTA, 2009, p.24).

Assim, a coluna do Nelson Rodrigues vem contribuir para o discurso anticomunista e conservador d'*O Globo*. Este conservadorismo que Rodrigues apresenta nas *Confissões* pode ser um elemento contraditório em sua trajetória, visto que, nas décadas de 1940 e 1950, ele fica conhecido como "um autor teatral maldito, obscuro e tarado", além de ser sempre caracterizado como um gênio revolucionário de vanguarda (COSTA, 2007, p.9). Mas, algo perceptível no estudo da trajetória de Nelson Rodrigues são as contradições.

Em sua coluna, ele, sempre que teve oportunidade, condenou as ditaduras de esquerda, acusando-as de prejudicar a liberdade dos indivíduos em detrimento de um Estado autoritário. Entretanto, como dito anteriormente, Rodrigues defende a ditadura militar brasileira. O autor acreditaria no gesto individual e no abandono das ações coletivas como forma de se alcançar o que existe de mais "humano" (COSTA, 2007, p. 12), por isso condena o comunismo e o socialismo, pois estes modelos políticos retirariam toda autonomia do indivíduo (SOUZA, 2013, p.5).

A mudança de postura de Nelson Rodrigues nesse sentido conservador, se deu no início dos anos 1960, quando o escritor resolve assumir-se reacionário ao começar a escrever no semanário conservador "Brasil em Marcha" (COSTA, 2007, p.9).

Através de personagens caricaturais como o padre de passeata, a freira de minissaia, as viúvas de Guevara, o arcebispo vermelho⁶⁸, o escritor critica o posicionamento da Igreja Católica na política, especialmente em relação às ideologias de esquerda; critica também as atitudes consideradas libertárias, como as lutas relativas às mudanças de hábitos sexuais, familiares e religiosos. Percebe-se por parte do cronista, em suas *Confissões*, uma aversão a todo movimento ou atitude que rompesse com aquilo que fosse tradicional: desde o papel da Igreja enquanto instituição puramente religiosa até a formação "clássica" da família⁶⁹.

Nota-se, portanto, pontos de acordo entre os ideais do governo militar, d'*O Globo* e das *Confissões*: todos eles podem ser considerados expoentes de uma cultura política conservadora e anticomunista e, por isso, defendem posicionamentos que produzem sentidos para determinado setor da população, destaca-se aqui a classe média brasileira.

Nelson Rodrigues criticava as ideologias de esquerda por serem utópicas. Para ele, a ausência de possibilidade de colocar em prática essas ideias, impediria as esquerdas de

⁶⁸ Este último uma referência à Dom Hélder Câmara, muito criticado por Nelson Rodrigues.

⁶⁹ Ao dizer formação "clássica" da família faço referência ao modelo familiar tradicional, no qual considera-se apenas a união de indivíduos de sexos opostos e filhos, desconsiderando as famílias constituídas por pais ou mães solteiros ou formadas a partir da união de indivíduos do mesmo sexo.

obterem apoio popular. Dessa forma, ele se considerava um intelectual engajado de direita que pretendia ir na contramão do engajamento intelectual de esquerda, muito presente no período.

Porém, o autor se dizia um defensor das liberdades individuais. Por isso, criticava governos autoritários de esquerda por cercear essas liberdades. Contudo, não criticava o governo militar brasileiro. Sobre isso, arrisca-se aqui uma hipótese: as liberdades defendidas por Rodrigues são as liberdades atreladas ao regime capitalista, burguês. Logo, a defesa não é da liberdade, mas da concepção *dele* de liberdade. Essa sim estaria em risco em um governo comunista, mas não estaria em risco em um regime autoritário de direita, como foi a ditadura militar brasileira.

Visto isso, assim como as demais colunas de opinião d'*O Globo*, as *Confissões* fortalecem a cultura política liberal-conservadora e avessa às ideologias de esquerda. E, sendo este jornal de ampla circulação nacional, especialmente no Rio de Janeiro, busca-se estabelecer uma relação entre esses meios de comunicação de massa como formadores de opiniões favoráveis ao regime e a permanência, por tantos anos, dos militares no poder.

Certamente essa relação não é algo direto, de caráter maniqueísta, como se os indivíduos não fossem seres pensantes. Entretanto, até hoje é possível verificar o uso das informações veiculadas na grande imprensa como bases teóricas para a formação ou confirmação da opinião dos indivíduos que não pertencem ao meio acadêmico, as massas em sentido geral.

Sendo assim, talvez seja possível verificar uma relação entre o perfil do público leitor d'*O Globo*, majoritariamente formado pela classe média, que já tem, em sua formação, concepções ligadas ao anticomunismo e ao conservadorismo, com o conteúdo do jornal, que viria, então, com esse embasamento teórico que reafirma e dá novas informações a esse público. Essa reflexão retoma o que foi dito anteriormente sobre a via de mão dupla que se estabelece entre o veículo de comunicação que propaga dada cultura política e o seu público leitor, que ao mesmo tempo inspira e absorve a informação publicada.

Referências bibliográficas:

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Thiago Leite. *Confissões/Ficções de Nelson Rodrigues*. 100f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MENEZES, Renan Figueiredo. *O reacionarismo de Nelson Rodrigues a partir de seus textos mêmores-confessionais*. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de pós-graduação em Letras, São João del-Rei, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

_____. *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*. Revista Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Carolina Bezerra de. *Representações anticomunistas: as esquerdas brasileiras nas Confissões de Nelson Rodrigues (1967-1974)*. 153f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Confissões de Nelson Rodrigues: As representações políticas de um reacionário*. In: XV Encontro regional de história. Ofício do historiador: ensino e pesquisa. 2012, São Gonçalo, Anais do XV encontro regional de História da Anpuh-Rio. São Gonçalo, 2012, p.1-9.

_____. Entre ficção e realidade: A construção de um discurso anticomunista nas crônicas de Nelson Rodrigues (1967-1974). In: XXVII Simpósio nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. 2013, Natal, *Anais do XXVII Simpósio nacional de História da Anpuh*. Natal, 2013, p.1-14.

VANNUCCI, Karine Klaussen. *O jornalismo de Nelson Rodrigues: A crônica como espaço de intervenção no mundo social*. 180f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em Comunicação, Niterói, 2004.

Os Institutos Culturais Brasil-União Soviética e as Medidas Ativas: uma história de espionagem e contraespionagem no Brasil

Gabriel Teixeira Casela

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

gabriel_casela@yahoo.com.br

RESUMO: Através de conceitos como medidas ativas e agentes de influência, e partindo das pesquisas de alguns especialistas da área de inteligência, é possível estudar a atuação de diferentes organizações soviéticas (estatais e não-estatais) no Brasil, durante a Guerra Fria. O principal objetivo deste trabalho é destacar a atuação dos Institutos Culturais Brasil-URSS, associações dedicadas à promoção da cultura soviética e, supostamente, à formação de agentes de influência no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: KGB, Institutos Culturais Brasil-União Soviética.

ABSTRACT: Through concepts such as active measures and agents of influence, and using the research of experts in the area of intelligence, it is possible to study the actions of various Soviet organizations (state and non-state) in Brazil, during the Cold War. The main objective of this paper is to highlight the role of Brazil-USSR Cultural Institutes, associations dedicated to the promotion of Soviet culture and presumably the formation of agents of influence in Brazil.

KEYWORDS: KGB, Brazil-USSR Cultural Institutes.

Ainda existem assuntos sensíveis na história contemporânea brasileira que merecem maior aprofundamento, pesquisa e revisão, principalmente pelo impacto que geram no entendimento dos atuais eventos e disputas políticas. Um desses assuntos é a atuação de forças de inteligência estrangeira dentro do território brasileiro. Na atual conjuntura do cenário político brasileiro, em que ganha maior espaço a disputa pelo significado do passado recente em torno de termos como “ameaça comunista”, “esferas de influência”, e “golpe militar”, a pesquisa sobre a atuação de instituições ligadas aos serviços secretos dos países que protagonizavam a Guerra Fria assume enorme importância para a melhor compreensão dos eventos daquele período. É mais comum ouvir e ler a respeito da presença estadunidense no Brasil, principalmente através da Central Intelligence Agency (CIA), inclusive com acusações de participação deste órgão em momentos importantes da história brasileira. Talvez em decorrência da própria estrutura de esferas de poder estabelecida durante a Guerra Fria, na qual o Brasil estava alinhado com os EUA, sempre foi dado maior enfoque para a intervenção

e as operações de espionagem da agência estadunidense no Brasil, de forma a desconsiderar, pelo menos de forma mais objetiva, a possível presença de outras forças estrangeiras. Ao estudar serviços de inteligência e sua atuação no exterior, é importante ter em mente que não há possibilidade de trabalhar com grande quantidade de fontes oficiais, muito menos confiar totalmente em relatos ou informações obtidas, em função mesmo do caráter sigiloso com que são tratados os temas. As fontes de arquivos somente se tornam acessíveis após a desclassificação do conteúdo de relatórios e informes, o que nem sempre obedece a uma política de abertura irrestrita dos mesmos. Para este trabalho contamos, principalmente, com o estudo do funcionamento do KGB no exterior (suas táticas e técnicas), as informações do Arquivo Mitrokhin (uma compilação manuscrita de arquivos roubados por um ex-funcionário do KGB⁷⁰, Vasili Mitrokhin, e analisada pelo pesquisador Christopher Andrew), e o relato de cunho autobiográfico de um ex-oficial de inteligência do Serviço Nacional de Informações (SNI), Jorge Bessa. Através da confrontação dessas fontes, fica um pouco mais clara a forma de atuação dos serviços de inteligência estrangeiros no exterior e, mais especificamente para os objetivos deste artigo, a atuação do KGB, através de outras organizações, no Brasil.

A América Latina nunca chegou a ser prioridade para os serviços de inteligência soviéticos, apesar do crescimento de sua importância relativa em função do alinhamento de Cuba. Mesmo não tendo sido alvo direto de cobiça dos soviéticos em assuntos militares e tecnológicos, o Brasil figurava nas listas de prioridades do KGB, ao lado de Cuba, Argentina, Peru e México. O controle sobre as influências soviéticas no Brasil somente passou a receber atenção mais institucionalizada após o Golpe Militar de 1964, ano em que foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Segundo Christopher Andrew, ficou mais difícil para o KGB realizar suas operações, que passaram a se concentrar mais em operações de interceptação das comunicações diplomáticas. O controle por parte do governo brasileiro ficou mais forte a ponto de lançar mão do controle sobre assuntos culturais. Durante o mandato de Ernesto Geisel, por exemplo, a censura dos órgãos de segurança impediu até mesmo a transmissão pela televisão da apresentação do *Ballet Bolshoi* por receio do perigo de contágio dos ideais comunistas. Somente na década de 1980, o SNI modificaria a tática de controle das ações do KGB, alinhado às ações do presidente João Baptista Figueiredo, que sinalizava com uma reaproximação e relaxamento das relações, aumentando os contatos diplomáticos⁷¹.

⁷⁰ Sigla em russo para Comitê para Segurança do Estado.

⁷¹ Em junho de 1981, foi enviado um representante do governo brasileiro para Moscou, com o intuito de firmar acordo para permitir que fosse adicionado um “conselheiro” ao número de residentes na Embaixada Soviética no Brasil, cuja principal tarefa seria manter contatos regulares e extraoficiais com o Presidente brasileiro.

Segundo Shultz e Godson, os soviéticos usavam a expressão “medidas ativas” para as técnicas e ações abertas ou dissimuladas destinadas a influenciar eventos e comportamentos nos países estrangeiros e as atividades desses países (até 1960 essas técnicas eram chamadas “desinformação”), com o objetivo de influenciar a política de outros governos, minar a confiança em seus líderes e suas instituições, e deteriorar relações diplomáticas entre países. Essas medidas poderiam ser “conduzidas diretamente através de canais de propaganda estrangeira, com patrocínio oficial, de relações diplomáticas e da diplomacia cultural.” (SHULTZ e GODSON, 1984, p. 186 e 187) que poderiam envolver: técnicas de propaganda disfarçada através de publicações nos veículos de informação de outros países sem indicação de fontes ou atribuindo-as a autores que não eram da URSS; a desinformação (divulgação de informações falsas) e a utilização de organizações frentistas internacionais; e as operações através de “agentes de influência”. Para este trabalho, é importante destacar a atuação dos serviços de inteligência soviéticos no Brasil através de organizações culturais (diplomacia cultural) para a formação de possíveis “agentes de influência” através dos contatos nos diversos Institutos Culturais Brasil-URSS (ICBURSS) que encaminhavam estudantes brasileiros para Universidades dos países comunistas (selecionados tendo em vista contatos políticos ou adesão à “causa comunista”). O contato estabelecido de forma institucional e a influência que o governo soviético poderia exercer posteriormente sobre esses estudantes criavam oportunidade para que viessem a servir como “agentes de influência” (possibilidade alardeada e temida pelos serviços de inteligência do Brasil). Essa perspectiva é corroborada, do ponto de vista teórico, por Shultz e Godson ao explicarem os tipos de “agentes de influência” de que os serviços de inteligência soviéticos se utilizavam: os indivíduos inconscientes, mas manipulados; os “contatos de confiança”; e os agentes disfarçados e sob controle:

O agente de influência pode ser um jornalista, um funcionário do governo, um líder trabalhista, um líder da opinião pública, um artista ou alguém envolvido em numerosas outras profissões. O objetivo principal de uma operação de influência é o uso da posição do agente – quer na política, no trabalho, no jornalismo ou em qualquer outro campo – para apoiar ou promover as propostas políticas pretendidas pelo patrocinador do poder estrangeiro. (SHULTZ e GODSON, 1984, p. 132)

Segundo Nicola Miller, nas décadas de 1950 e 1960, as associações de amizade com a União Soviética, presentes em quase todos os países da América Latina, facilitaram o incremento das trocas culturais e acadêmicas, pressuposto para a adoção de medidas pelo governo soviético com o objetivo de tornar possível o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países da região. Apesar de não representar um parceiro

comercial de grande expressão, o Brasil era, conforme citado acima, um dos cinco principais alvos do KGB para a política externa soviética, com um comércio que cresceu muito durante os anos da Guerra Fria. Segundo Jorge Bessa, no caso brasileiro, a União Soviética tinha nos ICBURSS um instrumento de difusão das medidas ativas e de propaganda soviética no Brasil, que recebiam: “orientação e coordenação da Embaixada Soviética, de forma que elas mais pareciam pequenas organizações de frente soviéticas.” (BESSA, 2009, p. 129). Segundo o autor, havia evidências de que o KGB estava por trás das ações dos ICBURSS uma vez que:

(...)o presidente da União das Sociedades de Amizade Brasil/URSS, entidade que congregava todos os ICBURSS, encontrava-se regularmente com o residente do KGB no Brasil, Vladimir Novikov, e com os conhecidos oficiais do mesmo serviço, Nikolai Ourtmintsev e Leonid Artemiev(...) (BESSA, 2009, p.129)

Muitas dessas organizações foram inclusive investigadas pelo Serviço Nacional de Informações e demais forças de segurança nacional, que suspeitavam de que alguns órgãos ou associações tivessem por real objetivo a cooptação ou aliciamento de colaboradores para o regime soviético. Oficialmente, uma das principais formas de atuação desses institutos era a ligação cultural e acadêmica com universidades e escolas para oferecer oportunidades de intercâmbio aos estudantes brasileiros. A ida de um estudante brasileiro a um país do bloco oposto dentro da divisão internacional de poder representava uma preocupação para o regime militar implantado no Brasil. Apesar disso, surpreende o fato de que, durante algum tempo, as autoridades (desde os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, até autoridades policiais e do Serviço Nacional de Informações) simplesmente desconheciam a atuação desses institutos culturais. A criação dos ICBURSS contou até mesmo com registro em cartórios das capitais onde foram fundados, mas o intercâmbio e a concessão de bolsas não atendiam às normas de registro no Ministério da Educação e no Ministério das Relações Exteriores, o que gerava uma condição de ilegalidade no envio de estudantes para a União Soviética: a viagem era realizada sem visto nos passaportes⁷², denotando o seu caráter extraoficial. Mas é importante lembrar que não era função dos institutos culturais a concessão das bolsas e das vagas nas universidades, nem mesmo a organização da viagem ao território de algum país do bloco comunista, que dependiam diretamente de outros contatos com oficiais ou instituições do governo da União Soviética. Os ICBURSS, oficialmente, apenas ofereciam cursos do idioma russo e a participação em outros eventos culturais em território brasileiro, mas, informalmente também serviam para indicar a estudantes e outros

⁷² Durante muito tempo, a chegada dos estudantes ao território de algum país do bloco comunista ocorria por um esquema de concessão de vistos para outros países da Europa e posterior traslado (pelas estações ferroviárias) para o território soviético.

interessados os caminhos e os contatos para se cursar uma universidade ou realizar qualquer outra forma de intercâmbio no mundo comunista (na maioria das vezes os estudantes eram encaminhados à Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba) desde que se mostrassem simpáticos à cultural e/ou ideologia soviética.

As autoridades policiais chegaram a recomendar a dissolução dos institutos em função dos meios usados para a entrada dos estudantes em território comunista e dos programas de intercâmbio não reconhecidos pelo governo brasileiro (não havia acordos internacionais para balizar a troca de estudantes entre os dois países, nem mesmo havia procedimento para a validação dos diplomas obtidos através desses programas). É claro que essa preocupação era motivada por questões de segurança política interna, com fundamento na clivagem ideológica existente à época, mas ao invés invalidar a suspeita da atuação interessada da União Soviética dentro do Brasil, essa preocupação recíproca entre os órgãos brasileiros de segurança interna e os ICBURSS juntamente com o governo soviético (que corroborava os procedimentos ilegais adotados) realça o interesse soviético na política regional e a atuação dissimulada do KGB no território brasileiro, instrumentalizada através de outras organizações. A atuação dissimulada é considerada por Shultz e Godson como a principal arma da atuação dos serviços de inteligência soviéticos e, mesmo diante da ausência de objetivos propriamente militares ou de grandes interesses econômicos, as medidas ativas poderiam ser conduzidas “pelo envolvimento em atividades internacionais de natureza cultural.” (SHULTZ e GODSON, 1984, p. 23), o que reforça o argumento de que essas associações culturais atendiam, ainda que de forma indireta, a objetivos políticos ligados aos serviços de inteligência soviéticos. Longe de tentar estabelecer o grau de efetividade dessas medidas ativas e da atuação dissimulada, e os impactos na política interna ou externa, a importância desse tema é reforçada, por exemplo, pela presença de intelectuais de esquerda, como Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, em diferentes cursos oferecidos pelos ICBURSS. Através da difusão da cultura da URSS e do idioma russo, os ICBURSS contavam com alunos regulares e, mediante doações de simpatizantes, conseguiam recursos para manter uma estrutura mínima de direção, sem nenhum aparelhamento e burocracia especiais. Conforme relatado acima, não havia ligações institucionais com órgãos oficiais do governo soviético, mas havia contatos entre os responsáveis pela administração dos ICBURSS e membros da embaixada soviética e agentes do KGB, provando que, por menor que fosse a influência direta dos órgãos do governo soviético sobre essas associações, elas cumpriam um papel fundamental dentro do esquema geral de atuação dos serviços de inteligência relacionados à desinformação, e atendiam aos

interesses dos órgãos responsáveis pela definição da política externa soviética. Tudo isso demonstra que a desconfiança do serviço de inteligência brasileiro quanto aos ICBURSS no que diz respeito ao real objetivo dessas associações não era, tão somente, uma questão de perseguição motivada por questões ideológicas, e que o tema ainda exige maior atenção e pesquisa.

Referências Bibliográficas

ANDREW, Christopher. *The world was going our way: the KGB and the battle for the Third World*. New York: Basic Books, 2005.

BESSA, Jorge. *A contra-espionagem brasileira na Guerra Fria*. Brasília: Thesaurus, 2009.

MILLER, Nicola. *Soviet Relations with Latin America 1959-1987*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ed., 2009.

SHULTZ, Richard.; GODSON, Roy. *Desinformação: medidas ativas na estratégia soviética*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1984.

Os tempos históricos: importância da compreensão do tempo para o processo de construção do saber histórico e da consciência social

Keila Alves das Dores

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História Social
UNIMONTES

keila@rochamachado.com.br

Laura Aparecida Gomes Oliveira

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História Social
UNIMONTES

lauraoliveira16@hotmail.com

RESUMO: Diante da pluralidade de significações culturais que formam a concepção de tempo e a influência de suas representações para o processo de construção da consciência social, o presente trabalho visa examinar as relações que se estabelecem entre Tempo e História, destacando os principais modelos de concepção e representação do Tempo, cujas origens se situam desde a Antiguidade até os séculos XVIII e XIX, quando emergem novas e diferentes formas de se representar historiograficamente o tempo histórico. Destaca-se, ainda, a relevância de tal estudo para a compreensão do tempo no processo de construção do saber histórico, assertiva que se fundamenta nas proposições de Prost, quando as mesmas informam que: “L’histoire est un travail sur le temps”. Sendo, também, a História um trabalho a respeito do tempo, semelhante discussão igualmente permitirá conjeturarmos quão necessária é a apreensão das estruturas temporais para a Historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo; História; Consciência Social.

RESUMEN: Dada la pluralidad de significados culturales que conforman la concepción del tiempo y la influencia de sus actuaciones ante el proceso de construcción de la conciencia social, el presente estudio tiene por objeto analizar las relaciones que se establecen entre el tiempo y la historia, destacando los modelos clave de diseño y representación del Tiempo, cuyos orígenes se encuentran desde la antigüedad hasta los siglos XVIII y XIX, cuando emergem nuevas y diferentes formas de representar historiográficamente el tiempo histórico. Además, destacamos la importancia de estos estudios para la comprensión del tiempo en el proceso de construcción del conocimiento histórico, cuya afirmación se basa en las propuestas de Prost, cuando afirma que: "L'histoire est un travail sur le temps". Siendo también la obra de historia un trabajo sobre el tiempo, la discusión similar también permite conjeturarnos cuán necesario es la aprehensión de las estructuras temporales para la historiografía.

PALABRAS CLAVE: Tiempo; Historia; La Conciencia Social.

Introdução

Considerando-se o que nos é dado por Prost, quando este afirma que a história é um trabalho sobre o tempo, observamos a importância da compreensão deste ante o processo de

construção do saber histórico.⁷³ Tal assertiva assinala, ainda, o quão proveitosa pode ser a discussão das estruturas temporais e suas influências para a Historiografia, tendo em vista que há não como estudar uma cultura e/ou, mais especificamente, uma personalidade, apartando-a do tempo. É, pois, segundo Gourevitch (1975), desvelado pelo tempo, a prática e a consciência social e os ritmos que marcam a evolução das sociedades.

As representações do tempo são elementos estruturantes da consciência social, cuja formação espelha os valores sociais e culturais de determinados povos. Para Gourevitch (1975, p.263), “cada civilização percebe o mundo através dos sistemas que lhe são próprios. Estes se formam durante a atividade prática dos homens, à base de sua própria experiência e da tradição herdada das gerações anteriores”.

Abordando o “tempo histórico como representação”, José Carlos Reis, destaca que a sociedade, ao construir determinada concepção de tempo inculca nos indivíduos um *habitus*, estruturando a sua visão de si mesmos, dos outros e da história. Ainda segundo este autor, toda sociedade é governada por um “regime de historicidade”, por um discurso sobre o tempo que dá sentido e localização aos seus membros. “Um “regime de historicidade” se impõe imperiosamente aos indivíduos sem que eles se deem conta, dando forma, plasmando, esculpindo o seu corpo, o seu cotidiano, enfim, a sua vida” (REIS, 2011, p.8).

Um “regime de historicidade”, conforme noções apresentadas por Koselleck, “representa uma articulação, em um presente, entre um “campo-da-experiência” e um “horizonte-de-expectativa”, é a consciência histórica e de si deste presente, é do que ele se lembra e o que ele espera” (REIS, 2011, p.9).

Trata-se de compreender o tempo histórico, conforme Reinhart Koselleck (2006), considerando a perspectiva de um tempo múltiplo. Sem desconsiderar, por exemplo, que em cada Presente, haverá uma inter-relação das instâncias do Passado e do Futuro. Para José D’Assunção Barros (2011), os conceitos fundamentais que possibilitam a compreensão da importância do Passado e do Futuro na vida humana, partem dos conceitos de Koselleck de “campo de experiência”, representado pelo passado e “horizonte de espera”, que representaria o futuro.

Parte-se da premissa de que a atualização do Passado (a experiência) e do Futuro (a espera) são experimentadas de modo amplamente diverso pelo humano. Ademais, torna-se ainda mais relevante compreender não apenas o Passado ou o Futuro em si mesmos, mas as

⁷³ Trecho original: “*L’histoire est un travail sur le temps*” (PROST, 1996; p.102).

relações que os interligam enquanto “campo de experiência” e “horizonte de espera”, de modo a localizar a sua “assimetria, o redescobrir-se ou não de um pelo outro, o encurtamento de um para dar espaço à expansão do outro, a tensão entre estes dois pólos a partir de cada presente” (BARROS, 2011, p.16).

Posta a questão nestes termos, cumpre-nos destacar, brevemente, quais foram os regimes de historicidade que vigoraram desde os tempos arcaicos até a sociedade atual.

Principais modelos de concepção e representação do Tempo: a emergência de novas e diferentes formas de se representar historiograficamente o tempo histórico

Não há indícios, na história da humanidade, de um sentimento do tempo como o que domina hoje nos países desenvolvidos: um tempo marcadamente vetorial e irreversível (GOUREVITCH, 1975). A civilização contemporânea tem visto crescer de modo incomensurável a importância da velocidade.

Nota-se, portanto, que a forma de perceber o tempo na atualidade tem muita pouca relação com as de outras épocas. A exemplo, Gourevitch (1975) explicita que na sociedade primitiva o sentimento do tempo estendia-se apenas a um futuro mais próximo, a um passado recente, à atividade em curso e aos fenômenos que correspondessem ao ambiente imediato do homem. Para essa sociedade o tempo não se desenrolava linearmente, do passado ao futuro, apresentando-se, pois, ora de modo imóvel, ora de maneira cíclica. A mentalidade arcaica experimentou um tempo mítico, sagrado, ligado aos rituais. Há que se destacar que para esta coletividade,

O ritmo da vida social depende da alternância das estações e dos ciclos de produção que lhes são adaptados. Por conseguinte, a interpretação do mundo natural e também do mundo social, segundo as categorias míticas, gera a crença no <<eterno retorno>>. Os atos humanos repetem os fatos realizados outrora pela divindade ou pelo <<herói cultural>>, os antepassados renascem nos descendentes. A consciência do homem primitivo não é orientada para a percepção das modificações: é levada a encontrar o antigo no novo (GOUREVITCH, 1975, p.266).

Diante das proposições do autor supracitado, podemos perceber uma limitação considerável nas possibilidades de modificações na sociedade primitiva, uma vez que sua estabilidade se firmava através de um mecanismo rígido e global de controle social. Há aqui, o dever de conformar-se com a supremacia dos modelos tradicionais.

Em consonância, e de modo complementar, nos reportaremos à obra de Mircea de Eliade, bem explicitada por José Carlos Reis (2011) para ratificar a temeridade do homem arcaico em relação ao novo. Conforme Eliade (1949) *apud* Reis (2011) essa sociedade teme o

novo, a transformação e o evento; que lhe parece desconhecido e ameaçador. Isso explicaria o fato de tentarem desviar-se do tempo e da história, concentrando-se na repetição dos gestos paradigmáticos dos deuses. Isto porque, os primitivos acreditavam advir dos deuses a criação de um mundo perfeito, onde o homem não teria de acrescentar mais nada. Aliás, é próprio de sua cultura a proibição de gestos, comportamentos e atitudes distintas, impondo a repetição de um modelo de vida ancorado nos seus ancestrais, que por sinal, já reproduziam os gestos fundadores dos deuses.

Para Reis (2011) o homem arcaico criou uma representação do mundo em que a historicidade é renunciada, havendo a desvalorização da experiência temporal, a recusa de sua irreversibilidade e uma nítida busca pela vivência do eterno e sagrado presente. O tempo é, pois, abolido e a história enquanto “ciência das sociedades humanas” se torna uma impossibilidade.

Quanto à realidade Grega, José Carlos Reis (1994) indica a predominância de um movimento de circularidade do tempo, tendo como propriedades: unidade, continuidade e eternidade, definidas por Aristóteles. Apesar de terem sido considerados os precursores da *ciência dos homens no tempo*, os gregos, assim como os povos arcaicos, possuíam um pensamento anti-histórico, mas sua *sede de realidade* tinha menos influência mítico-religiosa e maior rigor teórico. Não era possível entre eles a separação absoluta entre passado-presente-futuro. Tem-se, nesse regime de historicidade o movimento ainda impregnado por uma lógica mítica, onde impunham-se lembranças de grandes eventos e personagens exemplares, exigindo aos homens do presente que os imitasse. O homem grego, em seu horizonte de expectativa, visava à imortalidade e à fama eternas, haja visto que concebiam apenas o conhecimento do eterno, do permanente, imutável e supralunar.

Essa concepção cíclica do tempo adotada pelos povos primitivos e perpetuada pelos gregos revela que naqueles períodos o homem não havia se desligado dos eventos da natureza. Sua consciência ainda encontrava-se subordinada às transformações periódicas das estações (REIS, 2011).

Convém destacar que alguns autores, como Geoffrey Ernest Richard Lloyd (1975), informam não ser possível a afirmação de existência de uma “concepção grega do tempo”. Nas palavras do autor, uma das características mais impressionantes sobre as análises da percepção de tempo desses povos é a diversidade de ideias expressas por diferentes autores, sobretudo filósofos.

Rompendo o caráter circular do tempo, o judeus inauguraram uma nova perspectiva na relação passado-presente-futuro. André Neher (1975) nos sugere que uma das contribuições mais fecundas dos judeus à cultura universal não se refere somente à sua capacidade de ter associado o tempo ao espaço, mas também de ter introduzido os processos temporais numa dimensão histórica construtiva. A dialética do tempo e do espaço acompanha o pensamento humano em todas as suas instâncias, onde cada credo, religião, filosofia e civilização impõe uma significação singular.

Em sua análise do *Tempo Histórico como “Representação Cultural”*, José Carlos Reis (2011), ainda utilizando-se das proposições de Eliade, expõe que os judeus foram os primeiros povos que valorizaram a história, efetivamente, de modo a irromper com visões tradicionais relacionadas ao instante e ao ciclo, vinculando ao tempo a imagem de uma linha. Os eventos aparecem aqui, como sucessão irreversível, com a passagem contínua de *um* ao *outro*. Cumpre destacar que os judeus somente tiveram coragem de aceitar a historicidade porque acreditaram que esses eventos descontínuos expressavam a vontade de Deus.

Neher (1975) chama atenção ao ato divino da Criação e sua íntima relação com a irrupção do tempo. Para o autor, a *origem*, demarca um princípio. O ato do criador ocupa um tempo, já que Deus começa a criar e distribui a Criação em sete dias. Aqui, tem-se como primordial o tempo em si, visto que as origens se manifestam pelo surgimento de um tempo. Junto ao tempo, na concepção judaica, Deus introduziu no universo um fator de incertezas máximas, que nem mesmo a sabedoria divina ou divinatória poderia desvendar, e, tampouco a matemática ou as orações poderiam prevenir ou predizer: o homem. O homem nasce com uma obrigação precisa, a de ser livre, e junto à liberdade tem-se o imprevisível absoluto. Frente a esta realidade, temos na leitura judaica, uma concepção de tempo e da história percebida como uma fuga, em que, o fator nuclear é o *Pode-ser*, “pois, equipando o homem com a vertigem da liberdade o Criador fez desequilibrar as dimensões do tempo do *Ser* para o *Pode-ser* (NEHER, 1975, p. 187)”.

Ao *Pode-ser*, tem-se dois modos de apreensão. O primeiro, no modo *menor*, ilustrado pela amargura de Jonas diante o arrependimento de Deus, quando tudo indicava o desaparecimento de Nínive, e esta foi salva! Tem-se aqui, o ceticismo doloroso; o penar diante do incerto; as possibilidades em um horizonte de incertezas, já que tudo é possível, mas *pode-ser* que nada venha a se concretizar. Há uma linha tênue entre o possível e o real; entre o sonho e a realização, entre a intenção e o ato. Por outro lado, no modo *maior*, o *Pode-ser* figura a fuga atrelada ao precedente. Eis o terreno onde tudo *pode ser*; tudo é possível; nada

pode ser tão inumano que não mereça aparecer no mundo e na história, e nem por demais nobre para não se cumprir na consciência e nos atos. Eis o universo como campo infinito de possibilidades, o “*Pode-ser* no modo *maior* é o poder, *koah* em hebraico, a incomensurável reserva do *Ser*, o reservatório inexaurível das forças não empregadas e que nenhum sonho nos impede, não pode impedir-nos de ver empregadas amanhã” (NEHER, ANO, p.188). Analogamente, é pois, o triunfo de Deus sobre Jonas. É, às portas de Nínive salva por seu arrependimento, a lição que Jonas recebe de Deus, cuja alma ansiava certezas maquinais, pulverizadas pela fuga pressurosa do *Pode-ser*.

Os cristãos, herdando a tradição judaica, mantiveram a perspectiva de linearidade do tempo. Ao estabelecer como marco central do tempo a vinda de Cristo à terra. Estabeleceu-se ainda, uma relação precisa entre o passado-presente-futuro. Importa destacar que a concepção de tempo cristã encontra-se calcada no retorno de Cristo, representando, pois, o fim dos tempos e o início da eternidade (PATTARO, 1975; REIS, 2011).

A história da Cristandade, como afirma Koselleck (2006), até meados do século XVI, representa uma história de expectativas, tendo como marco uma contínua espera pelo final dos tempos. É ainda, a história do repetidos adiamentos do fim do mundo, cujas figuras essenciais já estavam definidas.

A partir do século XVIII, percebe-se que essa tendência linear do tempo, marcada pela chegada de Cristo é secularizada, momento em que a profecia cristã passa a se tornar utópica. Inicia-se aqui, o regime de historicidade moderna. A esperança escatológica cedeu lugar à confiança no futuro terrestre. A ideia de Apocalipse foi substituída pela esperança de que a história dos homens e todos os seus sofrimentos poderiam ser superados (REIS, 2011).

José Carlos Reis destaca que se vive agora o regime de historicidade do mundo pós 1989: o *Presentismo*. O ano de 1989 como marco justifica-se na queda do muro de Berlim, que representou o fim do projeto comunista. As palavras chaves do presentismo são: mobilidade, flexibilidade, produtividade; que expressam o tempo empresarial capitalista dominante. Nesta concepção, tem-se como característica a desvalorização do passado e do futuro, priorizando-se o momento a ser vivido, porque só o presente é felicidade (REIS, 2012).

A consagrada obra de Marc Bloch – *Apologia da História ou o Ofício de História*, citada por Reis (2011), caracteriza a história como sendo “a ciência dos homens no tempo”, ocupando-se das “formas das experiências vividas”, que se determinam espaço-

temporalmente. Nesta perspectiva, o tempo histórico remontaria as formas de experiência do vivido: das coletividades públicas; das sociedades; civilizações, trazendo à tona um tempo comum, que serve de referência aos membros de um grupo. O tempo, em sua dimensão histórica, possui ainda, uma objetividade social inerente à vontade dos indivíduos. Em contrapartida, os indivíduos também podem criá-lo e tecê-lo, ao passo que suas biografias modificam a sociedade, ainda que não se possa ignorar o tempo social que lhes é imposto.

Ao retomarmos a discussão acerca do regime de historicidade, em que a sociedade constrói representações de sua presença no mundo, inculcando-as nos indivíduos, observamos o quão isto pode ser fundante no processo de estruturação dos modos com que os sujeitos vêm a si, aos outros e à história. Invariavelmente o homem se depara com questionamentos acerca do por que o homem está no mundo, quem é ele e o que deve fazer. São indagações que se interpõem quando o homem se descobre circunscrito nessa dialética de espaço-tempo, como ser vivo, histórico, substrato de uma conjuntura, aspirando e desejando agir, a venerar e preservar elementos do passado ou querendo romper com todas essas questões. Outrossim, Reis (2011) acredita que ainda que existam tais questões, os homens são pouco impactados por elas, uma vez a sua sociedade e/ou época já terá respostas prontas às mesmas.

Tendo Michel de Certeau como base, José Carlos Reis (2011) assevera que todo trabalho de história se refere a uma organização temporal: recortes, ritmos, periodizações, interrupções, sequências, surpresas, imbricações, entrelaçamentos. Aquilo que a pesquisa histórica se ocupa, em si mesmo, é uma forma manifesta de “temporalidades vividas”, em que o historiador tenta reencontrar e reconstituir. A relação entre tempo e história está, pois, intimamente ligada ao fato de que o sentido da sua investigação é acompanhar os homens em suas mudanças.

Para Adam Shaff (1978), quanto mais afastados temporalmente de um determinado acontecimento, maiores são as chances de percepção do mesmo. Tal assertiva, em consonância com o exposto acima, encontra-se atrelada ao fato de que na história tem-se sempre a presença de processos e mudanças, o que explica a dificuldade, ou até mesmo impossibilidade, de prever antecipadamente não apenas os pormenores, mas ainda a orientação geral dos acontecimentos. Para além disso, os acontecimentos que decorrem em determinado momento ou época podem ainda não terem revelado seus efeitos; ora, os acontecimentos históricos albergam significações que os seus efeitos lhe cominam quando emergem no plano real. Assim sendo, podemos auferir que,

(...) A história é reescrita quando emergem perspectivas novas que nos permitem perceber o significado de certos acontecimentos do passado, que havia escapado à atenção dos contemporâneos. Estes acontecimentos que constituíam o futuro para os que viviam no passado... Do mesmo modo, os nossos descendentes compreenderão melhor o nosso século do que nós o compreendemos, porque serão capazes de ver as conseqüências de acontecimentos que ignoramos atualmente e que constituem as premissas e tendências importantes que darão os seus frutos quando já não existirmos (HOOK, 1963 *apud* SHAFF, 1978, p.274-275).

Em acepções mais amplas, pode-se apreender que, tempo, aqui, não é adotado como algo natural e evidente, mas como proveniente de construção cultural que, em cada época, delibera uma maneira específica de relacionamento entre o já manifesto e experienciado como passado e as possibilidades projetadas a um futuro enquanto horizonte de expectativas (JASMIN, 2006).

Deste modo, se é verídico que a cultura representa a segunda natureza do homem, também é crível que não se possa conceber um tipo historicamente particular de arcabouço da personalidade humana sem que se tenha explorado, de modo mais efetivo, os modos de apreensão do tempo inerentes à cultura correspondente (GOUREVITCH, 1975).

Considerações Finais

Ao adentrarmos no campo de discussões acerca do tempo, podemos perceber que assim como são vastas as formas de concebê-lo, são também, amplas as categorias de análise. Isto porque, por se tratar de um riquíssimo campo de debates, envolve não somente historiadores, mas filósofos, cientistas, antropólogos e os mais diversos pensadores.

Percebemos que a compreensão do tempo não se limita à relação Passado-Presente-Futuro de modo estrito, abrangendo, para além disso, a relação que ambos exercem enquanto “campos da experiência” e “horizonte de expectativas”. Há, pois, que se observar, que as relações que se estabelecem entre cada uma destas instâncias e a vida humana são partes constituintes do saber histórico, uma vez que fica nítido que, independente do regime de historicidade que se representa, “*L’histoire est un travail sur le temps*” (PROST, 1996, p. 102).

Sendo a História um trabalho a respeito do tempo, cabe destacar que a reconstituição das “temporalidades vividas” se configura enquanto possibilidade de reescrita da história, tendo em vista que a relação entre tempo e história coliga-se ao fato de que o sentido da sua investigação é acompanhar os homens em suas mudanças.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. *TEMPO E HISTÓRIA: revisitando uma discussão conceitual. e-hum*, Belo Horizonte, v.4, n.1, Editora UniBH; 2011. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/429/230> Acesso em: 10 de Março de 2014.
- GOUREVITCH, A. Y.. O Tempo como problema de história cultural. In: RICOUER, Paul (Org.) *As Culturas e o tempo: estudos reunidos pela Unesco*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da USP, p. 263-283, 1975.
- JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 368 p., 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LLOYD, Geoffrey Ernest Richard. O Tempo no Pensamento Grego. In: RICOUER, Paul (Org.). *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- NEHER, André. Visão do Tempo e da História na Cultura Judaica. In: In: RICOUER, Paul (Org.). *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- PATTARO, Germano. A concepção cristã do tempo. In: RICOUER, Paul (Org.). *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- PROST, Antoine. Les temps de l'histoire . In: *Douze leçons sur l'histoire*. Paris: Éd. du Seuil, 1996.
- REIS, José Carlos. O Tempo Histórico com “Representação Cultural”. *Revista Sophie – Periódico Acadêmico de História*. Vol 01 , Recife, Abril, 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/65111072/O-TEMPO-HISTORICO-Jose-Carlos-Reis> Acesso em: 10 de Março de 2014
- _____. O Tempo Histórico com “Representação Intelectual”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 8, Ano VIII nº 2, Mai, Jun, Julh, Agos; 2011. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Dossie_04_Jose_Carlos_Reis.pdf Acesso em: 10 de Março de 2014
- _____. *Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 270 p.; 2012.
- _____. *Tempo e Terror: estratégias de evasão*. In: *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.
- SHAFF, Adam. Por que reescrevemos continuamente a história? In: _____. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, p.267-278, 1978.

Os discursos da Doutrina de Segurança Nacional

Kenia Fernanda Fernandes Pereira

Graduanda do curso de História

Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes

keniafernanda9@yahoo.com.br

RESUMO: Surgida nos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e absorvida no Brasil pela Escola Superior de Guerra, a Doutrina de Segurança Nacional através de noções de geopolítica e de estratégias militares fundamentava-se na crença de uma guerra iminente: a guerra irregular (ou guerra não convencional) sendo que, devido a ameaça desta guerra, caberia ao aparelho do Estado o controle da sociedade destruindo, portanto a democracia e tornando a população uma massa de manobra.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos; Estado; Doutrina de Segurança Nacional.

ABSTRACT: Emerged in the United States in the Cold War context and absorbed by the War College, the National Security Doctrine through notions of geopolitical and military strategies grounded-the belief of an imminent war: irregular warfare (or unconventional warfare) and, because the threat of this war, it would be the apparatus of the state control of society, thereby destroying democracy and making the population a mass-driving.

KEYWORDS: speeches; State; National Security Doctrine

Introdução

Desde a proclamação da república em 1889, os militares passaram a ter um papel vívido na conjuntura política brasileira. Em consequência das intervenções militares na política nasceu uma cultura nacionalista no seio militar, trazendo a tona um sentimento messiânico onde caberia ao soldado a função de salvar a pátria. A partir do surgimento destas ideias os soldados nos quartéis recebiam forte formação política e econômica, formação essa que defendia o direito e o dever do soldado de intervir em meio às crises nacionais em nome da ordem social.

As Forças Armadas foram importantes protagonistas na derrubada da República Velha, mas o seu descontentamento com o governo estabelecido no Brasil após 1930 é um fato extremamente peculiar e um fator preponderante para a crise de 1964. Esse descontentamento se deve ao caráter populista de governo varguista, pois por se tratar de um estado de compromisso, onde ha um jogo politico de interesses entre a burguesia e as massas, com uma maior preocupação com o desenvolvimento social e com a participação do eleitorado no vida politica do país, as políticas públicas estavam voltadas para uma

reestruturação do aparato legal para atender a esses grupos que reivindicavam a sua participação na conjuntura política brasileira. Mas dentro dessa reestruturação onde caberia o papel das Forças Armadas? Ainda que sem um papel político delineado, os militares não deixaram de exercer influências no Estado e mesmo que insatisfeitos com a política brasileira desde o primeiro governo de Getúlio, a classe militar não conseguia uma forte participação na política devido as rupturas presentes em seu seio. A divergência de interesses internos e externos e de ideologias causava a desestruturação deste segmento social, como apontado pelo autor João Roberto Martins Filho:

É bom ter em mente que a parcela do Exército vitoriosa em 1930 era parte de uma organização militar profundamente dividida não apenas horizontalmente, como o provam as inúmeras revoltas dos praças e sargentos ocorridos no imediato pós-30, mas também no sentido vertical em vista das incertezas e divergências no interior da alta oficialidade quanto ao papel que deveriam ter os militares no novo regime. (MARTINS FILHO, 2003, p.104)

Os movimentos militares que se desenvolveram no pós-30 foram movimentos de liderança individual de um grupo restrito de generais, o que demonstra essa a desestruturação interna. A Revolução de 1932 em São Paulo, a Revolta Comunista de 1935, o golpe do Estado Novo em 1937, o Integralismo em 1938, entre outras rebeliões, apontam grupos minoritários com fraca abrangência em seu próprio segmento e com uma fraca articulação política (por isso houve a supressão destes movimentos.). Ainda que sofrendo com as crises internas os militares tinham apoio explícito de civis ligados a política, jornalistas e empresários da época. O apoio obtido vinha principalmente de liberais-conservadores que também estavam descontentes com a política brasileira primeiro no que se refere a grande intervenção do Estado na economia e o controle em relação aos investimentos do capital estrangeiro no país e por segundo na participação da população nos meandros políticos e seu peso para as decisões estatais.

Ainda assim, as Forças Armadas antes da Guerra Fria possuía de certa forma bases políticas fortes, com um lugar garantido nos orçamentos do Estado, isso principalmente pelo respaldo ganho na Constituição de 1937 e através de sua associação com as oligarquias e o com uma elite liberal-empresarial o que possibilitou as articulações para o golpe de estado contra Getúlio Vargas neste mesmo ano e movimento integralista de 1938, por exemplo.

A reestruturação

A reestruturação das Forças Armadas começa a ocorrer ainda no governo de Vargas quando este convencido de que havia a necessidade de uma intervenção estatal na instituição

militar após estas crises internas aqui antes citadas cria em 1934 o Conselho Superior de Segurança Nacional. Esse conselho teve como antecessor o Conselho de Defesa Nacional ativo entre 1927 e 1934 e o decreto n. 7, de 3 de agosto de 1934 somente remodelou suas funções e o renomeou. O Conselho Superior de Segurança Nacional possuía como órgãos complementares a Comissão de Estudos da Defesa Nacional, a Secretária-geral da Defesa Nacional e seções da Defesa Nacional estabelecidas em cada ministério, todos tratados como órgão especiais. O Conselho era presidido pelo presidente da República e integrado pelos ministros de Estado, pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, pelo chefe do Estado-Maior do Exército, e também por generais e almirantes de determinados comandos em tempos de guerra. Essa remodelagem no Conselho Superior de Segurança Nacional reinseriu as Forças Armadas a estrutura política estatal.

Em 1937 o artigo 162 da Constituição, reafirmou o papel do Conselho Superior de Segurança Nacional no que se refere à defesa nacional, passando a denominá-lo Conselho de Segurança Nacional. Várias foram as medidas tomadas pelo Conselho, em diferentes áreas, muitas delas utilizando recursos de um crédito especial estabelecido, anualmente, para o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional e definido em decretos-leis.

Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial e o envio da Força Expedicionária Brasileira-FEB para apoio ao grupo dos aliados renasce nos militares brasileiros o sentido messiânico do soldado para o seu país. É como se mesmo que a instituição militar ainda estivesse subordinada ao poder civil, este estava dependente da classe militar tanto nas questões internas referentes as articulações e decisões políticas estatais, quanto agora questões externas de diplomática e política internacional. A experiência obtida com a participação dos pracinhas e a pressão política internacional trouxe uma sede de aprendizado a organização militar devido a nova ordem política internacional que reluziu frente ao seus olhos. Era, principalmente, uma necessidade de obter entendimentos sobre diplomática, economia, política governamental.

A ESG e a DSN

Em 1942 as Forças Armadas já tinham a ideia de um curso para a preparação o Alto Comando frente a nova estrutura a ser enfrentada pelas mudanças na política global com a 2ª grande guerra., mas o projeto foi adiado devido uma missão de assessoria enviada ao Brasil pelos Estados Unidos que de início, de certa forma, supria estas necessidades. Em 1948 o projeto renasce e se concretiza em 1949 no surgimento da Escola Superior de Guerra, sob o

comando inicial de Oswaldo Cordeiro e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, sendo este subordinado ao Conselho Superior de Segurança Nacional. A ESG surge com o objetivo de reestruturar e homogeneizar a instituição militar e acabou sendo o principal agente na ascensão política da burguesia militarizada. Este curso preparatório para formação de oficiais de alto calão era organizado com bases na Doutrina de Segurança Nacional e pouco a pouco passou a ser difundido aos oficiais de baixa patente. Como apontado por Martins Filho;

Diante deste quadro, a fundação da ESG marcou o primeiro passo de uma elite militar plenamente consciente de que a atuação das Forças Armadas enquanto instituição exigia antes de tudo a superação das divisões internas, das lutas de personalidades e da atuação de grupos localizados que marcavam o campo militar até então. Nesse caso, a consolidação de uma ideologia hegemônica tinha como alvo principal cimentar a unidade institucional. Mais do que uma vontade de aprender, parecia revelar um desejo de potencia. Desde o início, ficava claro que a ESG surgia mais como uma escola de altos estudos sociais, políticos e econômicos do que uma escola de guerra. (MARTINS FILHO, 2003, p.107-108).

A geopolítica é a principal base da Doutrina de Segurança Nacional. Ela nasceu no fim do século XIX com bases no Destino Manifesto norte-americano, idealizado por Alfred Tayer Mahan após o processo de independência, onde os Estados Unidos teriam sido eleitos por Deus para promover a anexação de terras no Atlântico Norte e também no Pacífico. A intenção desta doutrina era de legitimar a soberania do país frente a outros territórios. O Destino Manifesto fomenta o papel messiânico dos Estados Unidos de resguardar a ordem sócio-político mundial.

A DSN também sofreu influências da Doutrina Truman lançada pelos Estados Unidos em 1947 com o objetivo de contenção ao avanço do socialismo. Esta doutrina foi desenvolvida pelo então conselheiro da embaixada estadunidense em Moscou, George F. Kennan e propunha alianças militares com outros países para isolar a União Soviética o que culminou na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo o autor Robert McMahan:

Usando linguagem hiperbólica, imagens maniqueístas e uma deliberada simplificação para reforçar o seu apelo público, Truman batalhava para construir no Congresso e entre o público um consenso em prol [...] de uma política norte-americana mais ativa - uma política que seria ao mesmo tempo antissoviética e anticomunista. A Doutrina Truman significava uma declaração de Guerra Fria ideológica, junto com uma declaração de Guerra Fria geopolítica. (MCMAHAN, 2012, p.39).

A concepção do Estado como ser biológico idealizado por Ratzel influenciou para esta formulação da geopolítica ocidental. Dentro de uma concepção da antropogeografia e com

fortes raízes na ecologia, Ratzel apresenta dois conceitos na sua formulação sobre a própria razão de ser do Estado. Trata-se dos conceitos de território e espaço vital. O primeiro conceito se refere a apropriação de um determinado espaço por um grupo unificado socialmente e o segundo conceito se define pela necessidade territorial de uma sociedade em função de seu desenvolvimento populacional, tecnológico e de seus recursos naturais. Assim a razão de ser de um Estado é baseada na preservação e ampliação de seu espaço vital.

Outra influência para a DSN foi a Doutrina de Contra insurgência que surgiu nos anos 1950. Esta doutrina foi elaborada inicialmente por militares franceses e a princípio surgiu como manual de instrução para a contenção dos movimentos de independência na Argélia e na Indochina. Para esta doutrina deveria ser utilizado no combate aos inimigos métodos policiais (como por exemplo torturas durante os interrogatórios), com estratégias de cerco as bases sociais e geográficas destes inimigos.

Para a Doutrina de Segurança Nacional havia a ameaça iminente de um inimigo comum a todos, abstrato, e havia a necessidade de controle da sociedade para que não houvesse a insurreição deste inimigo. Para essa doutrina o inimigo e o ato de agressão social são provenientes do povo. Em seu país de origem essa doutrina foi encarada de forma contrária a forma brasileira, o que é visível no livro *USA em perigo* publicado em 1970 nos Estados Unidos e que diz:

Nenhum militar jamais questiona a administração governamental civil dos setores militares. É ela nitidamente estabelecida dessa forma pela Constituição, com o Presidente da República como comandante-chefe. Este é o controle civil legítimo e tradicional sobre os militares. [...] certamente isso não significa que os militares estejam alijados do exercício do poder civil e que, de alguma forma, não sejam dignos de postos civis. De fato, ocorre justamente o contrário. Nossos antepassados sempre pretenderam que os militares participassem ativamente da política civil. Eles simplesmente não queriam um governo militar. (LEMAY e SMITH, 1970, p.21).

Mas no Brasil há uma adaptação desta DSN de forma que o povo brasileiro é incapaz de ter ações políticas positivas e caberia a uma elite politizada, no caso a elite militar, o papel de defender o povo de si mesmo. Vários motivos foram dados ao golpe de 1964, mas “o perigo comunista era a desculpa mais usada para justificar a repressão.” (CARVALHO, 2006 p.160). O termo população neste contexto se refere a grande massa populacional, ao operariado, a classe subalterna, à aqueles que não deveram conforme o histórico conservadorismo brasileiro, participar das formações político-históricas do país. Isso é apontado por Marcos Napolitano:

A partir de outubro de 1964, a crise política engrossou a conspiração que já vinha de longa data e esta, por sua vez, transformou esta crise em impasse institucional. Do impasse à rebelião militar foi um passo. Mas o levante dos quartéis ainda não era, propriamente o golpe de Estado. Quando foi muito sua senha. Fato esquecido pela memória histórica, o golpe foi muito mais que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores. (NAPOLITANO, p.43-44, 2014).

Considerações finais

O sindicalismo, o populismo getulista, o fortalecimento de partidos socialistas e do principal partido comunista brasileiro o PCB tudo isso se acrescia as pressões internacionais que permeavam o pós-guerra. A instituição militar passa a insubordinar-se ao poder civil e a intervir diretamente na política brasileira. O povo é incapaz de governar e cabe aos militares salvar a pátria. Segundo Jose Murillo de Carvalho: "pode se explicar a atitude mais radical em 1964 pela ameaça que a divisão ideológica significava para a sobrevivência da organização militar. Para fazer expurgo dos inimigos, era necessário controlar o poder." (CARVALHO, 2006, p. 159). Os atos institucionais ratificavam fortemente a Doutrina de Segurança Nacional, pois: "a medida que a Doutrina era difundida, cada governo militar articulava uma nova estrutura jurídica para o país, de acordo com o momento, que pudesse incorporar os seus princípios." (BORGES, 2003, p.38).

O maior problema enfrentado pelos militares após 1964 é o fato de que é perceptível nos aparatos legais lançados pelo regime militar o despreparo para a formulação das novas leis na tentativa de manutenção deste regime de exceção. Foi lançado no que os militares chamaram de "legislação revolucionária" o uso de termos que possuem sentidos vagos e imprecisos demonstrando o despreparo de seus redatores para a sua formulação - já que esta seria uma função do poder legislativo- como os termos segurança nacional, inimigos internos. Mas estes termos que pertencem a Doutrina de Segurança Nacional não davam conta de promover uma legislação segura e confiável como seria de fato uma legislação expedida por civis teoricamente.

O período militar compreende um retrocesso à cidadania e a liberdade, devido às tentativas de controle ideológico e físico. "Durante os governos militares os direitos civis e políticos foram os que mais sofreram com a ação do regime. [...] não havia mais a liberdade de expressão..." (BORGES, 2003, p. 40).

Referências bibliográficas

- ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de política*. 2ª ed.. Brasília: UNB/São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *A formação das almas o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda, e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e a sua história- debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio*. Propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980). São Paulo: Loyola, 1990.
- LE GOFF, Jaques, NORA, Pierre. *Historia: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEMAY, Curtis E. ; e SMITH, Dale O. *USA em perigo*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS). São Paulo, v.29, ano 10, outubro de 1995, p.5 -34.
- MCMAHON, Robert J.. *Guerra Fria*. Trad. de Rosaura Eichenberg. Coleção Enciclopaedia. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2012.
- NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro, 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

_____. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo. Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Eliéser Rizzo. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina: Argentina e México*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Jose Carlos. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. 3ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RÉMOND, René. *Por uma historia política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina; UEL, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERNANDES, Ananda Simões. *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a Geopolítica de Golbery Couto e Silva*. Captado em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193314422012>.

Belo Horizonte, futuro do pretérito: um estudo de caso do paradoxo da modernidade

Lucas Henrique de Almeida Amorim

Bacharel e Licenciando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

luk.amorim@live.com

RESUMO: Para compreender como a modernidade trazida pela República foi recebida em Belo Horizonte, traçaremos neste ensaio um breve panorama da inauguração da recém-criada capital, até a sua autoafirmação e consolidação da cidade moderna que, segundo a hipótese a ser investigada, começa a ocorrer em seu cinquentenário.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade; modernismo; modernização; Belo Horizonte.

RÉSUMÉ: Pour comprendre comment la modernité apportée par la République a été reçue à Belo Horizonte, cet essai tracer un bref aperçu de l'inauguration de la capitale nouvellement créé, jusqu'à ce que son auto-affirmation et la consolidation de la ville moderne qui, selon l'hypothèse objet d'une enquête, commence à se sur son cinquantième anniversaire.

MOTS-CLÉS: Modernité; modernisme; modernisation; Belo Horizonte.

O futuro do pretérito surge intitulado este ensaio como um recurso metafórico, onde é possível conciliar as complexidades referentes à construção, consolidação e representação simbólica da cidade de Belo Horizonte - em específico de 1897 a 1959. Através da linguística, observamos que este tempo verbal assinala as forças dicotômicas entre o passado e o futuro, estabelecendo relações com o irrealizável: *iria, teria, faria, queria*.

Esta expressão da linguística traduz a idealização, a construção e a consolidação de Belo Horizonte como moderna, o que ela *seria, traria e romperia*, agregando simultaneamente, um paradoxo nesta modernidade: uma cidade projetada para o futuro, mas que ainda está intimamente presa ao passado e à suas tradições. Belo Horizonte é, portanto, uma evidência do impasse entre o pretérito e o futuro, pois ao mesmo tempo em que se projeta com as suas modernizações, se limita em seu conservadorismo.

A construção da cidade Belo Horizonte protagonizou uma das maiores obras simbólicas da República recém instalada: uma cidade projetada, que trouxe a promessa de promover transformações radicais na mentalidade que até então estava delimitada em moldes tradicionais de um passado imperial, escravocrata e ruralista.

A cidade de Belo Horizonte surge portando “como signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho, foco irradiador da

civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do Estado.” (JULIÃO, 1996, p. 50).

Os movimentos artísticos sempre estiveram de braços dados com a cidade de Belo Horizonte; inaugurada no apogeu das transformações culturais do século XIX, Belo Horizonte trouxe uma ressignificação do futuro através das artes, da arquitetura e do urbanismo, espelhados nos moldes franceses, tidos como ideário de civilização naquele contexto.

Para trazer um rompimento com o passado imperial e deixar a capital em conformidade com os estilos europeus, em sua construção observamos a predominância do neoclássico⁷⁴ e do ecletismo arquitetônico em contraposição ao Barroco; as suntuosas fachadas em estilo *art nouveau*⁷⁵, os *boulevares*⁷⁶ propensos à circulação de pessoas e automóveis, seus modernos lampiões à luz elétrica e os bondes eram a expressão de um novo tempo, símbolos e imagens criados pela República com a “finalidade de atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (Carvalho, 1990, p. 10).

Porém, a reformulação da cidade é capaz de promover tais mudanças em estruturas tão enraizadas? Baudelaire traz respostas para este questionamento ao afirmar que “a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma de seus cidadãos” (*apud* Berman, 1986, p. 143) e de fato a cidade dava seus primeiros passos rumo à autoafirmação como cidade moderna.

A construção de Belo Horizonte já carregava o estigma do novo, da ruptura, do moderno, pois é uma tentativa de se apagar o passado imperial. Contudo, a capital “não passava de um cenário fundado na miragem e no progresso, monumento de uma sociedade empenhada em uma modernização superficial, na qual deveriam permanecer intocados os seus alicerces sociopolíticos” (JULIÃO, 1996, p. 62.).

⁷⁴ “Movimento de grande expressão na escultura, pintura e arquitetura, recusa a arte imediatamente anterior - o barroco e o rococó, associada ao excesso, à desmedida e aos detalhes ornamentais. À sinuosidade dos estilos anteriores, o neoclassicismo opõe a definição e o rigor formal. Contra uma concepção de arte de atmosfera romântica, apoiada na imaginação e no virtuosismo individual, os neoclássicos defendem a supremacia da técnica e a necessidade do projeto - leia-se desenho - a comandar a execução da obra, seja a tela ou o edifício”. (ITAÚ, 2008)

⁷⁵ “O *art nouveau* se insere no coração da sociedade moderna, reagindo ao historicismo da Arte Acadêmica do século XIX e ao sentimentalismo e expressões líricas dos românticos, e visa adaptar-se à vida cotidiana, às mudanças sociais e ao ritmo acelerado da vida moderna. Mas sua adesão à lógica industrial e à sociedade de massas se dá pela subversão de certos princípios básicos à produção em série, que tende aos materiais industrializáveis e ao acabamento menos sofisticado. A arte nova revaloriza a beleza, colocando-a ao alcance de todos, pela articulação estreita entre arte e indústria.” (ITAÚ, 2012)

⁷⁶ “Os *bulevares* de Napoleão e Haussmann criaram novas bases – econômicas, sociais, estéticas – para reunir um enorme contingente de pessoas. No nível da rua, elas se enfileiravam em frente a pequenos negócios e lojas de todos os tipos e, em cada esquina, restaurantes com terraços e cafés nas calçadas. Esses cafés (...) passaram logo a ser vistos, em todo mundo, como símbolos de la vie parisienne (...) uma festa para os olhos e para os sentidos”, (BERMAN, 2006, p.147)

A cidade moderna estava criada e as inovações estéticas na arquitetura e na arte transmitiam a imagem de um tempo em mudança, fazendo Belo Horizonte parecer caminhar em harmonia com o progresso e desenvolvimento que ocorria por todo o globo, mas, na verdade, apenas recebia os ecos de uma modernidade que já estava em curso no continente europeu, impulsionada por uma mudança na mentalidade.

Desde o período de sua construção, como nos anos que a sucederam, Belo Horizonte ostentava várias edificações que simbolizavam a modernidade estética na cidade: o prédio da Estação Ferroviária, o complexo da Praça da Liberdade, o edifício dos Correios, entre outros. Todavia, predominavam estilos arquitetônicos europeus importados (como o neoclassicismo, a *art nouveau* e a *art déco*), que, quando se consolidaram na capital mineira, já eram considerados ultrapassados pela vanguarda arquitetônica no continente europeu. (CEDRO, 2007, p. 131).

Copiando um modelo preestabelecido, a cidade moderna e projetada estava fadada às aparências. Enquanto trazia avanços bastante significativos na arquitetura, planejamento urbano, nas artes recriando a mentalidade popular dentro dos valores progressistas republicanos, Belo Horizonte promovia do ponto de vista político, uma modernização conservadora.

Segundo Julião (1996), a modernização de cima para baixo fez perpetuar as barreiras que separaram os setores populares da esfera da participação ganhando, do ponto de vista político, um curso controverso aos valores e princípios democráticos. Fixando-se em irrealidades passou a ser para muitos um ‘belo cenário, com alma de arraial’ e com as constantes transformações que ocorreram no globo, ocasionadas principalmente pela Primeira Guerra Mundial e pelos ‘loucos anos 20’⁷⁷, os símbolos que expressavam o progresso tornaram-se rapidamente em ultrapassados. Além disto, por ser “considerada velha por seu conservadorismo, apesar de ainda muito jovem” (TEIXEIRA, 2002, p. 29), nem os famosos encontros literários ou a relevância nacional de *A Revista*, conseguiram conduzir Belo Horizonte à tão sonhada modernidade, pois esta, “como um tudo, era tomada pelo tradicionalismo herdado dos tempos imperiais” (TEIXEIRA, 2002, p. 31).

Nem moderna, nem modernizada, a cidade que nasceu sob o estigma do moderno e do novo, mesmo com as constantes obras que seguiram durante as décadas seguintes, muito rapidamente tornou-se ultrapassada, começando a revelar os seus paradoxos e disparidades

⁷⁷ Segundo Rodrigues (2010), a década de 1920, ou ‘os loucos anos 20’ como é chamada, pode ser compreendida como a era da insegurança, do medo e da esperança, pois a Grande Guerra escancarou a fragilidade humana, fazendo tornar-se obrigatória a busca pelo prazer, que conduziu as sociedades modernas a se distanciarem cada vez mais dos valores tradicionais em uma atitude cínica e hedonista em relação à vida, impulsionada pelo desejo de recuperação e de superação dos anos perdidos.

com o progresso idealizado em sua inauguração. A capital permaneceu então, em um estado de letargia até a década de 1940, quando Juscelino Kubitschek (JK) assume a administração municipal, passando a promover uma grande mudança em Belo Horizonte, que visava “transformar a cidade numa verdadeira metrópole moderna com a abertura de avenidas, construção de novos bairros e dinamização cultural” (RIBEIRO, 2007, p. 122).

Dentre todas as propostas urbanísticas do prefeito furacão⁷⁸, a que mais se destacou, conquistando relevância internacional, foi à construção do bairro da Pampulha, “talvez o único de um grupo de edifícios visando a uma finalidade coletiva e social: o cassino, a casa do baile, o Iate Clube, a Igreja de São Francisco de Assis, e até mesmo a residência do Sr. Juscelino Kubitschek” (CARDOSO apud XAVIER, 1987, p. 134).

Contudo, a modernização por si só não carrega a modernidade; ela é parte de um processo que conduz a uma mudança na mentalidade e conseqüentemente, às sociedades ao status de modernas. Objetivando a modernidade e não apenas uma modernização, JK retomou as propostas de ruptura do movimento modernista⁷⁹ de 1922, que em Belo Horizonte refletiu apenas em uma mudança no academicismo literário, deixando as artes plásticas e a mentalidade presas a preceitos conservadores (VIVAS, 2003).

JK fomentou um grande mecenato a artistas modernos comprometidos com a renovação e a ruptura do *status quo* sendo o cenário montado em sua gestão representante de “uma nova tendência que não apenas se constituiu como modelo, mas também abriu novas possibilidades criadoras para gerações artísticas posteriores” (CEDRO, 2007, p. 134). A década de 1940, Segundo Eneida Maria de Souza (s/d), a partir da administração municipal de JK, “iria dar continuidade à revolução modernista nas artes, ao revolucionar o cotidiano da cidade, modificando tanto a sua fisionomia quanto a expansão do novo para a área industrial, urbana e política” (SOUZA, s/d).

A fim de inserir a provinciana capital no cenário artístico nacional, Juscelino cria, em 1944 a Semana de Arte Moderna de Belo Horizonte, com o intuito de “resgatar as propostas de 1922 e aproximar a sociedade belo-horizontina das principais ideias modernistas, seja

⁷⁸ Juscelino era chamado, muitas vezes pejorativamente de “prefeito furacão”, pois suas intervenções tinham como característica o benefício imediato e se destacavam pela rapidez de execução visando sempre o futuro e o progresso da cidade, inserindo-se tudo aquilo que significava progresso e desenvolvimento e para resgatar a face moderna que lhe foi incumbida. (TEIXEIRA, 2010)

⁷⁹ “O modernismo no Brasil tem como marco simbólico a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, no ano de 1922, considerada um divisor de águas na história da cultura brasileira. O evento - organizado por um grupo de intelectuais e artistas por ocasião do Centenário da Independência - declara o rompimento com o tradicionalismo cultural associado às correntes literárias e artísticas anteriores: o parnasianismo, o simbolismo e a arte acadêmica. A defesa de um novo ponto de vista estético e o compromisso com a independência cultural do país fazem do modernismo sinônimo de “estilo novo”, diretamente associado à produção realizada sob a influência de 1922.” (ITAU, 2011)

através das obras expostas, seja pela realização de vários debates, conferências e palestras sobre arte" (CEDRO, 2007, 132). A exposição contou com a 140 obras, sendo pinturas, esculturas e gravuras além da presença de artistas modernos já consagrados como Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Lasar Segall, Carlos Scliar, Cândido Portinari, entre tantos outros, conferindo ao evento uma grande importância para a cultura mineira no cenário moderno.

O objetivo de Juscelino Kubitschek com esta exposição era “conjugando o modernismo arquitetônico, já apresentado à sociedade com a Pampulha, com o modernismo das artes plásticas presente na realização da Semana de Arte Moderna, de modo a instituir, com o auxílio desses empreendimentos, o cosmopolitismo artístico na capital mineira (CEDRO, 2007, p. 132)”.

Segundo Cedro “a aceitação e compreensão das obras pelo público se dava quando as obras se identificavam com seus títulos. Quando isso não acontecia, havia divergências de opiniões e protestos radicais” (2007, p. 133). A incompreensão foi tamanha que a mostra chegou a ter reações bastante agressivas de alguns setores da sociedade, como “o protesto dos estudantes, na Praça 7, pintando painéis com rabiscos nos tapumes do Edifício Mariana, parodiando a mostra e o corte com gilete de oito obras expostas (RIBEIRO, 2007, p. 123).”

A reação negativa à exposição veio indicar a existência de um paradoxo na moderna sociedade belo-horizontina, que por um lado, apoiava o caráter modernizador das intervenções urbanas propostas por Juscelino Kubitschek, mas que por outro, mostrava-se presa ao passado, ao tecer críticas às inovações estéticas apresentadas na Semana de 1944, que conduziria a tão esperada ruptura com a mentalidade.

Este paradoxo entre modernidade e tradição ganha mais destaque a partir de 1945, quando Portinari e Cheschiatti terminam, respectivamente, o mural *São Francisco se despojando das vestes*, a *Via Sacra* e os baixos-relevos do batistério para a Igreja São Francisco de Assis, na Pampulha que inaugurou um intenso debate acerca da sacralização do templo. Os motivos oficiais para sua não sacralização foram a dificuldade de absorção da arquitetura de Niemeyer e, principalmente “em relação às várias intervenções de Portinari, que teriam desgostado profundamente o clero e os fiéis” (FABRIS, 2000, p. 187) e nos artigos publicados nos jornais do período evidenciamos opiniões que a condenavam e a exaltavam.

Apontamos que são inúmeras as produções acadêmicas das mais diversas áreas, a respeito desta temática. Encontramos trabalhos que discutem o processo de modernização a partir da construção da cidade de Belo Horizonte, do processo de verticalização do centro, da Semana de Arte Moderna de 1944, da gestão de Juscelino Kubitschek e, conquistando

relevância internacional, da polêmica da sagração da Igreja da Pampulha, que desperta interesse nas mais diversas áreas.

Dentre a produção bibliográfica observada, constatamos que a cidade de Belo Horizonte é sempre analisada em blocos separados, construção, processo de verticalização, modernização. Contudo, dado a proposta de análise conferida à este ensaio, objetivamos demonstrar uma continuidade na mentalidade conservadora, expressas na dificuldade de aderir ao novo e promover mudanças profundas nesta sociedade enraizada.

A análise das produções científicas referentes à administração municipal de JK e à polêmica sagração da Igreja da Pampulha convergem ao afirmar que Juscelino Kubitschek contribuiu para elevar a cidade Belo Horizonte ao status de moderna. Tomando como referência os periódicos *Estado de Minas e O Diário*, constatamos que a sociedade belo-horizontina concordava com as intervenções urbanas propostas por JK mas, a Igreja de São Francisco de Assis, não fora bem recebida pela arquidiocese de Belo Horizonte, que não autorizou a sua sagração, impossibilitando a realização de cultos religiosos e movimentando a opinião pública.

A Igreja ficou interdita por quinze anos; nesse período inúmeras polêmicas e discussões eram fomentadas, dividindo opiniões na sociedade. De um lado, no periódico *O Diário*, tradicionalmente católico, observamos que a Igreja utiliza deste veículo para transmitir seu discurso conservacionista, que condena a sagração:

(...) de um modo geral [a Igreja] possui todos os elementos necessários para o exercício do culto. O mesmo já não acontece com a pintura de Portinari, a qual corresponde menos à finalidade pedagógica que a Igreja exige das decorações dos templos. Como manifestação de arte, os murais são, sem dúvida, excelentes, mas como arte religiosa, sofrem compreensíveis restrições. (ABERTA ao..., *O Diário*, 1959)

Por outro, é possível observar no jornal *Estado de Minas*, artigos de opinião favoráveis inovações estéticas, como no artigo de Cristiano Carlos intitulado *A Igreja da Pampulha*, de 1959:

(...) alguns círculos populares e mesmo de elite não compreenderam, durante longo tempo, que o fenômeno da arte moderna transcendia entre nós os limites do modernismo das escolas estéticas. (...) A constatação da arquitetura e da pintura modernas pela Igreja, além de propiciar novos elementos de beleza plástica aos novos templos, serviu para eximir o gosto popular das [sic] pênias da incompreensão e do preconceito” (CARLOS, *Estado de Minas*, 1959 p.11)

As inovações estéticas sempre estiveram alinhadas à realidade da cidade, em sua construção, e, na década de 1940, no processo de modernização. Porém, a vanguarda que

representaria o moderno e o novo passa a ser às vésperas do cinquentenário da capital reflexo de seu paradoxo, um sinônimo do aprisionamento da mentalidade nos moldes tradicionais, cercados pelos paradigmas religiosos.

Este paradoxo se instaura devido ao tradicionalismo que ainda persistia na capital e mesmo com tanta ‘modernidade’ o passado continuou a ser honrado, as hierarquias persistiram e os símbolos, principalmente os religiosos, continuaram sendo valorizados e perpetuados por gerações. Segundo Berman (2006)

(...) homens e mulheres modernos precisam aprender a aspirar à mudança: não apenas estar aptos a mudança em sua vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-as adiante. Precisam aprender a não lamentar com muita nostalgia as ‘relações fixas imobilizadas’ de um passado real ou de fantasia, mas a se deliciar na mobilidade, a se empenhar na renovação, a olhar sempre na direção de futuros desenvolvimentos em suas condições de vida e em suas relações com outros seres humanos. (BERMAN, 2006, p. 94)

Tendo a mudança como pressuposto básico das sociedades modernas, concluímos que a cidade de Belo Horizonte não pode ainda ser considerada moderna em função do tradicionalismo. Parreiras (2001, p.50) elucida esta questão ao definir que o “processo de experimentação da modernidade, que gesta e se desenvolve nas nações avançadas, não foi ainda experimentado ou vivido pelas sociedades latino americanas contemporâneas, expostas ao processo de modernização.” A modernidade, portanto ainda estava longe de ser alcançada, pois na Belo Horizonte cinquentenária, as transformações nas idéias eram margeadas pelo conservadorismo que não foi abandonado com a mudança da capital.

Podemos considerar que a administração de Juscelino Kubitschek impulsionou a cidade nos trilhos da modernidade, pois este colocou em xeque os valores tradicionais, contudo, a ruptura esperada, a mudança na mentalidade necessária para conduzir a Belo Horizonte ao seu idealizado status de moderna, não foram alcançadas.

Belo Horizonte na década de 1950 tornava-se cada vez mais ambígua, pois mesmo criada sob ares civilizados e modernos, a cidade se mantinha presa em seu paradoxo; ora prendia-se ao passado, em suas tradições, ora se atirava frente ao futuro, em suas modernizações. Desta forma, seria ainda prematuro conferir à cidade de Belo Horizonte o status de moderna, já que as transformações culturais ocorriam ainda a passos lentos em seu cinquentenário.

Referências Bibliográficas

ABERTA ao culto a Igreja de São Francisco de Assis. *O Diário*. 12 abril 1959, p. 4.

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Ana Maria L. Ioriatti e Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2006.
- CARLOS, C. A Igreja da Pampulha. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 abril 1959, p. 11.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CEDRO, Marcelo de Araujo Rehfeld. *A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para a sua ação nos anos 1950 e 1960*. 2007. Uberlândia: Captado em: <http://migre.me/jQzwX>. Acesso em: 12 mai 2014
- CEDRO, Marcelo de Araujo Rehfeld. *JK desperta BH (1940-1945): a capital mineira na trilha da modernização*. São Paulo: Annablume, 2009.
- FABRIS, Annateresa. *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000. – (Coleção Cidade Aberta). 187 p.
- ITAÚ Cultural. *Art Nouveau*. 2012. Captado em: <http://migre.me/jp49N>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- _____. *Modernismo Brasileiro*. 2011. Captado em: <http://migre.me/jpyuS>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- _____. *Neoclassicismo*. 2008. Captado em: <http://migre.me/jQBL0>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920). In DUTRA, Eliana F. (org.) *BH - Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.
- PARREIRAS, Elizabeth Guerra. *Cidades da América Latina: modernas ou modernizadas?* Belo Horizonte. 2001. Captado em: <http://migre.me/jQzr9>. Acesso em 12 mar 2014.
- RIBEIRO, Marília Andrés. *O modernismo brasileiro: arte e política*. Uberlândia. 2007. Captado em: <http://migre.me/jQBQR>. Acesso em: 13 mai. 2014.
- RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 20*. 2010. Captado em: <http://migre.me/jQEig>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Imagens da modernidade*. In: SOUZA, Eneida Maria de (org.). *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Olhares do cidadão*. Belo Horizonte. (s/d). Captado em: <http://migre.me/jQz99>. Acesso em 18 mai. 2014.
- TEIXEIRA, Clotildes Avellar. *JK de braços dados com a arte*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2002.
- VIVAS, Rodrigo. *A persistência da forma: modernismo e artes plásticas em Minas Gerais. 1920-1970*. Belo Horizonte. 2003. Captado em: <http://migre.me/jp6D8>. Acesso em: 20 mai. 2014.
- XAVIER, Alberto (Org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimentos de uma geração*. São Paulo: Pini, 1987.

A crítica da democracia moderna em Flaubert e Tocqueville

Maria Elvira Malaquias de Carvalho

Doutoranda em Teoria da Literatura e Literatura Comparada

Universidade Federal de Minas Gerais

elviralettras@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo apresenta a vinculação tácita entre formulações presentes no projeto estético de Flaubert, como a proliferação dos clichês, ideias feitas e demais estereótipos de linguagem, e as teses de Tocqueville sobre o crescimento da democracia moderna, o nivelamento das condições e o poder da opinião pública.

PALAVRAS-CHAVE: Flaubert; Tocqueville; democracia moderna.

RÉSUMÉ: Cet article présente l'association tacite entre le programme esthétique de Flaubert, y compris la croissance des clichés, idées reçues et stéréotypes du discours, et les thèses de Tocqueville sur la démocratie moderne, l'égalisation des conditions et le pouvoir de la opinion publique.

MOTS-CLÉS: Flaubert; Tocqueville; démocratie moderne.

A proximidade entre o pensamento de Gustave Flaubert e Alexis de Tocqueville não é um mero acaso produzido na história das mentalidades, como se poderia supor. O ano de 1856 testemunhou igualmente o escândalo da publicação de *Madame Bovary*, de Flaubert, e o lançamento de *L'Ancien Régime et la Révolution*, de Tocqueville. Tradicionalmente, a crítica flaubertiana nunca se interessou por essa brilhante ocorrência no mundo das letras. Kazuhiro Matsuzawa justifica tal desinteresse pela ausência de documentação comprobatória do conhecimento recíproco entre os autores. Flaubert nunca mencionou Tocqueville em sua produção ficcional e em sua correspondência, e Tocqueville tampouco citou o autor de *Madame Bovary* em qualquer um de seus textos.

Mais recentemente, entretanto, os especialistas flaubertianos têm encontrado outros recursos para estudar comparativamente a trajetória desses dois eminentes pensadores da sociedade moderna francesa. Durante o governo provisório da Segunda República, Tocqueville foi eleito membro de uma comissão que deveria redigir uma constituição para a nação. Quando estouram as jornadas de junho de 1848, “ele se arranja do lado do partido da ordem, mas demonstra moderação e cautela”, (BENOÎT, 2000, p. 15) comenta Jean-Louis Benoît. Em um jantar literário promovido por um amigo, Tocqueville se encontra com George Sand, a qual se pusera do lado do povo revoltoso, e “cada um dos dois protagonistas se engaja

a moderar seu campo”, (BENOÎT, 2000, p. 15) acrescenta Benoît. O episódio do “Jantar com George Sand: maio de 1848” consta dos *Souvenirs* de Tocqueville:

Eu tinha grande preconceito contra M^{me} Sand, pois eu detesto as mulheres que escrevem, sobretudo aquelas que disfarçam as fraquezas de seu sexo em generalidade, em lugar de nos fazer interessar em querer vê-las sob seus traços verdadeiros. Apesar disso, ela me agradou. (...)

Além disso, M^{me} Sand era então um tipo de homem político. (...) Era a primeira vez que eu travava conhecimento direto e familiar com uma pessoa que pôde e quis me dizer, em parte, aquilo que se passava no campo dos nossos adversários. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 264-265)

George Sand era grande amiga e correspondente de Flaubert. A ela o autor remetera acerbas críticas sobre a questão do sufrágio universal e da querela entre democracia e instrução pública, especificamente sobre a discussão do ensino laico, público e obrigatório. Para Flaubert, que jamais escondeu sua opinião sobre a Revolução de 1848 e seu “desprezo pelo julgamento democrático, sob a forma do sufrágio universal”, (HERSCHBERG PIERROT, 1988, p. 14) como esclarece Anne Herschberg Pierrot, a abertura do ensino a todas as classes implicaria o aumento do número de imbecis, como se lê nesta carta do romancista a George Sand, datada de 4 ou 5 de outubro de 1871:

A instrução gratuita e obrigatória só fará aumentar o número de imbecis. (...) A massa, a multidão é sempre idiota. Não tenho muitas convicções, mas, sobre isso, estou seguro. Contudo, é preciso respeitar a massa, por mais inepta que ela seja, porque ela contém os germes de uma fecundidade incalculável. Deem a ela a liberdade, e não o poder. (...)

O mais urgente é instruir os ricos, os quais, em suma, são os mais fortes. Esclareçam o burguês, primeiramente, pois ele não sabe nada, absolutamente nada. (FLAUBERT apud HERSCHBERG PIERROT, 1988, p. 16)

O famoso trecho de *A educação sentimental*, localizado entre os capítulos V e VI da terceira parte da obra e que focaliza o assassinato de Dussardier por Sénécal, significa, para a economia narrativa flaubertiana, repleta de brancos e vazios, a ascensão da intolerância, do autoritarismo e da tirania cometida em nome dos ideais democráticos republicanos. Carlo Ginzburg tece uma analogia entre Flaubert e Tocqueville, quando ambos apontavam que o fenômeno democrático, em sua prática política, poderia trazer consequências perversas como o golpe de Estado, a ditadura e a oligarquia:

A aparição de um fenômeno político sem precedente, um regime imperial que retirava sua legitimidade do sufrágio universal, havia convencido Flaubert e outros conservadores inteligentes, como Tocqueville e Burckhardt, de que as sociedades modernas se dirigiam rumo a diversas formas de democracia autoritária. (GINZBURG, 2000, p. 91)

Não há provas de que Flaubert e Tocqueville tenham se conhecido pessoalmente, mas tudo leva a crer que o escritor tivera, pelo menos, uma notícia de *L'Ancien Régime et la Révolution* por meio da *Revue de Paris*. A edição de 1º de outubro de 1856 trazia o texto de *Madame Bovary* entre as páginas 5 e 55 do veículo e, logo em seguida, uma resenha de Eugène Despois acerca do livro do historiador político. No sumário da revista, havia os títulos das duas obras. “Não seria natural imaginar que Flaubert aparentemente tenha lido a resenha do livro de Tocqueville?” (MATSUZAWA, 2009, p. 85), questiona Matsuzawa.

Gisèle Séginger encontrou um pequeno detalhe que pode evidenciar a curiosidade de Flaubert pela carreira de Tocqueville. No exemplar de um livro que o romancista possuía, denominado *Les hommes de 1848*, de Auguste-Jean-Marie Vermorel, aparece uma cruz “na margem de uma nota sobre a ação de Tocqueville na pasta dos negócios exteriores no Governo Provisório de 1849” (SÉGINGER, 2000, p. 79). Matsuzawa, por sua vez, flagrou uma citação indireta, por Flaubert, de uma frase de Tocqueville. A frase – “À medida que me afasto da juventude, tenho mais consideração, eu diria mesmo, mais respeito pelas paixões” (TOCQUEVILLE apud MATSUZAWA, 2009, p. 85) – retirada do ensaio *Philosophie du bonheur*, do filósofo Paul Janet, foi citada no dossiê de *Bouvard e Pécuchet*, romance póstumo de Flaubert.

Anne Herschberg Pierrot contextualizou suas reflexões sobre o clichê e o lugar-comum na obra de Flaubert, por meio da asserção de Tocqueville a respeito do primado da opinião comum nos regimes democráticos. Alçada à esfera pública, a opinião comum constituía, com o passar do tempo, uma massa inconsciente e manipulável de enunciados e frases feitas, à medida que, segundo Tocqueville, o nivelamento democrático seguia um ritmo contrário aos interesses individuais:

Quanto mais as condições se tornam iguais, menos os homens são individualmente fortes, mais eles se deixam confortavelmente ir ao encontro da multidão e têm dificuldade em manter, sozinhos, uma opinião que ela abandona. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 90)

Ao longo do século XIX, a opinião compartilhada na esfera pública parece substituir, de maneira irreversível, a razão individual. A *bêtise* e os *lieux-communs* não são apenas estereótipos romanescos, e sim características gerais da mentalidade burguesa. Fredric Jameson observa que, em Flaubert, os clichês indicariam a “consciência cada vez mais padronizada da pessoa moderna ou burguesa” (JAMESON, 2007, p. 192). Flaubert critica a predominância dos ideais coletivos sobre a liberdade, a responsabilidade e a autonomia do

sujeito, predominância esta que ocorre em uma época, como diz Séginger, “que mata o indivíduo, a vontade e o pensamento, em benefício da massa que não pensa nunca e que se vira para todas as direções (...), influenciada pelos jornais, ou imprevisível” (SÉGINGER, 2000, p. 120).

Nos estudos flaubertianos contemporâneos, especialistas como Pierrot, Séginger e Matzusawa têm abordado a relação entre as teses de Tocqueville a respeito do nivelamento democrático e determinadas questões presentes no ideário estético de Flaubert, como a proliferação dos clichês e ideias feitas que denuncia o crescimento da multidão inumerável e da fisionomia comum, decorrentes da perda dos valores hierárquicos e do aplainamento das diferenças individuais.

Segundo Tocqueville, a Revolução seria o cúmulo do nivelamento das condições sociais há séculos em curso na sociedade francesa desde o Antigo Regime. Sucessivas mutações, a partir de 1789, eclodem e recomeçam a mesma revolução, como se ela se originasse de si mesma e das condições feudais que a precederam. Para o autor, a Revolução é o grande acontecimento da nação francesa, o qual marca o fim de uma era e o começo de outra etapa histórica.

Em várias oportunidades, desde que a Revolução começou até nossos dias, vemos a paixão pela liberdade apagar-se, depois renascer, depois apagar-se novamente e depois ainda renascer. Assim ela fará por muito tempo, sempre inexperiente e mal regrada, fácil de ser intimidada, temida e vencida, superficial e passageira. Durante este mesmo tempo, a paixão pela igualdade ocupa sempre o fundo dos corações dos quais ela tomou posse primeiramente. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 250)

A noção de igualdade possui, nos regimes democráticos, uma dimensão complexa. Benoît chama atenção para o fato de que o nivelamento das condições seja apontado como causa e consequência da democracia, pois é “porque as condições dos indivíduos tendam rumo à igualdade que o surgimento democrático foi possível, [e] o desenvolvimento da realidade democrática reforça a demanda igualitária” (BENOÎT, 2000, p. 30). É importante destacar que o ideal igualitário compreende, na obra de Tocqueville, um estatuto mais imaginário que político, pois é oriundo de um pacto social no qual os cidadãos imaginam-se iguais por convenção. O princípio da igualdade democrática existe, segundo Francesco Spandri, em meio a um risco político e epistemológico que estabelece que a relação com a igualdade deva ser fundamentalmente uma “relação com a abstração” (SPANDRI, 2005, p. 183). A representação igualitária, sendo abstrata por definição, caracterizaria, de acordo com

Spandri, um fantasma de igualdade que “assombra a imaginação dos cidadãos provenientes da Revolução” (SPANDRI, 2005, p. 191).

Pouco importa, nota Gisèle Séginger, se, “para Flaubert, politicamente, seja estabelecido ou não o sufrágio universal. De todos os modos, pela importância já adquirida pela opinião, o poder execrável do ‘on’ está bem garantido” (SÉGINGER, 2000, p. 67). Assim, em 1848, a ação política seria tão absurda quanto inútil, pois a vitória da indistinção democrática abriria espaço à intolerância, a partir do momento em que a igualdade fundasse a tirania da multidão. Em suma, uma diferença de perspectiva entre Tocqueville e Flaubert pode ser levada em conta:

(...) enquanto Tocqueville estudava o movimento em direção à igualdade sob o Antigo Regime em relação com o aprofundamento do centralismo monárquico, Flaubert não produz uma análise assim tão firmemente argumentada do ponto de vista histórico e se contenta em associar o triunfo pernicioso da igualdade, por um lado, aos valores cristãos que retornam perigosamente na política e, por outro, na perspectiva de uma interpretação cíclica do tempo, à ideia de uma decadência da civilização ocidental. (SÉGINGER, 2000, p. 67)

Apesar da declarada inadequação de Flaubert às características da democracia moderna, é um tanto precipitado associar seu culto à arte a um mero compromisso com o gosto aristocrático, como pretende Séginger. Ao considerar o escritor como o “último dos aristocratas”, (SÉGINGER, 2000, p. 217) que faz de sua arte “um ato de resistência contra a igualdade triunfante”, (SÉGINGER, 2000, p. 211) a análise da comentarista esquece que, por outro lado, Flaubert combateu as utopias políticas sem demagogia e sem o viés reacionário atribuído gratuitamente às opiniões do romancista. Não há dúvida de que a obra flaubertiana tenha possibilitado uma denúncia das condições de existência do proletariado, e a avaliação do escritor sobre os conflitos sociais de seu tempo é coerente com as análises de Karl Marx sobre os acontecimentos de 1848, como lembra Pierre-Marc de Biasi. Celebrar o grande esteta que foi Flaubert não nos desobriga de refletir sobre a maneira como o autor pensou e representou o real à sua volta, já que:

personagens como (...) a pequena Berthe, em *Madame Bovary*, Dussardier, o revolucionário de coração puro, na *Educação*, ou Félicité em “Um coração simples” provam suficientemente que sua obra contém uma autêntica acusação da opressão social e das injustiças induzidas pela revolução industrial e pela burguesia triunfante. (BIASI, 2002, p. 111)

Após a publicação de *Madame Bovary*, como destaca Kazuhiro Matsuzawa, podemos apreciar o romance flaubertiano como uma “narrativa da lógica democrática do

nivelamento e da inclusão”. (MATSUZAWA, 2009, p. 86) Ao lembrar o vaticínio de Tocqueville sobre como o crescimento democrático modificaria as atitudes, os comportamentos e as paixões, já que “os costumes se atenuam, à medida que as condições se nivelam”, (TOCQUEVILLE, 2000, p. 100) Matsuzawa interpreta o bovarismo como “uma manifestação da ânsia democrática e igualitária” (MATSUZAWA, 2009, p. 87) e considera o estilo de Flaubert como uma resposta diante dos anseios de ascensão social e econômica da classe burguesa, incapaz de enxergar sua própria improdutividade. Em última instância, a ironia flaubertiana corresponderia “a um novo estágio histórico da ânsia democrática: à solenidade política e ideológica da primeira metade do século XIX sucede a despolitização pós-romântica, acrescida por certo desencantamento”. (MATSUZAWA, 2009, p. 88)

Referências bibliográficas

BIASI, Pierre-Marc de. *Gustave Flaubert: l’homme-plume*. Paris: Découvertes Gallimard, 2002.

GINZBURG, Carlo. Déchiffrer un espace blanc. In: GINZBURG, Carlo. *Rapports de force*. histoire, rhétorique, preuve. Trad. Jean-Pierre Bardos. Paris: Gallimard; Le Seuil, 2000.

HERSCHBERG PIERROT, Anne. *Le dictionnaire des idées reçues de Flaubert*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1988.

JAMESON, Fredric. *Le postmodernisme ou la logique culturelle du capitalisme tardif*. Trad. Florence Nevoltry. Paris: Beaux-arts de Paris, 2007.

MATSUZAWA, Kazuhiro. Madame Bovary et Tocqueville. Une lecture politique et philosophique. In: REY, Pierre-Louis; SÉGINGER, Gisèle (org.) *Madame Bovary et les savoirs*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2009.

SÉGINGER, Gisèle. *Flaubert: une poétique de l’histoire*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2000.

SPANDRI, Francesco. Le rôle de l’imagination dans l’idéal égalitaire. In: MÉLONIO, Françoise; DIAZ, José-Luis (org.) *Tocqueville et la littérature*. Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Textes essentiels: antologia crítica*. Apresentação de Jean-Louis Benoît. Paris: Pocket, 2000.

Patrimônio Material: Os efeitos da chamada fase heroica do IPHAN na cidade de Mariana.

Aline Maria A. da Silva
Graduanda em História pela
Universidade Federal de Viçosa
aline.aguiar@ufv.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o período chamado de fase heroica do IPHAN a partir do centro histórico da cidade de Mariana em Minas Gerais. Observaremos neste breve artigo como atuava o IPHAN entre 1937 e 1967, e como isso foi crucial para a preservação do centro histórico de Mariana tal como é.

PALAVRAS-CHAVE: Mariana, IPHAN, Patrimônio Nacional, Fase Heroica.

ABSTRACT: This work aims to analyze the period called Heroic Phase of IPHAN through the historic center of the city Mariana in Minas Gerais. We will observe in this brief article how IPHAN acted between 1937 and 1967, and how it was important for the preservation of the historic center in Mariana as it is nowadays.

KEY-WORDS: Mariana, IPHAN, National Patrimony, Heroic Phase.

Introdução

O Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o SPHAN, era subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, foi um órgão criado a fim de preservar o patrimônio histórico brasileiro, e permaneceu sob a direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade de 1937 a 1967. Este período corresponde a chamada fase heroica⁸⁰ do IPHAN, observaremos como este órgão atuava nesta época. Tal análise será orientada pelo periódico do IPHAN, a Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional⁸¹, e pelos Livros do Tombo consultados no Arquivo Noronha Santos.

A cidade de Mariana em Minas gerais porta-se neste artigo como um estudo de caso, em que as medidas adotadas pelo SPHAN foram primordiais para a conservação e preservação do conjunto urbano marianense tal como é, constituindo assim o centro histórico como conhecemos.

⁸⁰ Essa fase corresponde aos primeiros de Rodrigo de Melo Franco de Andrade na direção do SPHAN. Esse período é marcado pela estruturação do órgão construção do conceito de patrimônio. Rodrigo de Melo Franco de Andrade cotou com a colaboração de vários intelectuais, principalmente Mário de Andrade, seu maior aliado na estruturação do SPHAN. Rodrigo permanece na direção do SPHAN de 1937 a 1967, neste intervalo de tempo se percebe uma valorização das produções coloniais que se apresenta, sobretudo através da arquitetura e arte barroca. (FONSECA, 2005).

⁸¹ Não será levado em conta neste trabalho o conteúdo da edição número 7, que ao contrario dos outros documentos utilizados não se encontra disponível na página do IPHAN.

A escolha de Mariana como objeto de estudo de caso é devido as particularidades desta cidade desde seu estabelecimento. Segundo Fonseca, Vila do Carmo vila a ser elevada a categoria de cidade em minas passando a se chamar Mariana, além de ser a primeira cidade planejada⁸², como consta no relatório “Mariana, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico”, inserido no Livro de Belas Artes. A cidade vem a ser posteriormente um dos primeiros municípios a sofrer intervenções do IPHAN.

IPHAN e a fase heroica

A fase heroica se relaciona primeiro período de organização do órgão onde recebia a denominação de SPHAN, Serviço Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Os componentes que atuavam no setor tentavam denominar o que era patrimônio, porém segundo Oliveira a ausência de recursos e pessoal especializado se mostravam como as grandes dificuldades deste trabalho.

Bernd elenca três objetivos do SPHAN em seu período inicial. O primeiro deles era listar o “patrimônio artístico, histórico, arquitetônico e paisagem natural de maior importância”, seguido do objetivo de “salvar alguns prédios e monumentos artísticos, que tenham entrado o estado de decadência”. E o terceiro objetivo era “introduzir novas leis a nível nacional, não apenas com relação ao tombamento, mas também referentes as consequências advindas deste processo, especialmente em propriedade privada.”

As deliberações propostas norteiam, principalmente, a preservação de bens imóveis abrindo seu campo de trabalho ao patrimônio artístico e natural. Não há nenhuma referencia no que concerne a preservação do patrimônio imaterial. Neste período de criação do órgão, o SPHAN definia patrimônio como sendo:

De fato a fase heroica foi fortemente marcada pela preservação do patrimônio arquitetônico. A ideologia de salvaguardar a historia brasileira foi fortemente marcada pelos tombamentos de bens imóveis, com a exceção dos tombamentos dos núcleos urbanos, que seriam enquadrados em patrimônio paisagístico, mesmo sendo tal paisagem fortemente marcada pela arquitetura. Por outro lado observa-se em Mariana, que o tombamento do núcleo urbano da cidade esta inserido no Livro de Belas Artes.

Constata-se na tabela abaixo que os bens marianeses que se encontram no Livro Histórico e/ou no livro de Belas Artes foram reconhecidos como patrimônio histórico artístico nacional na dita fase heroica do IPHAN. Percebe-se também que os primeiros bens a serem

⁸² A cidade foi planejada por José Fernandes Pinto Alpoim, um arquiteto português.

tombados no período nos primeiros anos do IPHAN são, na cidade de Mariana, quase exclusivamente prédios religiosos, a única exceção é o conjunto urbano da cidade, tombado em 15 de maio de 1938. Porém não se nota na cidade tombamentos posteriores ao ano de 1962, ano compreendido ainda no período da “fase heroica”.

Relação de bens tombados da cidade de Mariana⁸³

PATRIMÔNIO TOMBADO	DATA DE TOMBO	LIVRO DO TOMBO
Casa do Barão de Pontal	06-07-1962	Livro Histórico
Igreja Nossa Senhora do rosário	05-11-1945	Livro de Belas Artes Livro Histórico
Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré	05-11-1945	Livro de Belas Artes Livro Histórico
Casa Capitular	06-12-1949	Livro Belas Artes
Casa com Rótulos	02-12-1950	Livro Histórico
Capela de Satana	08-09-1939	Livro Belas Artes
Casa de Camâra de Cadeia	19-02-1949	Livro Belas Artes
Seminário Menor e Capela Nossa Senhora da Boa Morte	06-12-1949	Livro Belas Artes
Mariana MG: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico	15-05-1938	Livro Belas Artes
Fonte Samaritana	13-12-1949	Livro Belas Artes
Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	08-09-1939	Livro Belas Artes
Igreja de Nossas Senhoras das Mercês	05-08-1938	Livro Belas Artes
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	09-08-1939	Livro Belas Artes
Igreja da Sé	08-09-1939	Livro Belas Artes
Igreja de Nossa Senhora da Glória	21-05-1954	Livro Belas Artes
Igreja de São Francisco de Assis	08-07-1938	Livro Belas Artes
Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte	06-12-1949	Livro Belas Artes
Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	06-12-1949	Livro Belas Artes
Igreja Matriz São Caetano	25-05-1953	Livro Belas Artes
Passo da Ladeira do Rosário	06-12-1949	Livro Belas Artes
Passo da Ponte Areia	06-12-1949	Livro Belas Artes
Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco	08-09-1939	Livro Belas Artes

⁸³ Esta tabela foi elaborada a partir da documentação do Arquivo Noronha Santos do IPHAN, onde se encontram os quatro Livros do Tombo: o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro Histórico, o Livro das Belas Artes e o Livro das Artes Aplicadas. O acervo está disponível para consulta através do link: <http://www.iphan.gov.br/ans/> Último acesso em 30/05/2014.

Analisando os primeiros números da Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional⁸⁴, percebe-se a valorização da temática arquitetônica de forma geral e mais recorrente. A Revista do Patrimônio era em seus anos iniciais anual, porém as revistas não seguiram com períodos regulares de publicação, não tendo sido publicadas por exemplo entre os anos de 1947 e 1955 e tendo a ocorrência de duas publicações por ano, como ocorreu em 1984 e 1997.

Dentre os artigos compreendido nas edições analisadas, grande parte tratava da arquitetura brasileira. A abordagem a arquitetura marianense também foi recorrente, sendo perceptível em muitos títulos de artigos do editorial, da mesma forma a abordagem da arquitetura religiosa se fez muito presente.

Apesar disso as temáticas abordadas eram diversificadas. Segundo Bonomo o IPHAN contava com 84 colaboradores, das diversas regiões do país que “mesmo com a preferência pelo barroco, procurou ser abrangente, com temas relacionados à arqueologia indígena, à pintura do período de Nassau e a dos viajantes do século XIX.” (BONOMO, 2002, p. 9)

Considerações Finais.

Uma explicação possível para o reconhecimento das cidades mineiras como um polo histórico e de preservação pode estar aliado à manutenção das cidades barrocas mineiras antes mesmo que as propostas de preservação fossem iniciadas no país na década de 1930.

A fase heroica do IPHAN valorizou a arquitetura barroca de forma geral, e em Minas tal valorização se tornou mais evidente que em outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro por exemplo. As capitais destes estados sofreram alterações no seu plano urbano original em virtude da modernização do país. Conseqüentemente essa modernização levou a demolição de imóveis para concretizar o estabelecimento de seu novo plano urbano.

Mariana porta-se neste trabalho como estudo de caso. As ações do IPHAN nesta localidade são mais perceptíveis a partir da análise dos Livros do Tombo que mostram como as intervenções fase heroica valorizou a arquitetura barroca marianense. Mariana não é um caso isolado, cidades como Ouro Preto e Sabará também passaram por este processo.

As Revistas do Patrimônio mostram como os ideais de preservação estavam em voga no período trabalhado. A Revista em si é reflexo direto das ações do IPHAN em seu período inicial, o próprio diretor do órgão em 1937, Rodrigo de Melo Franco de Andrade reconhece

⁸⁴<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17881&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional> Último acesso em: 12/06/2014.

na apresentação do primeiro número da revista à limitação nas temáticas abordadas no periódico dizendo que o primeiro número da revista “desde logo se ressentia de grandes falhas, versando quase todos sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e nacional consistisse principalmente nestes”. (Revista do Patrimônio, 1937, p.4).

O centro histórico de Mariana é um exemplo de como atuou o SPHAN em seus anos iniciais quando estava sob a direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. A preservação deste conjunto urbano foi determinante para manutenção da parte histórica da cidade como conhecemos. As iniciativas do IPHAN foram com o tempo se desenvolvendo, bem como o conceito de patrimônio histórico. O órgão foi importante para a preservação, sobretudo de bens imóveis do país, contribuiu e continua a contribuir com a história nacional, porém de forma mais abrangente, contemplando também a riquíssima cultura imaterial brasileira.

Referências Bibliográficas

- BERNDT, Angelita e BASTOS, Rossano L. IPHAN e suas mudanças desde a sua criação. Política de Preservação. In: VIII CONGRESSO ABRACOR (Associação Brasileira Conservadores Restauradores Bens Culturais), p.17-20. 1996
- BONOMO, Mario Roberto. A arte barroca na trajetória da modernidade: a historiografia e a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: CBHA (XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte), Porto Alegre, 2002. Captado em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto32.pdf>. Acesso em 12 mai. 2014
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, comunidades e identidades: historia(s)? Para que(m)?, Sobra, 2012. Captado em: http://www.ce.anpuh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=29. Acesso em 12 mai. 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/ MinC – IPHAN, 2ª ed. 2005.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: GONÇALVES, A. L. e OLIVEIRA, R. P. de. *Termo de Mariana: História e Documentação*. V1. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- TORELLY, Luiz P. P. Notas Sobre A Evolução do Conceito de Patrimônio Cultural. In: FÓRUM DO PATRIMÔNIO, Belo Horizonte, 2012.

O cinema como arte da modernidade e sua proliferação em Belo Horizonte no início do século XX

Bruna Reis Afonso

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

reisafonsob@yahoo.com

Priscila Angélica Aguiar Marra

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

priscila.marra@yahoo.com.br

RESUMO: O cinema está diretamente ligado à vida moderna ao se constituir como entretenimento para as massas e símbolo da velocidade, da mudança, da percepção intensa e fragmentada, da busca por formas de entretenimento mais próximas da realidade e do cotidiano. Este trabalho pretende compreender a denominada “febre do cinema” em Belo Horizonte, com base em reflexões sobre a relação do cinema com a modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; Modernidade; Belo Horizonte.

RESUMEN: El cine es directamente relacionado a la vida moderna, al constituirse como entretenimiento para las masas y símbolo de la velocidad, del cambio, de percepción intensa y fragmentada, de la búsqueda por formas de entretenimiento más cercanas de la realidad y de lo cotidiano. Este trabajo pretende comprender la llamada “fiebre del cine” en Belo Horizonte, con base en reflexiones acerca de la relación del cine con la modernidad.

PALABRAS CLAVES: Cine; Modernidad; Belo Horizonte.

O cenário de fins do século XIX foi composto por inúmeras transformações, sobretudo no meio urbano. O crescimento populacional, a intensificação comercial e industrial, o surgimento de novas tecnologias, as novas formas de transporte, o aumento do trânsito, entre outros elementos, ocasionaram uma movimentação nas cidades sem precedentes. Na constituição desse mundo mais turbulento e caótico as pessoas foram submetidas a novos estímulos, tendo seu ritmo de vida acelerado e se deparando com desconhecidas impressões e com choques frequentemente.

A modernidade é um fenômeno circunscrito às referidas transformações. Ben Singer nos apresenta que a modernidade foi definida como um bombardeio de estímulos ou pelo hiperestímulo (SINGER, 2001). Para Leo Charney as transformações da modernidade pós-1870 deram origem a um clima de superestimulação (CHARNEY, 2001). A denominação pode até variar entre os autores, mas permanece a ideia de uma modernidade que gera

sensações fugazes e efêmeras. Os choques e sobressaltos a que as pessoas estavam sujeitas nas metrópoles são próprios de uma modernidade de sensações momentâneas.

O modelo de vida urbano era marcado por vitrines, anúncios, aglomeração de pessoas, grande tráfego e barulho. As pessoas que haviam nascido num período pré-moderno tinham que encarar as inovações do mundo moderno, o qual podia ser perigoso e instável. No lugar das já conhecidas carroças, precisaram adaptar-se aos bondes elétricos e, posteriormente, aos carros. A concepção de segurança e equilíbrio foi deslocada por elementos como estes, que eram entendidos como fator de descontrole e impressões chocantes.

“À medida que o ambiente urbano ficava cada vez mais intenso, o mesmo ocorria com as sensações dos entretenimentos comerciais” (CHARNEY, 2001. p. 133). Daí surgiu, por exemplo, o suspense como divertimento popular. Bombardear a população através de emoções fortes e curtas era uma forma de chocá-la mais intensamente. O acúmulo de estímulos sensoriais bem como a comercialização do suspense eram um reflexo da modernidade, mas também um sintoma dela. Os indivíduos sujeitos às intensidades sensoriais acabavam por renovar seu aparelho sensorial, desenvolvendo um apetite por choques intensos que estimulavam o organismo fadigado pelo trabalho. Os sentidos humanos foram condicionados, treinados para a turbulência da vida moderna. Quanto mais distrações e excitações, maior a sede pelo diferente.

Seguindo a lógica do sensacionalismo e do hiperestímulo começa a produção cinematográfica. “O início do cinema culminou com esta tendência de sensações vívidas e intensas. Desde muito cedo, os filmes gravitaram em torno de uma “estética do espanto”, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo”(CHARNEY, 2001, p.136). A emoção forte se manifestava no “cinema de atrações”, onde foi aperfeiçoado o conteúdo sensacionalista em formato de espetáculo: crimes, explosões, lutas, desfechos surpresas. O cinema foi reconhecido como “veículo para transmitir velocidade, simultaneidade, superabundância visual e choque visceral”(CHARNEY, 2001, p.137). O hiperestímulo, reflexo e sintoma da modernidade, era pano de fundo para o poder do cinema.

O público apreciava o cinema, pois os filmes podiam revelar e simular a realidade através de uma sequência de choques e emoções sensoriais, estabelecendo uma analogia com a vida moderna fora das telas. Por esse motivo Ben Singer nos esclarece que a alma metropolitana era entendida como a alma cinematográfica. Além disso, o autor informa que o

cinema era uma espécie de treinamento para a superestimulação que as pessoas teriam de enfrentar no cotidiano moderno.

O cinema como “um componente do gosto do público pela realidade” também é abordado pela autora Vanessa Schwartz. O cinema é mais do que apenas uma das novas invenções da época, é também a incorporação de aspectos da vida moderna, de atividades e práticas culturais dos espectadores. “A vida real era vivenciada como um show, mas, ao mesmo tempo, os shows tornavam-se cada vez mais parecidos com a vida” (SCHWARTZ, 2001, p. 411), inclusive o cinema.

O cinema cresceu à medida que, enquanto espetáculo, reproduzia a realidade. Ainda de acordo com Schwartz, o gosto pelo real se explicava na indistinção que as pessoas faziam entre a vida e a arte.

A reprodução da realidade a partir do cinema também encontra espaço nos debates de Walter Benjamin. Além da possibilidade de reproduzir o cotidiano, o filme amplia e enriquece o mundo perceptível. Através dos seus enfoques as lentes da câmera revelam o já conhecido de uma maneira desconhecida. (BENJAMIN, 1975). Trazem uma visão mais nítida do campo de visão do espectador, ao mesmo tempo em que desabrocha um inconsciente ótico, chamando a atenção para algo ou alguém até então despercebido.

Dessa forma, além de o cinema seguir as tendências de hiperestímulo da sociedade de fins do século XIX, pode-se inferir o inverso, uma vez que o cinema atua na sensibilidade do visível e do estímulo. Ao mesmo tempo em que trabalha com elementos do real o cinema, de acordo com Benjamin, tenta explodir esse mundo prisional – do cotidiano - e revelar ao público espaços para além dos habituais.

Nas palavras de Leo Charney, Walter Benjamin insistia que “a natureza da percepção na modernidade era intrinsecamente fragmentária” (CHARNEY, 2001, p. 392). O movimento contínuo é entendido como sendo uma cadeia de movimentos fragmentários. Assim, a efemeridade da experiência moderna é associada à montagem do cinema, que ao passar uma sequência de imagens permite ao espectador reconhecer o presente – o “agora” – através da sua reconhecibilidade visual.

O conceito de choque, que já foi utilizado anteriormente, é para Benjamin a experimentação do instante. O cinema, como elemento que atinge o sujeito moderno, utiliza das sensações efêmeras e abruptas para chocar o público e lhe trazer o presente.

O momento do choque trazia à sensação, e depois à consciência, a instantaneidade do momento presente, mesmo quando passava. O choque empurrava o sujeito moderno para o reconhecimento tangível da presença do presente. [...] o cinema tornou-se a forma de arte definidora da experiência temporal da modernidade (CHARNEY, 2001, p. 394-395).

O autor Leo Charney trabalha ainda com a fotogenia como sendo o elemento específico da arte-cinema. Aqui cabe o parênteses de que o cinema não foi concebido como arte logo que surgiu. Como foi exposto, era temido que o cinema não deixasse de ser apenas um entretenimento entre os demais (necrotério, museus, teatro, etc). Somente no século XX, com a constituição gradual de uma cultura cinematográfica, é que o cinema foi elevando-se ao estatuto de arte (MARTINS, 2006). Ademais, a arte tenciona transmitir a sensação das coisas como elas são percebidas (CHARNEY, 2001, p. 399), e enquanto o cinema não foi compreendido em sua complexidade, considerando também a recepção do público, não pôde se enquadrar na definição de arte.

A essência do cinema, que deriva desta fotogenia, de acordo com Leo Charney, “dependia de sua intangibilidade, de seu sempre-indo-embora”(CHARNEY, 2001, p. 395), constituindo dessa maneira um paradoxo. E assim como a vida moderna, a fotogenia faz-se efêmera. Logo, a essência do cinema é indefinível, pois é momentânea e variável.

O filme apresenta-se como uma sequência de imagens em movimento aparentemente contínuo. E é exatamente essa sensação de movimento que aproxima o cinema do real, pois os objetos e as pessoas na tela se mexem. O cinema cedeu espaço para uma nova forma de experiência: a atividade do espectador.

O cinema como tradutor da modernidade encontra espaço e é apropriado na cidade de Belo Horizonte desde os primeiros anos de sua fundação. Mas, para uma melhor compreensão do cinema na capital mineira, faz-se necessário entender o projeto pensado para a própria cidade.

Belo Horizonte, desde sua planta construtora, foi planejada para ser moderna. A modernidade, segundo Fabiana Moraes Machado, também estava ligada à nova forma de governo, a República instaurada em 1889. Belo Horizonte despontava, portanto, como símbolo dessa República. As palavras de “ordem e progresso” vieram do positivismo para nortear a construção da capital.

Na busca pelo progresso, o cinema aparece, nas palavras de Fabiana Moraes Machado como o intérprete da modernidade. Este entretenimento reorganizava “aos olhos dos

espectadores o que a cidade parecia desarrumar” (MACHADO, 2005, p.76), ao mesmo tempo que sintetizava os acontecimentos urbanos.

Embora Belo Horizonte tenha nascido de um planejamento moderno, seus moradores tiveram de ser moldados para a modernidade que deveria se impor aos valores tradicionais que os constituía. De acordo com Machado “para a população chegar à modernidade teria que ser de forma conciliatória, gradativa, sem ter que sepultar as antigas referências. Buscava o caminho da assimilação via entendimento, via familiarização.” (MACHADO, 2005, p. 27). O projeto de modernidade, bem como o cinema, vão se consolidando, aos poucos, na capital mineira.

Assim, o primeiro filme é exibido em 1898 para os belo-horizontinos na casa do Dr. Hermílio Alves, como informa Alice Sosnowski (SOSNOWSKI apud VILHENA, 2008 p.97). Lugares improvisados como este serão substituídos por espaços específicos para o lazer cinematográfico já nos primeiros anos do século XX. Um exemplo é o pioneiro Cinema Comércio, com capacidade para 800 espectadores. Outros cinemas surgem na década de 1910, enraizando este moderno lazer em Belo Horizonte.

Os filmes transformam-se num produto mercadológico que, portanto, precisa ser vendido. Esse fenômeno acaba impactando que o cinema deva ter uma visibilidade, é preciso atrair o público. Ao mesmo tempo, os espectadores desejam uma exibição dos filmes com o mesmo glamour e requinte que o mundo hollywoodiano, por exemplo, por eles retratado (MACHADO, 2001). Dessa forma, vão surgindo em Belo Horizonte cinemas luxuosos, com grande capacidade para receber o público. Este é o caso do Cine Odeon, “uma luxuosa construção ao estilo *belle-époque*, localizado na rua da Bahia, com capacidade para 500 pessoas.” (VILHENA, 2008, p.98)

Os costumes e hábitos observados nos filmes passaram a ser imitados pelo público, ditando modas. Também se construiu um padrão de conduta dentro das salas de exibição, moldando o comportamento dos espectadores. Kellen Nogueira Vilhena nos chama a atenção para as críticas feitas ao uso de cigarros, chapéus dentro dos cinemas, bem como ao costume de bater bengalas no chão.

Apesar de tudo, o luxo não era condição imprescindível para a constituição dos cinemas. À medida que o entretenimento se popularizava, faziam-se necessárias salas de exibição que atendessem aos mais diversos públicos, inclusive os mais modestos. Em Belo Horizonte não foi diferente, o cinema passou a contemplar os diversos extratos sociais.

Os belo-horizontinos que não pertenciam a famílias abastadas ou que não moravam na área central da cidade, encontraram nos cinemas mais baratos a possibilidade de usufruir deste lazer. Por isso, um dos aspectos mais relevantes do cinema em Belo Horizonte foi a sua capacidade de extrapolar os limites da Avenida do Contorno, o que demonstra a popularidade que atingiu entre as diversas camadas sociais. E dessa forma, de acordo com Machado, “o cinema acaba por se tornar o espaço tão desejado pela República, um lugar para as manifestações coletivas”(MACHADO, 2001, p. 34).

Ao longo do tempo o cinema passou a ocupar um lugar central nas práticas de lazer da cidade, e surgem novos espaços – cada vez mais amplos e modernos – para a exibição de filmes. Fernanda Moraes Machado nos informa que a década de 1920 já era de um “reinado absoluto do cinema”, um verdadeiro hábito, uma mania. Na mesma década Belo Horizonte também vivia as sensações e os estímulos do mundo moderno, daí o cinema ter se apresentado como a linguagem de tradução da nova realidade para o público da cidade.

Na década de 1940 os cinemas haviam se espalhado por diversos pontos da cidade: o “São José (1942), na rua Platina; o Santa Teresa (1944), na praça Duque de Caxias; O Santa Efigênia (1945), na rua Alvares Maciel com Avenida Brasil; o Eldorado (1945) no Calafate; o São Geral (1947), na Lagoinha; o Rosário (1947), na rua Jacuí; o Floresta Novo (1948), na avenida do Contorno; e muitos outros.”(ALBANO, 2008, p.12)

Os moradores assistiram à formação de Belo Horizonte enquanto frequentavam os cinemas. Portanto, sua consolidação como cidade moderna foi processual, acompanhada do desenvolvimento do entretenimento cinematográfico. Através de Fernanda Moraes Machado sabemos que “ser moderno passava pela sala de projeção, e o cinema se torna o caminho mais fácil para, de fato, se conseguir compreender e fazer parte da cidade moderna”(MACHADO, 2001,p.70).

Para Machado, apesar de ser símbolo da modernidade, o cinema trazia a convivência entre o novo e o antigo, pois através dos filmes preservava-se a tradição. Os filmes eram um mecanismo para proteger os elementos que começavam a ser suplantados pelo advento da modernidade. “Em síntese, a nova ordem trazida pela modernidade faz com que a população deseje o novo e todas as suas manifestações, ao mesmo tempo em que se manifesta a favor da antiga ordem, temerosa por sua ruína. Vivem um momento que é de ruptura e conciliação, fragmentação e síntese.”(MACHADO, 2001, p.70)

Acima de tudo, foi a experiência do cinema que se ligou à da vida moderna e urbana. E o espectador belo-horizontino que vivenciou as duas experiências encontrou uma forma de se adequar entre o passado e o futuro, buscando instantes fugazes de sensação que atendessem aos hiperestímulos da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Celina. *Cine Pathé*. Belo Horizonte: Coneceito, 2008

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In.: *Benjamin e a obra de arte – técnica, imagem, percepção*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

CHARNEY, Leo. Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade. In.: CHARNEY, Leo; SHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

MACHADO, Fernanda Moraes. *Entre caboclas e Thedas Baras – A tradição e a modernidade a partir do cinema na década de 20 na jovem capital mineira*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2005, 161p.

MARTINS, Fernanda A.C. Impressionismo Francês. In.: MASCARELLO, Fernando. *História do cinema mundial*. Papyrus Editora, 2006

SCHWARTZ, Vanessa R. O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim-de-século. In.: CHARNEY, Leo; SHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In.: CHARNEY, Leo; SHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

VILHENA, Kellen Nogueira. *ENTRE “SÃNS EXPANSÕES DO ESPÍRITO” E “SARRILHOS DOS DIABOS”*: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895 – 1922). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2008. 177 p.

A representação da mulher na cidade moderna em *Lance Maior* de Sylvio Back

Daiane D. S. Thiele

Graduanda em História, memória em imagem-Bacharelado

UFPR

danithiele@gmail.com

RESUMO: A presente pesquisa busca problematizar as representações da mulher em *Lance Maior* – primeiro longa metragem do diretor Sylvio Back – numa relação entre história e cinema. O filme retrata um triângulo amoroso e foi produzido em Curitiba durante 1968, em meio a um processo de modernização da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Curitiba; Sylvio Back; *Lance Maior*.

Abstract: This search try to find out the representation of women in *Lance Maior* - First feature film of the director Sylvio Back – about a relationship between history and cinema. The film is about a love triangle and was produced in Curitiba during 1968 in the middle of a modernization process in the city.

KEYWORDS: Women, Curitiba, Sylvio Back, *Lance Maior*.

O filme *Lance Maior* (1968), primeiro longa-metragem de Sylvio Back⁸⁵, é a principal fonte utilizada neste texto, cujo objeto central é a representação feminina criada pelo cineasta, especialmente a partir das personagens Cristina e Neusa e seus contextos, mas também pela relação que ambas estabelecem com Mário, o estudante de Direito. Portanto o recorte histórico envolve o contexto curitibano, brasileiro e mundial no ano de 1968, levando em consideração o momento de produção do filme e a presença feminina em meio ao período.

As duas mulheres são apresentadas ao espectador por primeiro, logo nos minutos iniciais do filme, ainda antes da apresentação dos letreiros. Cristina é uma moça de família abastada que estuda na Universidade. Ela é apresentada ao espectador logo na primeira sequência do filme ao som de rock e de forma muito “solta”. Ela corre por um gramado, dança, fala ao telefone, nos é mostrada de forma “leve” como alguém que parece estar de bem como a vida. Na sequência que é mostrada logo a seguir, Neusa aparece sozinha em um parque esperando seu noivo, andando por entre as árvores segurando uma flor na mão, parecendo estar apaixonada, com um olhar distante, aguarda a chegada de seu pretendente, enquanto ouvimos uma música melancólica.

⁸⁵ Sylvio Back nasceu na cidade de Blumenau no estado de Santa Catarina, filho de mãe alemã e pai húngaro, viveu em Florianópolis depois mudou-se para Antonina e Paranaguá onde começou a surgir sua paixão pelo cinema. Em 1957 veio para Curitiba, cidade na qual começou sua carreira no cinema. Tornou-se um dos mais premiados cineastas brasileiros, com diversas participações em festivais nacionais e internacionais.

Logo em seguida se inicia a apresentação de Mário, por meio de fotografias de família. Em voz *off* o pai de Mário faz todo um discurso sobre a necessidade do filho estudar e ter um carreira bem sucedida e também ter um bom casamento, porque, segundo ele “anel no dedo é o que vale”. Após esse trecho, quando os letreiros começam a aparecer na tela, a cidade de Curitiba é mostrada ao espectador. A câmera “passeia” por praças e prédios da cidade, dando a sensação do espectador estar pelas ruas da cidade, aproximando o mesmo do espaço da localização.

Apresentados os personagens principais a trama se inicia, revelando, aos poucos, um jogo de interesses por parte dos três protagonistas. Ainda no início do filme, Mário estabelece um namoro com Neusa e, pouco tempo depois, também com Cristina. Pode-se dizer que Mário e Neusa, ambos de origem mais humilde, possuem os mesmos interesses, pois estão em busca de ascensão social, custe ela o que custar, nem que para isso seja necessário um casamento por conveniências. Já Cristina, uma moça de classe social mais alta, parece entrar na relação com Mário por “brincadeira”, por diversão, um “passatempo”.

Neusa, no início do filme se encontra com o noivo Rogério, que pertence à sua classe social. Mas na primeira oportunidade em que vê a chance de um casamento melhor, ela o deixa para tentar a sorte com Mário. Ela termina com seus planos frustrados, uma vez que, com o desenrolar dos fatos, ela percebe as verdadeiras intenções de Mário, e acaba por fim, ao que parece, voltando com o noivo. Já Mário, após idas e vindas nos encontros alternados com as duas moças, em sua cena final está em um Boliche com um amigo e duas prostitutas. Todos estão bêbados e esse final sugere que Mário termina sem nenhuma das duas moças, tendo, portanto, assim como Neusa, seus planos frustrados. O filme como um todo deixa diversas coisas em aberto, principalmente o desfecho dos personagens.

Não se pode dizer que o filme possui apenas uma protagonista feminina, porque as duas são mostradas com a mesma relevância: o cineasta optou por colocar duas personagens com valores distintos com a mesma importância dentro da narrativa de *Lance Maior*. Levando em consideração o período em que o filme foi produzido e o fato de estar representando, na diegese, esse seu próprio tempo de produção, marcado por grandes conquistas femininas, pretende-se refletir sobre a forma como elas foram retratadas por três roteiristas homens: o diretor Sylvio Back, e seus colegas Nelson Padrella e Oscar Milton Volpini⁸⁶.

⁸⁶ “OSCAR MILTON VOLPINI, jornalista, contista e roteirista. Natural de Caxias do Sul (RS), está radicado em Curitiba (PR) desde 1958. Repórter policial, trabalhou nos jornais *O Dia*, *Diária do Paraná* e *o Estado do Paraná*. Foi igualmente editor da revista *Panorama* e o redator da *Secretaria de Comunicação Social do Governo do Paraná* (...) NELSON PADRELLA, jornalista, escritor, roteirista e artista plástico. Nasceu no Rio de Janeiro, radicando-se em Curitiba nos anos 50. Milita na imprensa paranaense, unindo crônicas com charges

A presente pesquisa articula cinema e história, tendo como princípio que o filme pode trazer indícios sobre questões sociais, morais e históricas do seu tempo de idealização e produção. Segundo Marcos Napolitano, uma produção fílmica é carregada

não apenas das motivações ideológicas dos seus realizadores, mas também de outras representações e imaginários que vão além das intenções de autorias, traduzindo valores e problemas coetâneos à sua produção (NAPOLITANO, 2001, p. 65).

Levando-se em consideração a pretensão de trabalhar com questões relacionadas à representação feminina no filme *Lance Maior*, é importante mencionar que, quanto às discussões teóricas sobre gênero, a referência principal desta pesquisa foi a autora Joan Scott. Segundo Joan Scott, as abordagens femininas realizadas por historiadores podem ser divididas em duas distintas categorias de uso, sendo a primeira descritiva, que não explica e também não atribui uma causalidade, e já o “segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam as formas que têm” (SCOTT, 1995: p. 75). Tendo como base a segunda categoria apontada por Scott, pretende-se analisar os fenômenos da realidade ali representada, e que traz elementos do seu contexto de produção, para entender como o cineasta construiu as personagens centrais do filme. Será levado em consideração a contextualização do período, não apenas curitibano e brasileiro, mas pensando em dimensões mundiais, tendo em vista que o ano de 1968 foi marcado por diversos protestos, tendo a mulher desempenhado papel de grande importância.

Os personagens de *Lance Maior* viviam na cidade de Curitiba, que passava por um amplo processo de modernização. Nesse sentido, é interessante pensar no conceito da modernidade, que abrange muitas ideias. A modernidade é um tipo de experiência inevitável para as pessoas do mundo contemporâneo. De acordo com Zygmunt Bauman (2003), o que mudou, foi a modernidade sólida, que deu lugar à modernidade líquida. A primeira seria justamente a que compreende um conjunto estável de valores e modos de vida. Já na segunda, tudo é efêmero, as relações humanas não são mais concretas e a vida em conjunto, familiar, de grupos de amigos, perde a consistência e a estabilidade.

A modernidade é uma experiência carregada de ambiguidades, pois traz consigo a segurança e o perigo, a mudança e o risco. O século XX pode mostrar isso por si só, onde as pessoas conviveram com as estrondosas revoluções tecnológicas contrastando com a fome, a miséria, o analfabetismo. Essa experiência moderna não está congelada no passado, mas ainda

de humos. Trabalhou como publicitário antes de ingressar no serviço público nos anos 70. Em 1967, vê despertar sua vocação de pintor, tendo angariado, desde então, inúmeros prêmios e feito exposições tanto no Brasil como no exterior”. BACK, 2008, p. 164.

é vivida por todos no presente, diariamente. E era a experiência pela qual passavam, também, os personagens de *Lance Maior* na Curitiba dos anos 1960.

Cristina, mulher moderna na Curitiba que se moderniza

Na primeira cena em que Mário e Cristina aparecem juntos, eles estão dentro do carro de Cristina que está sendo dirigido por ela. Neste trecho, pelo diálogo, nota-se que eles estabeleceram um relacionamento no qual ainda estão construindo as “regras”, pois Cristina diz: “Vamos estabelecer um namoro moderno, tá?”. É possível identificar uma postura aparentemente superior de Cristina, em um filme que foi produzido em 1968 e que representa o seu próprio tempo. O diálogo entre eles, permite também compreender o perfil dos personagens, Mário diz que estuda Direito, portanto, eles são jovens universitários.

É interessante destacar que Cristina está dirigindo o carro e conversa. Para a época uma mulher dirigindo é algo moderno, ela dirige também o rumo da conversa e do relacionamento que se inicia. A personagem de Cristina é colocada como moderna em todo o discurso, e o fato dela estar dirigindo é relevante, porque nos mostra uma posição diferente da mulher na sociedade, esses são fatores que tem relação com todo o período vivido mundialmente referente às conquistas feministas. Cristina é uma personagem coerente com as questões que envolvem a emancipação das mulheres no tempo de produção do filme (anos 1960), ela vive a capital que passa por amplo processo de modernização.

Os personagens de *Lance Maior* vivem o ambiente urbano, sendo assim, é necessário pensar a cidade enquanto espaço, local em que se vivem as experiências da vida urbana, portanto uma vida moderna, que pode ser tida como espaço de construção de identidades. Sylvio Back e os roteiristas de *Lance Maior* viviam essa Curitiba que passava por um amplo processo de modernização, faziam parte desse contexto, que é representado e mesmo apresentado no filme. Além da larga avenida pela qual Cristina conduz seu carro na cena descrita acima (e que é a Avenida Sete de Setembro, logo após sua revitalização, em 1968), várias cenas do filme podem ser vistas como “documentos” das transformações na cidade na época: quando, por exemplo, os personagens andam nas ruas e lugares públicos, as pessoas que estão transitando, pessoas que não são atores, os lugares, pontos de ônibus, praças, lojas, ruas, são imagens de Curitiba em 1968.

Desde o prelúdio, a cidade é mostrada como um fator importante no filme. *Lance Maior* inicia com a apresentação dos personagens, conforme já foi explicado antes: primeiro Cristina ao som de uma música com batidas fortes, depois Neusa em uma cena romântica, seguido de Mário que nos é apresentado com fotografias desde sua infância e ainda, Curitiba. A capital, que serve de cenário para o filme, é apresentada ao espectador, após a apresentação

dos personagens centrais. Juntamente com os letreiros, várias imagens de Curitiba são mostradas - praças, prédios, ruas.

Com exceção da catedral – cuja construção data de fins do século XIX –, os demais elementos visuais remetem aos projetos de urbanização que desenharam Curitiba nos anos 1950 e 60, seja pelo padrão arquitetônico, seja pela organização de trânsito e das praças (KAMINSKI, 2012: p. 101).

Curitiba então pode ser considerada personagem do filme, pois o cineasta explora as imagens da cidade.

Cristina e Neusa vivem esta cidade, mas a primeira parece viver mais a modernização, ela pode ser apontada como uma mulher moderna, com pensamentos modernos, como podemos notar no diálogo citado no início do texto. Neusa embora viva a experiência urbana, trabalhe no centro da cidade, ande pelas praças e ande de ônibus, sonha com um bom casamento que lhe traga ascensão social. Seus valores, como se vê, são mais conservadores.

Neusa nos mostra ainda, uma capital contraditória, pois em meio a tanta modernização, ela mora no subúrbio, que é mostrado no filme como um lugar distante do centro - distante no sentido de grandes diferenças. Enquanto o centro tem seus grandes prédios, ruas cheias de carros, enquanto Cristina anda de carro e frequenta a Universidade Federal, o bairro onde Neusa mora não possui nem água encanada como é mostrado na cena em que Neusa está em casa com a família.

A Curitiba de Neusa

Lance Maior mostra Curitiba, a capital que se moderniza, porém, mostra também algumas contradições, como o subúrbio muito precário. A primeira cena em que o subúrbio da cidade é mostrado é quando Neusa está indo para sua casa. São mostradas ruas sem asfalto, longos campos de mato, crianças andando descalças nas ruas e até mesmo carroças. Cenas bem diferentes das que mostram o centro da cidade. As cenas foram filmadas na Vila Hauer⁸⁷, bairro que hoje em dia possuiu asfalto e com rede de saneamento básico, porém na época das gravações do filme, parecia não pertencer a Capital até então mostrada no filme, lembrando inclusive uma vila ou cidade do interior.

Back destaca, por meio das imagens, as ruas sem asfalto do bairro em que Neusa mora, destaca ainda as cercas em volta das casas e a mãe da personagem lavando roupas num tanque no quintal, parecendo dar ênfase na vida humilde que a personagem leva. Algo que não acontece com Cristina, que está sempre em ambientes requintados, e a única cena que

⁸⁷ Tribuna do Paraná, Curitiba, 06.04.1968. No dia das filmagens saiu uma pequena publicação informando que o *Lance Maior* seria gravado na Vila Hauer.

mostra a casa dela, é aquela que está em uma conversa aberta com seus pais, em que conta da sua relação com Mário com desdém.

Embora Neusa more em um bairro pobre, no filme ela aparece muito no centro da cidade, pois trabalha como vendedora em uma loja de tecidos e anda pelo centro em diversas cenas. Ela anda nas calçadas e ruas cheias de pessoas e carros e, assim, parece ser mais um no meio da multidão que trabalha e vive o centro da cidade. Neusa por vezes some no meio da multidão, a câmera parece ser o olhar do espectador, que também está no meio das daquelas pessoas que andam em diversas direções. Neusa e o espectador parecem fazer parte de uma mesma massa, massa esta, que vive a cidade.

Curitiba então, parece se contradizer, ao mesmo tempo que tem um centro moderno, com ruas largas e asfaltadas, repletas de carros, ônibus e pessoas trafegando, possui também um lado pobre, o inverso de tanta modernização. É possível notar que o Back associa Neusa a essa parte da cidade que se contradiz.

É muito interessante e peculiar a forma como Back associa Neusa a esse mundo que ela quer tanto deixar de pertencer. O diretor deixa muito claro que ela é suburbana, e faz questão de ressaltar que o bairro onde ela mora não tem nem água encanada. Em uma das cenas, na casa de Neusa, um homem retira água direto do poço a mando da mãe de Neusa. Nota-se, ao fundo, o casebre simples e o quintal de chão batido, indicando precariedade.

Ao analisar matérias da *Revista Panorama*⁸⁸ publicadas nos anos de 1965-1968, deparamo-nos com diversas publicações que trazem a cidade moderna como assunto, algumas delas com o título *A Curitiba de amanhã* (*Revista Panorama* nº 162, Curitiba, novembro de 1965), ou *A nova face de Curitiba* (capa da *Revista Panorama* nº 162, Curitiba, novembro de 1965), mostram as novas construções, as ruas asfaltadas, grandes projetos de modernização. Em contradição a esse tipo de matéria, há também diversas publicações mostrando as favelas da cidade, as fotos que são utilizados tem um grande apelo social e são utilizadas as mesmas fotos em várias publicações sobre o tema.

Uma reportagem que chama bastante atenção tem o fundo preto, que lembra o luto, e em letras garrafais o título *Curitiba declarou guerra às favelas* (*Revista Panorama* nº 152, Curitiba, janeiro de 1965), na imagem uma criança sem roupas está ao lado de uma senhora que tenta fazer fogo em uma lata, ao fundo uma casa de madeira com uma lamparina. A imagem sem dúvida possui um forte apelo emocional, juntamente com o fundo preto da

⁸⁸ Fundada em 1951, pelo jornalista e professor Adolfo Soethe, cidade de Londrina - Norte do Paraná, a *Revista Panorama* foi um dos primeiros veículos de comunicação da região. Na década seguinte foi transferida para Curitiba. Disponível em: http://www.panorama.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18&Itemid=16.

reportagem. A mesma imagem foi utilizada em outras reportagens, assim como a imagem de outras crianças em situação miseráveis.

Estas questões estão sendo levantadas, pois Curitiba não era apenas uma capital que se modernizava ou aproximava-se do Primeiro Mundo – ideia esta que até hoje existe –, ela passava por pleno movimento de expansão urbana, e tal expansão também excluía diversas pessoas que viviam em condições precárias.

Não de forma tão explícita, mas Back ao filmar o subúrbio, também mostra crianças andando descalças por ruas sem pavimentação, casa sem água encanada, carroças pelas ruas.

Os vinte mil favelados de Curitiba são homens e mulheres revoltados. Não se conformam em verem que a cidade tem dois lados – e que eles estão no mais sujo, no mais infecto e no mais odioso deles. Por isso mendigam, por isso roubam e mandam que sua filhas se prostituam (*Revista Panorama*, Curitiba, agosto de 1965, nº 159).

Ele parece mostrar e associar à Neusa, que não aceita a sua realidade e quer de todo jeito não pertencer mais aquele espaço, mesmo que seja por meio de um casamento por interesse. Essa “cidade de dois lados” é mostrada por Back, não de forma tão pesada e apelativa como no caso da *Revista Panorama*, mas parece, que de certa forma, o cineasta quis mostrar tais contradições, uma espécie de “denúncia” da miséria existente na capital, que são expressas no filme por meio das cenas que mostra o dia a dia de Neusa.

Kaminski destaca que a “urgência de Back em falar de seu tempo, e a *vontade de agir*, ainda que sob forma de uma produção cultural, através da qual pretendia fazer com que o espectador – projeção de um suposto “homem comum” – pudesse “se ver” representado na tela” (KAMINSKI, 2009: p. 234). Esse homem (ou mulher) que por vezes anda no centro da cidade como Neusa e que também pode morar no subúrbio, ou ainda, aquele homem/mulher que pertence a uma classe social mais alta e que muitas vezes “fecha os olhos” para a realidade em sua volta.

Considerações finais

Lance Maior possibilita várias discussões e análises sobre diversos assuntos da sociedade da década de 60 no Brasil. Esta pesquisa procurou compreender de forma mais ampla como a mulher foi representada. Ao responder a essa questão, vários temas se tornaram indispensáveis para entender de forma mais ampla o filme como um todo, como exemplo a capital paranaense em pleno processo de modernização – pensando no próprio conceito de modernidade -, e a posição da mulher em meio a essas mudanças.

A partir de então, em grande medida, constou-se, por meio das leituras realizadas, que a modernidade provoca transformações nos valores sociais, e as relações se tornam mais

efêmeras, conforme colocado por Bauman. Pensando de que forma isso foi levado para o filme, e principalmente nas representações das personagens femininas, pode-se colocar que elas fazem parte dessa nova sociedade que tem seus valores alterados devido às transformações da modernidade.

É interessante destacar, as posições das protagonistas de *Lance Maior*, ou seja, as novas posições da mulher na sociedade, que independente do meio para chegar ao seu objetivo, elas querem algo para si e tentam conquistar, de qualquer maneira. Enquanto Neuza representa um comportamento mais conservador, de buscar sua valorização social por meio de um bom casamento, Cristina representa uma postura mais ousada. Mostra uma nova postura da mulher perante a sociedade, tem suas próprias opiniões, não sendo submissa e conformada. O que condiz com os novos comportamentos nas relações entre casais, conforme descritos por Ventura (2008), mostrando que *Lance Maior* possui aspectos não apenas da sociedade de Curitiba da década de 60, mas sim da sociedade urbana ocidental como um todo.

A partir da análise de reportagens que saíram quando da estreia do filme em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, é possível identificar um discurso apelativo da mídia, em relação à mulher representada no filme. *Lance Maior* não possui cenas de sexo, as únicas cenas em que as personagens mostram mais o corpo são as cenas que em Cristina sai da piscina de biquíni com sua amiga, e a cena em que Mário imagina ver Neuza se despindo para ele em seu quarto. Ainda assim, em diversas reportagens se enfatiza que as personagens aparecem em “roupas íntimas”, usando a imagem do corpo da mulher para fazer propaganda do filme. Todas essas reportagens com características apelativas mostram uma sociedade que ainda não aderiu como um todo à modernização, que está passando por um processo de transição, e, ao mesmo tempo em que se quer “moderna”, é bastante conservadora. Ou seja, essas notícias deixam perceber um pouco das contradições que acompanham o processo de modernização.

A partir de todos os elementos apresentados até aqui, tornou-se mais clara a diversidade na representação da mulher em *Lance Maior*, e a posição de Back e dos outros roteiristas, uma vez que colocaram no filme, questões da sociedade, e se mostram com uma postura crítica por meio do filme, como diversos artistas da década de 60. Pode-se dizer que a mulher em *Lance Maior* se modernizou com o mundo, e mudou sua posição perante a sociedade, alterando os valores até então tradicionais.

Entretanto, elas possuem contradições: ao mesmo tempo em que são modernas, na questão da sexualidade, mostram-se conservadores. No caso específico de Neuza, que diz que só terá relações sexuais após o casamento, numa cena em que briga com Mário, como se estivesse se guardando para esse ritual. No caso de Cristina, que conversa abertamente com

as amigas sobre sexo e sobre namoradores na frente do pai, sente-se ofendida quando Mário tenta fazer algo com ela em um dos passeios, sendo este o motivo para o término do namoro. Portanto, a mulher em *Lance Maior*, pode-se dizer que estava no meio de um “turbilhão” de mudanças na sociedade, em que existiam, misturados, valores conservadores e valores novos. Embora, para a época tanto Cristina como Neuza pudessem ser consideradas modernas, por estarem em meio do processo de mudança, ainda carregavam consigo valores conservadores. Como são personagens elaboradas por homens (o diretor e os roteiristas), pode-se dizer que esses eram valores masculinos.

Fontes

Filme: *LANCE MAIOR*. Direção de Sylvio Back. Curitiba, Produção: Sylvio Back, A.P. Galante e Alfredo Palácios, 1968. 1 filme (100 min), preto-e-branco; 35 mm
Direção: Sylvio Back
Elenco (protagonistas): Reginaldo Farias, Irene Stefânia e Regina Duarte
Roteiro: Oscar Milton Volpini, Nelson Padrelli, Sylvio Back

Roteiro do filme:

BACK, Sylvio. *Lance Maior – 1968/2008 40 anos*. Rio de Janeiro. Imago, 2008.

Jornais e revistas:

Folha de São Paulo, 07.03.1969.
Folha de São Paulo, São Paulo, 6ª Feira, 07.03.1969.
Revista Panorama, Curitiba, agosto de 1965, n° 159.
Revista Panorama, Curitiba, agosto de 1965, n° 159.
Jornal da tarde, SP, 07.03.1969.
Folha da Tarde, São Paulo, 07.03.1969.
O Estado do Paraná, 29.09.1968.
Jornal da Tarde, SP, 07.03.1969.
Diário da Noite, 07.03.1969.
Diário da Noite, Ano XLIV, SP, 6ª-feira, 07.03.1969, n° 13.561.
Folha de São Paulo, 07.03.1969

Bibliografia

BACK, Sylvio. *Lance Maior, Argumento e roteiro Sylvio Back, Oscar Milton Volpini e Nelson Padrella*. Editora: Imago, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2003.

COSTA, Simone de Góes e ALTTIMAN, Cristina Navarro. *Revolução Feminina: as conquistas da mulher do século XX*. Jandira, 2009, trabalho apresentado ao curso de Administração de Empresa da Faculdade Eça de Queiroz.

KAMINSKI, Rosane. O cinema na mídia e a mídia no cinema: Lance Maior nos debates sobre os meios de comunicação de massa. *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, n. 13, p. 203-223, jul-dez. 2006.

_____. O Brasil urbano no cinema dos anos 1960: Curitiba melancólica em Lance Maior, de Sylvio Back (1968). *Est. Hist*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 88-111, janeiro-junho de 2012. Disponível em [HTTP://.www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862012000100007&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862012000100007&script=sci_arttext)

_____. *Poética da Angústia: história e ficção no cinema de Sylvio Back – anos 1960-70*. Curitiba, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, v. 20 n. 2, p. 71-99, julho/dezembro, 1995.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História interfaces. *Tempos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em www.Historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf.

NAPOLITANO, Marcos. *A arte engajada e seus públicos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 28, 2001.

OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Editora UFPR, Curitiba-PR, 2000.

OLIVEIRA, Márcio de. A trajetória do discurso ambiental de Curitiba (1960-2000). *Revista Social Política*, Curitiba, 16, p. 97-106, jun. 2001.

RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos Fracos. Cinema e História do Brasil*. Ed. Edusc, São Paulo, 2001.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Memórias e cidade: Depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)*. 2ª edição, editora: Aos quatro ventos, 1999.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, 20 (2) 71-99, julho/dezembro, 1995.

VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou*. São Paulo, Editora: Planeta do Brasil, 2008.

Do amor à face do medo: violência doméstica em telenovelas

Dalene Maciel Gonçalves

Mestranda em História Social

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

dalene.maciel@hotmail.com

César Henrique de Queiroz Porto

Doutor em História Social – USP

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

cesarqueirozporto@gmail.com

RESUMO: A violência doméstica contra mulher ganhou relevância na sociedade através das lutas feministas e da abordagem midiática, principalmente em telejornais e telenovelas que exibem casos de violência contra a mulher transmitindo informações aos lares brasileiros. Este trabalho se propõe a discutir como a violência doméstica é representada nas telenovelas *Mulheres Apaixonada* e *Fina Estampa* exibidas pela *Rede Globo*.

PALAVRAS CHAVE: Violência; Mulher; Telenovela; Representação.

ABSTRACT: The domestic violence against woman won relevance in society through the feminist fights and media approach, mainly in TV news and soap operas that display cases of violence against women, broadcasting information to Brazilian homes. This work proposes to discuss how the domestic violence is represented in soap operas *Mulheres Apaixonadas* e *Fina Estampa*, both displayed by *Rede Globo*.

KEYWORDS: Violence; Woman; Soap Opera; Representation.

Introdução

O presente trabalho propõe abordar de forma parcial⁸⁹ a representação da violência doméstica em telenovelas brasileiras, especificamente nas telenovelas *Fina Estampa* e *Mulheres Apaixonadas*, pois ambas demonstraram um drama familiar vivido por inúmeras mulheres e famílias.

Em meados da década de 1960 e 1970 se concentrou uma crise de paradigmas na história, o que levou uma ruptura epistemológica que pôs em xeque os marcos conceituais dominantes da História. A partir desse período a sociedade se emerge de forma mais complexa, novas questionamentos então no amálgama da sociedade e antigos paradigmas não conseguem sanar tais questionamentos.

⁸⁹ O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa realizada no Mestrado em História Social na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) iniciada em fevereiro de 2014 sob orientação do Prof. Dr. César Henrique de Queiroz Porto.

A dinâmica social se tornava cada vez mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e interesses. Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobretudo da aparentemente escapada de determinadas instâncias da realidade – como a cultura, ou os meios de comunicação de massa – aos marcos racionais de logicidade (PESAVENTO, 2003, p. 9).

Com a renovação da escrita da história esta se apresenta com novas tendências, entre as quais o estudo do feminino, da violência, do corpo, da sexualidade, da mídia, dentre outros que iam se desenvolvendo em diversos campos. Apesar dessa renovação, devemos ter em mente que não houve uma ruptura rígida e imediata desses paradigmas, como afirmou Sandra Jatahy Pesavento “(...) a crítica ou a contestação de certas posturas historiográficas presente nessa ruptura dos paradigmas das últimas décadas do século XX não representa uma ruptura completa com as matrizes originais” (PESAVENTO, 2003, p. 9).

Essas novas concepções de se fazer história passaram a ser dialogadas no Brasil por volta da década de 1980 e 1990, período em que o mundo passava por diversas e rápidas transformações que modificaram a forma das pessoas agirem, pensarem, se organizarem. Intensificou-se a remodelagem de concepção, escrita, objetos da história e a busca por novas fontes emergiu. É no cerne dessas novas concepções que se inserem os estudos sobre a mídia, abrangendo seus mais variados formatos, aspectos, e em se tratando da mídia televisiva, sua programação, recepção e a forma como esta representa a sociedade e a maneira como a sociedade se sente representada, seus anseios, frustrações, desejos e crítica de si mesma.

Para José Carlos Reis, a partir de 1989, a historiografia “mudou de pele”, deixou de se falar “de estruturas”, “de longa duração”, “de classes e lutas de classes”. Na atualidade, as palavras que mais se utilizam no meio acadêmico principalmente envolto da história cultural são: “pós- modernidade”, “representação”, “imagem” dentre outras. Para este autor as mudanças na historiografia foram tão profundas que os próprios historiadores ficaram perplexos com as transformações, dessa maneira, o autor afirma que “(...) para compreendermos o que se passa com a historiografia atual, é preciso enraizá-la em sua historicidade, nos eventos históricos que deram forma e conteúdo ao presente” (REIS, 2012, p. 69).

A realidade tornou-se mais complexa e as questões que outrora necessitavam constantemente de respostas dos historiadores perderam a validade. “As concepções antigas foram substituídas pela modalidade vencedora de entendimento da cultura que ganhou espaço junto às universidades e a própria mídia” (PESAVENTO, 2003, p. 15).

Como consequência das modificações ocorridas no mundo e na história houve, uma renovação das correntes historiográficas e dos campos de pesquisa, multiplicaram-se o universo temático e os objetos, bem como a utilização de inúmeras novas fontes. O que gerou uma explosão de questionamentos, de produção tanto acadêmica quanto midiática.

Os historiadores também passaram a se interessar pelo presente, pelo que estão vivendo e sentindo. A todo momento surgem questionamentos não apenas do que passou, mas do que está se passando, nesse campo insere-se a História do Tempo Presente que deve ser entendida “como uma possibilidade bastante diversificada e abrangente e que como prática contemporânea do historiador que procura problematizar a partir de seu cotidiano” (PORTO, 2012, p. 207) de forma que possa ser compreendida como uma história escrita em qualquer tempo pelos seus contemporâneos partindo de uma problemática do seu tempo promovendo a interação “do presente e do passado”, pois essas problemáticas permeiam nossas preocupações cotidianas.

A telenovela como fonte para pesquisa

A mídia televisiva, dentre os mais variados meios de comunicação, possui uma importante relevância para que as informações circulem na sociedade. A forma como essas informações são apresentadas no meio televisivo bem como a recepção dessas informações podem ser consideradas instrumentos riquíssimos na pesquisa historiográfica, pois podem representar a sociedade em seus variados segmentos.

A força das imagens, mesmo quando puramente ficcionais, tem a capacidade de criar uma "realidade" em si mesma, ainda que limitada ao mundo da ficção, da fábula encenada e filmada. A experiência social do cinema e da televisão apoia sua força nesse pacto, ainda que os mecanismos de consciência possam ser diferentes para cada um dos dois meios. Em alguns casos, o historiador pode reproduzir esse fetiche em seu trabalho de análise (...) (NAPOLITANO, 2005, p. 237).

De acordo com César Henrique de Queiroz Porto a televisão está presente na vida dos brasileiros há mais de cinquenta anos e, nas últimas décadas, firmou-se como um dos principais meios de comunicação e informação nacional. “Pode-se falar que se tornou uma verdadeira instituição, ‘mania nacional’, fazendo parte do imaginário social da população” (PORTO, 2012, p. 205).

A sociedade contemporânea é marcada por um estado de superinformação permanente. O ambiente tecnológico do final do século XX criou percepções de tempo e espaço inéditos na história humana. Nunca foi tão fácil informar-se sobre o que se passa nos lugares mais longínquos do planeta. A informação é adquirida, acima de tudo, de modo visual (PORTO, 2012, p. 213).

Segundo Douglas Kellner, “há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais” (KELLNER, 2001, p.9).

No Brasil, a televisão é um dos mais importantes veículos de comunicação, a *Rede Globo* pode ser considerada, senão a maior, uma das maiores emissoras do país, sua programação geralmente rege o cotidiano dos brasileiros. O fato de a emissora ser uma das mais importantes do país justifica a escolha de dois programas a ela pertencentes, especificamente duas telenovelas.

A TV Globo veio assim introduzir uma renovação não só temática, mas também da linguagem da telenovela, que se consolidou a partir dos anos 1970 como um produto extremamente popular e lucrativo. A adoção de um tom realista não significava, contudo, que o espírito da telenovela, nos moldes de um folhetim abandonasse a perspectiva do melodrama. Tratava-se em lidar com questões próprias da realidade brasileira, em moldes realistas, sem perder de vista o entretenimento e a preocupação em atingir o gosto do grande público, e daí a permanência do padrão do melodrama como matriz da narrativa ficcional televisiva (KORNIS, 2007, p. 103).

Segundo Mônica de Almeida Kornis (2007), a partir dos anos de 1990 com campanhas de caráter social revelaram uma nova face da telenovela da Rede Globo, emergiu uma “estreita ligação de produto ficcional da emissora com a realidade brasileira” (KORNIS, 2007, p. 112). Essa ligação foi denominada pela autora como “marketing social nas telenovelas” no qual consistia a inserção de questões ou temas “com uma função que mais que pedagógica, pode ser caracterizada como de ajuda humanitária ou de utilidade pública” (KORNIS, 2007, p. 113).

A telenovela aparece como um ponto de entrecruzamento não só de formas de investigação sobre a cultura de massa, mas de estados de reflexão teórica sobre as relações entre a televisão, os gêneros “cultos” e “populares”. Por meio dela é possível identificar o lugar da ficção narrativa da constituição do imaginário social e, no presente caso da telenovela brasileira, o que as diferenças regionais fazem a um produto que atravessou fronteiras (LOPES, 2004, p. 127 - 128).

Para Silvia Del Valle Gomide (2006), os temas abordados pelas telenovelas são fundamentais para atração da audiência, as suas histórias sobre trabalho árduo que levam a uma ascensão social, dramas familiares, temas rurais, migração rural são imagens esperançosas sobre a vida de boa parte da sociedade.

Os conteúdos culturais das novelas são variados, são diversos estilos de vida que são ali demonstrados, permitindo assim leituras e conhecimentos diversos por parte dos espectadores e, por esse motivo, permitindo sempre alguma aproximação afetiva com alguma personagem. Essa é também uma

chave para o seu sucesso de audiência – pois cria assim uma situação em que o espectador está sempre ansioso para saber do desfecho de alguns dos personagens, mesmo que se interesse só por um ou por outro. (ALMEIDA *apud* GOMIDE, 2006, p.55).

Para Maria Lourdes Motter (2004), a *Rede Globo* tornou brasileira a telenovela. Sendo no Brasil que se encontram aqueles que podem ser considerados os melhores roteiristas, diretores e produtores desse gênero televisivo. O constante investimento nessas produções se deve ao fato de que a telenovela não pode ater-se apenas a fantasia ou a ilusão, apesar desses quesitos constituírem uma parte considerável da trama ela também mostra parte da realidade do público, este necessita se identificar com a trama para encontrar o sentido da própria realidade.

(...) tais produções tendem a atuar no sentido de fortalecer minorias no rumo da aceitação, da inclusão, promover a crítica do cotidiano, na política, nas relações sociais, apontando esquemas de poder, denunciando a corrupção, a falta de ética, a discriminação, a inoperância do poder público, a violência em suas múltiplas formas de manifestação. Seja de modo sério, brincalhão, pela ironia ou como paródia. Não são contos de fadas falando de um mundo encantado, mas *flashes* da realidade que nos envolve sem que vejamos com clareza no cotidiano concreto (MOTTER, 2004, 261).

Ainda segundo Motter, a telenovela é expressiva, pois ela consegue alcançar o conjunto social como um todo, ela é capaz de ultrapassar a própria audiência, pois suas temáticas são abordadas não mais descontraídas conversações do cotidiano. É capaz de “influenciar as preferências de parte significativa dos telespectadores” (MOTTER, 2004, 265).

Para Thomas Tufte (2004), se de um lado as telenovelas são fontes de entretenimento, por outro lado, as audiências que as narrativas produzem, demonstram o “significado social, cultural e até mesmo a função política que pode ser atribuída às telenovelas.” (TUFTE, 2004, 298). Muitas vezes ela expõe mazelas sociais, denuncia preconceitos e contribuem para um sentimento mais igualitário entre os indivíduos, por ser baseada em uma relação emocional com seus espectadores, a telenovela proporciona, portanto, uma “articulação com uma grande variedade de sentimentos e identidades” (TUFTE, 2004, 297).

(...) as telenovelas tocam algumas vidas do dia-a-dia que são fortemente reconhecidas por eles, conectando uma identificação e sentimentos de satisfação e prazer, promovendo um senso de pertencimento cultural e social em uma variedade de comunidades distintas, contrabalanceando os muitos processos de marginalização sociocultural e político-econômica experimentada por muitos cidadãos de baixa renda no Brasil. Isso se torna uma importante maneira de exercitar a cidadania cultural no sentido de achar o reconhecimento de preocupações cotidianas e, em alguma instância, ter a

experiência de que esses problemas possam ser divididos com os outros. (TUFTE, 2004, 298-299).

Ao abordar temáticas que estão em pauta nas discursões sociais, como violência doméstica, violência sexual, uso de drogas, as telenovelas causam uma comoção social. As emoções interpretadas pelos atores representam emoções sentidas por inúmeras pessoas na realidade, dando “a ilusão de estar com cada espectador, numa íntima proximidade” (BUONANNO, 2004, 343).

Necessitamos dessas representações porque elas nos dão um sentido de pertencer a algo, de fazer algo melhor, precisamos saber o que temos a ver com o mundo ao qual pertencemos. Como afirma Milly Buonanno à razão principal pela qual é necessário levar a sério as histórias especialmente as contadas pelo meio televisivo, “é que por meio delas a sociedade se representa” (BUONANNO, 2004, p.339).

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de conduta e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2009, p. 39).

Por meio de representações, a telenovela cria mediações entre a ficção e a realidade, reproduzindo interpretações e construções do cotidiano da sociedade. Como afirmou Sandra Jatahy Pesavento, “a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção a partir dele” (PESAVENTO, 2009, p. 40).

A violência doméstica é assunto frequentemente abordado pela televisão, sendo temática exibida nos programas informativos como telejornais. A temática abordada pelas telenovelas adquire uma proximidade maior ao telespectador fazendo com que este viva as emoções transmitidas pelos atores ao interpretarem personagens, pois as novelas são nossos “contos de moralidade” permeiam a consciência como afirmou Milly Buonanno.

Mulheres Apaixonadas e *Fina Estampa* foram novelas que marcaram época devido a suas variadas temáticas dentre as quais a violência doméstica sofrida pelas suas personagens. Raquel (*Mulheres Apaixonadas*) e Celeste (*Fina Estampa*) sofriam agressões dos seus respectivos cônjuges sem possuir coragem para denunciá-los, foram personagens marcantes, pois de certa forma muitas brasileiras se identificavam com o papel representado pelas atrizes.

Mulheres Apaixonadas foi exibida no período de 17/02/2003 à 11/10/2003, do autor Manuel Carlos, e *Fina Estampa*, exibida no período de 22/08/2011 à 23/03/2012, escrita por

Agnaldo Silva. As duas telenovelas foram exibidas às 21hs, que é considerado o horário nobre da televisão brasileira, pois o índice de audiência é considerado alto nesse horário (grande número de televisores ligados na emissora).

Rachel (Helena Ranaldi) vive um drama na novela, é frequentemente agredida pelo marido Marcos (Dan Stulbach), mas não possui coragem para denunciá-lo à polícia. Para escapar das agressões, foge de São Paulo para o Rio de Janeiro e consegue ministrar aulas de Educação Física na escola em que Helena é diretora.

Na medida em que a novela é desenvolvida, Marcos descobre que Rachel está no Rio de Janeiro e começa persegui-la. Com o passar do tempo, e as constantes agressões, Rachel compartilha o problema com a diretora da escola, que a incentiva a denunciar o marido que, por sua vez, é uma pessoa bem vista pela sociedade, rico, bonito e aparentemente muito tranquilo.

Rachel decide prestar queixa, realiza todos os exames necessários para a comprovação das agressões, entretanto se depara com uma triste realidade, Marcos não foi punido devidamente⁹⁰ e volta a persegui-la intensamente, principalmente porque Rachel começa a se relacionar com outra pessoa, o que torna Marcos mais agressivo.

A trama em que Rachel está envolvida tem por desfecho a morte de Marcos em um acidente provocado pelo próprio, sendo este um dos pontos que torna a pesquisa relevante, uma vez que Rachel apenas se torna livre das agressões após a morte de Marcos devido à sua própria inconsequência, não recebendo uma punição judicialmente adequada aos crimes cometidos.

Dentre os vários núcleos apresentados na novela *Fina Estampa*, a violência doméstica ocorre entre o casal Celeste (Dira Paes) e Baltazar (Alexandre Nero). As discussões e brigas entre ambos, geraram polêmica, uma vez que Celeste sofria constantes agressões do seu companheiro. Baltazar é motorista de Teresa Christina (Christiane Torloni) - mulher rica e elegante - tendo um comportamento passivo, educado e discreto no trabalho, mas desconta suas frustrações em Celeste revelando assim um lado agressivo.

Celeste é uma dona de casa que sonha em ter um restaurante. Sofre constantemente agressões verbais e físicas do marido, mas teme denunciá-lo. Ela sempre se apoia na melhor

⁹⁰ No período em que a novela foi exibida, a [LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) conhecida popularmente como Lei Maria da Penha ainda não havia sido sancionada.

amiga e vizinha, Griselda (Lilia Cabral), que incentiva a amiga a denunciar Baltazar às autoridades.

Ao longo da trama, Celeste se torna mais firme em suas decisões devido ao apoio da amiga Griselda, que ganha um prêmio na loteria e monta um restaurante em sociedade com Celeste. Mais segura devido à independência financeira e cansada das constantes agressões do marido, Celeste ameaça denunciar Baltazar e o expulsa de casa. Entretanto, no final da novela, Baltazar se mostra transformado e Celeste o aceita de volta.

As duas tramas tratam de um assunto polêmico que causam discursões e indignação da população, apesar de serem tramas secundárias nas duas telenovelas foram suas personagens inspiração para inúmeras mulheres que sofrem agressões em nosso país.

Considerações finais

Os produtos midiáticos como as telenovelas podem influenciar a sociedade a ter um debate e atitudes mais críticas sobre temas sociais. Apesar dessa pesquisa ainda não estar completa, pois ainda busca uma análise mais aprofundada das telenovelas e teorias sobre a mídia, entende-se a importância positiva que os meios midiáticos podem ter ao representar a sociedade de forma que a torna mais consciente.

É notória a importância da mídia para a expansão das discussões sobre a violência doméstica em nossa sociedade. As telenovelas podem influenciar e encorajar decisões que podem transformar a vida de inúmeras pessoas, que por medo ou vergonha se escondem em um silêncio que traz sofrimento, dor e uma profunda amofinação.

Referências

BUONANNO, Milly. Além da Proximidade cultural: não contra a identidade, mas a favor da alteridade. Para uma nova teoria crítica dos fluxos televisivos internacionais. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Org.) *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2011.

FLAMARION, Ciro Cardoso; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GOMIDE, Silvia Del Valle. *Representações das identidades lésbicas na telenovela Senhora do Destino*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

KORNIS, Mônica de Almeida. *Ficção televisiva e identidade nacional: o caso da Rede Globo*. In: CAPELATO, Maria Helena (Org). *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Para uma revisão das identidades coletivas em tempo de globalização. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Viagens da Telenovela: dos muitos modos de viajar em, por, desde e com a telenovela. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org). *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MOTTER, Maria Lourdes. “Mecanismos de renovação de gênero telenovelas empréstimos e doações”. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org). *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *A história depois do papel*. In. PINSKY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PORTO, César Henrique Queiroz. *História do Tempo Presente e Mídia Televisiva*. In: DIAS, Renato da Silva(Org.). *Repensando o político: poder trabalho e identidades*. Montes Claros: Unimontes, 2012.

REIS, José Carlos. *Teoria e História: o tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TUFTE, Thomas. Telenovelas, cultura e mudanças sociais: da polissemia, prazer e resistência à comunicação estratégica e ao desenvolvimento social. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Vivendo da *arte* do labor: a importância histórico-social dos arquivos judiciais da Justiça do Trabalho

Jôse Augusta Barbosa dos Santos

Mestranda em História Social

Bolsista FAPEMIG

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

josie_augusta@yahoo.com.br

RESUMO: Esta pesquisa busca lançar luz sobre o debate acerca das possibilidades e importância que os processos trabalhistas oferecem para a consecução de análises quantitativas e qualitativas sobre o papel da Justiça do Trabalho nas relações de trabalho entre os anos de 1941 a 1946 em Minas Gerais. A partir desta perspectiva de análise, busca-se traçar esta Justiça como instituição de referência nas demandas laborais e não um mero instrumento de controle.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça do Trabalho, trabalhadores, experiências vividas, processos trabalhistas.

ABSTRACT: This research seeks to shed light on the debate about the possibilities and importance of labor processes provide for the achievement of quantitative and qualitative analysis of the role of the Labour Court in labor relations between the years 1941 to 1946 in Minas Gerais. From this analytical perspective, we seek to trace this Court as an institution of reference in labor demands and not a mere instrument of control.

KEYWORDS: Labour Court, workers, experiences, labor,.

Introdução

A presente proposta de estudo⁹¹ originou-se a partir de uma curiosidade histórica⁹² particular e da tentativa de compreender a partir das relações vividas no trabalho e que se evidencia na experiência firmada pela classe trabalhadora⁹³ por meio dos processos trabalhistas instaurados na Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho/MG - 3ª Região nos anos de 1941 a 1946.

A escolha desse período como foco de análise e dos diversos segmentos socioeconômicos como objeto de estudo justifica-se em face dos seguintes fatores: I – esse é

⁹¹ O presente artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) iniciada em fevereiro de 2014 sob orientação da Profa. Dra. Carla Maria Junho Anastasia.

⁹² O termo curiosidade histórica é apontado por Veyne (1988, p. 69) como uma exigência da inteligibilidade do conhecimento histórico.

⁹³ Segundo Paul Singer (1988, p. 4) denomina-se classe trabalhadora “o conjunto de pessoas que vivem apenas de seu próprio trabalho”.

um período em que a Justiça do Trabalho era uma justiça coordenada com o Ministério do Trabalho, sendo concebida como um órgão do Poder Executivo até 1946; II – é um momento de desenvolvimento da indústria no Estado de Minas Gerais que teve início desde os anos 20, sendo facilmente depreendido que uma parte substantiva dos processos trabalhistas diz respeito a conflitos entre trabalhadores da indústria com seus respectivos empregadores. Desse modo, esses fatores refletiram sobre a configuração da estrutura ocupacional da sociedade mineira e sobre o mercado de trabalho, bem como sobre a composição das categorias profissionais constituídas naquele período.

Para além desta análise que prioriza as relações sociais dos trabalhadores do setor industrial, serão explicitados pontos de referência sobre a importância potencial dos processos da Justiça do Trabalho como fonte histórica e a relevância histórico-social de preservar estas fontes primárias para a historiografia.

Espera-se, assim, com esta reflexão inicial contribuir para a ampliação do debate e, comumente, que os arquivos judiciais trabalhistas de Minas Gerais sejam mais apreciados por sua riqueza que pode ser apreendida através da pluralidade de abordagens a depender da perspectiva do *mister* do historiador.

Minas Gerais no início dos anos de 1940

As primeiras décadas do século XX são ilustradas por um mundo do trabalho em que se empregavam milhares de trabalhadores, existindo diante deste panorama uma diversidade de situações “que variavam segundo a cidade ou a região, o ramo de atividade, o grau de qualificação, o tipo de relação de trabalho” (BATALHA, 2000, p. 9-11), mas tinha em comum que a maioria dos trabalhadores estava submetida a longas jornadas de trabalho, com poucas possibilidades de descanso e lazer, morando em habitações precárias nas periferias dos centros urbanos, “padecendo de problemas de transporte e infra-estrutura; ou ainda, submetidos ao controle patronal, como no caso das vilas operárias das empresas” (SINGER, 1988, p. 73).

O processo de industrialização potencializava o crescimento do trabalho assalariado e a necessidade de organizar um sistema nacional de relações de trabalho amalgamado por uma tela de direitos era, então, assumida pelo Estado a partir dos anos de 1930, pois segundo Cláudio Batalha (2000, p. 37-9) “a República trouxe inicialmente esperança, que logo deu lugar à decepção, àqueles que buscavam obter a regulamentação do trabalho e a garantia de direitos políticos e sociais através da organização dos trabalhadores”, posto que “mesmo a

parca legislação aprovada visando à melhoria das condições de trabalho – como o decreto 1.313 de 1891 regulamentando o trabalho dos menores nas fábricas do Distrito Federal ficou só no papel, pela falta de vontade política e de uma estrutura de fiscalização para seu cumprimento”.

Entre 1920 e 1940, prosseguiu-se o processo de industrialização e a formação da classe operária, sem alterar de forma decisiva a estrutura social do país. Assevera Ângela Maria de Castro Gomes (2005, p. 198) que a “missão histórica da Revolução de 1930 e do governo do pós-37 era, portanto ‘*salvar a tempo a situação do operário*’, criando um direito trabalhista que o reconhecia como ‘*a célula da vida nacional*’.” A partir de 1940, o processo de industrialização e, portanto, de formação da classe operária no Brasil entra em nova etapa. Constitui-se a chamada *grande indústria* formada por estabelecimentos em geral de grande porte e, conseqüentemente, promoveu mudanças nas dimensões do tipo de organização do trabalho fabril (SINGER, 1988, 58-9; RODRIGUES, 1983, p. 510).

Nas Minas Gerais, este processo histórico esteve presente desde o início do século XX com a “emergência e a multiplicação de projetos de desenvolvimento regional” a partir da implantação de um polo industrial regional capaz de integrar todo o território do Estado, pois

No momento em que os processos trabalhistas começam a ser produzidos, Belo Horizonte, [...], se apresenta como uma metrópole consolidada. Basta ver que, se em 1920, Belo Horizonte era o terceiro centro industrial do estado, em 1940 era de longe o primeiro. Primeiro no momento em que se faz a poção por um projeto de desenvolvimento regional que prioriza a industrialização, essa prioridade resultará em forte desenvolvimento da indústria em Belo Horizonte. Por essa razão é fácil depreender que uma parte substantiva dos processos trabalhistas diz respeito a conflitos entre trabalhadores da indústria com seus respectivos empregadores (GODOY, CUNHA, CAMPANHTE, 2010, p. 96).

A política intervencionista do governo nas relações de trabalho e na vida associativa profissional [sindicatos], por outro lado, efetuou-se paulatinamente, “mediante a adoção de um conjunto de medidas referentes à organização sindical de um lado, e às leis de proteção ao trabalhador, de outro”, pois a partir 1932, o trabalhador sindicalizado poderia “apresentar reclamação perante as Juntas de Conciliação e Julgamento (Decreto de 25 de novembro) e entrar em gozo de férias (Decreto de janeiro de 1934), vantagens das quais estavam excluídos os que não fossem do sindicato” (RODRIGUES, 1983, p. 511-13).

O país passou a ter propósitos sociais, reconhecendo e enfrentando a questão social, por meio de um processo histórico de elaboração da legislação social. Para Ângela de Castro

Gomes (2005, p. 212-3) “por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos”.

Edgar De Decca em sua obra *O Silêncio dos Vencidos* (1984, p. 185) aduz que “a projeção da classe operária e a institucionalização de sua prática política [...], tocou decididamente na questão democrática” que tinham por objetivo final a promulgação das leis sociais.

Leôncio Martins Rodrigues (1983, p. 514) assevera que a maior parte da legislação aprovada encontrou oposição pela classe industrial por considerá-la danosa aos interesses industriais e que “a promulgação das leis sociais, na ótica da burguesia industrial, apareciam não apenas como solução artificial da questão social, mas também como uma nítida pressão da luta de classes do operariado frente ao Estado” (DE DECCA, 1984, p. 194), mas ao mesmo tempo, não se podia perder de vista que “se a legislação social não era um meio de acabar com a pobreza, era um expediente necessário que, associado a outras medidas, poderia dar ao trabalhador uma situação mais humana e cristã” (GOMES, 2005, p. 198). Logo,

A publicização do mundo do trabalho possibilitara aos operários escapar do elevado grau de arbitrariedade da dominação que se processava nas fábricas e que havia prevalecido durante toda a Primeira República. Constatados os limites da negociação direta com os patrões, defendeu-se a introdução do Estado no cenário político (ANASTASIA, 2012, p. 155).

Para a historiadora Carla Maria Junho Anastasia (2012, p. 147), a história vista a partir de baixo ou a história da gente comum ratifica que estes trabalhadores não foram passivos diante da história, pois a título de ilustração têm-se, *e.g.*, as inúmeras cartas e depoimentos de trabalhadores mineiros que denunciavam a intensa exploração pela qual sofriam nas fábricas situadas no Estado de Minas Gerais no início do século XX.

O Memorial da Justiça do Trabalho em Minas Gerais: história e preservação

O Memorial da Justiça do Trabalho em Minas Gerais é uma iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região que, desde março de 1997, desenvolve uma política de resgate e preservação dos processos trabalhistas que datam desde a criação da Justiça do Trabalho no Estado de Minas Gerais em 1º de maio de 1941 até o ano de 1974. Tais documentos que englobam dissídios individuais e coletivos versam sobre conflitos entre patrões e empregados de diversos segmentos e categorias socioeconômicas.

Conforme se verifica na tabela abaixo, o acervo Centro de Memória compõe-se de mais de 200.000 (duzentos mil) ações trabalhistas que retratam, em demasia, o processo histórico no qual passavam o país e, particularmente, Minas Gerais.

Tabela 1

Ano	Quantidade e Processos	Ano	Quantidade e Processos	Ano	Quantidade e Processos
1942	1.001	1953	2.926	1964	9.888
1943	1.089	1954	3.387	1965	9.042
1944	1.393	1955	3.713	1966	8.922
1945	1.714	1956	4.001	1967	12.264
1946	1.883	1957	4.159	1968	13.625
1947	1.887	1958	3.926	1969	17.627
1948	1.880	1959	4.662	1970	14.039
1949	2.145	1960	5.394	1971	14.226
1950	1.882	1961	6.067	1972	15.437
1951	1.873	1962	7.546	1973	16.160
1952	3.235	1963	9.698		
TOTAL DE PROCESSOS (1942-1973)					206.691⁹⁴

Fonte: Projeto de Análise, Catalogação e Disponibilização de processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte 1941 e 1974 do TRT/MG da 3ª Região situado na Rua Curitiba nº 835, Centro em Belo Horizonte/MG.

É oportuno salientar que os documentos do acervo Centro de Memória dos anos de 1941 a 1974 passam por um processo de higienização e acondicionamento para, posteriormente, serem catalogados ao Centro de Documentação Histórica da Justiça do Trabalho de Minas Gerais. Este trabalho é desenvolvido por uma equipe interdisciplinar de estagiários - estudantes dos cursos de Direito, História e Economia – sob a coordenação de Maria Aparecida Carvalhais Cunha e Ana Maria da Matta Machado Diniz e supervisionado por 3(três) juízes do Conselho Consultivo da Escola Judicial.

Saliente-se que a Justiça do Trabalho, embora ainda possa ser considerada alvo de poucos estudos na área da História, estudos vêm privilegiando, ainda que sob múltiplos olhares⁹⁵, a constituição desta justiça especializada e as experiências dos trabalhadores dentro do Judiciário, permitindo encontrar ali aspectos de definição e redefinição das próprias relações sociais, pois sobretudo após a Constituição de 1988, “estudos históricos sobre o

⁹⁴ Apenas até o ano de 1973 há processos de todas as juntas de Belo Horizonte. Há processos de algumas juntas até os anos de 1974, 1976 e, inclusive, 1980 - totalizando, assim, o número aproximado de 220 mil processos (Acervo de Memória da Justiça do Trabalho em Minas Gerais).

⁹⁵ Alguns trabalhos: BARBOSA, 2008; CORRÊA, 2007; MENDES, 2005; PACHECO, 1996; OREL, e MANGABEIRA, 1994; VARUSSA, 2002.

mundo jurídico têm se revelado um terreno fértil para indagações da História Social sobre disputas em torno da legislação, sobre a conquista de direitos ou mesmo sobre sua ausência” (VARUSSA, 2012, p. 30).

Assim, no campo trabalhista, a vitalidade do corporativismo “se apresenta como uma possível solução para o dilema da incorporação democrática dos atores sociais em uma sociedade capitalista” (ANASTASIA, 1990, p. 4). A justiça do Trabalho, por seu turno, era vinculada ao Poder Executivo, passando a integrar o Poder Judiciário somente com a Constituição de 1946, configurando um quadro de modernização conservadora. As litigâncias trabalhistas, assim, são pautadas por esta combinação de transformação econômica e social à manutenção de uma sociedade elitista e, comumente, excludente, pois não podemos nos esquecer que Minas Gerais foi marcada por grandes transformações políticas, sociais e econômicas na década de 1940, passando por um intenso processo de crescimento, industrialização, urbanização acelerada e modernização, inserindo-se no quadro da divisão regional do trabalho nacional. Em contrapartida, passou-se a concentrar uma série de problemas sociais gerados em razão do modelo de desenvolvimento excludente (GODOY; CUNHA; CAMPANTE, 2010).

Destarte, os documentos preservados no Acervo de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais nos proporcionam reescrever esse período de significativas mudanças no Brasil e, particularmente, em Minas Gerais.

Processos trabalhistas: uma fonte histórica em perspectiva

Nas últimas décadas, observa-se uma grande renovação em nossa historiografia, que trouxe em seu bojo novas interpretações acerca da constituição das fontes históricas. Com efeito, a historiografia brasileira vem participando de forma bastante fértil na valorização de outras fontes como históricas como os processos na Justiça do Trabalho que ainda precisam ser devidamente exploradas, eis que “são fontes abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais” (BACELLAR, 2006, p. 35-37).

Os processos trabalhistas como uma fonte primária para pesquisa é, portanto, um vasto campo de pesquisa, pois tais documentos “nos fornecem informações que vão, muitas vezes, além da premissa do pesquisador”, haja vista que um mesmo processo “pode ser utilizado por vários pesquisadores e, por conseguinte, pode ser explorado de diferentes formas, desde seja claro o objetivo que se pretenda alcançar”, constituindo-se em um potencial imensurável para elucidar não somente os conflitos entre patrões e empregados, mas

também as formas de exercício do poder, das responsabilidades do Estado e suas iniciativas em defesa dos direitos trabalhistas nos anos de 1940 com a implantação da Justiça do Trabalho em Minas Gerais (CALEIRO, SILVA, JESUS, 2011, p. 304-306).

Nessa perspectiva, desde os anos de 1980 houve um impulso para a organização de elementos de uma História Social do Trabalho comprometida com uma historiografia vinculada ao contexto mundial e às produções desenvolvidas por inúmeros historiadores como Edward Thompson, Eric Hobsbawm, dentre outros em que privilegiam o olhar “de baixo” da escala social. O método histórico vem, igualmente, sendo renovado, recorrendo-se cada vez mais a uma maior interdisciplinaridade, havendo, portanto, uma “grande ampliação no campo de pesquisa, uma vez que surgiram novos temas e as fontes documentadas foram ampliadas”. (DIAS, 2012, p. 18).

Sidney Chalhoub realça, oportunamente, que “[...] os trabalhadores em sido analfabetos quase por definição na maior parte de nossa história [...]” e, conseqüentemente, a grande maioria dos trabalhadores nunca pôde escrever, *e.g.*, memórias. Logo, os processos judiciais trabalhistas “constituem fontes indispensáveis para que procuremos respostas plausíveis a perguntas inescapáveis” na seara da História Social do Trabalho, levando-se “em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações (imaginário), crenças, valores, desejos”, pois não podemos perder de vista que o “historiador social está mais preocupado em perceber como as variáveis conjunturais afetam diretamente os vários grupos sociais e, que alterações elas provocam nas relações entre estes grupos” (CHALHOUB, 2009, p. 224; CARDOSO, 1997, p. 41; BARROS, 2004, p. 113).

O distanciamento entre o que a lei previa e as condições de vida e de trabalhos faziam com que os trabalhadores fossem em busca da recém Justiça do Trabalho para que seus direitos fossem garantidos. Igualmente, este é um *locus* de negociações, bem como de conflitos e tensões entre trabalhadores e patrões, podendo ser vista sob múltiplos olhares. Têm-se, assim, a visão dos trabalhadores, dos advogados, dos magistrados e, porquê não, dos servidores da Justiça do Trabalho, competindo, portanto, ao historiador qual história que se contará e como se fará o manuseio com as suas fontes.

Considerações Finais

A reflexão inicial aqui apresentada faz parte de uma pesquisa de iniciação científica do Programa de Pós-Graduação em História da UNIMONTES, área de concentração em

História Social que busca contar a história da classe trabalhadora do ramo industrial nos anos de 1941 a 1946 em Minas Gerais seguindo a tendência da “Nova História” em que se contará História a partir de várias fontes possíveis e sob múltiplas vertentes, abrindo-se caminho para novos problemas, novas abordagens e novos objetos por meio de uma história vista de baixo, considerando estes trabalhadores como sujeitos ativos de sua história.

Com este debate, procurarei instigar o interesse para a ampliação das pesquisas, utilizando como fontes históricas os arquivos judiciais da Justiça do Trabalho, demonstrando o vasto campo de pesquisa que este *corpus* documental pode proporcionar ao historiador e aos demais cientistas sociais.

Referências Bibliográficas

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Corporativismo e Cálculo Político: o processo de Sindicalização Oficial dos Trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937)*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1990, 314p.

_____. *Empresariado e Trabalhadores Mineiros: as versões do corporativismo*. In.: DIAS, Renato da Silva (org.). *Repensando o político: poder, trabalho e identidade*. Montes Claros/MG: Unimontes. 2012, p. 137-159.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, Carla Basanezi. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 23-79.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidade e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 106-124.

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In.: FREITAS, Marcos Cesar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 145-158.

BRASIL. TRT - 3ª Região – Estado de Minas Gerais. *Projeto de Análise, Catalogação e Disponibilização de processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte 1941 e 1974*.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Márcia Pereira da; JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *Os processos-crime e os arquivos do Judiciário*. Revista Dimensões, v. 26, 2011, p. 302-320.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, cap. 2: História Social, p. 45-59.

CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. *História Social do Trabalho, História Pública*. pags. 220-228. Disponível em: http://www.unicamp.br/cecult/pdf/historia_social_do_trabalho_historia_publica.pdf. Acesso em: 30 abr. de 2013.

DECCA, Edgar De. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Renato da Silva. A queda do Gigante: A Escola dos Annales, o declínio da História Política e as Ciências Sociais. In.: _____ (org). *Repensando o Político: Poder, Trabalho e Identidades*. Unimontes, Montes Claros, 2012.

GODOY, Marcelo Magalhães; CUNHA, Maria Aparecida Carvalhais; CAMPANTE, Rubens Goyatá. Projeto de Catalogação e Disponibilização do Acervo de Processos Trabalhistas referentes às Juntas de Conciliação de Belo Horizonte, 1938-1974. In.: CAIXETA, Maria Cristina Diniz et al. IV ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Cidadania: o trabalho da memória. São Paulo: LTr, 2010, p. 90-100.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LOBO, Valéria Marques. *O processo Trabalhista como fonte para a pesquisa em História*. I Seminário Internacional de História do Trabalho. V Jornada Nacional de História do Trabalho. Universidade Federal de Santa Catarina, 25-28 de outubro de 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964). In.: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. v. 3 (sociedade e política). t. 3. São Paulo: Difel, 1983, p. 507-555.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In.: HEINZ, F. M; HARRIS, M. M. (org). *A História e seus territórios: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. Campinas,SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988 (discutindo a história).

THOMPSON, E. P. Os Tecelões. In.: _____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 117-177.

VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e a Construção da Justiça do Trabalho no Brasil (décadas de 1940 a 1960)*. São Paulo: LTr, 2012.

_____. *Processos Trabalhistas e a Construção de relações fabris*. Revista História, nº 21. SP: Edunesp, 2002, p. 1-26.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1988.

Influência do Sindicato das Empresas de Ônibus no Sistema de Transporte Público de Belo Horizonte

Leandro Alysson Faluba
Licenciado em História
UFMG
lefaluba@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo demonstrar a influência do sindicato patronal das empresas de ônibus em decisões públicas na cidade de Belo Horizonte. Influência que visava limitar ou eliminar outros modos de transporte público na capital.

PALAVRAS CHAVE: Transporte Público, Belo Horizonte, Década de 1950 e 1960.

O sistema de transporte por ônibus não possuía uma organização pública ou regulamentação até 1950. Não havia preços tabelados e muitas vezes o empresário era o próprio motorista, era também quem fazia o horário e trabalhava com a manutenção de seus veículos, ou seja, eram apenas pequenos empresários, com um ou dois veículos, que aos poucos foram crescendo e se tornaram donos de pequenas frotas. (WATANEBE, 1996). Em 1951 a prefeitura criou a autarquia D.B.O (Departamento de Bondes e Ônibus), órgão que passou a gerir e uniformizar o sistema, planejando tarifas, horários, itinerários, condições de trabalho dos motoristas e cobradores, manutenção dos veículos, estado de conservação e limpeza dos mesmos. Os empresários passaram a ter uma concessão pública, ofertada pelo D.B.O para realizar o serviço de transporte público de passageiros.

Praticamente ao mesmo tempo, os empresários do setor criaram para defender em conjunto seus interesses o sindicato das empresas de ônibus. Desta forma para negociar de maneira coletiva e conseguir assim mais vantagens para os empresários, não só sobre o poder público, mas também na aquisição de veículos, peças e também um poder de barganha maior nos cálculos de tarifas.

No início da década de 50, os empresários concessionários do sistema de transporte público por ônibus em Belo Horizonte, ainda não possuíam muita influência sobre a política. Isso fica claro quando o recém criado sindicato das empresas pede em nota oficial o “majoramento” (aumento) de 50% no preço das passagens. O aumento havia sido negado pelo poder público e em ofício o sindicato faz a seguinte reivindicação:

Os concessionários do serviço de transporte coletivo de Belo Horizonte, estão sofrendo, amargamente, as funestas consequências da situação que estamos atravessando(...)

Os contratos das concessões firmaram preços módicos, depois de maduro estudo, tendo em vista sempre atender, primordialmente os interesses sagrados da população de Belo Horizonte.

Até hoje a tabela tem vigorado e sido observada religiosamente. Não é só. Alguns concessionários atendendo a apelos das autoridades reduziram em determinadas linhas, o preço da passagem, quando era por direito exigir o preço garantido em contrato(...)

Tudo isso demonstra e prova inequivocadamente, o interesse dos concessionários em contribuir patrioticamente com os poderes públicos.⁹⁶

A carta dos concessionários cita uma redução no preço das tarifas, porém, propositalmente não fala que a tal redução ocorreu imediatamente após um aumento exagerado no preço da passagem que subiu em média 30% e que o aumento médio foi de 0,34 centavos. Com o desconto concedido pelos concessionários o aumento caiu para apenas 0,32 centavos. Este acréscimo da tarifa foi calculado pela CEP (Comissão Estadual de Preços) e se deu após ameaça de lock out após o termino do prazo estipulado pelos empresários. (Estado de Minas, 24/11/1951).

Ocorre que realmente havia inflação e todos os ofícios vindos da Associação Profissional das Empresas de Transporte Coletivo de Belo Horizonte vinham acompanhados de relatórios de preços de diversos serviços, tais como: fornecedoras de combustíveis, peças de reposição, estofamento, pneus e todo tipo de custo possível, todos acusando um aumento no preço. A Associação sabia o que estava fazendo, tinha um estudo feito para apresentar as autoridades.

Então neste caso de inflação, seria justa a reivindicação dos empresários? Para responder isso devemos entender como a autarquia responsável (D.B.O) calculou o custo das passagens.

O preço das passagens é calculado através do custo/passageiro quilometro, que é obtido após cálculos de uma formula matemática que envolve doze itens: frequencia, vida útil, preço do veiculo, amortização, pessoal, reparação, combustível, lubrificantes e lavagens, pneumáticos, juros , taxas impostos e seguros, despesas gerais .

O D.B.O. enviou aos concessionários um oficio requerendo das empresas informações que seriam utilizadas no calculo do preço das tarifas. Estes dados seriam colocados em uma formula que calcularia o custo passageiro/quilometro. Depois de calculado este custo, seria

⁹⁶ Oficio da “Associação Profissional das Empresas de Transporte Coletivo de Belo Horizonte” em 16/12/1952. Fonte: APCBH

aplicado a ele a margem de lucro dos empresários. O ofício original segue abaixo, bem como a resposta dos concessionários ao item 2 do ofício.

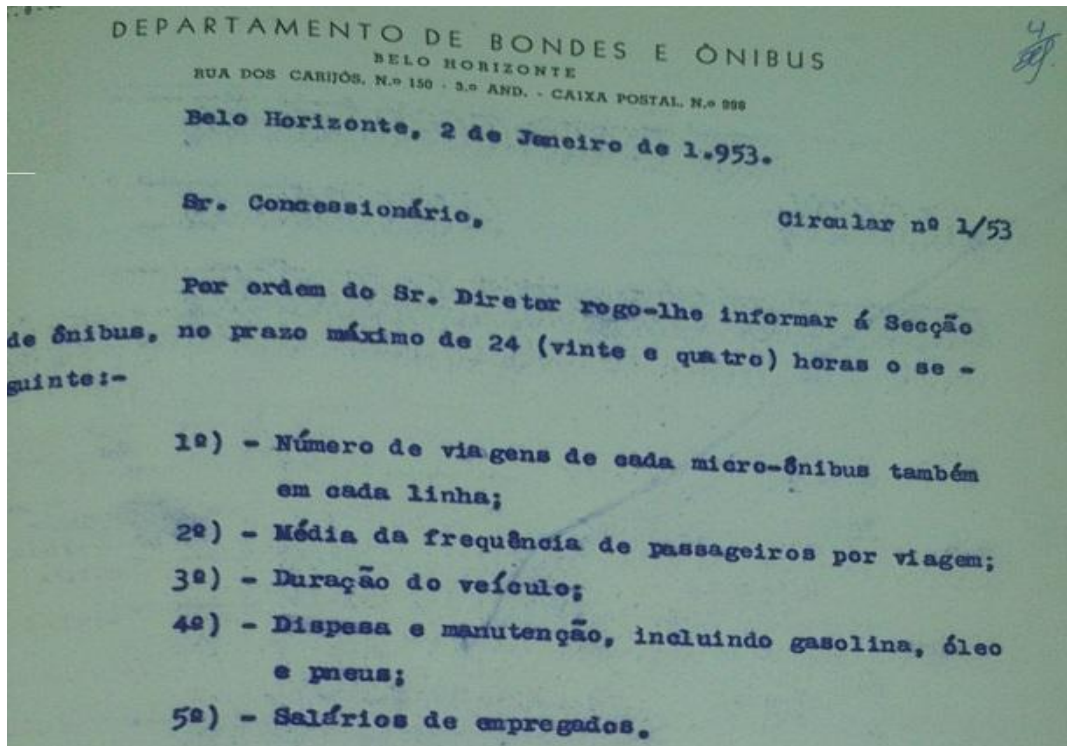


Figura 2 - Fonte APCBH. Coleção Transporte Público

Os cálculos parecem justos e com lucros módicos, mas aparentemente, um dos dados é manipulado como menor. Segundo o sindicato patronal, havia varias linhas que a media de passageiros por viagem, parte integrante da formula de custo, não passava de 7 passageiros por viagem em média.



Figura 2 - Fonte APCBH. Coleção Transporte Público

Informação essa que é refutada pela seguinte afirmação :

A partir da década de 1950 o transporte público entrou em uma crise, com ônibus lotados que deixam passageiros “para trás” nos pontos, custo crescentemente maior da passagem, serviço mal prestado, horários descumpridos. Todos esses fatores faziam com que cada vez mais pessoas passassem a optar pelo transporte individual, em carros ou motos, o que agrava ainda mais os congestionamentos (RODRIGUES, 1975.)

Ou seja, já era uma reclamação por parte de passageiros, que os ônibus estavam superlotados nos horários de pico, inclusive deixando os usuários nos pontos. Aqui a fórmula parece ter sido manipulada para aumentar o custo passageiro/quilometro, diminuindo o número de clientes. Uma falha do D.B.O é que este pediu para as empresas fornecerem dados que eles próprios deveriam ter um controle estatístico, me parece que o número de passageiros fornecido pelas empresas não condiz com a realidade.

Segundo o periódico Diário de Minas ocorriam ainda outros erros por parte do D.B.O que propiciaram novos aumentos de tarifas. Quando a D.B.O informou o novo valor da passagem, já com aumento, a quilometragem percorrida por algumas linhas era inferior nos cálculos da D.B.O. Ou seja, para a linha “Paraúna” que tinha 6500 metros foi calculada uma tarifa de 0,80 centavos, porém, havia este “erro” na quilometragem, e a referida linha tinha 7850 metros, então ocorreu um novo acréscimo na tarifa, que aumentou mais 0,20 centavos. O periódico ainda afirma em tom irônico: [Diário de Minas 18/06/1952] “Em vista disso, os concessionários têm direito a mais 20 centavos, tudo muito legal, muito regular, muito honesto...” (Diário de Minas, 18/06/1952).

Por qual motivo essa opção paliativa de transporte público se tornou permanente? Um conjunto de fatores pode explicar. Uma versão muito difundida era a de que o solo da capital mineira é muito rochoso e difícil de ser perfurado. Entretanto, já existem tecnologias para superar esse fator há algumas décadas. Outro problema pode ser o projeto de fundação da cidade, cujo responsável, Aarão Reis, estabeleceu uma população estimada de 200.000 habitantes, de forma que o bonde seria o suficiente. Mas o principal problema parece ser a falta de vontade política, uma vez que os representantes do povo na câmara municipal e o prefeito muitas vezes têm campanhas financiadas pelo sindicato das empresas.

Exemplo disto é situação vigente, em que o metrô atende apenas uma pequena parcela da população. Quando vieram verbas para melhorar a mobilidade urbana para a copa do mundo, a capital mineira não tinha um projeto de metrô⁹⁷, então aplicou-se um projeto

⁹⁷http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/23/interna_politica,531726/governo-federal-devolve-projeto-da-linha-3-do-metro-de-bh-por-causa-de-pendencias.shtml

ultrapassado, o BRT um sistema recém implantado que já está operando quase com sua capacidade limite. Além de ocupar faixas exclusivas que antes atendiam várias formas de transporte público, como o coletivo comum e o taxi. O que causou impacto negativo no trânsito da capital.

Referências Bibliográficas:

Arquivo Público da cidade de BH

CANÇADO, Vera et al. *Viação Ilimitada: Ônibus das Cidades Brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998. 636 p

METROBEL. *Programa de transporte público por ônibus: concepção do sistema*. Belo Horizonte: 1981 apaud.

RODRIGUES, Eduardo Celestino. *Crise nos Transportes*. São Paulo: Clássico-científica, 1975. 254 p

WATANEBE, Fernanda Sue. *A Grande Família o Cachorro e o Linguição: Formas de Manifestação e Regulação de Conflitos em Empresas de Transporte Coletivo Urbano por Ônibus em Belo Horizonte*. 1996. 213 f. Tese (Mestrado) - Curso de Administração, Departamento de Face, UFMG, Belo Horizonte, 1996.

Periódicos:

Jornal: O TEMPO: Usuário perde 4 horas por dia com ônibus. Belo Horizonte, 12 set. 2011

Diário de Minas: Tarifas Sob Risco de Aumento. 18/06/1952. Fonte APCBH. Coleção Transporte Público.

Site: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/23/interna_politica,531726/governo-federal-devolve-projeto-da-linha-3-do-metro-de-bh-por-cao-de-pendencias.shtml Acessado em 10/06/2014

Percurso histórico da conceituação de talento e musicalidade: análise com implicações para educação musical

Rafael Beling
UNASP/PIBID
rafaelbeling@gmail.com

Kleber Calanca
UNASP/PIBID
klebermusic@yahoo.com.br

RESUMO: conhecer ou mesmo compreender o que viria significar o conceito de talento e musicalidade é singularmente relevante para os estudos sobre música na atualidade. Tal compreensão pode ser ferramenta eficaz, por exemplo, para uma nova percepção do músico como profissional, bem como para o próprio âmbito educacional da música. Um estudo que se propõe a abordar tal temática, contudo, não pode ser respaldado em/por uma concepção anacrônica, que lança fora a ênfase em uma cuidadosa análise histórica, mas sim em/por uma ótica que abarca a musicologia em sua totalidade, salientando seus mais variados contextos sociais e culturais. Dada a contextualização, neste trabalho, examina-se como o conceito de talento e musicalidade tem sido visto de forma paradoxal no decorrer da história. Busca-se ressaltar que sua definição variava assim como variavam também os diferentes períodos da história da música. É importante elencar que a elucidação de tais termos e conceitos será analisada não apenas por um olhar musicológico, mas também sob uma perspectiva histórico-cultural da educação musical, o que postula, portanto, uma apropriação de tal temática para o âmbito educacional da música.

PALAVRAS-CHAVE: talento; musicalidade; musicologia; educação musical.

ABSTRACT: to know or even understand what would mean the concept of talent and musicianship is uniquely relevant for studies on music today. Such understanding can be an effective tool, for example, to a new awareness as a professional musician, as well as the educational framework of the music itself. A study that aims to address this issue, however, cannot be supported on/by an anachronistic conception, flipping off the emphasis on careful historical analysis, but at/by a view covering musicology in its entirety, noting its various social and cultural contexts. Given the context of this study, it examines how the concept of talent and musicianship has paradoxically been seen throughout history. It seeks to emphasize that its definition varied with the different periods of music history. It is important to list that the elucidation of such terms and concepts will be analyzed not only by a musicological point of view, but also from a cultural-historical perspective of music education, which therefore suggests an appropriation of this theme for the educational context of music.

KEYWORDS: talent; musicality; musicology; music education.

Introdução

A compreensão da origem do talento ou do conceito de talento tem sido pouco discutida entre músicos e educadores musicais. Tal sentença pode pressupor, a princípio, que

a ausência de discursões sugere um claro entendimento do assunto, o que, obviamente, não insinuaria brechas para averiguações. Esse entendimento, entretanto, pode estar equivocado, sugerindo exatamente o contrário: a ausência de pesquisas experimentais que se propõem a tratar a questão de modo definitivo.

Para iniciarmos um trabalho explicativo com relação a esse tema fazem-se necessárias as seguintes indagações: o que é talento? O que, propriamente viria a ser musicalidade? Não seriam tais termos sinônimo um do outro? Tendo definições pontuais sobre essas primeiras dúvidas, num segundo momento, porém, novos questionamentos surgiriam: o conceito de talento sempre foi visto da mesma forma? Se não, como suas diferentes concepções interferiram na história da música? Que relevância tem tal assunto para os dias de hoje? Portanto, passando por um momento explicativo de possíveis definições quanto a termos e concepções, seguiremos para uma apropriação contextualizada e relevante de conceitos teóricos tanto para o campo da musicologia, como para o campo da educação musical.

Talento e Musicalidade: diferenças e semelhanças

Com base em seus estudos, Schroeder (2005) assegura que os termos musicalidade e talento diferem no que diz respeito a sua conceituação. A musicalidade seria universal; uma espécie de sensibilidade à música. Sensibilidade que pode se caracterizar pela presença de eventuais condições especiais para a execução ou criação musical. No caso do ser humano, pode ser vista como marca característica da expressão de emoções. A musicalidade, todavia, não se restringe apenas à espécie humana. Compartilha dessa ideia Pederiva (2008) que, com base em suas pesquisas sobre a natureza da musicalidade, a compreende como algo que é, em algum sentido, inerente aos seres humanos; o que implicaria dizer, em termos educacionais da música, por exemplo, que expressão artística, como algo culturalmente compreendido, é um bem que, de fato, pode ser acessível a todos.

O talento, por sua vez, poderia ser denominado como a presença de uma musicalidade amadurecida (referindo-se aqui aos seres humanos). Processo tal que pode ocorrer em maior ou menor grau em diferentes indivíduos e que podem surgir de impulsos internos ou por ação de estímulos externos.

Musicalidade pode ser definida como a susceptibilidade ou a sensibilidade a padrões ou propostas rítmicas ou tonais que são a substância do discurso musical. A musicalidade manifesta-se muito cedo na vida humana, em resposta a canções e a sons da voz materna. [...] Esse conceito não pode ser confundido com o conceito de talento musical. A relação está no simples fato de que os indivíduos diferem claramente nas suas reações inatas a estímulos musicais – o que naturalmente é verdadeiro para cada tipo de

susceptibilidade ou de sensibilidade humana. A musicalidade parece ser universal e constitui-se em um dos modos básicos através dos quais o homem responde à dinâmica do ambiente que o cerca (Martins, 1985, p. 26).

De acordo com a concepção de Martins, “musicalidade” define-se na sensibilidade para padrões musicais; é algo natural e, portanto, universal. O “talento” vem a ser essa musicalidade natural, presente em todos os indivíduos, manifestada num sentido sistematizado e “educado” da musicalidade.

Tendo essas possíveis conceituações de talento e de musicalidade, partimos a uma análise histórica buscando entender como a compreensão desses diferentes conceitos (sobretudo a do talento) exerceu influência sobre a forma de se ver o músico como profissional.

O músico: de funcionário a artista

As ideias que circulam a respeito dos músicos, no geral, se apresentam como concepções que foram sendo construídas no decorrer de determinados períodos da história da música e que apresentam-se hoje como verdades absolutas; preconceito “cristalizado” no senso comum. Como coloca Schroeder (2005) em sua tese de doutoramento, dentre os diversos tipos de mitificações que permeiam a figura do músico encontramos os chamados “mitos românticos”. É daí que encontramos a pessoa do músico sendo associada a alguém “perturbado psicologicamente”, uma pessoa “sofredora”, “fora do mundo real” e acima de tudo possuidora de algo muito especial – um “dom” ou uma inspiração “genial”, o que o faz assim alguém diferente das pessoas comuns.

Essas concepções mitificadas a respeito do músico são recorrentes em vários textos e obras que se propõe a descrever o talento musical. É possível encontrar uma enorme quantidade de textos apologéticos, carregados de expressões vazias e que pouco conhecimento agregam a um estudo musicológico, por exemplo. Vejamos alguns exemplos usados pela própria Schroeder (2005, p. 34):

- a) Nos saltos melódicos agrídoces de Gershwin, nas suas harmonias sutis e audaciosas, em seus ritmos inusitados, fica claro que ele era um gênio – mas o tipo de gênio que pertencia ao homem comum e à grande audiência (MANDEL, H., *Bravo!*, set/98).
- b) A obra de Gustav Mahler é humanamente tão importante, provoca tal mergulho interno, que nos faz questionar toda a existência. Diria, num grau último de análise, que sua música se faz espelho da vida (KOELLREUTTER, H. J., *Bravo!*, set/99).

c) Arrigo [Barnabé] nos pôs a todos em cheque: nem sempre é fácil conviver com a originalidade (para não dizer genialidade) (PORTO, R., *Bravo!*, jan/2000).

Estudos musicológicos (ASSIS *et al*, 2009; CASTAGNA, 2008; LOCKE, 2001) apontam que essa visão apologética deve-se a forma como era feito o levantamento histórico no século XIX – e que ainda, de alguma forma, influencia o pensamento atual – cujo objetivo era simplesmente “louvar as virtudes pessoais do biografado, ressuscitando ‘artisticamente uma vida’ através do bom uso das palavras” (ASSIS; *et al.*, 2009, p. 11).

Nessa perspectiva, supervalorizava-se os trabalhos e a biografia (descontextualizada historicamente) do artista criando uma justificativa mito-poética para o seu talento.

O predomínio desses trabalhos é de uma narrativa que privilegia os grandes feitos dos protagonistas e que, portanto, tende a não considerar o diálogo entre as práticas musicais, seu meio e seu tempo, deixando em segundo plano as questões sociais, políticas e culturais (ASSIS; *et al.*, 2009, p. 11).

Em seu livro *Mozart: Sociologia de um gênio* (1995), Norbert Elias nos mostra a trajetória desse compositor e esclarece como a transição entre a posição do artista como simples artesão para uma posição de artista tal como concebemos hoje foi sendo construída ao decorrer do tempo. Segundo Elias, a visão do músico como “gênio” foi sendo estabelecida no decorrer da história devido a uma mudança na relação entre os produtores e os consumidores de arte em função da ampliação do mercado dessa atividade.

Na época de Mozart, os músicos ainda eram fortemente dependentes do favor, do patronato e, portanto, do gosto da corte. Estes tinham o mesmo *status* de qualquer outro serviçal.

Na verdade, mesmo na geração de Mozart, um músico que desejasse ser socialmente reconhecido como artista sério e, ao mesmo tempo, quisesse manter a si e à sua família, tinha de conseguir um posto na rede das instituições da corte ou em suas ramificações. Não tinha escolha (ELIAS, 1995, p. 17-18).

Não existia a ideia de genialidade ou de originalidade e a corte ditava até o limite onde o artista deveria ir em suas inovações. O músico que se destacava como compositor ou como virtuose tinha sua fama reconhecida em outras cortes e poderia ser tratado quase como um igual pelos mais altos níveis da sociedade. Porém, eles continuavam pertencendo ao círculo dos empregados de nível médio.

Mozart foi um dos primeiros compositores artesãos que buscou quebrar essas barreiras sociais ao decidir abandonar a corte e confiar seu futuro às boas graças da alta burguesia vienense e esta decisão alterou o estilo e o caráter de sua música.

A tentativa de alcançar um *status* de músico “independente”, numa época em que o desenvolvimento social já permitia (em certa proporção) tais práticas, mas que não estava institucionalmente preparado para o mesmo, foi vã. Este tipo de independência só foi efetivamente obtida após a sua morte e desencadeou o processo de criação do tipo de artista próximo do que concebemos na atualidade. Esse novo artista, então, já não mais subordinava suas fantasias individuais a um padrão social e se permitia novas experimentações (ELIAS, 1995).

O século XIX chega e abre espaço para o academicismo musical, muda a posição social e a função da música e a eleva ao topo da hierarquia das artes, valoriza a música instrumental e busca um retorno à música antiga, em especial à música de J. S. Bach e Palestrina, por exemplo. Para os românticos, a música passa a ser a revelação do absoluto, sob a forma de sentimento. Tem como características o individualismo exacerbado e o domínio técnico do instrumento, o virtuosismo, tanto no terreno da composição quanto no da interpretação.

Porém, o elemento que contribuiu para uma mudança de concepção do músico artesão, comum no século XVIII, elevando-o a um artista foi a nova forma de educação musical que acabava de se consolidar na Europa de então. O século XIX assistiu ao surgimento das primeiras escolas particulares de caráter profissionalizante, os Conservatórios. Até então, o ensino de composição tinha um caráter prático e ocorria na direta relação entre discípulo e mestre (HARNONCOURT, 1998).

Rompida a relação entre mestre e aprendiz, mas agora tendo o novo ensino através de professor e aluno, a busca pelo virtuosismo demonstra algum crescimento⁹⁸. Fazendo eco a essa ideia, Mario de Andrade, tempos depois, faria uma crítica dizendo que “não se ensina música, vende-se virtuosidade”; “produtores de pianistas e violinistas”; “vícios adquiridos e tradições errôneas” (ANDRADE, 1975, p. 263-267) sugerindo que os conservatórios buscassem ir além da interpretação⁹⁹. Nesse momento, então, surge a figura do músico sendo visto como alguém “dotado de um talento genial” e todos os mitos românticos citados acima que perdura no senso comum até a atualidade.

⁹⁸ Vale lembrar que nesse período da história o músico já poderia trabalhar como autônomo, e justamente por essa razão uma performance virtuosa fazia-se ainda mais necessária; caso contrário o público (do qual dependia totalmente) poderia reagir de forma negativa, diminuindo assim seus cachês.

⁹⁹ É importante ressaltar que vários conservatórios têm buscado novas formas e metodologias de ensino, trabalhando assim para uma formação mais completa do músico.

Os aclamados “gênios” musicais (Paganini, Liszt, Chopin e outros) tiveram seus feitos elevados ao máximo com os chamados “críticos musicais”, intelectuais que se propunham a “lançar” os artistas, relatar suas competências técnicas e musicais e decidir quem possuía ou não o tão procurado “talento”. A opinião desses críticos passou a ser considerada verdade absoluta e influenciou a opinião e o pensamento do público geral, inclusive dos musicólogos e biógrafos.

Gomes, citado por Assis (2009), aponta que “o trabalho de musicólogo também era executado por uma categoria mais ampla de intelectuais chamada ‘homens das letras’ ou mesmo, jornalistas diletantes” (p. 10), o que nos deixa claro que estavam pouco preocupados com as relevâncias sociais e históricas de suas publicações.

Fica bem claro que o conceito “gênio musical” foi construído, sobretudo no período romântico da música, e que chega aos dias de hoje como uma verdade absoluta. Diante desses ideias, quais as implicações para a atual forma de estudo musicológico e também para educação musical? De que forma o compreender as diferentes visões da pessoa do músico (e conseqüentemente a música) pode interferir em nossos estudos e práticas musicais? Sigamos para próximas considerações.

Sobre o conceito de talento e a educação musical

Tendo estabelecida a ideia de que o talento musical nem sempre foi considerado algo exclusivo a poucos gênios, mas sim, como aponta Elias (1995), algo apreendido quase sempre em função da continuidade da profissão familiar, o que podemos, então, angariar para o âmbito educacional da música?

Saber se o talento musical ou mesmo a própria música pode ser acessível a todos ou não, é um ponto primordial para as novas necessidades da educação musical em nosso país, por exemplo. Com a aprovação da lei 11.769/08, que coloca a música como conteúdo curricular obrigatório no ensino de Artes, a música deve ser estendida a todos os nossos jovens e crianças (FONTERRADA, 2005), não devendo assim haver separação entre os que “conseguem” e os que “não conseguem” aprender música.

Faz-se necessário compreender o talento musical como algo apreendido na relação do indivíduo com o ambiente musical. Podemos entender o talento musical não como sendo inerente a algumas pessoas, mas sim como algo adquirido por uma íntima relação com a música (BARBOSA, 2013). A música precisa ser compreendida como “uma atividade essencialmente humana, através da qual o homem constrói significações na sua relação com o

mundo”, como “uma linguagem culturalmente construída” e culturalmente apreendida (PENNA, 2012, p. 20-23).

As concepções e conceitos que surgiram a respeito do músico e da música no período romântico permanecem ainda tão arraigadas, que até mesmo educadores musicais precisam atentar para não gerarem a exclusão dentro da sala de aula, mesmo que essa exclusão seja “veladamente praticado e discursivamente negada” (PEDERIVA, 2009, p. 13-14). A ideia de música como sendo um dom deve ser banida do ambiente escolar e também da concepção do senso comum. Theodor Adorno, partindo de uma perspectiva sociológica, afirma que:

Caso alguém questionasse o privilégio do dom musical, isso era visto como blasfematório tanto pelos indivíduos musicais, que com isso se sentiam degradados, quanto pelos não musicais, que já não podiam se convencer, diante da ideologia cultural, de que a natureza havia privado-lhes de algo (ADORNO, 2011, p. 272-273).

Ou seja, essa mitificação romântica é, por ambos os lados, negativa. Dá um falso suporte para o ego de alguns músicos e ao mesmo tempo inibe o acesso de muitas pessoas à música, uma vez que sentem-se incapazes de se apropriar dessa expressão artística. Devemos atentar para uma educação musical que promova a inclusão. Faz-se necessário ver a música como um bem cultural humano, e que pertence a todos, independentemente de quaisquer fatos, sociais ou biológicos.

Considerações finais

Faz-se relevante em nossos dias, para o campo da educação musical, a compreensão da origem do talento ou da musicalidade. Essa área teórica da música apresenta brechas para averiguações e necessita de pesquisas que se propõem a tratar a questão de modo definitivo.

Fazendo referência às indagações apresentadas na parte introdutória deste trabalho, afirmamos que o talento musical deve ser entendido como algo acessível a todos, pois uma vez que a própria musicalidade é algo que permeia a atividade humana (PEDERIVA, 2009), todos nós podemos, com as devidas ferramentas e condições, nos expressar musicalmente, apropriando-nos dessa linguagem tão rica e fascinante (PENNA, 2012).

Os estudos musicológicos cada vez mais precisam assumir uma compreensão da história da música que lança fora a visão anacrônica. Cada período, cada acontecimento, cada fenômeno, deve ser visto e entendido sob uma visão que busca compreender os aspectos sociais, políticos, econômicos de seu tempo (COLI, 1995). É partindo de um estudo preciso e histórico que busca não apenas “belas palavras” e um falso romantismo que vamos caminhar

rumo a um progresso, seja em nosso âmbito musicológico ou em nossas práticas educacionais em música.

Referências:

ADORNO, T. W. *Introdução à sociologia da música*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ANDRADE, M. *Aspectos da Música Brasileira*. 2º ed. São Paulo, Brasília: Livraria Martins Editora, 1975.

ASSIS, A. C. et al. *Música e História: desafios da prática interdisciplinar*. In: BUDASZ, R. (org). *Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas*. Goiânia: ANPPOM, 2009.

BARBOSA, M. F. S. Concepções de desenvolvimento humano e práticas em educação musical. In: CAPELLINI, V. L. M. F. et al. (orgs.). *Formação de professores: compromissos e desafios da Educação Pública*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CASTAGNA, P. *Avanços e Perspectivas na Musicologia Histórica Brasileira*. Revista do Conservatório de Música da UFPel. Pelotas: V. 01, p. 32-57, 2008.

COLI, J. *O que é Arte*. 15 ed. São Paulo; Editora Brasiliense, 1995.

FONTEERRADA, M. O. *De tramas e fios: Um ensaio sobre educação musical*. São Paulo, editora UNESP, 2005.

HARNONCOURT, N. *O discurso dos sons: Caminhos para uma nova compreensão musical*. Reimpressão 1998. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 1998.

LOCKE, R. Musicology and/as Social Concern: Imagining the Relevant Musicologist. In: COOK, Nicholas; EVERIST, Mark (eds.). *Rethinking Music*. Oxford: Oxford University Press, 2001. Traduzido para o português por Jetro M. Oliveira.

MARTINS, R. *Educação Musical: conceitos e preconceitos*. Rio de Janeiro: Editora Funarte, 1985.

PEDERIAVA, P. *Musicalidade, fala expressão das emoções*. In: Anais do SIMCAM4 – IV Simpósio de Cognição e Artes Musicais, 2008. SIMCAM4. P. 1-5.

_____. *A atividade musical e a consciência da particularidade*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília faculdade de educação programa de pós-graduação em educação, Brasília, 2009.

PENNA, M. *Música(s) e seu ensino*. 2º ed. Porto Alegre, editora Sulina, 2012.

SCHROEDER, S. C. N. *Reflexões sobre o conceito de musicalidade: em busca de novas perspectivas teóricas para a educação musical*. Tese de doutoramento. Campinas: FEUNICAMP, 2005.

O Processo de centralização Do PT e as possibilidades de uma política de perspectiva reformista

Angela Peralva Baumgratz

Mestre em História Social das Relações Políticas

Universidade Federal do Espírito Santo

angelabaumgratz@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa a trajetória do Partido dos Trabalhadores rumo ao centro do espectro político e as possibilidades e limitações de uma política reformista. Apresenta a análise de uma das variáveis que contribuiu para o êxito eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2002, além de discutir alguns dilemas presentes na política reformista assumida pelo partido, que foi responsável por gerar certo imobilismo político.

PALAVRAS-CHAVE: Partido dos Trabalhadores (Brasil); partido antissistema; reformismo; imobilismo.

ABSTRACT: This article analyses the path taken by the Workers' Party en route to the center of the political spectrum and the possibilities and limitations of reformist policies. It presents a review on one of the variables that contributed to the electoral success of the Workers' Party in 2002, as well as a discussion about a few of the existent dilemmas on the reformist policies taken on by the Party, responsible for generating a certain political immobility.

KEY-WORDS: Workers' Party, anti-system Party, reformism, immobility.

Após duas derrotas consecutivas, o Partido dos Trabalhadores (PT), chega ao executivo federal vencendo as eleições presidenciais em 2002. A análise desta vitória poderia ser compreendida a partir de diversas variáveis e perspectivas – políticas, econômicas ou sociais. Marques (2005), destaca que “o processo de deslocamento do partido rumo ao centro do espectro-político, somado ao esgotamento das políticas neoliberais desenvolvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que não foi capaz de atender às demandas sociais”, foi um fator fundamental para a vitória do partido.

Em 2002 não foi apenas na esfera do executivo federal que o partido saiu vencedor, seu êxito também pôde ser visto a nível do legislativo federal e estadual, onde foram eleitos 91 deputados federais - maior bancada do congresso - e 147 deputados estaduais, embora não tenha conseguido eleger representante em Roraima.

Para entender o êxito eleitoral do Partido dos Trabalhadores torna-se preciso analisar diversos fatores. Até o momento das eleições de 2002, o PT, dizia-se primar por uma unidade política e ideológica, procurando estabelecer propostas a serem defendidas na esfera tanto do executivo, como no legislativo. A fidelidade partidária era exigida pelo partido, não

permitindo que seus membros tomassem atitudes e práticas políticas de forma independente. Marques (2005, p.2), mostra que:

O PT é um dos partidos que possui o maior grau de controle sobre seus representantes, graças ao chamado centralismo democrático. O artigo 63 do novo Estatuto do partido adverte que as “[...] bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias de direção (nível correspondente ou superior). São realizadas reuniões periódicas conjuntas com participação das comissões executivas para o fechamento de questões”.

Outro importante fator a ser observado é o vínculo entre as eleições majoritárias e proporcionais, pois nosso sistema eleitoral permite a competição intrapartidária, fazendo com que candidatos busquem o apoio e divulguem sua imagem, vinculando-a aos candidatos do processo majoritário.

Destacamos ainda que nas eleições de 2002, o voto de legenda, foi de suma importância. A união com o PL¹⁰⁰, abandonando a sua tradicional coerência de aliar-se somente a partidos que fossem ideologicamente compatíveis, contribuiu para eleger um maior número de deputados, pois a obtenção de cadeiras na Assembleia depende diretamente do número total de votos obtidos pelo partido ou coligação.

A imagem externada pelo PT em 2002 já era resultado de seu processo de migração da esquerda para o centro do espectro político, a aliança com o PL, afirmou o caráter de moderação e reformismo assumido pelo partido. Para fazer a análise da centralização política do PT, não partiremos apenas de resultados eleitorais, vamos utilizar como suporte teórico Sartori (1982) que, ao qualificar o sistema pluralista extremado, destacou algumas características tais como: a existência de partido(s) anti-sistema, a existência de um centro que é ocupado, uma competição que tende a se deslocar para os extremos e grande distância ideológica entre os pólos. Todas estas características se enquadram indiscutivelmente como características presentes no sistema partidário brasileiro e ao aplicar estas variáveis torna-se mais claro entender como se deu o processo de transição no interior do partido.

Segundo Ribeiro (2003), o PT abandonou sua condição de partido anti-sistema para se tornar um partido legitimador da ordem vigente. A partir desta perspectiva, a leitura que é possível ser feita se limita ao processo de transformação do PT, que partindo da proposta revolucionária, foi ao longo dos pleitos eleitorais, assumindo uma via reformista.

Sartori (1982) classificou o partido anti-sistema como aquele que exerce uma prática

¹⁰⁰ Partido Liberal, um partido de direita, com maior grau de institucionalização que o PT.

de protesto e rejeição ao regime, assumindo o papel de questionador, com o objetivo de enfraquecer sua base de apoio, deslegitimando-o. Para o autor, o partido anti-sistema nem sempre é um partido revolucionário, mas nada impede que o partido revolucionário seja um partido anti-sistema. O partido anti-sistema também é marcado pela presença de forte ideologia e pode agir tanto inserido no sistema como fora dele.

Sem dúvida o PT foi um dos principais partidos que, durante os anos de 1980, combateu não apenas os governos brasileiros, mas o regime político que se dizia em processo de redemocratização. A luta política do PT durante os anos de 1980 se enquadra em todas as características apresentadas por Sartori. Foi um partido que lutou contra injustiças sociais, participou de diversos movimentos de cunho político e social, defendeu o respeito pela vida, pelas minorias e por uma política internacional independente. O Partido dos Trabalhadores fundamentalmente assumiu um papel de partido anti-sistema.

A análise que trata o processo de centralização do PT e a adoção de um discurso amplo, capaz de agregar novos setores da sociedade, também foi realizada por Ribeiro (2003), que além de trabalhar com a perspectiva de partido anti-sistema, apoiou-se na Teoria de mudança institucional de Panebianco (1990), com o objetivo de demonstrar que as transformações internas ocorridas no interior do partido são decorrentes de um processo de resposta a fatores ambientais – internos e externos. Ribeiro (2003, p. 3) afirma que “[...] tais reações a fatores ambientais desencadeadores só ocorrem devido à existência de pré-disposições já encontradas anteriormente no partido”.

Como fator externo de pressão ambiental sobre o partido, o autor mostra que após a derrota nas eleições de 1994 que se deu em primeiro turno, o partido entrou em uma crise interna, uma nova composição de forças assumiu a direção do partido, o que resultou uma reestruturação organizacional. Contudo, podemos observar que desde 1989, a partir do colapso do “Socialismo Real” - outro fator externo- foi primordial que o partido pudesse externar um novo discurso, assumindo a defesa de um novo modelo de socialismo, diferente do que agonizava além dos muros do Leste Europeu. O discurso do PT até este momento protagonizava que a única alternativa para uma real mudança na sociedade brasileira capaz de gerar um processo de desconcentração de renda e de igualdade social, seria através de transformações radicais na base da sociedade a partir de um processo revolucionário.

Porém, este não foi um único momento de crise vivenciado pelo partido em seu interior, uma vez que formado por diversas tendências, é natural que as ideologias se choquem. Em 1987, ano do 5º Encontro, foi aprovada a regulamentação das tendências, onde

as normas impuseram uma acomodação dos grupos internos para controlar as disputas e fazer com que as divergências ideológicas se acomodassem às diretrizes gerais do partido. De acordo com Marques (2005): “o objetivo foi de construir um pensamento político hegemônico e conseqüentemente a destruição da existência de facções ou subpartidos dentro do PT”.

A partir de fins dos anos de 1980, as tendências passaram por um processo de reacomodação através de junção, extinção e até mesmo expulsão¹⁰¹. Desde o início do processo de formação do PT os grupos internos já conflitavam interesses e ideologias, a Articulação, sempre foi um grupo de expressão e força dentro do partido, em 1983 já dominava a direção nacional. Mas foi ao longo dos anos de 1990 que conseguiu impor sua hegemonia interna, conseguindo aprovar teses no I Congresso Nacional, realizado em 1991, que realmente deram uma guinada teórica no partido, iniciando o processo que o levou para o centro do espectro político. O congresso de 1991 representou um momento de transição ideológica muito importante para o partido, “nem socialismo, nem social-democracia”, suas teses assinalavam o resultado de uma análise da conjuntura internacional que externava para o mundo que era o fim do “Socialismo real”.

O debate interno do partido neste momento foi de suma importância para determinar o que seria o socialismo petista, além de definir como se daria as estratégias políticas uma vez que o caminho para a construção de uma sociedade mais igualitária não mais seria possível via revolucionária. Mundialmente as esquerdas passaram por uma crise e muitos assinalaram o fim do marxismo. A chamada crise das esquerdas gerou um processo de revisionismo do marxismo e uma tendência ao centrismo, partidos de esquerda da Europa caminharam para um discurso de moderação, caso que pode ser comprovado com as mudanças internas do Partido Social-Democrata da Alemanha, que passou a atuar buscando uma representação além de sua base trabalhista. Desta forma os partidos puderam apresentar um maior apelo eleitoral além de esvaziar a definição ideológica marxista expressa na luta através da via revolucionária.

¹⁰¹ De acordo com o professor Carlos Ranulfo (1994), tivemos uma grande movimentação interna no partido, em 1989, a extinção do PRC (Partido Revolucionário Comunista) deu origem a NE (Nova Esquerda) e a MTM (Movimento por uma Tendência Marxista). A MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), também se dissolveu, em fins dos anos de 1980, e parte de seus militantes formaram a FS (Força Socialista). A CO (Causa operária) e a CS (Convergência Socialista), foram expulsas do partido entre 1990 e 1992 e um grupo dissidente da Articulação deu origem, em 1993, à Articulação de Esquerda. Ainda no início dos anos de 1990 parte do grupo que integrava a VS, aproximou-se da NE. Já a ND surgiu em 1997, a partir de membros da Articulação 2. A Força Socialista deu origem a Socialismo e Liberdade.

Mas o que seria o socialismo petista deste momento? Este foi o foco do 7º encontro nacional do PT, realizado em 1990 onde fora aprovado o documento intitulado “O socialismo Petista”¹⁰², que expressa claramente um modelo de democracia radical, socialista e anticapitalista, e estabelece um diferencial explícito tanto em relação à social-democracia europeia como ao chamado socialismo real. Este documento comprova que a partir deste momento o PT passou a vislumbrar a perspectiva de transformar o Estado pela via eleitoral, acreditando que poderia fazer as mudanças sociais a partir de uma associação com os quadros burgueses e através de uma política reformista implementar o socialismo democrático, rompendo com o modelo capitalista. Este momento assinala a busca de um caminho adverso à via revolucionária¹⁰³.

Podemos ainda assinalar outros dois elementos que são marcos neste processo de transformação ideológica do PT. Primeiro pode-se observar a penetração do pensamento de Gramsci no interior de algumas tendências, sobretudo na Democracia Radical. Cada vez mais conceitos como guerra de posição, conquista da hegemonia, acúmulo de forças vão estar presentes tanto nas teses do partido como na formação de seus intelectuais. Segundo, é exatamente a ampliação da política de alianças. Desde o V Encontro em 1987¹⁰⁴ a preocupação com a política de alianças é um dos eixos centrais, passando a serem vistas como uma necessidade para alargar as bases, conquistando largos setores das massas.

No VIII Encontro, em 1993, a opção pela política de alianças já apresentava sinais de mudança; o partido passou a buscar o apoio do pequeno e médio empresariado e a admitir no país a presença do capital estrangeiro.

A vitória da esquerda nas eleições para a direção do Diretório Nacional, em 1993, representou a reafirmação da força da esquerda no PT. Foi a primeira vez, desde a fundação da Articulação dos 113, que a esquerda comandaria o partido. Mesmo que a nova orientação partidária tenha inibido o avanço na política de alianças e tenha mantido, durante as eleições de 1994, um discurso restritivo, não conseguiu frear o processo de transformação que já vinha

¹⁰² As teses expressas neste momento foram reafirmadas no II Congresso Nacional do partido em 1999. Para maior aprofundamento consultar: Partido dos Trabalhadores. Resoluções de encontros e congressos 1979-1998. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹⁰³ Mesmo que ainda até o momento do I Congresso (1991), o marxismo-leninismo continuasse presente no interior do partido, observamos que nas Resoluções Finais deste período, as teses apresentam uma crítica ao Socialismo Real como modelo ultrapassado, ressaltando que sua principal falha foi a falta de democracia e que a via socialista pela violência não tinha mais espaço em nenhuma sociedade.

¹⁰⁴ No documento do V Encontro o partido explicita a necessidade de “[...] excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista tais como PDS, PL, PTB, PFL, PMDB.

ocorrendo. Aliás, foi um momento de grande crise interna e reavaliação das práticas políticas do partido. Em 1995, no X Encontro, a Articulação retomou a direção do partido, passou a contar com a Democracia Radical e cristalizou-se como campo majoritário, não perdendo mais o controle do PT.

O processo de transformação do PT em um partido de centro-esquerda continuou de forma lenta, pois em nenhum momento as forças internas de esquerda deixaram de pronunciar-se ou de lutar para aprovar teses claramente esquerdistas. Em contrapartida, a Articulação foi conseguindo isolar a esquerda, e seu cheque mate foi dado em 1999, na realização do II Congresso do PT, quando conseguiu aprovar a alteração no processo de eleições diretas (PED), para escolha das direções em todos os níveis do partido - com voto separado para presidente. As eleições deixaram de ser proporcionais e tornaram-se diretas, possibilitando a todos os filiados, que estivessem em dia com suas obrigações partidárias, participarem do processo eleitoral. Desta forma foi abolida a pluralidade de base.

Além de instituir as eleições diretas, a nova direção reconheceu que só os diretórios zonais ou municipais teriam poder de eleger delegados. Os núcleos perderam o poder de deliberação e, em decorrência, foram completamente esvaziados. O que para muitos era sinônimo de democratização, para outros representava cooptação ou manipulação do processo eleitoral.

Proveniente do debate do II Congresso, realizado em 1999, foi aprovado o documento “Por uma Esquerda Republicana”, no qual fica explícita a guinada teórica ideológica efetuada pelo partido. O documento prima pela reforma, pela via da legalidade e concebe, como papel do partido, ampliar a democratização e, em consequência, trazer a igualdade social. Fazendo uma análise atenta do documento percebe-se que as propostas nele contidas não diferem de propostas da social democracia.

Todas estas mudanças evidenciaram o fortalecimento da Articulação, como campo majoritário e a defesa de um socialismo implementado pela via democrática e reformista. Para o fortalecimento do partido, buscou-se o crescimento dentro da arena institucional, ocupando cada vez mais seus espaços. A democracia representativa passou a ser o grande destaque, justificando que a partir da conquista do Governo Federal seria possível iniciar um processo de transformação. Para isto, tornaram-se necessárias as alianças com partidos de centro ou centro-direita, como estratégia para obter o comando do Executivo Federal.

Em 2002, a vitória de Lula consagrou o processo de institucionalização do partido e concomitantemente, a expectativa de uma grande transformação social além do rompimento da política neoliberal praticada pelo governo anterior. Não podemos negar que vários elementos da política econômica foram mantidos durante os primeiros anos do governo, como por exemplo a alta taxa de juros¹⁰⁵. O processo de transição ocorreu de forma lenta, pois, não seria possível dismantlar uma política econômica que vinha sendo praticada já por uma década sem aprofundar a crise pela qual o país passava. De forma gradual, muitas mudanças foram sendo aplicadas, de acordo com Dantas e Souza Júnior (2011), os gastos com assistência social foram aumentados, “subiram de R\$ 11,6 bilhões de reais para 25,2 bilhões de 2003 a 2006; com direitos de cidadania, que foram elevados de R\$ 544 milhões para R\$ 1,1 bilhão; com habitação, que subiram de R\$ 168 milhões para R\$ 1,3 bilhões (...).

As reformas profundas que estavam sendo esperadas por parte da população ficaram muito aquém do sonhado. Observando a trajetória do partido, sobretudo sob o ponto de vista de sua construção ideológica, podemos afirmar que os limites para a implementação de uma política que rompesse com a ordem liberal vigente já estavam expressos tanto nos discursos, quanto no jogo de forças internas. Além do mais, é crucial que ao fazermos análises sobre políticas governamentais, levemos em conta a conjuntura internacional, uma vez que o país encontra-se num contexto globalizado. Lá fora, as ideologias políticas, também passaram por uma acomodação e redefinição após a crise do socialismo real. Juarez Guimarães (2004), analisando a fase inicial do Governo Lula, mostra que inicialmente ocorreu um momento de “transição de paradigmas” onde o governo além de começar a romper com os ditames neoliberais, estava incumbido de realizar a transição para um governo com maior intervenção do Estado na esfera pública e com preocupações maiores na esfera social .

A partir desta análise que mostra o processo de centralização do PT, cabe perguntar quais as possibilidades existentes para a construção de um projeto que mude a estrutura política e econômica do país? Uma vez que o partido abandona a perspectiva de esquerda e assume o centro do espectro político a possibilidade seria de reforma ou de revolução? Como seria possível romper com o neoliberalismo?

Podemos destacar aqui, alguns elementos que representam uma limitação para a implantação de um projeto transformador. Ao assumir o governo, o partido se deparou com

¹⁰⁵ DANTAS, Eder e SOUSA JUNÍOR. No artigo intitulado Na contracorrente: A política do Governo Lula para a educação superior, fazem uma breve análise mostrando os índices econômicos no momento da eleição e após os 4 primeiros anos do governo, além da manutenção de elementos da política econômica ortodoxa implementada pelo governo anterior,

uma crise do governo neoliberal, tanto o dólar quanto o risco Brasil estavam altos, a inflação estava em 12,53%, a saída foi a manutenção de ditames da política econômica já consolidados no modelo anterior. Além do mais a política neoliberal brasileira, como as privatizações e as reformas implantadas no Estado retiraram vários elementos fundamentais para que mudanças realmente transformadoras pudessem ser implantadas naquele momento. Do ponto de vista político, durante o processo eleitoral, o partido assumiu um compromisso com as elites ao assinar a “Carta ao Povo Brasileiro, que, embora seja um documento de campanha, ela assinalou um compromisso com a manutenção da política vigente, além de garantir honrar compromissos com o FMI.

Como podemos observar, vários são os limites que dificultaram a implantação de qualquer projeto revolucionário, reduzindo as possibilidades de mudanças a uma agenda de via reformista. No campo ideológico o PT, assumiu um discurso de que o partido não se identificava nem com o comunismo, nem com a social-democracia existente, externava a busca de implantação de uma política que oscilava entre elementos revolucionários e os reformistas. As coligações que contribuíram para a vitória, impuseram limites importantes na construção de um novo jogo político, a manutenção da governabilidade depende das alianças construídas.

O partido se viu entre uma disputa de forças altamente contraditória, de um lado, a pressão para dar continuidade a um modelo econômico que garantisse os ganhos dos grupos que dominam a economia do país, por outro, a esperança popular de que seriam implementados programas que propiciassem a desconcentração de renda, além de avanços e reformas profundas nas áreas sociais e culturais. Em busca de uma mudança estrutural na economia do país, esperava-se uma política que resgatasse o papel do Estado. O que percebemos a partir da análise deste jogo complexo é que a única saída para o governo foi assumir uma política reformista o que levou-o a um imobilismo político que impede a implementação de mudanças econômicas, sociais e política mais profundas.

Referências

BRANDÃO, Marco Antonio. *O socialismo democrático do partido dos trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Despesas da União por Função – 1980 a 2008. (www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est_contabil.asp). Acesso em 12/02/2014, às 17 horas.

DANTAS, Eder e SOUSA JUNÍOR. *Na contracorrente: A política do Governo Lula para a educação superior*. Anped, 2011. In: <http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5581--int.pdf>. Acesso em 18/02/2014, às 9 horas.

GUIMARÃES, Juarez. *A esperança equilibrista – o governo Lula em tempos de transição*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

KECK, Margareth E. PT. *A lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *A unidade na diversidade: concepções sobre representação política e práticas organizativas dos mandatos dos deputados federais do PT (Legislatura 1999-2002)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MARQUES, Angela P. B. PEREIRA, Valter P. Nem Esquerdas, Nem Revolução, um processo de busca do centro. *Revista Ágora*, Vitória, n 1, 2005, p. 1-21.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partidos: organización y poder en los partidos políticos*. Madri: Alianza, 1990.

RIBEIRO, P. J. F. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. *Revista do autor*, São Paulo: dez. 2003. Disponível em: <www.revistaautor.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2004.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Tradução de Waltensir Dutra Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político; 43).

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Carta ao povo brasileiro*. Junho de 2002.

Cinema, Museu e Ensino de História: relato de uma experiência docente

Carolina de Oliveira Silva Othero;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
carol_othero@yahoo.com.br

Camila Barbosa Monção;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
camilabmoncao@hotmail.com

Gabriel Afonso Vieira Chagas;
Graduando em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

Lorena Dias Martins;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
lorenadiasmartins@hotmail.com

Matheus Pimenta da Silva;
Graduando em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
ma.pimenta@hotmail.com

Nathália Tomagnini Carvalho;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
nathalia.tomagnini@globo.com

Priscila Angélica Aguiar Marra;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
priscila.marra@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é relatar e analisar criticamente as experiências vividas no projeto de extensão “Cinema, Escola e História”, coordenado pelo Prof. Luiz C. Villalta, no qual buscou-se promover a aproximação e diálogo entre o saber acadêmico e o escolar. Pretendemos, através deste artigo, promover o compartilhamento de experiências docentes, o debate sobre as práticas, recursos e fontes utilizadas na sala de aula e o ensino de História.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Cinema; Museus; Prática docente; Fontes históricas.

ABSTRACT: The objective of this study is to report and analyze critically the experiences in extension project "Cinema, School and History", coordinated by Professor Luiz C. Villalta, in which we sought to promote rapprochement and dialogue between academic knowledge and the school. We intend, through this article, promoting the sharing of teaching experiences, the debate about the practices, resources and sources used in the classroom and the teaching of history.

KEYWORDS: Teaching of History; Cinema; Museums; Teaching practice; Historical sources.

Introdução

A relação entre saber acadêmico e saber escolar é uma das questões mais pensadas pelos pesquisadores da educação. O presente trabalho busca relatar uma tentativa de aproximação entre esses dois mundos, que devem estar em um diálogo constante e produtivo: a Universidade e a escola. Vamos aqui narrar e analisar algumas experiências e reflexões vivenciadas durante o projeto de extensão “Cinema, Escola e História”, desenvolvido ao longo do ano de 2013, na Escola Estadual Sarah Kubitschek Itamarati, em Belo Horizonte, envolvendo crianças com idades entre 6 e 9 anos e coordenado pelo professor Dr. Luiz Carlos Villalta (UFMG).

O projeto de extensão foi marcado pela tentativa de construção coletiva de um conhecimento histórico no qual o aluno pudesse se ver como sujeito, de modo que o ensino de história dialogasse com suas realidades e experiências. No primeiro semestre de 2013, buscamos desenvolver algumas noções de tempo histórico com os alunos, bem como pensar a função dos museus, a importância dessas instituições para a construção da história e da memória. O projeto realizou-se através de uma parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Escola Estadual Sarah Kubitschek Itamarati, sendo que os encontros entre os graduandos em história e os alunos se davam na escola duas vezes por semana.

O planejamento desses encontros foi feito em torno de três eixos temáticos, que estiveram sempre em diálogo: o cinema, os museus e a história de vida dos alunos. Antes de descrever como se realizaram as atividades, é importante destacar em quais concepções de educação e de conhecimento nos baseamos ao longo do projeto de extensão, uma vez que “todo pensar e agir pedagógico está impregnado por uma crença epistêmica” (RIZZON, 2010, p. 1). Como consideramos que o processo de conhecer caracteriza-se pela sua natureza de construção ativa, todas as atividades foram planejadas de maneira a privilegiar o máximo possível a participação dos alunos. Desse modo, os estagiários agiam como mediadores que

deveriam estimular a pesquisa espontânea da criança, para que o conhecimento a ser adquirido pudesse ser reinventado e reconstruído pelo aluno.

Educação em outros espaços e abordagens: o espaço museológico e o cinema

Um dos objetivos centrais das atividades realizadas no projeto de extensão foi refletir com os alunos as funções desempenhadas pelo museu na sociedade, sua importância na produção da história e da memória, bem como na preservação dos diversos tipos de patrimônio. Nos últimos anos, os museus tiveram sua função expandida, “apresentando-se como um espaço político e ideológico importante, privilegiando, além da guarda, a investigação, a documentação e a comunicação do patrimônio” (HERMETO; OLIVEIRA, 2009, p. 91). Esse espaço não mais se concebe como lugar de guardar raridades a serem preservadas, pois as mudanças das noções de patrimônio e bens culturais fizeram com que os museus passassem por um processo de ressignificação e apropriação cultural. Cada vez mais, o espaço museológico é pensado como um lugar estratégico para a ação educativa, possibilitando aos sujeitos aprendentes estabelecerem uma relação criativa entre passado, presente e futuro.

Reconhecendo esse potencial dos museus de permitir uma ação educativa, na qual o aluno estabelece um diálogo crítico com a sociedade em que está inserido, com sua história e seus patrimônios culturais, bem como a necessidade de democratizar esse espaço, elaboramos as atividades a serem realizadas. Escolhemos abordar a temática dos museus e suas funções a partir do cinema, especificamente, a partir do filme *Uma Noite no Museu*, lançado em 2006 e dirigido por Shawn Levy. Mas, porque utilizar o cinema? Quais possibilidades e recursos ele oferece para o ensino de história para crianças? O cinema é uma palavra polissêmica, a qual é atribuída inúmeros significados, mas aqui ele é pensado como processo de criação que produz um artefato cultural repleto de intencionalidades. Desse modo, ele é um objeto plural, que “possui dimensões estéticas, cognitivas, psicológicas e sociais” (FANTIN, 2009, p. 207), uma síntese entre arte, indústria e linguagem.

As relações que se estabelecem entre cinema, educação e história são diversas e vem se transformando muito desde o começo do século XX, quando o cinema se popularizou. No pós-guerra, a reprodutibilidade técnica (tanto o cinema, quanto a fotografia e as gravações auditivas) chegava às universidades “como uma forma inovadora e extremamente fidedigna de estudar a realidade social” (SANTOS, p. 1). Uma concepção de cinema semelhante estava presente também nas escolas, onde os filmes eram pensados como uma maneira de ilustrar um período histórico, fazendo o aluno vivenciá-lo através das imagens. Essa percepção do cinema

foi contestada, na década de 70, pelo historiador Marc Ferro, que propôs, de maneira pioneira, utilizar os filmes como fonte documental, enxergando o cinema não mais como uma imagem objetiva da realidade, mas sim como documento “revelador ideológico, político, social e cultural de uma determinada cultura de seus interesses” (SANTOS, p. 1).

Outra abordagem do cinema que permite reflexões importantes para a área de educação é a que considera as dimensões psicológicas envolvidas na recepção dos filmes:

(...) a cena que desperta o interesse certamente transcende a simples impressão de objetos distantes em movimento. Devemos acompanhar as cenas que vemos com a cabeça cheia de ideias. Elas devem ter significado, receber subsídios da imaginação, despertar vestígios das experiências anteriores, mobilizar sentimentos e emoções. (FANTIN, 2009, p. 209).

Nessa perspectiva, ver um filme está longe de ser uma ação passiva, pelo contrário, o espectador produz relações e significações novas a todo instante, articulando memória e imaginação. O cinema possui, assim, uma função impulsionadora de relembrar vivências e criar novos sentidos a partir do ato de imaginar. Cabe ao educador tirar proveito da emoção com que o meio audiovisual consegue envolver o espectador, no caso, o aluno.

Concebendo o cinema como esse instrumento de despertar emoções, memórias e experiências, optamos por exibir o filme *Uma Noite no Museu*, que conta a história de um museu na cidade de Nova York onde os objetos expostos de dia ganham vida à noite, o que faz com que o vigia noturno, interpretado por Ben Stiller, vivencie muitas confusões e aventuras. A ideia era que o filme pudesse ser um ponto de partida interessante para mobilizar as vivências que os alunos já tinham em relação aos museus, sendo que após a exibição, todos manifestaram as experiências que já possuíam em relação a essa instituição: se já tinham visitado um museu, o que eles achavam que era esse espaço, suas opiniões e impressões. Outra hipótese que levantamos e que se confirmou ao longo das atividades era de que o filme poderia estimular a imaginação dos alunos para que eles concebessem o museu também como um espaço de aventuras, e não como um “lugar chato” ou de “guardar coisas velhas”, como é comum no “imaginário museal de muitos sujeitos” (HERMETO, 2009, p. 90). O interesse despertado pelo filme foi tamanho que eles quiseram compreender quem eram aquelas personagens do filme que ganhavam vida à noite no museu. Foi a partir desse interesse que pudemos historicizar os diversos conteúdos do filme e introduzir de maneira mais sistemática o tema dos museus.

Primeiramente, situamos o filme no espaço e no tempo em que foi produzido, mostrando os lugares em que ele foi filmado através de fotos e do mapa-múndi. Depois,

refletimos sobre alguns personagens, que apesar de estarem representados de forma fantasiosa e fictícia, existiram como sujeitos históricos em diferentes épocas. Assim, buscamos construir pequenas narrativas acerca desses sujeitos históricos que foram lidas em voz alta pelos alunos. Depois os personagens foram organizados em uma linha do tempo, instrumento importante para trabalhar com crianças que ainda não dominam noções de tempo, como séculos, datas, épocas. Essa primeira abordagem foi importante, uma vez que despertou muitos questionamentos, que foram trabalhados ao longo do semestre.

Um segundo momento da atividade consistiu em trabalhar com a ideia de que o museu representado no filme é apenas uma das inúmeras formas que o espaço museológico pode assumir. Para isso mostramos fotos de diferentes museus e de seus acervos, bem como utilizamos os computadores da escola para visitar sites de museus de todo o mundo. A análise desse material pelos alunos foi guiada a partir dos seguintes questionamentos propostos: todos esses museus são iguais? E os seus acervos, são diferentes? Quais são suas regras e como os visitantes devem se comportar nesses espaços? As pesquisas foram mediadas pelos estagiários e permitiram aos alunos perceber a multiplicidade que os espaços museológicos podem assumir, bem como a diversidade de seus acervos. Nesse sentido, foram importantes documentos as fotos do museu Inhotim, representando visitantes que interagem com os objetos expostos, pois mostraram que, se em alguns museus não se pode tocar no acervo, outros só atingem suas propostas quando os sujeitos interagem com ele.

Outra fonte de pesquisa que permitiu aos alunos muitas reflexões foi o site do *Museu da Pessoa*¹⁰⁶, museu online que propõe contar histórias de pessoas desconhecidas, que dividem sua experiência com os visitantes do site. Esse museu permitiu aos alunos compreenderem o espaço museológico como lugar em que se reflete sobre a história de vida dos sujeitos históricos considerados “comuns”, bem como a história do cotidiano, e não apenas sobre “os grandes homens”. Desse modo, os alunos puderam elaborar e reelaborar seus conceitos de museu, patrimônio e acervo.

Para finalizar o trabalho com a temática dos museus, optamos por realizar uma visita ao *Museu de Artes e Ofícios* (MAO), de Belo Horizonte, para que as questões pensadas na sala de aula, bem como as concepções e opiniões que os alunos desenvolveram, pudessem ser trabalhadas também no espaço museológico. Escolhemos esse museu por ele, como o *Museu da Pessoa*, trabalhar com a vida cotidiana dos sujeitos históricos, especificamente com o trabalho e suas técnicas, tema a partir do qual é possível estabelecer muitas conexões com o

¹⁰⁶ O *Museu da Pessoa* pode ser visitado no seguinte endereço eletrônico: www.museudapessoa.net

presente e com as experiências dos alunos com as mais diversas tecnologias. Antes da visita, discutimos na sala de aula sobre a historicidade do trabalho humano e como as técnicas e ferramentas usadas se modificaram ao longo da história. Para isso levamos algumas fotos de peças do acervo do *MAO* e comparamos com os objetos atuais para evidenciar essas mudanças: um fogão do começo do século XX foi contrastado com um atual; uma cadeira de dentista do final do século passado foi comparada a uma contemporânea. Desse modo, os alunos foram visitar o museu já compreendendo um pouco de sua proposta e do seu acervo.

A visita ao museu foi muito proveitosa e os alunos relacionaram os objetos vistos a suas experiências: muitos relataram como os objetos ali expostos eram estranhos ou muito diferentes do que usamos hoje; outros, por outro lado, afirmaram que já viram algumas das peças do acervo em casas de familiares que moravam no interior. Esses comentários dos alunos já revelam o papel fundamental que os objetos expostos desempenharam pensados como fontes para se interpretar o passado: eles permitiram que os alunos pensassem as diferenças entre as épocas históricas, mas também permitiram pensar as continuidades, bem como a maneira como a sociedade está inserida em diversas temporalidades. Além disso, alguns alunos fizeram questões acerca da época na qual aqueles objetos eram utilizados, evidenciando como o acervo do museu pode certamente auxiliar “o professor na difícil tarefa de estimulação do imaginário do aluno no aprendizado da história” (CUNHA; XAVIER, 2010, p. 641).

A história de vida, do cotidiano e o museu da turma

Mediante os inúmeros trabalhos desenvolvidos com as crianças nos espaços e pelas fontes aqui apresentadas e discutidas, propusemos aos alunos que eles construíssem um “Museu da Turma”. As perguntas surgiram imediatamente e as crianças ficaram muito curiosas. Seria possível um museu feito por elas mesmas? O que elas poderiam apresentar? Suas histórias mereceriam um museu? Entre estas e outras questões, buscamos desnaturalizar o senso comum de que os espaços museológicos narram apenas passados remotos ou de personagens históricos famosos. Objetivamos a compreensão por parte dos alunos de que suas próprias vidas também eram parte da História e mereciam ser estudadas e conhecidas tanto quanto a dos ditos “grandes personagens históricos”.

Desta forma, a História do Cotidiano, que ganha espaço nas produções historiográficas a partir da Escola dos Annales, apresenta-se cada vez mais como campo privilegiado das narrativas históricas. Os sujeitos históricos da então amorfa “cultura de massa” são compreendidos por Michel de Certeau como sujeitos capazes de atuação e resistência nos

espaços sociais, ainda que em relações “microscópicas” (cf. CERTEAU, 1998). Além disto, vale lembrar da obra de Michel Foucault, que analisa as relações de poder nas sociedades.

Nesse sentido, fizemos com que os alunos se vissem como atuantes na história, como sujeitos históricos que de fato possuem histórias de vida diversas, mas que compartilham no espaço social práticas e culturas comuns. Pedimos que eles trouxessem de casa para a escola objetos que fossem significativos. Muitos trouxeram brinquedos, desenhos e roupinhas de bebê. A semelhança entre os objetos trazidos fez com que as crianças percebessem as semelhanças entre eles, assim, construíamos, juntos, uma identidade para o grupo.

O “Museu da Turma” foi elaborado com depoimentos de pais, fotografias e objetos que pudessem narrar as histórias de cada aluno. Além disso, trabalhamos novamente com a noção de tempo histórico ao realizar uma atividade de construção de uma linha do tempo que representasse as semelhanças e diferenças entre as histórias de cada aluno.

Acreditamos que esta proposta foi muito bem sucedida, pois viabilizou a compreensão de inúmeras questões que fazem parte da História e que tornam, assim, o ensino de História algo mais prazeroso, divertido e ao mesmo tempo próximo dos alunos, um estudo realmente significativo.

Conclusão

O projeto “Cinema, escola e História” trouxe resultados muito positivos para os vários agentes envolvidos. Para nós, estagiários, possibilitou uma atuação mais direta no ambiente da sala de aula. Experiência muito válida para nosso futuro profissional, pois permitiu que conhecêssemos na prática os desafios e possibilidades da profissão docente. Para os alunos, o trabalho trouxe novos conhecimentos e formas de enxergar a si próprios e a sua comunidade. Por fim, acreditamos que a parceria entre Universidade e Escola Básica pode trazer resultados muito satisfatórios, pois ajuda a diminuir os abismos que separaram os saberes produzidos nesses dois universos. Além disso, esta é uma forma interessante de atuação, pois o conhecimento acadêmico se traduz em benefícios para a sociedade.

Acreditamos também que o relato e divulgação de experiências como esta seja de grande importância, especialmente quando se trata da formação de professores. Já que o trabalho docente deve ser construído em conjunto, a partir do compartilhamento de práticas e debates sobre formas de ação e métodos de ensino. Esperamos, com este artigo, ter contribuído minimamente neste processo.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, Maria de Fátima da & XAVIER, Erica da Silva. “Ensino e História: o uso das fontes históricas como ferramenta de produção de conhecimento histórico”. In: *Antíteses*, Londrina, vol. 3, n. 6, jul./dez. 2010.

FANTIN, Monica. “Cinema e Imaginário infantil: a mediação entre o visível e o invisível”. In: *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai./ago. 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

HERMETO, Miriam; OLIVEIRA, Gabriela Dias de., “Ação educativa em museus: produção de conhecimento e formação para a cidadania?” In: AZEVEDO, F.L.M.; CATÃO, L.P.; PIRES, J.R.F. (Org.). *Cidadania, Memória e Patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. 1ª ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

RIZZONI, Gisele. “A sala de aula sob o olhar do construtivismo piagetiano: perspectivas e implicações”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 5º, 2010. *Anais do V Congresso Internacional de Filosofia e Educação*. Caxias do Sul: 2010.

SANTOS, Andréa Paula dos. *O audiovisual como documento histórico: questões acerca do seu estudo e produção*. Captado em: <<http://dc358.4shared.com/doc/z7Pq611e/preview.html>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

O ensino de História e as histórias: o uso da literatura e do cinema na sala de aula

Carolina de Oliveira Silva Othero;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
carol_othero@yahoo.com.br

Camila Barbosa Monção;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
camilabmoncao@hotmail.com

Gabriel Afonso Vieira Chagas;
Graduando em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

Lorena Dias Martins;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
lorenadiasmartins@hotmail.com

Matheus Pimenta da Silva;
Graduando em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
ma.pimenta@hotmail.com

Nathália Tomagnini Carvalho;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
nathalia.tomagnini@globo.com

Priscila Angélica Aguiar Marra;
Graduanda em História;
Universidade Federal de Minas Gerais;
priscila.marra@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de relatar parte das experiências realizadas no projeto de extensão "Cinema, Escola e História" no ano de 2013. O grupo de trabalho teve como guia para formulação das atividades a intenção de desenvolver noções de tempo histórico, relações entre contos de fada, história e cinema e, principalmente, promover discussões que tentem desconstruir estereótipos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: História; educação; cinema; literatura.

ABSTRACT: This article aims to report part of the experiences occurred during the Extension Project called "Cinema, School and History" in 2013. The workgroup had as guide

for the formulation of activities the intention to develop notions of historical time, relations between fairytales, history and cinema and, mainly, promote discussions that deconstructs social stereotypes.

KEYWORDS: History; education; cinema; literature.

Em 2013 teve início o projeto de extensão “Cinema, Escola e História”, realizado por um grupo de licenciandos em História, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta. O projeto buscava levar os estudos feitos acerca do uso de recursos didáticos no ensino de história para alunos com idades entre 6 e 9 anos.

A participação dos sete integrantes foi voluntária, tendo o projeto se realizado na Escola Estadual Sarah Kubitschek Itamarati – no bairro Ouro Preto, em Belo Horizonte. É uma escola de pequenas dimensões, que só oferece aulas para os alunos até o 5º ano do Ensino Fundamental I. Os membros do projeto de extensão frequentavam a escola para a realização do projeto toda semana, sendo que cada membro ia duas vezes por semana e passava cerca de 2 a 3 horas com os alunos em cada um desses dias.

Dividimos o projeto para os dois semestres de 2013. No primeiro semestre trabalhamos com museus, cinema e história. Este presente trabalho é o resultado do segundo semestre, com o subtítulo de “O ensino de História e as histórias: o uso da literatura e do cinema na sala de aula”.

Optamos por um planejamento que possibilitasse o uso do cinema e motivasse discussões de conceitos como tempo histórico e diversidade cultural. Escolhemos ainda trabalhar atividades que promovessem a desmistificação dos grandes mitos, trazendo a História para perto dos alunos e possibilitando a identificação destes enquanto sujeitos históricos atuantes.

Dessa forma, escolhemos utilizar a literatura, especialmente os chamados contos de fadas e também os contos africanos, identificando-os como representações da realidade, sujeitas a elementos ficcionais e a horizontes fixados pelo seu tempo de produção, da mesma forma que o cinema.

Estabelecemos objetivos gerais a serem alcançados com os alunos durante as aulas do projeto. Entre estes objetivos, apesar da pouca idade dos alunos, pretendíamos: fazer com que os alunos tivessem noções básicas de tempo, que eles desenvolvessem noções de identidade individual e coletiva, que se reconhecessem como sujeitos ativos da História. Queríamos ainda que eles identificassem permanências e continuidades, mas também rupturas,

percebendo o papel da memória na construção do conhecimento histórico. Os filmes e os contos deveriam ser entendidos como representações da realidade, porém sujeitos a elementos ficcionais e aos horizontes fixados pelo seu tempo de produção com uma dada intencionalidade.

Identificamos alguns pontos específicos a serem buscados na construção do conhecimento dos alunos, como a compreensão de conceitos – por exemplo o que são os contos de fadas, história oral, entre outros. Almejávamos que os alunos diferenciassem histórias de literatura da disciplina História. Também pensamos que era importante que os alunos percebessem que as histórias, como os contos de fada, sofrem alterações ao longo do tempo e em diferentes lugares. Perceber a mudança do perfil dos personagens dos contos de fadas ao longo do tempo se apresentou como um objetivo, bem como relacionar a imagem das princesas dos contos de fadas com suas próprias histórias de vida. Finalmente, desejávamos que os alunos compreendessem que existem diferentes formas de se contar histórias de literatura: via oral, escrita e audiovisual.

Utilizamos vários recursos para a realização das atividades do projeto, tais como data-show, computador, filmes em DVD, entre outros. Dividimos as atividades em 4 grandes blocos para um melhor aproveitamento das aulas.

No primeiro bloco, que chamamos de “Contos de fada e suas possibilidades de leitura” trabalhamos com os alunos vários aspectos. O primeiro ponto foi abordar com eles o que é um conto de fadas, assim tivemos também um diagnóstico do conhecimento prévio que possuíam. Falamos um pouco sobre como e o contexto em que surgiram os contos de fadas, qual era o objetivo e as relações entre a história e o período de sua produção. Identificamos personagens recorrentes nos contos de fadas, como as princesas e as bruxas, por exemplo. A partir daí identificamos também os estereótipos nos contos de fadas, especialmente a forma como as personagens se apresentam. Levantamos com os alunos questionamentos do tipo: princesas se apresentarem sempre como frágeis, heróis se apresentarem como galãs, etc.

Ainda ao trabalhar com o primeiro bloco notamos que havia a necessidade de discutirmos com os alunos sobre os estereótipos nas adaptações que temos nos contos de fada hoje. Muitas das alunas não se identificavam fisicamente com as princesas loiras, brancas e de olhos azuis. Era a hora de trazer então a imagem da princesa em diferentes culturas, principalmente as princesas negras. Iniciamos, então, o trabalho com contos africanos e com as princesas africanas. Utilizamos o livro "O casamento da princesa", do autor Celso Sisto. O livro é todo ilustrado, o que facilitou a visualização dos alunos de como seria uma princesa

africana real. Além disso, com eles discutimos o estereótipo do herói galã a partir do filme “Shrek”:¹⁰⁷ um ogro, aparentemente verde e feio é, indiscutivelmente, um herói. Contamos ainda a história do fundador do Império Mali, presente em “Sundjata ou a Epopeia Mandinga”, escrita por Djibril Tamsir Niane, um herói diferente do que estavam acostumados. Utilizamos ainda o filme “Valente”¹⁰⁸ para mostrar que as princesas também podem ser guerreiras, não precisam se casar se não desejarem, desconstruindo o tipo frágil da mulher, percebendo que ela é capaz de tomar suas próprias decisões.

Os contos africanos despertaram o interesse dos alunos e, em consonância com a lei de 2003 que coloca a obrigatoriedade dos estudos africanos no ensino, resolvemos falar um pouco da História da África, das relações entre o Brasil e o continente africano. Claro que foi algo bastante superficial, mesmo porque, nessa idade, os alunos tinham pouquíssimo conhecimento sobre mapas e distribuição espacial dos países. Surgiu ainda a curiosidade sobre reis e rainhas no Brasil. Preparamos para os alunos aulas sobre a família real portuguesa e o período imperial brasileiro, com imagens colocadas em slides e uma breve explanação sobre o tema. No final, fizemos uma atividade de cortar e colar figuras como as de D. João VI, Carlota Joaquina, D. Pedro I, D. Pedro II, etc., em que houve bastante entusiasmo dos alunos.

No segundo bloco, por nós intitulado “A História e as histórias – contos de fada na história e a história dos contos de fada”, explicamos para os alunos que os contos da fada tem hoje um caráter infantil e lúdico, mas que em sua origem eles não eram contados assim. Sem entrar em detalhes sobre os irmãos Grimm e sobre Hans Christian Andersen mostramos as diferentes versões que assumiram os contos de fadas. Para melhor ilustrar, exibimos o filme “Deu a louca na Chapeuzinho Vermelho”,¹⁰⁹ mostrando uma versão não convencional de se contar sobre a Chapeuzinho Vermelho e o Lobo Mau. O próprio filme se passa com a investigação do que aconteceu com a vovó quando o lobo chega à casa dela. Tanto com “Shrek” quanto com “Deu a louca na Chapeuzinho Vermelho” discutimos sobre as adaptações dos contos de fadas aos costumes e modos de vida atuais.

O terceiro bloco, “Contos de fadas encenados: cinema e teatro”, serviu para discutirmos os diferentes meios de se contar uma história: o cinema, o teatro, os livros, usando o áudio. Falamos ainda sobre a história dos estúdios Walt Disney e sobre o processo

¹⁰⁷ ADAMSON, Andrew; JESON, Vicky. Shrek. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 2001.

¹⁰⁸ ANDREWS, Mark; CHAPMAN, Brenda. Valente. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 2012.

¹⁰⁹ EDWARDS, Cory. Deu a louca na chapeuzinho vermelho. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 2005.

de produção de um filme. A forma como é filmado, o corte de cenas, a adaptação de livros para o cinema, etc. Abordamos algumas diferenças entre o cinema e o teatro. Pretendíamos produzir um teatro dos alunos ou mesmo uma excursão a uma peça de teatro, mas não foi possível em função do pouco tempo para cumprir o planejamento e de verba insuficiente.

Optamos por trabalhar ainda um pouco de mitologia grega, comparando os heróis mitológicos com os heróis dos contos de fadas. Explicamos o que é mitologia e qual a sua origem e finalidade. Contextualizamos figuras como o sátiro, o minotauro, o centauro, além da Medusa, Zeus, Hércules, etc. Para isso utilizamos os filmes “Hércules”¹¹⁰ e “Percy Jackson e o Ladrão de Raios”.¹¹¹ Após discussões, os próprios alunos chegaram à conclusão de que diferentes culturas contam suas histórias de modos diversos.

Por fim, o último bloco foi o “Colocando a mão na massa”. Os alunos realizaram um trabalho final do projeto confeccionando um livro de contos de fada. Eles construíram uma história diferente a partir dos personagens que conheciam e a partir de tudo que trabalhamos em sala de aula. Para o processo de criação do livro fomos retomando elementos de todo o segundo semestre do ano. Eles elaboraram o roteiro: falavam as ideias e nós escrevíamos no quadro a versão final a partir dessas ideias. Depois dispomos os alunos em grupos e distribuimos as frases por eles formuladas para que copiassem no livro em confecção. Eles cuidaram também das ilustrações. Distribuimos folhas coloridas, tesoura, cola. Com este material eles fizeram as ilustrações da nova história por eles criada. O livro ficou pronto ao final de novembro, quando também se encerrou o nosso projeto.

Todo o trabalho gerou resultados incríveis tanto para a nossa formação, enquanto profissionais da educação, quanto nos alunos que, claramente, ao final do projeto, se dispunham com maior clareza e curiosidade a questionamentos em relação à história e à sociedade. Apesar da pouca idade desses alunos e das dificuldades que muitas vezes nos deparamos, como a própria alfabetização, esse projeto foi fundamental para percebermos as possibilidades de ousar no ensino e construir, junto com os alunos, reflexões históricas e sociológicas profundas que trazem o conhecimento escolar, mas também uma nova forma de lidar com a vida e com os acontecimentos cotidianos. Ações educativas como estas, na área de História, são fundamentais para que o conhecimento histórico se aproxime do indivíduo e seja uma forma de construção de identidades.

¹¹⁰ RATNER, Brett. Hércules. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 1997.

¹¹¹ COLUMBUS, Beck. Percy Jackson e o ladrão de raios. [Filme-vídeo] Estados Unidos, 2010.

Referências Bibliográficas:

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 16. Ed. Trad. Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CORSO, D. L.; CORSO, M. *Fadas no Divã Psicanálise nas Histórias Infantis*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

EISNER, Will. *Sundjata uma lenda africana – o leão do Mali*. Trad. Antonio de Macedo Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

FOSSATTI, Carolina Lanner. Cinema de animação e princesas: uma análise das categorias de gênero. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Blumenau, 28 a 30 de maio de 2009, p.1-16.

MELO, Priscila Medeiros Varjal de. *Shrek e a dessacralização dos contos de fadas*. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IICILLIJ/4/PriscilaVarjal.pdf>>. Acesso em: 15/06/2014.

NIANE, Djibril Tamsir. *Sundjata ou a Epopéia Mandinga*. Coleção Autores Africanos. São Paulo: Editora Ática, 1982.

PERES, Rosely; RODRIGUES, Sonia; ROCHE, Sueli de Oliveira; *et al.* *Princesas africanas*. Leituras compartilhadas: Revista de (in)formação para agentes de leitura. Ano 9, fascículo 19, mar. 2009.

RESSUREIÇÃO, Juliana Boeira da. A importância dos contos de fada no desenvolvimento da imaginação. Disponível em: <<http://www.facos.edu.br/old/galeria/129102010020851.pdf>>. Acesso em: 15/06/2014.

SISTO, Celso. *O casamento da princesa*. Rio de Janeiro: Editora Prumo, 2009.

Regime militar político, cinquenta anos depois: resquícios e reflexos no Brasil contemporâneo

Fábio Júnio Mesquita

Graduando em Pedagogia

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte

fa.bi0@hotmail.com

Geralda Martins da Costa

Graduanda em Pedagogia

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte

gmartinsdacosta@gmail.com

RESUMO: O trabalho objetiva identificar e refletir sobre a presença eminente da Ditadura ainda nos dias de hoje, apresentando-se como resquícios e/ou reflexos em nossa cultura. Conectando o conhecimento desde o ano de 1964 até os dias de hoje, pensando sobre a ideia que alguns possuem sobre o Golpe militar, almejando refletir se realmente houve fim da ditadura militar em 1985, ou se persiste até hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Regime militar; Cinquentenário; Resquícios; Reflexos; Sociedade.

ABSTRACT: This paper aims to identify and reflect on the looming presence of the Dictatorship still today, presenting as remnants and / or reflections on our culture. Connecting knowledge from the year 1964 to the present day, thinking about the idea some have about the military coup, there was really craving a reflection end of the military dictatorship in 1985, or persists today.

KEYWORDS: Military regime; fiftieth; remnants; reflexes; Society.

Introdução

Anos se passaram desde 1985, e ainda hoje se fala do Regime Militar vivido pelo País, com algumas lacunas a preencher. Ainda que muitos viveram e tantos outros estudaram, fragmentos deste período da história persistem até então. Reflexos e resquícios da ditadura são presentes e algumas vezes assombrosos mesmos nos dias de hoje.

Com este trabalho, buscam-se reflexões sobre a presença constante do Regime militar político que ainda persiste. Muitos historiadores concordam que a o regime político durou 21 anos, partindo de 1964 e findando em 1985, porém a quem discorde e pense ter durado um pouco mais, pois afirma que “no Brasil, o *regime ditatorial-militar* durou 25 anos, de 1964 a 1989” (CODATO, 2005), já no caso de Villa (2009) afirma ter durado apenas 11 anos, pois na visão dele “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de

Anistia e as eleições para os governos estaduais em 1982” (VILLA, 2009). Independente de quantos anos duraram, a questão é como afetou o Brasil de hoje? Já que ações e omissões demonstram que a ditadura permanece muito viva, porém mascarada em nosso meio.

Pensando que “há quem diga que o país vive uma Ditadura Civil, está sofrendo um Golpe Permanente” (MONTEIRO, [2006?]) Revelando-se ora como resquícios, ora, como reflexos, sobretudo no campo histórico social. Portanto, analfabetismo, Educação Física, Reforma agrária, Moradia, Polícia Militar e Lei Fleury, serão os principais assuntos abordados, que trazem consigo grandes marcas do Regime militar político vivido pelos brasileiros.

Anos de chumbo

Brasil 31, de Março do ano de 1964, os militares assumiam o poder do País. Essa época ficou marcada na história do Brasil, através da prática de vários atos institucionais que colocaram em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, e a falta de total democracia, além da repressão aqueles que eram contrários ao regime militar. (BRASIL, [s.d]).

O atual presidente da república Jânio Quadros, inesperadamente renuncia ao cargo. O seu substituto, João Goulart, foi eleito pelo voto direto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e passa agora a governar o país. (ARAUJO, SANTOS, SILVA, 2013).

O ano de 1964 marca uma série de eventos dentre eles “um projeto de reforma agrária [...], decretos nacionalizando refinarias particulares de petróleo e desapropriando terras com mais de 100 hectares que ladeavam rodovias e ferrovias federais” além “declarações bombásticas como a de Brizola, defendendo a constituição de um Congresso composto de camponeses, operários sargentos e oficiais militares” (PRIORI, VENANCIO, 2010). Nesse mesmo ano a sociedade brasileira se organizou como as classes médias, as elites agrárias, e os industriais, se voltaram contra o governo João Goulart do qual abriram brechas para o golpe.

De acordo com Priori e Venancio (2010) tudo iniciou com a marcha da família com Deus pela Liberdade. Onde uma multidão em frente à Praça da Sé em São Paulo se reuniu juntamente com o clero conservador, o empresariado da direita, todos contra as reformas do então presidente João Goulart que foi deposto no dia 31 de março de 1964. Onde os militares insatisfeitos e já planejando o golpe, destituem o presidente do cargo assumindo o cargo o Marechal Castelo Branco, general militar foi eleito pelo congresso nacional á presidente da República em 15 de Abril de 1964.

O período foi marcado na época por protestos e muitas revoltas por parte dos que não apoiavam o regime, especialmente os estudantes, alguns intelectuais, como músicos, artistas plásticos, pintores, escritores e outros. Imediatamente após o golpe foi estabelecida pelos militares o AI-1 com 11 artigos (BRASIL, 1964). O mesmo dava ao governo militar o poder de modificar a Constituição do Brasil de 1946, como anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos, aposentar compulsoriamente, entre outros. (BRASIL, [s.d])

O Brasil a partir dessa data é marcado para sempre tendo início de um governo liderado pelas forças armadas que governam o País com força bruta causando, resquícios e reflexos em plena contemporaneidade. Os militares na época justificaram o golpe sob alegação de que o país sofria uma ameaça comunista por parte das medidas governamentais do presidente João Goulart.

Entendendo os resquícios e reflexos

Em primeiro momento, vale lembrar a diferença entre os resquícios e reflexos. Resquício pode ser entendido como “traço, sinal indicativo de que algo ou alguém esteve presente em determinado lugar ou manifestou-se de algum modo; vestígio, resto, sobra” (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 2440) com o que está afetando a população, ainda que seja de maneira sutil. Ou seja, os indivíduos sofrem com os embates, mas não conseguem na sua grande maioria detectar os fatores causadores. Pontuaremos alguns resquícios marcantes da ditadura no Brasil, a Educação Física, Reforma agrária, Polícia Militar e Lei Fleury.

Quanto aos reflexos baseia-se *n*’ “aquilo que evoca a realidade de maneira imprecisa ou incompleta” (AURÉLIO, 1975, p. 1204) e que “não atua ou não se produz diretamente” (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 2412). Considerado então, reflexos como aquilo que permanece na lembrança da história, e que não são produzidos diretamente, mas sim refletidos a partir de ações anteriores. Abordaremos como reflexos provenientes da ditadura, o analfabetismo e a ausência de moradias.

Analfabetismo

É considerado analfabeto quando o indivíduo está na “condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases” (TOLEDO, [2013?])

No Brasil, o índice de analfabetos sempre esteve elevado, a comparar a década de 60 com o ano de 2012, pois “nos anos 1960 o IBGE calculava um índice de 40% de analfabetos

entre a população com mais de 15 anos, isso representava cerca de 16 milhões de pessoas.” (TEIXEIRA, 2012). Enquanto em uma nova análise realizada pelo “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012 e divulgada em setembro de 2013, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país.” (G1, 2014).

O analfabetismo embora já existisse mesmo antes do regime político militar, pode ser percebido como um reflexo das ações no período, já que “o combate ao analfabetismo foi duramente combatido pela recém instaurada ditadura militar” (TEIXEIRA, 2012). Sem trégua, já “no dia 1º de abril de 1964 todas as atividades do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), tanto no Nordeste como no Sudeste, foram paralisadas.” (TEIXEIRA, 2012). Bem como, “O ministro Júlio Sambaqui e toda a sua equipe, inclusive Paulo Freire, foram afastados do Ministério da Educação.” (TEIXEIRA, 2012).

E as medidas prosseguiram pouco após “no dia 14 de abril, duas semanas depois do golpe, o PNA foi oficialmente extinto pela Portaria 237 do MEC. Seu caráter subversivo não seria tolerado pelo novo governo” (TEIXEIRA, 2012). O mais notável “é que a portaria 237 simplesmente acabou de uma só vez com todas as iniciativas do MEC realizadas durante o governo Jango” (TEIXEIRA, 2012). Castelo Branco pretendia acabar com o método de alfabetização Paulo Freire, pois pensava que o método estaria “‘engordando’ cascavéis no sertão do Nordeste” (TEIXEIRA, 2012).

E por fim acabaram com “a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler naquele contexto era vista, pelos órgãos de repressão, como uma perigosa ‘arma de propaganda comunista’” (TEIXEIRA, 2012). Fortalecendo assim o analfabetismo que está sempre presente entre os brasileiros.

A conferência mundial da educação para todos, ocorrida em 1990, em Jomtiem e Tailândia (UNESCO, 1998), foi assistida por representante do mundo todo, e chegou à conclusão que a alfabetização, é um dos fatores chave para resolver problemas mais urgentes da sociedade, que a realização plena do ser humano só se dá através da educação e promovê-la é fundamental, para o desenvolvimento das nações.

Assim sendo, a educação é uma ferramenta extremamente útil para combater a pobreza e a desigualdade, elevar os níveis de saúde e bem estar social, criar as bases para um desenvolvimento econômico sustentável e a manutenção de uma democracia duradoura por este educação foi incluída na lista de oito objetivos de desenvolvimento do milênio das nações

unidas, que fixou para o ano de 2015 datas limite para alcançar 100% de educação primária para todas as crianças do planeta.

Educação Física

Os anos 60 do século XX assistem um fenômeno mundial no âmbito educacional. Esse é um aspecto importante se procurarmos compreender o contexto sobre o qual foram formuladas as políticas públicas para a Educação Física brasileira.

Isso só nos remete a ideia de que a Educação Física tornou-se obrigatória por parte dos militares, em seguida adentra os pátios das escolas, sobre tudo para fazer parte do currículo escolar. Coceber as políticas públicas daquele período como que gestadas exclusivamente no âmbito das agências militares (OLIVEIRA, 2004). Tomemos alguns exemplos: Estabelecimento de uma política nacional de Educação Física, “o estabelecimento de PNEF encerra considerações gerais específicas a saber” (OLIVEIRA, 2004):

- 1.1. A prática da Educação Física em massa, com finalidade de favorecer a melhoria do homem e os meios de colaborar no plano de segurança nacional.
- 1.2. Ação na escola primaria, como o objetivo de longo alcance despertando o interesse pela prática nas atividades físicas.
- 1.3. Ação no mesmo sentido, nos estabelecimentos de ensino médio e superior, concorrendo, além de seus benefícios gerais, para a possibilidade de surgirem atletas de melhor nível técnico, capazes de realçar a posição do nosso país, no mundo desportivo social.
- 1.4. Ação nas forças armadas sobre o elemento humano disponível, com o propósito de aperfeiçoar as suas condições físicas e aprimorar, nas suas possibilidades técnicas já iniciadas.
- 1.5. Ação no setor trabalhista, industrial e agrícola, propiciando as práticas desportivas para assegurar melhores condições de saúde, de alegria de viver e ao rendimento do trabalho. Essas são alguns pontos característicos da Educação Física no Brasil, e ainda hoje é um reflexo da ditadura. Talvez possamos compreender o motivo pelos quais, muitos estudantes tem uma verdadeira aversão pela prática de Educação Física dentro das escolas. Advindos do autoritarismo truculência militar que se arrastam por décadas o que podemos destacar como, resquícios e reflexos no Brasil contemporâneo.

Reforma Agrária e Moradia

No Brasil a distribuição de terras começou pela divisão da mesma em capitâneas hereditárias, depois foi distribuída aos desbravadores, e no século XIX aos alemães e italianos.

O problema fundiário do país remonta á 1530, com a criação das capitâneas hereditário do sistema de sesmarias grande glebas, distribuída pela coroa portuguesa á quem

dispusessem á cultivá-las. Dando em troca um sexto da produção então nasce o latifúndio. (ESCOLA DE GOVERNO, [s/d])

Em 1882 com a independência do país se agrava o quadro, a troca de donos de terras se deu sob a lei dos mais fortes. Em meio á tanta violência os conflitos, não envolvem os trabalhadores rurais, pois todos eram escravos. Em sua grande maioria os proprietários grileiros apoiados por bandos armados. Somente em 1850 o império tenta ordenar o campo editando assim a lei das terras. Contudo, vem um dispositivo com essa lei da terra a proibição de ocupar áreas publicas e a determinação de que para adquirir terras só mediante pagamento em dinheiro, reforçando assim o poder dos latifundiários, ao tornar ilegal as posses de pequenos produtores. (ESCOLA DE GOVERNO, [s/d])

Em 1964, João Goulart reuniu 150 mil pessoas em um comício onde apresentou as reformas de base, dentre elas a reforma agrária (MST, 2012), que mais tarde veio a ser barrada pelo regime militar político.

Mas são esses sem terras agora, nos seios dos movimentos dos sem terras, que marcham pelas estradas e pelas cidades deste país, ocupando locais e prédios públicos entre outros.

Ainda assim, a história tem sido implacável com aqueles tentam ignorá-la. No Brasil, é quase um consenso que qualquer alternativa de remoção da exclusão social no país passa pela reforma agrária. Pois ela tem um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo uma parte dos pobres. Mas a reforma agrária também é econômica e também certamente levará ao aumento da oferta dos produtos agrícolas dessas pequenas unidades ao mercado. A reforma agrária também tem que ser política, além de se tornar instrumento mediante no qual essa parcela da população conquiste a sua cidadania.

Por esse motivo os camponeses sem terra estão re- ensinando os ideais de nação, de patriotismo neste mundo contemporâneo repletos de visões globalizadas, e informatizadas de um Brasil em que cidadania é conquista para poucos. E dentro de tais embasamentos talvez esteja aí um dos resquícios mais voraz deixados pela ditadura.

E com esses resquícios reflete-se a falta da moradia, advindo também da ditadura.

Refletindo sobre o que é moradia adequada, pode-se afirmar que uma série de condições deve ser atendida antes que formas particulares de abrigos sejam consideradas como moradia adequada. Para que o direito á moradia adequada seja satisfatórios, existem

alguns critérios que devem ser atendidos. Tais critérios são tão importantes quanto à própria disponibilidade de habitação.

A primeira proposta de reforma urbana no Brasil, deferida em um congresso de arquitetos, em 1963, incorporou o conceito da propriedade ociosa como ilegítima, e a partir da cultura herdada da reforma agrária nossa proposta, uma das raízes do estatuto da cidade, a questão da terra era vista como central para a transformação que o país demandava. Nela estava presente, ainda a criação de um organismo nacional que dirigisse as políticas urbanas e habitacionais nesse período que antecedeu o golpe militar de 1964, a sociedade Brasileira estava mobilizada em torno das reformas de base. Propostas com significativas bases populares eram elaboradas por intelectuais, profissionais, acadêmicos e líderes sociais e também sindicais. Esses tratavam de temas tais como educação, saúde, administração pública, cultura, além das reformas agrárias, como urbanas. A primeira etapa desse processo ocorreu em 1964 da repressão ditatorial contra essa ofensiva de movimentos sociais e sindicatos se sobre os movimentos populares.

Polícia Militar e Lei Fleury

Provenientes do regime militar as ações comumente mais criticadas são o uso desmedido da força policial. Com intuito de proteger o regime instaurado, os militares torturavam, agrediam, incriminavam, prendiam e até matavam.

Talvez o resquício mais discutido da Ditadura Militar, seja a militarização da policia. Muitas vezes agindo de maneira a coibir o cidadão comum, atua de forma desumana, lembrando os anos de chumbo.

Pensando nisso, vários jornalistas se reuniram em um abaixo assinado para buscar o fim da policia militar. Pensando principalmente em fatos apresentados pela mídia que mostra essa mesma atuação (CARTA CAPITAL, 2013). Policiais despreparados e que se sentem acima da lei e de qualquer suspeita, agem de maneira brutal não apenas em manifestações como foi o caso das manifestações do ano de 2013, mas também em situações bem mais atípicas, como o caso do servente de pedreiro Amarildo (MAIA, 2013) e da Dona de casa Cláudia da Silva Ferreira, arrastada por mais de 300 metros por uma viatura da policia militar do9 Rio de Janeiro, durante socorro prestado a vitima. (G1, 2014)

Outro resquício, envolvendo a policia que permanece gerando discussões é a tão indigesta Lei Fleury, trata-se da Lei de número 5941/73 (NITAHARA, 2014).

Fleury foi delegado durante a ditadura, responsável por prisões e torturas daqueles que eram contra o regime. Tempos depois de uma morte ainda suspeita, sancionaram a “Lei Fleury”, que evita que réus primários ou com bons antecedentes, com endereço fixo permaneçam presos (Art. 594). A indignação, não é gerada só pela lei, mas também por carregar o nome de um dos torturadores da época.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da. *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BRASIL. *Ato Institucional (nº1)*. 1964. Captado em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s. Acesso em: 08 mai. 2014.

BRASIL. *Portal da Legislação*. [s.d.]. Captado em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em 08 mai. 2014.

CARTA CAPITAL. *A polícia militarizada é um resquício da Ditadura*. 2014. Captado em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-policia-militarizada-e-um-resquicio-da-ditadura-6695.html>. Acesso em: 12 mai. 2014.

CARTA CAPITAL. *A polícia militarizada é um resquício da ditadura*. 2013. Captado em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-policia-militarizada-e-um-resquicio-da-ditadura-6695.html>. Acesso 16 de abr. 2014.

CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. 2005. Captado em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782005000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 06 mai. 2014.

DIETRICH, Julia. *Educação: mais uma vítima do regime militar no Brasil*. 2014. Captado em: <http://www.ufrgs.br/sbpcrs/?p=1288>. Acesso 05 maio 2014.

ESCOLA DE GOVERNO. *A política agrária no Brasil*. [s/d]. Captado em: <http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/111-politica-agraria-brasil>. Acesso em: 20 abr 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FOLHA DE S. PAULO. *Polícia militar ainda carrega resquícios da ditadura militar afirma codiretora de ONG*. 2010. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/10/815449-policia-militar-ainda-carrega-resquicios-da-ditadura-militar-afirma-codiretora-de-ong.shtml>. Acesso em: 06 mai. 2014.

FRANCO, F.; HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

G1. “Estava coam a perna em carne viva”, diz amigo da mulher arrastada no Rio. 2014. Captado em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/estava-com-perna-em-carne-viva-diz-amigo-de-mulher-arrastada-no-rio.html>. Acesso em: 08 mai. 2014.

_____. *Brasil é o 8º país com maior número de analfabetos adultos, diz Unesco*. 2014. Captado em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html>. Acesso em: 18 mai. 2014.

MAIA, Gustavo. “Não se trata de fato isolado”, diz MP sobre tortura de Amarildo na UPP da Rocinha. 2013. Captado em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/23/nao-se-trata-de-fato-isolado-diz-mp-sobre-tortura-de-amarildo-na-upp-da-rocinha.htm>. Acesso em: 05 de mai. 2014.

MONTEIRO, Dauranisia Diniz. *O Brasil vive sob os resquícios da Ditadura*. Captado em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25938-25940-1-PB.pdf> Acesso em: 06 mai. 2014.

MST. João Goulart pela reforma agrária em 64. 2012. Captado em: <http://www.mst.org.br/node/13041>. Acesso em : 20 mai. 2014.

NITAHARA, Akemi. *Debate discute resquícios da ditadura no Brasil atual*. 2014. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/debate-discute-resquicios-da-ditadura-no-brasil-atual>. Acesso em 07 abr. 2014.

PRIORE, Mary del.; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo*. 2012. Captado em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_texto_completo.pdf. Acesso em: 26 abr. 2014.

TOLEDO, Lucinéia Silveira. *Alfabetismo funcional, linguagem e inclusão social*. [2013?]. Captado em: http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/ARTIGO_1_ANALFABETISMO_LUCINEIA_revisado.html. Acesso em: 30 abr. 2014.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtiem/Tailândia, 1998.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira*. 2009. Captado em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm>. Acesso em: 06 mai. 2014.

Os casamentos endogâmicos: uma estratégia familiar

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com

RESUMO: Neste pequeno artigo, propõe-se expor rapidamente uma pesquisa que vem sendo realizada sobre os casamentos endogâmicos nas Minas. O objetivo principal desta pesquisa é entender se os casamentos realizados dentro de um mesmo clã familiar teriam sua explicação apenas na manutenção de bens nos processos de herança ou se outros fatores poderiam estar na raiz desse ato.

PALAVRAS-CHAVE: Endogamia; famílias; Comarca do Rio das Mortes; redes familiares

ABSTRACT: In this short article, it is proposed to rapidly expose a research being conducted about endogamous marriages in the Minas. The main objective of this research is to understand whether the marriages performed within the same family clan would have its explanation only in the maintenance processes of inheritance or other factors could be at the root of this act.

KEY-WORDS: Endogamous marriages; families; Rio das Mortes; family networks

Os casamentos endogâmicos nas Minas Setecentistas constituem uma das mais conhecidas e debatidas formas de manutenção dos bens familiares nos processos de sucessão geracional. Essa forma de casamento é tida por uma estratégia de manutenção de bens no ceio dos próprios clãs familiares. Entretanto, essa explicação pode ser simplória, pois ao se analisar os acentos matrimoniais açorianos para os séculos XVI a XVIII, pode-se perceber a imensa quantidade desses matrimônios em grupos familiares cujos descendentes posteriormente vieram a se estabelecer na região das Minas, o que leva a crer se tratar de uma estratégia já conhecida e apenas ‘importada’ para a região.

Em terras lusitanas, a justificativa da manutenção de bens nos processos de herança se baseia na quantidade de terras disponíveis. Por se tratar, especialmente no caso do Minho e de Açores, de regiões bastante povoadas e com poucas terras disponíveis, a possível divisão destas em processos pós-morte entre os herdeiros poderia ocasionar ao longo de poucas gerações a transformação de fazendas bem dimensionadas em pequenas chácaras. Porém, para o caso das Minas, onde a terra era disponível em larga escala, a mesma justificativa não poderia explicar os casamentos endogâmicos. Então, o que teria ocasionado esse tipo de

matrimônio? Supõe-se que se tratava de uma maneira de não se missigenar, entretanto, será só isso?

Nesse artigo pretende-se expor o trabalho desenvolvido nos últimos três anos, trabalho esse, que visa se tornar um projeto de dissertação de mestrado. Neste, se investiga os casamentos endogâmicos realizados na comarca do Rio das Mortes, abordando um período que se inicia em 1750 e se encerra em 1890. Para isso segue-se a trajetória de algumas famílias que povoaram essa região desde sua chegada à quinta geração, em especial da família Ferreira da Fonseca de origem açoriana que se estabeleceu definitivamente na Comarca do Rio das Mortes no final do Século XVIII. Ao se analisar os Matrimônios realizados pelos membros desse grupo, percebe-se que na sua grande maioria, eles se realizaram dentro da própria família.

No caso específico da família Ferreira da Fonseca encontramos casamentos entre tios-sobrinha, primos-irmãos e incontáveis matrimônios entre primos de primeiro grau. Desta maneira, esta família se tornou a espinha dorsal deste trabalho, a partir da qual foram realizadas as comparações com as outras famílias. A imagem abaixo trata-se de uma pequena árvore genealógica onde apenas uma linhagem desta família foi contemplada, mas que aparecem um casamento entre tio-sobrinha e um matrimônio entre primos-irmãos

Diagrama 1



Fonte: Esboço desenhado por Gabriel Afonso Vieira Chagas

Este projeto vem se amadurecendo desde o segundo semestre de 2011, quando ainda me encontrava no segundo período do curso de história. Compara-se nele famílias das mais diversas origens dentro do Império Português, entretanto destacam-se as de origens açorianas e minhotas, pois se constituem maioria na região que é abordada. A investigação sobre as motivações para os excessivos casamentos endogâmicos, bem como suas consequências, pretende contribuir com os trabalhos sobre o processo de povoamento e fixação populacional nas Minas colonial.

Foram levantados inúmeros acentos de matrimônios nas paróquias da antiga Comarca do Rio das Mortes, onde se percebeu não tratar de uma exclusividade da família Ferreira da Fonseca. Foi realizado um trabalho de comparação entre inúmeras famílias da região, como os Ferreiras de Souza, os Resendes, os Vieiras, os Costas, os Ribeiros, os Chaves, dentre outras, concluindo-se tratar de um costume comum.

A origem dessas famílias se divide entre Açores e o Minho. Percebe-se que a quantidade de famílias açorianas que se utilizam dessa estratégia é maior que a das minhotas nas primeiras gerações que se estabeleceram na dita região. Para corroborar com a tese de que essa era uma estratégia já utilizada em Açores, onde a justificativas das terras é bastante plausível, anteriormente a vinda desses grupos para as Minas foi feito um levantamento dos matrimônios da família Ferreira da Fonseca nos Açores, entre 1545 e 1724, data de sua chegada às Minas, e percebeu-se que a estratégia era muito utilizada já na região das Ilhas.

Para tanto, é necessário se entender o processo de povoação da Comarca do Rio das Mortes, a influencia e chegada de famílias portuguesas e daqueles que vieram a constituir família naquela região. Uma região cortada pela Estrada Real tanto no Caminho Novo, como no Caminho Velho onde se encontram, desde famílias que vivem da agricultura, como famílias de mineradores e de comerciantes que faziam o trânsito de escravos do Rio de Janeiro para a Comarca do Rio das Mortes e de produtos agropastoris entre a dita comarca e Villa Rica. Além, é claro de se tratar de uma região fortemente documentada. Região de grande importância para o abastecimento das regiões mineradoras.

Estudando os casamentos endogâmicos na região do Rio das Mortes podem-se entender as relações tecidas no interior da elite local, desde as comerciais até as pessoais. Entender estas redes familiares ajuda a perceber as alianças que seus membros estabeleciam entre si (tanto dentro quanto fora da parentela) para se perpetuarem no poder. Ao termino dessa pesquisa ela poderá ajudar a desvendar não só a forma de perpetuação do patrimônio no interior desses clãs familiares, como também compreender como eram tecidos vários acordos

que permearam a política, não só de uma região, como das Minas Gerais. Exemplo disso é a Revolução Liberal de 1842 onde vários membros dessas famílias que estão sendo estudadas se envolveram.

Defende-se que a posição destes membros no embate de 42 foi influenciado pelo clã ao qual pertenciam. Um dos exemplos é a posição pró-liberal do Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca, que posteriormente abrigou em sua Fazenda dos Olhos D'Água no Brumado do Suassuí (Entre Rios de Minas) o famoso Cônego Marinho, que escreveu, em 1844, a obra que narra as realizações da Revolução Liberal¹¹². Percebe-se, ao se analisar as atas das reuniões da Câmara de Queluz, que todos os membros da Família de Padre Gonçalo - que se envolviam diretamente na política - e daquelas famílias que se uniram por laços de matrinônio ou apadrinhamento com os Ferreira da Fonseca se aliaram aos Liberais. Não há espaço neste artigo para se desenvolver profundamente as questões do embate, entretando, fica a pergunta de se foram essas relações que influenciaram na posição de tais membros na Revolução Liberal de 1842.

Para destrinchar todas as perguntas já colocadas tem-se feito confrontações entre acentos paroquiais de Batismo, Matrimônio, Óbitos, - muitas vezes os livros de óbitos composto de testamentos -, registros paroquiais de terras, a partir de 1850 com documentação cartorária, tais como inventários, troca de terras, compra e venda nas relações comerciais, dentre outras, disponíveis em Arquivos e Museus, tais como o Arquivo Público Mineiro, o Museu Regional de São João Del Rey e Arquivos de cartórios de cidades menores no entorno, como o Arquivo e Museu Antônio Perdigão de Conselheiro Lafaiete.

A análise dos acentos de bastimos auxiliam ao confirmar a filiação dos personagens, os acentos de matrimônios confirmam as união e os acentos de óbitos, que não raras vezes vem acompanhado do testamento que possui grande caráter esclarecedor quanto ao parentesco dos cônjuges e o contexto de tal arranjo.

Os Livros de Registro Paroquial, por sua natureza de produção local, foram analisados em diferentes arquivos paroquiais. Parte deles se encontra no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, e a outra parte se encontra nas próprias paróquias, quando ainda não foram enviados à Arquidiocese. Para a consulta a esses acervos, mais dispersos, estão sendo realizadas pequenas viagens de pesquisa. A terceira estratégia de pesquisa a esses

¹¹² A obra citada, encontrada hoje na Biblioteca do Museu e Arquivo Antônio Perdigão em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. MARINHO, 1939

fundos documentais é a consulta ao projeto *Family Search*¹¹³, que digitalizou e disponibilizou os Livros de Registro Paroquiais via internet.

Além disso, vários inventários e testamentos foram disponibilizados no *Projeto Compartilhar*¹¹⁴ que facilita o acesso ao original, devido ao fato do site disponibilizar o local da fonte, o que ajuda na eleição dos documentos mais essenciais.

Como se percebe a base documental é abundante e encontra-se preservada e facilmente acessível ao pesquisador, o que me facilitou inclusive o início desse levantamento sobre as famílias tradicionais da região do Rio das Mortes. Muitos de seus membros fundaram várias cidades em Minas, tais como Maripá, Leopoldina, no sul de Minas, Rifaina, no Triângulo mineiro, dentre outras. Muitas das relações pessoais e políticas de hoje podem ter sido originárias nas relações familiares da época.

Ouiu-se inúmeros pesquisadores locais sobre o tema. Fez-se entrevistas gravadas em vídeo com pessoas de idade que residem nessas regiões e que contribuíram bastante para o entendimento de como essas relações eram percebidas na sociedade.

Trata-se de uma abordagem ainda razoavelmente inédita sobre o tema. Existem várias pesquisas que relacionam apadrinhamento, relações comerciais dentre outros, a estratégias de poder das elites, porém pouco se foi falado de casamentos endógamos, há várias citações sobre eles nas pesquisas já existentes, como a de Junia Ferreira Furtado e de Carla Almeida, Antônio Carlos Jucá, mas nenhum enfoque especial que procure descobrir quando esses casamentos se tornaram mais comuns, se foi sempre assim, como isso está diretamente relacionado à posse de bens e ao sistema de herança. Essa pesquisa contribuirá especialmente para enriquecer os trabalhos já realizados, porém com enfoque novo, centrado na história dos casamentos endogâmicos.

Referências

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Casamento, sexualidade e pecado: os manuais portugueses de casamentos dos séculos XVI e XVII*. *Ler História*, 12 (1988).

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e Hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. 1ª Edição. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

BACELAR, Carlos de almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: UNICAMP, 1997.

¹¹³ <https://familysearch.org/>

¹¹⁴ www.projetocompartilhar.org

BOSCHI, Caio César e FURTADO, Júnia Ferreira (orgas.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

DURÕES, Margarida. *Heranças: solidariedade e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX)*. Universidade do Minho, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e movimento no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Comerciantes minhotos nas Minas Setecentistas* In: Minia. Braga, nº6, p.125-141.

_____. *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 1ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

LOTT, Mirian Moura. *Sob o Badalar dos sinos, o ar da modernidade*. Ouro Preto: População, Família e Sociedade 1838-1897. Belo Horizonte, 2009.

MACHADO, Cacilda. *Casamento & Compadrio Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX* (São José dos Pinhais - PR). XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. 2004.

MAIA, Joaquim Rodrigo de Castro. *As Relações De Parentesco Ritual Em Uma Sociedade Escravista: Compadres, Padrinhos E Afilhados No Cotidiano Mineiro Da Primeira Metade Do Século XVIII*. In: Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira. 2008.

MARINHO, José Antonio. *História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Geraes*. 2. ed. Conselheiro Lafayette: Typographia Almeida, 1939.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjuturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manoel. *As redes clientelares*. In: HESPANHA, Antônio Manoel (orgs.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. P.339-349.

Contribuições para uma História da Família em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*

Isaac Cassemiro Ribeiro

Mestre em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFJS)

isaac.ribeiro7@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação tem por objetivo fazer uma breve apresentação da historiografia que teve como tema a família em Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX. Tendo como referência as críticas ao conceito freyriano de família patriarcal brasileira, alguns autores, no decorrer década de 1980, analisaram a formação e organização das famílias em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Esses autores atribuíram à família mineira do século XVIII a peculiaridade de constituírem-se, majoritariamente, por famílias nucleares, “fragmentadas”. Deste modo, destarte a realidade encontrada nas demais capitânicas da Colônia Portuguesa, as famílias mineiras do século XVIII, mover-se-iam por valores de caráter mais individualista, contrários àqueles de cunho coletivo que fundamentavam a organização da família patriarcal brasileira. Atualmente alguns autores vieram a contestar essas afirmações. É sobre a contribuição destes para com a “história da família em Minas” que versa essa comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: História da Família, família patriarcal, concubinato.

ABSTRACT: This Communication aims to give a short presentation of historiography which had the theme family in Minas Gerais during the eighteenth and nineteenth centuries. With reference to the criticism of the concept of Freyrian Brazilian patriarchal family, some authors, during the 1980s, analyzed the formation and organization of families in Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries. These authors attributed to the mining families of the eighteenth century the peculiarity to constitute themselves, mostly by "fragmented" nuclear families. Thus, Thus the reality found in other captaincies the Portuguese colony, the mining families of the eighteenth century, would move by more individualistic values of character, contrary to those of a collective nature underpinning the organization of Brazilian patriarchal family. Currently some authors have come to challenge these claims. It's about their contribution towards "family history in Minas" which addresses this communication.

KEYWORDS: Family History, family patriarchal, concubinage.

História da Família no Brasil

A historiografia brasileira vem apontando há quase um século o importante papel da instituição família na consolidação dos domínios portugueses nos trópicos. Autores consagrados como Oliveira Vianna, em “Populações Meridionais do Brasil” (VIANNA,

* Este artigo é uma adaptação de parte do Capítulo I da dissertação de mestrado do autor, para maiores detalhes ver: RIBEIRO, 2014.

1987) publicado pela primeira vez em 1918, e Alcatra Machado, em “Vida e Morte do Bandeirante” (MACHADO, 1980), de 1929, tangenciaram esse tema. Porém, foi Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” (FREYRE, 2006), de 1933, quem abordou de forma mais detalhada a família como tema de suma importância na análise da dinâmica social brasileira.

Para Freyre, a família de tipo patriarcal teve papel predominante enquanto unidade colonizadora do Brasil, em detrimento do Estado monárquico português. Freyre elegeu a família patriarcal como “*locus*” privilegiado no estudo das relações sociais no Brasil, entendendo como patriarcal o regime no qual todo poder – econômico, político e social – concentrava-se e emanava do chefe familiar.

Influenciados por suas ideias sobre o papel da família patriarcal na formação da sociedade Brasileira, vários foram os trabalhos que utilizaram e ampliaram a aplicação desse conceito. Autores como Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” (HOLANDA, 1988), de 1936, Caio Prado Jr, em “Formação do Brasil Contemporâneo” (PRADO JR, 1983) de 1942, e Antônio Cândido de Mello e Souza em “Os parceiros do Rio Bonito” de 1964 (SOUZA, 1971), utilizaram-se amplamente do conceito de “família patriarcal” em suas abordagens. Porém, foi a partir da década de 1970, influenciada pelos trabalhos em demografia histórica, que a “História da Família no Brasil” passou a ser tratada separadamente, de forma específica, dentro do campo do conhecimento histórico.

A problematização do conceito de “patriarcalismo”, tal qual formulado por Gilberto Freyre, tornara-se então o centro dos debates no campo da História da Família no Brasil. Com o artigo de Mariza Corrêa, “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”, a crítica à utilização do conceito de “família patriarcal” intensificou-se. No centro do debate, Corrêa chamou atenção para a diversidade das “configurações familiares” que existiram no decorrer da história do Brasil, delineando limites para as análises de Freyre e, principalmente, para as de Antônio Cândido, ao tentarem deduzir do modelo de família patriarcal toda a ordem social brasileira (CORRÊA, 1982). A tréplica as críticas de Mariza Corrêa vieram, sobretudo, de Sheila de Castro Faria e Ronaldo Vainfas. O último atentou para a impossibilidade de se estudar a sociedade brasileira sem abordar o patriarcalismo nas relações sociais. Para Vainfas, o grande erro que fundamentou as críticas de Mariza Corrêa, residia na confusão que a autora fez entre o conceito de família patriarcal, e o de família extensa, como se ambos fossem sinônimos (FARIA, 1997, p. 51).

História da Família em Minas Gerais, século XVIII e XIX

No cenário da historiografia sobre Minas existem duas vertentes que abordam de formas distintas o sistema de parentesco que prevaleceu na capitania durante o século XVIII, e seus respectivos significados. De um lado, inspirados pela crítica ao conceito de família patriarcal brasileira, Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1990) e Luciano Figueiredo (FIGUEIREDO, 1997), atribuíram às famílias que se formaram em Minas no Setecentos, em detrimento às de outras capitanias da América Portuguesa, a peculiaridade de serem predominantemente famílias nucleares, formadas às margens da lei católica e com altos índices de concubinato nas uniões conjugais. Desse modo, tais autores concluíram que o modelo patriarcal de família, predominante nas demais regiões da Colônia, teria exercido menor influência nas Minas setecentistas.

Junta a premissa da fragilidade do modelo de família patriarcal em Minas, Laura de Mello e Souza, e Luciano Figueiredo, inferiram que nas relações sociais que vigoraram em Minas durante o século XVIII existiu um grau de individualismo sem precedentes na América Portuguesa. A ideia de um modelo familiar diverso do restante da Colônia, predominando nas Minas setecentistas, parece ter como ponto de partida a tese de doutorado de Mello e Souza sobre “desclassificados” em Minas Gerais (SOUZA, 1990).

Luciano Figueiredo, dando prosseguimento às concepções formuladas pela autora, trabalhou com a prerrogativa de que na capitania mineira do século XVIII predominavam as “famílias ilegítimas”. O autor cunhou o conceito de “família fracionada”, para descrever casais concubinados que, não coabitando o mesmo domicílio, mantinham relações familiares de certo modo estáveis. Segundo Figueiredo, essa configuração tratar-se-ia de uma estratégia familiar adotada por aqueles que, tentando esquivar-se de diversas formas de repressão ao concubinato, separavam o relacionamento em moradias diferentes. O que caracterizavam estas famílias era a separação de domicílios conjugada com a estabilidade temporal do relacionamento, como forma de fuga da repressão da Igreja ao concubinato (FIGUEIREDO, 1997, p.157-163).

Para Luciano Figueiredo, a “tradicional família mineira” só viria a surgir no século XIX, quando, devido à crise da mineração e o esvaziamento dos principais centros urbanos da capitania, a sociedade se ruralizara, fixando as famílias na terra, e possibilitando-lhes maior estabilidade (FIGUEIREDO, 1997, p. 168).

A nosso ver, o conceito de “família fracionada” trouxera um avanço analítico ao tratar da instituição família em Minas no século XVIII, por deixar de atribuir ao significado de família a necessidade da coabitação. Porém, mesmo utilizando-se desse conceito, Figueiredo

afirmou a predominância de uma organização de parentesco nas minas setecentistas, que, pelo alto índice de ilegitimidade, seria diferente do padrão encontrado em outras regiões da Colônia: a família de base patriarcal. Essa abordagem deve ser relativizada.

Sílvia Maria Jardim Brügger, em sua tese de doutorado, também constatou um alto índice de uniões ilegítimas para a região mineira da comarca do Rio das Mortes durante o século XVIII, demonstrando e, sobretudo, relativizando com fontes seriais (registros de casamento e batismo), o que Figueiredo já havia apontado para toda capitania, utilizando-se de fontes qualitativas (devassas eclesiásticas): predominava nas Minas setecentistas o concubinato (BRÜGGER, 1997). Em sua análise, Brügger avança ao relativizar a predominância de uniões ilegítimas na capitania, acrescentando a ideia de que estas famílias (assim como as legítimas, e as famílias das demais capitanias) também se norteavam por valores patriarcais, valores que fundamentavam a base de toda a organização de parentesco da sociedade colonial brasileira. Segundo a autora, “a ideia central parece residir no fato de as pessoas se pensarem mais como membros de determinada família do que como indivíduos” (BRÜGGER, 1997, p. 149).

Dentre diversos indícios levantados por Brügger para fundamentar sua tese sobre a predominância do patriarcalismo em Minas Gerais, consta uma prática compartilhada por muitas mulheres concubinas na capitania/província: receber potentados locais – ou “campeões de batismos” – como padrinhos de seus filhos. Essas mulheres, “mães solteiras”, ao efetivarem tais relações estratégicas, buscavam estabelecer “alianças verticais”, relações de compadrinho notoriamente de caráter patriarcal, pautadas no princípio de que a família, e não o indivíduo, norteava as escolhas individuais naquela sociedade.

Portanto, existem na historiografia sobre a família em Minas Gerais no século XVIII, dois modos distintos de significação atribuídos ao sistema de parentesco que prevaleceu na capitania: de um lado, na perspectiva de autores como Laura de Mello e Souza e Luciano Figueiredo, a maior parte das famílias mineiras setecentistas ao se constituírem “à margem da lei católica”, seriam classificadas como famílias ilegítimas, ou “fragmentadas”, com uma organização do parentesco diferente da organização com base em famílias legítimas, identificadas como famílias patriarcais. Desse fato, tais autores inferem que durante o século XVIII existiu na capitania mineira um grau de individualismo sem precedentes na Colônia Portuguesa.

Outra perspectiva, defendida por autores como Silvia Brügger, Marcos Ferreira de Andrade e Mônica Ribeiro de Oliveira (OLIVEIRA, 2005), credenciou valores patriarcais aos diversos arranjos familiares que existiram nas Minas setecentistas. Para esses autores,

independente das configurações domiciliares, da legitimidade das famílias e da chefia dos fogos¹¹⁵ – as estratégias de apadrinhamento, os projetos de vida norteados pelo grupo familiar, e não pelo indivíduo – denotaram ao sistema de parentesco vigente nas Minas setecentistas, um caráter predominantemente patriarcal.

O conceito de patriarcalismo, reformulado por Silvia Brügger, diz respeito mais ao universo de valores que orientava práticas familiares, do que à configuração domiciliar de uma família. Esse conceito, quando comparado a outras concepções sobre família em Minas Gerais, possibilita a compreensão das práticas familiares de forma mais abrangente. O conceito de família patriarcal estende o universo de investigação tanto às “famílias fracionadas”, ou ilegítimas, quanto às diversas outras configurações familiares que existiram em Minas no século XVIII e XIX, dentre elas as famílias da elite rural, as “legitimadas” pela Igreja, atribuindo-lhes o mesmo sistema de valores patriarcal.

A perspectiva de uma “Minas patriarcal” enquadra essas heterogêneas configurações familiares em um universo de valores que norteava toda a sociedade mineira, tanto no século XVIII quanto no XIX, fundamentando as relações sociais que davam base ao sistema de parentesco que prevaleceu na capitania/província durante o período.

Referências

- CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira (Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil), In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al. *Colcha de Retalhos. Estudo sobre a Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.55.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no Século XIII*. São Paulo: Hicitec, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- MACHADO, Alcântara José de. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.
- OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. *Negócios de Família: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, São Paulo: EDUSC; Juiz de Fora, Minas Gerais: FUNALFA, 2005.

¹¹⁵ O mesmo que residências.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e Povoamento na Comarca do Rio das Mortes: Os “Ribeiro da Silva”, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. 293 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei, Programa de Pós-Graduação em História, São João del-Rei, 2014.

SOUZA, Antônio Cândido de Melo e. *Os parceiros de Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Niterói: Itatiaia/EDUFF, 1987.

Instituições de saúde pública em Minas Gerais: a criação do Instituto Raul Soares (IRS) em Belo Horizonte – 1922

Luã A. S. Lanla

Graduando em História

PUC Minas – Coração Eucarístico/FAPEMIG

lua_lanca@yahoo.com.br

RESUMO: A pesquisa busca compreender a criação do Instituto Raul Soares (IRS) em Belo Horizonte, na conjuntura histórica nacional de 1922. Realizando uma análise sobre as políticas sanitárias de higienização, e da ciência psiquiátrica; relacionando com os debates sobre Nação, Raça e Civilização neste período, via disseminação comportamental higiênica e de controle sobre a ordem social. E o Estado como gestor de serviços de saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: História da Psiquiatria; Belo Horizonte; Brasil República; Ciências da Saúde.

RESUME: La investigación busca comprender la creación de Raul Soares (IRS), en Belo Horizonte, la coyuntura histórica nacional de 1922. Realización de un análisis sobre políticas de higiene sanitaria, y ciencia psiquiátrica; en relación con los debates sobre la nación, la raza y civilización en el periodo, a través de la propagación comportamiento higiénico y el control sobre el orden social. Y el Estado como gerente de servicios de salud pública.

PALABRAS CLAVE: Historia de la psiquiatria; Belo Horizonte; Brasil República; Ciencias de la Salud.

Introdução

Almejando responder questões como: quais os motivos que levaram a criação dessa Instituição na capital mineira; quais política de saúde moldaram sua construção; qual a relação deste processo com a estrutura político científica nacional da época; é que a presente pesquisa orienta-se.

Assim, dentro dos preceitos da metodologia histórica conjugada a reflexão teórica, o estudo abrange as fases do projeto que levaram a sua criação. Identificando os argumentos do poder executivo e legislativo mineiro par a criação da instituição. Para tal, os documentos consultados e utilizados foram os seguintes: As mensagens anuais do governador do Estado de Minas Gerais a Assembleia Legislativa; Os anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; A coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais.

E no processo de revisão bibliográfica vasto numero de livros e artigos foram consultados. Entre os quais podemos citar alguns de grande importância para a pesquisa

como: Danação da Norma de Roberto Machado (1978); Cidades da Ordem de Maria Clementina Cunha (1990); Os Delírios da Razão de Magali Gouveia Angel (2001).

Que respectivamente discutem questões como: Medicina social e a constituição da psiquiatria; Exercício do poder do saber psiquiátrico; Medicalização do Hospício.

E sobre estudos mais recentes, pode-se citar os de Cristiana Facchinetti (2010) e Ana Teresa A. Venêncio (2011). Pesquisadoras da Fiocruz. Onde, partindo das obras de referência citadas acima, dão continuidade aos estudos sobre a ciência psiquiátrica e a doença mental em suas várias possibilidades e representações (históricas, sociais, antropológicas, científicas).

O que pode, no decorrer desse processo de revisão bibliográfica e levantamento do estado da arte, dar base e ampla visão sobre marcos temporais e espaciais que envolvem o tema e objeto da presente pesquisa. Assim, contextualizemos a presente pesquisa.

Brasil 1920: Saúde e Assistência Pública.

No Brasil do início do Século XX, o Estado deixa sua postura contemplativa passando a assumir um papel de gestão frente questões sociais, de produção e serviços. Substituindo o aspecto de guardião, rumo a um forte e centralizado. Onde questões sociais deixavam de ser coisa de polícia tornando-se de política.

E a década de 1920, do ponto de vista geral, traduz a crise da Primeira República. Sendo esta década uma das mais importantes do ponto de vista econômico, político e cultural. O modelo oligárquico-agrário-exportador e liberal entra em crise, como nos mostra Francisco Weffort (1980). As disputas regionais se intensificam. Assim como o descontentamento militar aliado a oligarquias dissidentes e tenentes rebeldes.

E o ano de 1922 nesse processo, torna-se emblemático para a História do Brasil; assim como das ciências da saúde. Onde uma sucessão de eventos se aglutinou. Mudando significativamente o panorama político e cultural do país. A começar por um evento político de grande repercussão. O interregno entre a vitória e posse de Arthur Bernardes. Que vitorioso nas eleições presidenciais de Março, tomaria posse apenas em Novembro. E outros eventos como: a semana de arte moderna em São Paulo, a criação do Partido Comunista do Brasil, o movimento tenentista, a marcha da coluna Prestes, e as comemorações do centenário da independência. E para a saúde, um evento de grande importância, o Congresso Nacional de Práticos. Debatendo o futuro do ensino, atuação profissional e políticas de saúde e medicina no país. Como mostra Pereira Neto na obra *Ser Médico no Brasil* (2001).

Assim, como relata Gilberto Hochmam (1993) “as políticas de saúde pública tiveram um papel central na criação e no aumento da capacidade do Estado brasileiro de intervir sobre o território nacional” no período da Primeira República. Sejam preventivas, de saneamento, profilaxia e assistencial, tais políticas traduzem a intenção do Estado como gestor e produtor de serviços.

E o interesse do Estado em regular a saúde e a vida higiênica da população se torna ainda mais visível com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). em 1920. Constituindo no país uma estrutura hierarquizada e burocrática nas áreas de higiene, medicina preventiva e assistencial.

Estado e Saúde: Um debate sobre raça, nação e civilização.

Buscando então nesse movimento a higiene mental e o saneamento urbano, a medicina psiquiátrica se relaciona com esse projeto político nacional em voga no período. Rumo às conquistas da civilização, do progresso e da modernidade aos moldes europeus. Pois a moléstia mental tratada como questão de improdutividade social e degeneração moral, era o objeto de estudos psiquiátricos neste período. Alimentando a crença de que para se atingir o nível civilizacional da modernidade, era necessário que a distinção entre normais e anormais fosse realizada – e aqui cabe uma reflexão dos presentes sobre como julgar/definir a normalidade. Verificando que a questão deste período não era esta, mais sim, a distinção entre bárbaros e civilizados.

Tal distinção era debatida no campo da medicina psiquiátrica, verificando que, o atraso do progresso rumo à civilização, a construção da identidade nacional, residiria na mestiçagem do povo brasileiro. Onde Nina Rodrigues – como nos mostra Lilia Schwarcz em o Espetáculo das Raças (1993) – se destaca como expoente da medicina legal – esta segundo Roberto Machado, seria a expressão primeira da psiquiatria no Brasil. Vendo o negro como marginal. Degenerado. A população de cor era questão doença. Assim, “era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade ou, nos anos de 1920, se promoviam programas “eugênicos de depuração.”

Minas Gerais e Belo Horizonte neste Contexto.

E nessa perspectiva o Estado de Minas Gerais, como aponta Belisário Penna em 1918: “... é, sob o ponto de vista da precariedade de saúde, do definhamento da raça e da pobreza dos seus habitantes, o mais infeliz dos Estados da Federação brasileira”; sendo que: “era

tarefa do governo entender que, nessa situação, era inadiável colocar em prática um dever dito humanitário, civilizador e, sobretudo, econômico” (CHAVES, 2011, p.49).

E a capital Belo Horizonte, construída e vista como símbolo da modernidade e do progresso, exemplo do modelo europeu de civilização e urbanização, segundo a historiadora Anny Jackeline Torres Silveira (1996) é:

(...) Uma grande cidade com grandes possibilidades, voltada para o futuro, o desenvolvimento, o moderno, o cosmopolita. Uma capital digna dos foros de povo civilizado, dos benéficos influxos do progresso instaurados como novo regime. Tinha-se um espaço invejável, limpo, ordenado, racionalizado, primor de estética, como determinavam as regras do pensamento urbanístico de então. Os serviços oferecidos também contribuíram para assegurar-lhe o sucesso. Com a nova capital, a elite mineira dava uma certa visibilidade ao seu projeto de ordenação social: tudo está localizado, a tudo se busca tornar previsível – os lugares, as atividades, as pessoas e mesmo as possíveis relações que elas pudessem estabelecer. (p. 132)

Observando como a questão da ordem social era de grande importância. Contudo conflitante entre a teoria e a prática. E este era um desafio para o Estado por em prática seu projeto regulador.

O discurso higiênico constituiu-se, como se vê, num dos pilares da normatização da vida urbana. Muito mais que “civilizar” o homem pobre, remodelar seus hábitos, inibir algumas de suas práticas, ele se prestou à formulações de estratégias rígidas pelo lógico da exclusão/repressão. Respalado por esse discurso, o poder desqualificou o homem pobre e o despachou para os territórios banidos do universo urbano que se instituíra como válido e positivo (JULIÃO, 1996, p.52).

Elemento que se pode ver sendo realizado quando:

Em Belo Horizonte, a atuação do poder na área da higiene constituiu-se, sobretudo, da construção do discurso, que se prestou como horizonte para a formulação de grande parte das posturas municipais e para a ação fiscalizadora e disciplinadora do Estado. Seguindo os rastros desse discurso, disseminado na gestão da cidade, é possível identificar os principais expedientes de controle social, especialmente aqueles destinados a normatizar os usos e ocupações do espaço urbano (JULIAO, 1996, p.86).

E o saber médico nesse processo de elaboração de discursos, se torna fundamental para sua realização na prática; sua validação no cotidiano da sociedade.

Legitimado pelo saber médico, o poder público normatizava e fiscalizava coisas, espaços e as relações entre os indivíduos. A intervenção crescente na vida cotidiana visava, sobretudo, a disciplinar comportamentos individuais e impedir o caos e a desordem urbana” (JULIAO, 1996, p.86).

Observando por que:

O argumento de que a saúde pública, bem como as condições sanitárias, se constituíam em grandes entraves ao progresso do país, tornou-se a base das demandas médicas junto ao poder público. Diagnosticar a população brasileira como doente, nesse caso, não significava condená-la ao atraso, mas antes, admitir que era possível recuperá-la mediante ações de higiene e saneamento fundadas no conhecimento médico. (CARVALHO, 2008, p.41)

Tarefa essa que o estado realiza por via de suas instituições, seus profissionais e programas sanitários e de higiene. Fazendo parte cada vez mais do cotidiano da sociedade.

Assim, para a presente pesquisa, as instituições asilares, os hospícios, se tornam espaços de atuação do Estado nacional, como meio de regular a vida sanitária da população no que tange as moléstias mentais; estando coberto pela aparência da ciência psiquiátrica. Ferramenta para o exercício do controle da ordem social durante o período estudado (ODA; DELGALARRONDO, 2005).

A Criação do Instituto Raul Soares.

A partir desta reflexão teórica conjugada a pesquisa documental realizada, alguns dados importantes foram obtidos sobre a criação do IRS em Belo Horizonte. Como elementos referentes a custos e despesas que o Estado mineiro tinha para manter os serviços de assistência a alienados na Colônia de Barbacena. Criada em 1903 e sendo a única a prestar os serviços de assistência ate a criação do IRS em 1922. Custos altíssimos eram destinados a finalidade assistencial, tendo poucos resultados satisfatórios obtidos de melhora de pacientes.

Esses resultados referentes à baixa melhora do numero de pacientes revela também outro dado importante. O numero elevado de indivíduos diagnosticados com moléstias mentais. Que em Barbacena, como mostram os documentos, em 1904 apresentava problemas de espaço e condições no estabelecimento de receber novos pacientes. Devido ao grande numero de internos que lá se encontravam. Numero esse que tende a aumentar a cada ano de maneira geométrica, como são relatados nas mensagens dos governadores do Estado de Minas Gerais. Revelando assim, falta de espaços destinados ao acolhimento de alienados que muitas vezes encontravam-se em cadeias, ou vagando pelas ruas.

E por fim, um dado que cabe ressaltar é que, já no ano de 1920, quando o Governador mineiro Arthur Bernardes põe em pauta a discussão para a criação do IRS, o faz alegando para tal finalidade, a necessidade de formar pessoal capacitado para lidar com esta enfermidade. Que encontravam-se em falta no Estado. Sendo este construído para ser um pavilhão de observação a destinar, diagnosticados enfermos para Barbacena, centro de

tratamento. Construindo com isto, uma rede de excelência em tratamento de moléstias mentais¹¹⁶.

Assim, respondendo as hipóteses que orientam esta pesquisa, são feitas as seguintes considerações:

A criação do IRS se da segundo mostram os documentos, primeiramente com a intenção de conter custos elevados aos cofres públicos para os serviços de assistência prestados em Barbacena; e em segundo, nas palavras de Arthur Bernardes, a construção do Instituto Neuropsiquiátrico de Belo Horizonte em união com a Faculdade de Medicina, se tornaria centro de referência na formação de alienistas e tratamento de alienados no Brasil.

Sobre as políticas que moldaram sua criação, observa-se nos dizeres do então governador do Estado mineiro Arthur Bernardes no ano de 1921, ao propor sua criação, a preocupação com aspectos científicos de suporte aos serviços de saúde pública para alienados a serem prestados. Possuindo íntima relação com a organização do Serviço de Saúde Pública a partir das bases exigidas pelo DNSP.

E por fim, a relação do processo de criação da instituição com a política científica nacional do período, pode ser entendido como existente. Pois, mesmo não sendo explícita tais observações, os documentos fornecem informações que em conjunto com a bibliografia pesquisada, os elementos para tal análise e conclusões prévias.

Pois nas terminologias encontradas durante o processo de análise documental, várias se ligam a este projeto político sanitário nacional em voga no ano de 1922. E aqui para exemplificar, cito três trechos da mensagem de Arthur Bernardes ao congresso mineiro. O primeiro e segundo trechos do ano de 1920. Relatando sobre a necessidade de uma reforma nos serviços de assistência a alienados prestados pelo Estado de Minas Gerais, e da criação de uma nova instituição para sanar tais problemas. Verificando nestes trechos, a questão do Estado como gestor de serviços, e sua atuação no campo da saúde.

Não tem, sequer, capacidade para o número crescente de loucos de todo o gênero, cuja *guarda* incumbe ao poder público, bastando assinalar que a Assistência está sempre repleta, com uma lotação muito superior á normal e que um sem número de pedidos aguarda, constantemente, na Chefia de Polícia a ocorrência de vagas, enquanto os infelizes loucos povoam as cadeias ou vagam pelos povoados e estradas, com risco próprio e alheio. E, como a Assistência, tal qual esta montada, não pode dar resultados curativos

¹¹⁶ Mensagens Presidenciais Governo Minas Gerais (MPGM) – Coleção Mensagens dos Presidentes das Províncias do Brasil (1830-1930) - Latin American Microform Project (LAMP) - Center for Research Libraries (CRL). Fundação Andrew W. Mellon – 1920

e restituir os loucos ao meio social, segue-se a agravação constante do temeroso problema. Urge, pois, uma solução definitiva, que só é possível com a mudança de rumo e a remodelação integral do serviço existente. ((MPGM) - 1920. Pg. 50)

A organização e o desenvolvimento de uma Clínica Psiquiátrica junto à nossa conceituada Faculdade de Medicina atenderão, com certeza, a essa dificuldade, e o Estado terá aí um seminário de alienistas esclarecidos e de enfermeiros peritos onde recrutar o pessoal superior a auxiliar para os serviços da assistência a alienados. ((MPGM) - 1920. Pg. 52)

E o terceiro trecho, do ano de 1922. Escrito por ele meses antes de ser eleito presidente. Relatando a comparação da realidade estrangeira com a nacional. Buscando nesse exemplo estrangeiro de como realizar bons serviços:

A exemplo dos que se pratica no estrangeiro, máxime nos Estados Unidos, os serviços da Assistência a Alienados ficarão subordinados à Diretoria de Higiene e obedecerão a uma direção única com sede na capital do Estado. Com os progressos realizados a respeito da etiologia da alienação, deixou esta de constituir um fenômeno aparte para se incorporar definitivamente às ciências médicas, constituindo o vasto ramo de moléstias mentes e o vigoroso impulso que recebeu nos últimos anos a respectiva profilaxia, que, embora muita vez com objetivo diverso, já vem sendo executada pelos serviços de higiene do Estado e justifica perfeitamente a subordinação a que aludimos (MPGM - 1922. Pg. 42-43).

Considerações Finais

Assim, as conclusões que se dão ao final desta pesquisa, a partir das hipóteses levantadas, são parciais, mas consistentes em sua parcialidade. Pois, uma conclusão com afirmações categóricas, exigiria um aprofundamento maior tanto de fontes, quanto sobre a discussão historiográfica do período contextual em que o objeto desta pesquisa se encontra situado.

Desta maneira, com as análises realizadas, muito se pode ver do papel mineiro e do Instituto Neuropsiquiátrico/Raul Soares – como hoje este é conhecido daí utilizar este nome no título da pesquisa – na configuração da história nacional no período de 1922. Clareando com o desenrolar da pesquisa, as continuidades e rupturas possíveis de serem constatadas na história tanto mineira quanto nacional da ciência psiquiátrica, de suas instituições, seus profissionais e teorias que dentro dela permeavam.

Referências bibliográficas

RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: COSTA, N. R.; TUNDIS, S. A. (Org.). *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Ed. atual., rev. e anotada Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. *A Saúde pelo Progresso: Médicos e Saúde Pública em Minas Gerais*. Juiz de Fora, UFJF, 2008, (Dissertação). 160 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record. 1999.

CHAVES, Bráulio. Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: Marques RC, Silveira AJT, Figueiredo BG, organizadores. *História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Barueri: Editora Manole; 2011.

CUNHA, Maria Clementina P. *Cidadelas da Ordem: a doença mental na República*. Col. Tudo e História. São Paulo: Brasiliense. 1990.

FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila; EVANGELISTA, Danielle Ferreira. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, p.527-535, dez. 2010,

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 1998.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas et. al. *BH - horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. *Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)*. Estudos Históricos, 6 (11), 40-61, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense. 1999.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. O sonho de uma petite Paris: os cafés no cotidiano da capital. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas et. al. *BH - horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. *História das primeiras instituições para alienados no Brasil*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça como questão: história, ciência, identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos de 1910 a 1920*. Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul | dez 2008

DELAMARQUE, Elizabete Vianna. *Junta Central de Higiene Publica: Vigilância e policia sanitária (antecedentes e principais debates)*. Rio de Janeiro, Fiocruz 2011 (Dissertação). 201 p.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios. Rio de Janeiro, 1830-1930*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MORETZSOHN, J.A. *História da Psiquiatria Mineira*. Belo Horizonte: Editora Coopmed; 1989.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2001.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2006.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do "café-com-leite"*. Belo Horizonte: C /Arte, 2001.

VENANCIO, Ana Teresa A. *Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, p.35-52, dez. 2011.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Elementos para uma estrutura do saber médico moderno no mundo português¹¹⁷

Luca Palmesi

Mestrando em História

UFMG

luicapalmesi@gmail.com

RESUMO: Esta comunicação pretende abordar a relação entre comida e saúde no mundo português moderno. Pretendeu-se destacar, em primeiro, noções que se formaram na Antiguidade, que tiveram relevância na estruturação do saber médico ocidental e em seguida analisar o tema na obra do médico Francisco da Fonseca Henriquez (1665-1731).

PALAVRAS-CHAVE: Dietética Moderna; Tradição Hipocrático-galênica; alimentação; saúde.

Cozinha, Natureza e Cultura.

A relação entre a comida e a saúde não possui um começo passível de ser datado. Para Massimo Montanari “a cumplicidade entre cozinha e dietética é um dado permanente e por assim dizer, originário da cultura alimentar” (MONTANARI, 2007, p. 63) que pode ter principiado desde o momento em que o homem aprendeu a usar o fogo para cozinhar os alimentos. A prática cotidiana de preparação da comida esteve desde sempre permeada pela preocupação com a vida humana e seus sofrimentos. O que se pode ver o seguinte relato antropogônico, num texto conhecido como *Da Medicina Antiga* (V séc. a.C.), pertencente a uma importante coleção de textos antigos que ainda na Idade Moderna eram considerados da maior autoridade no campo da medicina ocidental, o *Corpus Hippocraticum*:

(...) a própria necessidade forçou os homens a procurar e inventar a arte médica (...) penso que o tipo de vida e de alimentação do qual, a saúde, que usamos em nossos dias não teria sido descoberto se o homem, em seu beber e comer, pudesse ter se satisfeito com o que cabe ao boi, ao cavalo, e a todos os seres exceto a humanidade, a saber: os simples produtos da terra, frutos, ervas e feno. Os animais se nutrem, crescem, vivem sem ser incomodados e sem ter necessidade de alguma outra alimentação. Sem dúvida, nos primeiros tempos o homem não teve alimentação diferente; e a que temos em nossos dias me parece uma invenção que se elaborou no longo curso dos anos. Mas de uma alimentação forte e agreste nasce uma multidão de sofrimentos violentos, tais que ainda provamos hoje em dia pela mesma causa; (...) [da ingestão] de matérias cruas, indigestas e cheias de atividade, sobrevêm intensas dores, as doenças e a morte súbita. Os homens de então

¹¹⁷ Os textos gregos mencionados neste texto foram acessados em traduções para o francês ou para o italiano. Em ambos os casos, os trechos citados no texto foram traduzidos para o português pelo próprio autor. As demais citações de textos acadêmicos escritos em italiano também foram traduzidas pelo próprio autor.

sofriam menos sem dúvida, por estarem acostumados; ainda assim o mal era grande até para eles; e a maior parte, sobretudo os de constituição mais fraca, perecia; as naturezas mais vigorosas resistiam. É assim que em nossos dias, uns digerem com facilidade alimentos de grande força e outros não o conseguem sem muita pena e dor. Tal foi, a meu ver, a causa que engajou os homens a procurar uma nutrição em harmonia com a nossa natureza (...). Portanto, aprenderam a macerar, a picar, (...), a moer, a empastar os grãos, eles fabricaram com o trigo, o pão, com a cevada, a massa que trabalharam de mil maneiras. E ferveram, assaram, misturaram, e temperaram as substâncias fortes e intemperadas com aquelas mais fracas, conformando-as todas à natureza humana e ao poder do homem; as substâncias excessivamente fortes (...) se ingeridas produziram sofrimentos, a doença e a morte; ao contrário, todas aquelas que seriam digeríveis contribuiriam à nutrição, ao crescimento e à saúde. A tais descobertas e a esta pesquisa qual nome mais justo ou mais adequado se poderia por, se não aquele de medicina? (HIPPOCRATE. *De l'ancienne médecine*: 3)

Os sofrimentos da humanidade os antigos a indagar-se sobre as peculiaridades dos seres humanos. Estes provavam de necessidades que não conseguiam satisfazer naturalmente. Os animais, pelo contrário, se satisfaziam simplesmente do alimento que havia sido dado pela terra e assim “viviam tranquilamente”. A representação idílica dos mesmos é estabelecida em oposição a uma natureza humana complexa e frágil. O ser humano sofre e por isso precisou inventar a cozinha, para produzir um alimento próprio, capaz de satisfazer sua dura existência e colocar sob seu poder o mundo natural.

Impelidos, portanto, pela necessidade e pelo sofrimento, os humanos teriam iniciado, a duras penas, seu trabalho de conhecimento e domínio do mundo natural, bem como de especulação sobre sua própria natureza. As primeiras técnicas que teriam decorrido desta escola teriam sido as de preparo dos alimentos (moer, picar, ferver, assar, empastar os grãos, panificar e produzir massas diversas), segundo uma sensibilidade específica que considerava alguns alimentos excessivamente fortes para serem equilibrados com outros, mais fracos. O correto modo de preparo e de mistura permitiria ao homem construir seu próprio alimento, tornando-o digerível e nutritivo e não mais comer como animais.

Às descobertas no domínio da natureza e da construção da comida, o autor propõe o nome de Medicina. Significativamente, a saúde é identificada como “o tipo de vida e de alimentação”. Os tratados médicos abundam em receitas sobre o preparo dos alimentos e um dos textos mais importantes desta tradição, *Sobre as propriedades dos alimentos*, do médico greco-romano, Galeno (séc. II d.C.), iniciava considerando ser este o “mais importante dos assuntos médicos” e mais adiante, “na comida se encontra a medicina” (GRANT, 2005, p. 79 e 83). Este mesmo texto proclamava desde o princípio, conhecer e classificar os alimentos, segundo os princípios da “percepção” e do “raciocínio”, dando primeiro lugar às

“experiências práticas”, ou seja, as experiências da seleção, do preparo e consumo dos alimentos. Apesar disso, os médicos não deixaram de se colocar em oposição aos cozinheiros (geralmente de origem popular) e em posição hierarquicamente superior. A busca por alimentos que pudessem se “contrapor” às qualidades negativas dos demais deu origem a diferenciações classificatórias da natureza. Estes textos postulavam a separação entre o alimento comum (neutro) e o alimento terapêutico, embora a zona de interseção fosse grande. Cabia aos modos de preparo a produção da melhor combinação de qualidades para cada caso.

Por analogia, as propriedades dos órgãos dos animais informavam sobre as propriedades dos mesmos órgãos no corpo humano. Em *Sobre a bile negra*, o sabor amargo do baço, por exemplo, era atribuído à sua coloração escura, que, por sua vez, era associada a um fluido chamado bile negra, cujo excesso no sangue era filtrado para preservar o fígado. A cor do baço escurecia com o envelhecimento dos animais, o mesmo deveria ocorrer com os seres humanos, o que indicava um aumento de bile negra na velhice (o fluido ao qual se atribuíam também a melancolia) e, portanto, das consequências psicológicas e físicas disto (GRANT, 2005, p. 40). As receitas médicas para o preparo dos alimentos destinava-se a “temperar” (equilibrar) seus sabores, para produzir bons fluidos, responsáveis pela manutenção de uma vida saudável. Assim como a coloração e o sabor dos alimentos informavam dados que analogamente informavam sobre o corpo humano, o processo digestivo era informado pelo processo de cocção.

A panela servia de analogia ao estômago. Esta, um produto “cultural”, possuía significado de civilidade: mediava e operava a transformação de elementos em estado “natural”, transformando-os em “comida”, produto do artifício humano. A comida era uma das *res non naturales* (coisa não natural), fora da “ordem natural das coisas”, era aquele produto que distingue os seres humanos dos animais, a cultura da natureza (MONTANARI, 2007, p. XI). Produzida na panela “cultural”, a comida, para distribuir-se e compor o corpo “natural”, deveria passar por uma segunda panela, desta vez uma panela “natural”: o estômago, que como tal, possuía um “calor natural”, em analogia e oposição ao calor artificial da panela. *Cozimento* nos textos médicos antigos, medievais e modernos é sinônimo tanto do processo ocorrido na cozinha, quanto da digestão. Como a cozinha “cultural”, a cozinha “natural” necessitava de calor para transformar os alimentos. Portanto, aqueles que fossem tidos como de qualidade “fria” (como peixes), por exemplo, necessitariam de outros alimentos de qualidade “quente” (como especiarias, sal e hortaliças) para favorecer a digestão.

O corpo e a “teoria dos humores”.

As principais categorias desta “ciência” pertenciam, portanto ao universo sensório: quente/frio e seco/úmido. Trata-se de um pensamento “quaternário”, orientado em dois pares de oposição. Estes compunham quatro elementos básicos (ar, água, terra e fogo), e quatro humores (fluidos) do corpo humano (sangue, fleuma, bile amarela e bile negra). O ar estava relacionado ao sangue por serem ambos quentes e úmidos; a água e a fleuma eram frias e úmidas; a bile amarela e o fogo, quentes e secos; a terra e a bile negra, frias e secas. As correspondências poderiam se estender às quatro estações do ano (primavera/sangue/ar; verão/bile amarela/fogo; outono/bile negra/terra; inverno/fleuma/água). Os quatro ventos básicos (de acordo com os pontos cardeais) eram o Norte, boreal (frio e seco); o Sul, austral (quente e úmido); o oriental (quente e seco); e o ocidental (frio e úmido). Deste raciocínio quaternário, os ventos em particular poderiam se multiplicar para doze, dezesseis ou trinta e dois, como percebiam os náuticos (HENRIQUEZ, 2004, p. 39-40). As quatro idades humanas, que também poderiam variar eram: puerícia, juventude, consistência e senilidade (em cada uma tendia a predominar uma combinação de qualidades diferentes, gerando consequências e pré-disposições a males específicos para cada natureza: os jovens tendiam a ser mais quentes e úmidos, logo sanguíneos, e os velhos mais frios e secos) (HENRIQUEZ, 2004, p.77-79). Os quatro temperamentos (unidades psico-físicas) e compleições básicas humanas decorriam do predomínio de algum humor na natureza de cada indivíduo: assim, o sanguíneo tendia a ser mais vivaz; o fleumático mais sonolento, letárgico e eventualmente obeso; o colérico (correspondente à bile amarela) era mais irascível e por ser excessivamente quente e seco tendia a não queimar os nutrientes na digestão, permanecendo com uma compleição “seca”, magra; o melancólico (bile negra) estava associado à tristeza, à velhice, à morte.

Para o justo tratamento fazia-se necessário compreender o regime de vida do paciente e receitar as alterações necessárias segundo a medida correta para restabelecer a ordem física, psíquica e moral (PEIXOTO, 2009, p. 55 e 58). Este “regime de vida” deveria ser moderado segundo regras que se convencionaram chamar “dietética”, pois o termo grego *diaita* designava “regime ou modo de vida”. A centralidade da alimentação favoreceu a restrição e especialização semântica posterior, levando a dietética do *regime de vida* ao *regime alimentar*. O estado de saúde tanto do corpo, como da alma, estava ligada à ideia da “mistura” (*krasis*) das qualidades e dos humores: a *eukrasia*, “justa mistura” ou equilíbrio era o estado de saúde; a *diskrasia*, a mistura em desequilíbrio, era o estado de doença. O desequilíbrio da natureza humana desencadearia forças da própria natureza para reestabelecer-se. Cabia ao

médico ajudar neste processo, identificando as causas (geralmente uma mudança abrupta de costume) e a natureza da doença (diagnóstico), compreendendo as especificidades de cada paciente; determinar a evolução da doença (prognóstico) e dar recomendações para intervir sobre a evolução da doença, segundo a justa medida para cada paciente (terapia). Portanto, as mudanças não eram só qualitativas, mas também quantitativas, pois era necessário medir o grau de desequilíbrio e ajustar a terapia para restabelecer a “justa mistura” de cada humor, segundo padrões de equilíbrio particulares de cada paciente.

Apesar das diversas correntes médicas da Idade Moderna, a concepção dominante desta medicina estava profundamente ligada à noção do Microcosmo-Macrocosmo, de origem antiga misturada a concepções místicas (Cf. ABREU, 2011, p. 53-120.). O corpo humano era percebido como um “pequeno mundo”, em que todos os seus componentes poderiam encontrar um corresponde na ordem que regia o “grande mundo”, formando uma grande teia de relações ocultas entre os elementos do corpo e os do Universo. Cada órgão, encontrava um corresponde nos astros, sendo influenciado pelas fases da lua e pelas condições meteorológicas. Assim, numa mescla de concepções cosmogônicas gregas antigas e cristãs, a criação do mundo se encerrava na criação do homem,

creatura em que analogicamente todas as mais se encerrão (...) se vê a correspondencia das partes do corpo humano com o mundo, (...) na cabeça se representa o espherico do Ceo, nos olhos as Estrellas, nos cabellos as hervas, nos ossos as pedras, no cérebro a Lua, no coração o Sol, & nas mais partes (...) principaes, os mais planetas; nos quatro humores se vem os quatro elementos, nas veas, os rios; nos dentes, perolas; (...) ventos, nos flatos; montes nas partes mais eminentes; nas concavidades, cavernas, & nas quatro idades do homem, as quatro estações do anno (BLUTEAU, 1716, p. 478).

A consciência corporal dominada pelos humores e pela noção do microcosmo encarregava às práticas de saúde a tarefa de proteger a frágil natureza humana das várias possibilidades de desordem interna, acarretadas pelas influências das relações do corpo com o mundo e pela inobservância das “seis coisas não naturais”: o ar ambiente (que absorvia e transmitia vapores contagiosos, chamados de “miasmas”), a comida e a bebida, o sono e a vigília, os excretos e retentos, o exercício físico e as paixões da alma.

Não houve, entretanto, na Antiguidade ou na Idade Média propriamente uma “teoria dos humores”. Interessa compreender a sistematização particular destas noções da forma como foram lidas e, certo modo, inventadas durante a Idade Moderna, em especial em Portugal. Neste período, as diversas noções aprendidas nos textos antigos e medievais, estudados nas Universidades europeias, ganharam a sistematização que nos permite falar em “teoria dos humores”. Um tratado *Dos humores*, que procurou realizar esta teorização, fora

atribuído a Galeno, quando se tratava de um tratado renascentista, ou seja, de um Pseudo-Galeno. Provavelmente os estudiosos humanistas e renascentistas, que retomaram a leitura da tradição antiga, “sentiram falta” de algo mais estruturado (MORAND 2009, p. 213). Ao acessar estes textos, muitas vezes contraditórios e pouco claros, conforme constatou um médico português (HENRIQUEZ, 2004, p. 221), acabaram “inventando” a “teoria dos humores”, fundada na autoridade dos textos hipocráticos e galênicos, durante o processo de recepção dos mesmos. As novas ideias científicas que emergiram na época tardaram a inserir rupturas decisivas nesta teoria. Analisamos o caso da *Âncora Medicinal*, tratado médico português, composto $\frac{3}{4}$ por matéria de alimentação (apenas uma das seis coisas não naturais), editado em 1721 e com sucesso em 1731, 1754 e 1769, escrito pelo Doutor Mirandela.

Âncora Medicinal

Francisco da Fonseca Henriques foi um médico português, Doutor pela Universidade de Coimbra e médico de Dom João V, nascido em 1665, em Trás-os-Montes, na cidade de Mirandela, de onde viria o seu apelido. A formação médica portuguesa de então sustentava-se, sobretudo nas leituras dos clássicos gregos e latinos, além de alguns islâmicos medievais, como Avicena e Razi, intérpretes no mundo persa e islâmico, da tradição grega. A tradução destes textos em Portugal ocorrera no século XVI, no reinado de D. João III, numa tentativa de renovar a Universidade Portuguesa, no espírito do Renascimento. Henrique de Cuellar (castelhano) e Antonio Luís, professores de Medicina da Universidade, empreenderam esforços de tradução direta do grego ao latim dos textos de Galeno, Hipócrates e Aristóteles. Henrique Jorge Henriques era responsável pelos estudos de higiene alimentar, tendo como base Avicena. Estas traduções e compêndios, que estavam acompanhados de comentários, críticas, interpretações, fundamentados na experiência de cada médico, passaram a constituir a base do ensino de Medicina em Portugal e substituíram a leitura das traduções islâmicas dos textos antigos, consideradas pouco fiéis aos originais (SILVA, 2002, p.244-245).

Na *Âncora Medicinal*, os sabores eram fenômenos terapêuticos totais (mesmo que não se bastassem por si só), que informavam das particularidades de cada natureza. O prazer aparece como um indício de reconhecimento da simpatia entre a natureza do alimento e a de quem se alimenta. Para Henriques os alimentos bons

são os que melhor se cozem [no estômago] e por isto são, para estas naturezas, os melhores alimentos, ainda que pelas suas qualidades devam reprovar-se, assim como são os piores alimentos aqueles que os estômagos repugnam e os recebem com náusea, ainda que pelas suas qualidades se julguem os melhores. E por isto deve cada pessoa usar daqueles que melhor

se acomodarem a sua natureza, sejam eles da *classe* que forem (HENRIQUEZ, 2004, p. 48).

Há uma hierarquia absoluta dos alimentos, mas na escolha da comida deve prevalecer a empatia das naturezas de cada pessoa com seus alimentos. “A familiaridade ou aversão que os estômagos têm com os alimentos faz com que sejam bons ou maus”. As pessoas melhores serão reconhecidas pela sua escolha “natural” dos melhores alimentos. As piores gostam “naturalmente” dos alimentos piores (socialmente) e sentirão uma repulsa fisiológica, “como se fosse veneno” por aqueles que a “natureza” lhes proíbe. O autor acrescenta que conhecia “pessoas que cozem [digerem] com mais facilidade a vaca dura que a galinha tenra, e outras que acham maior refeição em ervas e mariscos que em pombos e perdizes” (HENRIQUEZ, 2004, p. 47). As aves estão no topo da hierarquia social sobre os demais alimentos, já as ervas e mariscos estavam associados à terra ou à água, o que lhes tornava inferiores. Esta hierarquia associava a superioridade física do ambiente aéreo ao socialmente superior e, por oposição, o inferior terrestre ou aquático ao inferior social. As raízes eram, portanto, de valoração social inferior. Não por acaso, o alho era tido como a “triaga dos rústicos”, espécie de panaceia dos pobres (HENRIQUEZ, 2004, p. 175).

A distinção social aparece também no modo de preparo, as galinhas (aves) são mais valorizadas que as vacas (quadrúpedes em maior contato com a terra), mas a oposição tenro- duro é mais significativa. Os animais tinham idade certa a serem abatidos, para evitar que a carne endurecesse demais. Os pobres, por essa razão, terminavam por comer carnes mais duras que os nobres (quando podiam comê-la), pois utilizavam sobretudo a força de trabalho do animal e não poderiam facilmente abrir mão da mesma.

Outros princípios fundamentais são a moderação e a obediência ao costume. O médico advertia a não confiar em conselhos médicos. Quando se está são deve-se deixar tudo como de costume. “Tem grandes poderes o costume, tanto que tem forças de natureza”, explica, “os alimentos de longo tempo costumados mudam a natureza ou temperamento de quem os usa, ficando entre si tão familiares que nunca se ofendem com eles” (HENRIQUEZ, 2004, p. 49) ao ponto de que até quem se cria com veneno, conformaria sua natureza ao mesmo, como Mitridates ou uma velha que teria se sustentado com cicuta, diz o médico. Mas são histórias com um fundo moral bem definido: não fazer mudanças, sobretudo se grandes e súbitas, mesmo que estas pareçam melhores. O vício é facilmente percebido, é aquele que se encontra nas forças contrárias aos “poderes do costume”. As regras da dietética se propunham preservar, na dimensão corporal, uma consciência pavorosa da desordem e a agradar uma sensibilidade desejosa de uma natureza estável. Mesmo aqueles alimentos reprováveis (para a

nobreza, o público ao qual se dirige o autor) por sua classe ou qualidade julgada inferior ou até repugnante e nauseante, encontrariam seu correspondente na sociedade. O alimento deve possuir natureza análoga à daquele que o come. Em outras palavras, somos o que comemos e, portanto, devemos comer o que somos. A carne de porco era tida como a mais conveniente para os humanos em geral: “É a [carne] que melhor se dá com a nossa natureza, pela *analogia* e *semelhança* que tem com ela” (grifos nossos), pelo que remonta a Galeno e cita Avicena: “O sangue do porco e o sangue do homem são semelhantes em toda coisa, assim como as carnes de ambos também o são” (HENRIQUEZ, 2004, p. 99-100).

Quanto às quatro idades do ser humano e às quatro estações do ano, o autor seguia, de maneira geral, a tradição galênica. É na função dos líquidos, na concepção da digestão e na incorporação dos novos alimentos medicamentosos da Idade Moderna que melhor se encontram os exemplos de um estilo de pensamento eclético, que incorpora as novidades teóricas do mecanicismo (que concebia a fisiologia segundo os preceitos da mecânica) sem, no entanto, alterar estruturalmente a concepção microcós mica e humoral do corpo (Cf. EDLER e FREITAS, 2013). Sobre a função da água no corpo:

A água é fria e úmida, e, ainda que sendo pura não nutra, é muito necessária para a boa nutrição do corpo e para a bem ordenada economia da sua máquina, porque ajuda a distribuir o alimento depois de cozido no estômago, facilita a circulação do sangue e a depuração das impuridades excrementícias que a natureza continuamente elimina pelos ductos para este fim destinados; excita o apetite, conforta o estômago, laxa o ventre, modifica a ação com que o calor natural se emprega no úmido substantífico, tempera o excandescente empireuma das entranhas, rebate o furor da cólera, reprime o arqueu do estômago, deprime a exaltação do suco pancreático, mitiga a sede e parece que recreia a alma, quando, entre as ânsias de uma sede incompescível, acha na sua frialdade o refrigério e o alívio. Tudo isto faz a água quando é boa; mas, quando é má, ofende o estômago, perverte o cozimento e, segundo as suas qualidades, assim excita os danos. (HENRIQUEZ, 2004, p.215)

A imagem do corpo-máquina, com seus dutos e seu funcionamento, predomina nesta passagem em detrimento da noção microcós mica. Mas os humores ainda circulam nesta máquina. A água conduz os alimentos já digeridos e a lubrifica. A linguagem é mecanicista e humoral. A máquina precisa ser refrigerada pela água que “tempera o excandescente empireuma das entranhas”, este um motor superaquecido que deve ser “temperado” com um elemento de qualidades opostas (água-fogo). A cólera, gerada pelo fogo quente e seco do “excandescente empireuma”, é temperada pela frieza e umidade da água. O mesmo para o “arqueu”, queimação estomacal, agora tido como resultante do superaquecimento da máquina, que se não fosse arriscava consumir o próprio corpo. O calor da máquina era associado ao calor natural, que por sua vez era o índice de atividade estomacal. Daí as idades do

crescimento precisavam de mais alimentos para aplacar a maior intensidade/calor da máquina. Quanto mais jovem, mais os alimentos deveriam ser “refrigerantes”.

O processo digestivo é marcado pelo ecletismo teórico. O corpo gastava “sangue” para seu sustento e “espíritos” para suas operações cotidianas. Ambos eram nutridos e repostos pelos alimentos, que deveriam ser “quilificados” no estômago, de maneira correta ou “cozer, como vulgarmente se diz”, informa o autor. O quilo era o produto líquido da digestão, branco e pastoso, e para que o estômago fizesse bem sua tarefa, este necessitava de alimentos com que tivesse “analogia” (HENRIQUEZ, 2004, p. 45-47). A melhor escolha resultaria numa boa nutrição e depuração dos alimentos, eliminando de si suas “partes excrementosas”, preservando os “ductos do quilo”. Contra o saber leigo, mais próximo das tradicionais noções galênicas, o médico adverte, que a digestão não poderia se dar somente pelo calor natural do estômago, como se supunha, posto que o calor poderia somente dissolver e derreter coisas que não fossem sólidas e duras. Esta é uma das poucas passagens em que o conhecimento moderno parece suplantar o antigo. A comida deveria ser fermentada pelo “ácido esurino”, lançado das glândulas do estômago, responsável pelo despertar do apetite, pela sensação da fome e o único que poderia quilificar substâncias sólidas. Contraditoriamente, o médico mantém viva durante todo o tratado, a tradicional noção do calor natural, lembrando-se poucas vezes de incorporar os “ácidos esurinos” a suas descrições. Mesmo na descrição mais modernizada da digestão, o autor conciliava as novidades, como a digestão salivar e os ácidos digestivos com as categorias antigas, dos humores e dos equilíbrios de opostos:

porque nos alimentos há sais voláteis e alcalinos, excitados estes com as partes ácidas do fermento, nasce entre eles um *movimento* ou fermentação intestinal, com que o alimento, já feito quilo [branco], se volatiliza e se vai *aperfeiçoando*, o que se acaba de fazer quando passa do estômago ao intestino duodeno, onde, com a presença do *suco pancreático*, *azedo*, e do *humor bilioso*, *alcalino*, se excita uma nova fermentação em que o quilo se depura precipitando-se aos intestinos as partes crassas [espessas, gordas] e impuras, para se expelirem pelo ventre, ficando o quilo tão líquido e tão tênue que possa permear pelas angustíssimas [estreitas] veias lácteas a confundir-se com o *sangue* nas veias até tomar a sua forma e natureza, levando consigo, do intestino duodeno, alguma porção de *cólera* [quente e seca], que conduz muito para mais facilmente receber a tintura do *sangue* [quente e úmido] (HENRIQUEZ, 2004, p. 46). (grifos nossos)

A fermentação era concebida como a própria digestão, uma grande alteração que dista da cocção apenas quantitativamente. Ou seja, a diferença entre a digestão pelo calor/cocção e pela fermentação era que a última era química e por isso mais forte. Assim conseguiria decompor os alimentos de maneira mais intensa. Para o médico, só isto poderia explicar o processo digestivo como alteração qualitativa. Mas é ainda o encontro dos opostos que produz

o movimento, aspecto da física de Hipócrates e de Aristóteles. A citada alcalinidade dos alimentos em contato com a acidez estomacal produziria o movimento necessário à digestão. A máxima decomposição dos alimentos ocorreria no quilo, em que se transformam as especificidades dos alimentos num todo homogêneo e aperfeiçoado. A acidez do suco pancreático e a alcalinidade do humor da bile deveriam, por encontro de opostos, estimular novo movimento digestivo, desta vez no intestino, para separar as impurezas restantes e tornar o quilo mais líquido, pronto para penetrar as veias e compor o sangue. A cor branca provavelmente associada à temperança e moderação também deveria expressar que o quilo, após *aperfeiçoado* se tornaria alimento temperado na primeira qualidade, isto é, nem quente, nem frio. A cólera (ou bile amarela), presente no duodeno, desta maneira, facilitaria seu processo de conversão em sangue, por torná-lo mais quente e penetrativo (virtude associada à *secura*), descrito como uma tintura, dada a importância das cores nesta descrição.

Ainda assim, toda a organização dos alimentos do livro obedece aos preceitos estabelecidos pela teoria que dava centralidade ao calor natural na digestão. Este é o papel que toca, sobretudo, aos “aromas” (canela, pimentas, cravo, gengibre, açafrão e mostarda) ou aos “condimentos” (azeite, vinagre, sal, mel, açúcar), mas também às “hortaliças” (coentro, cerefólio, hortelã e salsa) e, para os mais pobres, às “raízes sativas” (cardo, cenoura, alho, cebola, nabo, rabas, porro). Estes, por serem de alto grau de calor e *secura* (exceção do azeite, quente e úmido, e do vinagre, frio e seco), especialmente os “aromas”, eram tidos como os que melhor serviam para tempero (equilíbrio) dos alimentos, ajudando a fortalecer o calor estomacal (logo, a digestão) e a corrigir os frequentes excessos de frieza e/ou umidade das comidas. Os alimentos de qualidades extremadas entravam neste sistema com propriedades medicamentosas, enquanto os de natureza moderada permaneciam apenas como alimento. O sentido dos equilíbrios de opostos visava também adocicar os alimentos, pois o doce era tido como indício daquilo que nutre (FLANDRIN, 2007, p. 387-388). Equilibrando opostos com “aromas” e “condimentos” e buscando obter sabores adocicados, a comida desta cultura resultava numa profusão de sabores e odores opostos: o agro-doce, o salgado-doce, o amargo-doce, tornados possíveis pela imbricação de medicina e cozinha. Estes são os últimos momentos desta modalidade de uma relação comida-saúde, que “permitia um intercâmbio contínuo (...) entre experiências cotidianas e elaboração conceitual, entre práticas de cozinha e reflexão sobre o valor nutricional dos alimentos” (MONTANARI, 2007, p. 70). A medicina tenderia a se separar da cozinha (e vice-versa), ao fim do século XVIII, em favor de teorias

baseadas na observação e experimentação sistemática, porém afastadas do cotidiano, advindas das novas atitudes científicas e consciências corporais (Cf. ABREU, 2011, p. 101-120).

Fontes

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Tomo V. Lisboa : Officina de Pascoal da Sylva, 1716.

CAIRUS, Henrique; [RIBEIRO JR, Wilson A.](#) *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005.

GRANT, Mark. *La dieta de Galeno: l'alimentazione degli antichi romani*. Trad. Alessio Rosoldi. Roma: Edizioni Mediterranee, 2005.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004.

HIPPOCRATE. *De l'ancienne médecine*. Captado em www.remacl.org. Acesso em 13 de junho de 2014.

Referências Bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde: O Saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2011.

EDLER, Flávio Coelho e FREITAS, Ricardo Cabral de. O “imperscrutável vínculo”, corpo e alma na medicina lusitana setecentista. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 50, p. 435-452, mai/ago 2013.

FLANDRIN, Jean-Louis. Condimenti, cucina e dietetica tra XIV e XVI secolo. Trad. Laura Gras. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo (dir.) *Storia dell'Alimentazione*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2007. p. 381-395.

MONTANARI, Massimo. *Il cibo come cultura*. Economica Laterza, Roma-Bari, 2ª ed., 2007.

MORAND, Anne-France. Mistura das qualidades e determinação da saúde em Galeno: aspectos químicos e cósmicos. In: PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz (org.). *Saúde dos antigos*. Loyola, São Paulo, 2009. P. 203-216.

PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz. Kairos e metron: a saúde da alma na therapeia do corpo. In: PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz (org.). *A Saúde dos Antigos: reflexões gregas e romanas*. São Paulo: Edições Loyola, 2009. P. 55-56.

SILVA, J. Martins. Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 – 1ª parte. *RFML* 2002; Série III; 7 (5): p. 237-249.

O uso de fontes no Ensino de História: Cartografia

Paula Miranda de Oliveira

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

paulaoliveiramol@gmail.com

RESUMO: Este texto tem por objetivo, a partir da análise das atividades desenvolvidas na Oficina de “História e Cartografia”, defender o uso de fontes históricas no ensino básico de História, neste caso, tendo a produção cartográfica como fonte. Desejamos problematizar as concepções de História presente nos alunos e ver como utilização de elementos de teoria e metodologia da História pôs estudantes em contato com os processos de construção do seu conhecimento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Fontes; Cartografia; Teoria e Metodologia.

RESUMEN: Este texto tiene como objetivo, a partir del análisis de las actividades desarrolladas en la "Historia y Cartografía" taller, abogando por el uso de las fuentes históricas en la enseñanza de la historia básica, en este caso, ya que la producción cartográfica como fuente. Esperamos problematizar los conceptos de esta historia y ver cómo los estudiantes utilizan los elementos de la teoría y la metodología de la historia poner a los estudiantes en contacto con el proceso de construcción de sus conocimientos históricos.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de la Historia; Fuentes; Cartografía; Teoría y Metodología.

Introdução

Este texto busca analisar os resultados da Oficina “História e Cartografia” desenvolvida no Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID da Faculdade de Educação da UFMG em 2013, ano em que fiz parte do subprojeto de História. Esta oficina foi idealizada e planejada conjuntamente por mim, três colegas pibidianos à época: Armando Magno de Abreu Leopoldino, Flávia Regina Alves de Oliveira e Patrícia Cristiane de Oliveira, e nosso orientador, Mariano Alves Diniz Filho. Nosso trabalho no PIBID consistia na inserção no ambiente da Escola Municipal Prof^a Eleonora Pierucetti duas vezes por semana para acompanhar as aulas de História do prof^o Mariano no 8º ano e o desenvolvimento esporádico de oficinas que eram conduzidas por nós estagiários.

Em nosso horizonte, tínhamos o desejo de problematizar questões relacionadas ao ensino de história como a concepção de história presente no ensino, a abordagem dos conteúdos e a relação do educando com eles. Sabemos que o conhecimento escolar se apoia em quatro campos específicos: os conhecimentos da disciplina; os problemas

contemporâneos; as concepções dos alunos; e, por último, seus interesses. (SEFFNER, 2000) Portanto, nosso trabalho se pautou principalmente no incentivo da autonomia do aluno, considerada por diversos autores e por nós como essencial no processo de produção do seu conhecimento, mas também no estabelecimento de uma relação passado-presente ao trabalhar os conteúdos. Para tanto, tencionávamos desenvolver uma Oficina que possibilitasse a elaboração conjunta do raciocínio histórico, tomando o aluno como um agente desse processo e não como um mero receptor de informações fechadas e determinadas. (SCHIMIDT, 2001)

Proposta teórica

Para atingirmos nosso objetivo maior, lançamos mão de elementos de Teoria e Metodologia da História para desenvolver metodologias de pesquisa histórica com os alunos e o reconhecimento da existência de diferentes percepções e intenções sobre um mesmo acontecimento, objeto ou imagem. (LEOPOLDINO et al, 2013) Assim como Fernando Seffner, pensamos que:

ensinar História na escola é fundamentalmente ensinar elementos de Teoria e Metodologia. [...] Um professor de História é alguém que coloca o aluno em contato com os processos de construção e reconstrução do passado, ou em outras palavras, abre um diálogo acerca do presente valendo-se das interpretações a que é submetida a produção do conhecimento histórico. (SEFFNER, 200, p. 258)

Na Oficina de “História e Cartografia” propusemos o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos cartográficos como aposta pedagógica a fim de abordar noções sobre fontes históricas. A escolha pela cartografia como o tipo de fonte a ser trabalhada está relacionada à intenção de integrar nossa Oficina ao trabalho que estava sendo desenvolvido pelo professor na época. Ele trabalhava com a formação da cultura brasileira tendo como recorte àquela altura as grandes navegações e a descoberta do novo mundo. Escolhemos mapas de diversos recortes temporais buscando sempre problematizá-los e criar situações-problema, de maneira a atrair a atenção dos alunos para a reflexão dessas questões, mobilizando a curiosidade e a participação deles. A aposta de análise de documentos tinha um objetivo provocador, a fim de trazer à tona representações do senso comum que poderiam estar presentes e conhecimentos já cristalizados pelos alunos. (CERRI, 2004)

A opção pela cartografia exigiu que ampliássemos nosso diálogo para alcançarmos também o campo da geografia, estabelecendo uma relação interdisciplinar entre os dois campos de conhecimento. Dessa forma, enriquecemos nossas discussões e o dinamismo de nossas intervenções, pois a interdisciplinaridade traz novos métodos e contribuições para o

ensino, seja qual for a disciplina, e nos faz pensar na construção de propostas pedagógicas capazes de garantir o princípio que justifica e fundamenta a educação: o desenvolvimento pleno do educando nas suas múltiplas dimensões cognitivas, sociais, políticas, afetivas, éticas e estéticas (FONSECA, 2003, p.99).

As oficinas foram, destarte, a estratégia e a nossa aposta para a aproximação do universo da história ao dos alunos, possibilitando o desenvolvimento de seu raciocínio histórico e instigando a participação e a construção de seu conhecimento. (LEOPOLDINO et al, 2013)

Resultado e reflexões das análises

Os resultados que analisei são referentes a apenas uma turma do 8º ano em que realizávamos nosso trabalho no PIBID. A turma A do 8º ano tinha aulas de História às segundas, quartas e sextas, dessa maneira, a Oficina “História e Cartografia” pôde ter suas 3 etapas realizadas nesses respectivos dias. Na 1ª etapa introduzimos o tema da Oficina – a historicidade dos mapas – com a colocação de algumas questões como: O que é um mapa? Para que serve? Como ele é produzido? Por quem é produzido?

Posteriormente, houve a entrega de um mapa em branco da cidade de Belo Horizonte. Nele estavam destacados dois pontos da cidade: a Praça Sete de Setembro, localizada na região central da cidade, e a Escola Municipal Profª Eleonora Pierucetti, localizada na Av. Bernardo Vasconcellos, que liga a Av. Antônio Carlos, Pampulha, à Av. Cristiano Machado, na região Nordeste da cidade. Essa informação é importante para entendermos os resultados das análises. Eles deveriam preencher o espaço vazio montando um mapa da cidade.

Um dos objetivos desta atividade era fazer com que os alunos reconhecessem o espaço da cidade e inserissem seus valores no mapa. Naturalmente eles o preencheram com pontos específicos e diferentes dos de seus colegas. Ao se colocarem no lugar de quem produz um mapa, queríamos que eles percebessem que cada um o faria de acordo com sua própria experiência. Após a sua feitura, alguns alunos se voluntariaram para apresentar suas produções, o que gerou muitas discussões. Nosso objetivo com isso, era que, tomando os mapas produzidos como um tipo de fonte, se tornasse compreensível para eles a ideia de que estas sofrem influências de acordo com o lugar em que são produzidas.

A produção dos mapas impressionou pela criatividade, organização e capacidade de localização espacial presentes na maioria dos alunos. Através deles podemos inferir suas rotinas, seus gostos e a maneira como se relacionam com o espaço da cidade. Com mais

recorrência apareceram pontos turísticos da cidade como a Pampulha, que foi identificada pelo Mineirão, Mineirinho, Igreja de São Francisco de Assis, Parque Guanabara e a UFMG. Possivelmente esses lugares apareceram com frequência, pois são próximos à escola e, provavelmente, à casa dos alunos. Outros como a Savassi, Praça da Liberdade, Mangabeiras, identificado pelo Parque das Mangabeiras, na região sul da cidade, e o Centro, apareceram timidamente.

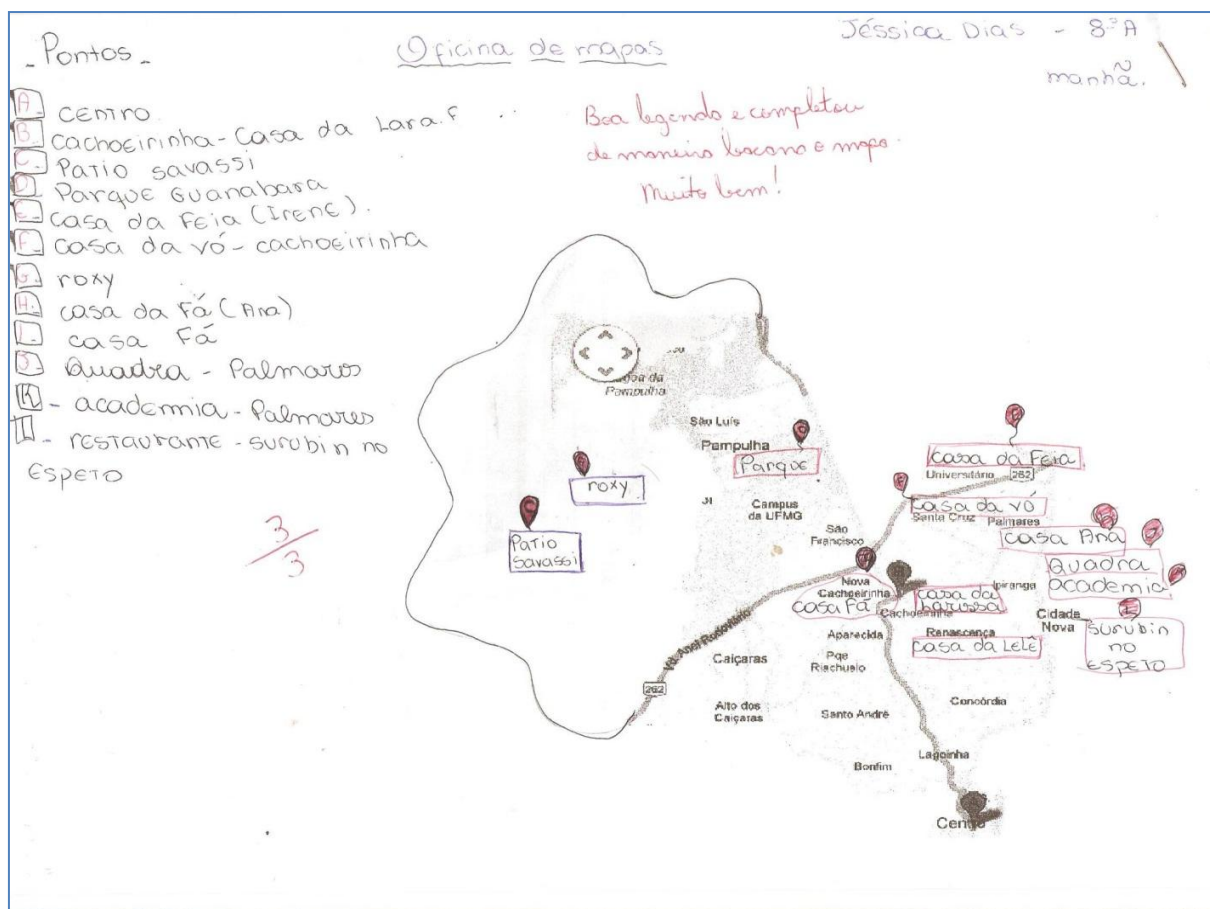
Em seguida, os lugares de lazer, com destaque para os shoppings, principalmente Del Rey, na região da Pampulha, e Minas, na região Nordeste, ou seja, os mais próximos à escola. O Pátio Savassi aparece com menos frequência. A própria casa, a de parentes como tios, avós, primos e a de amigos também apareceram bastante. Outros lugares como Igrejas, a própria escola, cemitérios e casas de namorados também aparecem, em menor quantidade comparado às outras.

O que é interessante notar, é que, com mais frequência, aparecem os lugares que são próximos ao convívio deles, localizados ou na Pampulha, ou na região Nordeste, eixo em que vivem e mantêm suas relações pessoais com amigos, familiares e colegas de escola. Poucos alunos extrapolaram o limite da cidade de Belo Horizonte, e quando fizeram, indicaram cidades da região metropolitana, em geral para destacar a casa de algum parente.

Em resumo, a análise desta atividade corrobora a ideia defendida por Marcos Lobato Martins, que considera a busca pela identidade em relação ao espaço como norteadora dos estudos regionais. Martins diz:

Ao olharem ao redor, as pessoas buscam encontrar elementos de continuidade, alguma quantidade de símbolos de permanência, certo legado de passado. Sem essas referências, tudo se torna fugidio, transitório, sem sentido. O 'lugar' e a 'região' respondem a demandas individuais e coletivas por segurança, continuidade histórica e pertencimento a algum tipo de comunidade destino. [...] Essa tendência de as pessoas buscarem raízes, fontes de identidade e segurança sociológica, mobilizando elementos do espaço sócio-histórico, aumenta a responsabilidade dos profissionais de história. (MARTINS, 2009, p.139-140)

Figura 3- Oficina de mapas



Construção do mapa com os pontos referenciais. A aluna construiu o mapa segundo suas referências, trajetos e conhecimentos sobre a cidade, visto que ela destaca casa de membros de sua família e lugares específicos que frequenta. **Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Na 2ª etapa da Oficina trabalhamos, no primeiro momento, com mapas prontos - colocando-os como fontes – exercitando a capacidade de pesquisa e o desenvolvimento do raciocínio histórico. Num processo comparativo, tendo no horizonte o pensamento de cada época e o contexto em que foram produzidos, exibimos mapas mundiais da geografia política e do Brasil largamente utilizados nas escolas em três versões: uma clássica, outra invertida e uma em globo.

Sobre eles indagamos se havia diferenças e/ou semelhanças, quais eram estas e o que poderíamos concluir com isso. A turma estava especialmente agitada neste dia pois estávamos no espaço do auditório, e não em sala de aula. No entanto, eles dialogaram satisfatoriamente acerca dos questionamentos. No segundo momento, exibimos outros tipos de mapas: um *printscreen* do *Google Maps* em que estavam destacadas as escolas municipais da cidade; um vídeo que parte de um ponto específico na superfície da Terra e vai ampliando até obtermos uma visão de todo o planeta; a imagem da fachada da escola no *Google Street View*; e um

guia turístico com pontos destacados da cidade. Buscávamos desconstruir a ideia de que somente as representações cânones são mapas, tendo-os, portanto como a representação de um espaço qualquer que permite ao seu leitor orientar-se tanto quanto a localização, quanto a outras características. Adotamo-los como textos, que necessitam mais do que ser codificados, mas ser compreendidos em sua totalidade, a fim de atribuir significados que facilitem a apreensão de suas informações. (SILVA, 2011)

Após essa discussão, uma atividade escrita foi proposta para que os estudantes refletissem suas percepções e para que nós, professores, identificássemos a apropriação dos elementos trabalhados: mapas como representação e seus usos. Dos 34 alunos, apenas um não realizou esta atividade. Ela consistia na resposta a 4 questões, a saber: 1) O que é um mapa?; 2) Para que serve?; 3) Como é feito e por quem?; 4) Os mapas são sempre os mesmos? Explique sua resposta.

Ao analisarmos as respostas, percebemos que, das apropriações que os estudantes fizeram, ficaram mais evidentes aspectos ligados aos elementos objetivos do mapa como o seu conteúdo, as regras de sua produção (escala e legenda) e o seu objetivo explícito, a orientação. A diferença entre os tipos de mapa também foi apontada. Alguns citaram satélites e outros recursos tecnológicos. Também chamaram atenção para aqueles que representam localidades específicas, como um bairro, cidade ou país.

Apareceu timidamente nas respostas a questão da intencionalidade intrínseca às fontes. Ainda assim, percebemos que os alunos responderam tendo base a discussão feita em sala. Como nossa aposta foi a construção conjunta do raciocínio histórico, consideramos as ressignificações que os alunos atribuíram às informações como positivas e valiosas para a construção do seu conhecimento. Apoiamo-nos muito no pensamento de Selva Guimarães, que diz:

ensinar é estabelecer relações interativas que possibilitam ao educando elaborar representações pessoais sobre os conhecimentos, objetos do ensino e da aprendizagem. O ensino se articula em torno dos alunos e dos conhecimentos, e a aprendizagem depende desse conjunto de interações. Assim, como nós sabemos, ensino e aprendizagem fazem parte de um processo de construção compartilhada de diversos significados, orientado para a progressiva autonomia do aluno. Logo, o resultado do processo educacional é diferente em cada pessoa (educando), pois a interpretação que cada um faz da realidade é diferente, tem características únicas e pessoais, juntamente com os elementos compartilhados com os outros. (FONSECA, 2003, p.103)

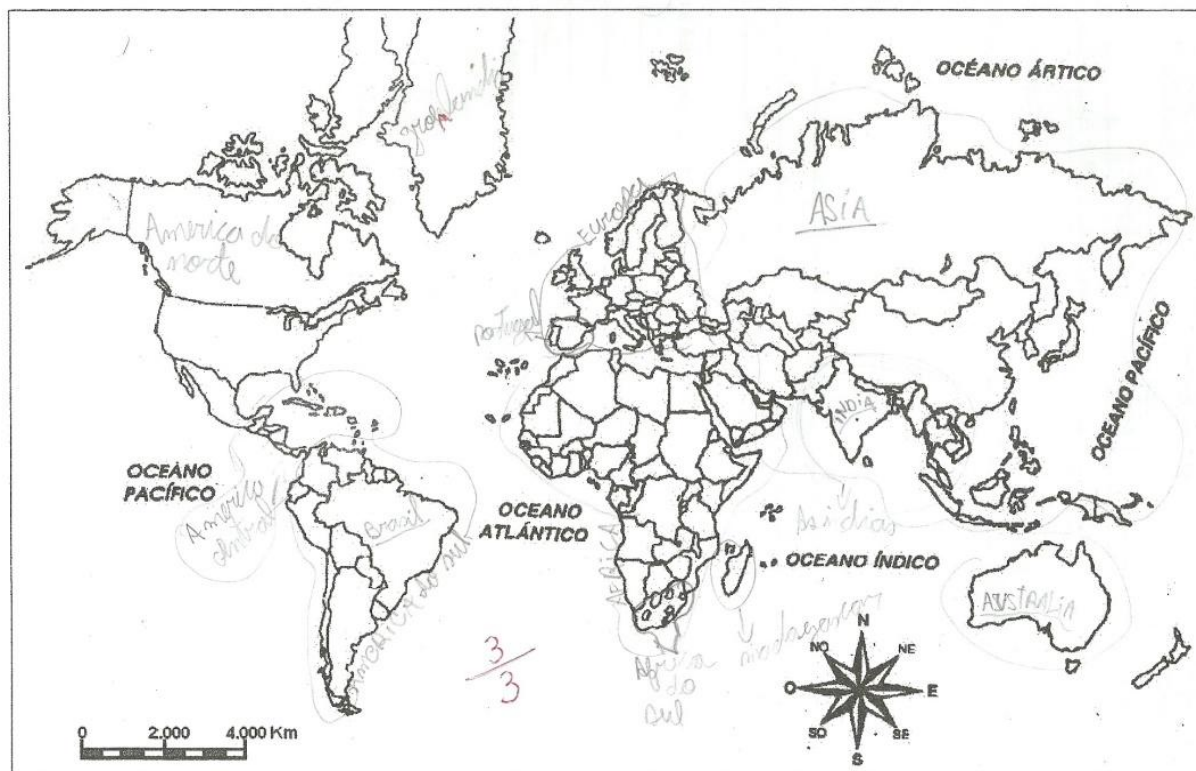
No entanto, aproveito o espaço para fazer uma autocrítica em relação a elaboração das perguntas que poderiam ser mais claras e dar mais subsídios ao raciocínio dos alunos.

Na 3ª e última etapa, retomamos o tema trabalhado em sala das “Grandes navegações dos séculos XV e XVI” que orientou a elaboração de nossa práxis para esta oficina. Em primeiro lugar, entregamos um modelo do mapa mundi atual sem a indicação dos países, continentes, mares ou oceanos. Nele, pedimos que identificassem alguns pontos, a se saber: a Península Ibérica, os Oceanos, as Índias e a América. As regiões a serem destacadas no mapa por eles remetem ao contexto das Navegações, mas a representação é atual. O objetivo era fazer com que eles percebessem que a representação do mapa mundi muda de acordo com sua época e objetivo de produção.

Durante a atividade eles recorreram bastante à ajuda para identificar as regiões, conversando com os professores e seus colegas. Algumas dúvidas foram comuns a muitos. Por exemplo, tiveram dificuldade para identificar a Península Ibérica no continente europeu. Apresentaram confusão para diferenciar país e continente, muitas vezes trocando o nome do país pelo do continente em que está localizado. Ex: Ásia para Rússia; América do Norte para EUA, e vice-versa. Poucos indicaram países da África, com exceção de Madagascar e África do Sul, o que sugere um desconhecimento dos países do continente, corroborando a visão eurocêntrica de que partimos para nossa proposta de problematização. No entanto, os países da Europa também não ganharam uma atenção minuciosa, exceto Portugal e Espanha, mas este continente foi mais destacado que o africano. Os países mais destacados foram: Brasil, EUA, Canadá, Portugal, Espanha, China, Rússia, Groenlândia e Austrália, e seus respectivos continentes. Surpreendeu positivamente a curiosidade pela localização dos países da América do Sul. Foram destacados Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Peru e Colômbia.

Houve uma troca significativa de informações entre eles, o que nos deixou muito felizes, já que tínhamos como diretriz desta oficina a construção conjunta do conhecimento. Ainda, soubemos que muitos desses países foram destacados tendo como referência uma atividade desenvolvida recentemente na disciplina de Geografia, o que também vai de encontro com nossa proposta de interdisciplinaridade na elaboração desta oficina.

Figura 4 - Mapa mundi preenchido por um aluno.



Nele podemos observar o conhecimento geográfico do aluno, no entanto, também observamos alguma confusão na identificação dos países/continentes. **Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Em seguida, exibimos mapas contemporâneos às Navegações, colocando-os como a visão de um mundo pensado a partir da perspectiva europeia. A partir deles, voltamos ao tema explicando os planos português e espanhol de conquista e expansão de novos territórios tendo em mente os valores econômicos e religiosos daquela época. O nosso objetivo ao exibir esses mapas, era problematizar uma possível noção de “certo e errado”, emitindo juízo de valor sobre documentos históricos. Sobre juízo de valores, consideramos como atribuições de certos valores ou significados a um objeto baseado no olhar do momento, sem levar em consideração o processo histórico em que este objeto está imerso, nem as características e interesses de sua época. (LEOPOLDINO et al, 2013) A turma, mais uma vez, correspondeu às questões que estava sendo colocadas para o debate, demonstrando conhecimento sobre o conteúdo (que já havia sido trabalhado em sala) e senso crítico ao analisarem os mapas do século XV e XVI. Explicitaram e problematizaram a visão eurocêntrica e o imaginário europeu acerca do Novo Mundo presente na produção cartográfica da época.

Conclusão

O conteúdo das Grandes Navegações foi para nós o ensejo para que desenvolvêssemos com os alunos esta Oficina, que contemplasse nossa ideia e proposta para o Ensino de História. Para nós, este é um espaço para a construção de conhecimentos, uma troca entre professor e aluno, proporcionando o desenvolvimento autônomo e crítico dos sujeitos, a consciência e o raciocínio históricos. A partir da problematização da produção cartográfica, os estudantes colocaram em cheque a visão eurocêntrica presente não só nos mapas, mas também na nossa mentalidade e na própria periodização da História. É claro que a consolidação desses conhecimentos necessita de um trabalho contínuo, que infelizmente não pudemos desenvolver naquela escola, no entanto, esperamos que nossa iniciativa sirva como exemplo e dê fôlego para a prática de outros professores. Como experiência docente, a realização das Oficinas no PIBID foi de valor inestimável, contribuindo tanto para nossa formação, quanto para um incentivo de permanência na docência, tendo em mente que nossa prática deve ser reflexiva, revendo métodos e o seu impacto no desenvolvimento dos alunos.

Referências Bibliográficas

- CERRI, Luis Fernando. Direito à fonte. *Nossa História*. São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 7, p.66-68, maio 2004.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).
- LEOPOLDINO, Armando Magno Abreu de Oliveira. *et al.* Fontes Cartográficas e Ensino de História. In: PEREIRA, Júnia Sales; TIMÓTEO, Herbert de Oliveira; DINIZ FILHO, Mariano Alves. (Org.) *PIBID faz - História: reflexões e práticas educativas na formação docente em História*. Belo Horizonte: PIBID/FAE/UFMG, 2013 (Coleção Relatos de Experiência).
- MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de História. In: GUAZELLI, Cezar (org.) *Questões da Teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRES, 2000.

Igreja São José e a Congregação do Santíssimo Redentor: Uma perspectiva de Fé na Modernidade da nova Capital de Minas (1895-1930)

João Teixeira de Araujo

Bacharel em História

Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH

joao.araujo_2@outlook.com

RESUMO: A Igreja São José e a Congregação do Santíssimo Redentor iniciaram suas atividades no início do século XX em Belo Horizonte, através de uma missão Holandesa que viera em nome de estabelecer um novo tipo de Fé, diferente dos ritos e práticas do que se entendeu como Catolicismo Popular ou Pagão. Porém, estes Redentoristas tornaram-se parte de um esforço social e político para a formação de novos hábitos e costumes, de uma nova cidade que agregara indivíduos de diferentes partes e, certamente, com modos esparsos de perspectiva de vida. Os Redentoristas, com sua doutrina ascética e moralista, seguiu a apreciação conservadora do ultramontanismo e torna-se componente fundamental para a organização de uma vida moderna na urbe, uma das vontades primaz para a construção de uma nova Capital. Por isso, alguns aspectos que tangem a vida eclesiástica destes Redentoristas, como sua Regra Monástica, as Missões que realizavam, a intensa participação nas Escolas e Catequeses sintetizam o esforço para uma nova perspectiva de Fé de matriz conservadora e que viera corroborar com o que se pretendeu sociopoliticamente para a nova Capital.

PALAVRAS-CHAVES: Redentoristas; modernidade; moral; sociabilidade.

A Igreja São José e a Congregação do Santíssimo Redentor se estabeleceram na cidade de Belo Horizonte nos idos de 1900, período que sagra na história do pensamento do Cristianismo Católico o auge de um parâmetro renovador sob a perspectiva da Fé então praticada no período anterior à República, que hoje conhecemos como o Ultramontanismo. Porém, tal movimento de Romanização e Centralização dos ritos e celebrações da Igreja no interior da Congregação está devidamente situado no seio de sua própria origem no século XVIII, propriamente em 1732, no Reino de Nápoles. A respectiva Congregação tem sua origem firmada na concepção Tridentina da Igreja Católica (RAPONI, 1996), que traz, sobretudo, uma orientação contra o Protestantismo e que tem vistas a firmar às mãos do Sumo Pontífice toda a orientação, toda unidade de fé, disciplina e ritualística da Igreja, tendo em vista que em toda a Europa se expandia lastros locais de incorporação e prática ritual da religião Cristã (RAPONI, 1996).

O Reino Napolitano no século XVIII possuía peculiaridades em relação aos demais estados que hoje estão reunidos sob a alcunha de Nação Italiana. O perfil redentorista,

enquanto entidade eclesiástica nasce com um caráter de auxílio social, tendo em vista que a situação do Reino de Nápoles era ruim. Seu eminente fundador, Santo Afonso de Ligório, expandindo a sua obra para o interior do Reino junto de seus discípulos e irmãos, depara-se com uma miséria social inconcebível, dado que sua origem aristocrática e sua vida, até seu ingresso ao Sacerdócio, estabeleciam-se na capital, em reduto parte da elite Napolitana. No desafio missionário inicial,

(...) eram afrontadas todas as situações de extrema pobreza e as dificuldades de todo o gênero que acompanhavam as primeiras fundações (fome, frio, umidade, doenças, mortes precoces). As fontes antigas, impressas ou inéditas (entre estas últimas pode-se pensar na História da Congregação do Pe. Landi), estão de acordo em acentuar as asperezas da vida no tempo das origens. (RAPONI, 1996. p. 32)

Segundo Raponi (1996), o século XVIII em Nápoles é notável o surgimento de diversas missões evangelizadoras, sendo a maioria delas de cunho assistencial e, sobretudo, catequético, que nos diz muito sob um esforço de moralização no Reino Napolitano. Ao período da pregação de Santo Afonso e de suas missões por Nápoles, é possível que sua percepção sobre os dilemas sociais do Reino estivesse ligada a uma “corrupção e na liberdade dos costumes, seja nas altas esferas, seja nas esferas burguesas seja também entre as massas” (RAPONI, 1996. p. 6). Não seria novidade atribuir que as expensas da vida cotidiana estejam ligadas as questões de Fé.

Porém, na constituição social da nova Capital de Minas Gerais, a partir do ano de 1900, chegaria timidamente à missão Redentorista designada pelo então, Bispo de Mariana, D. Silvério. Uma missão que, certamente, possuiu de uma condição privilegiada. Desde a metade do século XIX, uma missão de jovens Redentoristas oriunda da Holanda se instalara em Minas Gerais, a convite da Diocese de Mariana por meio de seu Bispo, D. Viçoso. Esta missão holandesa obtém sucesso de, nos seus primeiros dias em Belo Horizonte, a deter para si um espaço como nenhum outro na cidade:

Mas a cidade estava longe de chegar aquelas alturas (construir uma matriz no alto da Avenida Afonso Pena), e sem dúvida por isso o prefeito Dr. Bernardo Monteiro, deixou a escolha do local ao Vigário da nova Paróquia de São José, Padre Pedro Becks. O Padre foi feliz ao escolher esta colina, onde se projetara o Teatro da Cidade. (LEITE, 1990. p. 14)

Ao gosto da Diocese de Mariana, que temia pela possível diminuição de sua presença na nova Capital e uma conseqüente redução do poder apostólico sobre as almas que habitariam este espaço e, muito mais, por ser esta cidade responsável a partir de 1897 por emanar o poder, vida social e vida econômica a todo o estado (ALMEIDA, 1997), os

redentoristas estabelecem seu lugar na cidade tendo em vista conservar e manter o poder que, no seu entendimento, lhe cabe na vida social da nova Capital. Sua referência no seio da Igreja Romana (e estes estavam no auge da aceitação de Roma), dado que Santo Afonso de Ligório, fundador da Congregação, fora proclamado como Doutor da Igreja, em 1871, pelo Papa Pio IX, os redentoristas eram os *Teólogos da Moral*, condição que lhes cabe até os dias de hoje, está afirmada logo nos primeiros dias que se estabelecem na cidade, por meio dos dizeres do Padre Afonso Mathysen, parte da missão que iniciara os trabalhos: “A população proveniente de todos os lados, geralmente falando, é muito ignorante nas coisas de religião e afastada dos sacramentos. Que isto melhore com ajuda de Maria Santíssima e de Santo Afonso” (LEITE, 1990. p. 13). “BH estava se formando com uma população heterogênea, vinda de todas as partes e já com muitos elementos hostis anticlericais, maçons e até protestantes, metodistas”. (LEITE, 1990. p. 10)

A expressão incontestada da missão Redentorista no estado de Minas Gerais no século XIX para o XX é diretamente ligado aos aspectos ideológicos que dão origem a Congregação no século XVIII, que Santo Afonso posicionou conforme a corrente teórica de seu tempo, conhecida como duplo fim. Sante Raponi (1996), em relação aos documentos escritos que tornam explícita a *Espiritualidade Redentorista*, afirma que esta teoria é “amplamente difundida e assumida pela cúria romana no ato de aprovar os novos Institutos” (RAPONI, 1996). O duplo fim de espécie redentorista constitui-se primeiramente em uma expressão de obediência à hierarquia apostólica. Esta obediência consiste na apreensão do típico vocabulário redentorista que se desenhara nas origens, que se faz a partir de uma literatura hagiográfica, na qual possa se projetar a memória dos heróis da fé e a imitação de suas realizações (RAPONI, 1996), sobretudo na figura de Jesus Cristo.

Com respeito ao primeiro fim, a Regra manda que todos os congregados busquem seriamente e com todas as forças a santificação de si mesmos, imitando diligentemente as virtudes sacrossantas e os exemplos de nosso Redentor Jesus Cristo, de maneira que cada um possa dizer em verdade: Vivo eu, não já eu, mas Cristo vive em mim. (CODEX REGULARUM, p.30, nº2)

Junto desta imitação, acompanha

obediência. (...) Nas grandes Regras e no Compêndio ela é chamada "virtude radical". O Fundador nas circulares coloca-a em primeiro plano nas missões e em casa. A obediência conserva a Congregação. Trata-se de uma obediência incondicional, sem interpretações acomodáticas ou de subterfúgios. Uma obediência de execução, fundamentalmente passiva. A Regra fala de obedecer ao superior 'mesmo que fosse um poste'. (RAPONI, 1996. p. 32)

Não se busca apenas uma uniformidade de preceitos com fim na evangelização. Os redentoristas, desde o seu fundador e de seus membros mais ilustres em sua origem (muitos deles canonizados pela Igreja), desejam se alinhar ao projeto de maior importância naquele século para a Igreja, certamente um projeto de Poder. Cabe a obediência cumprir a função de vocação para aquele que deseja estar alistado a frente da missão Redentorista, sendo que esta vocação é ratificada como imitar as atitudes e posturas de Cristo enquanto esteve na terra (RAPONI, 1996): “O fim do Instituto do SS. Redentor outro não é senão o de unir sacerdotes, que convivam e que procurem com empenho imitar as virtudes e exemplos do Redentor nosso Jesus Cristo.” (CODEX REGULARUM, p. 29, nº 1)

Ser obediente através da imitação, de uma conduta passiva e aceitação irrestrita as imposições, consiste em uma concepção doutrinária extremamente ascética e rígida por parte dos Redentoristas. A imitação seria o pleno do exercício austero para que sejam cumpridas as regras e as virtudes determinadas pelo seu Código de Regras, que deveria ser realizado com extremo zelo. Tal zelo é reforçado nos mínimos aspectos e que dimensionam as proporções que se espera de um Redentorista: “O fim do Instituto do SS. Redentor é seguir o mais de perto possível as pegadas e os exemplos da vida sacrossanta de Jesus Cristo, o qual viveu uma vida desapegada e mortificada, cheia de sofrimentos e desprezos.” (OPUSCULI RELATIVI ALLO STATO RELIGIOSO, Roma, 1868, p. 24). E ainda: “Somente tem o espírito do Instituto quem entra com o desejo de prestar obediência, e de sofrer em paz ver-se posto a um canto, sem ser ocupado em coisa alguma.” (OPUSCULI RELATIVI ALLO STATO RELIGIOSO, Roma, 1868, p. 42)

Neste primeiro fim é que se estabelece a principal virtude e vocação daqueles que comungam o Pão de Santo Afonso: Imitação, obediência e disciplina. O segundo fim, talvez com mesma proporção e, ao acaso, possivelmente de maior importância para uma vida espiritual dedicada à Congregação seria o exercício missionário. Exercício este que carecia ser de grande esforço e trabalho para quem a ele se integrasse. Seria a partir da execução de tais missões que levaria a este Congregado a plena santidade, a máxima redenção e no mais desejoso espírito para um cristão:

Quem é chamado para entrar na Congregação do Ss. Redentor Não será jamais um bom seguidor de Jesus Cristo se não se fizer santo, se não realizar o fim de sua vocação, e não tiver o espírito do Instituto, que é de salvar as almas mais destituídas de auxílios espirituais, tais como as pobres gentes da campanha. Este já foi o projeto ou plano da vinda do Salvador, o qual falou de si mesmo: Spiritus Domini...unxit me, evangelizare Pauperibus (Lc 4, 18). E quando ele quis provar São Pedro para

ver se ele o amava, não lhe mandou outra coisa, senão que cuidasse da salvação das almas: Simon Joannis, diligis me? Pasce agnos meos... pasce oves meas (Jo 21,16) [...] (OPUSCULI RELATIVI ALLO STATO RELIGIOSO, Roma, 1868, p. 94-96)

A partir destas referências bíblicas postuladas, que são duas passagens das mais célebres da vida de Cristo na terra a respeito de evangelização, Sante Raponi (1996) afirma que a condição de *santidade* para os Redentoristas sempre esteve ligado a ideia de estar comprometido com a vida missionária, ofício de difusão da fé. Difundir a perspectiva redentorista da fé cristã segue um apêndice rigoroso, como não poderia ser diferente, de recomendações e instruções advindas de seu fundador e de outros ilustres redentoristas que tornaram possível a existência desta obra nas proporções que se vê desde Nápoles até aquele momento. Para os devidos fins à evangelização na Europa,

conhecemos o rigor com o qual os congregados estavam obrigados ao estilo familiar e apostólico na pregação. Missionário do povo, o redentorista aproxima-se da gente humilde, coloca-se à sua disposição, mas não desce a seu nível. Também sob as vestes remendadas, o redentorista das origens (proveniente em geral da classe média remediada) conserva uma sua nobreza e distinção, a começar pelo Fundador. Garbo e cortesia com todos, mas nenhuma vulgaridade nas palavras ou no comportamento. (RAPONI, 1996. p. 36)

E, também, recomenda-se

que, nas missões, não tenham familiaridades com os habitantes dos povoados. Toda a cortesia, mas também toda a gravidade é preciso usar com eles, para que aprendam e conservem a veneração para conosco, como homens santos sem defeitos, o que é necessário para seu proveito. Do contrário, tendo familiaridades com eles e tratando com eles de coisas não importantes para a alma, descobrirão mil defeitos em nós e não terão proveito. Isso já aconteceu mais vezes; mas desagradou-me que sempre se falte nisso. Se um ou outro não se emendar a esse respeito, obrigar-me-á a não mais o mandar às missões. E peço que ninguém na missão se envolva com coisas que não pertencem à consciência das pessoas; e certas coisas que possam trazer algum distúrbio ou inconveniência, não sejam feitas sem conselho e obediência. (LIGÓRIO, Circular de 30 de setembro de 1758, LETTERE, I, p. 404-405)

As missões seria o instrumento mais eficaz para os auspícios tridentinos Ultramontanos da Igreja no século XIX e XX, de forma a ponderar sobre o caráter de seus soldados eclesiais uma condição de uniformidade, proximidade de Deus e de virtuosidade enquanto indivíduo que busca sua salvação por meio de salvar outras almas (FERNANDES, 2005). Os redentoristas da Igreja de São José em Belo Horizonte firmaram suas primeiras ações postulando como parâmetro o entendimento e subserviência a estes princípios de dois fins. Inicialmente, titularam para si uma revisão do espírito de devoção, dado que a percepção destes holandeses missionários era a despeito do povo com práticas de fé “estapafúrdias, parecidos de cérebros doentios” (LEITE, 1990).

Tal impressão não é sinuosamente de cunho estrito ao fato destes redentoristas serem holandeses ou apenas e simplesmente erários do espírito exigido de um congregado do Santíssimo Redentor. Estes são parte essencial e complementar na nova capital do que pretende a Igreja para o seu tempo. Seu projeto de ação na nova Capital, assim como para todo estado já o era, parte de uma base de princípios para a moralização do comportamento e da convivência advindos do pensamento conservador ultramontano europeu (FERNANDES, 2005). Este modelo de consciência crista que veio a ser adotado pelo Clero Mineiro tem suas origens ao início do século XIX na França, fruto de uma reação ao pensamento iluminista e universalista que produziu a Revolução Francesa e que então passara a agredir os valores essencialmente morais e caros a instituição Católica. Perante tal configuração,

os conservadores passaram a defender a importância da afirmação da autoridade, religião, comunidade, hierarquia e família, valores esses perdidos pela emergência do ideário iluminista. Nesse sentido, todo o esforço passou a ser realizado para a valorização dos costumes, herdados da medievalidade, que até então vigoravam naquele mundo. (...) Opunham-se a nova ordem criada pelos revolucionários, por a considerarem como corruptora da concepção de um mundo dos homens criado por Deus, infalível e justo. Essa seria, pois, de forma sintética, a intenção básica por trás do pensamento conservador. (FERNANDES, 2005. p. 144-145)

O pensamento conservador europeu assumiu sua perspectiva institucional na Igreja através de alguns pensadores e algumas personalidades essenciais a Igreja. Frederico Ozanan, leigo fundador da Conferência São Vicente de Paulo em 1833 na França, adquire iminência no pensamento social da Igreja ao afirmar que a Revolução também se cunhara do fracasso em relação à carestia e a miséria. Evoca para a responsabilidade da Igreja a missão de suprimir a pobreza e os demais dilemas sociais que assolara a Europa, obtendo por meio de seu pensamento a adesão de muitos jovens intelectuais (FERNANDES, 2005). Até meados do século XIX, conforme Antonio Carlos Fernandes menciona, a Igreja condenara tanto o Capitalismo, quanto o Socialismo, por haver em ambos um caráter materialista. Porém, com a publicação do Manifesto Comunista de 1848 por Karl Marx,

o combate da Igreja contra os excessos do liberalismo e do capitalismo industrial foi cedendo lugar ao ataque contra o socialismo, considerado então o principal inimigo do cristianismo. Em meio ao avanço do socialismo e a perda de posições pelo liberalismo, o reformismo conservador expandiu e se consolidou (...). Visando objetivos imediatos e concretos, as ações dos conservadores, assistencialistas e corporativas ganharam visibilidade e seguidores (...) lançou as bases de uma reforma social de inspiração cristã. (FERNANDES, 2005. p. 146)

A partir disso, o que se vê na Europa é uma expansão das Associações dos Operários Católicos, surgindo estas como uma espécie de contra ataque aos redutos de parte apropriada pelos socialistas. Em Belo Horizonte, a Igreja São José cria, no ano de 1908, a sua associação,

que assumiria aqui o nome de *Liga Católica da Igreja São José* (LEITE, 1990). As condições assumidas de origem por esta associação estão sob os mesmos parâmetros morais e ascéticos que pretendeu o modelo europeu. Possivelmente, a condição aqui assumida por esta poderá ter maior vigor hierárquico e austero, dado que os parâmetros institucionais desta fora incorporada de uma associação criada na Bélgica por um Militar leigo, Henrique Belletable, que era assistido pelos Redentoristas Holandeses designados para tal associação em Liège (LEITE, 1990). Um desses redentoristas que assistira e que tivera grande atuação para a criação dessa Associação dos Operários Católicos da Bélgica fora o Padre Deschamps, que posteriormente seria titulado como Cardeal primaz da Bélgica e que fora de participação elementar no Concílio do Vaticano I.

As atribuições da Associação Belga representavam um misto que se casava da perspectiva mais atual e mais conservadora da Igreja naquele tempo com a instrução militar de Belletable, que consistia em constituir uma espécie de *exército de Cristo*, que diferenciase o que seria *verdadeiros católicos* dos demais, uma associação que possuía em sua linha apenas “os que tinham a força para vencer o respeito humano ou a covardia frente aos que caçoavam a religião” (LEITE, 1990. p. 48). Esse modelo foi estendido pela Holanda e, chegados ao Brasil, os redentoristas fundaram a primeira Liga Católica em Juiz de Fora e, estendo o seu trabalho missionário, foram disseminando este modelo de associação pelas Minas (NETO, 2010). Em Belo Horizonte, seu começo precedeu a primeira missão Popular da Igreja São José, que ocorreu de 3 a 9 de março de 1906, e que fora pregada pelos Padres Francisco Lohmeyer, Adriano Wiegant e pelo primeiro padre redentorista brasileiro, Julio de Moraes Carneiro. “que, como se sabe, depois de ser doutor em Direito, promotor, casado duas vezes, viúvo, ordenou-se padre, percorreu o Brasil em famosas pregações que abalaram o país por um catolicismo atuante e renovado no início da República.” (LEITE, 1990. p. 49).

Esse impacto social que os redentoristas afirmam ter realizado em suas missões comporta os objetivos e premissas do Clero Mineiro. Era projeto do Clero no século XVIII moralizar os costumes e hábitos, além de impor sua autoridade sobre a população da Capitania de Minas (FERNANDES, 2005). Esse Clero, com caráter reformado nos princípios tridentinos, assumiria sua forma na pessoa de D. Viçoso, a partir de 1844 (CAMELLO, 1986). Sendo um missionário lazarista, D. Viçoso, como bom viajante que foi, retém um entendimento diferido do Clericato de Coimbra sobre a perspectiva espiritual dos fiéis das

Minas. Entendia que a Diocese de Mariana estava em *estado lastimável* e possui em seu entendimento os motivos para tal:

A prolongada vacância da diocese; a escravidão; a situação política; e a ingerência do poder civil nos negócios eclesiásticos. (...) Condenou a escravidão pelo que se apresentava de “permissividade dos costumes entre senhores e escravas, acostumando-se todos, crianças e adultos, com os escândalos”. Acreditava que não se podia esperar um clero virtuoso de uma sociedade corroída moralmente pela escravidão. Defendeu veementemente o afastamento dos sacerdotes atividade política, pelo que isso poderia representar para “alterar o bom estado do clero”. Finalmente, Dom Viçoso considerou a intervenção do poder civil nas questões eclesiásticas, entre todos os males, como o mais danoso. Criticava o placet como corrosivo para a manutenção da disciplina do clero e coibição dos abusos. Para ele, ao aplicar inadequadamente o placet ou o clero resistiria, desmoralizando a autoridade civil, ou acataria e então a Igreja é quem seria atingida, em sua disciplina, hierarquia e autoridade. (FERNANDES, 2005. p. 150).

Por isso, as primeiras obras de D. Viçoso ao assumir a Diocese de Mariana estarão concentradas em instituir um seminário para a formação moral do clero, conforme as bases do pensamento tridentino, já que “os mais de 20 anos de experiências no Brasil e o vasto conhecimento da realidade local das diversas paróquias da diocese de Mariana, com as constantes transgressões dos padres e fiéis”, o recomendava assim (FERNANDES, 2005. p. 151), com o apoio dos seus coirmãos lazaristas e com a chegada de irmãs vicentinas para a instrução feminina. A instrução de D. Viçoso segue alinhado ao que ele mesmo havia como seu hábito devocional para instrução e leitura. A partir da análise de sua biblioteca,

dela emergem vários compêndios de teologia dogmática, moral, catecismos, espiritualidade, teologia pastoral, história eclesiástica, hagiografia, apologética e sermonários. Mais especificamente sobre o pensamento ultramontano, Dom Viçoso possuía conjunto precioso de obras, de vários autores europeus, que, de um certo modo, eram citadas com frequência em suas pregações. (FERNANDES, 2005. p. 150)

Dom Viçoso era consciente do cotidiano que vivera a sua diocese em relação à perspectiva que obtém de suas leituras. A conveniência nas relações que se amalgamam em nossa sociedade ao longo do período colonial é o bastante para constar em seu entendimento a proporção que a sua visão alega a uma sociedade desvirtuada e aquém dos desígnios da Sé Católica (FERNANDES, 2005). Um dos aspectos que premissa o entendimento de Dom Viçoso em relação ao nosso cotidiano seria o concubinato.

Nas Minas os pecados mais comuns diziam respeito ao concubinato, geralmente entre homens brancos e mulheres pardas, mulatas e negras. A natureza da atividade mineradora aliada a estrutura demográfica escravista são causas apontadas como responsáveis por se acentuar a instabilidade das relações conjugais. Foi sobre esses abusos e desvios dos costumes que a Igreja Católica devotou atenção especial e criou mecanismos de controle e regulação morais. (FERNANDES, 2005. p. 179)

O modo como adotar uma atenção especial para tal condição e os mecanismos respectivos a tais auspícios serão as missões, que foram

o principal mecanismo de que a Igreja Católica dispôs para tentar regular a moral e os costumes do rebanho de pecadores nas Minas foram as Visitas Eclesiásticas. Era instalada uma mesa e os moradores constrangidos a virem confessar suas próprias culpas e as alheias. (PAIVA; ANASTASIA, 2002, p. 507)

As missões, além constituírem instrumento da Igreja com vistas à evangelização à moralização, para estes padres de São José definem o que é ser e a essência de um redentorista (RAPONI, 1996). É extremamente concisa a abordagem do Padre João Batista Boaventura Leite a respeito das missões instauradas pelos Redentoristas no ano de 1900, com vistas de Congregar mais ovelhas para o rebanho de Cristo e para a salvação das almas. Ele concentra como estes Holandeses tornaram destas missões um evidente instrumento a moralização dos costumes do povo mineiro do século XIX para o XX (LEITE, 1990). Sobre as missões realizadas no ano de 1900, ele diz:

Pregaram 27 missões, 4 renovações de missões (trabalho que se fazia alguns anos depois das missões para confirmar seus frutos), 13 retiros, 3 tríduos e 110.000 comunhões distribuídas, 65.000 confissões, 314 legitimações matrimoniais. (...) Pessoas unidas ou simplesmente tendo uma vida marital eram exortadas veementemente a realizarem o seu casamento religioso ou sacramento do matrimônio para estabelecerem as condições de uma família cristã, e assim poderem participar da eucaristia. Em 1900 o numero de 314 destes ‘casamentos de missões’ (sem muita burocracia) jamais foi superado nos 60 anos de equipes missionárias, sediadas na Igreja de São José. No ano seguinte, o numero quase ‘encostou’: 297. Em 1902; 288. Os números ficaram na casa de mais de 200, mas em 1914 somente 51. (LEITE, 1990, p. 31-32)

Esse rigor buscado nos hábitos e costumes da população confere em certa medida com a sociabilidade que se propusera para a nova Capital. Uma urbe que nasce postulando a capitular sobre si a modernidade, o progresso e os símbolos ressonantes da nova República Brasileira condicionalmente atrela para seus limites, previamente estabelecidos, matizes científicas que acenam para os aspectos higienistas e a orientação prévia dos espaços uma condição que quase automaticamente segregará de seus domínios citadinos os respectivos elementos que não condissessem para a constituição de uma cidade bela, limpa, segura e próspera (JULIÃO, 1992). A moral redentorista aplicada aos hábitos e costumes que a nova capital pretendeu para si funcionara como um filtro e como lapidação para o tipo de civilização moderna que buscara se constituir na nova Capital. A aplicação de sua Fé, em busca de um alinhamento espiritual com a doutrina ultramontana da Igreja que lhes proporcionavam a crer em uma santificação individual e uma retidão moral, avultam na sociedade as mesmas expectativas que Belo Horizonte tomara para si:

O fim do século XIX chegava. O século do Progresso, da Fé na ciência e da certeza no futuro que ela pressagiava, da esperança cega na solução industrial das carências materiais, das projeções do sucesso da burguesia industrial e financeira, das reformas urbanas, como as registradas nas grandes capitais europeias, do sucesso político e material dos Estados Unidos. O liberalismo burguês vitorioso, tudo prometendo, repercutiria fundo no Brasil. Pouco importava se nesta moeda se apresentasse uma outra face cheia de problemas sociais e crises materiais. Nada mais eram que simples dores do parto da nova sociedade materialmente satisfeita. (MELLO, 1998. In: DUTRA, 1998. p. 18)

Não somente as missões são instrumentos para a moralização e regulação dos costumes para um tipo novo de sociedade. As reuniões na Igreja eram sempre lotadas (LEITE, 1990) e sempre enfileiradas pelos elementos mais nobres da capital, como governadores e suas esposas, juízes, desembargadores, médicos, advogados, engenheiros, entre outros, sem levar em conta o bom trânsito que os padres redentoristas tinham perante o Palácio da Liberdade, para as devidas resoluções de sua obra na Igreja (LEITE, 1990), que partilhara dos donativos públicos advindos da indenização sobre a demolição das capelas do antigo Curral Del Rey (BARRETO, 1947). As resoluções catequéticas presentes desde a reformulação tridentina foram outro singular instrumento que os padres redentoristas de São José utilizaram por diversas vezes, que lhe possa tornar um bastião moral e ascético dos valores e da tradição em Belo Horizonte, dado que:

Como trabalhavam aqueles Padres antigos de São José! Sobrava-lhes tempo ao estudo e devoção para se dedicarem a uma catequese intensa nos grupos escolares, colégios e nas várias escolas paroquiais que eles mesmos fundaram e mantiveram durante longos anos nos bairros mais pobres, pois Belo Horizonte até os anos 20 era quase toda paróquia de São José, e eles se irradiavam também na paróquia da Boa Viagem, muitas vezes a eles confiada, em vacância frequentes de Padres diocesanos, pelo menos no início. (LEITE, 1990. p. 30)

Esse afã demonstrado para regular os hábitos e costumes tradicionais na nova república tem por parâmetro a perspectiva moderna de sociedade, que se portara de modo a se desvincular por completo de todos os aspectos e formas que pudessem a ligar com um passado colonial e imperial. A dimensão para a readequação do comportamento sociocultural segue uma perspectiva peculiar, que caracteriza a população do Brasil como

uma população devassa, amparada sobretudo na visão etnocêntrica de valores culturais europeus e cristãos, foi se justificando pelo pressuposto tácito da anomia sexual e moral dos indivíduos que configuraram a sociedade da América Portuguesa. Os códigos de leis coloniais, os processos inquisitoriais e os relatos de padres, autoridades do governo, cronistas e viajantes produzidos no período colonial e imperial tiveram papel fundamental na criação desse imaginário (moralizador), pois, sem passar por qualquer tipo de filtro, foram eles aceitos como relatos verdadeiros e absolutos da realidade da época. (CERCEAU NETTO, 2008. p. 48)

Dessa maneira, não surpreendem as premissas do pensamento que Dom Viçoso tinha para a Diocese de Mariana. O caráter moralizador da Igreja será prenúncio para que esta seja instrumento dos mais elementares para a fortificação dos valores modernos e progressistas. Até porque seu alinhamento não representara uma posição paradoxal para seus intentos políticos, pois a publicação do *Syllabus Errorum*, que acompanhava a encíclica *Quanta Cura*, em 1865, não fora de todo maléfica aos ideais da burguesia europeia, mas pelo contrário, assinala-se que

nesse momento, a rápida expansão industrial e o fortalecimento da acumulação capitalista permitiram que esse ideário convivesse ao lado da expansão do reformismo social católico e resistisse ao ataque socialista. Nesse ambiente, os conservadores, “empíricos, tímidos e visando objetivos sociais limitados”, se orientaram por fórmulas paternalistas que acabaram seduzindo os industriais. (FERNANDES, 2005. p. 147)

Assim, o investimento dos redentoristas em fabricas de tecelagem e tipografias para a formação de jornais que pudessem moralizar a opinião pública foi uma constante entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, buscava-se por meio de uma imprensa católica criar uma sociedade civilizada e moderna dentro dos pressupostos do pensamento conservador. Dessa forma entende-se porque cidades como Diamantina, Juiz de Fora e Belo Horizonte foram alvo dos redentoristas para a constituição dessa dita “modernidade conservadora”. Afinal, eles apropriaram dos discursos burgueses principalmente no que tange ao bem estar conquistado pelo ter material para justificar a ação religiosa católica moralizadora. Não seria surpresa, que Belo Horizonte tivesse um investimento maciço em concepções modernas através da arquitetura dos novos templos católicos como a Igreja de São José, por exemplo. Dentro dessa ótica moderna e conservadora os redentoristas investiram na imprensa e através da compra de tipografias modernas constituíram vários jornais católicos como O Pharol em Juiz de Fora, O Pão de Santo Antônio em Diamantina, o Horizonte e o Diário em Belo Horizonte.

Perante tal sinalização, o que pode ser entendido é que a matriz do pensamento conservador Ultramontano Europeu foi projetada, em Belo Horizonte do século XX, na perspectiva de longa duração e sugere a possibilidade de se compartilhar alguns fundamentos entre a Burguesia e os maiores expoentes da Sé Católica. Alguns desses auspícios em Belo Horizonte poderão ser visualizados na relação entre o Poder Público e os Redentoristas na Igreja São José, que em muito fora auxiliada por estes, nos quais trataremos no seguinte capítulo com maior profundidade.

Por isso, a presença dos redentoristas significou, para Belo Horizonte, uma rotina peculiar a socialização, a prática dos hábitos e costumes, por um tipo novo de população que viera a ser agregada na nova capital de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *A Catedral da Boa Viagem: Fé, Modernidade e Tradição*. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997.

ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o Barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AZZI, Riolando. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando. *Elementos para a história do Catolicismo Popular*. São Paulo: REB 36/141, 1976.

AZZI, Riolando. *A Teologia na Reforma Católica (1840-1920)*. São Paulo: Paulinas, 1991.

BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BARRETO, Abílio. *Memória Histórica e descritiva*. Volume 2, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Tese de Doutorado à Universidade de São Paulo, 1986.

CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. São Paulo: Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. São Paulo, Zahar, 1993.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O Turíbulo e a Chaminé: A Ação do Bispado no Processo de Constituição da Modernidade em Diamantina. 1864 – 1917*. Diamantina: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

HAUCK, João Fagundes. *História da Igreja no Brasil: segunda época, Século XIX*. 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008.

HORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: primeira época, Período Colonial*. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008.

JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte: Itinerários da cidade Moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

JUNG, Carl Gustav. *El Hombre y sus Símbolos*. 2º edición, Madrid: Aguilar, 1974.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITE, João Batista Boaventura. *São José-BH-90 Anos*. Santa Luzia: Expressa, 1990.

LIGÓRIO, Afonso de. *Lettere, I*. Circular de 30 de setembro de 1758.

LONDOÑO, Fernando Torres. *Paróquia e comunidade na representação do sagrado na Colônia*. In: LONDOÑO, Fernando Torres. *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. *A Noiva do Trabalho – uma Capital para a República*. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997

NETO, Luciano Dutra. *Das Terras Baixas da Holanda às Montanhas de Minas: Uma contribuição à história das Missões Redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. *O trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver – Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

RAPONI, Sante. *A Espiritualidade Redentorista das Origens*. Scala: Separata do Spicilegium Historicum CSSR, 1996.

REDEMPTORISTS. *Codex regularum et constitutionum Congregationis SS. Redemptoris necnon Statutorum a Capitulis generalibus annis 1764, 1855, 1894 editorum*. E-book, Scala: Cuggiani, 1895; 2014.

SENNETT, Richard. *O declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Reflexões historiográficas no trabalho com crianças de 7 anos do primeiro ciclo: Uma experiência da residência docente do centro Pedagógico da UFMG

Jéssica Machado

Graduação

UFMG

jessicamachadodesouza@hotmail.com

RESUMO: Esse artigo relata e reflete uma experiência desenvolvida no projeto “Residência docente” no Grupo de Trabalho Diferenciado (GTD). O projeto intitulado “Minha vida, minhas histórias” teve como base as discussões de temáticas historiográficas com alunos de 7 anos. O enfoque principal deste trabalho foi à valorização da história individual dos alunos buscando o auto reconhecimento como protagonistas históricos. O GTD desenvolvido com crianças de 7 anos do ensino fundamental teve como objetivo discutir de forma lúdica temáticas relativas à memória e as temporalidades, para realizar as discussões propostas foram utilizados como referencial teórico autores como: Le Goff e Ricouer. Ao longo do artigo serão apresentados alguns relatos e alguns trabalhos desenvolvidos no GTD, visões das crianças sobre memória e teoria da história trabalhados em sala, bem como a reflexão sobre a percepção dos alunos e a minha visão como graduanda do curso de história em relação ao trabalho proposto e a dinâmica sala de aula. Para tornar possível a realização das discussões e atividades sobre historiografia com os alunos foi necessário escolher um espaço físico ou “*espaço de memória*”, que materializasse as discussões e relações que foram abordadas em sala. Pode-se dizer que a escolha do museu tornou-se uma necessidade devido à dificuldade de abstração das crianças. Buscamos desenvolver atividades em que as crianças pudessem compreender este espaço de memória e sua utilidade para nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino básico; História; Historiografia.

Introdução:

Buscando introduzir debates sobre a utilidade da história e usos da memória o tema central do Grupo de Trabalho Diferenciado (GTD) foram os museus e suas utilidades. O trabalho intitulado: Minha vida, Minhas histórias, permitiu relacionar os museus com a história dos alunos. Dentro dessa perspectiva foi possível discutir existência da história coletiva e a história individual, além trazer para o debate a história individual dos alunos e coletiva.

A realização deste projeto foi desafiador por ter como referencial teórico discussões historiográficas. A adaptação do conteúdo e da linguagem acadêmica dos autores que se dedicam a escrita de textos e livros relativos a esta temática foi um dos maiores desafios. Isso porque estávamos trabalhando com crianças pequenas, e constatamos que o número de publicações que discutam o ensino de história para crianças de 6 e 7 anos é pequeno e restrito.

Ao longo da realização do projeto foi possível conhecer como as crianças pensam, uma vez que durante as atividades, deparávamos com a criatividade e as dúvidas inesperadas e também com a apropriação do conteúdo pelos alunos. É importante destacar que muitas vezes, pela minha pouca experiência e conhecimento da área, ainda em formação, o modo de participação das crianças muitas vezes foi confundido como falta de disciplina e que depois de refletir e pensar sobre esta participação, foi possível buscar novas estratégias pedagógicas.

Objetivos: Objetivo geral:

Introduzir o debate histórico a cerca da temática dos museus e estimular as crianças a formular conceitos sobre: tempo, temporalidades e patrimônios.

Objetivos específicos:

- Compreender a relevância e a utilidade da história
- Compreender conceitos que envolvem tempo e temporalidades;
- Compreender a memória individual e coletiva além de problematizar seus usos
- Desenvolver o autoconhecimento e o reconhecimento das crianças para que possam se perceber como agentes históricos
- Desenvolver a habilidade oral e argumentativa;

Desenvolvimento- Constituindo conceitos: Museu que espaço é esse?

As atividades realizadas e planejadas ao longo do GTD buscaram possibilitar a construção nos alunos uma consciência histórica relativa à memória e sua conservação. Por se tratar de uma discussão muito densa e que demanda um alto grau de abstração foram desenvolvidas diversas atividades que tinha como objetivo propiciar a abstração gradual dos alunos.

A proposta do trabalho desse GTD consistiu em realizar discussões históricas com os alunos e para isso utilizamos de vários recursos pedagógicos como: filmes, visitas a museus, discussões em grupo e atividades “artísticas”. Para dar início as atividades, foi feito um levantamento entre os alunos, cujo objetivo consistia em perguntá-los sobre o que sabiam a respeito de museus e se já haviam visitado este espaço. O resultado foi surpreendente, pois nesse momento percebi que poucas crianças conheciam museus. Diante dessa realidade tornou-se necessário apresentar aos alunos o museu como espaço, então o filme “Uma noite

no museu” foi exibido com o propósito de apresentar aos alunos uma representação deste espaço, esse primeiro contato foi fundamental para que posteriormente fosse possível propor discussões para formular em conjunto com os alunos um conceito.

Exibição do filme- “Uma Noite no Museu”

Após pergunta feita aos alunos a respeito do que eles conheciam sobre museu, ocorreu a exibição do filme “Uma noite no museu” com a finalidade de apresentar aos alunos uma representação desse ambiente e caracterizarmos em conjunto este espaço e iniciar a discussão sobre a importância dos museus. O filme conta a história de um museu, em que os objetos expostos ganhavam vida todas as noites. Esse filme foi escolhido por trazer as crianças um entusiasmo em relação a esse espaço cultura, assim as crianças puderam contemplar o que há por de traz dos objetos e tentar compreender qual o propósito que existe por traz das peças expostas.

A discussão sobre o filme teve como foco: verdade e verossimilhança. Alguns alunos ficaram em dúvida sobre a possibilidade do enredo se repetir na vida real, enquanto outros compreenderam que o filme se tratava de uma representação fantasiosa da verdade.

Outro aspecto percebido e discutido pelos alunos foi à diversidade de acervos que compunham aquele espaço representado no filme. Muitos notaram que realmente existia muitas coisas “velhas” no museu, mas existia também objetos que eles consideraram recentes então foi possível iniciar com eles as discussões sobre temporalidade.

Essa discussão foi bastante complexa, pois se tratava de uma abstração e tentar fazer os alunos compreenderem e relativizar essa abstração gerou uma grande dificuldade de compreensão por parte dos alunos. Ao nos depararmos com essa questão levantada pelos alunos foi necessário buscar estratégias pedagógicas, nesse caso a solução encontrada foi à análise comparativa de objetos.

Essa análise consistiu em comparar dois objetos para que os alunos notassem que a classificação de antigos e recentes é relativa. Foram usados dois exemplos: O avião em relação a um fóssil de dinossauro e um avião em relação a um computador. A dinâmica ocorreu da seguinte forma: os alunos tinham que classificar os objetos (antigos ou recentes) em relação aos outros objetos.

Com esta dinâmica os alunos conseguiram compreender a relatividade da classificação que eles deram aos objetos que compunham o acervo do museu representado no filme exibido. A partir das abstrações feitas começamos a trabalhar na construção de outro

conceito de museu que englobasse tanto o “antigo” quanto o “recente”. Após essas discussões uma atividade foi proposta pedindo que os alunos formulassem com suas próprias palavras uma definição um conceito apropriado a um museu, mas foi possível notar durante a correção que a maioria da turma ainda não havia conseguido formular o conceito esperado.

Segundo Koselleck os conceitos são fundamentais para compreender a historicidade de do mundo que nos cerca. “A força peculiar às palavras, sem as quais o sofrer humanos não se experimentam nem tampouco se transmitem.” (KOSELLECK, 2006, p. 99)

Pensando na importância da história dos conceitos, enfatizamos durante todo o trabalho a elaboração de conceitos pelos alunos. Assim tornou-se pertinente analisar a elaboração dos alunos: das respostas obtidas nessa atividade, de 12 alunos, 9 das crianças usaram as palavras como: antiga, velha foram expressas. Essas foram às palavras mais utilizadas para caracterizar um museu. Ainda que alguns alunos não tivessem visitado algum museu, foi possível notar que há um senso comum que aponta como finalidade do museu a preservação de objetos antigos. Essa atividade também propunha que os alunos escolhessem três objetos pessoais que eles gostariam de colocar em museu. Os alunos escolheram coisas de várias naturezas que iam desde brinquedos, bichinhos de estimação, ou até mesmo a família.

O tempo e suas representações – Linha do tempo

Outra atividade proposta envolveu discussão sobre o tempo e para iniciar essas discussões apresentei aos alunos a ideia de linha do tempo. Essa temática foi bastante difícil de desenvolver com os alunos, pois também se tratava de uma abstração e em função disso foi necessário um tempo maior do que o planejado para explorá-la. Para iniciar as discussões sobre linha do tempo apresentei uma imagem que continha duas linhas do tempo distintas: a linha do tempo pessoal e a linha do tempo coletiva, o objetivo dessa imagem foi instigar as crianças a explicitar suas interpretações e socializar os significados apreendidos.

A compreensão dessa imagem foi desafiadora para os alunos, foi possível notar que a maior dificuldade consistiu na dificuldade que as crianças tiveram de pensar história coletiva e individual, de distingui-las e relacioná-las. Os exemplos que tomam como base o concreto foram recursos pedagógicos recorrentes ao longo do projeto. Para que os alunos compreendessem foram apresentados dois exemplos: a data de nascimento e a data de entrada na escola.

Com essas referências iniciamos as discussões com eles apresentando fatos que possuem uma relevância coletiva (a entrada na escola) e fatos que tem relevância individual. Segundo a perspectiva Ricoeur as memórias individuais e coletivas se relacionam e se constituem, o objetivo de trabalhar com os alunos a linha do tempo é permitir eles percebam a relação entre elas.

A memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte modelada pela família e pelos grupos sociais. Vale dizer que a memória individual de estrutura e se insere na memória coletiva. (SILVA, Helenice Rodrigues da. - “Rememoração”/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista brasileira de História*, São Paulo, V. 22, Nº 44, PP.425-438, 2002).

Ao apresentar a linha do tempo conversamos sobre as datas representadas na imagem pedindo que eles me dissessem em que âmbito elas possuem relevância. Assim as discussões sobre a memória individual e coletiva começaram a fazer sentido para os alunos, pois eles começaram a se reconhecer na história individual e também notaram a existência da história coletiva e que ambas ocorrem concomitantemente.

Montando uma linha do tempo da turma

O objetivo das discussões sobre linha do tempo, na aula seguinte após a rememoração das discussões feitas na última aula, propôs aos alunos a montagem de uma linha do tempo da sala. Essa experiência foi bastante interessante sobre vários aspectos: por meio dessa atividade foi possível perceber notar o que os alunos compreenderam a proposta, pois debatiam e davam opiniões sobre os eventos que deveriam compor a linha do tempo da sala.

Nessa faixa etária, a compreensão das crianças ocorre basicamente pelo raciocínio concreto, se ligando principalmente aos exemplos concretos. Após essa percepção foi possível à compreensão e evolução do aprendizado pela capacidade plural dos alunos para criar outros exemplos e de aplicar a sua rotina e sua experiência de vida os conteúdos vistos em sala de aula.

O momento em que foi feita a organização dos fatos que constituiriam a linha do tempo da sala foi bastante interessante, pois houve muitos conflitos já que os alunos não conseguiam compreender muito bem que os fatos deveriam ser relevantes para toda turma. Segundo Le Goff a história é fruto de uma escolha de forças, quando construímos uma linha

do tempo realizamos essas escolhas históricas, o objetivo de construir essa linha do tempo da turma é permitir que os alunos realizassem essas escolhas.

De fato, o que sobrevive não é conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores. (Le Goff, 1996, p. 535)

Pode-se dizer que houve uma “*luta de memórias*”, já que os alunos debatiam e discutiam quais foram às memórias mais importantes para o grupo, é como era de se esperar os “perdedores” dessa batalha não ficaram satisfeitos e de alguma forma não se sentiram representados por aquela história coletiva.

O museu como espaço histórico – Apropriação do espaço e seus significados

As visitas aos museus foram uma oportunidade para que pudessem se aproximar e se apropriar da realidade destes espaços. Os museus escolhidos foram: O museu do Brinquedo e O museu Ponto UFMG. Na organização e no plano museológico estes museus são bem diferentes e esse foi um aspecto levado em consideração para a escolha, visto que um dos objetivos foi demonstrar a variedade de temas e perspectivas possíveis em relação aos museus.

Os próprios alunos foram criando a consciência de preservação do patrimônio histórico, pois quando falamos sobre peças de museus eles explicavam porque não podiam tocar e que era preciso alguns cuidados. Um exemplo que repercutiu bastante entre os alunos foram às múmias: Este exemplo demandou uma explicação de como as múmias eram feitas e qual o significado cultural que elas possuem em seguida os alunos concluíram que se não tivéssemos cuidado elas não durariam muito tempo.

Cabe destacar a fala de uma das crianças em relação à preservação: – “Professora, se não cuidarmos das coisas que ficam no museu nos não vamos saber sobre coisas do passado”. Assim, pude notar que alguns alunos conseguiram construir a consciência de conservação e preservação do patrimônio histórico e ainda pude notar que os alunos estavam revendo e compreendendo o que é um museu e qual sua utilidade social e histórica.

Visita ao museu PONTO da UFMG

Após essas discussões fomos visitar o museu PONTO da UFMG que se localiza no centro pedagógico esse museu foi escolhido por distanciar do conceito tradicional de

museu, uma vez que ele traz como principal ferramenta pedagógica a tecnologia e seu principal objetivo é prestar essa tecnologia em contextos distintos. Assim esse museu oferece aos alunos diversos elementos para a elaboração do conceito de museu. Alguns alunos já conheciam este museu, os que já conheciam tiveram a oportunidade de visitar e olhar o espaço com outros olhos. Os que não conheciam se viram diante de um impasse, pois não conseguiam entender porque aquele espaço podia ser chamado de museu se não guardavam coisas antigas.

Um aluno perguntou: – “Professora, porque é um museu? Não vi nada de antigo lá!”. A partir dessa pergunta começamos conversar com os alunos em busca de um novo conceito e chegamos à conclusão que esse museu é um espaço que relata a história dos homens de uma forma diferente, utilizando recursos tecnológicos. Após essa discussão perguntei aos alunos qual história o museu PONTO da UFMG contava e essa foi uma discussão muito interessante, pois exigiu que os alunos compreendessem objetivo do museu considerando -se cada espaço do museu individualmente e também as ligações que esses espaços fazem entre si e assim eles concluíram que o museu contava a história dos humanos de uma forma diferente.

Visita ao museu do brinquedo

O museu do Brinquedo foi uma experiência importante para as crianças, pois ficaram surpresos com a existência de um museu que conta a história dos brinquedos. Outro aspecto que surpreendeu aos alunos é a relevância que seus brinquedos podem adquirir. Quando notaram que os brinquedos expostos pertenceram a pessoas comuns, eles mesmos pensaram como poderiam desde já se tornar agentes históricos e começaram a perceber que em nossa sociedade cada um possui um papel histórico.

Durante a visita pude notar os alunos atentos e interessados. Fizeram diversas perguntas, se apropriaram do ambiente isso se deu pela linguagem que este museu especificamente utiliza uma linguagem que é própria das crianças e assim elas se apropriaram não só do espaço, mas também do conhecimento ali presente. Na aula seguinte aos alunos que produziram um texto relatando aos pais como foi à visita o que aprenderam e o que mais gostaram.

Montagem do museu da sala – auto reconhecimento como agente histórico.

A etapa final do trabalho consistiu na montagem de um museu da turma que contasse a história daquele grupo de alunos turma e dos alunos. Essa proposta foi muito

bem recebida pelos alunos que ficaram extremamente animados e empolgados, mas é preciso destacar que só foi possível realizar esta atividade com a ajuda dos pais que se dispuseram a dar todo apoio e ajuda necessária.

Para começar a montagem do museu enviamos um bilhete para os pais que pedia o auxílio na atividade enviada para casa. A atividade enviada para casa pedia que as crianças fizessem uma lista dos objetos que poderiam contar a história deles. Aqui encontramos uma limitação do planejamento, pois sem a ajuda dos pais seria impossível realizar a atividade, mas existe também a influência dos pais que muitas vezes alteram os resultados e as respostas dos alunos.

Nessa primeira atividade os alunos fizeram uma lista, com ajuda dos pais, de objetos que poderiam contar a história deles e apresentaram para turma essa foi uma parte muito interessante, pois os alunos passaram a se conhecer mais e compartilhar suas histórias e essa foi uma experiência que aproximou os alunos. Os alunos apresentaram para os colegas da turma a lista que fizeram e explicaram porque os objetos escolhidos eram tão importantes para eles.

Pedimos então que da lista feita eles escolhessem apenas um objeto para compor o museu da turma. Então, após a escolha dos objetos as crianças começaram a trazê-los para escola para montarmos o museu. Com os objetos escolhidos começamos a preencher as fichas explicativas dos objetos, essas fichas continham algumas perguntas como: Como você conseguiu o objeto? Porque ele é importante para você? Faça um breve relato sobre o objeto. Alguns alunos tiveram dificuldades de racionalizar a importância do objeto, pedimos que em casa com os pais rememorasse algumas histórias que se relacionassem com objeto escolhido relembrando o aluno da importância destes objetos.

Considerações finais

As reflexões historiográficas oferecem aos alunos oportunidades fundamentais de desenvolvimento. Ainda que seja abstrata a construção do tempo histórico pelas crianças é fundamental o desenvolvimento de propostas que tratem essa temática com as crianças de 7 e 8. É fundamental o desenvolvimento de um pensamento questionador diante dos conteúdos oferecidos pela escola, o estímulo dessa forma de pensamento deve ocorrer desde a mais tenra idade.

Por meio desse projeto pude levar para as crianças a problematização e a reflexão crítica que a comunidade acadêmica tem como aspecto fundamental do curso de

História. A temática escolhida é abstrata. Mas foi interessante ver os alunos se apropriarem das discussões realizadas em sala de aula. Essa experiência foi fundamental para minha formação, pois foi a oportunidade de colocar em prática conhecimentos adquiridos e principalmente criar estratégias pedagógicas.

Durante o desenvolvimento do planejamento pude ver o desenvolvimento de vários alunos, como realizamos vários debates a habilidade argumentativa dos alunos se desenvolveu. Não podemos desconsiderar que trabalhamos com crianças de 7 e 8 necessitando de aprendizagens específicas relativas à alfabetização, em função disso muitas vezes os alunos demandam um auxílio em relação a essa questão. Consideramos a importância de instigar o auto reconhecimento, para que os alunos futuramente possam exercer a cidadania de forma efetiva e crítica, essa é a maior contribuição à história da sociedade.

Bibliografia

GONDAR, J & DOBEDEI, Vera. (Orgs). *O que é a memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p.11-26.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 535-553.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2006.

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

TODESCO, João Carlos. (org.). *Usos da memória (política, educação e identidade)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

PEREIRA, Júnia Sales; CARVALHO, Marcus Vinicius Correia. *Sentidos dos tempos na relação museu/escola*.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Uma questão de tempo: os usos das memórias nas aulas de história*.

MIRANDA: Sonia Regina. *Estranhos passados encontrados em um museu: a criança e seus olhares sobre o tempo desconhecido*.